HISTÓRIA DAS CRUZADAS

volume II

STEVEN RUNCIMAN

O REINO DE JERUSALÉM E O ORIENTE FRANCO, 1100-1187

IMAGO

História das Cruzadas

VOLUME II

O REINO DE JERUSALÉM E O ORIENTE FRANCO, 1100-1187

Steven Runciman

As Cruzadas são consideradas como a mais romântica das expedições cristãs, ou como a última das invasões bárbaras, continuam sendo uma das mais excitantes e coloridas aventuras da história.

Um exército de cavaleiros, viajando com camponeses, mercadores e artesãos, enfrentaram a viagem em território hostil, encontrando antagonismo inesperado, o calor do deserto e o desafio constante de alimentar e oferecer água às tropas e aos cavalos.

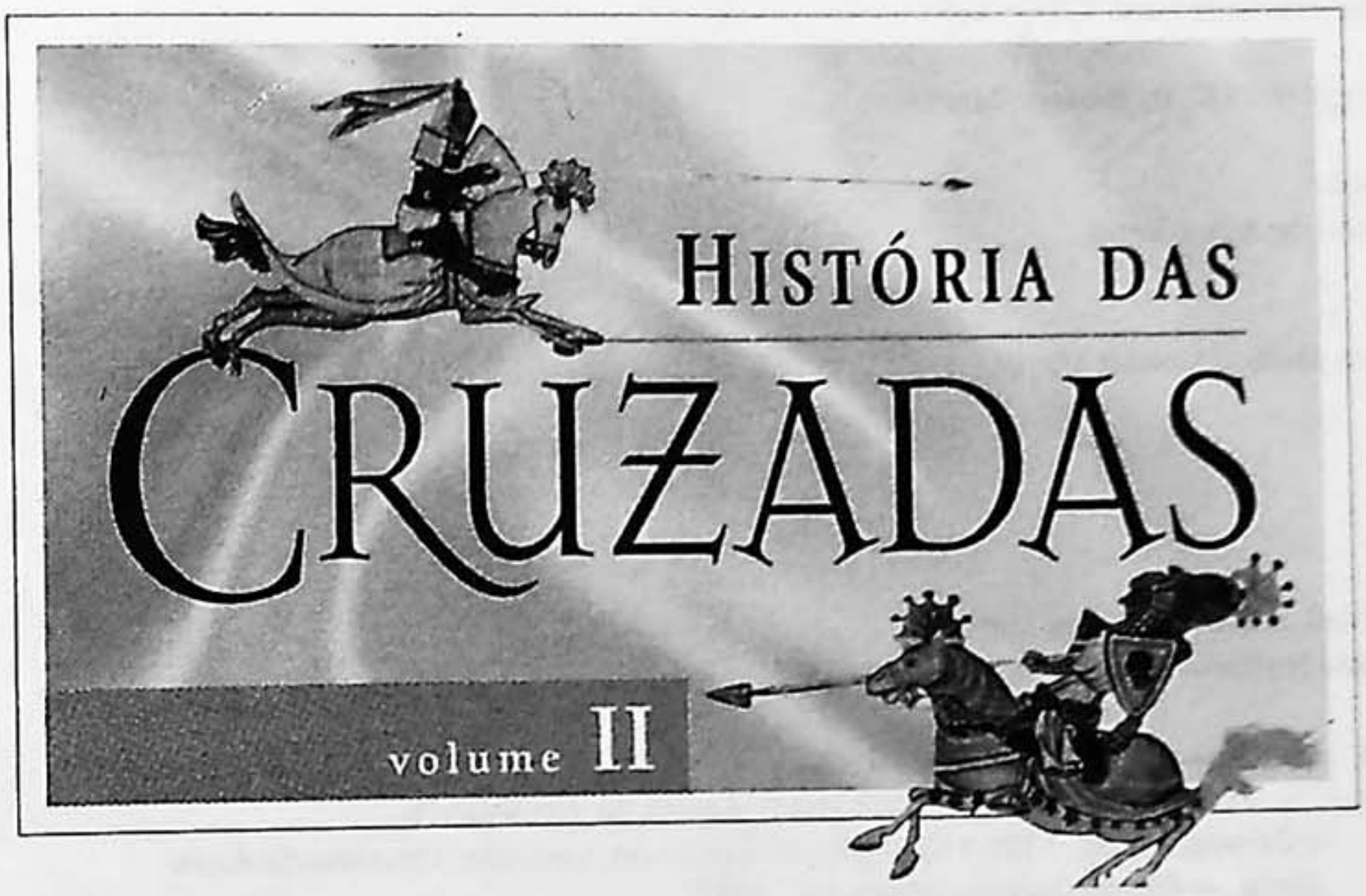
Movidos pelo desejo de penitência e de conhecer os lugares sagrados, ou pela sede de poder e pelas vantagens encontradas no Oriente, os cruzados foram estimulados em direção ao prêmio, espiritual ou não, da Cidade Santa de Jerusalém.

A culminância espetacular dessa jornada foi o longo cerco a Jerusalém, ao final do qual os cruzados, através de uma manobra tática espetacular, conseguiram romper as defesas e se precipitaram dentro da cidade, promovendo um sangrento massacre.

HISTÓRIA DAS

CRUZADAS

STEVEN RUNCIMAN



VOLUME II

O REINO DE JERUSALÉM
e o Oriente Franco, 1100-1187

Tradução
Cristiana de Assis Serra

IMAGO

Título Original:
A History of the Crusades — Volume II — The Kingdom of Jerusalem and the Frankish East, 1100-1187

Copyright © 1951 by Steven Runciman

Tradução:
Cristiana de Assis Serra

Capa:
Luciana Mello e Monika Mayer

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R892h Runciman, Steven, Sir, 1903-2000
v. 2 História das Cruzadas, Volume II: o reino de Jerusalém e o Oriente franco, 1100-1187 / Steven Runciman; tradução: Cristiana de Assis Serra. — Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002.
456 pp.

Tradução de: *A history of the Crusades, volume II: the kingdom of Jerusalem and the Frankish East, 1100-1187.*
Apêndices
Inclui bibliografia
ISBN 85-312-0857-2

1. Cruzadas. 2. Cruzadas — História.
I. Título. II. Título: O Reino de Jerusalém e o Oriente franco.

02-1928. CDD — 940.1B
CDU — 940"04/14"

Reservados todos os direitos. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida por fotocópia, microfilme, processo fotomecânico ou eletrônico sem permissão expressa da Editora.

2002

IMAGO EDITORA
Rua da Quitanda, 52/8° andar — Centro
20011-030 — Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (21) 2242-0627 — Fax: (21) 2224-8359
E-mail: imago@imagoeditora.com.br
www.imagoeditora.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Para

RUTH BOVILL

Sumário

Lista de Mapas 9
Prefácio 11

LIVRO I
A FUNDAÇÃO DO REINO

Capítulo I — Outremer e Seus Vizinhos 15
II — As Cruzadas de 1101 27
III — Os Príncipes Normandos de Antióquia 38
IV — Toulouse e Trípoli 57
V — Rei Balduíno I 70
VI — Equilíbrio no Norte 100

LIVRO II
O ZÊNITE

Capítulo I — Rei Balduíno II 129
II — A Segunda Geração 165
III — As Reivindicações do Imperador 181
IV — A Queda de Edessa 197

LIVRO III
A SEGUNDA CRUZADA

Capítulo I — O Encontro dos Reis 215
II — Divergência entre os Cristãos 229
III — Fiasco 241

LIVRO IV
A VIRADA DA MARÉ

Capítulo I — A Vida em Outremer 253
II — A Ascensão de Nur ed-Din 282
III — O Retorno do Imperador 299
IV — O Fascínio do Egito 313

LIVRO V
O TRIUNFO DO ISLÃ

Capítulo I	Unidade Islâmica	347
II	Os Cornos de Hattin	375
Apêndice I	Principais Fontes da História do Oriente Latino, 1100-1187	407
II	A Batalha de Hattin	417
III	Árvores Genealógicas	422
	1. A Casa Real de Jerusalém, os Condes de Edessa e os Senhores de Sídon e Cesaréia	422
	2. Os Príncipes de Antióquia e os Reis da Sicília	422
	3. Os Condes de Trípoli e os Príncipes da Galiléia	423
	4. Os Senhores de Toron, da Oultrejourdain, de Nablus e de Ramleh	423
	5. Os Príncipes Ortóquidas	423
	6. A Casa de Zengi	423

BIBLIOGRAFIA

I. FONTES ORIGINAIS	425
II. OBRAS MODERNAS	428
Índice	431

Lista de Mapas

1. Norte da Síria no Século XII 103
2. Sul da Síria no Século XII 131
3. O reino de Jerusalém no Século XII 167
4. Jerusalém sob os Reis Latinos 255
5. O Egito no Século XII 315
6. Galiléia 377

Prefácio

Neste volume, procuro narrar a história dos Estados francos de Outremer, desde a ascensão do Rei Balduíno I ao trono até a reconquista de Jerusalém por Saladino. Essa história já foi contada antes por autores europeus, sobretudo com a profundidade germânica de Röhricht e a elegância e engenhosidade francesas de René Grousset — além de, muito rapidamente, em inglês por W. B. Stevenson. Cobri o mesmo terreno e utilizei as mesmas fontes básicas desses autores, mas aventurei-me a interpretar as evidências de maneiras por vezes diversas das de meus predecessores. A narrativa nem sempre pode primar pela simplicidade. A política do mundo muçulmano no início do século XII é um desafio para análises objetivas — mas precisa ser entendida, caso pretendamos compreender a fundação dos Estados cruzados e as causas posteriores da recuperação do Islã.

O século XII não testemunhou nenhuma das grandes migrações raciais que haviam caracterizado o século XI e voltariam a ocorrer no século XIII, complicando a história das últimas Cruzadas e do declínio e queda de Outremer. Por ora, podemos concentrar nossa atenção, em sua maior parte, em Outremer em si. Não obstante, é preciso ter sempre em mente o contexto mais amplo da política do Oeste europeu, das guerras religiosas dos governantes espanhóis e sicilianos e da preocupação de Bizâncio e do califado oriental. Os episódios da pregação de S. Bernardo, da chegada da frota inglesa a Lisboa, das intrigas palacianas em Constantinopla e Bagdá fazem todos parte do drama, embora seu clímax tenha sido atingido em uma colina nua da Galiléia.

O tema central deste volume é a guerra; ao abordar as muitas campanhas e assaltos, segui o exemplo dos cronistas antigos, que conheciam bem seu ofício — afinal, a guerra era o pano de fundo da vida em Outremer, cujo destino com freqüência era decidido pela sorte lançada nos campos de batalha. Incluí neste volume, porém, um capítulo sobre a vida e a organização do Oriente franco. Espero descrever suas realizações artísticas e econômicas no

próximo tomo; esses dois aspectos do movimento cruzado atingiram importância mais plena no século XIII.

No Prefácio do meu primeiro volume, mencionei alguns dos grandes historiadores cujas obras me foram de grande ajuda. Aqui, devo prestar especial tributo ao trabalho de John La Monte, cuja morte prematura foi um duro revés para a historiografia cruzada. Devemos a ele, mais que a todos os outros, nosso conhecimento especializado do sistema de governo do Oriente franco. Gostaria também de reconhecer minha dívida para com o Professor Claude Cahen, de Estrasburgo, cuja excelente monografia sobre o Norte da Síria e cujos vários artigos são de suprema importância para o nosso assunto.

Agradeço aos muitos amigos que me ajudaram em minhas viagens ao Oriente, e em particular aos Departamentos de Antigüidades da Jordânia e do Líbano e à Companhia Iraquiana de Petróleo.

Mais uma vez devo minha gratidão aos Síndicos da Cambridge University Press, por sua generosidade e paciência.

STEVEN RUNCIMAN

Londres, 1952

LIVRO I

A FUNDAÇÃO DO REINO

Capitulo 1

Outremer e Seus Vizinhos

"Tu és uma devoradora de homens, tu privas de filhos a tua nação."
EZEQUIEL 36, 13

Quando os exércitos francos adentraram Jerusalém, a Primeira Cruzada atingiu seu objetivo. Contudo, para que a Cidade Santa permanecesse em mãos cristãs e os peregrinos pudessem chegar lá com facilidade, era preciso estabelecer um governo estável, com defesas confiáveis e comunicação segura com a Europa. Os cruzados que planejavam estabelecer-se no Oriente tinham perfeita consciência de suas necessidades. O breve reinado do Duque Godofredo vira os rudimentos de um reino cristão. Ele, porém, a despeito de todas as suas admiráveis qualidades, era um homem fraco e tolo. Por inveja, entrara em conflito com seus colegas; por genuína piedade, depositara demasiado poder nas mãos da Igreja. Sua morte e sucessão por seu irmão Balduíno salvaram o reino incipiente. Balduíno possuía a sabedoria, a presciência e a dureza de um estadista; a tarefa que tinha pela frente, no entanto, era formidável, e ele tinha poucos com quem contar. Todos os grandes guerreiros da Primeira Cruzada haviam partido para o norte e retornado aos seus lares. Dos protagonistas do movimento, apenas o mais ineficaz continuava na Palestina: Pedro, o Eremita — de cuja vida obscura nada sabemos e que voltaria, ele mesmo, à Europa em 1101.[1] Os príncipes haviam levado seus exércitos consigo. O próprio Balduíno, filho caçula e sem terras, não trouxera para o Oriente nenhum vassalo seu; pelo contrário, tomara emprestado homens de seus irmãos. Agora, via-se na dependência de alguns guerreiros dedicados, que, antes de deixarem a Europa, haviam jurado permanecer na Terra Santa, e de aventureiros — muitos deles filhos caçulas como ele, que esperavam lá fundar suas propriedades e enriquecer.

Na época da ascensão de Balduíno, os francos detinham um controle precário sobre a maior parte da Palestina. A segurança era maior ao longo da espinha montanhosa da província, de Belém à planície de Jezrael, ao norte. Muitas das aldeias da região sempre haviam sido cristãs, e a maioria dos

---

1 Hagenmeyer, *Pierre l'Hermite*, pp. 330-44. Pedro morreu, já com idade avançada, em 1115 (*ibid.*, p. 347).

muçulmanos do distrito tinha abandonado suas casas diante da aproximação das tropas francas, desertando até sua cidade favorita, Nablus, a que gostavam de referir-se como Pequena Damasco. Era uma área de fácil defesa. A leste, era protegida pelo vale do Jordão. Entre Jericó e Beisan não havia vau para atravessar o rio, e só um caminho saía do vale para as montanhas. O acesso pelo oeste era de dificuldade similar. Mais ao norte situava-se o principado da Galiléia, que Tancredo conquistara para a cristandade e compreendia a planície de Esdraelon e as colinas de Nazaré até o lago Huleh. Suas fronteiras eram mais vulneráveis; a penetração era fácil via Acre, na costa mediterrânea, e a partir do leste, pelas estradas ao norte e ao sul do mar da Galiléia. Também daí, porém, a maior parte da população muçulmana havia emigrado; só os cristãos haviam permanecido, além de pequenas colônias judaicas nas cidades, sobretudo em Safed, que havia muito era a principal sede da tradição talmúdica. Entretanto, a maioria dos judeus, após o massacre de seus correligionários em Jerusalém e Tiberíades e sua oposição aos cristãos em Haifa, preferiu seguir os muçulmanos no exílio.[1] A serrania central e a Galiléia constituíam o cerne do reino, mas seus tentáculos estendiam-se pelos distritos mais muçulmanos das adjacências. O principado da Galiléia acabara de ganhar uma saída para o mar, em Haifa. Ao sul, Negueb era dominada pela guarnição franca instalada em Hebron. Já o castelo de Sto. Abraão, porém, mal passava de uma ilha em meio a um oceano islâmico.[2] Os francos não tinham o menor controle sobre as estradas que saíam da Arábia, contornavam a extremidade sul do mar Morto e seguiam o curso da antiga Rota das Especiarias bizantina; por ali, Balduíno poderia infiltrar-se em Negueb e entrar em contato com as guarnições egípcias de Gaza e Ascalão, no litoral. O acesso ao mar da própria Jerusalém fazia-se por meio de um corredor que passava por Ramleh e Lida até chegar a Jafa; entretanto, a estrada era insegura, exceto para comboios militares. Destacamentos oriundos das cidades egípcias, refugiados muçulmanos do planalto e beduínos do deserto vagavam pela região e armavam emboscadas para os viajantes incautos. O peregrino nórdico Saewulf, que esteve em Jerusalém em 1102, depois que Balduíno fortificara as defesas do reino, ficou horrorizado com os perigos da viagem.[3] Entre Jafa e Haifa ficavam as cidades islâmicas de Arsuf e Cesaréia, cujos emires se haviam declarado vassalos de Godofredo mas mantinham contato marítimo permanente com o Egito. Ao norte de Haifa, toda a costa encontrava-se em poder dos muçulmanos numa extensão

1 Sobre os judeus, ver abaixo, pp. 256-7.
2 Ver acima, vol. I, pp. 271, 282.
3 *Pilgrimage of Saewulf to Jerusalem* (*in P.P.T.S.*, vol. IV), pp. 8-9.

de mais de trezentos quilômetros, até os arredores de Latáquia — onde viviam, sob a proteção do governador bizantino, a Condessa de Toulouse e os homens de seu marido.[1]

A Palestina era um país pobre. Sua prosperidade na época romana não resistira às invasões persas, e as guerras constantes, desde a chegada dos turcos, tinham interrompido sua recuperação parcial sob o domínio dos califas. A terra era mais verde que nos tempos atuais; apesar da devastação promovida pelos persas e da lenta destruição provocada por camponeses e cabras, havia ainda grandes florestas na Galiléia, ao longo da serra do Carmelo e ao redor de Samaria, além de um grande bosque de pinheiros junto à costa, ao sul de Cesaréia, que proporcionavam umidade a uma terra naturalmente carente de água. Trigais floresciam na planície de Esdraelon; o vale tropical do Jordão produzia bananas e outras frutas exóticas. Não fosse pelas guerras recentes, a planície litorânea, com suas plantações e jardins onde se cultivavam verduras e laranja azeda, seria próspera, e muitas das aldeias das montanhas eram cercadas por plantações de oliveiras e pomares. Em sua maior parte, porém, o país era árido e o solo, raso e pobre, sobretudo nas cercanias de Jerusalém. Não havia grandes indústrias em nenhuma das cidades. Mesmo quando o reino atingiu seu apogeu, seus monarcas nunca foram tão prósperos quanto os Condes de Trípoli ou os Príncipes de Antióquia.[2] A principal fonte de riqueza eram os pedágios, pois as terras férteis do outro lado do Jordão, Moab e Jaulan, encontravam escoadouros naturais nos portos do litoral palestino. As mercadorias provenientes da Síria e com destino ao Egito percorriam as estradas palestinas, e fazia séculos que caravanas carregadas de temperos do Sul da Arábia chegavam ao Mediterrâneo através de Negueb. Para assegurar essa fonte de renda, porém, era preciso bloquear todos os outros escoadouros. Toda a fronteira, do golfo de Ácaba ao monte Hermon — e até do Líbano ao Eufrates —, precisava ser controlada pelos francos.

A Palestina era, ademais, um país insalubre. Jerusalém, com seu ar de montanha e sistema romano de saneamento, era relativamente saudável — exceto quando soprava, do sul, o *khamsin*, opressivo e carregado de poeira. Já as planícies mais quentes, cuja fertilidade atraía os invasores, eram focos de doenças, com suas águas estagnadas, mosquitos e moscas, onde medravam a malária, a febre tifóide e a disenteria. Epidemias de cólera e peste, entre outras, espalhavam-se rapidamente pelas aldeias superlotadas e insalubres.

---

1 Ver acima, vol. I, pp. 284-85.

2 Uma boa e sucinta descrição da Palestina é fornecida por Munro, *The Kingdom of the Crusaders*, pp. 3-9.

A lepra abundava. Os cavaleiros e os soldados ocidentais, com seus trajes inadequados, seus apetites pesados e sua ignorância das regras de higiene pessoal, eram vítimas fáceis dessas doenças. O índice de mortalidade era ainda mais alto entre as crianças ali criadas, sobretudo os garotos. A cruel travessura da natureza que confere maior resistência às meninas que aos seus irmãos constituiria, nas gerações futuras, um problema político constante para o reino franco. Mais tarde, quando os colonizadores aprenderam a seguir os costumes nativos, suas chances de uma vida mais longa aumentaram, mas a taxa de mortalidade entre seus filhos continuou enorme. Logo ficou óbvio que, para que a população franca da Palestina tivesse força suficiente para dominar o país, a imigração da Europa deveria ser ampla e constante.

A primeira missão do Rei Balduíno era garantir a defesa do seu reino — o que requeria uma ação ofensiva. Arsuf e Cesaréia precisavam ser tomadas e seus territórios, absorvidos. Ascalão, perdida pelos cristãos em 1099 graças à inveja que Godofredo sentia do Conde Raimundo,[1] tinha de ser anexada e a fronteira egípcia, empurrada para o sul, a fim de garantir a segurança do acesso de Jerusalém à costa. Era necessário estabelecer postos avançados na Transjordânia e ao sul do mar Morto. Balduíno devia tentar ligar seu reino aos Estados cristãos ao norte, a fim de abrir a estrada aos peregrinos e a mais imigrantes, além de avançar o mais longe possível ao longo da costa e estimular a constituição de outros Estados cristãos na Síria. Era preciso, ainda, conquistar para o reino um porto marítimo mais seguro que Jafa ou Haifa. Jafa era uma enseada aberta, sem calado suficiente para a aproximação de embarcações de maior porte. Os desembarques davam-se por meio de pequenas balsas, muito perigosas ao menor sopro do vento. Em caso de ventos fortes, os próprios navios viam-se em perigo. No dia seguinte à sua chegada, em 1102, Saewulf presenciou o naufrágio de mais de vinte navios da flotilha em que viajara e o afogamento de mais de mil peregrinos.[2] O ancoradouro de Haifa era mais profundo, sendo protegido dos ventos sul e oeste pelo talude do monte Carmelo, mas encontrava-se perigosamente exposto ao vento norte. O único porto da costa palestina seguro em todas as condições meteorológicas era Acre. Assim, por razões tanto comerciais quanto estratégicas, era preciso conquistá-lo.

No âmbito interno, a principal necessidade de Balduíno era de homens e numerário. Ele não podia esperar fortalecer o reino sem dinheiro e poder suficiente para controlar seus vassalos. A única forma de engrossar as fileiras do exército era acolher os imigrantes e induzir os cristãos nativos a cooperar.

---

1 Ver acima, vol. I, p. 266.
2 *Pilgrimage of Saewulf*, pp. 6-8.

Para conseguir dinheiro, era preciso incentivar o comércio com as regiões vizinhas e tirar o máximo proveito da piedosa disposição dos fiéis europeus a subsidiar e patrocinar fundações na Terra Santa. Todavia, tais doações tinham de ser feitas em favor da Igreja. Para assegurar seu uso favorável para todo o reino, Balduíno precisava dominar a Igreja.

A maior vantagem franca era a falta de unidade do mundo islâmico. Fora graças às rivalidades entre seus líderes e à recusa destes a trabalhar juntos que a Primeira Cruzada atingira seu objetivo. Os muçulmanos xiitas, liderados pelo califa fatímida do Egito, detestavam os turcos sunitas e o Califa de Bagdá quase tanto quanto abominavam os cristãos. Entre os turcos havia conflitos permanentes entre seljúcidas e danishmends, entre ortóquidas e a casa de Tutush, e até entre os dois filhos do próprio Tutush. Atabegues individuais, como Kerbogha, concorriam para a confusão com suas ambições pessoais, ao passo que dinastias árabes menos importantes como os Banū Ammar, de Trípoli, e os munquiditas, de Shaizar, aproveitavam a desordem para manter uma precária independência. O êxito da Cruzada só fez recrudescer esse caos improdutivo. O desânimo e as recriminações mútuas dificultaram ainda mais a cooperação entre os príncipes muçulmanos.[1]

Os cristãos souberam explorar o desbaratamento do Islã. No norte, Bizâncio, sob a orientação do gênio habilidoso do Imperador Aleixo, valera-se da Cruzada para recuperar o controle do Oeste da Ásia Menor, e a frota bizantina acabara de reconquistar todo o litoral da península. Até o porto sírio de Latáquia, graças ao auxílio de Raimundo de Toulouse, voltara ao controle imperial.[2] Os principados armênios do Tauro e do Antitauro, que os turcos haviam ameaçado de extinção, agora podiam voltar a acalentar esperanças de sobreviver. Ademais, a Cruzada dera origem a dois principados francos que feriram o mundo muçulmano.

Destes, o mais rico e mais seguro era o principado de Antióquia, fundado pelo normando Boemundo não obstante a oposição de outro líder cruzado, Raimundo de Toulouse, e suas próprias obrigações, assumidas sob juramento, para com o Imperador Aleixo. Seus domínios não cobriam uma área muito extensa; consistiam no baixo vale do Orontes, na planície de Antióquia e nos montes Amano, com os dois portos de Alexandreta e S. Simão. A própria Antióquia, porém, apesar de suas recentes vicissitudes, era uma cidade muito rica. Suas fábricas produziam tecidos e tapetes de seda, além de vidro, cerâmica e sabão. A caminho do mar, as caravanas provenien-

---

1 Há uma excelente e breve descrição do mundo muçulmano da época na introdução à *Crônica de Damasco* (Ibn al-Qalanisi), de Gibb.

2 Ver acima, vol. I, p. 284.

tes de Alepo e da Mesopotâmia passavam por seus portões sem tomar conhecimento das guerras entre muçulmanos e cristãos. A população do principado era quase inteiramente cristã — gregos e ortodoxos sírios, jacobitas sírios e alguns nestorianos —, e a rivalidade entre os vários grupos era tal que era fácil para os normandos controlá-los.[1] A maior ameaça externa vinha menos dos muçulmanos que de Bizâncio. O imperador sentira-se ludibriado na questão da posse da cidade; agora, com os portos da Cilícia e de Latáquia em suas mãos e sua marinha baseada em Chipre, ele aguardava apenas uma oportunidade de fazer valer seus direitos. Os habitantes ortodoxos do principado ansiavam por ver restaurado o governo bizantino; contudo, os normandos podiam jogar contra eles armênios e jacobitas. Antióquia sofrera um grave revés no verão de 1100, quando Boemundo, à frente de uma expedição ao Alto Eufrates, teve seu exército dizimado pelo emir danishmend e caíra prisioneiro. Exceto pela perda de efetivo militar, porém, o desastre não causara danos duradouros ao principado. A pronta intervenção do Rei Balduíno, então ainda Conde de Edessa, impedira os turcos de dar prosseguimento à sua vitória, e, alguns meses depois, Tancredo chegou da Palestina para assumir a regência durante o cativeiro do tio. Nele, os normandos encontraram um líder tão enérgico e inescrupuloso quanto Boemundo.[2]

O segundo Estado franco, o condado de Edessa, servia de escudo de proteção à Antióquia contra os muçulmanos. O condado, agora governado pelo primo e homônimo de Balduíno, Balduíno de Le Bourg, era maior que o principado. Espalhava-se pelas duas margens do Eufrates, desde Ravendel e Aintab até uma fronteira vaga em Jeziré, a leste da cidade de Edessa. Faltavam-lhe fronteiras naturais e uma população homogênea: embora fosse basicamente ocupado por cristãos, jacobitas sírios e armênios, compreendia também cidades islâmicas, como Saruj. Os francos não podiam esperar estabelecer um governo centralizado. Em vez disso, governavam por meio de guarnições instaladas em umas poucas fortalezas poderosas, que lhes serviam de base para coletar impostos das aldeias circunvizinhas e para partir em rentáveis ataques além de suas fronteiras. Toda a região sempre fora fronteiriça, sujeita a guerras intermináveis, mas sua terra era fértil e muitas de suas cidades, prósperas. Os impostos e assaltos rendiam ao Conde de Edessa uma receita razoável. Em termos comparativos, Balduíno I era muito mais rico como Conde de Edessa que como Rei de Jerusalém.[3]

---

1 Sobre Antióquia, ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 127 ss.
2 Ver acima, vol. I, pp. 285-6; e abaixo, capítulo III.
3 Cahen, *op. cit.*, pp. 110 ss.

A maior necessidade dos dois Estados era de efetivo militar — mas, mesmo sob esse aspecto, a premência era menor que em Jerusalém. Na Palestina, a população cristã estava proibida de pegar em armas desde a primeira invasão muçulmana na região. Inexistiam, pois, soldados nativos com quem os novos governantes pudessem contar. Já Antióquia e Edessa encontravam-se dentro dos antigos limites de Bizâncio; havia ali cristãos de sólida experiência militar, sobretudo os armênios. Caso se pusessem a serviço do príncipe franco, este teria um exército pronto ao seu dispor. Tanto Boemundo e Tancredo em Antióquia quanto Balduíno I em Edessa tentaram, a princípio, cooptar os armênios. Estes, contudo, revelaram-se desleais e traiçoeiros, não podendo receber cargos de confiança. Os governantes de Antióquia e Edessa necessitavam não só de cavaleiros ocidentais para liderar seus regimentos e comandar seus castelos, mas também de clérigos ocidentais para administrar seu governo. Todavia, enquanto Antióquia oferecia aos imigrantes a perspectiva de uma existência relativamente segura, Edessa só tinha condições de atrair aventureiros dispostos a levar a vida de um chefe de bandoleiros.

Jerusalém era separada desses dois Estados francos ao norte por uma longa faixa de território controlada por inúmeros potentados islâmicos rivais. O litoral imediatamente ao norte do reino estava nas mãos de quatro ricos portos (Acre, Tiro, Sídon e Beirute), todos os quais deviam ao Egito uma fidelidade que aumentava ou diminuía conforme o grau de proximidade da frota egípcia.[1] Ao norte de Beirute ficava o emirado dos Banū Ammar, com sua capital em Trípoli. O emir da cidade recentemente aproveitara a partida dos cruzados para o sul para estender seus domínios até Tortosa.[2] Jabala, entre Tortosa e Latáquia, estava nas mãos de um magnata local, Qadi ibn Sulaiha, que, no verão de 1101, a entregou a Toghtekin, atabegue Duqaq de Damasco, que, por sua vez, a transferiu para os Banū Ammar.[3] Nas montanhas Nosairi, atrás de Tortosa e Jabala, situavam-se os pequenos emirados dos Banū Muhris (Marqab e Qadmus) e dos Banū Amrun (Kahf).[4] O alto vale do Orontes dividia-se entre o aventureiro Khalaf ibn Mula'ib, de Apaméia (que, por ser xiita, reconhecia a suserania fatímida), os munquiditas de Shaizar — a mais importante dessas pequenas dinastias — e Janah ad-Daulah, de Homs, ex-atabegue de Ridwan de Alepo, que se desentendera com seu senhor e desfrutava de uma semi-independência.[5]

---

1 Gibb, *op. cit.*, pp. 15-18; Le Strange, *Palestine under the Moslems*, pp. 342-52.
2 Sobre os Banū Ammar, ver o artigo de Sobernheim "Ibn Ammar", na *Encyclopaedia of Islam*.
3 Ibn al-Qalanisi (*Crônica de Damasco*), pp. 51-2.
4 Cahen, *op. cit.*, pp. 180.
5 Ver Honigman, artigo "Shaizar", e Sobernheim, artigo "Homs", na *Encyclopaedia of Islam*, além da introdução de Hitti, *An Arab-Syrian Gentleman*, pp. 5-6.

Alepo ainda se encontrava nas mãos de Ridwan, que, como membro da família seljúcida dominante, ostentava o título de *malik*, ou rei. Jeziré, a leste, era ocupada sobretudo por membros da dinastia ortóquida, que lá se refugiaram por ocasião da reconquista de Jerusalém pelos fatímidas, em 1097, e eram considerados vassalos de Duqaq de Damasco. Este, um *malik* como seu irmão Ridwan, governava a cidade de Damasco.[1]

A instabilidade dessas divisões políticas era acentuada pela divergência dos elementos que constituíam a população síria. Os turcos constituíam uma aristocracia feudal rala, ao passo que os emires menos importantes eram, em sua quase totalidade, árabes. No Norte da Síria e em território damasquino, a população urbana era em grande parte cristã — sírios da Igreja Jacobita, com nestorianos nos distritos do leste e armênios que se infiltravam no norte. O território dos Banū Ammar era amplamente povoado pela seita monotelista dos maronitas. Nas montanhas Nosairi, havia a tribo dos nosairi, uma seita xiita na qual Khalaf ibn Mula'ib baseava seu poder. As encostas do Sul do Líbano eram habitadas pelos drusos, xiitas que aceitavam a divindade do Califa Hakim e detestavam todos os seus vizinhos muçulmanos — embora seu ódio aos cristãos fosse ainda maior. A situação era complicada pela contínua imigração de árabes do deserto e de curdos das montanhas ao norte para os territórios cultivados, bem como pela presença de companhias turcomanas, prontas a colocar-se a serviço de qualquer belicoso chefe local que se comprometesse a pagá-las.[2]

Dos vizinhos islâmicos da Síria, os mais poderosos eram os governantes fatímidas do Egito. O vale do Nilo e seu delta constituíam a área de maior densidade populacional do mundo medieval. Cairo e Alexandria eram grandes cidades industriais, de cujas fábricas saíam vidro, cerâmica e artigos de metal, bem como tecidos e brocados. Nos distritos agrícolas, a colheita de trigo era abundante, e havia imensas plantações de cana-de-açúcar no delta. O Egito controlava o comércio do Sudão, com seu ouro e goma-arábica, penas de avestruz e marfim. Os produtos do Extremo Oriente agora eram transportados por navio, usando a rota do mar Vermelho — chegando, assim, ao Mediterrâneo através dos portos egípcios. O governo do país podia colocar exércitos enormes em campo, pois, embora os egípcios em si tivessem fama de soldados fracos, podiam dar-se ao luxo de contratar todos os mercenários que desejassem. Além disso, das potências muçulmanas, o Egito era a que possuía a marinha mais considerável. O próprio califa fatímida, por ser xiita, era o protetor natural dos xiitas sírios. Todavia, como costumava ser

1 Ver Gibb, *op. cit.*, pp. 22-4.
2 Ver Gibb, *op. cit.*, pp. 27-9.

tolerante, muitos dos árabes sunitas que temiam o domínio turco mostravam-se prontos a reconhecer sua suserania. As invasões turcas haviam restringido o império fatímida na Síria, e a captura de Jerusalém pelos francos, aliada à derrocada da força de resgate egípcia em Ascalão, abalara seu prestígio; contudo, o Egito podia dar-se ao luxo de perder um exército. Era claro que o Vizir al-Afdal — que governava o país em nome do jovem Califa al-Amir e era, ele mesmo, um armênio nascido em Acre — logo trataria de vingar a derrota e recuperar a Palestina. Nesse meio tempo, a esquadra egípcia mantinha-se em contato com as cidades islâmicas do litoral.[1]

O califa rival, o abássida al-Mustazhir, não passava de um jovem obscuro, que só reinava em Bagdá por graça do sultão seljúcida — o filho mais velho do grande Malik-Xá, Barkiyarok. Este, porém, não possuía o mesmo poder e habilidade de seu pai. Seus irmãos revoltavam-se constantemente contra ele; fora obrigado a conceder ao caçula, Sanjar, o domínio de Curasão, e desde 1099 estava em guerra com outro, Maomé, que acabaria conquistando a província do Iraque. Essas preocupações faziam dele um aliado inútil na luta contra os cristãos.

O líder do ramo mais jovem da dinastia seljúcida, o *malik* anatólio Kilij Arslan, auto-intitulado sultão, encontrava-se, no momento, em melhor situação que seu primo. A Primeira Cruzada destituíra-o de sua capital, Nicéia, e da maior parte de seu tesouro, perdido no campo de batalha em Doriléia. Grande parte das terras que ele controlara havia caído em mãos bizantinas, e ele não se encontrava em bons termos com os seljúcidas do leste, cuja supremacia se recusava a admitir. Não obstante, a imigração turcomana para a Anatólia proporcionou-lhe uma maneira de reconstruir seu exército e uma população que superaria os cristãos em número.[2] Mais efetivo era o emirado danishmend, solidamente estabelecido em Sivas, de onde dominava o nordeste da península. Seu emir, Gümüshtekin, havia ganhado renome pela recente captura de Boemundo; era o primeiro líder islâmico a conquistar uma vitória sobre um exército de cavaleiros francos. Também vinha recebendo os reforços contínuos da imigração turcomana.[3]

Entre os turcos da Anatólia e os Estados francos do Norte da Síria havia um grupo de príncipes armênios: Oshin, que controlava a região central dos montes Tauro, e, a leste, os príncipes da casa de Rupênio; Kogh Vasil no Antitauro, Thatoul em Marash e Gabriel em Melitene. Thatoul e Gabriel pertenciam à Igreja Ortodoxa, inclinando-se, portanto, a cooperar com Bi-

---

1 Ver Wiet, *L'Egypte Musulman*, pp. 260 ss.
2 Ver artigos "Seldjuks" e "Kilij Arslan" na *Encyclopaedia of Islam*.
3 Sobre os danishmends, ver Mukrimin Halil, artigo "Danishmend", na *Islam Ansiklopedisi*.

zâncio. Tanto eles quanto Oshin baseavam sua situação jurídica em títulos que lhe haviam sido conferidos pelo imperador. Já os roupenianos, únicos desses armênios a conseguir fundar um Estado duradouro, eram tradicionalmente hostis a Bizâncio e à Igreja Ortodoxa.[1]

O poder cristão externo com maior interesse nos problemas sírios era Bizâncio, cujo trono era ocupado pelo Imperador Aleixo havia quase vinte anos. Este, que encontrara o império em seu nadir, havia logrado — graças à sua diplomacia e frugalidade e à sua sensatez no trato com seus súditos e rivais, tanto dentro de casa quanto no exterior — restabelecê-lo sobre bases sólidas. Utilizara o movimento cruzado para recobrar o Oeste da Ásia Menor, perdido para os turcos, e sua frota, reorganizada, deu-lhe o controle das áreas costeiras. Mesmo decadente, Bizâncio desfrutava, por tradição, de grande prestígio em todo o Oriente. Afinal, tratava-se do Império Romano, com mil anos de história nas costas, e seu imperador era o líder reconhecido da cristandade, por mais que os outros cristãos desaprovassem sua política ou mesmo sua cobiça. Constantinopla, com sua ativa e inumerável população, sua imensa riqueza e formidáveis fortificações, era a mais impressionante cidade do mundo. As forças armadas do império eram as mais bem equipadas do seu tempo. As moedas imperiais eram havia muito as únicas confiáveis. O câmbio internacional era calculado em termos do hipérpero, usualmente chamado de besante, o *solidus* de ouro cujo valor fora fixado por Constantino, o Grande. Bizâncio ainda desempenharia um papel dominante na política oriental por quase um século, mas na verdade seus êxitos deviam-se mais ao brilho de seus estadistas e ao prestígio de seu nome romano que ao seu poder de fato. As invasões turcas haviam arruinado a organização social e econômica da Anatólia, onde o império outrora obtinha a maior parte de suas tropas e seus víveres, e, por mais que se pudesse recuperar o território, era quase impossível reaver a antiga organização. O exército era, agora, quase que inteiramente mercenário, e, portanto, ao mesmo tempo caro e indigno de confiança. Mercenários turcos como os pechenegues eram de emprego seguro contra francos ou eslavos, mas deixavam de ser confiáveis contra os turcos na Ásia. Mercenários francos não enfrentariam de bom grado outros francos. No início de seu reinado, Aleixo fora forçado a comprar o auxílio veneziano mediante concessões comerciais prejudiciais aos seus próprios súditos — seguidas de concessões às demais cidades marítimas, Gênova e Pisa. Assim, o comércio imperial começou a passar para mãos estrangeiras. Um pouco

1 Sobre o contexto armênio, ver Tournebize, *Histoire Politique et Religieuse d'Arménie*, pp. 168-70; também acima, vol. I, pp. 180 ss.

mais tarde, em sua necessidade de dinheiro vivo, Aleixo adulterou a cunhagem das moedas, emitindo peças de ouro sem o conteúdo de metal atestado. A confiança no besante começou a declinar, e logo os clientes do império passaram a insistir em serem pagos em "miguéis", a moeda cunhada pelo Imperador Miguel VII, última sabidamente confiável.

A maior preocupação do imperador eram as guerras em que seu império se envolvia. Recebera a Primeira Cruzada de braços abertos e se prontificara a cooperar com seus líderes, mas a ambição e a perfídia de Boemundo em Antióquia haviam-no chocado e enfurecido. Seu primeiro desejo era recapturar a cidade e controlar as estradas que, através da Ásia Menor, levavam até ela. Quando os cruzados prosseguiram rumo ao sul, penetrando na Palestina, cessou sua colaboração ativa. A política bizantina tradicional fora, no último século, de aliança com os fatímidas do Egito contra os abássidas sunitas e turcos. Exceto sob o califa louco Hakim, os fatímidas haviam tratado os cristãos orientais com generosa tolerância, e Aleixo não tinha motivos para presumir que o governo franco lhes seria mais agradável. Assim, o imperador dissociara-se da marcha franca sobre Jerusalém. Ao mesmo tempo, porém, como patrono dos ortodoxos, não podia ser indiferente ao destino de Jerusalém. Se parecia provável que o reino franco perduraria, ele teria de tomar providências para garantir o reconhecimento de seus direitos. Estava pronto a mostrar sinais de boa vontade aos francos da Palestina, mas seu auxílio ativo se restringiria à cooperação na abertura das rotas através da Ásia Menor. Pelos normandos de Antióquia, Aleixo não sentia nada além de hostilidade, e daria prova de ser um inimigo perigoso. Ao que parece, não nutria ambição alguma de recuperar Edessa. Provavelmente percebia o valor do condado franco como um baluarte contra o mundo muçulmano.[1]

Um novo fator fora recentemente introduzido na política oriental, com a intervenção das cidades mercantis italianas. Embora a princípio houvessem se esquivado de tomar parte na Cruzada, quando perceberam que ela prometia ser bem-sucedida, Pisa, Veneza e Gênova enviaram frotas para o Oriente, prometendo apoio em troca de estabelecimentos em todas as cidades de cuja conquista participassem. Os cruzados receberam-nas de bom grado, pois proporcionavam um poderio marítimo sem o qual seria impossível submeter as cidades muçulmanas do litoral. Além disso, seus navios proporcionavam uma rota de comunicação mais rápida e segura com a Europa Ocidental que a longa jornada por terra. Entretanto, as concessões que os

1 Sobre a posição de Bizâncio e a política de Aleixo, ver acima, vol. I, *passim*.

italianos exigiram (e obtiveram) significaram a perda de grande parte da potencial receita dos governos francos.[1]

As complexidades do contexto internacional não davam ao Rei Balduíno grandes motivos para otimismo. Seus aliados eram ou indiferentes ou rapaces, cada qual preocupado apenas com seus próprios interesses egoísticos. Se, por um lado, a discórdia reinante entre seus inimigos era profícua, por outro bastava que o mundo islâmico encontrasse um líder capaz de uni-lo para que as chances de sobrevivência dos Estados francos do Oriente fossem reduzidas a pó. Ao mesmo tempo, seus seguidores eram em número demasiado restrito em uma terra de clima implacável assolada através dos séculos pelos embates entre as nações. Foi com agradável expectativa que ele soube das novas expedições cruzadas que partiam do Ocidente.

1 A melhor síntese do papel desempenhado pelos italianos é fornecida por Heyd, *Histoire du Commerce du Levant*, vol. I, pp. 131 ss.

Capitulo II

As Cruzadas de 1101

"Mas eles disseram: 'Não atenderemos!'" JEREMIAS 6, 17

A notícia de que os cristãos haviam reconquistado Jerusalém chegou à Europa Ocidental no fim do verão de 1099, sendo recebida com entusiasmo e regozijo. Por toda parte, os cronistas interromperam a narração dos acontecimentos locais para relatar aquele grande exemplo da misericórdia divina. O próprio Papa Urbano morrera antes de saber do acontecido, mas seus amigos e seguidores em toda a Igreja deram graças a Deus pelo êxito de sua política. Durante o inverno que se seguiu, muitos dos líderes cruzados voltaram para casa com seus homens. Como é costume dos soldados ao retornarem de suas campanhas, os cruzados sem dúvida devem ter exagerado tanto as privações da jornada quanto o esplendor da terra conquistada, bem como os milagres enviados pelos Céus para encorajá-los. Todos, porém, sublinhavam a necessidade de guerreiros e colonos no Oriente, a fim de dar prosseguimento à obra divina, e falavam das riquezas e propriedades que lá esperavam para serem ocupadas pelos aventureiros. Instavam a partida de uma nova Cruzada, com as bênçãos dos pregadores da Igreja.[1]

A nova expedição só poderia partir no começo do outono de 1100. Os meses de inverno eram impróprios para viajar, e, depois, era preciso colher a safra. Ainda assim, em setembro de 1100 uma Cruzada de lombardos deixou a Itália rumo ao Oriente. À sua frente seguia o maior personagem da Lombardia, o Arcebispo de Milão, Anselmo de Buis. Com ele iam Alberto, Conde de Biandrate, o Conde Guiberto de Parma e Hugo de Montebello. A participação dos lombardos na Primeira Cruzada fora insignificante. Muitos haviam seguido para o leste logo nos primeiros meses, juntando-se a Pedro, o Eremita — e, intrigando alemães com franceses, ajudaram a arruinar sua expedição. Como os sobreviventes tinham se colocado a serviço de Boemundo, dos líderes cruzados era este quem desfrutava de maior prestígio na

---

1 Ver, por exemplo, a carta do Papa Pascoal *in* Migne, *Patrologia Latina*, vol. CLXIII, cols. 42 ss. Acreditava-se, no Oriente, que, caso não chegassem reforços, as terras conquistadas teriam de ser evacuadas (*De Translatione S. Nicolai, in R.H.C.Occ.*, vol. V, p. 271).

Lombardia. A nova expedição era um pouco mais organizada. Compreendia muito poucos soldados treinados, sendo composta basicamente de uma ralé oriunda dos bairros pobres das cidades lombardas, homens que haviam tido suas vidas desorganizadas pelo crescente industrialismo da província. Com eles iam clérigos, mulheres e crianças em grande número. Era uma companhia extensa, embora a estimativa de Alberto de Aix de duzentas mil almas deva ser dividida por pelo menos dez; nem o arcebispo, nem o Conde de Biandrate — considerado seu líder militar — estavam em condições de controlá-la.[1]

Durante o outono de 1100, os lombardos cruzaram lentamente a Carniola e desceram o vale do Sava, atravessando o território do Rei da Hungria, penetrando no Império Bizantino em Belgrado. Aleixo estava pronto para lidar com eles. Suas tropas escoltaram-nos através dos Bálcãs e, em seguida, por serem numerosos demais para serem alimentados e vigiados em um único acampamento, dividiram-nos em três companhias. Uma passaria o inverno em um acampamento nas proximidades de Filipópolis, a segunda, perto de Adrianópolis e a terceira, nos arredores de Rodosto — mas, mesmo assim, eram demasiado turbulentos para serem controlados. Os três grupos começaram a assolar a região em que se encontravam, saqueando as cidades, arrombando celeiros e roubando até as igrejas. Por fim, em março, o imperador reuniu-os em um acampamento próximo de Constantinopla, pretendendo transportá-los Ásia adentro tão logo quanto possível. Àquela altura, porém, já chegara aos lombardos a notícia de que havia outros cruzados a caminho. Recusaram-se a transpor o Bósforo enquanto os reforços não chegassem. Para obrigá-los a prosseguir, as autoridades imperiais cortaram-lhes os suprimentos — pelo que eles imediatamente atacaram os muros da cidade e invadiram o pátio do palácio imperial de Blacherne, onde mataram um dos leões de estimação do imperador e tentaram forçar os portões. O Arcebispo de Milão e o Conde de Biandrate, que haviam sido bem recebidos pelo imperador, ficaram horrorizados. Correram para o meio da multidão revoltosa e conseguiram ao menos convencê-los a retornar para o acampamento. Em seguida, tiveram de enfrentar a tarefa de apaziguar o imperador.[2]

A paz ficou a cargo do Conde Raimundo de Toulouse. Raimundo passara o inverno como hóspede de Aleixo, de cuja absoluta confiança agora gozava. Como o mais alto de todos os príncipes cruzados, amigo do Papa Urbano e do Bispo Ademar, ainda usufruía de uma imensa reputação. Os lombardos

---

1 Alberto de Aix, VIII, I, p. 559; Ana Comnena, XI, viii, 1, vol. III, p. 36, chama-os de normandos sob o comando de dois irmãos, de nome Φλάντρας.

2 Alberto de Aix, VIII, 2-5, pp. 559-62; Orderic Vitalis, X, 19, vol. IV, p. 120, que se confunde e afirma que o imperador usou leões contra os cruzados.

deram-lhe ouvidos; seguindo seus conselhos, anuíram em seguir para a Ásia. No final de abril, estavam acomodados em um acampamento perto de Nicomédia, onde aguardaram os recém-chegados do Ocidente.[1]

Estêvão, Conde de Blois, nunca pôde esquecer sua fuga de Antióquia. Além de não ter cumprido seus votos cruzados, mostrara covardia diante do inimigo. Sua esposa, a Condessa Adela — filha de Guilherme, o Conquistador —, estava profundamente envergonhada. Mesmo na intimidade do quarto do casal ela o importunava, insistindo em que fosse lavar sua honra. Estêvão não podia nem ao menos alegar que era necessário em casa, pois sua esposa sempre fora a verdadeira soberana do condado. Assim, desanimado e cheio de maus presságios, ele mais uma vez partiu para a Terra Santa, na primavera de 1101.[2]

Ao correr a notícia de sua expedição, muitos outros cavaleiros franceses prepararam-se para juntar-se a ele, sob a liderança de Estêvão, Conde da Borgonha, de Hugo de Broyes, de Balduíno de Grandpré e do Bispo de Soissons, Hugo de Pierrefonds. Desceram a península itálica e cruzaram o Adriático, chegando a Constantinopla por volta do início de maio. Em algum ponto da jornada, foram alcançados por um pequeno contingente germânico, comandado por Conrado, Comissário do Imperador Henrique IV.[3]

Os cruzados franceses ficaram felicíssimos por encontrar Raimundo em Constantinopla, e muito satisfeitos com sua recepção pelo imperador. Provavelmente por sugestão de Aleixo, resolveram que Raimundo comandaria toda a expedição, e os lombardos aquiesceram. Nos últimos dias de maio, todo o exército — franceses, germânicos e lombardos, além de alguns bizantinos (sob o comando do General Tsitas) e mais quinhentos mercenários turcos, provavelmente pechenegues — deixou Nicomédia, tomando a estrada para Doriléia.

O objetivo da Cruzada era chegar à Terra Santa e, no caminho, reabrir a rota através da Ásia Menor, meta secundária que contava com o apoio do imperador. Assim, Estêvão de Blois recomendou que as tropas seguissem a mesma estrada tomada pela Primeira Cruzada, passando por Doriléia e Konya. Raimundo, seguindo as instruções que lhe haviam sido dadas por Aleixo, concordou. Entretanto, os lombardos, que constituíam a maioria do exército, eram de opinião diferente. Boemundo era o seu herói, o único guerreiro em quem confiavam para conduzi-los à vitória — e encontrava-se

---

1 Alberto de Aix, VIII, 7, p. 563; Ana Comnena, XI, viii, 2, vol. III, pp. 36-7. Correu o boato de que Raimundo teria a assim chamada Santa Lança consigo. Ver Runciman, "The Holy Lance found at Antioch", *in Anacleta Bollandiana*, vol. LXVIII, pp. 205-6.

2 Orderic Vitalis, X, 19, vol. IV, p. 119.

3 Alberto de Aix, VIII, 6, pp. 562-3; Orderic Vitalis, *loc. cit.*

prisioneiro no castelo de Niksar, do emir danishmend, no longínquo Nordeste da Anatólia. Insistiram em que sua primeira tarefa devia ser resgatá-lo. Raimundo e Estêvão protestaram em vão. A rixa de Raimundo com o líder normando não era segredo para ninguém, e, não obstante todas as suas qualidades, ele nunca mostrara grande vigor como líder; o prestígio de Estêvão, por sua vez, era abalado pela lembrança de sua covardia no passado. O Conde de Biandrate e o Arcebispo de Milão apoiaram os lombardos, que conseguiram o que queriam.[1] Ao deixar Nicomédia, o exército virou para o leste e tomou a estrada para Ancara. A região estava praticamente toda sob o domínio bizantino, e os cruzados obtiveram suprimentos no caminho. A própria Ancara encontrava-se nas mãos do sultão seljúcida, Kilij Arslan, mas, quando os cruzados chegaram, em 23 de junho, encontraram a cidade quase desguarnecida e a tomaram de assalto. Muito corretos, entregaram-na aos representantes do imperador.

Deixando a cidade, o exército seguiu na direção nordeste, por um caminho que levava a Gangra, no Sul da Paflagônia, onde se encontrava a estrada principal para Amaséia e Niksar. Ainda não haviam chegado a Gangra quando seus problemas começaram. Kilij Arslan retirava-se à sua frente, devastando todo o campo ao avançar, de modo que mal encontravam o que comer. Nesse meio tempo, Malik Ghazi, o Danishmend, profundamente alarmado, apressou-se em reiterar sua aliança com Kilij Arslan e persuadiu Ridwan de Alepo a enviar reforços do sul. Quando, no início de julho, os cruzados atingiram Gangra, os seljúcidas lá se encontravam em peso. A fortaleza mostrou-se inexpugnável. Depois de arruinar toda a região e tomar todos os suprimentos que encontraram, as tropas cristãs não tiveram alternativa senão seguir adiante. Os soldados estavam cansados e famintos, e, no planalto anatólio, o calor do verão era quase intolerável. Em sua frustração, resolveram acatar o Conde Raimundo, que recomendara que marchassem para o norte, até Kastamuni, e dali seguissem para alguma cidade bizantina na costa do mar Negro. Tal curso salvaria o exército da destruição certa, e sem dúvida Raimundo pensou que o imperador lhe perdoaria a desobediência caso ele retornasse após capturar para o império duas grandes fortalezas, Ancara e Kastamuni — esta última, o *Castra Comnenon* que fora outrora o lar da dinastia imperial.

A viagem até Kastamuni foi lenta e penosa. Faltava água, e os turcos haviam destruído as plantações — além de seguirem rapidamente por cami-

---

1 Alberto de Aix, VIII, 7, pp. 563-4, diz que a decisão de marchar para o leste foi dos lombardos; Ana, *loc. cit.* Segundo ela, o imperador esperava que Raimundo e Tsitas mudassem essa decisão.

nhos paralelos, fustigando os cruzados às vezes pela frente, outras por trás. Não haviam avançado muito quando a vanguarda, composta por setecentos lombardos, sofreu um ataque súbito. Os cavaleiros lombardos debandaram em pânico, abandonando a infantaria para ser massacrada. Foi com dificuldade que Estêvão da Borgonha conseguiu reagrupar as tropas montadas e rechaçar o inimigo. Raimundo, no comando da retaguarda, passou os dias seguintes envolvido em constantes escaramuças com os turcos. Logo o exército foi obrigado a mover-se em uma massa compacta, da qual era impossível destacar forças de pilhagem ou batedores. Ao chegarem aos arredores de Kastamuni, estava claro para os líderes que sua única chance de segurança era atingir a costa o mais rápido possível. Mais uma vez, porém, os lombardos recusaram-se a ouvir a voz da razão. Talvez atribuíssem à opção de Raimundo pela estrada para Kastamuni a culpa dos problemas que enfrentavam; talvez acreditassem que, ao saírem do território seljúcida e passarem para o danishmend, tudo seria mais fácil. Em sua obstinada insensatez, insistiram em mais uma vez virar para o leste. Os príncipes tiveram de aceitar tal decisão, pois seus contingentes reduzidos teriam pouca esperança de sobrevivência caso abandonassem o corpo principal das tropas. A Cruzada transpôs o rio Halis, penetrando em território do emir danishmend. Depois de terem a insolência de saquear uma aldeia cristã, chegaram à cidade de Mersivan, a meio caminho entre o rio e Amaséia — onde o Comissário Conrado foi atraído para uma emboscada e perdeu várias centenas de seus soldados germânicos. Àquela altura, estava claro que os danishmends e seus aliados estavam concentrando-se para um grande ataque, e Raimundo aprontou o exército cristão para a batalha.[1]

Quando a batalha começou, os turcos empregaram sua tática predileta. Seus arqueiros investiram, despejando uma saraivada de flechas, para em seguida retirar-se rapidamente, enquanto outros surgiam vindos de outra direção. Os cruzados não tiveram chance de um combate corpo a corpo, em que sua maior força física e melhores armas seriam de mais proveito. Não demorou para que a coragem dos lombardos cedesse. Com seu líder, o Conde de Biandrate, à sua frente, fugiram em pânico, deixando

1 Alberto de Aix, VIII, 8-14, pp. 564-7. Segundo ele, Raimundo foi subornado pelos turcos, a fim de conduzir o exército até Kastamuni, o que parece improvável. Ana, *loc. cit.*, faz menção ao saque da aldeia cristã. Grousset, *Histoire des Croisades*, vol. II, p. 326, n. 2, sem dúvida está certo em repudiar a identificação de Tomaschak da *Maresch* de Alberto com Amaséia (*Topographie von Kleinasien*, p. 88) e em retornar à identificação de Michaud com Merzifun ou Mersivan. Mersivan poderia facilmente ser transformada, por um francês ignorante, em Maresiam ou Marescam, forma francesa de Marash, mas é difícil imaginar como um "r" conseguiria imiscuir-se em *Amasya*, o nome turco de Amaséia, ou *Masa*, a denominação árabe.

suas mulheres e sacerdotes para trás. Foram logo seguidos pelos mercenários pechenegues, que não viram por que ficar ali esperando pela morte certa. Raimundo, que lutava com eles, viu-se abandonado. Conseguiu retirar-se, com sua guarda pessoal, em uma pequena colina rochosa, onde resistiu até que Estêvão de Blois e Estêvão da Borgonha viessem em seu resgate. Durante toda a tarde, os cavaleiros franceses e Conrado, o Germânico, lutaram com bravura, recuando para o acampamento; ao cair da noite, porém, Raimundo estava no seu limite. Com a cobertura da escuridão, fugiu com sua guarda provençal e sua escolta bizantina para a costa. Ao saberem de sua fuga, seus colegas desistiram da luta. Antes do amanhecer, os remanescentes do exército debandaram, abandonando o acampamento e os não-combatentes nas mãos do inimigo.

Os turcos pararam para assassinar os homens e as mulheres de idade do acampamento, seguindo depois a toda velocidade atrás dos fugitivos. Só aqueles que estavam montados conseguiram escapar. A infantaria foi exterminada praticamente até o último homem. Os lombardos, cuja teimosia causara o desastre, foram aniquilados, exceto seus líderes. As perdas foram estimadas em quatro quintos das tropas. Um grande tesouro e uma quantidade significativa de armas caíram em mãos turcas, e os haréns e mercados de escravos orientais foram enriquecidos pelas mulheres e crianças capturadas naquele dia.[1]

Raimundo e sua escolta lograram chegar ao pequeno porto bizantino de Bafra, na foz do rio Halis. Ali, conseguiram um navio para levá-los de volta a Constantinopla. Os demais cavaleiros lutaram para cruzar o rio e chegaram à costa em Sínope. Dali, seguiram penosamente pela estrada litorânea, através de território bizantino, até o Bósforo. Voltaram a reunir-se em Constantinopla no começo do outono.[2]

A opinião pública entre os cruzados, na ânsia por encontrar um bode expiatório, pôs a culpa do desastre nos bizantinos. O Conde Raimundo, dizia-se, estava seguindo instruções do imperador ao desviar o exército do rumo e levá-lo a perecer em uma emboscada turca previamente arranjada. Na verdade, porém, Aleixo estava furioso com Raimundo e seus colegas. Recebeu-os de forma polida mas fria, e não fez segredo de sua irritação.[3] Caso a Cruzada lhe tivesse conquistado Kastamuni e o interior da Paflagônia, ele talvez lhes perdoasse; no entanto, estava muito mais ansioso por assegurar a rota direta para a Síria, a fim de proteger suas reconquistas no Su-

---

1 Alberto de Aix, VIII, 14-23, pp. 567-73, cujo relato é coerente com a narração mais sucinta de Ana (XI, viii, 3, vol. III, pp. 37-8).
2 Alberto de Aix, VIII, 24, p. 274.
3 *Ibid.*, *loc. cit.* Segundo ele, Raimundo conseguiu abrandar a indignação do imperador.

doeste da Ásia Menor e poder intervir nos problemas sírios. Ademais, ele não pretendia envolver-se em uma guerra contra o emir danishmend, com quem iniciara negociações para comprar a pessoa de Boemundo. O desatino dos lombardos arruinara seus planos. Todavia, o desastre tivera conseqüências ainda mais graves. As vitórias cristãs da Primeira Cruzada haviam maculado a reputação e a autoconfiança turcas. Agora, ambas haviam sido gloriosamente restauradas. O sultão seljúcida recobrou seu domínio sobre a Anatólia Central, logo estabelecendo sua capital em Konya, na estrada principal entre Constantinopla e a Síria; enquanto isso, Malik Ghazi, o Danishmend, prosseguiu em sua conquista do vale do Eufrates, chegando às fronteiras do condado de Edessa.[1] A via terrestre que ligava a Europa à Síria estava mais uma vez bloqueada, tanto para os cruzados quanto para os bizantinos. Pior, as relações entre os cruzados e Bizâncio tinham se deteriorado. Os cruzados insistiam em considerar o imperador culpado por seus infortúnios, ao passo que os bizantinos estavam chocados e irritados com a estupidez, ingratidão e desonestidade dos europeus.

Não demorou muito para que os resultados do desastre ficassem evidentes. Poucos dias depois da partida dos lombardos de Nicomédia, um exército francês chegou a Constantinopla, comandado por Guilherme II, Conde de Nevers. Ele partira em fevereiro e, seguindo pela Itália, cruzara o Adriático de Brindisi a Avlona. Seu exército causou uma excelente impressão ao atravessar a Macedônia, pela rigidez de sua disciplina. O conde foi recebido com cordialidade por Aleixo, mas preferiu não prolongar-se em Constantinopla. Como provavelmente pretendia juntar suas forças às do Duque da Borgonha (de quem era vizinho em sua terra), apressou-se, na esperança de alcançá-lo. Ao chegar a Nicomédia, soube que a Cruzada seguira para Ancara, aonde chegou no fim de julho. Lá, porém, ninguém sabia do paradeiro do exército franco-lombardo. Assim, Guilherme retrocedeu, tomando a estrada para Konya. Apesar das dificuldades de viajar através de uma região que ainda não se recuperara da devastação sofrida na época da Primeira Cruzada, as tropas avançaram na mais perfeita ordem. Konya encontrava-se, agora, em poder de uma forte guarnição seljúcida, e a tentativa de Guilherme de tomar a cidade redundou em fracasso. Percebendo que seria imprudente demorar-se ali, seguiu em frente. Nesse ínterim, contudo, Kilij Arslan e Malik Ghazi souberam da chegada daquele novo inimigo; com o triunfo sobre os lombardos ainda quente, precipitaram-se para o sul, provavelmente passando por Cesaréia-Mazacha e Nigde, e chegaram a Heracléia antes do Conde de Nevers — cujas tropas, ao deixarem Konya, avança-

1 Miguel, o Sírio, III, pp. 189-91. Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, p. 232.

ram penosamente na direção leste. O alimento era parco, e os poços tinham sido bloqueados pelos turcos. Ao se aproximarem de Heracléia, exaustos e enfraquecidos, foram emboscados e cercados por todo o exército turco, muito superior em número. Depois de uma rápida batalha, sua resistência foi vencida e toda a força francesa caiu em campo — exceto o próprio Conde Guilherme e uns poucos cavaleiros, que romperam as linhas turcas e, após vários dias vagando pelos montes Tauro, chegaram à fortaleza bizantina de Germanicópolis, no Noroeste da Selêucia isáurica. Ali, ao que parece, o governador bizantino ofereceu-lhes uma escolta de doze mercenários pechenegues para acompanhá-los até a fronteira síria. Algumas semanas mais tarde, o Conde Guilherme e seus companheiros chegaram a Antióquia, seminus e desarmados. Segundo eles, os pechenegues haviam-nos roubado e abandonado no deserto que atravessavam — mas o que aconteceu de fato ninguém sabe.[1]

Mal o Conde de Nevers cruzara o Bósforo, outro grande exército, composto de franceses e germânicos, chegou a Constantinopla. O contingente francês era comandado por Guilherme IX, Duque da Aquitânia, o mais célebre trovador de seu tempo e, politicamente, grande rival de Raimundo de Toulouse — pois sua esposa, a Duquesa Filipa, como filha do irmão mais velho de Raimundo, devia ter herdado seu condado. Estava acompanhado de Hugo de Vermandois, que abandonara a Primeira Cruzada após a captura de Antióquia e estava ansioso por cumprir seus votos de seguir até Jerusalém. O exército da Aquitânia partiu da França em março e viajou por terra, pelo Sul da Alemanha e pela Hungria. No caminho, recebeu o Duque Guelfo da Baviera, que, após uma longa e ilustre carreira nas terras germânicas, pretendia passar seus últimos anos lutando pela Cruz na Palestina. O duque trazia consigo um exército bem equipado de cavaleiros e soldados de infantaria, e estava acompanhado de Thiemo, Arcebispo de Salzburgo, e da Margravina Viúva Ida da Áustria, uma das grandes belezas de sua época — que, agora que deixara para trás os dias da juventude, ansiava pela piedosa excitação de uma Cruzada. Seus exércitos unidos marcharam Danúbio abaixo até Belgrado, subindo em seguida a estrada principal pelos Bálcãs. Era uma turba indisciplinada; ao chegarem a Adrianópolis, seu comportamento era tão ruim que as autoridades bizantinas enviaram tropas pechenegues e polovetsianas para impedi-la de prosseguir, dando início a uma batalha. Foi preciso que o Duque Guilherme e o guelfo interviessem pessoalmente e dessem

1 Alberto de Aix, VIII, 25-33, pp. 576-8. Ele é a única fonte acerca dessa expedição. Hagenmeyer, *Chronologie du Royaume de Jérusalem*, pp. 438-9, 449, 459-60, situa a chegada dos homens de Nevers a Constantinopla em meados de junho, sua partida de Ancara por volta de 25 de julho e de Konya, em meados de agosto.

sua garantia de boa conduta de suas tropas no futuro; só assim receberam permissão para continuar. Uma escolta reforçada acompanhou-os até Constantinopla. Ali, Guilherme, o guelfo e a margravina foram amigavelmente recebidos por Aleixo, que providenciou homens para transportar suas tropas o mais rápido possível para o outro lado do Bósforo. Alguns dos peregrinos civis, inclusive o historiador Ekkehard de Aura, tomaram um navio direto para a Palestina, aonde chegaram após seis semanas de viagem.

Os dois duques poderiam ter alcançado o Conde de Nevers e reforçado seu exército mediante a adesão de suas forças. O conde, porém, desejava unir-se ao Conde da Borgonha — e, se o Duque Guilherme dificilmente aceitaria reunir-se ao exército liderado por seu velho rival, o Conde de Toulouse, o Guelfo da Baviera, antigo inimigo do Imperador Henrique IV, tampouco devia gostar muito do comissário deste, Conrado. O Conde de Nevers correu à frente até Ancara, enquanto o exército aquitano-bávaro esperou ainda cinco semanas junto ao Bósforo, para só então começar a deslocar-se pela estrada principal que levava a Doriléia e Konya. Ao chegarem a Doriléia, o exército de Nevers já passara pela cidade em sua viagem de volta e estava bem adiantado no caminho de Konya. A passagem de outro exército pela mesma estrada apenas alguns dias antes não facilitou as coisas para aquitanos e bávaros. As poucas provisões disponíveis já haviam sido levadas — pelo que os cruzados, em seu comportamento típico, culparam os bizantinos. Como o exército do conde, encontraram os poços secos ou bloqueados. Filomélio estava deserta, e foi saqueada. A guarnição turca de Konya, que resistira aos homens de Nevers, abandonou a cidade diante daquele exército maior; antes de partirem, porém, reuniram e levaram consigo todos os alimentos ali existentes, arrasando os pomares e jardins dos subúrbios. Os cruzados pouco encontraram com que se aliviar. Mais ou menos ao mesmo tempo, uns 160 quilômetros à frente, Kilij Arslan e Malik Ghazi estavam massacrando os homens de Nevers.

Os cruzados avançaram penosamente depois de Konya, sofrendo com a fome e com a sede, atravessando o deserto na direção de Heracléia. Começaram a surgir cavaleiros turcos em seus flancos, atirando flechas no meio das tropas e isolando grupos que procuravam alimentos ou se haviam extraviado. No começo de setembro entraram em Heracléia, que encontraram deserta como Konya. Logo depois da cidade corria um rio, um dos poucos cursos d'água anatólios a não perder volume durante todo o verão. Os soldados cristãos, meio enlouquecidos de sede, romperam sua formação e precipitaram-se na direção da água acolhedora. Todavia, o exército turco estava de tocaia na vegetação ribeirinha. Quando os cruzados acorreram, em desordem, os turcos pularam em cima deles e cercaram-nos. Não havia tempo

para retomar a formação. O pânico espalhou-se pelas tropas cristãs. Cavaleiros e soldados de infantaria misturaram-se em uma debandada apavorada; enquanto tropeçavam uns nos outros tentando fugir, foram massacrados pelo inimigo. O Duque da Aquitânia, seguido por um de seus pajens, cortou caminho e refugiou-se nas montanhas; depois de muitos dias vagando pelos desfiladeiros, conseguiu chegar a Tarso. Hugo de Vermandois foi gravemente ferido na batalha, mas foi resgatado por alguns de seus homens e também alcançou Tarso — mas estava agonizante. Faleceu em 18 de outubro, sendo enterrado na própria cidade, na Catedral de S. Paulo. Não cumpriu seu voto de ir a Jerusalém. O Guelfo da Baviera só pôde escapar livrando-se de sua armadura. Ao cabo de várias semanas, chegou a Antióquia com dois de três acompanhantes seus. O Arcebispo Thiemo foi feito prisioneiro e martirizado por sua fé. Não se sabe o destino da margravina da Áustria. De acordo com lendas posteriores, ela terminou seus dias como cativa de um harém distante, onde deu à luz o herói muçulmano Zengi. O mais provável é que tenha sido derrubada de sua liteira em meio ao pânico e morrido pisoteada.[1]

As três Cruzadas do ano de 1101 tiveram, cada qual a seu modo, um final desastroso — e sua derrocada afetou toda a história do movimento cruzado. Os turcos vingaram sua derrota em Doriléia. Ao fim e ao cabo, não foram expulsos da Anatólia. A estrada que cruzava a península continuou insegura para os exércitos cristãos, francos ou bizantinos. Mais tarde, quando estes desejassem intervir na Síria, teriam de operar nos extremos de linhas de comunicação longas e muito vulneráveis; quanto aos francos, permaneceria o medo dos imigrantes ocidentais de viajar por terra, passando por Constantinopla, exceto em grandes exércitos. Sua única via de acesso era o mar, e poucos tinham condições financeiras para tanto. Assim, em vez dos milhares de úteis colonos que aquele ano deveria ter trazido para a Síria e a Palestina, apenas um punhado de líderes turbulentos, que haviam perdido seus exércitos e sua reputação no caminho, chegaram aos Estados francos — onde já havia líderes turbulentos de sobra.

Nem todos os cristãos, porém, tinham por que lamentar os desastres do ano de 1101. Para as cidades marítimas italianas, a impossibilidade de asse-

---

1 Alberto de Aix, VIII, 34-40, pp. 579-82 (única fonte completa); Ekkehard, XXIV-XXVI, pp. 30-2. Este seguiu por mar a partir de Constantinopla, e confunde as expedições terrestres; o mesmo ocorre com Fulcher de Chartres, VII, xvi, 1-3, pp. 428-33. Há três *Passiones S. Thiemonis*, que descrevem o martírio do arcebispo mas não fornecem nenhum detalhe da expedição. A sorte de Ida, conjetural, é narrada na *Historia Welforum Weingartensis*, *in M.G.H.Ss.*, vol. XXI, p. 462. Ekkehard limita-se a dizer que ela foi morta. Vários cronistas ocidentais referem-se de passagem a essa expedição. Hagenmeyer (*op. cit.*, p. 457) situa a pilhagem de Filomélio por volta de agosto e a batalha, em torno de 5 de setembro.

gurar a via terrestre pela Ásia Menor significou um aumento de sua influência e riqueza. Afinal, eram as donas dos navios que constituíam o meio alternativo de comunicação com os Estados francos do Oriente. Sua cooperação era absolutamente indispensável, e elas insistiram em que o pagamento fosse sob a forma de concessões comerciais. Os armênios dos montes Tauro, sobretudo os príncipes roupenianos, regozijaram-se com as circunstâncias que dificultaram o restabelecimento do domínio bizantino sobre os distritos por eles ocupados — muito embora os armênios mais a leste tivessem menos motivos de júbilo. Seu maior adversário era o emir danishmend, cujo triunfo logo o encorajou a atacá-los. Também os normandos de Antióquia, que, como os roupenianos, tinham mais a temer dos bizantinos que dos turcos, foram brindados com uma trégua proveitosa. Boemundo ainda enlanguescia em seu cativeiro, mas seu regente, Tancredo, soube explorar a situação, consolidando o principado à custa do imperador. O destino logo colocaria um trunfo em suas mãos.

O Duque da Aquitânia, o Conde da Baviera e o Conde de Nevers chegaram a Antióquia, com seus poucos camaradas sobreviventes, antes do outono de 1101; os líderes da Cruzada franco-lombarda, porém, ainda se encontravam em Constantinopla. Não seria fácil para Aleixo perdoar seus desacertos. Até Raimundo, em quem ele depositara grandes esperanças, havia-o desapontado. No fim do ano, os príncipes ocidentais decidiram dar prosseguimento à sua peregrinação, e Raimundo pediu licença para partir, a fim de reunir-se à sua esposa e ao seu exército em Latáquia. O imperador deixou-os partir de bom grado, providenciando navios para transportá-los até a Síria. Por volta do ano-novo, Estêvão de Blois, Estêvão da Borgonha, o Comissário Conrado e Alberto de Biandrate chegaram a S. Simão e subiram para Antióquia, onde Tancredo lhes deu uma recepção calorosa. No entanto, o navio do Conde Raimundo foi separado dos outros e aportou em Tarso. Ao desembarcar, um cavaleiro de nome Bernardo, o Estrangeiro, apresentou-se e prendeu-o por haver traído a cristandade no episódio da fuga do campo de batalha em Mersivan. Sua pequena guarda pessoal foi impotente para resgatá-lo. Foi levado sob escolta e entregue a Tancredo.[1]

---

1 Alberto de Aix, VIII, 42, pp. 582-3. Bernardo, o Estrangeiro, estava no comando de Tarso em setembro de 1101 (ver abaixo, p. 39). É provável que, como sugere Radulfo de Caen (cxlv, p. 708), apoiado por Cahen (*La Syrie du Nord*, p. 232, n. 10), Raimundo tenha desembarcado em Longiniada, o porto de Tarso, e não em S. Simão, com os demais cruzados, como indica Alberto. Mateus de Edessa, clxxii, p. 242, diz que Raimundo foi aprisionado em "Sarouantavi", isto é, Sarventikar, no Tauro, o que parece improvável.

Capitulo III

Os Príncipes Normandos de Antióquia

"Todos eles agem contra os decretos de César" ATOS 17, 7

A derrota e captura de Boemundo por Malik Ghazi, o Danishmend, por mais alarmante que possa ter parecido no momento, não deixou de ter suas compensações para os príncipes francos. Antióquia precisava de um regente, e Tancredo era o candidato óbvio a ocupar o lugar do tio. Assim, o Rei Balduíno conseguiu livrar-se de seu mais perigoso vassalo na Palestina, ao passo que Tancredo aceitou de bom grado desembaraçar-se de uma situação constrangedora e incerta e deslocar-se para uma esfera que lhe ofereceria maior escopo e independência. Tancredo deixou a Palestina em março de 1101, estipulando somente que, caso seu tio retornasse do cativeiro dentro de três anos e Antióquia não mais necessitasse de seus serviços, seu feudo da Galiléia lhe seria restituído. Por conseguinte, era do interesse de Balduíno e de Tancredo que Boemundo não fosse libertado da prisão tão cedo. Não houve nenhuma tentativa de negociação com seu captor.[1]

Tancredo foi um regente correto. Não assumiu o título de Príncipe de Antióquia. Embora cunhasse sua própria moeda, a legenda, redigida em mau grego, limitava-se a intitulá-lo "servo de Deus", e, por vezes, ele se autodenominava o "Grande Emir". É provável que a opinião pública em Antióquia tenha impedido que suas ambições o levassem mais longe. Os normandos ainda consideravam Boemundo seu líder; ademais, este tinha um amigo fiel no patriarca que indicara imediatamente antes de cair prisioneiro, o latino Bernardo de Valência — em cujo favor Boemundo expulsara o patriarca grego, João, o Oxita. A política de Tancredo era idêntica à de Boemundo: no âmbito interno, consolidar a administração do principado e latinizar a Igreja; no externo, enriquecer à custa dos bizantinos e

1 Fulcher de Chartres, I, vii, I, pp. 390-3; Alberto de Aix, VII, 44-5, pp. 537-8.

dos príncipes islâmicos vizinhos. Suas pretensões, porém, eram mais locais e menos amplas que as do tio.[1]

Sua primeira preocupação foi resguardar-se de eventuais ataques de Bizâncio. As desastrosas Cruzadas de 1101 foram-lhe de imensa valia, pois a ressurgência dos turcos anatólios impossibilitou o imperador de arriscar-se a enviar um exército para o sudeste longínquo através da península. Como Tancredo acreditava que o ataque era a melhor defesa, no verão de 1101 — provavelmente assim que tomou ciência do ocorrido na batalha de Mersivan — ele enviou tropas para a Cilícia, a fim de recapturar Mamistra, Adana e Tarso, reocupadas pelos bizantinos três anos antes. As forças bizantinas locais não eram fortes o suficiente para se lhe oporem. Quando Guilherme da Aquitânia e Hugo de Vermandois chegaram a Tarso como fugitivos, no fim de setembro, encontraram o lugar-tenente de Tancredo — Bernardo, o Estrangeiro — no comando da cidade.[2]

Em seguida, Tancredo dirigiu sua atenção para Latáquia, o porto bizantino havia muito cobiçado pelos normandos. A tarefa ali era mais difícil, pois sua guarnição bizantina contava com o reforço das tropas provençais de Raimundo e era protegida por uma esquadra da marinha imperial. Antes de atrever-se a atacar, Tancredo negociou o auxílio de navios genoveses.[3] Nesse ínterim, tratou de ocupar o interior; tentou também ocupar Jabala, ao sul. Boemundo enviara uma pequena expedição malograda contra a cidade no verão de 1100, no curso da qual seu comissário caíra prisioneiro. A investida de Tancredo no verão de 1101 foi igualmente ineficaz, mas induziu Ibn Sulaiha, o cádi de Jabala, a entregá-la ao atabegue de Damasco — retirando-se, por sua vez, para Damasco, a fim de desfrutar de uma velhice mais tranqüila. O atabegue, Toghtekin, enviou seu filho, Buri, como governador. Este, porém, era um governante impopular, e os cidadãos de Jabala, passados alguns meses, expulsaram-no e colocaram-se sob a proteção dos Banū Ammar, de Trípoli. A essa altura, Tancredo retirou suas tropas do distrito.[4]

A captura de Raimundo permitiu que Tancredo retomasse seu plano contra Latáquia. Raimundo fora encarcerado em Antióquia; contudo, o Pa-

---

1 Schlumberger, *Les Principautés franques du Levant*, pp. 14-15, discute as moedas de Tancredo, que o apresentam envergando os trajes imperiais mas com um *kefieh* na cabeça. A legenda diz, em grego, "Tancredo, Servo de Deus", com uma cruz e IC XP NIKA (como nas moedas bizantinas) no reverso. Segundo a *Historia Belli Sacri*, p. 228, ele só foi aceito como governante depois de fazer um juramento de fidelidade a Boemundo. Foi investido na regência pelo legado papal, Maurício do Porto.

2 Radulfo de Caen, cxliii, p. 706; Alberto de Aix, VIII, 40, p. 582; Orderic Vitalis, XXIII, p. 140.

3 Caffaro, *Liberatio*, p. 59; Ughelli, *Italia Sacra*, IV, pp. 847-8.

4 Ibn al-Qalanisi, *Crônica de Damasco*, pp. 51-2.

triarca Bernardo e seus colegas cruzados ficaram tão chocados com o comportamento do normando que, a seu pedido, este libertou seu desafeto — mas não sem antes obrigá-lo a jurar que nunca mais voltaria a interferir nos assuntos do Norte da Síria.[1] Assim que foi libertado, Raimundo marchou para o sul, a fim de atacar Tortosa. De acordo com seu juramento, ao passar por Latáquia determinou que suas tropas e a condessa evacuassem a cidade e o acompanhassem. A guarnição bizantina perdeu o apoio provençal, e, no início da primavera de 1102, Tancredo avançou sobre a cidade. Suas muralhas, porém, eram fortes, e a guarnição lutou com galhardia; além disso, vasos da marinha imperial asseguravam seu abastecimento. O cerco prolongou-se por quase um ano, até que, nas primeiras semanas de 1103, Tancredo — que àquela altura já contratara navios genoveses para interromper as comunicações entre Latáquia e Chipre — logrou atrair os soldados da guarnição para fora da cidade com um estratagema, caindo em cima deles e capturando-os. Assim, a cidade capitulou.[2]

Tais acontecimentos não agradaram ao Imperador Aleixo. Sua ira já fora despertada com o exílio do patriarca grego de Antióquia, João, o Oxita, e com a notícia de que todo o alto clero grego da cidade estava sendo exonerado e substituído por latinos. No início de 1102, recebeu uma carta do Rei Balduíno, que ouvira o boato de que a falta de cooperação bizantina contribuíra para a ruína das Cruzadas de 1101 e escreveu-lhe para implorar que desse seu total apoio às Cruzadas subseqüentes. A missiva fora confiada a um bispo chamado Manassés, que viajara para a Palestina com Ekkehard em 1101 e agora retornava de Jerusalém. Ao que tudo indica, foi redigida em termos corteses e acompanhada de presentes. Aleixo, assim, pensou que poderia conversar francamente com o bispo e expor-lhe todas as suas queixas — mas cometeu um erro de julgamento. O bispo era melhor latino que cristão, e não acalentava a menor simpatia pelos gregos. A pedido do imperador, seguiu para a Itália e relatou ao papa tudo o que lhe fora dito — mas fê-lo em tais termos que provocou a fúria do pontífice contra Bizâncio. Caso Urbano II ainda estivesse vivo, não haveria mal algum, pois era um homem de visão que não pretendia de modo algum entrar em conflito com a cristandade oriental. Já seu sucessor, Pascoal II, era de menor estatura, limitado em seus pontos de vista e facilmente influenciável. Adotou prontamente a

---

1 Alberto de Aix (VIII, 42, pp. 582-3) diz que Raimundo jurou não fazer nenhuma tentativa de conquistar territórios na Síria ao norte de Acre; como, porém, não se fez objeção alguma à sua investida contra Tortosa, seu juramento provavelmente limitou-se à região de Latáquia para o norte.

2 Radulfo de Caen, cxliv, cxlvi, pp. 708-9; Ana Comnena, IX, vii, 7, vol. III, p. 36.

crença franca vulgar de que o imperador era um inimigo. Aleixo não obteve reparação alguma.[1]

Em seguida, Tancredo tentou interferir nos problemas do reino de Jerusalém. O Rei Balduíno baniu o Patriarca Dagoberto em 1101. Tancredo imediatamente acolheu-o em Antióquia, onde pôs a Igreja de S. Jorge à sua disposição. Quando, alguns meses mais tarde, Balduíno foi derrotado pelos sarracenos em Ramleh e pediu ajuda aos príncipes do norte, Tancredo impôs a condição de Dagoberto ser reinstalado em Jerusalém. Balduíno concordou, o que reforçou a reputação do normando — a qual, porém, voltaria a empalidecer quando Dagoberto foi condenado por um concílio e exilado mais uma vez. Tancredo ofereceu-lhe hospitalidade, mas não mais insistiu em defender sua causa.[2]

As atividades do normando não eram absolutamente do agrado de seu vizinho de Edessa, Balduíno de Le Bourg. O pai de Balduíno, o Conde Hugo I de Rethel, era aparentado com a casa de Bolonha, e Balduíno, que era o filho caçula, viera para o Oriente na companhia de seus primos, Godofredo de Lorena e o Rei Balduíno. Quando Balduíno I se estabeleceu em Edessa, ele ficou para trás, com Boemundo, servindo de intermediário entre os dois príncipes. Por ocasião do aprisionamento de Boemundo, ele assumira o governo de Antióquia, até Balduíno de Edessa ser chamado a Jerusalém e confiar ao primo o feudo de Edessa, onde teria autonomia para governar — mas sob a suserania de Jerusalém. Não era uma posição fácil, a herdada por Balduíno de Le Bourg. Suas terras eram desprovidas de fronteiras naturais e estavam sujeitas a invasões constantes. A única possibilidade de governar era guarnecendo as principais cidades e castelos — para o que eram necessários servos e camaradas de confiança. A escassez de homens de sua própria raça obrigou Balduíno de Le Bourg a manter excelentes relações com os cristãos nativos. Praticamente sua primeira medida como Conde de Edessa foi casar-se com uma princesa local, Morfia, a filha mais nova do velho Gabriel, senhor de Melitene, de sangue armênio mas adepto da Igreja Ortodoxa. Ao mesmo tempo, ele pediu e obteve o apoio dos armênios da Igreja Gre-

---

1 Alberto de Aix, VIII, 41, 47-8, pp. 582, 584-5. Alberto diz que Manassés é Bispo de "Barzenona" ou "Barcinona", o que em geral se entende como uma referência a Barcelona (Chalandon, *Règne d'Alexis I^er^ Comnène*, p. 237; Leib, *Rome, Kiev et Byzance*, pp. 273-4; Norden, *Das Papsttum und Byzanz*, p. 70). O Bispo de Barcelona na época, porém, era Berengar II, um senhor de idade que nunca deixou sua diocese (Baudrillart, *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastique*, artigo "Barcelone"). É mais provável que o Bispo fosse um italiano, mas é impossível determinar sua sé. Sua reclamação provavelmente foi feita no sínodo que se sabe ter sido realizado por Pascoal II em Benevento, em 1102 (*Annales Beneventani*, ad ann., *in M.G.H.Ss.*, vol. III, p. 183). Alberto de Aix confirma que ele se encontrou com o papa em Benevento.

2 Ver abaixo, pp. 78-80.

goriana, seita à parte cujo grande historiador, Mateus de Edessa, teceu os maiores elogios à sua natureza cordial e à pureza de sua vida particular, embora lamentasse sua ambição e avareza. Balduíno deu particular atenção aos armênios porque poderiam ter utilidade como soldados, mas também foi generoso com seus súditos jacobitas sírios — conseguindo até solucionar um cisma dentro de sua Igreja. A única queixa que pesava contra ele era sua rapacidade; Balduíno tinha uma necessidade perpétua de dinheiro e cuidava de obtê-lo sempre que surgia uma oportunidade. Todavia, seus métodos eram menos arbitrários e mais gentis que os de Balduíno I. Seus cavaleiros ficaram particularmente deleitados quando ele conseguiu extorquir trinta mil besantes de seu sogro alegando que devia aquela soma aos seus homens e jurara que, se não conseguisse pagar-lhes, rasparia a barba. Os armênios, como os gregos, consideravam a barba indispensável para a dignidade masculina, e ficavam chocados com os rostos escanhoados de muitos cruzados. Para Gabriel, um genro sem barba abalaria seu prestígio; quando os homens de Balduíno, aderindo à farsa, confirmaram que seu senhor fizera o tal juramento, Gabriel correu a entregar-lhe a quantia necessária a fim de impedir tão medonha humilhação, e fez Balduíno empenhar sua palavra num novo juramento — de que nunca mais voltaria a pôr sua barba em risco.[1]

No início de seu reinado, Balduíno II teve de enfrentar um ataque dos ortóquidas de Mardin. O emir Soqmã liderou um exército contra Saruj, cidade islâmica capturada por Balduíno I e confiada a Fulcher de Chartres. Balduíno II acorreu, mas na batalha que se seguiu suas forças foram derrotadas e Fulcher, morto. A cidade foi tomada pelos muçulmanos, mas a cidadela — sob o comando de Benedito, arcebispo latino de Edessa — resistiu enquanto Balduíno corria a Antióquia para reabastecer seu exército. Ao retornar, foi mais feliz. Soqmã foi expulso da cidade com grandes perdas; os habitantes que haviam estabelecido relações com os ortóquidas foram massacrados; e muitos foram os prisioneiros, cujo resgate enriqueceu o tesouro de Balduíno.[2]

Logo depois, Balduíno encontrou um útil lugar-tenente na pessoa de seu primo, Juscelino de Courtenay. Juscelino, cuja mãe era tia de Balduíno, era o filho mais moço do senhor de Courtenay e, não tendo vintém, provavelmente fora para o Oriente acompanhando seu vizinho próximo, o Conde de Nevers. Ao chegar, Balduíno confiou-lhe todas as terras do condado na margem oeste do Eufrates, estabelecendo um feudo com sede em Turbes-

---

1 Guilherme de Tiro, X, 24, pp. 437-8, XI, 11, pp. 469-72, conta a história do casamento de Balduíno e sua barba. Mateus de Edessa, CCXXV, p. 296, fala dele com respeito, mas sem afeição.

2 Mateus de Edessa, clxviii, pp. 232-3; Ibn al-Qalanisi, pp. 50-1; Al-Azimi, p. 494.

sel. Ele provou ser um amigo de valor; mais tarde, porém, sua lealdade seria questionada.[1]

Com o passar do tempo, Balduíno parece ter começado a desconfiar das ambições de Tancredo e a desejar o retorno de Boemundo ao trono de Antióquia. Junto com o Patriarca Bernardo, iniciou negociações com o emir danishmend a fim de obter a libertação do normando. Tancredo não tomou parte na transação. O emir já recebera uma excelente proposta de 260 mil besantes do Imperador Aleixo, e a teria aceitado não fosse pelo fato de o sultão seljúcida, Kilij Arslan, ter tomado conhecimento do caso. Este, como suserano oficial dos turcos anatólios, exigiu metade de qualquer resgate que o danishmend viesse a receber. A disputa que se seguiu entre os dois príncipes turcos impediu a aceitação imediata da oferta do imperador, mas serviu ao útil propósito de romper sua aliança. Boemundo, em seu cativeiro, estava ciente do que se passava. Como ainda era um homem belo e imponente, as mulheres do círculo do emir interessaram-se por ele, e talvez o tenham ajudado a convencer seu captor de que um acordo particular com os francos da Síria seria preferível a um negócio com o imperador, no qual os seljúcidas iriam interferir. O emir concordou em libertar Boemundo pela quantia de cem mil besantes.[2]

Enquanto corriam as negociações, o exército danishmend atacou Melitene, e seu soberano, Gabriel, apelou para o genro, Balduíno — que, no entanto, nada fez, provavelmente por não querer, àquela altura dos acontecimentos, ofender o emir. Gabriel não era apreciado por seus súditos, devido à sua fé ortodoxa; os sírios, em particular, nunca o perdoaram por ter mandado matar um de seus bispos, sob acusação de traição. Ele e sua capital caíram, mas um de seus castelos continuou resistindo. Os captores mandaram Gabriel ordenar que a guarnição capitulasse. Quando esta desobedeceu, ele foi executado diante dos muros.[3]

Foi em Melitene, alguns meses depois — na primavera de 1103 —, que Boemundo foi entregue aos francos. O dinheiro do resgate fora levantado por Balduíno e pelo Patriarca Bernardo, ajudados pelo nobre armênio Kogh

---

1 Guilherme de Tiro, X, 24, p. 437.

2 Alberto de Aix, IX, 33-6, pp. 610-12; Orderic Vitalis, X, 23, vol. IV, p. 144, conta do romance entre Boemundo e uma das filhas da casa danishmend, ao passo que o *Miracula S. Leonardi* (*Aa. Ss.*, nov., vol. III, pp. 160-8, 179-82) transforma sua amiga numa esposa cristã do emir. Mateus de Edessa (clxxviii, p. 252) diz que o resgate de Ricardo do Principado foi pago por Aleixo — Ricardo, entretanto, já se encontrava na Síria antes da libertação de Boemundo (*Miracula S. Leonardi*, p. 157). Segundo Radulfo de Caen, o que motivou Balduíno foi o fato de não gostar de Tancredo (cxlvii, p. 709). A disputa entre os governantes seljúcida e danishmend é relatada por Ibn al-Qalanisi, p. 59.

3 Miguel, o Sírio, III, pp. 185-9.

Vasil e pelos parentes de Boemundo na Itália. Tancredo não colaborou. Boemundo dirigiu-se imediatamente a Antióquia, onde foi reinvestido com sua autoridade. Publicamente, agradeceu a Tancredo por ter administrado o principado em sua ausência, mas em particular houve certo desentendimento entre tio e sobrinho, pois Tancredo não via por que haveria de entregar a Boemundo as conquistas que efetuara enquanto regente. A opinião pública obrigou-o a ceder, e ele foi recompensado com uma pequena propriedade dentro do principado. Legalmente, poderia ter exigido que Balduíno I lhe devolvesse a Galiléia, mas não achou que valesse a pena.[1]

Os francos comemoraram a volta de Boemundo com uma ofensiva generalizada contra seus vizinhos. No verão de 1103, Boemundo, aliado a Juscelino de Courtenay, atacou o território de Alepo. Capturaram a cidade de Muslimiye, ao norte da própria cidade de Alepo, e extorquiram um grande tributo à sua população muçulmana — usado, por sua vez, para saldar os empréstimos contraídos por Balduíno e pelo patriarca para o resgate de Boemundo.[2] Em seguida, voltaram-se contra os bizantinos. Aleixo, depois de escrever para Boemundo exigindo-lhe a devolução das cidades cilicienses, enviou seu general Butumites para reavê-las. A força deste, porém, era precária. Chegou à Cilícia no outono de 1103, mas logo constatou que a tarefa estava além do seu alcance. Descobriu também que os francos planejavam expandir-se para o norte e investir contra Marash, governada pelo armênio Thatoul em nome do imperador. Butumites tratou de correr para lá, e provavelmente salvou Thatoul naquele momento — mas foi chamado de volta a Constantinopla. No início da primavera seguinte, Boemundo e Juscelino marcharam sobre a cidade. Thatoul estava indefeso e o exército bizantino, longe — e os turcos danishmends agora mantinham boas relações com os francos. A cidade foi entregue a Juscelino, que permitiu que Thatoul se retirasse para Constantinopla, ao passo que Boemundo ficou com a cidade de Albistan, ao norte de Marash.[3]

Os francos agora sentiam-se protegidos de eventuais ataques provenientes da Anatólia. Podiam voltar-se contra os muçulmanos do leste. Em março de 1104, Boemundo voltou a invadir as terras de Ridwan de Alepo e tomou a cidade de Basarfut, na estrada que ligava Antióquia a Alepo; con-

---

1 Ver acima, p. 38. Fulcher (II, xxiii, I, p. 460) diz que Tancredo foi "devidamente" recompensado, mas, segundo Radulfo, ganhou apenas duas pequenas cidades (*loc. cit.*).

2 Kemal ad-Din, p. 591; Ibn al-Athir (*Kamil at-Tawarikh*, p. 212) acrescenta que Boemundo arrancou dinheiro de Qinnasrin.

3 Ana Comnena, XI, ix, 1-4, vol. III, pp. 40-1; Mateus de Edessa, clxxxvi, p. 257 (situando erroneamente a captura de Marash após a batalha de Harran), Radulfo de Caen, cxlviii-cl, pp. 710-2.

tudo, sua investida contra Kafarlata, mais ao sul, malogrou-se devido à resistência da tribo local dos Banū Ulaim. Nesse ínterim, Juscelino cortou as comunicações entre Alepo e o Eufrates.[1] No entanto, para que os muçulmanos da Síria ficassem efetivamente isolados dos do Iraque e da Pérsia, a grande fortaleza de Harran, localizada entre Edessa e o Eufrates, no Norte de Jeziré, precisaria ser ocupada pelos cristãos. De posse de Harran, os francos poderiam considerar até mesmo uma expedição contra Mosul e a Mesopotâmia. Na primavera de 1104, as condições pareciam favoráveis. Durante o ano de 1103, todo o mundo islâmico oriental fora dilacerado por uma guerra civil entre o sultão seljúcida, Barkiyarok, e seu irmão, Maomé. De acordo com a paz firmada entre os dois em janeiro de 1104, o sultão manteria Bagdá e o oeste do platô iraniano. Seu terceiro irmão, Sanjar, já conseguira Curasão e o Leste do Irã; e Maomé obteve o Norte do Iraque e Jeziré, além dos direitos de suserania sobre Diarbekir e toda a Síria. Foi um acordo forçado, que ambas as partes esperavam logo ter oportunidade de romper; nesse meio tempo, partiram em busca de aliados entre todos os príncipes turcos e árabes. Na própria região de Jeziré, o falecimento, em 1102, do atabegue de Mosul, Kerbogha (que os francos haviam derrotado em Antióquia), deflagrara uma guerra civil. O príncipe ortóquida de Mardin, Soqmã, não conseguira garantir a sucessão para seu candidato e entrara em guerra com o novo atabegue, Jekermish, indicado pelo seljúcida Maomé. A própria Harran pertencera a um general turco, Qaraja, que fora um mameluco a serviço de Malik-Xá; seu comportamento brutal, porém, levara a população local a insurgir-se contra ele e entregar o governo a um certo Maomé de Isfahan. Este, por sua vez, fora assassinado por um antigo pajem de Qaraja, de nome Jawali, de quem temerariamente se tornara íntimo. A autoridade deste, contudo, era demasiado incerta, e, para piorar a situação, Harran começou a sofrer graves danos com os ataques dos francos de Edessa, que devastaram seus campos e interromperam seu comércio. Era claro que eles pretendiam logo ir mais longe.[2]

Tanto Soqmã, em Mardin, quanto Jekermish, em Mosul, ficaram alarmados. O perigo comum levou-os a esquecer suas contendas e aliar-se em uma expedição contra Edessa, a fim de atacarem antes de serem atacados. No princípio de maio de 1104, marcharam juntos contra Edessa, Soqmã com

---

1 Kemal ad-Din, pp. 591-2; *Zettersteen Chronicle*, p. 239.

2 Sobre o contexto da campanha de Harran, ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 236-7, com referências. Nicholson, em sua tese sobre Tancredo, pp. 138-42, salienta que a campanha não fazia parte de uma política geral de expansão, mas da resposta à ameaça representada pelos muçulmanos. Não obstante, não resta dúvida de que Harran era um objetivo final para os francos.

uma força considerável de cavalaria ligeira turcomana e Jekermish com uma força um pouco menor, composta de turcos seljúcidas, curdos e árabes. Balduíno II soube que eles estavam concentrando-se em Ras al-Ain, a cerca de cem quilômetros de sua capital. Pediu ajuda a Juscelino e Boemundo, sugerindo que se antecipassem ao ataque e aproveitassem para investir contra Harran. Deixando uma pequena guarnição em Edessa, ele se dirigiu para Harran com uma modesta companhia de cavaleiros e recrutas armênios de infantaria. O Arcebispo de Edessa, Benedito, acompanhou-o. Nos arredores de Harran, encontrou-se com Juscelino, com as tropas das suas terras, e com o exército de Antióquia, sob o comando de Boemundo, Tancredo, o Patriarca Bernardo e Dagoberto, ex-Patriarca de Jerusalém. O exército franco, no total, montava a quase três mil cavaleiros e talvez três vezes esse número de soldados de infantaria. Ali estava reunido todo o poderio militar franco do Norte da Síria, fora as guarnições das fortalezas.

O exército reuniu-se diante de Harran enquanto os príncipes muçulmanos ainda se encontravam a uma boa distância a nordeste, marchando sobre Edessa. Caso os francos houvessem tentado tomar a fortaleza de assalto, Harran teria sido sua; contudo, relutaram em danificar as fortificações, das quais esperavam valer-se no futuro. Pensavam que a guarnição talvez ficasse assustada a ponto de se render — uma esperança plausível, dada a tibieza dos muçulmanos da cidade, que se propuseram quase que de imediato a negociar. Entretanto, Balduíno e Boemundo começaram a discutir acerca de qual estandarte seria erguido primeiro sobre as muralhas. O atraso causou sua ruína. Antes que resolvessem a controvérsia, as forças turcas já haviam seguido para o sul e atiraram-se sobre o inimigo.

O confronto ocorreu às margens do rio Balikh, perto do antigo campo de Carras, onde, séculos antes, Crasso e as legiões romanas haviam sido aniquilados pelos partos. A estratégia franca era que o exército de Edessa, à esquerda, enfrentasse a força principal do inimigo, ao passo que as tropas de Antióquia permaneceriam escondidas atrás de uma colina baixa à direita, a cerca de 1,5 quilômetro dali, prontas para intervir no momento decisivo. Todavia, os muçulmanos fizeram planos similares. Parte de seu exército atacou o flanco esquerdo dos francos, virando-se em seguida para fugir. Os edessenos, acreditando ter tido uma vitória fácil, correram ao seu encalço, perdendo o contato com os companheiros. Ao cruzarem o rio, caíram em uma armadilha preparada pelo exército islâmico principal. Muitos foram mortos ali mesmo, e o restante debandou. Quando Boemundo, que lançara um pequeno destacamento à sua frente, se preparou para entrar na batalha, encontrou apenas uma torrente de fugitivos precipitando-se de volta, amontoando-se na tentativa de cruzar o rio, onde novas fileiras de turcos caíam sobre eles. Vendo que estava tudo per-

dido, o normando retirou-se rapidamente, resgatando apenas alguns dos edessenos. Quando os combatentes passaram sob as muralhas de Harran, foram atacados pela guarnição, que, no tumulto, matou com entusiasmo tanto perseguidores muçulmanos quanto francos. O exército de Antióquia escapou sem grandes perdas, mas as tropas de Edessa foram quase inteiramente capturadas ou mortas. O Patriarca Bernardo ficou tão apavorado que, na fuga, cortou o rabo de seu cavalo, para evitar que algum turco o agarrasse por ali — muito embora não houvesse mais inimigo algum à vista àquela altura.

Entre os primeiros a caírem prisioneiros estava o Arcebispo Benedito. No entanto, graças ou à complacência de seu carcereiro — um cristão renegado — ou a um contra-ataque das forças de Antióquia, logo foi resgatado. Balduíno e Juscelino fugiram juntos a cavalo, mas foram alcançados no meio do rio. Feitos prisioneiros, foram levados à tenda de Soqmã.[1]

Temendo, acertadamente, que os turcos em seguida atacassem Edessa, Boemundo e Tancredo correram a organizar sua defesa. Mais uma vez o infortúnio de um colega veio beneficiar Tancredo. Os cavaleiros que ainda se encontravam na cidade, encabeçados pelo Arcebispo, lhe rogaram que assumisse a regência até a libertação de Balduíno. Tancredo aceitou a oferta de bom grado, e Boemundo, como ocorrera com Balduíno I quatro anos antes, ficou aliviado por livrar-se dele. Tancredo permaneceu em Edessa com os remanescentes do exército do condado e com as tropas que Boemundo pôde ceder-lhe, enquanto este retornava a Antióquia, cujos vizinhos já se preparavam para tirar vantagem da derrocada franca.[2]

A batalha de Harran veio complementar as Cruzadas de 1101. Juntas, aniquilaram a lenda da invencibilidade franca. Em decorrência das derrotas de 1101, o Norte da Síria ficou privado dos reforços ocidentais necessários para o firme estabelecimento da dominação franca na região; Harran significou, em longo prazo, a condenação do condado de Edessa e a impossibilidade de Alepo cair em mãos cristãs. A divisão que os francos pretendiam manter entre os três centros islâmicos da Anatólia, do Iraque e da Síria foi introduzida de forma muito insegura. Ademais, os muçulmanos não foram os únicos a beneficiar-se. O imperador, em Bizâncio, a tudo acompanhava com irritação e de modo algum lamentou as desventuras francas.

As conseqüências imediatas não foram tão graves quanto se poderia temer. A aliança entre Soqmã e Jekermish não se susteve por muito tempo

---

1 Alberto de Aix, IX, 38-42, pp. 614-16; Radulfo de Caen, cxlviii, pp. 710-11; Fulcher de Chartres, II, xxvii, 1-13, pp. 468-77; Ibn al-Qalanisi, pp. 60-1; Ibn al-Athir, pp. 221-3, Sibt ibn al-Djauzi, p. 537; Mateus de Edessa, clxxxii, pp. 254-5. Miguel, o Sírio, III, p. 195; *Cron. Anôn. Sír.*, pp. 78-80. Os relatos da batalha real são um pouco contraditórios.

2 Radulfo de Caen, cxlviii, p. 712; Alberto de Aix, *loc. cit.*; Mateus de Edessa, clxxxii, p. 256.

após a vitória. As tropas turcomanas do primeiro haviam capturado a maior parte dos prisioneiros e do butim, despertando a inveja do rival. Seu regimento seljúcida atacou a tenda de Soqmã e levou Balduíno consigo. Os turcomanos ficaram furiosos, mas Soqmã demonstrou suficiente autocontrole para impedi-los de contra-atacar. Conformou-se com a perda de seu valioso prisioneiro, mas, após destruir alguns pequenos fortes cristãos fronteiriços mediante o estratagema simples de vestir seus soldados com as roupas de suas vítimas francas, retirou-se para Mardin e absteve-se de qualquer nova participação na guerra.[1] Jekermish continuou lutando. Primeiro, para proteger-se de Soqmã, dominou os castelos francos no Xabactão, a leste de Edessa, e em seguida marchou sobre a capital. A demora franca salvara Harran para os muçulmanos. Agora, foi a vez de o atraso islâmico salvar Edessa para a cristandade. Tancredo teve tempo de reparar as defesas locais e conseguiu resistir à primeira investida de Jekermish, graças em grande parte à fidelidade e ao valor dos armênios locais. No entanto, a pressão foi tão grande que ele enviou um pedido urgente de ajuda a Boemundo. Embora este tivesse seus próprios problemas, a agressão a Edessa era prioridade. O normando partiu imediatamente para ajudar o sobrinho, mas as péssimas condições das estradas retardaram-no. Tancredo, em desespero, organizou um assalto antes do amanhecer. Na escuridão, seus homens caíram sobre os turcos adormecidos e confiantes, e sua vitória foi arrematada pela chegada de Boemundo. Jekermish fugiu em pânico, abandonando os tesouros de seu acampamento. Harran foi vingada e Edessa, preservada.[2]

Entre os prisioneiros que caíram nas mãos de Tancredo estava uma princesa seljúcida de alto nascimento da casa do emir. Jekermish atribuía-lhe tamanho valor que imediatamente se ofereceu para pagar quinze mil besantes de resgate ou trocá-la pelo próprio Conde Balduíno. A notícia da oferta chegou a Jerusalém, e o Rei Balduíno apressou-se em escrever a Boemundo, exortando-o a não perder aquela oportunidade de obter a libertação do conde. No entanto, por um lado Boemundo e Tancredo necessitavam de dinheiro, e por outro o retorno de Balduíno teria afastado Tancredo de seu posto e o atirado de volta aos braços do tio. Assim, os normandos responderam que não seria diplomático parecerem demasiado ávidos por aceitar a oferta; caso hesitassem, talvez Jekermish aumentasse seu preço. Ao mesmo tempo, porém, acertaram com o emir os detalhes do pagamento, e Balduíno continuou no cativeiro.[3]

---

1 Ibn al-Athir, *loc. cit.* Consta que Soqmã teria dito: "Prefiro perder minha parte nos despojos a permitir que os cristãos nos insultem com seus desatinos".
2 Alberto de Aix, IX, 43, pp. 617-18; Ibn al-Athir, p. 223; Ibn al-Qalanisi, pp. 69-70.
3 Alberto de Aix, IX, 46, pp. 619-20.

Tendo assim enriquecido à custa do sacrifício do companheiro, Boemundo e Tancredo trataram de cuidar dos inimigos que apertavam o cerco ao seu redor. Como Jekermish não empreendeu nova tentativa de atacar Edessa, Tancredo pôde reforçar as defesas da cidade. Boemundo, porém, logo precisou enfrentar uma invasão de Ridwan de Alepo na fronteira leste de seu principado. Em junho, a população armênia de Artah entregou sua cidade aos muçulmanos, muito feliz por escapar à tirania de Antióquia. As cidades raianas de Maarrat, Misrin e Sarman seguiram seu exemplo, e as pequenas guarnições francas de Maarat an-Numan, Albara e Kafartab, achando-se isoladas, retiraram-se para Antióquia. Nesse ínterim, Ridwan devastava o principado, chegando até a Ponte de Ferro. No norte distante, a guarnição de Boemundo em Albistan só foi capaz de sustentar sua posição aprisionando os principais armênios da região, que estavam tramando com os turcos. Todo o Estado de Boemundo estaria em perigo se Duqaq de Damasco não houvesse falecido perto do fim de junho de 1104, desviando a atenção de Ridwan para a disputa sucessória entre os dois filhos de Duqaq, Buri e Iltash.[1]

Boemundo não conseguira fazer frente à investida de Ridwan devido à sua preocupação com Bizâncio. O Imperador Aleixo encontrava-se, agora, em bons termos com os Estados francos do sul. Raimundo de Toulouse ainda era seu amigo íntimo, e ele conquistara a boa vontade do Rei Balduíno pagando pessoalmente o resgate de vários francos eminentes que eram mantidos prisioneiros no Egito. Sua generosidade fora sabiamente calculada. Além de seu agudo contraste com o comportamento de Boemundo e Tancredo com relação a Balduíno de Edessa, serviu para recordar aos francos a influência e o prestígio do imperador, respeitados pelos fatímidas. Quando, portanto, ele tomou providências contra Antióquia, Boemundo não recebeu ajuda alguma dos colegas. Aleixo já havia fortificado Córico e Selêucia, no litoral ciliciense, a fim de impedir agressões de Antióquia na Cilícia Ocidental. No verão de 1104, um exército bizantino, sob o comando do general Monastras, voltou a ocupar, sem dificuldade, as cidades do leste da província — Tarso, Adana e Mamistra. Enquanto isso, uma esquadra liderada pelo almirante do imperador, Cantacuzeno, que chegara a águas cipriotas no encalço de uma frota genovesa, aproveitou-se da situação de Boemundo para seguir até Latáquia, onde seus homens capturaram o porto e a cidade baixa. Boemundo acorreu com as tropas francas que conseguiu reunir, a fim de reforçar a guarnição na cidadela e substituir seu comandante, em quem

1 Radulfo de Caen, *loc. cit.*; Kemal ad-Din, pp. 592-3; Sibt ibn al-Djauzi, p. 529; Ibn al-Qalanisi, pp. 62-5.

não confiava. Sem poderio naval, porém, nem sequer tentou expulsar os bizantinos de sua posição.[1]

No outono, Boemundo já se sentia desesperar. Em setembro, realizou um concílio com seus vassalos em Antióquia, para o qual convocou Tancredo, e aí lhes falou com franqueza sobre os perigos que ameaçavam o principado. A única solução, a seu ver, era obter reforços na Europa. Ele iria pessoalmente à França, onde usaria de seu prestígio pessoal para recrutar os homens necessários. Tancredo, diligentemente, ofereceu-se para incumbir-se da tarefa, mas seu tio replicou que ele não inspirava suficiente autoridade no Ocidente, e precisava ficar, como Regente de Antióquia. Logo foram tomadas as devidas providências para a partida de Boemundo e, no final do outono, ele partiu de S. Simão, levando consigo todo o ouro, prata, jóias e artigos preciosos que conseguiu encontrar, além de cópias da *Gesta Francorum*, a história anônima da Primeira Cruzada narrada do ponto de vista normando. Nesses exemplares Boemundo mandou inserir uma passagem sugerindo que o imperador lhe prometera o domínio de Antióquia.[2]

Tancredo assumiu, pois, o governo de Antióquia, ao mesmo tempo jurando restituir Edessa a Balduíno imediatamente após sua libertação do cativeiro. Nesse meio tempo, como não poderia governar Edessa de maneira satisfatória estando em Antióquia, nomeou seu primo e cunhado, Ricardo de Salerno, como seu representante do outro lado do Eufrates.[3]

Boemundo chegou às suas próprias terras na Apúlia no começo do novo ano, ali permanecendo até o mês de setembro seguinte, cuidando de seus problemas pessoais — que requeriam sua supervisão após uma ausência de nove anos — e organizando destacamentos normandos para juntar-se aos seus companheiros no Oriente. Em seguida, viajou a Roma, onde esteve com o Papa Pascoal II; para este, Boemundo enfatizou que o grande inimigo dos latinos no Oriente era o Imperador Aleixo. Pascoal já fora predisposto contra Aleixo pelo Bispo Manassés, e adotou imediatamente os pontos de vista do normando. Ao seguir para a França, Boemundo foi acompanhado

---

1 Ana Comnena, XI, X, 9-xi, 7, vol. III, pp. 45-9.

2 Ana Comnena, XI, xii, 1-3, vol. III, pp. 50-1, que diz que Boemundo se fingiu de morto para embarcar despercebido; Alberto de Aix, IX, 47, p. 620; Fulcher de Chartres, II, xxix, I, pp. 482-3; Radulfo de Caen, clii, cliii, pp. 712-14; Ibn al-Qalanisi, *op. cit.*, p. 66; Mateus de Edessa, clxxxii, pp. 255-6. Sobre a interpolação na *Gesta*, ver Krey, "A neglected passage in the *Gesta*", *in The Crusades and other Historical Essays, presented to D. C. Munro*. A chegada de Boemundo à Itália está registrada nos *Annales Barenses*, p. 155.

3 Mateus de Edessa, clxxxii, p. 260; Miguel, o Sírio, III, p. 195; Ibn al-Athir, pp. 262-3. Tancredo, em seus despachos dali por diante, autodenomina-se "*Tancredus Dux et Princeps Antiochenus*" (Röhricht, *Regesta*, p. 11). Nos despachos de sua primeira regência, ele se intitula "*Princeps*", sem uma designação territorial (*ibid.*, p. 5). Ainda era o príncipe titular da Galiléia.

pelo legado pontifício, Bruno, instruído a pregar uma Guerra Santa contra Bizâncio. Foi uma reviravolta na história das Cruzadas. A política normanda, cujo objetivo era solapar o poder do Império do Oriente, tornou-se a política cruzada oficial. Os interesses da cristandade como um todo seriam sacrificados aos interesses dos aventureiros francos. Posteriormente, o papa lamentaria sua insensatez, mas a essa altura o mal já estaria feito. O melindre dos cavaleiros europeus e do populacho com a altivez do imperador, sua inveja da prosperidade bizantina e sua desconfiança em relação a cristãos adeptos de um ritual que não conseguiam compreender receberam a sanção da Igreja latina. Dali por diante, por mais que o sumo pontífice mudasse de opinião, os ocidentais sentiram-se justificados em todos os atos hostis a Bizâncio. Os bizantinos, por sua vez, viram realizar-se suas piores suspeitas. A Cruzada, com o papa à sua frente, não era um movimento em socorro da cristandade, mas um instrumento a serviço do inescrupuloso imperialismo ocidental. Esse infeliz acordo entre Boemundo e o Papa Pascoal fez muito mais pelo cisma entre as Igrejas Ocidental e Oriental do que a controvérsia entre o Cardeal Humberto e Miguel Cerulário.

Boemundo foi bem recebido na França. Permaneceu algum tempo na corte do Rei Filipe, que lhe deu permissão para recrutar homens em todo o reino, e desfrutou do apoio de Adela, Condessa de Blois, a ávida cruzada por procuração. Adela não só o apresentou a seu irmão, Henrique I da Inglaterra, como arranjou um impressivo matrimônio-aliança com a filha do Rei Filipe, Constância, a divorciada Condessa de Champanhe. O casamento ocorreu no fim da primavera de 1106; ao mesmo tempo, o Rei Filipe concordou em oferecer a mão de sua filha mais jovem, Cecília, fruto de sua união adúltera com Bertrada de Montfort, a Tancredo. Constância nunca pôs os pés no Oriente. Passou sua vida de casada e viuvez na Itália. Cecília, porém, viajou para Antióquia por volta do fim daquele ano. Esses laços com a realeza contribuíram para o prestígio dos príncipes normandos.[1]

Boemundo permaneceu na França até o final de 1106, quando retornou à Apúlia. Ali, planejou sua nova Cruzada, que começaria, inapelavelmente,

---

1 Orderic Vitalis, XI, vol. IV, pp. 210-13; Suger, *Vita Ludovici*, pp. 29-30; *Chronicon S. Maxentii*, p. 423; *Chronicon Vindocinense*, pp. 161-2; Guilherme de Tiro, XI, I, p. 450; Ana Comnena, XII, i, I, vol. III, p. 53. O casamento de Constância e Boemundo ocorreu, segundo Luchaire, *Louis VI le Gros*, p. 22, em abril ou maio de 1106. Foi provavelmente depois dessa data que Cecília partiu para o Oriente. Seu casamento, portanto, provavelmente deu-se mais tarde naquele ano. Mateus de Edessa (*loc. cit.*) acreditava que Boemundo fora obrigado a casar-se com uma dama rica (a quem o cronista se refere como a esposa de Estêvão Pol, aparentemente confundindo Hugo de Champanhe com o cruzado Hugo de Saint Pol, que era amigo de Boemundo), que o teria mantido prisioneiro até que concordasse com o matrimônio, e o normando preferiu retornar para o Oriente.

com um ataque ao Império Bizantino. Animado pela notícia de que, sob a liderança de Tancredo, Antióquia não corria nenhum perigo imediato, não se apressou. Em 9 de outubro de 1107, seu exército desembarcou na costa epirota do império em Avlona; quatro dias mais tarde, estava diante da grande fortaleza de Durazzo, a chave para a península balcânica, de muito cobiçada pelos normandos — que a haviam controlado durante um período, um quarto de século antes. Entretanto, também Aleixo tivera tempo para seus próprios preparativos. Para salvar Durazzo, estava disposto a abrir mão de sua fronteira sudeste; assim, fez as pazes com o sultão seljúcida, Kilij Arslan, de quem contratou mercenários. Encontrando a fortaleza demasiado forte e bem defendida por sua guarnição para ser tomada de assalto, Boemundo decidiu sitiá-la. Todavia, como em suas guerras anteriores contra Bizâncio, a falta de poder naval foi sua perdição. Quase de imediato a marinha imperial cortou suas comunicações com a Itália e bloqueou a costa. Depois, no começo da primavera seguinte, o corpo principal do exército bizantino cercou-o. Com a chegada do verão, a disenteria, a malária e a fome enfraqueceram os normandos, enquanto Aleixo abalava seu moral espalhando boatos e enviando cartas forjadas para seus líderes, recursos descritos por sua filha Ana com terna admiração. Em setembro, Boemundo, percebendo que fora vencido, rendeu-se. Foi um tremendo triunfo para Bizâncio, pois Boemundo era, àquela altura, o mais renomado guerreiro da cristandade. A visão de seu formidável herói, que pessoalmente se elevava acima do imperador mas diante dele assumiu uma atitude de súplica e obediência às suas determinações, constituiu um poderoso testemunho da irresistível majestade do império.

Aleixo recebeu Boemundo em seu acampamento, na entrada das ravinas do rio Devol. Foi cortês, mas frio, e não perdeu tempo em apresentar-lhe o tratado de paz que o normando deveria assinar. Boemundo titubeou a princípio, mas Nicéforo Briênio — marido de Ana Comnena, que acompanhava seu sogro — persuadiu-o de que ele não tinha escolha.

Os termos do tratado foram preservados na íntegra nas páginas de Ana. Primeiro, Boemundo teve de expressar seu arrependimento por haver violado seu antigo juramento ao imperador. Em seguida, jurou, com a maior solenidade, tornar-se vassalo e fiel partidário do imperador e de seu herdeiro, o Porfirogeneta João, devendo obrigar todos os seus homens a fazer o mesmo. Para não haver margem a mal-entendidos, empregou-se o termo latino para "vassalo", e seus deveres foram enumerados. Boemundo continuaria como Príncipe de Antióquia, que governaria sob a suserania do imperador; seu território compreenderia a própria Antióquia, com seu porto de S. Simão, bem como os distritos a nordeste — até Marash — e as terras que

ele viesse a conquistar aos príncipes muçulmanos de Alepo e outros Estados sírios do interior; as cidades cilicienses e a costa na região de Latáquia, porém, deveriam ser restituídas ao controle imperial direto, e o território dos príncipes roupenianos seria respeitado. Acrescentou-se ainda um apêndice, especificando as cidades que constituiriam os domínios de Boemundo e onde ele exerceria a autoridade civil; o patriarca latino, porém, deveria ser deposto e substituído por um grego. Havia disposições específicas no sentido de que, caso Tancredo, ou qualquer outro dos homens de Boemundo, se recusasse a cumprir os termos do acordo, o líder normando deveria obrigá-lo a obedecer.[1]

O Tratado de Devol é interessante por revelar a solução agora contemplada por Aleixo para a questão cruzada. Ele estava pronto a permitir que distritos fronteiriços e a própria Antióquia passassem para o controle autônomo de um príncipe latino, desde que, primeiro, este permanecesse vinculado ao imperador por laços de vassalagem segundo o costume ocidental e, segundo, Bizâncio mantivesse um controle indireto por meio da Igreja. Ademais, Aleixo sentia-se responsável pelo bem-estar dos cristãos orientais, desejando até assegurar os direitos de seus insatisfatórios vassalos armênios, os roupenianos. O tratado nunca saiu do papel — mas acabou com Boemundo, que nunca mais ousou mostrar-se no Oriente. Refugiou-se, humilhado e desacreditado, em suas terras na Apúlia, onde morreu em 1111, como um obscuro nobre italiano, deixando para os dois filhos pequenos de seu casamento francês a herança de seus direitos sobre Antióquia. Fora um soldado arrojado, um general temerário e astuto e um herói para seus seguidores, e sua personalidade eclipsara a de todos os seus colegas da Primeira Cruzada. A incomensurabilidade de sua ambição sem escrúpulos, porém, fora sua ruína. Ainda não chegara o tempo de os cruzados destruírem o baluarte da cristandade do Oriente.[2]

Como bem percebera Aleixo, o Tratado de Devol precisava da cooperação de Tancredo; e Tancredo, que não lamentou ver o tio eliminado dos problemas orientais, não tinha a menor intenção de tornar-se vassalo do imperador. Sua ambição era menos vasta que a de Boemundo, mas ele pretendia criar um principado independente forte. Suas perspectivas eram desanimadoras. Boemundo deixara-o com poucos homens e praticamente sem dinheiro vivo. Não obstante, ele decidiu tomar a ofensiva. Um empréstimo com-

---

1 Ana Comnena, XII, iv, 1-3, viii, 1-9, 7, xiii, ii, 1-12, 28, vol. III, pp. 64-5, 77-85, 91-139. Ver Chalandon, *op. cit.*, pp. 237-50.

2 A data da morte de Boemundo varia de um cronista para outro, mas Rey (*Histoire des Princes d'Antioche*, p. 334) e Hagenmeyer (*op. cit.*, p. 298) discutem-na e chegam ao mesmo ano de 1111 (6 de março, segundo a *Nécrologie de l'Abbaye de Molesme*, citada por Rey).

pulsório dos prósperos mercadores de Antióquia recompôs seus fundos e permitiu-lhe contratar mercenários locais. Todos os cavaleiros e cavalarianos que podiam ser dispensados de Edessa e Turbessel, bem como do território de Antióquia, foram convocados. Na primavera de 1105, Tancredo partiu para recuperar Artah. Ridwan de Alepo estivera se preparando para socorrer os Banū Ammar em sua luta contra os francos mais ao sul, mas, ao saber do avanço normando, concentrou-se na defesa de Artah. Os dois exércitos encontraram-se em 20 de abril na aldeia de Tizin, perto de Artah, numa planície árida e coalhada de grandes rochas arredondadas. Alarmado com o tamanho das hostes turcas, Tancredo propôs uma negociação com Ridwan, que teria concordado não fosse pelo fato de o comandante de sua cavalaria, Sabawa, tê-lo persuadido a atacar sem demora. O terreno impediu os turcos de lançar mão de sua tática habitual. Quando o primeiro assalto da cavalaria foi rechaçado pelos francos e eles bateram em retirada para atrair o inimigo, não conseguiram retomar a formação de suas fileiras para uma segunda carga, dando tempo para os cavaleiros francos romperem suas linhas de infantaria. Diante do malogro de seus planos, apavoraram-se. Ridwan e sua guarda pessoal fugiram para Alepo, seguidos pela maior parte de sua cavalaria. Os remanescentes e os soldados de infantaria foram massacrados no campo de batalha.

A vitória possibilitou a Tancredo reocupar todo o território perdido no ano anterior. A guarnição seljúcida abandonou Artah em seu poder, enquanto suas tropas perseguiram os fugitivos até os muros de Alepo, capturando muitos civis que tentaram, aterrorizados, fugir da cidade. Ridwan suplicou paz. Concordou em abrir mão de todos os seus territórios no vale do Orontes e em pagar um tributo regular a Tancredo. No fim de 1105, os domínios do normando mais uma vez estendiam-se pelo sul até Albara e Maarat an-Numan.[1]

Em fevereiro de 1106, o emir de Apaméia, Khalaf ibn Mula'ib, que não fora hostil aos francos, foi assassinado por fanáticos de Alepo. Os assassinos, em seguida, entraram em choque com seu principal aliado na cidade, Abu'l Fath, que havia assumido o governo e recorreu a Ridwan. Tancredo, a convite dos armênios locais, julgou oportuno intervir. Dirigiu-se para o sul e começou a sitiar a cidade. Abu'l Fath, porém, restaurou a ordem, e os emires de Shaizar e Hama prometeram ajuda. Tancredo foi obrigado a retirar-se ao cabo de três semanas, sob o pretexto de precisar socorrer sua guarnição em Latáquia — que, após dezoito meses de bloqueio pelos bizantinos, passava fome. Depois de reabastecê-los, Tancredo retornou a Antióquia. Alguns

1 Radulfo de Caen, cliv, pp. 714-15; Alberto de Aix, IX, 47, pp. 620-1; Kemal ad-Din, p. 593; Ibn al-Qalanisi, pp. 69-70; Ibn al-Athir, pp. 227-8.

meses mais tarde, um dos filhos de Khalaf, Musbih ibn Mula'ib, que escapara de ter o mesmo destino do pai, apareceu em Antióquia com uma centena de seguidores e convenceu o líder normando a investir contra Apaméia mais uma vez. Com ajuda de Musbih ele voltou a atacar a cidade, cavando um fosso ao seu redor para impedir qualquer um de entrar ou sair. Nenhum dos emires vizinhos veio em auxílio de Abu'l Fath; ao fim de algumas semanas, em 14 de setembro de 1106, os muçulmanos capitularam, sob a condição de que suas vidas fossem poupadas. Tancredo concordou com seus termos e entrou na cidade, onde, para agradar a Musbih, condenou à morte Abu'l Fath e três de seus companheiros. Os demais notáveis da cidade foram levados para Antióquia, onde permaneceram até que Ridwan pagasse seu resgate. Um governador franco foi instalado em Apaméia, enquanto Musbih foi brindado com um feudo nas redondezas.[1] Logo em seguida, os francos reocuparam Kafartab. Esta foi confiada a um cavaleiro de nome Teófilo, que logo se tornou o terror dos muçulmanos de Shaizar.[2]

Com suas fronteiras leste e sul assim asseguradas, Tancredo estava livre para investir contra o adversário que mais odiava: Bizâncio. No verão de 1107, na iminência do ataque de Boemundo às províncias européias, Aleixo foi obrigado a remover tropas da fronteira síria a fim de enfrentar a ameaça mais grave. Cantacuzeno foi chamado, com muitos de seus homens, e afastou-se de Latáquia; o mesmo aconteceu com Monastras, na Cilícia, que foi deixada sob o controle do príncipe armênio Oshin de Lampron, o Esbarabíada. No inverno de 1108 ou início de 1109, logo após a humilhação de Boemundo em Épiro, Tancredo invadiu a Cilícia. O imperador se enganara em seu julgamento dos homens. Oshin era de alta linhagem e celebrizara-se, na juventude, por sua bravura; agora, porém, entregara-se à luxúria e à preguiça. A chave para a Cilícia era a fortaleza de Mamistra, no rio Jihan. Quando as forças normandas avançaram por terra, pelos montes Amano, e pela água, rio acima, para sitiar a cidade, Oshin nada fez para detê-los. Mamistra caiu após um breve cerco, e, ao que parece, ao longo dos meses seguintes Tancredo restabeleceu seu domínio sobre Adana e Tarso — conquanto o Oeste da Cilícia continuasse em poder do império. Oshin, por sua vez, retirou-se para suas terras, no Tauro.[3]

---

1 Ibn al-Qalanisi, *loc. cit.*; *Zettersteen Chronicle*, p. 240; Kemal ad-Din, p. 694; Ibn al-Athir, p. 233; Alberto de Aix, X, 17-23, pp. 639-42. Segundo Alberto, Abu'l Fath, que ele chama de "Botherus", foi quem assassinou o emir.

2 Usama, ed. Hitti, p. 157; Ibn al-Qalanisi, p. 73; Kemal ad-Din, pp. 594-5.

3 Ana Comnena, XII, ii, 1-7, vol. III, pp. 56-9; Guilherme de Tiro, X, 23, pp. 635-6. (Ver também Röhricht, *Regesta*, p. 11, e Muratori, *Antiquitates Italicae*, II, pp. 905-6, sobre o tratado de Tancredo com os pisanos.)

Latáquia já fora reconquistada. Até então, os normandos haviam sido prejudicados pela falta de poder naval. Agora, porém, a marinha bizantina estava concentrada longe, no Adriático, e Tancredo tinha condições de comprar o auxílio de uma esquadra pisana. O preço exigido por Pisa foi uma rua em Antióquia e um quarteirão em Latáquia, com uma igreja e um depósito. Petzeas (que sucedera a Cantacuzeno como comandante bizantino na região), impotente, não pôde opor-lhes resistência. Latáquia foi finalmente incorporada ao principado de Antióquia na primavera de 1108. No ano seguinte, Tancredo estendeu seu território mais para o sul, capturando Jabala, Buluniyas e o castelo de Marqab aos esgarçados domínios dos Banū Ammar.[1]

Assim, quando Boemundo se rendeu ao imperador e abriu mão de sua independência, Tancredo atingia o ápice do poder — e não estava nem um pouco disposto a obedecer à determinação imperial. Do Tauro a Jeziré e à Síria Central, era ele a maior autoridade. Era o soberano de Antióquia e Edessa — apenas seu regente, é verdade, mas o Príncipe Boemundo agora vivia desacreditado na Itália e jamais retornaria ao Oriente, e o Conde Balduíno definhava no cativeiro turco, de onde Tancredo não moveria uma palha para resgatá-lo. O Príncipe de Alepo era praticamente seu vassalo, e nenhum dos emires vizinhos se atreveria a atacá-lo. Acima de tudo, ele havia desafiado o herdeiro dos césares em Constantinopla — e triunfara. Quando os embaixadores do imperador foram a Antióquia para lembrá-lo dos compromissos assumidos por seu tio, ele os despediu com arrogância. Tancredo era, em suas próprias palavras, Nino, o Grande Assírio, um gigante ao qual homem algum poderia resistir.[2]

A arrogância, porém, tem suas limitações. Apesar de todo o seu brilho, Tancredo era visto com desconfiança e antipatia. Foram seus próprios colegas cruzados que desafiaram seu poder e o puseram em xeque.

---

1 Dal Borgo, *Diplomata Pisana*, pp. 85-94. Ver Heyd, *Histoire du Commerce du Levant*, vol. I, pp. 145-6.

2 Ana Comnena, XIV, ii, 3-5, vol. III, pp. 147-8.

Capitulo IV

Toulouse e Trípoli

"A glória do Líbano virá a ti." ISAÍAS 60, 13

De todos os príncipes que partiram em 1096 para a Primeira Cruzada, Raimundo, Conde de Toulouse, era o mais rico e o mais eminente, aquele que muitos esperavam que fosse nomeado o líder do movimento. Cinco anos mais tarde, estava entre os menos considerados dos cruzados — ele próprio fora o causador de seus problemas. Conquanto sua cobiça e ambição não fossem maiores que a da maioria de seus colegas, sua vaidade deixava suas faltas evidentes demais. Sua política de fidelidade ao Imperador Aleixo era efetivamente baseada em seu senso de honra e em sua visão de estadista, mas aos olhos de seus colegas francos parecia um estratagema traiçoeiro; ademais, foi-lhe de pouco proveito, pois o imperador logo percebeu que tinha no conde um amigo incompetente. Seus seguidores respeitavam sua piedade, mas Raimundo não tinha autoridade sobre eles, que haviam imposto seu domínio na marcha sobre Jerusalém durante a Primeira Cruzada. Os desastres de 1101 comprovaram sua falta de preparo para liderar uma expedição. A humilhação máxima adviera de sua prisão pelo colega mais jovem, Tancredo. Embora a atitude do normando, violando as regras da hospitalidade e da honra, houvesse ultrajado a opinião pública, Raimundo só logrou ser libertado abdicando de eventuais direitos no Norte da Síria e, incidentalmente, destruindo a base de seu entendimento com o imperador.[1] Sua grande virtude, porém, era a tenacidade. Raimundo jurara permanecer no Oriente, e pretendia não só cumprir seu voto como ainda conquistar seu próprio principado.

Havia uma área que devia ser capturada pelos cristãos para garantir a sobrevivência de seus estabelecimentos no Oriente. Um punhado de emirados islâmicos separava os francos de Antióquia e Edessa de seus irmãos em Jerusalém. Desses emirados, o mais considerável era o dos Banū Ammar, de Trípoli. O líder da família, o cádi Fakhr al-Mulk Abu Ali, era um homem de paz. Embora seu exército fosse pequeno, o distrito por ele governado era

---

1 Ver acima, pp. 39-40.

próspero, e, graças a uma atitude habilidosa (ainda que incoerente) de apaziguamento para com todos os seus vizinhos, sustentava uma independência precária — confiando, em última instância, na solidez de sua fortaleza-capital, na península de al-Mina. Havia demonstrado considerável cordialidade para com os francos todas as vezes que estes se aproximaram de seus domínios. Reabastecera a Primeira Cruzada e não se opusera quando seus líderes sitiaram sua cidade de Arqa. Proporcionara a Balduíno de Bolonha um auxílio precioso durante sua perigosa viagem para assumir a coroa de Jerusalém. Quando, porém, os cruzados se afastaram, Fakhr al-Mulk discretamente retomou as cidades de Tortosa e Maracléia, que os ocidentais haviam ocupado. Assim, controlava toda a via litorânea, desde Latáquia e Jabala até a dependência fatímida de Beirute.[1]

A rota alternativa que ligava o Norte da Síria à Palestina percorria o vale do Orontes, passando pela cidade munquidita de Shaizar, por Hama — vassala de Ridwan — e Homs, onde reinava o padrasto de Ridwan, Janah ad-Daulah. Nesse ponto, dividia-se. Um dos braços, seguido por Raimundo na Primeira Cruzada, bifurcava-se, na Buqaia, seguindo para Trípoli e para a costa; o outro seguia direto, passando pela dependência damasquina de Balbek, até a cabeceira do Jordão.

Raimundo, cujas ambições não eram jamais modestas, contemplava o estabelecimento de um principado que controlaria tanto a estrada litorânea quanto o Orontes, tendo sua capital em Homs, a cidade que os cristãos chamavam de La Chamelle. Todavia, seu primeiro objetivo, determinado provavelmente pela presença de navios genoveses que poderiam ajudá-lo, seriam as cidades da costa. Ao ser libertado por Tancredo, nos últimos dias de 1101, ele partiu de Antióquia junto com os príncipes sobreviventes das cruzadas de 1101 — Estêvão de Blois, Guilherme da Aquitânia, o Guelfo da Baviera e seus companheiros, que ansiavam por concluir sua peregrinação até Jerusalém. Em Latáquia, reencontrou-se com sua esposa e suas tropas, seguindo com elas para Tortosa. A flotilha genovesa com cuja ajuda o conde contava ancorou perto da costa enquanto ele atingia os muros da cidade. Em face daquela dupla ameaça, o governador praticamente não opôs resistência. Por volta de meados de fevereiro, Raimundo entrou em Tortosa junto com seus companheiros de viagem, que, sem discutir, concordaram em que a cidade seria sua. Supunham que ele assim os acompanharia a Jerusalém. Diante de sua recusa, irritaram-se e, segundo Fulcher de Chartres, disseram

---

1 Ver acima, p. 21; também Sobernheim, artigo "Ibn Ammar", na *Encyclopaedia of Islam*. O filho de Duqaq, Buri, recebera Jabala do xeque local, mas fora suspenso por Fakhr al-Mulk.

palavras blasmefatórias contra ele. Raimundo, porém, resolvera que Tortosa seria o núcleo de seus territórios. Assim sendo, eles partiram, encaminhando-se para o sul.[1]

O conde não fazia segredo de seus planos, e o mundo islâmico estava alarmado. Fakhr al-Mulk enviou alertas aos emires de Homs e a Duqaq de Damasco. No entanto, quando Raimundo assomou diante dos muros de Trípoli, constatou-se que seu exército montava a pouco mais de trezentos homens. Os muçulmanos julgaram que era chegada a hora de destruí-lo. Duqaq apressou-se em fornecer duzentos cavaleiros, e Janah ad-Daulah, outros tantos; reuniu-se também todo o exército dos Banū Ammar. No total, as hostes islâmicas superavam as de Raimundo na proporção de vinte para um, ao avançarem sobre o conde na planície vizinha à cidade.

Os feitos de Raimundo são mal relatados pelos historiadores cruzados. É pelo árabe Ibn al-Athir que sabemos da extraordinária batalha que se seguiu. Raimundo dividiu seu exército em quatro, com cem homens para fazer frente aos damascenos, cem para enfrentar os de Banū Ammar, cinqüenta para afrontar as tropas de Homs e os cinqüenta restantes para comporsua própria guarda pessoal. Os soldados de Homs começaram o ataque, mas, quando este falhou, entraram subitamente em pânico — que logo se espalhou também entre as tropas de Damasco. Os tripolitanos logravam mais sucesso quando Raimundo, vendo que os demais inimigos batiam em retirada, atirou seu exército inteiro contra eles. O choque repentino foi demais para eles, que também se puseram em debandada. A cavalaria franca, então, assolou o campo de batalha, abatendo todos os muçulmanos que não conseguiram escapar. O historiador árabe estimou que sete mil de seus correligionários pereceram.

A vitória não só restabeleceu a reputação de Raimundo como também assegurou a sobrevivência de seu território no Líbano. Os muçulmanos nunca mais ousaram agredi-lo. Suas forças, porém, eram muito pequenas para capturar a cidade de Trípoli, com suas fortificações maciças na península de al-Mina. Tendo cobrado um pesado tributo em dinheiro e cavalos, o conde retornou a Tortosa, a fim de planejar sua próxima campanha.[2]

Depois de dedicar os meses seguintes ao reforço de sua posição na região de Tortosa, Raimundo partiu, na primavera de 1103, para a con-

---

1 Fulcher de Chartres, II, xvii, 1-2, pp. 433-5; Alberto de Aix, VIII, 43, p. 583; Caffaro, *Liberatio*, p. 69, conta que uma frota genovesa ajudou.

2 Ibn al-Athir, pp. 211-12; Sibt ibn al-Djauzi (p. 525) situa a batalha nas cercanias de Tortosa, assim como Caffaro, *Liberatio*, *loc. cit.* Radulfo de Caen, cxlv, p. 707.

quista da Buqaia — movimento necessário para isolar Trípoli e expandir-se na direção do Orontes. Sua tentativa de pegar de surpresa a fortaleza de Tuban, na entrada nordeste do vale, fracassou; não obstante, indômito, o conde dedicou-se então ao sítio de Qalat al-Hosn, o tremendo castelo que dominava toda a planície e que fora ocupado por suas tropas durante uma semana em 1099. Os castelos pertenciam a Janah ad-Daulah de Homs, que não podia dar-se ao luxo de perdê-los e preparou um exército para recuperá-los. Entretanto, ao sair da grande mesquita de Homs, após orar pela vitória, foi morto por três Assassinos. Sua morte causou tumulto na cidade, e Raimundo imediatamente levantou o cerco de Qalat al-Hosn e marchou para o leste, para tirar partido do ocorrido. A opinião pública atribuía o atentado a agentes de Ridwan, que jamais perdoara Janah por tê-lo atacado três anos antes, enquanto ele se empenhava na luta contra os francos de Antióquia. A viúva de Janah, contudo, que era mãe de Ridwan e ficou apavorada diante da aproximação de Raimundo, enviou uma mensagem a Alepo, ofertando a cidade ao filho. Os conselheiros de Janah não só não apoiaram sua decisão como rogaram a Duqaq de Damasco que fosse em seu socorro. Duqaq acudiu em pessoa junto com seu atabegue, Toghtekin, a quem confiou o governo da cidade. Raimundo, sem condições de enfrentá-lo, recuou para o litoral.[1]

Ao retornar a Tortosa, soube que uma esquadra genovesa de quarenta vasos aportara em Latáquia. Imediatamente contratou seus serviços para um ataque a Trípoli. Como a tentativa se malogrou, seus aliados seguiram para o sul e capturaram o porto de Jebail, ou Gibelet, a Biblos dos antigos, sendo recompensados com um terço da cidade.[2] Raimundo, porém, estava determinado a conquistar Trípoli. Nos últimos meses de 1103, montou um acampamento nos subúrbios da cidade e pôs-se a erguer um castelo sobre uma escarpa, cerca de cinco quilômetros terra adentro. Pouco antes, para agradar aos bizantinos, ele tentara afastar Tancredo de Latáquia. Em troca, eles lhe forneceram materiais e pedreiros qualificados de Chipre. Na primavera de 1104, a construção foi concluída e ocupada por Raimundo, que a batizou de Monte Peregrino; entre os árabes, porém, ficou conhecida como Qalat Sanjil, o castelo de Saint-Gilles.[3]

Trípoli encontrava-se, agora, em estado de cerco permanente, mas continuava inexpugnável. Raimundo controlava os acessos por terra, mas falta-

---

1 Ibn al-Athir, p. 213. Suas datas são obscuras. Kemal ad-Din, pp. 590-1.
2 Alberto de Aix, IX, 26, pp. 605-6; Caffaro, *Liberatio*, p. 71.
3 Ana Comnena, XI, viii, 5, vol. III, p. 389; Alberto de Aix, IX, 32, p. 510; Caffaro, *Liberatio*, p. 70; Radulfo de Caen, *loc. cit.*; Guilherme de Tiro, X, 17, p. 441; Ibn al-Athir, pp. 217-18; Abu'l Mehasin, p. 275.

va-lhe poder naval permanente. Com suas vastas reservas financeiras, os Banū Ammar ainda tinham condições de manter uma substancial frota mercante, que transportava até a cidade provisões oriundas dos portos egípcios ao sul. O castelo de Raimundo, porém, punha em risco sua liberdade. No fim do verão, os tripolitanos fizeram uma incursão e atearam fogo aos subúrbios. O incêndio chegou até os muros francos, e Raimundo foi ferido por um telhado em chamas que desabou sobre ele. No início da primavera seguinte, Fakhr al-Mulk foi induzido a combinar uma trégua com os cristãos, pela qual lhes cedeu os subúrbios; as negociações mal haviam sido concluídas quando Raimundo, que não chegara a se recuperar das queimaduras sofridas seis meses antes, caiu mortalmente enfermo, vindo a falecer no Monte Peregrino em 28 de fevereiro de 1105. As aventuras galantes de seus últimos anos ajudaram a restaurar sua fama. Foi chorado como um grande cavaleiro cristão, que preferira as privações da Guerra Santa a todos os prazeres de sua terra natal.[1]

O tributo foi merecido, pois Raimundo, ao contrário de seus companheiros de Cruzada agora estabelecidos no Oriente — de pequeno porte em seus países de origem —, fora muito afluente na Europa. Embora houvesse jurado nunca retornar para casa, mantivera algum controle sobre sua gestão. Sua morte criou um problema sucessório, tanto em Toulouse quanto no Líbano. Toulouse fora deixada sob o controle de seu filho mais velho, Bertrando — cujo direito de herdar o condado, porém, foi posto em dúvida, provavelmente devido ao fato de ele ser um bastardo. Dos filhos de Raimundo com a Condessa Elvira, todos haviam morrido, exceto um menininho, Afonso Jordão, nascido meses antes no castelo de Monte Peregrino. Era claro que um bebê não podia assumir o controle de um precário estado militar no Líbano — além disso, sua própria existência provavelmente não chegara ainda ao conhecimento de Toulouse. Bertrando continuou a administrar as terras paternas na Europa, enquanto, no Oriente, os soldados de Raimundo escolheram como seu sucessor — provavelmente de acordo com a derradeira vontade do próprio conde — seu primo, Guilherme Jordão, Conde de Cerdagne. Guilherme Jordão, cuja avó materna fora tia de Raimundo por parte de mãe, chegara havia pouco ao Oriente. Considerando-se um mero regente em nome de seu pequeno primo, absteve-se de derivar algum título de seus novos domínios. Enquanto Afonso Jordão

---

1 Alberto de Aix, *loc. cit.*; Caffaro, *Liberatio*, p. 72; Bartolfo de Nangis, LXVIII, p. 539. Guilherme de Tiro, XI, 2, p. 452; Ibn al-Athir (*Kamil at-Tawarikh*, p. 230, que o faz morrer dez dias após o acidente); Guilherme de Tiro fala dele como "Bonae memoriae" e "vir religiosus et timens Deum, vir per omnia commendabilis".

vivesse, porém, seu governo sempre representaria uma ameaça para Guilherme Jordão e Bertrando.[1]

Guilherme Jordão deu continuidade à política de seu predecessor, apertando o cerco e mantendo a aliança com Bizâncio. A pedido do imperador, o governador de Chipre, Eumátio Filocales, enviou-lhe um embaixador a fim de receber sua homenagem e, em troca, brindá-lo com presentes valiosos. Em vista da submissão de Guilherme Jordão, Chipre enviava provisões periodicamente aos francos que sitiavam Trípoli, e tropas imperiais vez por outra ajudavam no bloqueio da cidade. Assim, no acampamento franco havia abundância de suprimentos, ao passo que Trípoli agora estava ameaçada de inanição. Os víveres não podiam atingi-la por terra. Navios dos portos fatímidas e até do território de Tancredo furavam o bloqueio, mas não tinham capacidade de suprir a sua grande população. Os preços dos alimentos subiram a alturas estratosféricas; meio quilo de tâmaras custava uma peça de ouro. Todos os que conseguiram escapar da cidade emigraram. Dentro de seus muros, grassavam a penúria e a doença, que Fakhr al-Mulk tentava mitigar mediante a distribuição de comida, comprada com impostos especiais, entre os soldados e os enfermos. Alguns notáveis da cidade evadiram-se para o acampamento franco, e dois deles revelaram para os sitiantes as vias por onde ainda se dava o contrabando de bens para dentro da cidade. Fakhr al-Mulk ofereceu a Guilherme Jordão grandes somas pelas pessoas desses traidores. Quando o conde se recusou a entregá-los, foram encontrados assassinados no acampamento cristão.[2]

Fakhr al-Mulk não sabia a quem pedir ajuda. Se recorresse aos fatímidas, estes insistiriam em anexar seu Estado. Por algum motivo, estava em maus termos com Toghtekin, de Homs, seu aliado mais natural, que assumira o governo de Damasco após a morte de Duqaq em 1104 e vivia em guerra constante com Guilherme Jordão. Aliados distantes pareciam mais

---

1 Alberto de Aix, IX, 50, pp. 123-4. Segundo Vaissette, *Histoire de Languedoc*, ed. Molinier, vol. IV, I, pp. 195-9, Bertrando era filho de Raimundo com sua primeira esposa, a filha do Marquês de Provença. O casamento fora anulado posteriormente por motivos de consangüinidade. Esse tipo de anulação nem sempre tornava os filhos bastardos, mas é óbvio que, conquanto Raimundo tenha considerado Bertrando seu herdeiro em Toulouse ao partir para o Oriente levando consigo seus filhos com Elvira (cujos sexos são desconhecidos), os direitos de Bertrando em Toulouse eram tidos como inferiores aos do indubitavelmente legítimo Afonso Jordão. Assim, quando, mais tarde, este reivindicou seus direitos sobre Trípoli, o neto de Bertrando, Raimundo II, se alarmou (ver abaixo, pp. 242-3). Guilherme de Malmesbury, que nem sempre é muito preciso, diz que Bertrando é filho de Raimundo com uma concubina (II, p. 456). Caffaro (*Liberatio*, p. 72), escrevendo como contemporâneo, chama-o de bastardo.

2 Ana Comnena, *loc. cit.*; Ibn al-Athir, p. 236, que conta que a cidade recebia víveres dos gregos de Latáquia.

seguros. Sendo assim, em 1105 ele fez um apelo urgente a Soqmã, o Ortóquida, em Mardin. Soqmã, que tinha interesse em retornar à arena do litoral sírio, pôs-se a caminho, cruzando o deserto com um grande exército. Ao atingir Palmira, porém, o emir morreu de repente, e seus generais precipitaram-se de volta para Jeziré, a fim de disputar seu trono.[1] Graças à sua riqueza e à sua diplomacia, Fakhr susteve-se em Trípoli, em meio à miséria crescente, pelos anos de 1106 e 1107. Suas relações com Toghtekin melhoraram, e as manobras deste contra os francos — como a ocasião em que lhes recapturou Rafaniya, em 1105 — foram-lhe proveitosas.[2] Os francos, contudo, a essa altura estavam já solidamente estabelecidos na costa libanesa, e nenhum poder islâmico vizinho parecia preparado ou capaz de erradicá-los. Na primavera de 1108, Fakhr al-Mulk, em seu desespero, resolveu implorar pessoalmente o socorro do líder de sua religião, o Califa de Bagdá, e de seu maior potentado, o sultão seljúcida Maomé.

Deixando o governo de Trípoli nas mãos de seu primo, Abu'l Manaqib ibn Ammar, e pagando adiantado às suas tropas seis meses de soldo, Fakhr deixou Trípoli em março. Já havia inteirado Toghtekin de suas intenções, e, ao que parece, Guilherme Jordão autorizou-o a passar pelo território ocupado pelos francos. Levava consigo uma guarda pessoal de quinhentos homens, além de inúmeros presentes valiosos para o sultão. Ao chegar a Damasco, Toghtekin recebeu-o com todos os sinais de respeito, e os principais emires damascenos brindaram-no com uma profusão de presentes; por precaução, contudo, ele se acomodou fora dos muros da cidade. Quando prosseguiu sua jornada, o próprio filho de Toghtekin, Taj al-Mulk Buri, juntou-se à sua escolta. Ao aproximar-se de Bagdá, foi objeto das maiores e mais lisonjeiras atenções. O sultão enviou-lhe sua barca particular para a travessia do Eufrates, e ele se deitou sobre a almofada habitualmente honrada pelo corpo do grande líder seljúcida. Conquanto nunca houvesse assumido título mais alto que o de cádi, entrou em Bagdá com a cerimônia devida a um príncipe soberano. Tanto o califa quanto o sultão demonstraram-lhe afeto fraternal e louvaram-no por seus serviços à Fé. Chegado o momento de tratar de negócios, porém, revelou-se a inconsistência de tantas honrarias. O sultão prometeu-lhe que um grande exército seljúcida iria em resgate de Trípoli — mas, primeiro, havia algumas missões a cumprir mais perto de Bagdá; por exemplo, o emir de Mosul, Jawali, precisava ser reduzido a um estado de espírito mais subserviente. Fakhr compreendeu que, na verdade, Maomé não desejava intervir. Depois de perder quatro suntuosos e infrutíferos

---

1 Ibn al-Athir, pp. 226-7.
2 Ibn al-Qalanisi, *op. cit.*, p. 60; Ibn al-Athir, p. 230.

meses em sua corte, iniciou a viagem de volta para casa — só para descobrir que ela não era mais sua.[1]

Abu'l Manaqib e os notáveis de Trípoli eram realistas. Reconheciam que havia um só poder islâmico em condições de socorrê-los: os fatímidas, que ainda tinham algum domínio dos mares. Convidaram o vizir egípcio, al-Afdal, a enviar um governador para tomar a cidade. Em resposta, al-Afdal indicou Sharaf ad-Daulah, que chegou a Trípoli no verão de 1108, carregado com provisões de trigo para o populacho, e não teve dificuldades em assumir o controle. Todos os partidários de Fakhr al-Mulk foram presos e desterrados para o Egito. Fakhr chegara a Damasco antes de saber da revolução. Ainda possuía Jabala, a norte de Tortosa, e para lá se dirigiu. Seu governo, porém, foi breve. Em maio de 1109 Tancredo de Antióquia assomou, a toda a força, diante da cidade. Fakhr capitulou imediatamente, mediante o acordo de que o normando lhe concederia administrá-la em seu nome. Tancredo, todavia, quebrou sua promessa. Fakhr foi obrigado a partir, retirando-se para Damasco sem ser molestado, e passou o resto de sua vida como dependente de Toghtekin.[2]

Conquanto Fakhr al-Mulk houvesse perdido Trípoli, os egípcios tampouco foram capazes de conservá-la — nem Guilherme Jordão, de mantê-la. Após a morte de Raimundo, os barões de Toulouse tinham aceitado a sucessão de Bertrando porque, por um lado, ele já os governava havia dez anos, e, por outro, ainda não chegara à Europa a notícia de que Raimundo tivera um filho legítimo. Quando, porém, souberam da existência do jovem Afonso Jordão, enviaram uma mensagem ao Oriente, rogando-lhe que assumisse sua herança de direito. Não se podia culpar a Condessa Elvira por preferir para seu filho as ricas terras do Sul da França a um precário feudo no Oriente; assim, ela chegou com o menino a Toulouse no curso de 1108.[3]

Sua chegada forçou Bertrando a ponderar seu futuro. É provável que se tenha arranjado algum pacto familiar a fim de que ele abdicasse de eventuais direitos que pudesse ter às terras do pai na Europa e, em troca, Afonso Jordão, a fim de livrar-se efetivamente dele em Toulouse, renunciaria em seu favor à sua herança no Líbano. Bertrando partiu para o Oriente no verão de 1108. Estava decidido a coroar seu futuro principado com a conquista de Trípoli, e devia prever que talvez enfrentasse algumas dificuldades com Guilherme Jordão. Para atingir seus objetivos, levou consigo um exército de quatro mil homens — entre soldados de cavalaria e de infantaria — e uma

1 Ibn al-Qalanisi, *op. cit.*, pp. 83-6; Ibn al-Athir, pp. 255-7.
2 Ibn al-Qalanisi, pp. 86-90; Ibn al-Athir, p. 274; Sibt ibn al-Djauzi, p. 536.
3 Ver acima, pp. 61-2.

flotilha de quarenta galeras, fornecidas pelos portos da Provença. Seu filho mais novo, Pons, acompanhou-o. Sua primeira parada foi em Gênova, de onde esperava obter o auxílio naval necessário para subjugar Trípoli. Também Guilherme Jordão tentava firmar aliança com os genoveses, mas sua embaixada encontrou Bertrando já aceito como aliado da república. Os genoveses prometeram ajudar Bertrando a assumir as conquistas de seu pai no Oriente e arrematá-las com a captura de Trípoli, onde, em troca, gozariam de posição comercial privilegiada. Quando Bertrando se fez à vela rumo ao leste, no outono, foi acompanhado por uma esquadra de Gênova.[1]

Em seguida, Bertrando planejou uma visita a Constantinopla, com vistas a assegurar o apoio do amigo de seu pai, o imperador. Tempestades obrigaram sua frota a refugiar-se no porto de Almiro, no golfo de Volo, onde seus homens causaram uma excelente impressão ao se absterem do corriqueiro hábito ocidental de saquear os campos. Por conseguinte, na chegada a Constantinopla, a disposição de Aleixo em relação a Bertrando já era favorável, e este foi recebido como um filho; ganhou muitos presentes valiosos e a promessa de obséquios imperiais no futuro. Em troca, jurou fidelidade ao imperador.[2]

De Constantinopla, Bertrando e seus aliados dirigiram-se para S. Simão, o porto de Antióquia, e enviaram um emissário para Tancredo, solicitando uma entrevista. Tancredo desceu imediatamente para vê-lo. A conversa, porém, não correu com tranqüilidade. Bertrando, com arrogância, exigiu que Tancredo lhe entregasse as partes da cidade de Antióquia que haviam pertencido a seu pai. Tancredo retrucou que consideraria essa possibilidade caso pudesse contar com o apoio de Bertrando na campanha em que estava prestes a embarcar, contra Mamistra e as cidades imperiais da Cilícia. Para Bertrando, que acabara de fazer um voto de fidelidade a Aleixo e que contava com subsídios bizantinos, a proposta era inaceitável; em vez disso, porém, ofereceu-se para conquistar para Tancredo a cidade de Jabala, onde Fakhr al-Mulk se refugiara. Tancredo insistiu na cooperação na expedição ciliciense; diante da recusa categórica de Bertrando, devido ao seu juramento ao imperador, Tancredo ordenou-lhe que deixasse seu principado e proibiu seus súditos de lhe vender suprimentos. Bertrando foi obrigado a descer a costa, e seguiu para o porto de Tortosa.[3]

---

1 Alberto de Aix, XI, 3, p. 664, conta que Bertrando visitou Pisa, querendo dizer Gênova; Caffaro, *Liberatio*, p. 72.

2 Ana Comnena, XIV, ii, 6, vol. III, p. 149, conta que Bertrando (Πελκτράνος) jurou fidelidade a Aleixo quando já se encontrava em Trípoli. No entanto, Alberto de Aix, *loc. cit.*, menciona sua visita, via *Halmyrus*, a Constantinopla.

3 Alberto de Aix, XI, 5-7, pp. 665-7.

Tortosa estava sob o controle de um dos lugar-tenentes de Guilherme Jordão, que prontamente admitiu Bertrando na cidade e lhe forneceu todas as provisões demandadas. No dia seguinte, Bertrando enviou um mensageiro ao quartel-general de Guilherme Jordão no Monte Peregrino, exigindo a entrega de toda a herança de seu pai nas terras de La Chamelle, ou seja, o principado de Homs que Raimundo desejava fundar. Guilherme Jordão, porém, acabara de lograr um êxito dos mais extraordinários. Quando os egípcios assumiram o controle de Trípoli, a cidade de Arqa, sob o comando de um dos pajens favoritos de Fakhr, colocara-se sob a proteção de Toghtekin de Damasco. Toghtekin fora em pessoa inspecionar sua nova propriedade, mas as chuvas de inverno retardaram sua marcha através da Buqaia. Enquanto aguardava o tempo melhorar, atacou alguns fortes construídos pelos cristãos perto da fronteira. Guilherme Jordão, com trezentos cavaleiros e duzentos soldados nativos de infantaria, aproximou-se furtivamente pelas encostas do Líbano e atirou-se de surpresa sobre ele, perto da aldeia de Akun. O exército damasquino, com Toghtekin à frente, fugiu em pânico para Homs, perseguido pelos francos, que, não podendo arriscar-se a atacar a cidade, tomaram o rumo norte e assolaram o território de Shaizar. Os irmãos munquiditas, Murshid e Sultan, emires da cidade, informados de que o exército cristão era pequeno, investiram na confiante expectativa de que o capturariam com facilidade. Entretanto, os francos atacaram de imediato — e com tal furor que os homens de Shaizar não resistiram e debandaram. Guilherme Jordão, em seguida, retornou a Arqa, que se lhe rendeu após um cerco de apenas três semanas.[1]

Encorajado por tais vitórias, Guilherme Jordão não estava nem um pouco disposto a abdicar em favor de Bertrando. Retrucou que detinha as terras de Raimundo por direito de herança e que, ademais, as tinha defendido e ampliado. Assustado com o tamanho da armada de Bertrando, contudo, enviou uma mensagem a Antióquia, pedindo que Tancredo interviesse em seu favor. Em troca, prometeu tornar-se seu vassalo. Sua atitude obrigou Bertrando a tomar medidas correspondentes, e ele enviou um mensageiro a Jerusalém para expor o caso ao Rei Balduíno, a quem apelou como árbitro supremo dos francos no Oriente — reconhecendo-o, pois, como seu suserano.[2]

Balduíno (que, como estadista, percebia que os francos no Oriente deviam trabalhar juntos, e, como homem ambicioso que era, se via como seu líder) respondeu prontamente ao apelo. Já estava irritado com Tancredo pelo tratamento por ele dispensado a Balduíno de Edessa e Juscelino de

---

1 Usama, ed. Hitti, p. 78; Ibn al-Athir, pp. 226-7.
2 Fulcher de Chartres, II, xi, 1, pp. 526-30; Alberto de Aix, XI, 1-2, 8, pp. 663-4, 666.

Courtenay. Bertrando já se encontrava em Trípoli, onde seu exército se desincumbia da dupla missão de dar continuidade ao bloqueio da cidade islâmica e de sitiar os partidários de Guilherme Jordão no Monte Peregrino. Este, nesse meio tempo, deixara o Monte Peregrino e reocupara Tortosa, onde aguardava Tancredo. Mal este chegou, receberam a visita dos emissários do rei, Eustáquio Garnier e Pagão de Haifa, que lhes ordenaram que comparecessem ao Tribunal Régio instalado em Trípoli, a fim de solucionar não só a questão da herança de Raimundo como também a da restituição de Edessa e Turbessel a seus legítimos donos. Guilherme Jordão queria ignorar a convocação, mas Tancredo percebeu que desafiá-la seria impraticável.

Em junho de 1109, todos os príncipes do Oriente franco reuniram-se diante das muralhas de Trípoli. Bertrando lá estava com seu exército; o Rei Balduíno chegou do sul acompanhado de quinhentos cavaleiros e outros tantos soldados de infantaria; Tancredo levou setecentos de seus melhores cavaleiros; e Balduíno de Edessa e Juscelino compareceram com suas guardas pessoais. Em uma sessão solene realizada no castelo de Monte Peregrino, Tancredo foi formalmente reconciliado com Balduíno de Edessa e Juscelino e dividiu-se a herança de Toulouse. Guilherme Jordão ficaria com Tortosa e com sua própria conquista, Arqa, ao passo que Bertrando ficaria com Jebail e Trípoli — assim que esta fosse capturada. O primeiro jurou fidelidade a Tancredo, e o segundo, ao Rei Balduíno; além disso, concordou-se que, em caso de morte de um dos candidatos, o outro herdaria suas terras.[1]

Com a paz feita entre seus líderes, o exército franco empenhou-se seriamente na captura de Trípoli. O governador fatímida, Sharaf ad-Daulah, vinha pedindo desesperadamente ajuda às autoridades egípcias, que chegaram a equipar uma frota gigantesca, com transportes para um exército inteiro e barcos carregados de provisões. Contudo, intrigas e disputas entre os comandantes no Egito haviam retardado sua partida dos portos do Delta. Meses se passaram enquanto o vizir, desinteressado, tentava pôr fim às contendas; agora, por fim, os navios recebiam ordens de içar âncora. Todavia, o vento norte, que não parava de soprar, impediu-os de deixar o porto. Quando eles afinal partiram, em número reduzido, era tarde demais.[2]

A guarnição de Trípoli, isolada do auxílio marítimo pelas frotas genovesa e provençal e com suas muralhas abaladas por todas as máquinas de sítio que o exército franco conseguiu reunir, logo abandonou todas as pretensões de resistência. Sharaf ad-Daulah enviou uma mensagem ao Rei Bal-

---

1 Fulcher de Chartres, II, xli, I, p. 531; Alberto de Aix, XI, 9-12, pp. 666-8.
2 Ibn al-Athir, p. 274; Ibn al-Qalanisi, p. 89.

duíno, oferecendo-lhe sua rendição condicional. Pediu que os cidadãos que desejassem emigrar recebessem permissão para partir em segurança com seus bens móveis, e que os que preferissem permanecer se tornassem súditos francos e continuassem de posse de tudo o que tinham, limitando-se a pagar um tributo anual especial; ele próprio deveria poder retirar-se para Damasco com suas tropas. Balduíno anuiu e, em 12 de julho de 1109, os cristãos entraram em Trípoli.

Balduíno, em particular, cumpriu sua palavra. Nos distritos por ele controlados, não houve pilhagem nem destruição. Os marinheiros genoveses, porém, vendo a cidade à sua mercê, forçaram a entrada e começaram a saquear e queimar casas e a escravizar todos os muçulmanos que encontravam pela frente; demorou um pouco até que as autoridades conseguissem contê-los. No tumulto, a grande biblioteca dos Banū Ammar, a melhor do mundo islâmico, foi reduzida a cinzas; todo o seu conteúdo pereceu.[1]

Quando a cidade foi totalmente ocupada e a ordem, restaurada, Bertrando foi instalado como seu soberano. Assumiu o título de Conde de Trípoli e reafirmou sua condição de vassalo do reino de Jerusalém. Suas obrigações para com o Imperador Aleixo foram ignoradas. Os genoveses foram recompensados com um quarteirão na cidade, um castelo (conhecido como o Castelo do Comissário, localizado dezesseis quilômetros ao sul de Trípoli) e com os dois terços restantes da cidade de Jebail. Esta, por sua vez, foi entregue ao Almirante Hugo Embriaco, cujos descendentes a converteram em um feudo hereditário.[2]

Bertrando não precisou esperar muito para apossar-se da herança oriental de seu pai na íntegra. Enquanto o exército franco ainda se encontrava em Trípoli, Guilherme Jordão foi atingido por uma flecha. As circunstâncias permanecem um mistério. Ao que parece, ele interveio asperamente em uma briga entre dois pajens, e, ao tentar separá-los, alguém disparou. As suspeitas, logicamente, recaíram sobre Bertrando, mas nada se pôde provar. Este imediatamente agregou as terras de Guilherme Jordão, acrescentando-as, assim, aos territórios sob a suserania do Rei Balduíno. Tancredo escolhera o aliado errado.[3]

Foi assim que o filho de Raimundo cumpriu a ambição do conde de fundar um Estado no Oriente. Era um principado menor do que o pretendido

---

1 Fulcher de Chartres, II, xli, 2-4, pp. 531-3; Alberto de Aix, XI, 13, p. 668; Ibn al-Qalanisi, pp. 89-90; Ibn al-Athir, *loc. cit.*; Abu'l Mahâsin, p. 489; Ibn Hamdun, p. 455; Sibt ibn al-Djauzi, p. 536.

2 Caffaro, *Liberatio*, pp. 72-3. Ver Rey, "Les Seigneurs de Gibelet", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. III, pp. 399-403.

3 Fulcher de Chartres, *loc. cit.*; Alberto de Aix, XI, 15, pp. 669-70.

por seu pai; as terras de La Chamelle nunca lhe seriam incorporadas, e, em vez de reconhecer a distante suserania do imperador em Constantinopla, contava com um senhor mais acessível em Jerusalém. Não obstante, era um feudo rico e próspero, que, por sua afluência e posição, fazendo a ponte entre os francos do Norte da Síria e os da Palestina, desempenharia um papel crucial na história das Cruzadas.

Capitulo V

Rei Balduíno I

"Seu coração é duro como rocha, sólido como uma pedra molar."
JÓ 41, 16

A intervenção do Rei Balduíno em Trípoli, em 1109, confirmou-o como o maior potentado do Oriente franco. Sua posição fora conquistada graças a seu paciente e laborioso esforço e ousadia em seus empreendimentos. Ao chegar a Jerusalém, contra a dupla oposição do Patriarca Dagoberto e do Príncipe de Antióquia, Balduíno herdou um tesouro vazio e um território fragmentado, composto pelo espinhaço central da Palestina, pela planície de Esdraelon e por algumas fortalezas longínquas, situadas em plagas inóspitas — além de um exército pífio, composto por cavaleiros desordeiros e arrogantes e mercenários nativos indignos de confiança. O único agente organizado no reino era a Igreja, dividida em duas facções — a de Dagoberto e a de Arnulfo. A administração central de Godofredo era responsabilidade de seus colaboradores mais próximos, um grupo pequeno e inadequado para governar um país. Os barões a quem eram confiados os castelos fronteiriços ficavam à vontade para governar seus domínios como bem entendessem.

Balduíno percebeu que o perigo mais imediato era um ataque islâmico antes que seu Estado pudesse ser posto em ordem. Partidário da tese de que a melhor defesa é tomar a ofensiva, ele partiu — antes mesmo de resolver a questão premente de suas relações com Dagoberto ou mesmo de assumir a coroa — em uma campanha com o objetivo de impressionar os infiéis. Seus feitos em Edessa e sua vitória no rio do Cão haviam-lhe conferido uma reputação terrível, da qual pretendia tirar proveito. Menos de uma semana após sua chegada a Jerusalém, Balduíno desceu até Ascalão e fez uma demonstração diante de seus muros. Como, porém, a fortaleza era forte demais para ser atacada por seu pequeno exército, ele seguiu para o leste, rumo a Hebron, e dali para Segor, em Negueb — a terra do sal, na extremidade sul do mar Morto —, incendiando aldeias ao passar; em seguida, penetrando nos ermos de Edom, dirigiu-se para o monte Hor, local do antigo monastério de Sto. Aarão, passando por Petra. Mesmo não instalando assentamentos permanentes na região, seus avanços amedrontaram

os árabes, que, nos anos seguintes, se abstiveram de penetrar nos territórios francos.[1]

Balduíno retornou a Jerusalém alguns dias antes do Natal. O Patriarca Dagoberto tivera tempo para refletir acerca de sua situação. Curvando-se ao inevitável, em 25 de dezembro de 1100 coroou Balduíno Rei de Jerusalém. Em troca, foi confirmado no patriarcado.[2]

No início da primavera de 1101, Balduíno soube que uma rica tribo árabe estava atravessando a Transjordânia. Imediatamente partiu à frente de um destacamento que transpôs o rio e caiu sobre seu acampamento à noite. Quase nenhum árabe escapou. A maioria dos homens morreu dentro de suas tendas, e as mulheres e as crianças foram capturadas, junto com uma grande soma em dinheiro e artigos preciosos. Entre os cativos figurava a esposa de um dos xeques da tribo. Estava a ponto de dar à luz; quando Balduíno soube de seu estado, determinou que a libertassem junto com sua aia, duas camelas e um substancial suprimento de comida e bebida. O parto, bem-sucedido, ocorreu à beira da estrada, onde seu marido logo a encontrou. Profundamente comovido com a cortesia de Balduíno, ele correu atrás do franco para agradecer-lhe e prometer que, um dia, retribuiria sua bondade.[3]

As notícias do ataque ampliaram a fama de Balduíno. Em março, chegaram a Jerusalém embaixadas das cidades litorâneas — Arsuf, Cesaréia, Acre e Tiro — levando presentes valiosos. Duqaq de Damasco mandou oferecer-lhe a quantia de cinqüenta mil besantes de ouro pelo resgate dos prisioneiros feitos na batalha do rio do Cão. Assim, o problema financeiro de Balduíno, mais urgente, foi resolvido.[4]

O tributo não beneficiou por muito tempo nem Arsuf nem Cesaréia. Em março avistou-se em Haifa uma esquadra genovesa, que aportou em Jafa em 15 de abril. Entre os passageiros estava Maurício, Cardeal-Bispo do Porto, enviado como legado do Papa Pascoal. Até então, Balduíno dependera do poder naval da pequena frota pisana que acompanhara o arcebispo de Pisa (seu inimigo, Dagoberto) ao Levante. Uma aliança com os genoveses, maiores rivais dos pisanos, convinha-lhe mais. Correu a Haifa para saudá-los e receber o legado, e levou seus líderes consigo, para celebrarem a

---

1 Fulcher de Chartres, II, iv, i-5, ii, pp. 370-83 (Fulcher acompanhou a expedição); Alberto de Aix, VII, 28-42, pp. 533-6. Havia um monastério grego no atual Jebel Harun (monte Hor) e um estabelecimento de monges em torno do grande jazigo nabateu conhecido como "Deir", ou "Monastério".

2 Ver acima, vol. I, p. 290.

3 Guilherme de Tiro, X, 11, p. 415.

4 Alberto de Aix, VII, 52, pp. 541-2.

Páscoa em Jerusalém. Na capital, firmaram o acordo de servi-lo durante uma estação. O pagamento seria um terço de todo o butim obtido, tanto em bens quanto em dinheiro, e uma rua na região do bazar de cada cidade conquistada. Uma vez selado o pacto, os aliados avançaram contra Arsuf — Balduíno por terra e os genoveses por mar. Logo se venceu toda e qualquer resistência, e as autoridades da cidade dispuseram-se a capitular desde que os habitantes pudessem emigrar em segurança, levando suas famílias e suas posses, para território muçulmano. Balduíno aceitou seus termos, mandando suas tropas escoltarem-nos até Ascalão. Em seguida guarneceu a cidade, depois de entregar aos genoveses a parte que lhes cabia.[1]

De Arsuf os aliados seguiram para Cesaréia, cujo sítio principiou em 2 de maio. Os defensores, confiando em suas antigas muralhas bizantinas, recusaram-se a se render — mas, em 17 de maio, a cidade foi tomada de assalto. Os soldados vitoriosos receberam permissão para pilhar a cidade conforme bem entendessem, e os horrores do saque chocaram seus próprios líderes. O massacre mais cruel ocorreu na Mesquita Grega, outrora a sinagoga de Herodes Agripa. Muitos dos cidadãos haviam se refugiado ali e imploravam por misericórdia. Não obstante, foram chacinados, tanto homens quanto mulheres, até o chão ficar coberto de sangue. Em toda a cidade, apenas algumas meninas e bebês foram poupados, além do mais alto magistrado e do comandante da guarnição, salvos pelo próprio Balduíno com vistas a obter um bom resgate. A brutalidade foi deliberada. Balduíno queria deixar claro que manteria sua palavra com todos os que entrassem em acordo com ele. Caso contrário, seria implacável.[2]

Balduíno mal tivera tempo de dividir o butim conforme o combinado e instalar uma guarnição franca quando foi informado de que um exército egípcio penetrara na Palestina.

O vizir fatímida, al-Afdal, estava ávido por vingar o desastre de Ascalão dois anos antes, e equipara uma expedição sob o comando do mameluco Sa'ad ed-Daulah al-Qawasi. Os atacantes alcançaram Ascalão em meados de maio e chegaram até Ramleh, talvez na esperança de atingir Jerusalém enquanto Balduíno ainda estava ocupado em Cesaréia. Quando este acorreu com suas forças para Ramleh, Sa'ad retornou a Ascalão para aguardar reforços. Após fortificar Ramleh, Balduíno estabeleceu seu quartel-general em

---

1 Fulcher de Chartres, II, viii, 1-7, pp. 393-400; Alberto de Aix, VII, 54, pp. 452-3.

2 Fulcher de Chartres, IX, 1-9, pp. 400-4; Alberto de Aix, VII, 55-6, pp. 453-4. Guilherme de Tiro, X, 16, p. 423, relata que os genoveses se apoderaram, como parte de seu butim, de uma xícara verde que, acreditavam, fora feita de uma esmeralda sólida — que ainda se encontra no tesouro da Catedral de S. Lourenço, em Gênova, e mais tarde seria considerada o Santo Graal. Ver Heyd, *Histoire du Commerce du Levant*, 1, p. 137.

Jafa, a fim de poder vigiar a movimentação egípcia e, ao mesmo tempo, manter contato com suas comunicações marítimas. Com exceção de uma rápida visita a Jerusalém por motivos administrativos em julho, o rei franco permaneceu em Jafa durante todo o verão. No fim de agosto, soube, por uma carta interceptada, que os egípcios haviam recebido reforços e estavam preparando-se para marchar sobre Jerusalém.

Em 4 de setembro, Sa'ad deslocou suas forças lentamente até os arredores de Ramleh. Dois dias mais tarde, Balduíno reuniu um conselho de guerra e decidiu atacar ao amanhecer, em vez de esperar o ataque inimigo. Dispunha de somente 260 cavaleiros e 900 soldados de infantaria — mas todos bem armados e experientes, ao passo que o imenso exército fatímida, por ele estimado em 11 mil cavaleiros e 21 mil homens de infantaria, era destreinado e estava munido apenas de armamentos leves. As tropas francas foram divididas em cinco corpos, um sob o comando de um cavaleiro de nome Bervoldo, o segundo sob Geldemar Carpenel, senhor de Haifa, o terceiro sob Hugo de Saint-Omer, que sucedera a Tancredo como Príncipe da Galiléia, e o quarto e o quinto liderados por Balduíno em pessoa. Inspirados pela presença da Cruz Verdadeira, por um sermão arrebatador feito por Arnulfo de Rohes e por uma absolvição especial concedida pelo Cardeal-Legado, os francos marcharam para Ramleh e, ao nascer do dia, caíram sobre os egípcios perto de Ibelin, a sudoeste da cidade.

Bervoldo encabeçou o ataque, mas suas tropas foram ceifadas pelo inimigo e ele próprio, morto. Geldemar Carpenel correu a socorrê-lo, mas também pereceu, com todos os seus homens. A unidade galiléia avançou então, mas tampouco afetou as massas egípcias. Após grandes perdas, Hugo de Saint-Omer liberou suas tropas e precipitou-se para Jafa, com o flanco esquerdo egípcio ao seu encalço. Parecia estar tudo perdido, mas o Rei Balduíno, depois de confessar seus pecados publicamente diante da Cruz Verdadeira e admoestar sua companhia, montou em seu bravo cavalo árabe de batalha, Gazelle, e atirou-se à frente de seus cavaleiros em direção ao coração das tropas inimigas. Estas, confiantes na vitória, foram pegas de surpresa. Após uma rápida batalha seu centro pôs-se em debandada, e o pânico espalhou-se pelo lado direito. Balduíno, proibindo os soldados de parar para saquear os corpos ou o acampamento inimigo, perseguiu-os até as muralhas de Ascalão. Só então reuniu seus homens e retirou-se para dividir os despojos ganhos no campo de batalha.[1]

Nesse meio tempo, Hugo de Saint-Omer chegara a Jafa e contara que a batalha fora perdida. A rainha e sua corte lá esperavam. Informados do de-

1 Fulcher de Chartres, II, xi, i-xiii, 5, pp. 407-20; Alberto de Aix, VII, 66-70, pp. 550-3.

sastre e acreditando que o rei estivesse morto, enviaram imediatamente um mensageiro ao único homem que pensaram que poderia ajudá-los agora: Tancredo de Antióquia. Na manhã seguinte, apontou um exército. Grande foi seu regozijo quando discerniram os estandartes francos e reconheceram o rei. Despachou-se um segundo mensageiro para Antióquia, portador da notícia de que tudo estava bem; Tancredo, que se preparava — não sem certa satisfação — para partir para o sul, podia permanecer em casa.[1]

Por ora, o perigo fora afastado. Os fatímidas haviam sofrido grandes perdas, e não estavam dispostos a repetir a campanha naquela estação. Seus recursos, porém, eram inesgotáveis; al-Afdal não teve dificuldade em aprestar um segundo exército para continuar o embate no ano seguinte. Nesse ínterim, Balduíno recebeu a visita dos príncipes sobreviventes das Cruzadas anatólias de 1101. Liderados por Guilherme da Aquitânia, Estêvão de Blois e Estêvão da Borgonha, além do Comissário Conrado, e acompanhados de vários barões dos Países Baixos, de Ekkehard de Aura e do Bispo Manassés (a maioria dos quais chegara a Antióquia por mar), alcançaram as cercanias de Beirute no início da primavera de 1102. Para assegurar a travessia segura de território inimigo, Balduíno enviou uma escolta ao seu encontro para acompanhá-los a Jerusalém. Depois de celebrarem a Páscoa nos Lugares Santos, os líderes prepararam-se para voltar para casa. Guilherme da Aquitânia embarcou em segurança para S. Simão no fim de abril, mas o navio em que embarcaram Estêvão de Blois e Estêvão da Borgonha, junto com vários outros, encalhou perto de Jafa em virtude de uma tormenta. Antes que se conseguisse outro navio para transportá-los, chegou a notícia da aproximação de um novo exército islâmico, vindo do Egito. Devido a essa fatalidade, os príncipes ficaram para ajudar no embate que se avizinhava.[2]

Em meados de maio de 1102, as tropas egípcias, compostas por cerca de vinte mil árabes e sudaneses comandados pelo filho do próprio vizir, Sharaf al-Ma'ali, reuniram-se em Ascalão e dirigiram-se para Ramleh. Balduíno fizera seus preparativos. Uma hoste de vários milhares de cristãos esperava em Jafa, e as guarnições galiléias estavam prontas a enviar reforços caso necessário. Entretanto, os batedores de Balduíno induziram-no em erro. Acreditando que os inimigos não passavam de uma pequena força de ataque, resolveu esmagá-los sem lançar mão de seus reservas. Estavam com ele, em Jerusalém, seus amigos ocidentais Estêvão de Blois, Estêvão da Borgonha, o Comissário Conrado, Hugo, Conde de Lusignan, e diversos cavaleiros belgas. Propôs-lhes que o acompanhassem e à sua cavalaria para encerrar a

1 Fulcher de Chartres, II, xiv, 1-8, pp. 420-4.
2 Fulcher de Chartres, II, xv, 1-6, pp. 424-8.

questão. Estêvão de Blois atreveu-se a sugerir que o empreendimento era arriscado e que seria aconselhável um reconhecimento mais aprofundado. Contudo, ninguém sequer lhe deu ouvidos, lembrando-se de sua covardia em Antióquia. Ele se juntou aos companheiros sem mais objeções.

Em 17 de maio o Rei Balduíno deixou Jerusalém, acompanhado de cerca de quinhentos cavaleiros. Cavalgavam alegremente, sem muita ordem. Quando, porém, atingiram a planície e depararam-se com o vasto exército egípcio, Balduíno percebeu seu erro. Não havia volta, porém; já haviam sido vistos, e a cavalaria leve inimiga preparava-se para cortar sua retirada. Sua única chance era uma carga impetuosa contra os adversários. Estes, acreditando a princípio que a companhia devia ser a vanguarda de um exército maior, quase desistiram diante do impacto; ao constatarem, porém, que não chegavam novas tropas, reuniram-se e fecharam o cerco aos francos. As fileiras de Balduíno se romperam. Alguns cavaleiros, liderados por Rogério de Rozoy e pelo primo de Balduíno, Hugo de Le Bourg, abriram caminho pelas linhas fatímidas e chegaram à segurança de Jafa. Muitos, tais como Gerardo de Avesnes e o ex-camarista de Godofredo, Stabelon, caíram no campo de batalha. O próprio Rei Balduíno e seus principais companheiros conseguiram atingir a pequena fortaleza de Ramleh, onde foram acuados pelo exército egípcio.

O anoitecer salvou-os de um ataque imediato. As defesas de Ramleh, porém, eram deploráveis. Havia somente uma torre, erguida por Balduíno no ano anterior, em condições de ser defendida; lá se aglomeraram. No meio da noite, um árabe chegou ao portão e pediu para ver o rei. Foi admitido e revelou ser o marido da senhora com quem Balduíno fora cortês em sua incursão na Transjordânia. Por gratidão, ele avisou o rei de que o assalto egípcio teria início ao amanhecer, e recomendou-lhe que fugisse imediatamente. Balduíno aceitou o conselho. Por mais que lamentasse abandonar seus companheiros (e ele nem era um homem com um senso de honra tão desenvolvido assim), reconheceu que a preservação de todo o reino dependia da sua própria sobrevivência. Com um pajem e três outros companheiros, esgueirou-se pelas linhas inimigas, confiando em que seu Gazelle o levaria em segurança. Naquela mesma noite, Litardo de Cambraia, Visconde de Jafa, e Gotmano de Bruxelas também escaparam, cada um por si. Gotmano, embora gravemente ferido, conseguiu atingir Jerusalém, aonde chegou com a notícia do desastre; no entanto, aconselhou resistência, pois acreditava que Balduíno ainda vivia.

Na manhã seguinte, bem cedo, os egípcios escalaram os muros de Ramleh e empilharam feixes de lenha em torno da torre onde os cavaleiros se haviam refugiado. Em vez de perecerem nas chamas, os cavaleiros francos

investiram contra o inimigo, liderados pelo Comissário Conrado. Não havia escapatória, porém. Foram todos derrubados na batalha ou capturados. A bravura de Conrado causou tão viva impressão nos egípcios que estes o pouparam. Com mais de uma centena de seus companheiros, foi enviado em cativeiro ao Egito. Dos demais líderes, Estêvão da Borgonha, Hugo de Lusignan e Godofredo de Vendôme perderam a vida na batalha; com eles caiu Estêvão de Blois, cuja morte gloriosa, enfim, redimiu sua reputação. A Condessa Adela podia dormir em paz.[1]

A rainha e a corte mais uma vez encontravam-se em Jafa, onde Rogério de Rozoy e seus companheiros de fuga os informaram da terrível derrota. Receosos de que o rei houvesse caído com todos os seus cavaleiros, planejaram fugir por mar enquanto ainda havia tempo. Em 20 de maio, porém, o exército egípcio chegou aos muros da cidade e a frota inimiga assomou no horizonte, ao sul. Seus piores temores pareceram concretizar-se quando um soldado egípcio brandiu diante deles uma cabeça que foi identificada como a de Balduíno, mas que, na verdade, era de Gerbod de Winthinc, muito parecido com o rei. Naquele instante, como que por milagre, avistou-se um pequeno navio vindo do norte, com o estandarte real no topo do mastro.

Ao fugir de Ramleh, Balduíno dirigira-se para a costa, na tentativa de alcançar o exército em Jafa. Entretanto, as tropas egípcias varriam a região. Por duas noites e dois dias, ele vagara pelos contrafortes ao norte de Ramleh, precipitando-se em seguida para Arsuf através da planície de Sharon. Chegou à cidade ao entardecer do dia 19, para a estupefata felicidade de seu governador, Rogério de Haifa. Naquela mesma noite, as tropas da Galiléia — oitenta cavaleiros selecionados sob o comando de Hugo de Saint-Omer, que acorrera ao tomar conhecimento do avanço das hostes inimigas — juntaram-se a ele. Na manhã seguinte, Hugo marchou para o sul com seus homens, a fim de tentar abrir caminho até Jafa, enquanto Balduíno tratava de persuadir um aventureiro inglês de nome Goderico a transportá-lo em seu navio através do bloqueio egípcio. Para saudar sua corte, Balduíno hasteou seu estandarte. Os egípcios, reconhecendo-o, imediatamente envia-

---

1 Fulcher de Chartres, II, xviii, i-xix, 5, pp. 436-44; Ekkehard de Aura, *Hierosolymitta*, pp. 33-5; Alberto de Aix, IX, 2-6, pp. 591-4; Bartolfo de Nangis, pp. 533-5; Guilherme de Tiro, X, 20-1, pp. 429-32, que conta da intervenção do xeque; Ibn al-Athir, pp. 213-16 (uma narrativa truncada, baseada em duas versões diferentes). Aceito a datação de Hagenmeyer (*op. cit.*, pp. 162-6), embora a *Chronicon S. Maxentii*, p. 421, diga 27 de maio, e Alberto de Aix fale em "por volta de Pentecostes", ou seja, de 25 de maio; sobre a morte de Estêvão de Blois, segundo Guiberto de Nogent, p. 245, nada se soube de definitivo; o *Cartulaire de Notre Dame de Chartres*, III, p. 115, situa-a em 19 de maio.

ram navios para interceptá-lo. No entanto, soprava um forte vento norte, contra o qual os fatímidas não podiam zarpar — e que, ao mesmo tempo, levou Balduíno rapidamente até o porto.

Este tratou imediatamente de reorganizar suas forças. Antes que os egípcios fechassem por completo o cerco à cidade, Balduíno conseguiu abrir caminho e ir ao encontro da companhia de Hugo da Galiléia e conduzi-los para dentro dos muros. Em seguida, mandou convocar todos os homens que pudessem ser dispensados de Jerusalém e Hebron. Encontrou-se um monge local disposto a atravessar as linhas inimigas para levar a mensagem; ele deixou Jafa durante a noite, mas levou três dias para chegar à capital. A confirmação de que o rei vivia foi motivo de grande júbilo. Reuniu-se uma tropa de cerca de noventa cavaleiros e um número pouco maior de soldados montados, que, fortalecidos por um pedaço da Cruz Verdadeira, correram para Jafa. Os cavaleiros, dispondo de melhores montarias e armamentos, conseguiram abrir caminho até a cidade; o restante dos homens, porém, foi empurrado em direção ao mar — onde abandonaram seus cavalos e deram a volta, entrando no porto a nado. Enquanto isso, Balduíno escrevera a Tancredo e a Balduíno de Edessa, narrando suas grandes perdas e solicitando reforços.

Antes que os príncipes do norte saíssem em seu socorro, chegou uma ajuda inesperada. Nos últimos dias de maio, uma frota de duzentos navios — em sua maioria ingleses e repletos de soldados e peregrinos originários da Inglaterra, da França e da Alemanha — penetrou na enseada de Jafa, furando o bloqueio egípcio com o auxílio do vento. Forneceram a Balduíno as tropas adicionais necessárias. Em 27 de maio, ele liderou seu exército numa investida contra o inimigo. Os detalhes da batalha são desconhecidos; ao que parece, os egípcios tentaram em vão atraí-lo para rodeá-lo, até que por fim uma carga da cavalaria pesada franca rompeu suas fileiras e colocou-os em debandada. Poucas horas depois, enquanto a força egípcia inteira precipitava-se em fuga desabalada para Ascalão, seu acampamento, com todo o seu butim, caiu em mãos cristãs.[1]

Balduíno e seu reino foram salvos por uma série de acidentes, em que os cristãos, como seria de esperar, viram a intervenção divina. Dessas casualidades, não menos significativa foi a estratégia incompetente dos egípcios. Um pequeno destacamento de suas tropas poderia ter capturado Jerusalém imediatamente após a batalha de Ramleh, sem maior prejuízo ao sítio de Jafa. O Vizir al-Afdal, porém, estava perdendo o pulso. Seu filho, Sharaf, era

---

1 Fulcher de Chartres, II, xx, i-xxi, 18, pp. 444-55; Ekkehard de Aura, *loc. cit.*; Alberto de Aix, IX, 7-12, pp. 595-7; Ibn al-Athir, *loc. cit.*

fraco e não inspirava respeito às tropas. Os antagonismos entre seus vários lugar-tenentes paralisavam seus movimentos. No verão seguinte, seu pai enviou uma nova expedição, por mar e por terra. Enquanto a frota seguia para Jafa, porém, as forças terrestres recusaram-se a ultrapassar Ascalão, pois seu comandante, o mameluco Taj al-Ajam, era adversário do almirante, o cádi Ibn Qadus. Taj al-Ajam seria preso por sua deslealdade, mas o mal já estava feito. A melhor oportunidade para a reconquista da Palestina fora perdida.[1]

Tancredo e Balduíno de Le Bourg, ao saberem dos apuros de Jerusalém, tomaram as providências necessárias para partir assim que possível para o sul. Foram acompanhados por Guilherme da Aquitânia, que se encontrava em Antióquia por ocasião da chegada da carta do Rei Balduíno. Percorreram todos juntos o vale do Orontes, passando por Homs, e desceram o alto Jordão, com tal vigor que as autoridades islâmicas locais nem sequer tentaram impedir sua passagem. Chegaram à Judéia em fins de setembro. Àquela altura, Balduíno já não necessitava de ajuda com tanta urgência; não obstante, a presença dos companheiros permitiu-lhe atacar o exército egípcio em Ascalão. As escaramuças favoreceram os cristãos, mas estes não se arriscaram a atacar a fortaleza.[2]

O encontro dos potentados francos foi proveitoso para Balduíno por outros motivos. Tancredo pretendia ajudá-lo segundo seus próprios termos, mas, na verdade, ajudou Balduíno a solucionar seu mais árduo problema interno. O Patriarca Dagoberto havia coroado Balduíno no Dia de Natal de 1100, mas fizera-o contra a sua vontade — e Balduíno sabia. O rei precisava controlar a Igreja, pois esta era bem organizada e era para ela, não para as autoridades leigas, que os simpatizantes pios do Ocidente destinavam doações e heranças. A legitimidade da acessão de Dagoberto ao patriarcado era questionável, e haviam-se registrado queixas em Roma. Por fim, o Papa Pascoal enviou um legado, Maurício, Cardeal-Bispo do Porto, para investigar a situação, e este chegou a tempo da Páscoa de 1101. Balduíno imediatamente acusou o patriarca de traí-lo, exibindo a carta que Dagoberto escrevera para Boemundo após a morte de Godofredo, instando-o a que se opusesse à sucessão do falecido monarca por Balduíno — pela força, caso necessário. Ademais, Balduíno declarou que Dagoberto tentara assassiná-lo em sua viagem para o sul. Por mais falsa que pudesse ser esta última acusação, a carta era incontestável. Maurício proibiu Dagoberto de tomar parte das ceri-

---

1 Ibn al-Athir, *loc. cit.*

2 Alberto de Aix, IX, 15, p. 599; Ibn Moyessar, p. 464; Ibn al-Athir, p. 213, diz que os príncipes do norte insistiram em recuar.

mônias pascais, que celebrou sozinho. Dagoberto, receando por sua própria vida, procurou Balduíno para implorar-lhe seu perdão. Balduíno, porém, manteve-se inflexível, até Dagoberto murmurar que possuía trezentos besantes sobrando. Balduíno sempre precisava de dinheiro em caixa. Aceitou em segredo o presente; em seguida, procurou o legado e anunciou, com magnanimidade, que perdoaria o rival. Maurício, um homem de paz, regozijou-se por levar a cabo uma reconciliação.[1]

Após alguns meses Balduíno voltou a precisar de dinheiro, e recorreu a Dagoberto, que lhe cedeu duzentos marcos, alegando ser todo o conteúdo dos cofres patriarcais. Clérigos partidários de Arnulfo, porém, revelaram ao rei que Dagoberto, na realidade, ocultava um grande tesouro. Ora, alguns dias mais tarde, o patriarca ofereceu um suntuoso banquete em homenagem ao legado, cujo apoio ele cultivava em caráter permanente. Balduíno irrompeu, repreendendo-os asperamente por seu luxuoso estilo de vida quando as forças da cristandade passavam fome. Dagoberto retorquiu, furioso, que a Igreja podia dispor de seu dinheiro como bem entendesse e o rei não tinha autoridade alguma sobre seus atos, enquanto Maurício tentava aplacá-los. Balduíno, contudo, não se calou. Sua formação sacerdotal permitiu-lhe citar a lei canônica, e sua eloqüência foi tal que Maurício ficou impressionado, induzindo Dagoberto a prometer pagar por um regimento de cavalaria. As somas, porém, nunca foram entregues, apesar das incessantes solicitações de Balduíno. No outono de 1101, chegou um enviado do Príncipe Rogério da Apúlia, levando mil besantes de presente para o patriarca. Um terço da quantia devia ser destinado ao Santo Sepulcro, um terço ao Hospital e um terço ao rei, para seu exército. Dagoberto cometeu a imprudência de guardar tudo para si; todavia, os termos da oferta eram de conhecimento público. Quando o rei protestou, o legado não pôde mais apoiar Dagoberto, que foi declarado deposto do patriarcado. Retirou-se para Jafa, onde passou o inverno, e em março partiu para Antióquia. Seu velho amigo Tancredo recebeu-o com prazer e encarregou-o de uma das mais ricas igrejas da cidade, a de S. Jorge. Balduíno, enquanto isso, manteve o patriarcado vago, sob o pretexto de que Roma devia ser notificada, e seus funcionários assaltaram o tesouro patriarcal, onde descobriram que Dagoberto escondera vinte mil besantes. Maurício serviu de *locum tenens*, mas, com a saúde abalada pelos escândalos, veio a falecer na primavera de 1102.[2]

---

1 Alberto de Aix, VII, 46-51, pp. 538-41 — relato hostil a Dagoberto. Guilherme de Tiro (X, 26-7, pp. 438-40), sempre defendendo a causa de Dagoberto nos interesses da independência da Igreja, incorre na dissimulação de omitir as investigações de Maurício. Riant, *Inventaire*, pp. 218-19.

2 Alberto de Aix, VII, 58-64, pp. 545-9.

Quando Tancredo chegou, no outono, para resgatar Balduíno, tendo Dagoberto em sua companhia, anunciou que sua condição era a restituição do amigo. Balduíno mostrou-se profundamente obsequioso; como, todavia, naquele momento chegou um novo legado papal — Roberto, Cardeal de Paris —, o rei insistiu em que a questão fosse regularizada por um sínodo de uma sessão, presidido pelo representante pontifício. Tancredo e Dagoberto não podiam recusar. Este foi temporariamente reinstalado por um concílio, até que se ouvissem as conclusões de uma investigação mais aprofundada. Assim sendo, Tancredo reuniu suas tropas às do rei para a campanha contra Ascalão. Pouco depois realizou-se o sínodo, na Igreja do Santo Sepulcro, sob a presidência do legado — assistido pelos bispos visitantes de Laon e Piacenza — e com a participação de todos os bispos e abades palestinos. O Bispo de Mamistra, do território de Tancredo, também compareceu. As acusações contra Dagoberto foram feitas pelos prelados de Cesaréia, Belém e Ramleh, inspirados por Arnulfo de Rohes. Segundo eles, na vinda para a Palestina, em 1099, Dagoberto, à frente dos pisanos, atacara correligionários cristãos nas ilhas jônicas, além de tentar provocar uma guerra civil entre o Rei Balduíno e o Príncipe Boemundo e de haver reservado para si dinheiro que lhe fora dado com vistas ao bem-estar dos peregrinos do Hospital e dos soldados de Cristo. As acusações eram inegavelmente verdadeiras. O cardeal-legado não teve escolha senão declarar Dagoberto indigno de sua sé e depô-lo. Tancredo, não podendo opor-se a procedimento tão canônico, teve de reconhecer a derrota. Dagoberto voltou com ele para Antióquia e foi restabelecido na Igreja de S. Jorge até encontrar uma oportunidade de partir para Roma. Revelara-se um velho corrupto e sovina, e sua partida não foi lamentada na Palestina. Nomeá-lo legado fora o grande erro do Papa Urbano II.[1]

Arnulfo de Rohes, que de bom grado auxiliara Balduíno em todo o caso, era malicioso o bastante para não tentar ocupar o lugar de Dagoberto. Em vez disso, quando o legado pediu um candidato ao patriarcado, os bispos palestinos indicaram um sacerdote já idoso, Evremar, natural de Therouannes. Evremar, que chegara ao Oriente com a Primeira Cruzada, era conhecido por sua piedade e caridade. Embora fosse compatriota de Arnulfo, não tomara parte das intrigas e gozava do respeito geral. O legado adorou consagrar clérigo tão irrepreensível, e Balduíno ficou satisfeito por saber que Evremar era um velhinho inofensivo, que jamais se atreveria a envolver-se com política. Enquanto isso, Arnulfo teria liberdade para dar prosseguimento aos seus próprios planos.

---

1 Alberto de Aix, IX, 14, 16-17, pp. 598-600; Guilherme de Tiro, *loc. cit.*

Dagoberto não se desesperou. Quando seu protetor, Boemundo, viajou à Itália, em 1105, acompanhou-o e seguiu para Roma, a fim de queixar-se ao papa. Pascoal a princípio usou de cautela, mas após alguma hesitação decidiu apoiá-lo talvez sob a fatal influência de Boemundo. Exigiu que Balduíno enviasse a Roma uma resposta às acusações de Dagoberto. O rei, porém, provavelmente sabendo da influência de Boemundo sobre o papa, fez-se de desentendido, e Pascoal, portanto, anulou a deposição de Dagoberto, devida, segundo ele, à interferência do poder civil. Felizmente, a insensatez do pontífice foi corrigida pela providência divina. Dagoberto, durante os preparativos de seu retorno triunfante para reassumir o trono patriarcal, caiu gravemente enfermo e faleceu em Messina, em 15 de junho de 1107.[1]

Não foi o fim dos problemas do patriarcado. Balduíno estava cada vez mais desgostoso com Evremar. É provável que se tenha dado conta de que a Igreja era uma organização importante demais para ficar nas mãos de uma nulidade. Precisava de um aliado eficiente em seu comando. Ao saber da reintegração oficial de Dagoberto, Evremar partiu para Roma, aonde chegou após o falecimento do rival e com suas próprias denúncias contra o poder civil. Quando, porém, a notícia da morte de Dagoberto chegou à Palestina, Arnulfo correu a Roma para defender o rei. Pascoal agora inclinava-se em favor de Evremar, mas compreendia que o caso era mais complexo do que havia imaginado a princípio. Incumbiu o Arcebispo de Arles, Gibelin de Sabran — eclesiástico de idade e experiência incomensuráveis —, de solucioná-lo. Na primavera de 1108 Gibelin chegou à Palestina, onde já se encontravam Arnulfo e Evremar. Percebendo que este era inadequado para o cargo e que ninguém desejava sua restituição, declarou o episcopado vago e convocou um sínodo para nomear um sucessor. Para seu constrangido deleite, Balduíno propôs que fosse ele mesmo o candidato. Gibelin aceitou, e Evremar, como prêmio de consolação, ganhou o Arcebispado de Cesaréia, que felizmente se encontrava desocupado.

Segundo as más-línguas, Arnulfo persuadira Balduíno a escolher Gibelin devido à sua idade. O patriarcado logo ficaria vago novamente. De fato, Gibelin viveu apenas mais quatro anos, e, ao morrer, Arnulfo por fim foi eleito sem oposição para seu trono.[2]

Do ponto de vista do rei, Arnulfo era o patriarca perfeito. Apesar de dificuldades posteriores em virtude do segundo casamento de Balduíno, bem como do ódio de muitos de seus subordinados, sustentou sua posição. Era

---

1 Guilherme de Tiro, XI, I, pp. 450-1.
2 Alberto de Aix, X, 589, pp. 650-9, xii, 24, p. 704; Guilherme de Tiro, *loc. cit.* e XI, 4, pp. 455-6.

indubitavelmente corrupto. Por ocasião do satisfatório casamento de sua sobrinha, Ema, com Eustáquio Garnier, ele a presenteou com uma valiosa propriedade em Jericó, que pertencia ao Santo Sepulcro. Não obstante, era ativo e eficiente, e dedicado ao rei. Graças a ele, o esquema impraticável que a maioria dos participantes da Primeira Cruzada tinha em mente — o estabelecimento de Jerusalém como uma teocracia, com o monarca reduzido à condição de mero ministro da defesa — foi por fim deixado completamente de lado. Arnulfo providenciou para que toda a Igreja na Palestina compartilhasse seu ponto de vista, chegando a depor os cônegos do Santo Sepulcro indicados por Godofredo de Lorena, por não gozarem de sua confiança. À medida que o reino foi expandindo-se por meio de conquistas, empenhou-se para que as jurisdições civis e eclesiásticas coincidissem — contra a oposição do Papa Pascoal, que, em sua desastrosa predileção pelos príncipes normandos de Antióquia, insistia em defender os direitos históricos mas impraticáveis da sé antioquena. Arnulfo podia não ser um indivíduo respeitável, mas foi um valoroso servo do reino de Jerusalém. O grande historiador da cidade, Guilherme de Tiro, amaldiçoou sua memória e manchou seu nome, mas injustamente, pois ele fez muito pela consolidação dos frutos da Primeira Cruzada.[1]

Também há que se dar crédito a Arnulfo e a seu senhor, Balduíno, pelas boas relações estabelecidas entre a hierarquia latina e os cristãos nativos. Durante seu primeiro mandato patriarcal, em 1099, Arnulfo expulsara as seitas orientais da Igreja do Santo Sepulcro e as espoliara. Dagoberto, porém, era um inimigo muito pior. Sua política consistia em banir todos os cristãos nativos não só da Igreja em si mas também de seus monastérios e estabelecimentos em Jerusalém, fossem eles ortodoxos, como os gregos e os geórgicos, ou heréticos, como os armênios, os jacobitas e os nestorianos. Também ofendeu as convenções sociais locais ao introduzir mulheres nos serviços dos Lugares Santos. Em vista desses ultrajes, todas as lâmpadas da Igreja do Santo Sepulcro apagaram-se na véspera da Páscoa de 1101, e o Fogo Sagrado só voltaria a descer dos céus para reacendê-las quando as cinco comunidades desalojadas orassem juntas para que os francos fossem perdoados. Balduíno assimilou a lição. Insistiu em que as afrontas sofridas pelos nativos fossem reparadas. As chaves do Sepulcro em si foram devolvidas aos gregos. Daí por diante, ao que tudo indica, ele gozou do apoio de todos os cristãos da Palestina. O clero mais alto era inteiramente composto por francos, conquanto houvesse cônegos gregos no Santo Sepulcro. Os nativos ortodoxos aceita-

1 Guilherme de Tiro, XI, 15, p. 479. Guilherme desaprovava o oportunismo de Arnulfo. Ver abaixo, pp. 97-8.

ram-no porque seus próprios eclesiásticos mais proeminentes haviam deixado a região nos difíceis anos imediatamente anteriores à Cruzada. Os hierarcas latinos nunca foram apreciados, mas os monastérios ortodoxos locais mantinham-se sem maiores problemas, e os peregrinos ortodoxos em visita à Palestina na época do domínio franco não tinham motivos de queixa contra as autoridades leigas, nem em relação a si mesmos, nem em relação aos seus irmãos nativos. As Igrejas heréticas pareciam igualmente satisfeitas. A situação era muito diferente nos Estados francos do Norte da Síria, onde tanto ortodoxos quanto hereges se ressentiam dos ocidentais, que consideravam opressores.[1]

A derrota egípcia em Jafa em 1102 e o fiasco da expedição da primavera de 1103 não esgotaram inteiramente as tentativas de al-Afdal, que apenas demorou mais para reunir outro exército. Balduíno aproveitou a folga para fortalecer seu domínio do litoral palestino. Embora controlasse as cidades costeiras desde Jafa até Haifa, saqueadores islâmicos assediavam as estradas que as interligavam, sobretudo nas cercanias das encostas do monte Carmelo. Até mesmo a estrada entre Jafa e Jerusalém era insegura, como observou o peregrino Saewulf.[2] Os portos de Tiro e Acre, controlados pelos egípcios, abrigavam piratas que dali partiam para interceptar mercadores cristãos. No fim do outono de 1102, os navios que levavam para casa os peregrinos cuja chegada, em maio, salvara Balduíno em Jafa, acabaram encalhando em vários pontos da costa — alguns perto de Ascalão e outros entre Tiro e Sídon — devido a tempestades. Os passageiros foram ou todos mortos ou vendidos nos mercados de escravos do Egito.[3] Na primavera de 1103, Balduíno, que ainda contava com o auxílio de alguns dos navios ingleses, empreendeu o cerco de Acre. A guarnição estava prestes a render-se quando doze galeras fatímidas e um grande transporte, oriundos de Tiro e Sídon, penetraram em seu porto, carregados de homens e máquinas de disparar fogo grego. Balduíno foi forçado a

---

1 Ver abaixo, pp. 277-80. Há um longo relato da cerimônia em um manuscrito de Fulcher de Chartres, impresso na edição do *Recueil des Historiens des Croisades*. Hagenmeyer, em sua edição de Fulcher, observa que tal passagem só consta de um manuscrito (L) e a rejeita na íntegra, exceto pelas palavras introdutórias, "conturbati sunt omnes propter ignem quem die sabbati non habuimus ad Sepulcrum Domini" (II, viii, 2, p. 396). Ver sua nota 5, pp. 395-6, para uma discussão mais completa. Ele imprime o texto interpolado, com os trechos encontrados em Bartolfo de Nangis e Guiberto de Nogent, em um apêndice (*ibid.*, pp. 831-7). Como Fulcher era capelão de Balduíno, deve ter presenciado pessoalmente a cerimônia. Daniel, o Higumeno (ed. de Khitrowo, pp. 75-83), fornece uma descrição da cerimônia em 1107. Com base nessa narrativa, fica claro que os gregos eram responsáveis pelo próprio Sepulcro.

2 *Pilgrimage of Saewulf* (*P.P.T.S.*, vol. IV), pp. 8-9.

3 Alberto de Aix, IX, 18, pp. 600-1.

retirar-se.[1] Mais tarde, naquele verão, Balduíno tentou limpar o monte Carmelo de seus bandoleiros. Seu êxito foi apenas parcial, pois, em uma escaramuça, foi gravemente ferido nos rins, ficando durante algum tempo à beira da morte. Enquanto o rei se encontrava enfermo em Jerusalém, chegou a notícia da dupla expedição de Taj al-Ajam e Ibn Qadus. A recusa de Taj al-Ajam a avançar além de Ascalão, porém, obrigou Ibn Qadus a tentar o cerco de Jafa por conta própria, mas seus esforços foram sem alento. Assim que Balduíno se recuperou o bastante para conduzir um exército até a costa, a frota egípcia afastou-se.[2]

Em maio seguinte, a armada genovesa de setenta galeras que ajudara Raimundo de Toulouse a capturar Jebail aportou em Haifa, onde Balduíno se reuniu com seus líderes e assegurou a aliança para a subjugação de Acre, prometendo o habitual pagamento de um terço do butim, além de privilégios comerciais e um quarteirão no bazar. Os aliados deram início ao bloqueio em 6 de maio. O comandante fatímida, o mameluco Bena Zahr ad-Daulah al-Juyushi, opôs obstinada resistência, mas não recebeu auxílio algum do Egito. Após vinte dias, dispôs-se a capitular, em termos similares aos concedidos em Arsuf. Os cidadãos que o desejassem poderiam partir em segurança, com seus pertences móveis, ao passo que os demais se tornariam súditos do rei franco. Balduíno, de sua parte, aceitou as condições e ateve-se a elas, chegando a permitir a manutenção de uma mesquita para os muçulmanos. Os marinheiros italianos, contudo, não suportando a idéia de ver tanta riqueza escapar-lhes por entre os dedos, atiraram-se sobre os emigrantes, matando muitos e roubando-os a todos. Balduíno ficou tão furioso que teria atacado os genoveses para puni-los, caso o Patriarca Evremar não tivesse chegado a tempo de promover uma reconciliação.[3]

A posse de Acre proporcionou a Balduíno algo de que ele necessitava com urgência: um porto que fosse seguro em todas as condições meteorológicas. Apesar de localizada a mais de 160 quilômetros da capital, Acre logo se tornou o principal porto do reino, substituindo Jafa e sua enseada aberta. Além disso, era o principal porto de escoamento das mercadorias de Damasco para o Ocidente. Sua conquista pelos francos não interrompeu o tráfico, encorajado pelos muçulmanos ainda residentes na cidade.[4]

---

1 Alberto de Aix, IX, 15, p. 599; Ibn al-Athir, p. 213, que fornece o ano errado (495 D.H., em vez de 496).
2 Fulcher de Chartres, II, xxiv, I, pp. 460-1; Alberto de Aix, IX, 22-3, pp. 103-4.
3 Fulcher de Chartres, II, xxv, 1-3, pp. 462-4; Alberto de Aix, IX, 27-9, pp. 606-8; Caffaro, *Liberatio*, pp. 71-2; carta de Balduíno em *Liber Jurium Reipublicae Genuensis*, vol. I, pp. 16-17.
4 Ver abaixo, p. 276. O comércio prosseguia ainda na época de Ibn Jubayr (1183).

No verão de 1105, o Vizir al-Afdal empreendeu uma última tentativa de reconquistar a Palestina. Um exército bem equipado de cinco mil cavaleiros árabes e soldados sudaneses de infantaria, sob o comando de seu filho, Sena al-Mulk Husein, reuniu-se em Ascalão no princípio de agosto. Valendo-se das lições aprendidas com os fracassos anteriores, os egípcios resolveram pedir a cooperação dos governantes turcos de Damasco. Em 1102 ou 1103, tal ajuda teria sido inestimável. Todavia, Duqaq de Damasco morrera em junho de 1104, e sua família disputava a herança com seu atabegue Toghtekin, enquanto Ridwan de Alepo vinha do sul para reclamar sua parte. Toghtekin primeiro pôs no trono o filho de Duqaq de um ano de idade, Tutush, substituindo-o depois pelo irmão de doze anos de Duqaq, Irtash. Este, logo desconfiando das intenções de seu guardião, fugiu para o Hauran, cujo principal emir, Aytekin de Bosra, lhe ofereceu asilo. De Bosra ele apelou ao Rei Balduíno, que o convidou a ir a Jerusalém. Sob essas circunstâncias, Toghtekin dispôs-se de bom grado a colaborar com os egípcios, mas, como não podia arriscar-se a enviar uma grande força em seu apoio, mandou seu general Sabawa para o sul, acompanhado de 1.300 arqueiros montados.[1] Em agosto o exército egípcio penetrou na Palestina, onde se encontrou com as tropas damasquinas, que haviam descido pela Transjordânia e atravessado Negueb. Balduíno aguardava em Jafa. Ao avistar a frota fatímida, tomou posição no inevitável campo de batalha de Ramleh. Jafa ficou sob o comando de Litardo de Cambraia, munido de trezentos homens. Com Balduíno estava o jovem pretendente damasceno, Irtash, e todo o restante das tropas francas na Palestina — as guarnições da Galiléia, de Haifa e de Hebron e o exército central, num total de quinhentos cavaleiros e dois mil soldados de infantaria. A pedido de Balduíno, o Patriarca Evremar chegou de Jerusalém com 150 homens, recrutados aqui e ali com a Cruz Verdadeira.

A batalha ocorreu num domingo, 27 de agosto. Ao amanhecer, o patriarca percorreu a cavalo as linhas francas, em trajes completos e com a Cruz nas mãos, dando sua bênção e absolvição. Em seguida, os francos atacaram. Um contra-ataque dos turcos damascenos quase rompeu suas linhas, mas Balduíno, levando seu estandarte nas próprias mãos, liderou uma carga que os dispersou. Os egípcios lutaram com mais bravura do que o usual, mas haviam perdido sua ala esquerda em uma tentativa frustrada de surpreender Haifa, e, quando retornaram, era tarde demais. Ao anoitecer, os muçulmanos foram vencidos. Sabawa e seus turcos fugiram para sua própria terra, e os fatímidas recuaram para Ascalão, de onde seu comandante, Sena al-Mulk,

1 Ibn al-Qalanisi, p. 71; Ibn al-Athir, p. 229.

correu de volta para o Cairo. Haviam sofrido grandes perdas. O governador de Ascalão foi assassinado e os ex-comandantes de Acre e Arsuf, capturados, sendo mais tarde libertados mediante o pagamento de um elevado resgate. Fulcher de Chartres não pôde deixar de lamentar a fuga de Sena al-Mulk, devido ao preço que se poderia ter obtido por ele. As perdas francas, porém, também foram pesadas. Depois de pilhar seu acampamento, Balduíno não insistiu em perseguir o inimigo. Tampouco continuou apoiando o jovem Príncipe Irtash, que se refugiou, consternado, em ar-Rahba, no Eufrates. A frota egípcia voltou para casa sem haver conseguido nada além da perda de alguns navios em uma tempestade.[1]

Essa terceira batalha de Ramleh encerrou a última tentativa fatímida em larga escala de reaver a Palestina. Não obstante, eles ainda constituíam um perigo para os francos, e uma investida mais modesta, no outono de 1106, quase logrou êxito onde exércitos maiores se haviam malogrado. Naquele mês de outubro, quando Balduíno estava ocupado na fronteira galiléia, cerca de mil cavaleiros egípcios abateram-se de surpresa sobre um acampamento de peregrinos entre Jafa e Arsuf, massacrando seus habitantes. Em seguida, avançaram sobre Ramleh, defendida por apenas oito cavaleiros, que foram facilmente subjugados. O governador de Jafa, Rogério de Rozoy, arremeteu contra os invasores, mas caiu em uma emboscada e só conseguiu escapar precipitando-se de volta para sua cidade. Foi perseguido com tamanho ardor que quarenta de seus soldados de infantaria foram alcançados junto aos portões e chacinados. Em seguida os egípcios seguiram para Jerusalém, atacando um pequeno castelo, Chastel Arnaud, que Balduíno não chegara a concluir para guardar a estrada. Os operários renderam-se, mas foram mortos — com exceção de seu comandante, Godofredo, Castelão da Torre de Davi, seqüestrado para ser trocado por um resgate. Àquela altura, porém, Balduíno já tomara conhecimento do assalto e marchava para o sul a toda força. Os egípcios retiraram-se para Ascalão.[2]

No ano seguinte, uma expedição fatímida quase capturou Hebron — sendo rechaçada por Balduíno em pessoa — e, em 1110, os egípcios chegaram até os muros de Jerusalém — só para se retirarem imediatamente.[3] Investidas similares, em menor escala, continuaram ocorrendo de tempos em tempos ao longo dos dez anos seguintes, tornando a vida incerta para os colonos e os peregrinos cristãos na planície litorânea e em Negueb; no

---

1 Alberto de Aix, IX, 48-50, pp. 621-4; Fulcher de Chartres, II, XXXI, I-xxxiii, 3, pp. 489-503; Ibn al-Athir, pp. 228-9; Ibn Moyessar, p. 466.
2 Alberto de Aix, X, 10-14, pp. 635-8.
3 *Ibid.*, X, 33, pp. 646-7; XI, 28, p. 676.

entanto, acabaram limitando-se a pouco mais que represálias às incursões de Balduíno em território islâmico.

Assim, Balduíno sentiu-se livre para prosseguir em sua tentativa de expansão do reino. Seus objetivos primários eram as cidades costeiras: Ascalão, ao sul, e Tiro, Sídon e Beirute, ao norte. Ascalão e Tiro eram fortalezas sólidas, dotadas de uma grande guarnição permanente; para subjugá-las seria necessário uma longa preparação. Na primavera de 1106, a presença de um grande comboio de peregrinos ingleses, flamengos e dinamarqueses na Terra Santa induziu Balduíno a planejar uma expedição contra Sídon — cujo governador, ao saber disso, se apressou em enviar ao rei uma imensa quantia. Balduíno, sempre precisando de dinheiro, aceitou o presente, e, por dois anos, a cidade foi deixada em paz.[1]

Em agosto de 1108 Balduíno voltou a assediar Sídon, apoiado por uma esquadra de aventureiros de diversas cidades italianas. O governador tratou de comprar o auxílio dos turcos damasquinos por trinta mil besantes; ao mesmo tempo, uma poderosa frota partiu do Egito e derrotou os italianos em uma batalha naval diante do porto. Balduíno não teve alternativa senão levantar o cerco. Em vista de sua partida, os habitantes recusaram-se a admitir os turcos no interior de seus muros — temendo, não sem razão, que Toghtekin tivesse seus próprios desígnios para a cidade. O governador chegou a recusar-se a pagar os besantes prometidos. Os turcos ameaçaram chamar Balduíno de volta; quando, porém, este deu sinais de retornar, concordaram em retirar-se com somente nove mil besantes, como prêmio de consolação.[2]

No verão seguinte, Balduíno ajudou Bertrando de Toulouse a capturar Trípoli; em troca, no princípio de 1110, este enviou homens para ajudá-lo a atacar Beirute. Havia navios genoveses e pisanos disponíveis para bloquear a cidade, e Trípoli constituía uma base conveniente. Os navios fatímidas de Tiro e Sídon tentaram em vão romper o cerco, que se estendeu de fevereiro a meados de maio, quando o governador, perdendo as esperanças de receber maior ajuda, fugiu à noite para Chipre, onde se entregou ao governador bizantino. A cidade por ele abandonada foi tomada de assalto em 13 de maio. Os italianos perpetraram um massacre generalizado dos habitantes antes que Balduíno conseguisse restaurar a ordem.[3]

---

1 *Ibid.*, X, 4-7, pp. 632-4.
2 *Ibid.*, X, 48-51, pp. 653-5; Ibn al-Qalanisi, p. 87.
3 Fulcher de Chartres, II, xlii, 1-3, p. 536, fornece a data de 13 de maio em um poema astronômico; Alberto de Aix, p. 671, fornece a data de 27 de maio; Ibn al-Qalanisi, pp. 99-101 (13 de maio).

Naquele mesmo verão, Balduíno recebeu novos reforços navais do Ocidente. Em 1107, uma esquadra alçou âncora de Bergen, na Noruega, sob o comando de Sigurdo, que dividia o trono norueguês com seus dois irmãos. Cruzou o mar do Norte, contornou Gibraltar — aproveitando para convocar, no caminho, tripulantes na Inglaterra, em Castela, em Portugal, nas Ilhas Baleares e na Sicília — e chegou a Acre exatamente quando Balduíno retornava da captura de Beirute. Era a primeira cabeça coroada a visitar o reino, e Balduíno recebeu-o com grandes honrarias, conduzindo-o pessoalmente a Jerusalém. Sigurdo concordou em ajudar os francos no sítio de Sídon. Os aliados deram início ao bloqueio em outubro. A cidade foi defendida com vigor. As embarcações norueguesas quase foram dispersadas por uma enérgica flotilha fatímida de Tiro, mas foram salvas pelo surgimento de uma esquadra veneziana, sob o comando do doge em pessoa, Ordelafo Falieri. Nesse meio tempo, o governador de Sídon tramava o assassinato de Balduíno. Um renegado muçulmano empregado no serviço pessoal do rei franco consentiu em cometer o assassinato, em troca de uma grande soma de dinheiro. Os cristãos nativos de Sídon, porém, descobriram o plano e atiraram no acampamento franco uma flecha com uma mensagem para alertar o rei. Sídon acabaria capitulando em 4 de dezembro, sob as mesmas condições já concedidas a Acre. Os notáveis da cidade partiram, com todos os seus pertences, para Damasco, ao passo que a população mais pobre ficou e tornou-se súdita do rei franco — que logo tratou de extorquir-lhes um tributo de vinte mil besantes de ouro. Os venezianos foram recompensados com a doação de uma igreja e algumas propriedades em Acre. Sídon foi confiada como um baronato a Eustáquio Garnier, então já governador da Cesaréia e que pouco depois consolidou sua posição pelo casamento político com Ema, sobrinha do Patriarca Arnulfo.[1]

Os francos agora controlavam todo o litoral sírio, exceto as duas fortalezas de Ascalão, na extremidade sul, e Tiro, no centro. O governador de Tiro estava inquieto. No outono de 1111, pediu a Toghtekin, de Damasco, para contratar um corpo de quinhentos arqueiros seus, pela quantia de vinte mil besantes; além disso, pediu permissão para enviar, ele e seus notáveis, suas posses mais valiosas para Damasco, a fim de resguardá-las. Toghtekin anuiu, e uma rica caravana, levando o dinheiro e os bens, deixou a costa. Como teria de atravessar território inimigo, o governador de Tiro, Izz al-Mulk, subornou

1 Fulcher de Chartres, II, xliv, 1-7, pp. 543-8; Alberto de Aix, XI, 26, 30-4, pp. 675, 677; Guilherme de Tiro, XI, 14, pp. 476-9, que conta sobre os cristãos nativos; *Sigurdar Saga*, *in Agrip af Noregs Konungasögum*, *passim*; *Sigurdar Saga Jórsalafara ok Broedra Hans*, pp. 75 ss.; Ibn al-Qalanisi, pp. 106-8; Ibn al-Athir, p. 275; Dandolo *in* Muratori, *Ss. R.I.*, vol. XII, p. 264; Tafel e Thomas, I, 86, 91, 145; Riant, *Les Scandinaves en Terre Sainte*, cap. IV, *passim*.

um cavaleiro franco de nome Rainfredo para guiá-la e garantir sua segurança. Rainfredo aceitou os termos e imediatamente informou Balduíno, que caiu sobre suas vítimas inocentes e as despojou de todas as suas riquezas. Encorajado por tamanho golpe de sorte, no fim de novembro Balduíno congregou todo o seu exército para atacar as muralhas de Tiro. Entretanto, não contava com auxílio naval algum além de doze vasos comandados pelo embaixador bizantino, Butumites; todavia, Bizâncio não podia participar de ações hostis contra os fatímidas, com quem mantinha boas relações, a menos que sua compensação fosse muito significativa. Assim, exigiu que Balduíno, em troca, ajudasse o império a recuperar as cidades perdidas para os príncipes de Antióquia. Diante da hesitação do rei franco, os bizantinos limitaram-se a fornecer-lhe provisões. O cerco de Tiro prolongou-se até o mês de abril seguinte. Os defensores lutaram bem, chegando a atear fogo às imensas torres de cerco de madeira construídas por Balduíno; acabaram, porém, reduzidos a rogar a Toghtekin que os socorresse. Antes de tomar essa medida, Izz al-Mulk escreveu à corte egípcia para justificar seu ato. A primeira tentativa de Toghtekin de estabelecer contato fracassou quando seu pombo-correio foi interceptado por um árabe a serviço dos cruzados. Seu companheiro franco queria soltar a ave, mas ele a levou a Balduíno. Este enviou homens disfarçados ao encontro dos embaixadores damasquinos, que foram capturados e mortos. Não obstante, Toghtekin marchou sobre a cidade, surpreendendo um destacamento franco que saíra em busca de suprimentos e isolando os inimigos em seu acampamento, ao mesmo tempo que devastava a área. Balduíno foi forçado a levantar o cerco e lutar para retornar a Acre.[1]

Em Ascalão, o insucesso foi idêntico. Os francos haviam investido contra a fortaleza imediatamente após a captura de Sídon, mas o governador local, Shams al-Khilafa, dotado de grande senso comercial e farto de tantos combates, comprou um armistício por uma soma que tentou, em seguida, extorquir dos habitantes de Tiro, que estava sob sua jurisdição. Seus atos foram denunciados ao Egito, e al-Afdal enviou para lá tropas leais com ordens de depô-lo. Shams al-Khilafa, desconfiando de suas intenções, não só recusou-se a admiti-los na cidade como demitiu os membros de suas próprias tropas suspeitos de simpatias fatímidas, recrutando mercenários armênios para o seu lugar. Então, dirigiu-se em pessoa a Jerusalém, a fim de colocar-se e à sua cidade sob a proteção de Balduíno. Retornou com trezentos soldados francos, que foram instalados na cidadela. Sua traição, contudo, escandalizou seus súditos, que, em julho de 1111, com auxílio egípcio, promoveram um golpe de Estado, assassinando Shams e exterminando os fran-

1 Alberto de Aix, XII, 3-7, pp. 690-3; Ibn al-Athir, p. 257; Ibn Moyessar, p. 467.

cos. Balduíno correu em socorro de seus homens, mas chegou tarde demais. Ascalão continuaria sendo um espinho encravado na carne franca por quarenta anos ainda.[1]

Tentativa semelhante de estabelecer um protetorado sobre Balbek com o apoio do governador, o eunuco al-Taj Gümüshtekin, malograra-se na primavera de 1110. Toghtekin tomara conhecimento do complô e colocara seu próprio filho, Taj al-Mulk Buri, no lugar do traidor.[2]

A maior preocupação de Balduíno fora garantir uma linha costeira adequada para seu reino. Entretanto, empenhou-se também por conferir-lhe fronteiras terrestres seguras e, ao mesmo tempo, tirar o máximo proveito de sua proximidade das grandes rotas comerciais provenientes do Iraque e da Arábia e com destino ao Mediterrâneo e ao Egito. Quando Tancredo trocou a Palestina por Antióquia, Balduíno confiou o principado da Galiléia — mantendo o nome grandiloqüente com que o normando o batizara — a seu antigo vizinho na França, Hugo de Saint-Omer, incentivando-o a adotar uma política agressiva contra os muçulmanos. Com efeito, sua primeira medida foi construir, nas montanhas, sobre a estrada que ligava Tiro e Banyas a Damasco, um castelo chamado Toron, atual Tibnin. Em seguida, com o objetivo de melhor realizar incursões nas ricas terras a leste do mar da Galiléia, ergueu outra fortaleza nas colinas a sudoeste do lago, conhecido entre os árabes como al-Al. Os dois fortes foram concluídos no outono de 1105; o segundo, porém, teve vida curta em mãos cristãs. Toghtekin de Damasco não podia admitir tamanha ameaça a seus domínios. No fim do ano, quando Hugo retornava a al-Al, carregado com o farto butim de um assalto bem-sucedido, foi atacado pelo exército damasceno, sendo mortalmente ferido na batalha. Seus homens dispersaram-se e Toghtekin pôde, dessa forma, tomar o castelo sem maiores dificuldades. O irmão de Hugo, Gerardo de Saint-Omer, então gravemente enfermo, tampouco sobreviveu muito tempo. Assim, Balduíno entregou o feudo da Galiléia a um cavaleiro francês, Gervásio de Basoches.[3]

A guerra de guerrilhas continuou. Em 1106, os habitantes de Tiro realizaram uma incursão contra Toron, a fim de coincidir com um ataque de Damasco a Tiberíades. Nenhum dos dois assaltos logrou êxito, e, diante da aproximação de Balduíno, os damascenos solicitaram a composição de um breve armistício. A afável e generosa recepção por ele proporcionada aos emissários turcos muito contribuiu para incrementar sua reputação entre os

---

1 Alberto de Aix, XI, 36-7, pp. 680-1; Ibn al-Qalanisi, pp. 108-10.
2 Ibn al-Qalanisi, *op. cit.*, p. 106; Sibt ibn al-Djauzi, p. 537.
3 Guilherme de Tiro, XI, 5, pp. 459-60; Ibn al-Qalanisi, pp. 72, 75; Ibn al-Athir, pp. 229-30; Alberto de Aix, X, 8, pp. 635-6.

muçulmanos. A trégua, porém, foi de curta duração.[1] Na primavera de 1108 Toghtekin empreendeu novo ataque à Galiléia, e, em uma batalha junto a Tiberíades, conseguiu capturar Gervásio de Basoches e a maior parte de sua comitiva. Em seguida, mandou avisar Balduíno de que o preço de sua libertação eram três cidades: Tiberíades, Acre e Haifa. Diante da recusa do rei franco, ordenou o assassinato de Gervásio, cujo escalpo, com seus cachos brancos acenando ao vento, foi carregado como um estandarte à frente do exército islâmico vitorioso.[2] Balduíno, então, restituiu o título de Príncipe da Galiléia a Tancredo, mas provavelmente continuou administrando o principado de sua base em Jerusalém. Em 1113, após a morte de Tancredo, quando Balduíno de Edessa baniu Juscelino de Courtenay de seu condado, o exílio foi compensado pelo rei com a Galiléia.[3]

Uma vez que tanto Balduíno quanto Toghtekin tinham outras questões mais prementes para resolver, em fins de 1108 os dois firmaram uma trégua de dez anos, dividindo as receitas dos distritos de Sawad e Ajlun, ou seja, a porção norte da Transjordânia, que os separava. Um terço iria para Balduíno, um terço para Toghtekin e um terço ficaria com as autoridades locais.[4] Os motivos da cessação das hostilidades provavelmente foram comerciais. Os ataques mútuos estavam arruinando o tráfico que atravessava a região e cuja retomada seria benéfica para todos os envolvidos. A trégua, exclusivamente local, não impediu Toghtekin de correr em auxílio das cidades litorâneas islâmicas, nem Balduíno de tentar converter Balbek em sua vassala. Ainda assim, os historiadores árabes observam, com gratidão, que graças a ela Balduíno deixou de invadir as terras damasquinas quando a derrota de Toghtekin por Guilherme Jordão em Arqa constituiu uma oportunidade útil.[5] Por parte de Balduíno, o desejo de uma trégua pode ter-se devido à derrota de Gervásio e ao conseqüente risco de incursões na Galiléia oriundas da Transjordânia. Por parte dos muçulmanos, provavelmente decorreu de duas agressões recentes, uma (liderada por um peregrino recém-chegado à Palestina, Guilherme Cliton, filho de Roberto da Normandia) contra uma próspera princesa árabe que viajava, com todos os seus pertences, da Arábia para Damasco, e a outra dirigida contra uma rica caravana de mercadores que ia de Damasco para o Egito. Na primeira ocasião, os francos obtiveram quatro mil camelos; na segunda, todas as mercadorias da caravana, cujos sobrevi-

---

1 Alberto de Aix, X, 25-6, pp. 642-3; Ibn al-Qalanisi, p. 75.
2 Alberto de Aix, X, 57, p. 658; Ibn al-Qalanisi, pp. 86-7; Ibn al-Athir, pp. 268-9, que se refere a Gervásio como filho da irmã de Balduíno.
3 Alberto de Aix, XI, 12, p. 668; Guilherme de Tiro, XI, 22, p. 492.
4 Ibn al-Qalanisi, p. 92; Ibn al-Athir, p. 269.
5 Ibn al-Athir, pp. 269-70.

ventes foram mais tarde assassinados pelos beduínos.[1] O acordo foi rompido em 1113, quando Balduíno invadiu território damasquino.[2]

A partir de 1111, depois de sua derrocada diante de Tiro, Balduíno esteve por um período ocupado com problemas no Norte da Síria. Em Trípoli, em 1109, ele já deixara claro que pretendia assenhorear-se de todo o Oriente franco, e certos acontecimentos em Antióquia e Edessa permitiram-lhe reafirmar sua pretensão.[3] Além disso, também pôde dedicar-se ao engrandecimento de seus domínios pessoais. Balduíno sempre tivera consciência de que a Palestina era vulnerável a invasões e infiltrações provenientes do sudeste, via Negueb, e sabia que o domínio da área entre o mar Morto e o golfo de Ácaba era fundamental para isolar o Egito do mundo islâmico a leste. Ora, em 1107, Toghtekin infiltrara um exército damasceno no país de Edom, a convite dos beduínos locais, para fundar uma base a partir da qual atacar a Judéia. Como havia vários monastérios gregos espalhados pelo sertão idumeu, um dos monges, um certo Teodoro, instou pela intervenção de Balduíno. Este avançou até as proximidades do acampamento turco, no uádi Musa, perto de Petra, mas preferiu evitar a batalha. Teodoro, então, ofereceu-se para procurar o general de Toghtekin como um fugitivo, para avisá-lo de que um imenso exército franco estava a caminho. Os turcos, alarmados, recuaram a toda a velocidade para Damasco. O rei franco, então, puniu os beduínos arrancando-os das cavernas em que viviam e espoliando-os de seus rebanhos. Ao voltar para o norte, levou consigo muitos dos cristãos nativos, que temiam represálias.[4]

Balduíno retornou ao país idumeu em 1115. Decidira que a região devia ser ocupada de maneira permanente. Descendo de Hebron, contornando a base do mar Morto e traspassando o uádi al-Araba, o vale agreste que se estende do mar Morto ao golfo de Ácaba, ele chegou a um dos poucos pontos férteis daquela região árida: Shobak, uma sucessão de colinas arborizadas situadas entre a depressão e o deserto árabe. Ali, a mais de 150 quilômetros de distância do assentamento franco mais próximo, Balduíno erigiu um grande castelo, no qual deixou uma guarnição, bem munida de armamentos e batizada de Montanha Real, Le Krak de Montreal. No ano seguinte, à frente de seu exército e levando um longo comboio de mulas carregadas de provisões, o Rei de Jerusalém aventurou-se ainda mais longe na desconhecida Arábia. Voltou a visitar Mon-

---

1 Alberto de Aix, X, 45, p. 653; Ibn al-Athir, p. 272.
2 Ver abaixo, p. 116.
3 Ver acima, pp. 66-7, e abaixo, pp. 107.
4 Alberto de Aix, X, 28-9, pp. 644-5; Ibn al-Qalanisi, pp. 81-2. Sobre os monastérios gregos na região ver acima, p. 71, n. 1.

treal e seguiu para o sul, até que por fim seus homens exaustos atingiram as margens do mar Vermelho, em Ácaba, onde banharam os cavalos e pescaram os peixes pelos quais suas águas são célebres. A população local, aterrorizada, tomou seus barcos e fugiu. Balduíno ocupou a cidade, chamada pelos francos de Aila ou Elyn, e fortificou-a com uma cidadela. Dali cruzou para a pequena ilha denominada Jesirat Far'un, conhecida entre os francos como Graye, onde ergueu um segundo castelo. Nos dois baluartes foram deixadas guarnições, graças às quais os francos agora dominavam as estradas que interligavam Damasco, a Arábia e o Egito. Podiam assaltar as caravanas ao seu bel-prazer e interceptar a passagem de qualquer exército do leste a caminho do Egito.[1]

Ao retornar do mar Vermelho, Balduíno mais uma vez investiu contra Tiro, contentando-se, porém, em estabelecer um bloqueio terrestre mais rigoroso da cidade. Para tanto, construiu um castelo em Scandelion, onde a estrada litorânea começa a galgar a lateral do penhasco que conduz ao desfiladeiro conhecido como Escada de Tiro.[2] Sídon já interceptava a chegada a Tiro pelo norte, ao passo que o castelo de Toron controlava a aproximação pelo leste. Scandelion rematou o cerco.

Encorajado por tais conquistas, Balduíno embarcou, em 1118, em uma expedição mais ousada. Exércitos fatímidas baseados em Ascalão já em duas ocasiões recentes haviam realizado incursões nos domínios francos. Em 1113, enquanto Balduíno se batia contra os turcos no norte, haviam avançado até as muralhas de Jerusalém, promovendo pilhagens no caminho; em 1115, quase conseguiram surpreender Jafa. A resposta de Balduíno, agora, seria invadir o próprio Egito. No princípio de março, após cuidadosas negociações com os xeques das tribos do deserto, ele liderou um pequeno exército de 216 cavaleiros e 400 soldados de infantaria, bem supridos de provisões, desde Hebron, passando pela península do Sinai, até a costa mediterrânea em Farama, bem dentro da fronteira egípcia, próximo à boca do braço pelusiota do Nilo. Preparou-se para tomar a cidade de assalto, mas a guarnição debandara em pânico. Seguiu adiante, rumo ao Nilo em si, onde seus homens ficaram pasmados ao verem o famoso rio. Aí, porém, Balduíno foi derrubado por uma enfermidade mortal que o obrigou a retirar-se e o matou na volta para a Palestina.[3]

Mediante campanhas incansáveis e o aproveitamento de todas as oportunidades, o Rei Balduíno ampliara sua herança e a tornara um Estado con-

---

1 Alberto de Aix, XII, 21-2, pp. 702-3; Guilherme de Tiro, XI, 29, p. 505. Sobre Aila, ver Musil, artigo "Aila", na *Encyclopaedia of Islam*.
2 Fulcher de Chartres, II, lxii, I, pp. 605-6; Guilherme de Tiro, XI, 30, p. 507.
3 Alberto de Aix, XII, 25, p. 705; Ibn al-Athir, p. 314.

solidado, que compreendia toda a província histórica da Palestina. Somente com Tiro e Ascalão ainda fora do seu alcance, ele controlava o país desde Beirute, ao norte, até Bersabéia, ao sul, tendo o Jordão por fronteira oriental e com postos avançados no extremo sudeste para bloquear as abordagens pelo lado da Arábia. Os demais cristãos do Oriente franco reconheciam sua hegemonia, e ele conquistara o respeito de seus vizinhos islâmicos. Seu trabalho havia assegurado que o reino de Jerusalém não pudesse ser destruído com facilidade.

Sobre a administração interna do reino, sabe-se muito pouco. Em termos gerais, era de ordem feudal. Balduíno, no entanto, mantinha a maior parte de seus domínios em suas próprias mãos, nomeando viscondes como seus representantes. Até o maior de seus subfeudos, o principado da Galiléia, ficou por alguns anos sem seu senhor. Os feudos não eram ainda considerados hereditários. Quando Hugo de Saint-Omer foi morto, pensou-se que seu irmão Gerardo lhe sucederia no principado caso sua saúde o permitisse, mas seu direito não era absoluto. O próprio Balduíno desenvolveu uma constituição tosca para o reino. Ele mesmo governava por meio de um círculo pessoal que se dilatava cada dia, e seus feudatários possuíam os seus. Era para com Balduíno que os italianos deviam obrigações nas cidades portuárias; não eram forçados a auxiliar em campanhas militares, mas tinham de colaborar na defesa naval de suas localidades.[1]

Balduíno deixara clara sua intenção de controlar a Igreja. Havendo se certificado de seu apoio, tratou-a com generosidade, brindando-a com uma profusão de terras conquistadas aos infiéis. Tamanha prodigalidade foi, até certo ponto, equivocada, pois a Igreja estava livre da obrigação de provê-lo de soldados. Por outro lado, sua expectativa era que ela lhe fornecesse dinheiro.

Incidentes freqüentes demonstravam a popularidade de Balduíno junto aos cristãos nativos. Desde o episódio da Páscoa de 1101, o monarca franco tinha grande consideração por suas suscetibilidades. No âmbito judiciário, eles podiam empregar seus próprios idiomas e seguir seus próprios costumes, e a Igreja estava proibida de interferir em suas práticas religiosas. Nos últimos anos de seu reinado, ele incentivara a imigração de cristãos — tanto hereges quanto ortodoxos — oriundos dos países vizinhos de governo islâmico. Era necessário uma diligente população campesina para ocupar as terras da Judéia que haviam ficado vazias com a partida dos muçulmanos. Balduíno favorecia o casamento entre francos e nativas, do que ele mesmo tratara de dar o exemplo. Raros foram os barões a desposarem noivas locais, mas

1 Ver La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 228-30; ver abaixo, p. 254.

a prática disseminou-se entre os soldados e colonos francos mais pobres. Seus filhos mestiços mais tarde constituiriam a maior parte das tropas do reino.[1]

Balduíno mostrou afabilidade análoga para com os muçulmanos e os judeus que consentiram em se tornar seus súditos. Algumas mesquitas e sinagogas foram aceitas. Nos tribunais, os muçulmanos podiam jurar sobre o Alcorão e os judeus, sobre a Torá, e os litigantes infiéis tinham direito a justiça.[2] O casamento inter-racial com muçulmanos era permitido. Em 1114, o Patriarca Arnulfo recebeu severa admoestação do Papa Pascoal por haver celebrado um matrimônio entre um cristão e uma dama muçulmana.[3]

Nesse episódio, o Papa Pascoal mais uma vez deixou patente sua compreensão errônea do Oriente. Afinal, a sobrevivência dos francos na região dependia de eles deixarem de ser uma minoria alienígena e tornarem-se parte do universo local. O capelão de Balduíno, Fulcher de Chartres, em um capítulo lírico de sua crônica, comenta o miraculoso trabalho divino de transformação de ocidentais em orientais. O amálgama das duas raças parecia-lhe algo admirável, que ele via como um passo rumo à união das nações. Ao longo de toda a existência dos Estados cruzados, encontramos sempre a mesma história. Os estadistas francos mais sensatos no Oriente seguiam a tradição de Balduíno, adotando os costumes nativos e firmando laços de amizade e alianças locais, ao passo que os recém-chegados da Europa vinham repletos de idéias chauvinistas desastrosas para o país.

O rei já ofendera o papa quando suas conquistas ao longo da costa Síria puseram sob seu poder cidades — sobretudo Sídon e Beirute — cujas Igrejas tradicionalmente cabiam ao Patriarca de Antióquia. Em nome da boa administração do reino, era preciso transferi-las para a jurisdição do Patriarca de Jerusalém, o que Balduíno fez sem pestanejar. O Patriarca de Antióquia, Bernardo, protestou junto ao pontífice contra ato tão contrário aos cânones. Em 1110 Pascoal informara Jerusalém de que, diante das novas circunstâncias, a posição histórica poderia ser ignorada. Em 1112, com sua fraqueza habitual, mudou de partido e passou a apoiar as reivindicações de Antióquia. Balduíno, imperturbável, ignorou a nova decisão papal. A despeito de uma petulante repreensão por parte de Pascoal, os episcopados permaneceram nas mãos do patriarcado de Jerusalém.[4]

O próprio Balduíno cometeu um grave deslize com relação ao seu casamento. Nunca mais dera grande atenção à sua esposa armênia desde que o

---

1 Ver abaixo, pp. 254-5.
2 Ver abaixo, p. 264.
3 Röhricht, *Regesta*, nº 83, p. 19.
4 Guilherme de Tiro, XI, 28, pp. 502-5.

pai dela, apavorado com a impiedade do genro, fugira com o dote prometido. Balduíno apreciava as aventuras amorosas, mas era discreto — a presença de uma rainha na corte impedia-o de entregar-se às suas paixões. Também a rainha gozava de fama de libertina, tendo chegado ao ponto de, segundo as más-línguas, dispensar seus favores a piratas muçulmanos durante a viagem até Antióquia para assumir o trono. Não tinham filhos que os unissem. Ao cabo de alguns anos, quando o casamento já deixara de proporcionar-lhe qualquer vantagem política, Balduíno expulsou-a da corte sob o pretexto de adultério e obrigou-a a entrar para o convento de Sant'Ana em Jerusalém, que, para apaziguar sua consciência, recebeu dele uma rica doação. A rainha, porém, sem a menor vocação para a vida monástica, logo exigiu e recebeu permissão para retirar-se para Constantinopla, onde viviam seus pais desde sua expulsão de Marash pelos francos. Lá, ela abandonou o hábito monástico e começou a desfrutar de todos os prazeres oferecidos pela grande capital.[1] Nesse ínterim, Balduíno regozijava-se por poder voltar a levar uma vida de solteiro. Todavia, ainda necessitava de dinheiro, e, no inverno de 1112, soube que a mais qualificada viúva européia estava à procura de um marido. Adelaide de Salona, Condessa Viúva da Sicília, acabara de aposentar-se da regência de seu país devido à maioridade de seu jovem filho, Rogério II. Imensamente rica, apreciava títulos reais. Para Balduíno, Adelaide era desejável não só por seu dote, mas também por sua influência sobre os normandos da Sicília — cuja aliança ajudaria a muni-lo de poderio naval e serviria de contrapeso aos normandos de Antióquia. Mandou pedir sua mão, e ela aceitou com uma condição. Balduíno não tinha herdeiros; os filhos nascidos de sua primeira esposa morreram na Anatólia durante a Primeira Cruzada, e sua rainha armênia não lhe trouxera nenhum. A condessa insistiu em que, caso seu matrimônio com Balduíno não produzisse herdeiros — e havia poucas perspectivas de um bebê, em virtude da idade dos noivos —, a coroa de Jerusalém seria transmitida ao seu filho, o Conde Rogério.

Firmado o acordo, no verão de 1113 a condessa deixou a Sicília, com um esplendor tal que não se via nas águas mediterrâneas desde a ida de Cleópatra a Chipre para encontrar Marco Antônio. Sua galera foi coberta por um tapete de fios de ouro, e a proa da embarcação, folheada a prata e ouro. Ia acompanhada de duas outras trirremes, com as proas igualmente ornamentadas, que levavam sua escolta militar, dentro da qual se destacavam os soldados árabes da guarda pessoal de seu filho, cujas faces escuras destacavam-se contra a brancura imaculada de suas túnicas. Mais sete navios se-

1 Guiberto de Nogent, p. 259, refere-se à sua vida devassa; Guilherme de Tiro, XI, I, pp. 451-2, insinua que ela se deu a desfrutes após o divórcio.

guiam em seu rastro, com os porões abarrotados com todo o seu tesouro pessoal. Ela aportou em Acre em agosto. O Rei Balduíno foi ao seu encontro, com toda a pompa que seu reino podia proporcionar. Ele e sua corte inteira envergavam trajes de fina seda, e seus cavalos e mulas estavam adornados com púrpura e ouro. Estenderam-se ricos tapetes pelas ruas, e nas janelas e sacadas tremulavam galhardetes cor de púrpura. As cidades e aldeias ao longo da estrada para Jerusalém exibiam ornamentos análogos. Todo o país rejubilou-se — não tanto pela chegada de sua nova e idosa senhora, mas principalmente pela riqueza por ela trazida.[1]

Apesar do início tão esplendoroso, a união não foi bem-sucedida. Balduíno imediatamente apossou-se do dote da rainha, que utilizou para pagar os salários atrasados de seus soldados e financiar obras de fortificação; ademais, o dinheiro que entrou em circulação enriqueceu o comércio do país. O efeito, porém, logo se dissipou, e as desvantagens do matrimônio vieram à tona. Cidadãos mais piedosos lembravam-se de que Balduíno não chegara a divorciar-se legalmente de sua antiga esposa; chocou-os o fato de o Patriarca de Jerusalém haver de tamanho bom grado celebrado o que era, na verdade, um casamento bígamo — e os muitos inimigos de Arnulfo não tardaram em tirar proveito da irregularidade. O ataque talvez fosse menos eficaz se os súditos de Balduíno não tivessem ficado todos furiosos quando descobriram que seu líder se havia proposto a dispor da sucessão do reino sem consultar o conselho. Choveram queixas contra Arnulfo em Roma. Um ano após o casamento régio, um legado pontifício, Berengar, Bispo de Orange, chegou a Jerusalém. Ao constatar que, além das acusações de simonia contra Arnulfo, havia a certeza de que ele havia tolerado e abençoado uma união adúltera, Berengar convocou os bispos e abades do patriarcado para um sínodo, no qual declarou Arnulfo deposto. Este, porém, não se deixaria destituir tão facilmente. No inverno de 1115, depois de tomar suas providências para que não fosse indicado nenhum sucessor, partiu pessoalmente para Roma, onde jogou todo o seu charme persuasivo sobre o papa e os cardeais, cuja simpatia foi reforçada pela distribuição de presentes escolhidos a dedo. Pascoal, caindo sob sua influência, repudiou a decisão do legado. Arnulfo, por sua vez, cedeu em um ponto: prometeu ordenar que o rei dissolvesse o casamento com sua rainha siciliana. Nessas circunstâncias, o papa não só declarou nula a deposição do patriarca como o presenteou pessoalmente com o

---

1 Alberto de Aix, XII, 13-14, pp. 696-8; Guilherme de Tiro, XI, 21, pp. 487-9; Fulcher de Chartres, II, li, pp. 575-7. Adelaide era filha de um certo Marquês Manfredo e sobrinha de Bonifácio de Salona, tendo sido a terceira esposa de Rogério I da Sicília, com quem se casara em 1089. Sobre sua genealogia, ver Chalandon, *Histoire de la Domination Normande en Italie*, II, p. 391, n. 5.

pálio — elevando-o, assim, a uma posição acima de qualquer dúvida. No verão de 1116, Arnulfo retornou em triunfo a Jerusalém.[1]

A concessão foi feita de boa vontade porque Arnulfo sabia que Balduíno, agora que o dote de Adelaide já se esgotara, começava a arrepender-se do casamento. A condessa, por sua vez, acostumada que estava aos luxos do palácio de Palermo, tampouco apreciava os desconfortos do Templo de Salomão em Jerusalém. Balduíno, contudo, hesitou; não o agradava a idéia de perder as vantagens da aliança siciliana. Resistiu às exigências de Arnulfo até que, em março de 1117, caiu gravemente enfermo. Cara a cara com a morte, deu ouvidos aos seus confessores, que avisaram que ele morreria em estado de pecado. Era preciso livrar-se de Adelaide e chamar sua ex-esposa de volta, para que ficasse ao seu lado, disseram-lhe. Balduíno não poderia cumprir todas as suas orientações, pois a antiga rainha não tinha a menor intenção de deixar Constantinopla, a cujos prazeres galantes entregava-se com tanto gosto. Ao recuperar-se, porém, o rei anunciou a anulação de seu matrimônio com Adelaide — que, despojada de sua fortuna e com o séquito reduzido a quase nada, retornou furiosa para sua terra. Foi um insulto que a corte siciliana jamais perdoaria. O reino de Jerusalém precisaria esperar muito para voltar a receber qualquer auxílio ou manifestação de simpatia da Sicília.[2]

Em 16 de junho de 1117 houve um eclipse da Lua, seguido de outro em 11 de dezembro; cinco noites depois, os céus da Palestina foram testemunhas do raro fenômeno da aurora boreal. Eram portentos medonhos, que vaticinavam a morte de príncipes[3] — e os presságios se concretizaram. Em 21 de janeiro de 1118, o Papa Pascoal faleceu em Roma.[4] Em 16 de abril, a ex-rainha Adelaide encerrou sua humilhada existência na Sicília.[5] Seu falso amigo, o Patriarca Arnulfo, viveu apenas doze dias a mais que ela.[6] O dia 5 de abril presenciou a morte do Sultão Maomé no Irã;[7] em 6 de agosto, foi a vez de o Califa Mustazhir expirar em Bagdá.[8] A 15 de agosto, após uma longa e dolorosa doença, o Imperador Aleixo, o maior dos potentados orientais, mor-

---

1 Carta de Pascoal II datada de 15 de julho de 1116, *M.P.L.*, vol. CLXIII, cols. 408-9; Alberto de Aix, XII, 24, p. 704; Guilherme de Tiro, XI, 24, pp. 499-500.
2 Alberto de Aix, *loc. cit.*; Guilherme de Tiro, *loc. cit.*; Fulcher de Chartres, II, lix, 3, p. 601.
3 Fulcher de Chartres, II, lxi, 1-3, lxiii, 1-4, pp. 604-5, 607-8. As notas de Hagenmeyer discutem as datas. Fulcher menciona a morte de Pascoal, Balduíno, Adelaide, Arnulfo e Aleixo.
4 *Annales Romani*, *M.G.H.Ss.*, vol. V, p. 477; Guilherme de Tiro, XII, 5, p. 518.
5 *Necrologia Panormitana*, *in Forschungen zur deutschen Geschichte*, vol. XVIII, pp. 472, 474; Guilherme de Tiro, XII, 5, p. 518.
6 Ver abaixo, pp. 129-30.
7 Ibn al-Qalanisi, p. 156; Ibn al-Athir, p. 303, fornece a data de 18 de abril.
8 Ibn al-Athir, pp. 310-11; Mateus de Edessa, ccxxvi, p. 297.

reu em Constantinopla.[1] No início da primavera, o Rei Balduíno retornou do Egito prostrado pela febre. Não restava mais nenhuma resistência ao seu organismo exausto e sobrecarregado. Seus soldados carregaram-no de volta, moribundo, para o pequeno forte fronteiriço de el-Arish. Lá, nos limites do reino que devia sua existência àquele homem, ele morreu em 2 de abril, nos braços do Bispo de Ramleh. Seu corpo foi levado a Jerusalém e, no Domingo de Ramos, 7 de abril, repousou na Igreja do Santo Sepulcro, lado a lado com seu irmão Godofredo.[2]

Os lamentos que acompanharam a procissão funerária vinham tanto de francos quanto de cristãos nativos; até os sarracenos que visitavam a cidade comoveram-se. Balduíno tinha sido um grande rei, áspero e inescrupuloso; não fora amado, mas sim profundamente respeitado por sua energia, sua presciência e pela ordem e justiça vigentes em seu reinado. Havia herdado um domínio tênue e incerto, mas, graças ao seu vigor marcial, à sua sutileza diplomática e à sua sábia tolerância, conquistara para Jerusalém um lugar entre os reinos do Oriente.

---

1 Zonaras, p. 759; Guilherme de Tiro, XII, 5, p. 517; Ibn al-Qalanisi, p. 157, e Mateus de Edessa, ccxxvii, pp. 300-1, também registram sua morte.

2 Fulcher de Chartres, II, xiv, 1-5, pp. 609-13; Alberto de Aix, XII, 26-9, pp. 706-9; Guilherme de Tiro, XI, 31, pp. 508-9; Ibn al-Qalanisi, *loc. cit.*

Capítulo VI

Equilíbrio no Norte

"Eles lutarão entre si, irmãos contra irmãos, cada um contra o seu próximo."
ISAÍAS 19, 2

Alguns anos antes de morrer, o Rei Balduíno I já se havia estabelecido como líder inconteste dos francos no Oriente. Não fora uma conquista fácil, e Balduíno lograra êxito graças ao seu uso sutil das circunstâncias.

A captura de Balduíno de Le Bourg e Juscelino de Courtenay em Harran, bem como a partida de Boemundo para o Ocidente, deixara Tancredo sem rivais entre os francos do Norte da Síria; além disso, as dissensões entre os muçulmanos permitiram-lhe tirar plena vantagem de suas oportunidades. O império seljúcida estava se despedaçando, menos por pressão externa que devido às contendas entre seus príncipes. A vitória em Harran trouxera Jekermish, o atabegue de Mosul, à posição de maior preeminência entre os magnatas turcos do Norte da Síria e em Jeziré. O retumbante fracasso de sua tentativa de insistir na ofensiva contra os francos não enfraquecera sua reputação entre seus colegas muçulmanos. No início de 1105, seu antigo aliado e rival, Soqmã, o Ortóquida, de Mardin, morrera a caminho de Trípoli, assediada; seu irmão, Ilghazi, e seu filho, Ibrahim, puseram-se a disputar a herança.[1] Ridwan de Alepo havia acalentado esperanças de que a vitória de Ilghazi, que já o servira no passado, lhe conferiria influência em Jeziré; ele, porém, ignorou as lealdades anteriores, e o próprio Ridwan estava envolvido demais em suas disputas com os francos de Antióquia para afirmar seu antigo domínio.[2] O grande emir danishmend, Malik Ghazi Gümüshtekin, faleceu em 1106, sem haver dividido seus territórios. Sivas e suas terras anatólias foram para Ghazi, o primogênito, e Melitene e suas posses na Síria, para o caçula, Sangur. A juventude e inexperiência de Sangur tentaram Kilij Arslan, que acabara de assinar a paz com Bizâncio, a voltar-se para o leste e atacar Melitene, que caiu em suas mãos no outono de 1106.[3]

---

1 Ibn al-Fourat, citado em Cahen, *La Syrie du Nord*, p. 248, n. 26; Ibn al-Athir, pp. 226-7. Ilghazi tomou Mardin de Ibrahim em 1107. Sobre a complexa história dos emires muçulmanos, ver Cahen, *op. cit.*, pp. 246-9.

2 Ibn al-Athir, *loc. cit.*

3 Miguel, o Sírio, III, p. 192.

Em seguida, tentou impor o reconhecimento de seu título de sultão, que assumira por conta própria, em todo o mundo turco, e estava pronto a associar-se a qualquer um que apoiasse suas pretensões.[1]

Jekermish não usufruiu de sua preeminência por muito tempo. Seu envolvimento nas desavenças do sultanato seljúcida do Oriente era inescapável. Quando, em 1104, o Sultão Barkiyarok foi obrigado a partilhar seus domínios com seu irmão Maomé, Mosul coube a este último. Jekermish tentou conquistar sua independência declarando que devia fidelidade exclusivamente a Barkiyarok e desafiando as tropas de Maomé. Todavia, em janeiro de 1105 Barkiyarok faleceu — e sua herança passou inteira para as mãos de Maomé. Jekermish, sem poder agarrar-se ao seu pretexto, apressou-se em submeter-se a Maomé, que, por ora, professou amizade e retirou-se para o leste, sem arriscar-se a uma entrada triunfal em Mosul.[2] Provavelmente por solicitação de Maomé, Jekermish em seguida pôs-se a organizar uma nova campanha contra os francos. Formou uma coalizão com Ridwan de Alepo e o lugar-tenente deste, o *aspahbad* Sabawa, além de Ilghazi, o Ortóquida, e seu próprio genro, Albu ibn Arslantash, de Sinjar. Os aliados sugeriram a Ridwan e Albu que seria mais político e proveitoso agradar ao sultão com uma ofensiva contra Jekermish, contra cuja segunda cidade, Nisibin, marcharam juntos. Lá, porém, seus agentes lograram intrigar Ridwan com Ilghazi, e este, em um banquete diante das muralhas de Nisibin, foi raptado e agrilhoado pelo primeiro. As tropas do ortóquida então atacaram Ridwan, forçando-o a recuar para Alepo;[3] assim, Jekermish foi salvo. Em seguida, ele tratou de investir contra Edessa, mas, após derrotar com sucesso uma incursão dos homens de Ricardo do Principado, precisou voltar para casa, a fim de enfrentar outros problemas.[4]

Nesse ínterim, Kilij Arslan, que acabara de capturar Melitene, por sua vez realizou uma ofensiva contra Edessa; encontrando-a, porém, com as defesas reforçadas, passou para Harran, que lhe foi entregue pela guarnição de Jekermish. Estava patente que os seljúcidas de Rum pretendiam expandir seu poder no mundo islâmico à custa de seus primos persas.[5]

O Sultão Maomé jamais havia perdoado Jekermish por seus ares de independência, e desconfiava de algum conluio entre ele e Kilij Arslan. No

---

1 Ver artigo "Kilij Arslan", na *Encyclopaedia of Islam*. Ibn al-Qalanisi, Ibn al-Athir e os demais cronistas árabes têm o cuidado de chamá-lo apenas de Malik. Mateus de Edessa chama-o de sultão, assim como Miguel, o Sírio.
2 Ibn al-Athir, pp. 224-5.
3 Ibn al-Athir, pp. 225-6.
4 Mateus de Edessa, clxxxix, pp. 260-1.
5 Ibn al-Athir, p. 239.

inverno de 1106, tirou-lhe oficialmente o domínio de Mosul, que entregou, junto com o senhorio de Jeziré e Diarbekir, a um aventureiro turco de nome Jawali Saqawa. Jawali conduziu um exército contra Jekermish, que o enfrentou mas foi derrotado junto à cidade e capturado. Os habitantes de Mosul, onde Jekermish fora um governante popular, imediatamente proclamaram seu jovem filho Zenki atabegue; ao mesmo tempo, amigos de fora da cidade apelaram para Kilij Arslan. Jawali considerou mais prudente retirar-se — sobretudo porque Jekermish, que ele pretendia usar como objeto de barganha, morreu subitamente em suas mãos. Mosul abriu seus portões para Kilij Arslan, que prometeu respeitar suas liberdades.[1]

Jawali estabeleceu-se no vale do Eufrates e, dali, entabulou negociações com Ridwan de Alepo. Concordaram em primeiro depor Kilij Arslan e, em seguida, atacar juntos Antióquia. Em junho de 1107, lideraram uma ofensiva de quatro mil homens contra Mosul. Kilij Arslan, longe de sua terra, dispunha de um exército ainda menor, mas saiu para enfrentar os aliados às margens do rio Khabar. Não obstante sua bravura pessoal, sofreu uma rematada derrota, perecendo ao cruzar o rio na fuga.[2]

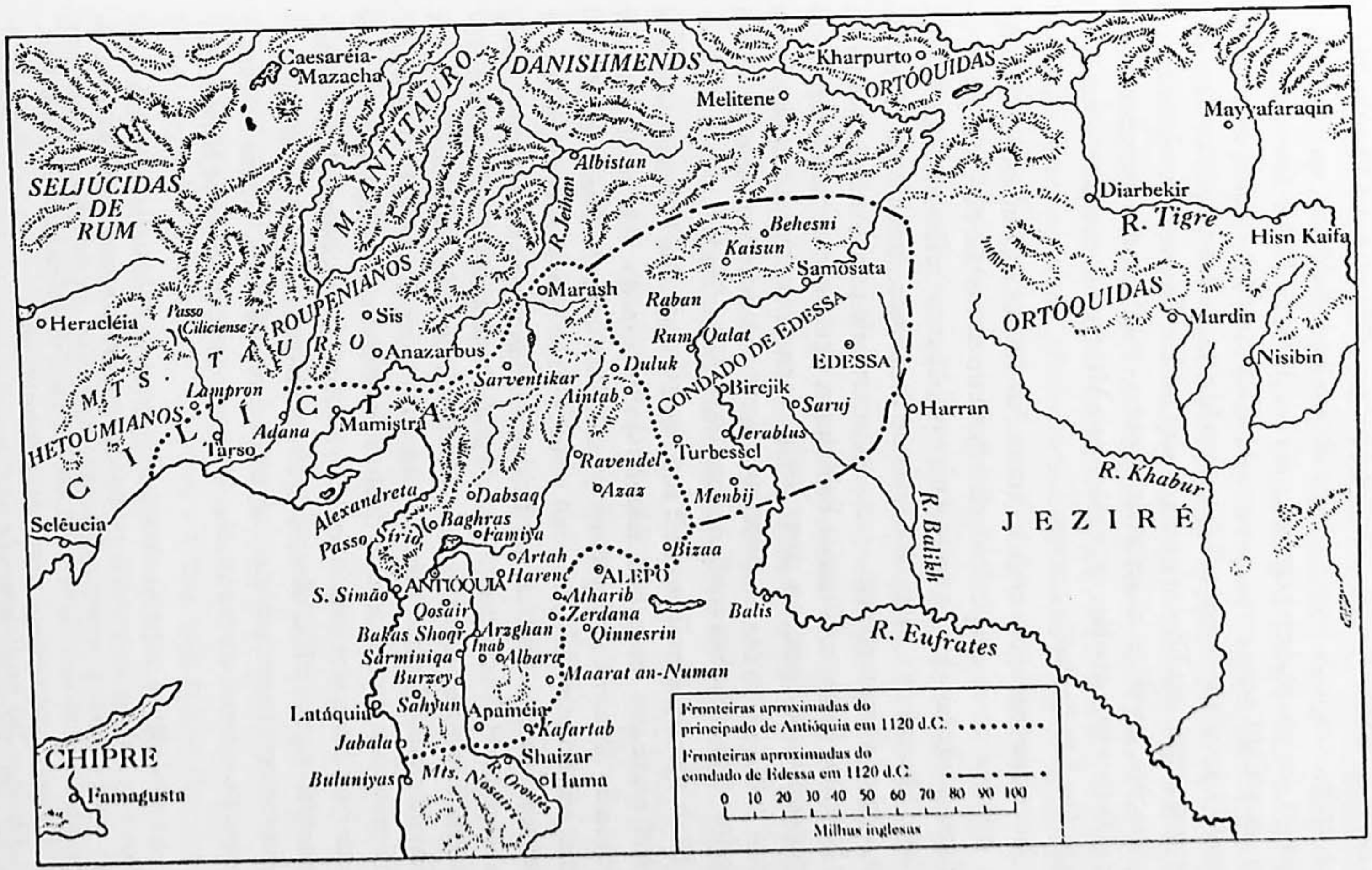
A eliminação de Kilij Arslan afetou todo o mundo oriental. Significou a remoção de um perigo potencial para Bizâncio no momento crucial em que Boemundo estava prestes a atacar os Bálcãs; permitiu que o sultanato seljúcida da Pérsia perdurasse por quase um século; e foi o primeiro marco sério da ruptura entre os turcos anatólios e seus irmãos mais orientais. A conseqüência imediata, porém, foi privar a Síria islâmica de uma força capaz de garantir sua coesão.

Jawali pôde então entrar em Mosul, onde a selvageria de seu governo logo o tornou odioso. Tampouco mostrou por seu suserano, o Sultão Maomé, mais deferência do que a demonstrada por Jekermish. Ao cabo de um ano, Maomé começou a arquitetar sua deposição, enviando contra ele um exército liderado pelo mameluco Mawdud — que, nos anos que se seguiram, se tornou o maior protagonista do Islã.[3]

Durante toda essa comoção, Balduíno de Le Bourg permaneceu prisioneiro em Mosul, ao passo que seu primo, Juscelino de Courtenay, com a morte de Soqmã passara para as mãos de Ilghazi, que planejava expulsar de Mardin seu sobrinho Ibrahim. Como necessitava de dinheiro e aliados, Ilghazi concordou em libertar Juscelino em troca da soma de vinte mil dinares e da promessa de auxílio militar. Os súditos de Juscelino em Turbessel

---

1 *Ibid.*, pp. 260-4.
2 *Ibid.*, pp. 246-7; Mateus de Edessa, cxcvi, p. 264. Este considerou a morte de Kilij Arslan um desastre para todo o mundo cristão, i.é, para os armênios.
3 Ibn al-Athir, pp. 259-61; Bar-Hebraeus, trad. Budge, I, p. 241.



Mapa 1. Norte da Síria no século XII.

de bom grado prometeram o dinheiro do resgate, e seu senhor foi libertado no curso de 1107.[1] Graças ao acordo, Ilghazi pôde capturar Mardin. Juscelino, então, tratou de providenciar a libertação de Balduíno, que, junto com todos os pertences de Jekermish, caíra em poder de Jawali. O momento foi bem escolhido, pois este precisava de ajuda contra o ataque iminente de Mawdud. Exigiu sessenta mil dinares, a libertação dos muçulmanos mantidos prisioneiros em Edessa e uma aliança militar. Durante o andamento das negociações, Jawali foi afastado de Mosul — onde não contava com o apoio dos cidadãos, que abriram os portões para Mawdud — e estabeleceu-se em Jeziré, levando Balduíno consigo.[2]

Juscelino conseguiu angariar trinta mil dinares sem maiores dificuldades. Apresentou-se em pessoa com o dinheiro no castelo de Qalat Jabar, no Eufrates, onde Jawali vivia agora, e ofereceu-se como refém para que Balduíno fosse libertado e levantasse o restante do resgate. Jawali ficou comovido com o gesto e impressionado com a galanteria do príncipe franco. Aceitou que Juscelino tomasse o lugar de Balduíno e, alguns meses mais tarde — em parte por cavalheirismo, em parte por interesse (visto que muito desejava a aliança com os francos) —, libertou-o, fiando-se em sua palavra de que o dinheiro seria pago. Sua confiança mostrou-se justificada.[3]

Fazia agora quatro anos que Tancredo era senhor de Edessa, governada em seu nome por seu primo, Ricardo do Principado. Não tinha a menor intenção de devolvê-la a Balduíno. Quando este retornou à sua capital, concordou em levantar os trinta mil dinares necessários, mas recusou-se a entregar a cidade — a não ser que Balduíno lhe prestasse homenagem. Este, como vassalo do Rei de Jerusalém, não podia concordar — e refugiou-se furioso em Turbessel, onde Juscelino o encontrou e de onde enviaram um pedido de ajuda a Jawali. Tancredo marchou sobre Turbessel, onde houve uma ligeira escaramuça, após a qual os combatentes reuniram-se em um constrangido banquete para mais uma vez discutir o problema. Não se chegou a acordo algum, e Balduíno, após enviar de presente para Jawali 160 prisioneiros muçulmanos por ele libertados e reequipados, dirigiu-se para o norte para encontrar outros aliados. Uma vez que o governo de Ricardo em

---

1 Miguel, o Sírio, III, pp. 195-6, que conta que os cidadãos de Turbessel se entregaram como reféns até o dinheiro ser levantado e depois fugiram, de modo que, na verdade, nada foi pago. Juscelino, porém, retornou ao cativeiro como refém por Balduíno, causando uma excelente impressão no sultão de Mosul, que pediu para vê-lo especialmente. Ibn al-Athir, p. 261, presume que a quantia tenha sido devidamente paga.

2 Ibn al-Athir, p. 260; Bar-Hebraeus, *loc. cit.*

3 Miguel, o Sírio, *loc. cit.*; *Crôn. Anôn. Sír.*, pp. 81-2; Bar-Hebraeus, trad. Budge, I, p. 243; Ibn al-Athir, p. 261.

Edessa era violento e extorsivo, incomodando particularmente os armênios, Balduíno decidiu procurar o maior príncipe arménio da região, Kogh Vasil, de Kaisun, que pouco antes conseguira incrementar seu prestígio ao induzir o católico armênio a ir viver sob sua proteção. Kogh Vasil recebeu Balduíno em Raban e prometeu-lhe ajuda; ao mesmo tempo, o armênio Oshin, governador da Cilícia e vassalo de Bizâncio, satisfeito por participar de uma ação contra Tancredo, enviou a Balduíno trezentos mercenários pechenegues. Com esses confederados, Balduíno retornou a Turbessel. Tancredo não pretendia defrontar-se com todo o mundo armênio, e o Patriarca de Antióquia, Bernardo, valeu-se de sua influência para interceder em favor de Balduíno. A contragosto, Tancredo afastou Ricardo do Principado de Edessa, onde a chegada de Balduíno foi motivo de grande júbilo.[1]

A trégua foi temporária. Balduíno era fiel à sua amizade com Jawali. Devolveu-lhe muitos prisioneiros muçulmanos, permitiu a reconstrução das mesquitas da cidade de Saruj, de população predominantemente islâmica, e desgraçou e executou seu principal magistrado, que era particularmente impopular por ser um renegado do Islã. A aliança alarmou Ridwan de Alepo; Jawali era uma ameaça aos seus territórios no Eufrates. Sua resposta foi atacar de surpresa um comboio de mercadorias — que levava também parte do dinheiro do resgate de Juscelino — que deixara Turbessel com destino à corte de Jawali. Em setembro de 1108, este capturou a cidade de Balis, às margens do Eufrates — a apenas oitenta quilômetros de Alepo — e crucificou os principais partidários de Ridwan na cidade. Ridwan imediatamente recorreu a Tancredo. No início de outubro, Balduíno e Juscelino juntaram-se ao exército de Jawali em Menbij, entre Alepo e o Eufrates, com seus cavaleiros — umas poucas centenas deles. Jawali tinha consigo cerca de quinhentos turcos e um número um tanto maior de beduínos, sob o comando do filho do emir Sadaqa, dos Banū Mazyad. O exército todo montava a cerca de dois mil homens. Ridwan dispunha de seiscentos soldados para fazer-lhe frente, mas Tancredo chegou com uma força de 1.500 homens. A batalha, em que cristãos e muçulmanos lutaram lado a lado contra outros cristãos e muçulmanos, foi duramente disputada. As tropas de Jawali iam pouco a pouco forçando os francos de Antióquia a recuar, impingindo-lhes grandes perdas, quando os beduínos repararam nos cavalos que os cavaleiros de Balduíno mantinham de reserva — e não conseguiram resistir à tentação. Abandonaram o campo para roubá-los e fugir com eles. Vendo-os partir, os turcos

---

1 Fulcher de Chartres, II, xxviii, 1-5, pp. 477-81; Alberto de Aix, X, 37, p. 648; Mateus de Edessa, cxcix, p. 266; Ibn al-Athir, pp. 262-3 (referindo-se ao Patriarca Bernardo como "o equivalente cristão de um imã para os muçulmanos").

de Jawali debandaram, e Balduíno e Juscelino ficaram praticamente sozinhos. Também foram obrigados a fugir com o restante de suas tropas, mal conseguindo livrar-se do cativeiro. Dizia-se que as perdas cristãs no embate chegaram a quase dois mil homens.[1]

Juscelino refugiou-se em Turbessel e Balduíno, em Dulak, ao norte de Ravendel, onde Tancredo fez uma meia tentativa de sitiá-lo — desistindo perante os boatos da aproximação de Jawali. No fim das contas, Balduíno e Juscelino reouveram Edessa. Encontraram a cidade tomada pelo pânico. A população, temerosa de que Balduíno tivesse morrido e o execrado governo de Ricardo do Principado voltasse a ser-lhe imposto, havia se reunido em assembléia na Igreja de S. João, onde os armênios locais convidaram o bispo latino a tomar parte do estabelecimento de um governo interino até que a situação se esclarecesse. Quando Balduíno chegou, dois dias depois, suspeitou de traição; pareceu-lhe que os armênios planejavam reconquistar a independência. Sua ação foi rápida e severa. Muitos armênios foram presos, e alguns foram cegos; o bispo armênio só salvou seus olhos mediante o pagamento de uma pesada multa, com a qual arcou seu rebanho. Houve um êxodo forçado de armênios da cidade. O que de fato ocorreu não se sabe, mas parece claro que Balduíno deve ter ficado profundamente sobressaltado para modificar de maneira tão drástica sua política em relação aos armênios.[2]

A despeito de sua vitória pessoal e da decisão de Jawali, poucos meses depois, de reconciliar-se com seu suserano, o sultão — que lhe concedeu um domínio na longínqua Pérsia —, Tancredo não insistiu nas tentativas de expulsar Balduíno de Edessa. Pelo contrário: no outono de 1108, conduziu uma expedição contra Shaizar, onde, depois de chacinar um pequeno destacamento inimigo encontrado em uma caverna, deixou-se milagrosamente subornar pelo presente de um soberbo cavalo.[3] Na primavera seguinte, envolveu-se na disputa entre Guilherme Jordão e Bertrando de Toulouse pela posse das terras francas no Líbano. Sua aceitação de Guilherme Jordão como seu vassalo teve como contrapartida a ágil intervenção do Rei Balduíno no papel de suserano de todos os francos no Oriente. Quando o rei exigiu que Tancredo e os líderes francos aceitassem sua arbitragem em Trípoli, o normando não ousou desafiá-lo. Diante dos príncipes reunidos, o rei não só dividiu a herança do Conde de Toulouse como obrigou Tancredo, Balduíno de Edessa e Juscelino a se reconciliarem e agirem de comum acordo contra

---

1 Mateus de Edessa, cxcix, pp. 266-7; Ibn al-Athir, pp. 265-7; Kemal ad-Din, p. 595; Ibn al-Fourat, citado em Cahen, *op. cit.*, p. 250, n. 34.
2 Mateus de Edessa, cxciv, pp. 267-8.
3 Usama, ed. Hitti, pp. 99-100.

os infiéis. Tancredo, ao admitir o direito do rei à função de árbitro, reconheceu sua suserania. Em troca, recebeu permissão para manter Guilherme Jordão como seu vassalo e teve restituído o título de Príncipe da Galiléia e a propriedade do Templo em Jerusalém, com a promessa de que poderia reassumir o governo do feudo caso Boemundo retornasse a Antióquia. Tais benefícios foram reduzidos pelo assassinato de Guilherme Jordão, cujas terras passaram para Bertrando — que reconhecia apenas o Rei Balduíno como seu senhor. Tancredo foi, contudo, incentivado a investir contra Jabala, a última propriedade dos Banū Ammar — que, de fato, caiu em seu poder em julho de 1109. Assim, Tancredo deslocou suas fronteiras até coincidirem com as de Bertrando.[1]

A reconciliação dos príncipes francos, sob a liderança do Rei Balduíno, era necessária porque, no princípio de 1110, o atabegue Mawdud, de Mosul, obedecendo às instruções de seu senhor, o sultão, organizou uma expedição contra os francos. Auxiliado por Ilghazi, o Ortóquida, com suas tropas turcomanas, e pelo emir de Mayyafaraqin, Soqmã el-Qutbi (popularmente conhecido como Xá da Armênia), marchou contra Edessa em abril. Ao tomar conhecimento da reunião das tropas muçulmanas, Balduíno de Le Bourg enviou Juscelino a Jerusalém para implorar o socorro urgente do Rei Balduíno e expressar suas suspeitas de que Tancredo estivesse estimulando o inimigo. Os aliados deste, por sua vez, fizeram uma acusação similar, mas menos convincente, contra Balduíno. O rei, envolvido no sítio de Beirute, só se movimentou após a queda da cidade. Correu, então, para o norte, evitando Antióquia — em parte para poupar tempo e em parte porque não confiava em Tancredo. Alcançou Edessa no fim de junho. Ao aproximar-se da cidade, reuniram-se ao seu exército as forças armênias enviadas por Kogh Vasil e pelo senhor de Birejik, Abu'lgharib, líder dos pahlavounis. Mawdud assediava Edessa havia dois meses, mas não conseguira vazar suas fortificações. Quando assomaram os cavaleiros de Jerusalém, com seus estandartes tremulantes e armaduras resplandecentes ao sol, o turco refugiou-se em Harran, na esperança de atraí-los e empreender uma ofensiva audaciosa.[2]

Balduíno de Le Bourg, saindo aliviado de sua fortaleza para receber seu primo e senhor, de pronto queixou-se de Tancredo. Em vista disso, Balduíno mandou uma mensagem a Antióquia, exigindo que o líder normando comparecesse com toda a força para juntar-se à coalizão cristã e responder às acusações que pendiam contra ele. Tancredo, particularmente, hesitou,

---

1 Ver acima, pp. 65-7; e Alberto de Aix, XI, 3-13, pp. 664-8, 685-6; Ibn al-Athir, p. 274.
2 Alberto de Aix, XI, 16-18, pp. 670-2; Mateus de Edessa, cciv, pp. 270-3; Ibn al-Qalanisi, p. 103.

mas seu Alto Conselho instou-o a submeter-se à intimação. Ao chegar, logo tratou de fazer uma contradenúncia contra Balduíno de Le Bourg, alegando que, uma vez que a província de Osrhoene (onde se localizava Edessa) tradicionalmente sempre fora dependente de Antióquia, ele, Tancredo, seria seu senhor de direito. O Rei Balduíno retorquiu, severamente, que, como rei eleito, ele era o líder da cristandade oriental — em cujo nome exigia que Tancredo se reconciliasse com Balduíno de Le Bourg. Caso o normando se recusasse e preferisse insistir em suas intrigas com os turcos, deixaria de ser considerado um príncipe cristão e seria combatido de forma implacável, como inimigo. Os cavaleiros reunidos aprovaram as palavras de seu soberano; Tancredo, assim, viu-se forçado a transigir.[1]

O exército franco unido, em seguida, saiu ao encalço de Mawdud, que recuou a fim de atraí-lo para terreno hostil, planejando dar uma súbita guinada para o norte e atacar-lhe os flancos. O Rei Balduíno, alertado a tempo, parou para assediar o castelo de Shinav, a noroeste de Harran. Lá, porém, a coalizão dispersou-se. Chegaram ao conhecimento de Tancredo rumores de que Ridwan de Alepo estava se preparando para atacar Antióquia. Mensageiros provenientes da Palestina alcançaram o rei com a notícia de que os egípcios ameaçavam investir contra Jerusalém. A campanha em Jeziré foi abandonada. Tancredo retirou-se para Samosata, e Balduíno de Le Bourg, a conselho do rei, convenceu-se de que era inútil obstinar-se em proteger as terras a leste do Eufrates. O Conde de Edessa chorara ao sabê-las devastadas por Mawdud durante o cerco à sua capital. Decidiu manter guarnições apenas nas duas grandes fortalezas de Edessa e Saruj e em alguns castelos menores, mas sem procurar resguardar as fronteiras. Recomendou-se que a população cristã da região partisse para os territórios mais seguros na margem direita do grande rio — sugestão devidamente seguida. Os cristãos das áreas rurais, armênios em sua maioria, juntaram seus pertences e deslocaram-se lentamente para o oeste. Mawdud, porém, informado por espiões dos planos inimigos, pôs-se imediatamente em seu rasto. Ao atingir o Eufrates, encontrou os líderes francos já do outro lado do rio; suas duas grandes barcaças, todavia, sobrecarregadas de soldados, haviam afundado antes da travessia dos civis — sobre os quais caíram, embora estivessem desarmados. Entre homens, mulheres e crianças praticamente não houve sobreviventes. O atroz massacre daqueles camponeses armênios — indignos de confiança em termos políticos, mas prósperos e trabalhadores, além de estabelecidos em Osrhoene desde os primórdios da era cristã — foi um duro golpe para a

1 Alberto de Aix, XI, 20-4, pp. 672-4; Fulcher de Chartres, II, xliii, 1-6, pp. 532-41; Ibn al-Qalanisi, p. 102.

província, do qual ela nunca se recuperaria por completo. Embora os condes francos ainda reinassem na cidade de Edessa em si por mais alguns anos, ficara provado que seu domínio além do Eufrates estava fadado ao fracasso inevitável — um fiasco que seria a ruína dos miseráveis cristãos nativos que se haviam submetido ao seu governo.[1]

Em fúria, Balduíno de Le Bourg liderou um contigente para uma nova investida do outro lado do rio, a fim de vingar-se de Mawdud. No entanto, estava em absoluta inferioridade numérica, e seus homens seriam aniquilados não fosse o Rei Balduíno ter acorrido, junto com Tancredo (este muito a contragosto), em seu resgate.[2]

O Rei Balduíno retornou para o sul, e Tancredo cuidou de punir Ridwan, cujo ataque a seu território considerou uma traição. Tomou de assalto o castelo de Naqira, situado bem na fronteira, e marchou em seguida para Athareb, a apenas uns trinta quilômetros de Alepo. Ridwan não obteve ajuda alguma de seus colegas muçulmanos. Tentou subornar Tancredo, mas a importância exigida estava fora de suas possibilidades; ademais, as negociações acabaram sendo interrompidas quando o tesoureiro do próprio Ridwan bandeou-se, com parte do tesouro de seu senhor, para o acampamento normando. Por fim, quando as máquinas de Tancredo já haviam reduzido a pó as muralhas de Athareb, a cidade rendeu-se, em dezembro de 1110. Ridwan comprou a paz pelo preço de Athareb e Zerdana (um pouco mais ao sul), mais a soma de vinte mil dinares e dez de seus melhores cavalos árabes.[3] Em seguida, Tancredo avançou sobre Shaizar e Hama. O emir munquidita de Shaizar logrou uma prorrogação de alguns meses ao custo de quatro mil dinares e mais um cavalo; ao fim da trégua, porém, na primavera de 1111, Tancredo retomou a ofensiva. Sobre uma colina vizinha, ergueu um sólido castelo em Ibn Mashar, de onde podia vigiar cada movimento relacionado com a cidade. Logo depois, ocupou o forte de Bisikra'il, na estrada que ligava Shaizar a Latáquia. O emir de Homs, mediante o pagamento de dois mil dinares, foi deixado em paz.[4]

Dois fatores contribuíram para os êxitos de Tancredo. Primeiro, os bizantinos não estavam prontos para contra-atacar. A morte de Kilij Arslan, em 1107, tornara muito inconstante a situação na Anatólia. Seu primogê-

---

1 Alberto de Aix, *loc. cit.*; Guilherme de Tiro, XI, 7, p. 464; Mateus de Edessa, cclv, p. 273; Ibn al-Qalanisi, pp. 103-4.
2 Alberto de Aix, XI, 25, p. 675.
3 Mateus de Edessa, cciv, p. 274; Bar-Hebraeus, trad. Budge, p. 243; Ibn al-Qalanisi, pp. 105-6; Kemal ad-Din, pp. 596-8; Ibn al-Athir, p. 278.
4 Alberto de Aix, XI, 43-6, pp. 684-6; Usama, ed. Hitti, pp. 95-6; Kemal ad-Din, p. 599; Ibn al-Qalanisi, p. 114.

nito, Malik-Xá, caíra prisioneiro na batalha de Khabar, encontrando-se agora nas mãos do Sultão Maomé. A viúva apoderara-se de Melitene e das províncias orientais em nome de seu caçula, Toghrul. Outro filho, Mas'ud, vivia na corte danishmend, enquanto um quarto, Arab, ao que parece ficou com Konya. O Sultão Maomé, temendo que ou Mas'ud ou Toghrul se apropriassem de toda a herança, concorreu para a confusão libertando Malik-Xá, que se estabeleceu em Konya e, mal-agradecido, assumiu o título de sultão.[1] O desmantelamento do governo central turco na Anatólia não foi inteiramente vantajoso para Bizâncio, visto que levou os seljúcidas a empreender uma série de incursões irresponsáveis em território bizantino; por outro lado, permitiu que o imperador ocupasse diversas fortalezas fronteiriças. Não obstante, Aleixo não estava disposto a arriscar-se numa campanha na Cilícia ou na Síria.[2] Sua inação beneficiou não só Tancredo, mas também o armênio Kogh Vasil — que, provavelmente com consentimento imperial, logrou fortalecer seu principado no Antitauro e repelir as investidas turcas. Uma vez que os príncipes roupenianos do Tauro — mais expostos às agressões seljúcidas e impedidos pelas tropas antioquenas de expandir-se para a Cilícia — não tinham como incrementar seu poderio, Kogh Vasil viu-se sem rivais no mundo armênio.[3]

Mais útil para Tancredo — e mais desastroso para qualquer contracruzada muçulmana — foi o surgimento de uma nova e dilacerante seita no mundo islâmico. Durante as últimas décadas do século XI, o persa Hasan as-Sabah fundou e organizou o corpo religioso que ficaria conhecido como os *Hashishiyun* ou "Assassinos". Hasan convertera-se à doutrina ismailita, patrocinada pelos califas fatímidas, e tornara-se adepto do *batanya*, sua vertente esotérica. Onde exatamente sua doutrina aprimorou a teologia mística e alegórica dos ismailitas não se sabe ao certo. Todavia, sua realização verdadeiramente notável foi de ordem mais prática: a fundação de uma ordem, unificada na estrita obediência a ele mesmo como Mestre Supremo, que utilizava para fins políticos. Suas ações eram direcionadas contra os califas abássidas de Bagdá — cuja legitimidade Hasan questionava — e, mais especificamente, contra seus senhores seljúcidas, cujo poder garantia a perduração do califado. Sua principal arma política era aquela que deve seu nome aos seus seguidores: o assassinato. O homicídio em nome de determinada crença religiosa sempre fora praticado por seitas heterodoxas do Islã, mas, nas mãos de Hasan, seu uso atingiu uma alta eficiência; a cega devoção de

---

1 Miguel, o Sírio, III, pp. 194-5; Ibn al-Qalanisi, p. 81 (uma narrativa vaga). Ver Cahen, *op. cit.*, pp. 253-4.
2 Ana Comnena, XIV, i, v-vi, pp. 141-6, 166-72. Ver Chalandon, *op. cit.*, pp. 254-6.
3 Sobre Kogh Vasil, ver Mateus de Edessa, clxxxvii, pp. 258-9; ccx, pp. 281-2.

seus discípulos, aliada à prontidão destes a viajar longas distâncias e pôr em risco a própria vida sob suas ordens, possibilitava-lhe derrubar qualquer adversário em todo o mundo muçulmano. Em 1090, Hasan instalou seu quartel-general em Curasão, na inexpugnável cidadela de Alamut, o Ninho da Águia. Em 1092, deu-se o primeiro de seus assassínios — o do Grão-Vizir Nizam al-Mulk, cuja habilidade fora o maior esteio da dinastia seljúcida no Irã. As lendas posteriores se encarregariam de incrementar a atrocidade da façanha declarando que Nizam e Hasan, assim como o poeta Omar Khayyam, haviam sido, juntos, pupilos do sábio Muwafaq de Nishapur, e um juramento de ajuda mútua os teria unido por toda a vida. Os sultões seljúcidas tinham perfeita consciência do perigo que os Assassinos representavam, mas todas as suas tentativas de subjugar Alamut foram infrutíferas. Logo após a virada do século, grupos de Assassinos instalaram-se na Síria. Ridwan de Alepo, em eterno desacordo com seus primos seljúcidas — e talvez genuinamente impressionado com as doutrinas assassinas —, brindou-os com seu patronato. Eram encabeçados por um ourives persa, Abu Tahir, que exercia grande influência sobre Ridwan. Para os Assassinos, os cristãos não eram menos odiosos que os muçulmanos sunitas; assim, a decisão de Ridwan de cooperar com Tancredo pode ter-se devido, em grande parte, à sua simpatia pela doutrina. Seu primeiro feito na Síria foi a eliminação do emir de Homs, Janah ad-Daulah, em 1103. Três anos depois, mataram o emir de Apaméia, Khalaf ibn Mula'ib, mas os francos de Antióquia foram os únicos beneficiados por sua morte. Embora, até então, os assassinos só se manifestassem por meio de atos isolados, constituíam um elemento da política islâmica que até os cristãos teriam de respeitar.[1]

Em 1111, Mawdud de Mosul mais uma vez preparou-se para conduzir um exército contra os francos, por exigência de seu senhor, o sultão. No início daquele ano, um comitê de cidadãos de Alepo, irritados com a heterodoxia de seu soberano e sua subserviência a Tancredo, chegou à corte do califa, em Bagdá, defendendo uma guerra santa para libertá-los da ameaça franca. Dispensados com promessas vazias, incitaram o povo de Bagdá a uma revolta diante da mesquita do palácio. Ao mesmo tempo, o califa recebia uma embaixada do imperador em Constantinopla. A missão nada tinha de inusitada, uma vez que Bizâncio e Bagdá possuíam interesses comuns em sua hostilidade à dinastia seljúcida de Rum; ao que parece, contudo, Aleixo instruiu seus emissários a debater com as autoridades islâmicas a possibilidade de

1 Sobre os Assassinos, ver von Hammer, *Histoire de l'Ordre des Assassins*, além dos artigos "Assassins" e "Ismaili", na *Encyclopaedia of Islam*; Browne, *Literary History of Persia*, vol. II, pp. 193 ss.

uma ação conjunta contra Tancredo.[1] Tais negociações permitiram aos revoltosos denunciar o califa como pior muçulmano que o imperador cristão. Al-Mustazhir ficou sobressaltado com tamanho entusiasmo, sobretudo porque os tumultos o impediram de receber adequadamente sua esposa quando esta voltou de uma visita a seu pai, o Sultão Maomé, em Isfahan.[2] Mawdud enviou uma mensagem ao sogro, que prontamente o instruiu a formar uma nova coalizão, cujo líder nominal deveria ser seu jovem filho, Mas'ud. Mawdud angariou o apoio de Soqmã, de Mayyafaraqin, do filho de Ilghazi, Ayaz, dos príncipes curdos Ahmed-Il, de Maragha, e Abu'l Haija, de Arbil, e de um grupo de nobres persas, liderados por Bursuq ibn Bursuq, de Hamadan. Em julho, os aliados estavam prontos e cruzaram rapidamente a região de Jeziré, a fim de assediar a fortaleza de Juscelino, Turbessel. Ao saber disso, o emir Sultão, de Shaizar, mandou implorar-lhes que o acudissem; Ridwan considerou de bom-tom político dizer-lhes que fossem em seu socorro, já que não estava em condições de resistir a Tancredo por muito tempo. Mawdud ficou impressionado com a mudança de atitude de Ridwan, e, por sugestão de Ahmed-Il — com quem Juscelino secretamente estabelecera relações —, levantou o cerco de Turbessel e conduziu o exército para Alepo. A mensagem de Ridwan, no entanto, não fora sincera. Diante da aproximação dos aliados muçulmanos, trancou-os do lado de fora dos portões, com a precaução de tomar vários dos cidadãos mais preeminentes como reféns, como medida de prevenção de insurreições. Mawdud, frustrado, assolou os campos adjacentes a Alepo e partiu rumo ao sul, para Shaizar — onde Toghtekin de Damasco foi ao seu encontro, na esperança de obter seu apoio na reconquista de Trípoli.[3]

Tancredo, que estava acampado diante de Shaizar, buscou refúgio em Apaméia e enviou um pedido de ajuda ao Rei Balduíno. Este respondeu convocando todos os cavaleiros do Oriente franco a reunirem suas forças às dele, partindo na companhia do Patriarca Gibelin e dos principais vassalos do reino: Eustácio Garnier, de Sídon, e Gualtério de Hebron. Bertrando de Trípoli encontrou-o no caminho; Balduíno de Edessa chegou do norte com seus dois maiores vassalos, Juscelino de Turbessel e Pagão de Saruj. Tancredo

---

1 Segundo Ibn al-Qalanisi, *op. cit.*, pp. 112-13, o imperador (usando o termo "usurpador", *mutamelik*) mandou alertar os muçulmanos dos desígnios dos francos; insinua-se, ainda, que a embaixada teria visitado Damasco. Na realidade, Aleixo provavelmente limitou-se a sugerir medidas contra Tancredo. Não conseguiu o apoio dos líderes francos no sentido de fazer Tancredo cumprir o Tratado de Devol (ver acima, p. 53). Ibn al-Athir, pp. 279-80, conta sobre a embaixada a Bagdá, citando Ibn Hamdun.

2 Ibn al-Athir, *loc. cit.*

3 Ibn al-Qalanisi, pp. 114-15; Kemal ad-Din, pp. 600-1; Ibn al-Athir, p. 282; Alberto de Aix, XI, 38, p. 681.

trouxe seus vassalos do perímetro do principado antioqueno: Guy, de alcunha o Bode, de Tarso e Mamistra; Ricardo de Marash; Guy, apelidado Faia, de Harenc; Roberto de Suadieh; Pons de Tel-Mannas; Martinho de Latáquia; Bonaplus de Sarmeda; Rogério de Hab; e Enguerrando de Apaméia. Kogh Vasil e os roupenianos enviaram um destacamento arménio, e até Oshin de Lampron forneceu alguns homens, provavelmente encarregados de espionar para o imperador. O norte ficou despojado de suas tropas — do que Toghrul Arslan tratou de tirar proveito, imediatamente tomando Albistan e suas adjacências da pequena guarnição franca que a defendia e empreendendo uma incursão na Cilícia.[1]

Em face da concentração franca, que montava a cerca de dezesseis mil homens, Mawdud procurou cautelosamente o abrigo dos muros de Shaizar, recusando-se a sair para um confronto direto. A situação de seu exército era desalentadora. Toghtekin não tencionava colaborar a menos que Mawdud se comprometesse com uma campanha mais para o sul — um movimento demasiado arriscado em termos estratégicos. O curdo Bursuq caíra doente e desejava voltar para casa. Soqmã faleceu de repente, e suas tropas partiram para o norte com seu corpo; Ahmed-Il desertou de imediato, disposto a tentar agarrar parte da herança. Ayaz, o Ortóquida, ficou, mas seu pai, Ilghazi, atacou o cortejo que levava o esquife de Soqmã, na vã esperança de apropriar-se de seu tesouro. Com suas forças diminuindo dia a dia, Mawdud não estava em condições de tomar a ofensiva; por outro lado, não tinha a menor intenção de passar o inverno tão longe de sua base. No outono, recuou para Mosul.[2]

O fracasso comprovou a falta de condições dos muçulmanos de contra-atacar os francos, desde que estes permanecessem unidos — e o Rei Balduíno havia logrado impingir-lhes a coesão necessária. Por ora, as colônias francas estavam salvas. No verão seguinte, Mawdud empreendeu uma incursão lucrativa mas sem maiores conseqüências em território edesseno, enquanto Toghtekin costurava uma aliança com Ridwan — atitude um tanto generosa, visto que este tentara persuadir seus amigos Assassinos a eliminá-lo.[3] Entretanto, por ora o perigo islâmico fora miti-

---

1 Alberto de Aix, XI, 39-40, pp. 682-3, fornece a lista dos aliados; Mateus de Edessa, ccvi, p. 275; Miguel, o Sírio, III, p. 205, relata a perda de Albistan.

2 Fulcher de Chartres, II, xlv, 1-9, pp. 549-57; Alberto de Aix, XI, 41-3, pp. 683-4; Ibn al-Qalanisi, pp. 116-19; Usama, ed. Hitti, pp. 97-8; Kemal ad-Din, p. 600; Ibn al-Athir, p. 83, confunde a história, que extrai de Ibn al-Qalanisi e Ibn Hamdun. Ver Cahen, *op. cit.*, p. 363, n. 33.

3 Kemal ad-Din, pp. 601-2; Alberto de Aix (XI, 43, p. 684) relata a captura de Azaz por essa altura, mas ele ainda se encontrava em poder dos muçulmanos em 1118. (Ver abaixo, p. 122.)

gado. Era inevitável que os cristãos retornassem às suas querelas internas. Primeiro, os francos resolveram atacar Kogh Vasil, cujo poder crescente incomodava tanto Balduíno de Edessa quanto Tancredo. Este invadiu suas terras e capturou Raban; preparava-se para sitiar Kaisun quando se firmou um acordo de paz.[1] Em seguida, Balduíno de Edessa voltou-se subitamente contra seu primo Juscelino. Por ocasião do ataque de Mawdud a Edessa, no verão de 1112, Juscelino descobrira uma trama armênia para entregar a cidade aos muçulmanos, e salvara Balduíno ao alertá-lo e juntar-se a ele em medidas imediatas contra os traidores. No decorrer do inverno seguinte, porém, chegaram aos ouvidos de Balduíno rumores de que Juscelino falava em usurpar-lhe o lugar. O feudo de Turbessel era próspero, ao passo que a terra de Edessa sofrera terrivelmente com as seguidas incursões e a emigração forçada. Os armênios gostavam de Juscelino, mas agora detestavam Balduíno. Nada havia em sua conduta que justificasse as suspeitas deste, que talvez se devessem a inveja. No fim do ano, Juscelino foi chamado a Edessa, sob o pretexto de que o conde estaria enfermo e era preciso discutir a sucessão. Ao chegar, sem desconfiar de nada, foi acusado de não ter abastecido Edessa com suprimentos suficientes de seu território e atirado na prisão. Só quando prometeu abrir mão de seu feudo é que foi libertado. Por volta do ano-novo, retirou-se para Jerusalém, onde o Rei Balduíno lhe confiou o principado da Galiléia.[2]

O ano de 1112 foi testemunha de muitas outras mudanças no Norte da Síria. Kogh Vasil expirou em 12 de outubro. Sua viúva apressou-se em enviar presentes a Tancredo, inclusive seu próprio diadema para a Princesa Cecília, a fim de assegurar seu apoio para a sucessão de seu filho adotado, Vasil Dgha; o normando, porém, cobiçava a herança para si mesmo. Entre os francos, Ricardo do Principado[3] morrera em algum momento da primavera, e Bertrando de Trípoli,[4] em janeiro ou fevereiro. O jovem filho e sucessor deste, Pons, não compartilhava nem a simpatia do pai pelos bizantinos nem seu ódio a Tancredo; além disso, seu conselho provavelmente reputou necessária a boa vontade do normando para que o jovem conde pudesse sustentar sua posição. A reconciliação entre as cortes de Trípoli e Antióquia

---

1 Mateus de Edessa, ccix, pp. 280-1.

2 Guilherme de Tiro, XI, 22, pp. 489-92; Mateus de Edessa, ccviii, p. 280, menciona um complô contra os francos durante o cerco de Mawdud; *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 86; Ibn al-Qalanisi, *op. cit.*, p. 133.

3 Mateus de Edessa, ccx, pp. 281-2. A data precisa da morte de Ricardo é desconhecida. Ele já havia falecido por ocasião do passamento de Tancredo, mas no inverno anterior ainda vivia.

4 Ibn al-Qalanisi, p. 127, diz que a notícia da morte de Bertrando chegou a Damasco em 3 de fevereiro.

contribuiu para consolidar a influência de Tancredo.[1] Com Juscelino em desgraça, o Conde de Trípoli, seu amigo, e o grande príncipe dos armênios mortos, a supremacia do normando parecia certa. Planejava uma expedição para conquistar as terras de Kogh Vasil quando de súbito caiu doente. A despeito dos inevitáveis rumores de envenenamento, provavelmente o que o acometeu foi febre tifóide. Quando não havia mais dúvidas de que ele não se recuperaria, o príncipe de Antióquia nomeou seu sobrinho Rogério de Salerno (filho de Ricardo do Principado) seu herdeiro, mas obrigou-o a jurar que abdicaria do poder em favor do jovem filho de Boemundo caso o rapaz fosse ao Oriente. Ao mesmo tempo, pediu que Pons tomasse a mão de sua viúva moça, Cecília da França. Morreu em 12 de dezembro de 1112, com a idade de apenas 36 anos.[2]

A personalidade de Tancredo não nos chega com clareza através das brumas da História. Foi ativo e capaz ao extremo, um diplomata sutil e soldado brilhante, que com a idade cresceu também em sabedoria. Nunca, porém, alcançou o *glamour* que cercava seu tio, Boemundo; tampouco parece ter gozado de grande popularidade junto aos seus homens, exceto por seu biógrafo bajulador, Radulfo de Caen. Era um homem duro, egoísta e inescrupuloso, tendo sido correto e ao mesmo tempo desleal com Boemundo e traiçoeiro em relação a Balduíno de Edessa. Não fosse pela intervenção do Rei Balduíno, porém, seu igual em implacabilidade e seu superior em amplitude de visão, seu individualismo talvez tivesse sido a ruína do Oriente franco. Sua meta era o sólido estabelecimento e engrandecimento do principado antioqueno — no que logrou um sucesso inquestionável. Sem seu trabalho, as bases lançadas por Boemundo teriam soçobrado. A longa história dos príncipes de Antióquia foi fruto de sua energia. De todos os príncipes da Primeira Cruzada, o Rei Balduíno — outro aventureiro sem vintém — foi o único a exibir carreira mais impressionante. Não obstante, ao ser levado para o enterro no pórtico da Catedral de S. Pedro, os cronistas não encontraram grandes manifestações de pesar para descrever. O armênio Mateus de Edessa foi o único a referir-se ao normando de maneira mais calorosa e a lamentar sua morte.[3]

A acessão de Rogério como Príncipe de Antióquia — pois, a despeito de seu reconhecimento dos direitos do filho de Boemundo, assumiu o título de

---

1 Ao que parece, Pons permaneceu por algum tempo ligado ao círculo doméstico de Tancredo, tendo sido por ele consagrado cavaleiro.

2 Fulcher de Chartres, II, xlvii, I, pp. 562-3 (12 de dezembro); Alberto de Aix, XII, 8, p. 693 (por volta do Advento); Ibn al-Qalanisi, pp. 131-2 (11 de dezembro); Miguel, o Sírio, III, p. 203 (5 de dezembro).

3 Mateus de Edessa, *loc. cit.* "O maior de todos os Fiéis."

seu antecessor — trouxe harmonia para os francos. Era casado com a irmã de Balduíno de Edessa, Cecília,[1] e, apesar de ser um marido sabidamente infiel, sua relação com o cunhado sempre foi afetuosa. Sua irmã, Maria, tornou-se a segunda esposa de Juscelino de Courtenay.[2] Pons de Trípoli — que, de acordo com os desejos de Tancredo, se casou de imediato com sua viúva, Cecília da França — seria seu amigo constante.[3] Os três príncipes uniram-se na vassalagem ao Rei Balduíno. Essa rara solidariedade, combinada a novas disputas no seio do Islã, levou o domínio franco no Norte da Síria ao seu apogeu.

Em 1113, o Rei Balduíno deflagrou uma campanha contra Toghtekin de Damasco, que finalmente conseguiu assegurar o apoio de Mawdud e de Ayaz, o Ortóquida. Os aliados muçulmanos atraíram o rei para território damasceno — para Senabra, no alto Jordão —, onde, deixando sua habitual cautela de lado por essa vez, Balduíno foi atacado e sofreu grave derrota.[4] Todavia, havia convocado Pons e Rogério a ajudá-lo; graças à chegada deles, acompanhados de toda a sua cavalaria, Balduíno conseguiu livrar-se. O inimigo avançou até a região de Tiberíades, mas não podia atrever-se a arrostar todo o exército franco. Ao cabo de algumas semanas de hesitação, Mawdud retirou-se com Toghtekin para Damasco — onde, na última sexta-feira de setembro, ao entrar na Grande Mesquita com seus homens, foi morto a facadas por um Assassino. Toghtekin não vacilou em condenar o criminoso à morte, a fim de dissociar-se do crime. A opinião pública julgou-o responsável, mas desculpou-o sob a alegação de que Mawdud teria seus próprios desígnios para Damasco.[5]

A morte de Mawdud livrou os francos de um formidável adversário — sendo seguida, dois meses depois (em 10 de dezembro de 1113), pela de Ridwan de Alepo.[6] As relações hostis deste com os demais muçulmanos em muito concorreram para o estabelecimento dos francos na Síria; seu desapa-

---

1 Guilherme de Tiro, XI, 9, p. 523, refere-se a Rogério como cunhado de Balduíno, assim como o faz Gualtério, o Chanceler, II, 16, p. 131. O nome de Cecília surge em um Decreto de 1126 (Röhricht, *Regesta*, *Additamenta*, p. 9). Orderic Vitalis, X, 23, IV, p. 158, dá a Rogério uma esposa turca de nome Melaz, filha do emir danishmend, que, segundo ele, assegurou a libertação de Boemundo. Ver acima, p. 43.

2 Maria é conhecida apenas por uma contenda que surgiu mais tarde por causa de seu dote. Ver abaixo, pp. 144, 160. A *Crôn. Anôn. Sír.* diz que Juscelino se casou com ela em 1121 (p. 89), mas fica claro que o casamento foi arranjado enquanto Rogério ainda era vivo. Sua filha, Estefânia, já era considerada idosa em 1161 — ver abaixo, p. 313, n. 1.

3 Segundo Alberto de Aix (XII, 19, p. 701), o casamento só ocorreu em 1115. Ao que parece, porém, o filho de Pons, Raimundo II, contava 22 anos em 1136.

4 Ibn al-Qalanisi, pp. 132-6.

5 *Ibid.*, pp. 137-42.

6 *Ibid.*, p. 144; Kemal ad-Din, p. 602.

recimento, porém, não trouxe grandes benefícios para o Islã. Sucedeu-lhe seu filho, Alp Arslan, um garoto fraco, corrupto e cruel de dezesseis anos, totalmente manipulado por seu eunuco predileto, Lulu. Os Assassinos, protegidos por Ridwan, viram-se desprezados pela nova administração, por ordens expressas do Sultão Maomé — cujo emissário, o persa Ibn Badi, obrigou Alp Arslan a emitir um mandado de execução de Abu Tahir e dos demais líderes da seita. Assim, o populacho de Alepo, que havia muito os abominava, pôs-se a massacrar todos os Assassinos que encontrava. Como medida de autodefesa, a Ordem procurara, sem sucesso, capturar a cidadela durante a agonia de Ridwan.[1] Logo depois, seus seguidores tentaram surpreender a cidadela de Shaizar, quando a família do emir se encontrava fora, assistindo ao festival da Páscoa cristã; os habitantes, entretanto, uniram-se ao seu soberano contra eles. Seu único êxito foi a tomada da fortaleza de Qolaia, perto de Balis, onde a estrada que liga Alepo a Bagdá se aproxima do Eufrates. De resto, esconderam-se ou recorreram à proteção dos francos. Todavia, ainda eram poderosos, e começaram a voltar suas atenções para o Líbano.[2] O reinado de Alp Arslan foi breve. Fez uma visita amigável a Damasco, onde Toghtekin o recebeu com honras reais; em setembro de 1114, porém, seu comportamento cruel induziu o eunuco Lulu, temendo por sua vida, a mandar matá-lo em seu leito e colocar em seu lugar seu irmão de seis anos, Sultão-Xá. Nos anos que se seguiram, Lulu e seu general Shamns as-Shawas, ex-emir de Rafaniya, dominaram a cidadela e controlaram o exército de Alepo; o poder real, contudo, encontrava-se nas mãos dos notáveis da cidade, cujos desejos Lulu não ousava negligenciar. A ausência de um príncipe forte e o tamanho reduzido de suas tropas deixaram a cidade impotente para qualquer coisa além de defender seus próprios muros. Ao mesmo tempo, apesar do banimento dos Assassinos, no entender de seus vizinhos as novas autoridades exibiam tendências perigosamente xiitas, em virtude da influência persa. Assim, Lulu determinou-se a dar continuidade à política de Ridwan de amizade subserviente com os francos de Antióquia.[3]

Por ocasião da morte de Mawdud, o sultão entregou Mosul ao seu representante na corte do califa, Aqsonqor il-Bursuqi, que, como seu predecessor, era um próspero soldado turco. Passou a ser seu dever dirigir as operações contra os francos. Em maio de 1114, ele liderou um exército de quinze mil homens contra Edessa, acompanhado do filho do sultão, Mas'ud, além de Temirek, emir de Sinjar, e de um jovem turco chamado Imad ed-Din Zengi,

---

1 Ibn al-Qalanisi, pp. 145-6; Kemal ad-Din, pp. 603-4. Ver Cahen, *op. cit.*, pp. 267-8.
2 Ibn al-Qalanisi, pp. 146-8; Usama, ed. Hitti, pp. 146, 153 (sem fornecer uma data para o golpe em Shaizar).
3 Ibn al-Qalanisi, pp. 148-9; Kemal ad-Din, pp. 605-6.

filho de outro Aqsonqor que governara Alepo e Hama nos anos anteriores à Cruzada. Ilghazi de Mardin também foi intimado a reunir-se à expedição, mas recusou-se. A primeira providência de Il-Bursuqi, portanto, foi avançar sobre Mardin — em vista do que Ilghazi consentiu em enviar seu filho, Ayaz, com um destacamento de tropas turcomanas. Por dois meses os muçulmanos permaneceram estacionados diante de Edessa; a cidade, porém, estava bem guarnecida e abastecida, ao passo que os campos devastados não podiam alimentar as forças sitiantes. Il-Bursuqi não teve alternativa senão levantar o cerco; contentou-se em assolar a região, até que os armênios lhe ofereceram novas possibilidades de ação.[1]

O complô armênio para entregar Edessa a Mawdud em 1112 fora seguido por outro similar no ano seguinte, quando o turco estava prestes a invadir território franco e Balduíno encontrava-se em Turbessel, assumindo o controle do feudo de Juscelino. O conluio foi descoberto a tempo, e Balduíno tratou de transferir toda a população armênia de sua capital para Samosata. Tendo-lhes ensinado uma lição, permitiu-lhes retornar no começo de 1114, mas alguns haviam penetrado nos domínios de Vasil Dgha, o sucessor de Kogh Vasil, que estava definitivamente sobressaltado com os avanços francos sobre sua herança. Ele e sua mãe adotiva convidaram então Il-Bursuqi para livrá-los dos francos, e este enviou um de seus generais — Sonqor, o Longo — para negociar com Vasil Dgha em Kaisun. Os francos, sabendo do que se passava, em vão atacaram Sonqor e os armênios. Antes, porém, que os muçulmanos pudessem tirar vantagem da nova aliança, Il-Bursuqi desentendeu-se com Ayaz, o Ortóquida, e aprisionou-o. O pai deste, Ilghazi, por conseguinte, convocou seu clã e seus turcomanos e marchou contra Il-Bursuqi, que sofreu grave derrota e se viu constrangido a refugiar-se em Mosul. Mais uma vez, a contracruzada islâmica terminou em fiasco.[2]

Quem pagou foram os armênios. Os francos trataram de punir Vasil Dgha. Embora não tivessem conseguido tomar sua capital-fortaleza, Raban, ele ainda assim reputou prudente obter o apoio do príncipe roupeniano Thoros. Este, após convidar Vasil para um encontro para discutirem uma aliança matrimonial, aprisionou-o e vendeu-o a Balduíno de Edessa — que só o libertou mediante a promessa de ceder-lhe todas as suas terras. Vasil, então, recebeu permissão para retirar-se para Constantinopla. Tendo assim anexado Raban e Kaisun em 1116, Balduíno decidiu suprimir os principados armênios remanescentes no vale do Eufrates. Primeiro, em 1117,

1 Mateus de Edessa, ccxii, pp. 282-3; ccxvi, p. 287; *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 86; Ibn al-Athir, pp. 292-3.
2 Mateus de Edessa, ccxii, pp. 282-4; Miguel, o Sírio, III, pp. 216-17; Ibn al-Athir, pp. 292-3.

expulsou Abu'Igharib, senhor de Birejik, que ali se estabelecera com a ajuda do próprio Conde de Edessa durante a Primeira Cruzada. A cidade foi entregue ao primo de Balduíno, Waleran de Le Puiset, que desposou a filha de Abu'Igharib. Em seguida, atacou o antigo amigo e atual inimigo de Balduíno I, Bagrat, irmão de Kogh Vasil, que agora possuía um pequeno feudo em Khoros, a oeste do Eufrates. Por fim, assolou o território de outro aliado de Balduíno, o Príncipe Constantino de Gargar, que capturou e aprisionou em Samosata, onde sua desafortunada vítima logo pereceu em um terremoto. O príncipe roupeniano, para sua satisfação, não demorou a ser o único potentado armênio independente que restava. Com exceção dos roupenianos, porém, o povo armênio perdeu a confiança nos francos.[1]

As conquistas armênias de Balduíno de Edessa foram favorecidas pela redução dos perigos oriundos do leste. Os anos anteriores haviam sido plenos de ansiedade. Um terremoto terrível, em novembro de 1114, devastara os domínios francos, de Antióquia e Mamistra a Marash e Edessa. Rogério de Antióquia apressou-se em percorrer suas principais fortalezas para reparar as muralhas, pois surgiu o boato de que o Sultão Maomé estaria preparando uma nova expedição.[2]

Maomé foi o último dos grandes sultões seljúcidas. Havia tomado um Estado decadente de seu irmão Barkiyarok e restaurara a ordem no Iraque e no Irã, banindo os árabes rebeldes do deserto oriental em 1108 e mantendo os Assassinos em xeque. O indolente Califa al-Mustazhir, que se dedicava à composição de poemas amorosos em seu palácio em Bagdá, obedecia à sua autoridade. Entretanto, suas tentativas de organizar uma campanha para expulsar os francos da Síria malograram-se uma após a outra — até ele perceber que, para lograr êxito, teria de estabelecer sua autoridade sobre os príncipes muçulmanos lá reinantes, cujas rivalidades e insubordinação levavam reiteradamente à ruína de sua causa. Em fevereiro de 1115, depois de assegurar a fidelidade de Mosul enviando seu filho, Mas'ud, para assumir o governo da cidade, Maomé despachou um grande exército rumo ao oeste, sob o comando do governador de Hamadan, Bursuq ibn Bursuq, acompanhado de Juyush-beg, ex-governador de Mosul, e Temirek, emir de Sinjar.

Os príncipes muçulmanos da Síria ficaram tão alarmados quanto os francos. Os únicos vassalos confiáveis do sultão eram os munquiditas de Shaizar e Ibn Qaraja, emir de Homs. Ao tomar conhecimento da expedição, o ortó-

---

1 Mateus de Edessa, ccxii-ccxiv, pp. 293-5. *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 86. Waleran era, provavelmente, irmão de Hugo de Le Puiset, cuja mãe, Alice, era tia de Balduíno II e prima em primeiro grau de Tancredo. Ver abaixo, p. 168.

2 Fulcher de Chartres, II, lii, 1-5, pp. 578-80; Gualtério, o Chanceler, I, pp. 83-4; Mateus de Edessa, ccxvii, pp. 287-9; Ibn al-Qalanisi, p. 149; Kemal ad-Din, p. 607.

quida Ilghazi correu a Damasco para confirmar sua aliança com Toghtekin, mas, na volta, caiu em uma emboscada e acabou sendo capturado pelo emir de Homs — que, entretanto, ameaçado por Toghtekin, o deixou partir sob a condição de enviar seu filho, Ayaz, em seu lugar. Ilghazi pôde retornar a Mardin e reunir suas tropas. Em seguida, voltou para o oeste, a fim de juntar-se a Toghtekin. O eunuco Lulu, regente de Alepo, após prometer apoio aos dois lados, chegou à conclusão de que a vitória do sultão não o beneficiaria e alinhou-se à coalizão de Toghtekin e Ilghazi. Nesse ínterim, Rogério de Antióquia havia reunido suas forças e posicionara-se junto à Ponte de Ferro, do outro lado do Orontes, onde, não se sabe por iniciativa de quem, fez um pacto com Toghtekin e seus aliados, cujas forças convidou a juntar-se às suas diante das muralhas de Apaméia — um ponto privilegiado para observar os movimentos de Bursuq quando atravessasse o Eufrates e avançasse ao encontro de seus amigos em Shaizar. Os francos forneceram cerca de dois mil cavaleiros e soldados de infantaria; seus aliados muçulmanos, aproximadamente cinco mil.

Bursuq não encontrou resistência ao conduzir seu grande exército através de Jeziré. Pretendia estabelecer seu quartel-general em Alepo, mas, ao saber que Lulu se bandeara para o inimigo e que Toghtekin o liderava, voltou-se para o sul para enfrentá-los. Com o auxílio do emir de Homs, fez um ataque surpresa a Hama, que pertencia a Toghtekin e guardava grande parte das provisões e equipamentos de suas tropas. A cidade foi capturada e pilhada, para fúria dos muçulmanos locais. Em seguida, Bursuq marchou contra o forte franco de Kafartab. Rogério pretendia organizar alguma distração, mas Toghtekin persuadiu-o de que seria por demais arriscado. Em vez disso, os aliados apelaram para Balduíno de Jerusalém e Pons de Trípoli, que cuidaram de acudi-los — o primeiro com quinhentos cavaleiros e mil soldados de infantaria, o segundo com duzentos cavaleiros e dois mil soldados de infantaria. Adentraram o acampamento em Apaméia ao som da fanfarra das trombetas. Bursuq, agora baseado em Shaizar, julgou prudente recuar para Jeziré. O estratagema surtiu efeito. Balduíno e Pons, acreditando que o perigo estava superado, voltaram para casa, e as forças aliadas separaram-se. Bursuq, então, precipitou-se de súbito sobre Kafartab. Após um breve embate, tomou o castelo e entregou-o aos munquiditas. Lulu de Alepo, por traição ou covardia, imediatamente escreveu-lhe, pedindo-lhe perdão por seus erros passados e sugerindo que enviasse um destacamento para ocupar Alepo — o que levou Bursuq a enfraquecer seu exército, enviando Juyush-beg e seus homens. Rogério, que não dispersara suas tropas, não podia esperar pela chegada de ajuda do Rei Balduíno ou de Pons, nem mesmo de Toghtekin. Depois de mandar um pedido de socorro a Balduíno de Edessa e rogar

ao Patriarca Bernardo que desse sua bênção aos soldados e enviasse um fragmento da Cruz Verdadeira para protegê-los, deixou Antióquia em 12 de setembro e encaminhou-se para o sul, subindo o Orontes até o Chastel Rouge, enquanto Bursuq marchava rumo ao norte, seguindo uma linha paralela mais para o interior. Nenhum dos dois lados sabia da posição do outro, até que um cavaleiro de nome Teodoro Berneville, que partira com uma expedição de reconhecimento, chegou a galope ao acampamento em Chastel Rouge e contou haver visto o exército do sultão deslocando-se pela floresta adjacente à colina de Tel-Danith, perto da cidade de Sirmin. Na manhã do dia 14, os francos aproximaram-se sorrateiramente do espinhaço que os separava e caíram sobre Bursuq e suas tropas, que avançavam de maneira negligente. Os animais de carga que levavam suprimentos e munições iam na vanguarda, e alguns destacamentos já se haviam detido para montar as tendas para a parada do meio-dia. Parte dos emires havia se desgarrado com pequenas companhias para saquear as fazendas vizinhas, ao passo que outros se dedicavam à ocupação de Biza'a. Quando a batalha teve início, Bursuq estava sem seus melhores lugar-tenentes.

O ataque franco foi bastante inesperado. Saltaram de repente do arvoredo e rapidamente assolaram o acampamento semimontado. Não tardou para que a desordem se disseminasse por todo o exército muçulmano. Bursuq não logrou reunir seus homens; na verdade, mal conseguiu escapar de ser capturado. Refugiou-se, com umas poucas centenas de homens de cavalaria, em um pico da montanha de Tel-Danith, de onde resistiu às investidas inimigas durante algum tempo — procurando ser morto na luta, o que lhe parecia preferível a encarar a calamidade de tamanha derrota. Por fim, sua guarda pessoal convenceu-o de que não havia mais nada a ser feito, e ele fugiu para o leste. O emir de Sinjar, Temirek, a princípio fora mais bem-sucedido e rechaçara o golpe franco; no entanto, Guy Fresnel, senhor de Harenc, enviara novas tropas, e logo os homens de Sinjar viram-se cercados. Só os mais ágeis cavaleiros escaparam com vida. À noite, os remanescentes do exército muçulmano dispersaram-se, em desordenada debandada rumo a Jeziré.[1]

A vitória franca em Tel-Danith encerrou a última tentativa dos sultões seljúcidas do Irã de recuperar a Síria. Bursuq morreu alguns meses depois, humilhado e envergonhado, e o Sultão Maomé não estava preparado para arriscar uma nova expedição. Agora, o único perigo do leste a ameaçar os francos era oferecido pelos emires semi-independentes, que por ora se en-

---

1 Fulcher de Chartres, II, liv, 1-6, pp. 586-90; Alberto de Aix, XII, 19, p. 701; Gualtério, o Chanceler, I, 6-7, pp. 92-6 (o relato mais abrangente); al-Azimi, p. 509; Ibn Hamdun *in* Ibn al-Athir, pp. 295-8; Usama, ed. Hitti, pp. 102-6; Miguel, o Sírio, III, p. 217; *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 86.

contravam desunidos e desencorajados. O prestígio de Rogério, Príncipe de Antióquia, atingiu o ápice. Seus homens não demoraram a reocupar Kafartab, que Bursuq entregara aos munquiditas.[1] Os governantes de Alepo e Damasco estavam profundamente alarmados. Este último, Toghtekin, correu a reconciliar-se com o Sultão Maomé, que o perdoou mas não lhe forneceu auxílio material de espécie alguma.[2] Em Alepo, o eunuco Lulu limitou-se a assistir, impotente, enquanto os francos consolidavam suas posições ao seu redor. Empenhou-se em estreitar seus laços com Toghtekin, mas seu descrédito era generalizado. Foi assassinado, em maio de 1117, por turcos de sua guarnição. Seu sucessor foi outro eunuco, o renegado armênio Yaruqtash, que imediatamente buscou o apoio franco entregando a Rogério a fortaleza de al-Qubba, na estrada que ligava Alepo a Damasco e era usada pelos peregrinos em viagem a Meca; conferiu-lhe também o direito de cobrar pedágios dos viajantes.[3] A concessão não lhe trouxe benefício algum. Os assassinos de Lulu haviam agido em nome do filho mais moço de Ridwan, Sultão-Xá, que não tinha a menor intenção de reconhecê-lo. Yaruqtash apelou para Ilghazi, o Ortóquida, mas, quando as tropas deste chegaram a Alepo, encontraram Yaruqtash deposto e o governo nas mãos do ministro de Sultão-Xá, o damasquino Ibn al-Milhi. Ilghazi, portanto, retirou-se, deixando seu filho Kizil como seu representante em Alepo e assumindo a fortaleza de Balis, no Eufrates, que lhe foi cedida como o preço por sua ajuda caso il-Bursuqi, que estava agora estabelecido em ar-Rahba e afirmava que Alepo lhe tinha sido confiada pelo sultão, tentasse fazer valer suas reivindicações. Ibn al-Milhi, porém, chegou à conclusão de que Ilghazi era um aliado demasiado incerto; entregou Alepo e Kizil a Khirkan, emir de Homs, e preparou-se, com apoio franco, para recuperar Balis. A aliança de Ilghazi e Toghtekin, contudo, se susteve. Enquanto este caía sobre Homs e obrigava Khirkan a fugir, Ilghazi libertou Balis e entrou em Alepo no verão de 1118. Ibn al-Milhi já fora destituído por um eunuco negro, Qaraja, que, junto com Ibn al-Milhi e o príncipe Sultão-Xá, foi aprisionado pelo Ortóquida.[4] No decorrer dessa sucessão de movimentos e intrigas, todas as partes chegaram a procurar a intervenção franca, e, embora Rogério nunca tenha vindo a dominar a própria Alepo, conseguiu controlar o território a norte da cidade, ocupando Azaz em 1118 e, no início de 1119, Biza'a; dessa forma, Alepo ficou isolada do Eufrates e do Oriente.[5]

---

1 Usama, ed. Hitti, p. 106.
2 Ibn al-Qalanisi, pp. 151-2, dá a entender que a iniciativa foi do sultão. Ibn Hamdun, *loc. cit.*
3 Ibn al-Qalanisi, pp. 155-6.
4 Ibn al-Qalanisi, *loc. cit.* Kemal ad-Din, pp. 610-15; Ibn al-Athir, pp. 308-9.
5 Mateus de Edessa, ccxxvii, pp. 297-8; Kemal ad-Din, pp. 614-15.

Por volta da mesma época, Rogério incrementou sua fronteira sul capturando o castelo de Marqab, que, em sua parte mais alta, dominava o mar atrás de Buluniyas.[1]

Assim, no fim de 1118, instaurara-se um equilíbrio no Norte da Síria. Os francos haviam se tornado uma parte aceita do padrão do país. Ainda estavam longe de ser numerosos, mas estavam bem armados e erguiam fortalezas, ao mesmo tempo que aprendiam a adaptar-se à vida local. Ademais, por ora estavam unidos. Rogério de Antióquia era, de longe, o maior dos príncipes cristãos do norte; sua hegemonia, no entanto, não incomodava Balduíno de Edessa nem Pons de Trípoli, uma vez que não procurava submeté-los — pelo contrário: como eles, reconhecia a suserania do Rei de Jerusalém. Apesar de os príncipes muçulmanos serem mais fortes em termos numéricos, reinava entre eles a desunião e a rivalidade. Somente a aliança entre Toghtekin de Damasco e os ortóquidas impedia que o caos se instalasse. A situação, pois, pendia ligeiramente em favor dos francos. Não havia nenhuma potência externa em condições de romper tal equilíbrio. O Rei Balduíno de Jerusalém, com a ameaça fatímida em seus calcanhares, não podia intervir com freqüência no norte. O sultão seljúcida do Irã, depois do desastre de Tel-Danith, absteve-se de novas tentativas práticas de asseverar sua autoridade na Síria. No momento, havia um equilíbrio mútuo entre os dois principais poderes da Anatólia, Bizâncio e os seljúcidas de Rum.

Mesmo entre os cristãos nativos imperava certa igualdade. Os súditos armênios de Edessa e Antióquia eram desiludidos e infiéis; por outro lado, o único Estado armênio livre remanescente, o principado roupeniano no Tauro, estava pronto a colaborar com os francos. Seu príncipe, Leão, fornecera um contingente para ajudar Rogério de Antióquia no sítio de Azaz.[2] Um cisma dividia a Igreja Jacobita. Por volta de 1118, seu líder, o Patriarca Atanásio, residente em Antióquia, desentendeu-se com seu metropolitano em Edessa, Bar-Sabuni, a respeito da posse de certos livros sagrados, e colocou-o sob interdição. Bar-Sabuni, para criar tumulto, apelou para o patriarca latino de Antióquia, Bernardo, que intimou Atanásio a discutir o assunto em um sínodo reunido na catedral latina. Este compareceu sob protesto. A incompetência de um intérprete induziu Bernardo a acreditar que a disputa girava em torno de uma dívida particular entre os dois prelados, e declarou que, caso Atanásio não perdoasse o devedor, estaria incorrendo em simonia. Atanásio ficou fu-

---

1 Sobre as fontes árabes, ver a discussão em Cahen, *op. cit.*, p. 279, n. 16. Ao que parece, Rogério contou com a ajuda de Pons de Trípoli, após um breve desentendimento com relação ao dote da esposa de Pons (a viúva de Tancredo, Cecília), que exigia Jabala mas por fim contentou-se com Chastel Rouge e Arzghan (Guilherme de Tiro, XIV, 5, p. 612).

2 Mateus de Edessa, *loc. cit.* Sobre a história dos roupenianos, ver Tournebize, *op. cit.*, pp. 168 ss.

rioso com uma decisão cuja validade ele não reconhecia e cujo sentido escapava à sua compreensão. Protestou de modo descortês, pelo que Bernardo determinou que fosse açoitado. A conselho de um amigo ortodoxo, o filósofo Abd' al-Massih, Atanásio recorreu a Rogério, que se ausentara na época. Este, irritado, repreendeu Bernardo por sua interferência em uma questão que não lhe dizia respeito e permitiu que Atanásio deixasse Antióquia e voltasse para seu antigo lar, o monastério de Mar Barsauma. Lá encontrava-se em território dos ortóquidas, que lhe ofereceram sua proteção. Atanásio excomungou Bar-Sabuni e interditou a Igreja jacobita de Edessa. Muitos dos jacobitas edessenos, assim privados de seus serviços religiosos, converteram-se ao rito latino. Outros obedeceram ao patriarca. A paz só seria restaurada muitos anos mais tarde, após a morte de Atanásio.[1]

O domínio latino desagradava às congregações ortodoxas de Antióquia e Edessa, mas, ao contrário de armênios e jacobitas, elas nunca se sentiram tentadas a entregar-se a intrigas com os muçulmanos. Limitavam-se a suspirar pelo retorno de Bizâncio. Entretanto, o ódio nutrido tanto por armênios quanto por jacobitas restringia seu poder.

Não obstante, conquanto os francos de Edessa temessem, com razão, o surgimento de algum novo perigo do Oriente, para os francos de Antióquia Bizâncio ainda era o maior inimigo. O Imperador Aleixo nunca esqueceu seu direito a Antióquia. Prontificava-se a reconhecer um reino latino em Jerusalém, e já havia demonstrado sua boa vontade mediante o generoso resgate dos francos aprisionados pelos fatímidas em Ramleh em 1102 e a presença de seus navios no malsucedido cerco de Acre em 1111. O Rei Balduíno, por sua vez, sempre agiu de maneira cortês e correta para com o imperador, mas recusava-se a pressionar Tancredo a sujeitar-se aos termos do Tratado de Devol.[2] Desde a Cruzada de 1101, pairava sobre as relações franco-bizantinas uma sombra de desconfiança; além disso, a intervenção do Papa Pascoal em favor de Boemundo, em 1106, nunca fora perdoada em Constantinopla. Não obstante, Aleixo era um estadista por demais condescendente para permitir que o ressentimento desse o tom de sua política. Durante os anos de 1111 e 1112, dedicou-se a uma série de negociações com o sumo pontífice, servindo-se do Abade de Monte Cassino como intermediário. Prometendo acomodar as flagrantes diferenças entre as Igrejas Romana e Grega, Aleixo persuadiu as autoridades romanas a oferecer, a ele mesmo ou a seu filho, a coroa imperial do Ocidente, e sugeriu que visitaria Roma em pessoa. Pascoal, que no momento enfrentava grandes dificuldades com o Imperador Henrique V, estava dis-

1 Miguel, o Sírio, III, pp. 193-4, 207-10.
2 Ana Comnena, XIV, ii, 12-13, pp. 152-3.

posto a pagar um alto preço pelo apoio de Bizâncio; as guerras turcas, porém, e a debilidade de sua própria saúde impediram Aleixo de executar seu projeto.[1] As negociações não deram em nada. O Arcebispo de Milão, Pedro Crisolano, esteve em Constantinopla em 1113 para discutir questões eclesiásticas, mas seu debate teológico com Eustrátio, Bispo de Nicéia, não restaurou a concórdia entre as Igrejas.[2] É provável que nem o próprio Aleixo levasse seus planos para a Itália muito a sério. A amizade com o papa interessava-o fundamentalmente como um meio de refrear as ambições normandas e reforçar sua autoridade sobre os latinos no Oriente.

Nesse meio tempo, não havia muito que os bizantinos pudessem fazer para reaver Antióquia. O tratado assinado entre o imperador e Boemundo não saíra do papel. Tancredo não só o ignorara como ainda ampliara seus territórios à custa de Bizâncio. Rogério dera prosseguimento à política de seu antecessor. Aleixo havia acalentado a esperança de que os Condes de Trípoli lhe servissem de agentes na Síria, tendo chegado a fornecer uma soma, aos cuidados dos tripolitanos, para eventuais ações conjuntas de Bizâncio e Trípoli. Todavia, depois da morte de Bertrando, seu filho, Pons, passou a cooperar com os antioquenos — diante do que o Embaixador-Geral bizantino para os Estados latinos, Butumites, solicitou a devolução do dinheiro. A quantia, porém, só lhe foi restituída quando ele ameaçou cortar as provisões que a cidade recebia de Chipre. Butumites, então, julgou sensato devolver a Pons o ouro e os artigos preciosos que haviam sido prometidos pessoalmente a Bertrando; em troca, Pons fez um juramento de fidelidade ao imperador — provavelmente, o mesmo juramento de não-agressão feito por seu avô, Raimundo. O dinheiro recuperado por Butumites foi empregado na aquisição de cavalos de Damasco, de Edessa e da Arábia para o exército bizantino.[3]

Estava claro que não se conseguiria convencer Pons a agir contra Antióquia; ao mesmo tempo, a atividade turca impedia o imperador de empreender uma intervenção direta na Síria. Desde a morte do danishmend Malik Ghazi Gümüshtekin, em 1106, e do seljúcida Kilij Arslan, em 1107, não existia nenhum grande potentado turco na Anatólia. Tal situação possibilitou que Aleixo — quando não era distraído pelos normandos — pouco a pouco restaurasse sua autoridade nos distritos ocidentais e ao longo da costa sul da região. O principal emir muçulmano era, agora, o capadócio Hasan, que em 1110 ensaiou um ataque a território bizantino, chegando até Filadélfia e tendo Esmirna como objetivo. Eustátio Filocales acabara de receber um comando

---

1 Ver Chalandon, *op. cit.*, pp. 260-3, com referências completas.
2 Landolph, *in* Muratori, *Ss. R.I.*, vol. v, p. 487; discursos de Crisolano em *M.P.L.*, vol. CCXXVII, col. 911-19; discursos de Eustrátio em Demetracopoulos, *Bibliotheca Ecclesiastica*, vol. I, p. 15.
3 Ana Comnena, XIV, ii, 14, pp. 153-4.

em terra no Sudoeste da Anatólia, com ordens de varrer a província dos turcos, e logrou, com as pequenas forças que controlava, surpreender as tropas de Hasan quando estas se encontravam divididas em vários grupos de assalto, que foram derrotados um por um. Hasan retirou-se rapidamente, e as costas do Egeu foram poupadas de novas investidas. Naquele mesmo ano, contudo, o filho mais velho de Kilij Arslan, Malik-Xá, foi libertado de seu cativeiro persa. Adotou Konya como sua capital e logo assumiu o controle da maior parte de sua herança legítima, derrotando Hasan e anexando suas terras. Tendo em vista o destino de seu pai, evitou envolver-se no Oriente; todavia, tão logo se sentiu forte o bastante, decidiu recuperar o território perdido por Kilij Arslan à época da Primeira Cruzada. Durante os primeiros meses de 1112, encetou uma série de incursões no império, avançando sobre Filadélfia, onde foi rechaçado pelo general bizantino Gabras. Suplicou uma trégua, mas em 1113 realizou nova ofensiva, enviando uma expedição que atravessou a Bitínia a toda a velocidade até alcançar os muros de Nicéia, enquanto seu lugar-tenente, Maomé, avançava até Poemamenum, mais a oeste — onde derrotou e capturou um general bizantino —, e outro tenente, Manalugh, assolava Abidos, no Helesponto, com suas ricas alfândegas. Malik-Xá em pessoa atacou e capturou Pérgamo. O imperador foi ao encontro dos invasores, mas esperou para pegá-los na volta, quando estivessem carregados com o butim. Dirigiu-se para o sul, por Doriléia, e caiu sobre eles perto de Cotyaeum. Sua vitória foi completa e todos os despojos foram recuperados, bem como os prisioneiros que haviam sido feitos. Em 1115, correu a notícia de que Malik-Xá estava se preparando para repetir a tentativa, e Aleixo passou a maior parte do ano patrulhando as colinas bitínias. No ano seguinte, embora já gravemente enfermo, o imperador decidiu tomar a ofensiva. Marchou para o sul, rumo a Konya, e encontrou o exército turco nas proximidades de Filomélio. Mais uma vez vitorioso, deixou Malik-Xá sem alternativa a não ser assinar uma paz em que prometeu respeitar as fronteiras do império, que agora controlava toda a costa (de Trebizonda à Selêucia ciliciense) e o interior a oeste de Ancara, o Deserto de Sal e Filomélio. Tendo visto malograr-se seus ensaios de reconquista, Malik-Xá foi, alguns meses mais tarde, destronado e morto por seu irmão, Mas'ud, que se aliara aos danishmends. Não obstante, os turcos permaneciam firmemente enraizados na região central da Anatólia, e Bizâncio continuava sem conseguir intervir de modo eficaz na Síria. Os grandes beneficiários dessas guerras foram, pois, os armênios do Tauro e o príncipe franco de Antióquia.[1]

---

1 Ana Comnena, XIV, v-vi, xv, i-ii, iv-vi, pp. 164-72, 187-72, 187-94, 199-213. Ver Chalandon, *op. cit.*, pp. 265-71.

LIVRO II

O ZÊNITE

Capitulo 1

Rei Balduíno II

"Jamais te faltará um descendente sobre o trono de Israel." I REIS 9, 5

Balduíno I negligenciou seu derradeiro dever como rei: não tomou nenhuma providência acerca da sucessão do trono. O conselho real reuniu-se às pressas. Para alguns dos nobres, parecia impensável que a coroa deixasse a casa de Bolonha. Balduíno I sucedera a seu irmão Godofredo, e ainda havia um terceiro irmão: o mais velho, Eustácio, Conde de Bolonha. Enviaram-se imediatamente mensageiros por mar para levar ao conhecimento do conde o falecimento de seu irmão e rogar-lhe que arrogasse a herança. Eustácio não desejava trocar seu aprazível país pelos perigos do Oriente; como, entretanto, lhe disseram que era seu dever, ele partiu para Jerusalém. Ao chegar à Apúlia, porém, encontrou outros mensageiros, com a notícia de que era tarde demais. A sucessão já ocorrera. Eustácio repudiou a sugestão de prosseguir e lutar por seus direitos. Não a contragosto, voltou sobre seus passos e retornou a Bolonha.[1]

Com efeito, poucos do conselho haviam apoiado a escolha. Eustácio estava longe, o que implicaria um interregno de muitos meses. O mais influente membro do conselho era o Príncipe da Galiléia, Juscelino de Courtenay, que exigiu que o trono fosse entregue a Balduíno de Le Bourg, Conde de Edessa. Particularmente, Juscelino não tinha motivos para amar Balduíno, como ele teve o cuidado de lembrar ao conselho, uma vez que este o havia acusado falsamente de traição e exilara-o de suas terras no norte. Todavia, o conde era um homem de destreza e coragem comprovadas; era primo do falecido rei e o único sobrevivente dos grandes cavaleiros da Primeira Cruzada. Ademais, Juscelino calculava que, se Balduíno trocasse seu condado por Jerusalém, o mínimo que poderia fazer para recompensar o primo que com tanta generosidade retribuía sua falta de compaixão era confiar-lhe Edessa. O Patriarca Arnulfo apoiou Juscelino, e, juntos, persuadiram o conselho. Como que para pôr um ponto final à discussão, no dia exato do

---

1 Guilherme de Tiro, XII, 3, pp. 513-16. Não se sabe ao certo que arranjos fez Eustácio para a Bolonha. Sua esposa, Maria da Escócia, morreu em 1116.

funeral Balduíno de Le Bourg apareceu inesperadamente em Jerusalém. Talvez tivesse ouvido falar da enfermidade do rei no ano anterior e julgado oportuno empreender uma peregrinação pascal aos Lugares Santos. Foi recebido com júbilo e eleito rei por unanimidade pelo conselho. No Domingo de Páscoa, 14 de abril de 1118, o Patriarca Arnulfo pousou a coroa sobre sua cabeça.[1]

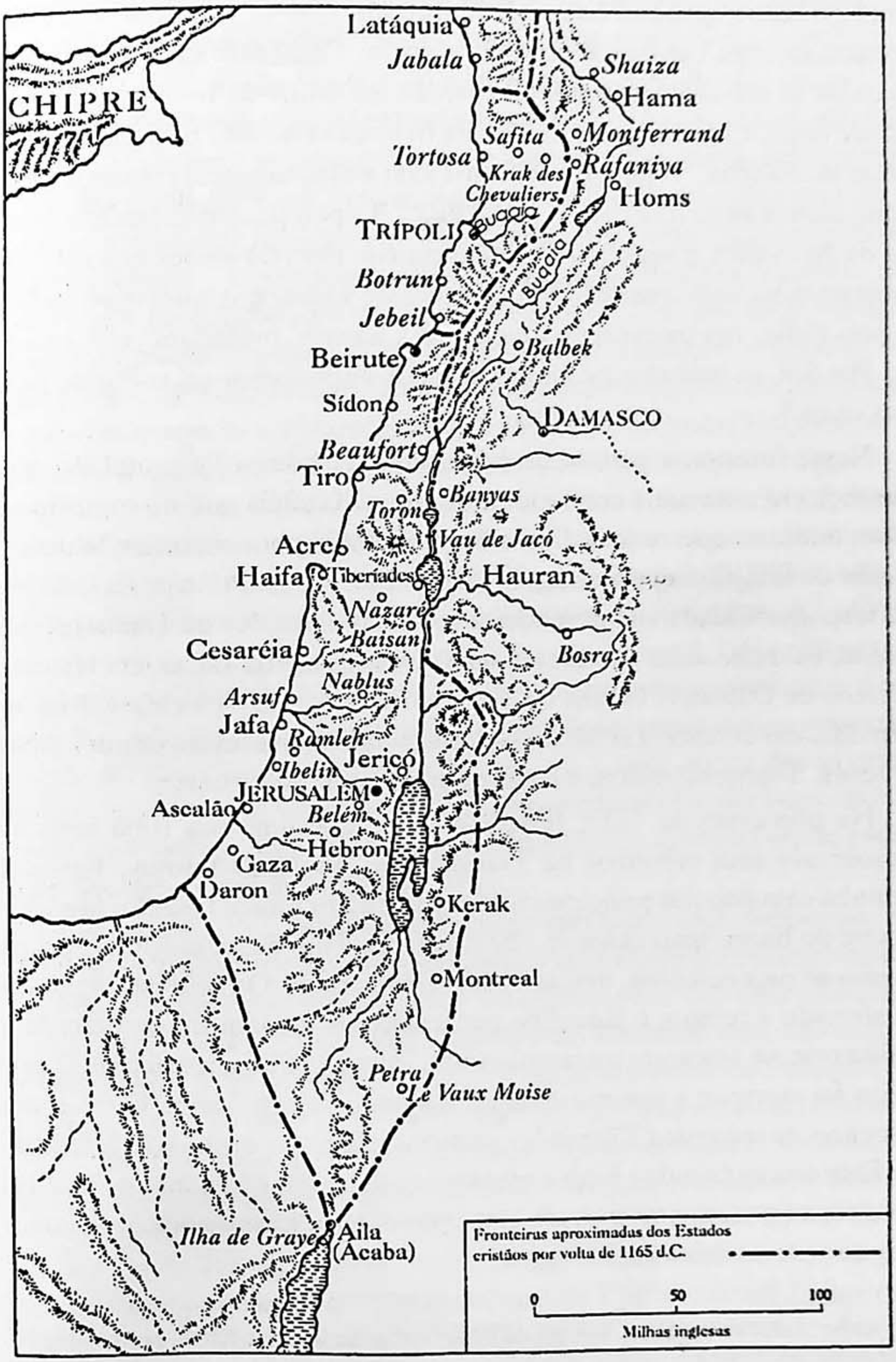
Balduíno II era um homem muito diferente de seu predecessor. Embora bastante bonito, com uma longa barba loira, faltava-lhe a tremenda presença de Balduíno I. Era mais afável, cordial e capaz de apreciar uma simples piada, mas ao mesmo tempo sutil e ardiloso, menos aberto, menos temerário, mais equilibrado. Era capaz de grandes gestos, mas em geral revelava-se um tanto mesquinho e avarento. A despeito de sua atitude ditatorial para com as questões eclesiásticas, sua devoção era genuína, e seus joelhos ostentavam sempre calos decorrentes da oração constante. Ao contrário de Balduíno I, sua vida pessoal era irrepreensível. Com sua esposa, a armênia Morfia, ele apresentava um espetáculo, raro no Oriente franco, de uma rematada bem-aventurança conjugal.[2]

Juscelino foi devidamente recompensado com o condado de Edessa, que lhe foi confiado em vassalagem ao Rei Balduíno, assim como o próprio Balduíno fora feudatário de Balduíno I. O novo rei também foi reconhecido como suserano por Rogério de Antióquia, seu cunhado, e Pons de Trípoli. O Oriente franco permaneceria unido sob a coroa de Jerusalém.[3] Duas semanas após a coroação, o Patriarca Arnulfo expirou. Fora um servo leal e eficiente do Estado, mas, não obstante seu talento como pregador, envolvera-se em escândalos demais para ser respeitado como eclesiástico. É duvidoso que Balduíno tenha lamentado muito sua morte. Para ocupar o seu lugar, assegurou a eleição de um sacerdote picardo, Gormondo de Picquigny, sobre cuja história prévia nada se sabe. Foi uma escolha feliz, pois Gormondo combinava as qualidades práticas de Arnulfo com uma natureza pia, sendo universalmente reverenciado. Sua nomeação, que seguiu a recente morte do Papa Pascoal, restaurou as boas relações entre Jerusalém e Roma.[4]

O Rei Balduíno mal se estabelecera no trono quando chegou ao seu conhecimento a péssima notícia de uma aliança entre o Egito e Damasco. O vizir fatímida, al-Afdal, ansiava por punir a insolente invasão de seu

---

1 Fulcher de Chartres, III, i, I, pp. 615-16; Alberto de Aix, XII, 30, pp. 707-10; Guilherme de Tiro, XII, 4, p. 517.
2 Guilherme de Tiro, XII, 2, pp. 512-13. Ver acima, p. 41.
3 Imediatamente após aceder ao trono, Balduíno convocou Rogério e Pons a lutar sob seu comando contra os egípcios. (Ver abaixo, pp. 130-1.)
4 Alberto de Aix, *loc. cit.*; Guilherme de Tiro, XII, 6, p. 519.



Mapa 2. Sul da Síria no século XII.

território por Balduíno I, ao passo que a Toghtekin de Damasco inquietava o crescente poderio franco. Balduíno apressou-se em enviar-lhe uma embaixada, mas, confiando no apoio egípcio, Toghtekin exigiu a entrega de todas as terras francas além do Jordão. Ao longo de todo o verão, um grande exército fatímida reuniu-se na fronteira e tomou posição nas cercanias de Ashdod; Toghtekin foi convidado a assumir-lhe o comando. Balduíno convocou as milícias de Antióquia e Trípoli para reforçarem as tropas de Jerusalém e marchou ao seu encontro. Por três meses os exércitos arrostaram-se, sem que ninguém se atrevesse a fazer qualquer movimento — pois todos, nas palavras de Fulcher de Chartres, preferiam viver a morrer. Por fim, os soldados de ambos os lados dispersaram-se, voltando para suas casas.[1]

Nesse ínterim, a partida de Juscelino para Edessa foi protelada. Sua presença era necessária com mais urgência na Galiléia que no condado ao norte, onde, ao que tudo indica, a Rainha Morfia permanecera e Waleran, Senhor de Birejik, fora encarregado do governo.[2] Como Príncipe da Galiléia, era responsabilidade sua defender a terra das agressões de Damasco. No outono, Balduíno uniu-se a ele em uma investida contra Deraa, em Hauran, o celeiro de Damasco. O filho de Toghtekin, Buri, saiu para enfrentá-los — sofrendo, em decorrência de sua própria ousadia, uma severa derrota. Após tal revés, Toghtekin voltou a concentrar sua atenção no norte.[3]

Na primavera de 1119, Juscelino soube que uma rica tribo beduína apascentava seus rebanhos na Transjordânia, junto ao Yarmuk. Pôs-se a caminho com dois dos principais barões galileus, os irmãos Godofredo e Guilherme de Bures, mais cerca de 120 cavaleiros, a fim de saqueá-los. O grupo dividiu-se para cercá-los, mas as coisas saíram errado. O chefe dos beduínos foi alertado a tempo, e Juscelino perdeu-se nas montanhas. Godofredo e Guilherme, ao atacarem o acampamento, caíram em uma armadilha. O primeiro foi morto, e a maioria de seus homens caiu prisioneira. O frustrado Juscelino, ao retornar a Tiberíades, mandou relatar o ocorrido ao Rei Balduíno. Este acorreu a toda a força e atemorizou os beduínos a ponto de fazê-los devolver os prisioneiros e pagar uma indenização. Em seguida, concedeu-lhes que passassem o verão em paz.[4]

---

1 Fulcher de Chartres, III, ii, 1-3, pp. 617-19; Guilherme de Tiro, XII, 6, pp. 518-19; Ibn al-Athir, pp. 314-15.
2 *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 86.
3 Ibn al-Athir, pp. 315-16.
4 . , pp. 325-6.

Enquanto Balduíno descansava em Tiberíades, na volta dessa breve campanha, chegaram mensageiros provenientes de Antióquia, implorando-lhe que corresse com seu exército para o norte o mais rápido que pudesse.

Desde a vitória de Rogério de Antióquia em Tel-Danith, a desafortunada cidade de Alepo vira-se impotente para coibir os avanços francos. Com relutância, colocara-se sob a proteção de Ilghazi, o Ortóquida, mas a captura de Biza'a por Rogério em 1119 deixou-a cercada por três lados. A perda de Biza'a foi além do que Ilghazi podia suportar. Até então, nem ele nem seu aliado constante, Toghtekin de Damasco, haviam se disposto a arriscar toda a sua força em um combate contra os francos, pois nutriam medo e aversão ainda maiores pelos sultões seljúcidas do Oriente. Contudo, a morte do Sultão Maomé, em abril de 1118, dera rédea larga à ambição de cada governador e príncipe de todo o seu império. Seu jovem filho e sucessor, Mahmud, envidou esforços patéticos para asseverar sua autoridade, até que, em agosto de 1119, se viu obrigado a entregar o poder supremo a seu tio, Sanjar, Rei de Curasão, passando o resto de sua curta vida entregue aos prazeres da caça. Sanjar, o último de sua casa a reinar sobre todo o domínio seljúcida oriental, foi bastante vigoroso. Seus interesses, no entanto, concentravam-se no Oriente; a Síria nunca foi um objeto central de suas preocupações. Tampouco seus primos do sultanato de Rum, ocupados com as disputas entre si e com os danishmends e com as guerras contra Bizâncio, revelaram-se mais capazes de intervir nos problemas sírios.[1] Ilghazi, o mais tenaz dos príncipes locais, ao menos teve sua oportunidade. Sua intenção era não tanto destruir os Estados francos quanto assegurar Alepo para si; a primeira meta, porém, logo passou a abranger a segunda.

Durante a primavera de 1119 Ilghazi percorreu seus territórios, reunindo suas tropas turcomanas e providenciando o envio de contingentes dos curdos, ao norte, e das tribos árabes, do deserto sírio. Por uma questão de formalidade, solicitou a assistência do Sultão Mahmud, mas não recebeu resposta alguma. Seu aliado, Toghtekin, concordou em vir de Damasco para ajudá-lo, e os munquiditas de Shaizar prometeram criar uma distração ao sul do território de Rogério.[2] No fim de maio, o exército ortóquida, estimado em no mínimo quarenta mil, já estava a caminho. Rogério recebeu a notícia com serenidade, mas o Patriarca Bernardo instou-o a pedir socorro ao Rei Balduíno e a Pons de Trípoli. De Tiberíades, Balduíno mandou dizer que chegaria o mais rápido possível e que levaria as tropas de Trípoli consigo. Nesse meio tempo, Rogério deveria aguardar na defensiva. Em seguida, Balduíno con-

1 Ibn al-Athir, pp. 318-23. Ver artigos "Sandjur" e "Seldjuks" na *Encyclopaedia of Islam*.
2 Ibn al-Qalanisi, pp. 157-7; Kemal ad-Din, pp. 615-16.

gregou o exército de Jerusalém, fortalecendo-o com um fragmento da Cruz Verdadeira, aos cuidados de Evremar, Arcebispo de Cesaréia.[1]

Enquanto os munquiditas assaltavam Apaméia, Ilghazi enviou destacamentos turcomanos para o sudoeste, ocupando uma posição intermediária entre eles e as tropas provenientes de Damasco. Pessoalmente, com o corpo principal do seu exército, Ilghazi assolou o território de Edessa, mas sem ensaiar qualquer investida contra sua capital-fortaleza. Em meados de junho, cruzou o Eufrates em Balis e seguiu para Qinnasrin, a cerca de 25 quilômetros de Alepo, onde montou acampamento para esperar por Toghtekin. Rogério não teve tanta paciência. Apesar da mensagem do Rei Balduíno, da solene admoestação do Patriarca Bernardo e de todas as experiências anteriores dos príncipes francos, decidiu partir imediatamente ao encontro dos inimigos. Em 20 de junho, liderou todo o exército de Antióquia (setecentos cavaleiros e quatro mil soldados de infantaria), transpondo a Ponte de Ferro e acampando defronte do pequeno forte de Tel-Aqibrin, no limite leste da planície de Sarmeda, onde o terreno acidentado constituía uma boa defesa natural. Conquanto suas forças fossem muito inferiores às dos oponentes, sua esperança era conseguir resistir ali até a chegada de Balduíno.

Ilghazi, em Qinnasrin, mantinha-se perfeitamente a par da movimentação de Rogério. Espiões disfarçados de mercadores haviam inspecionado o acampamento franco e relatado a inferioridade numérica de seu exército. Embora Ilghazi preferisse esperar pela chegada de Toghtekin, seus emires turcomanos instaram-no a tomar a iniciativa. Em 27 de junho, parte de suas tropas lançou-se ao ataque contra o castelo franco de Athareb. Rogério teve tempo de enviar para lá alguns homens, sob o comando de Roberto de Vieux-Ponts; em seguida, inquieto por ter o inimigo tão perto, ao cair da noite remeteu todo o tesouro do exército para o castelo de Artah, na estrada para Antióquia.

Durante toda a noite, Rogério esperou ansiosamente por notícias dos movimentos muçulmanos, ao passo que o sono de seus soldados foi perturbado por um sonâmbulo que correu pelo acampamento gritando que o desastre era iminente. Na aurora do sábado, 28 de junho, os batedores vieram informar o príncipe de que o acampamento estava cercado. Um *khamsin* seco e enervante soprava do sul. No acampamento em si havia poucas provisões e água. Rogério percebeu que seria preciso romper as fileiras inimigas ou perecer. O Arcebispo de Apaméia acompanhava o exército — Pedro, antes de Albara, o primeiro bispo franco no Oriente. Convocou seus soldados e pregou para eles, confessando-os a todos. Ouviu Rogério em confissão em sua

1 Gualtério, o Chanceler, II, I, pp. 100-1.

tenda e absolveu-o de seus muitos pecados da carne. O arrojado príncipe, então, anunciou que partiria para o ataque. Antes, porém, enviou outra companhia de batedores, que caíram em uma emboscada; os poucos sobreviventes voltaram correndo, dizendo que não havia saída do bloqueio. Rogério dividiu seus homens em quatro grupamentos, mais um de reserva. O arcebispo abençoou-os mais uma vez e investiram em perfeita ordem contra o inimigo.

Era uma causa perdida desde o princípio. Não havia uma brecha nas hordas de cavaleiros e arqueiros turcomanos por onde passar. Os soldados de infantaria locais, recrutados entre sírios e armênios, foram os primeiros a entrar em pânico, mas não havia como fugir. Amontoaram-se em meio à cavalaria, atrapalhando os cavalos. De súbito, o vento virou para o norte e subiu, atirando uma nuvem de poeira contra os rostos dos francos. No início da batalha, pouco menos de cem cavaleiros furaram o cerco, juntaram-se a Roberto de Vieux-Ponts — que chegara de Athareb tarde demais para participar — e fugiram para Antióquia. Um pouco mais tarde, Reinaldo Mazoir e mais alguns cavaleiros escaparam e alcançaram a pequena cidade de Sarmeda, na planície. Mais ninguém do exército de Antióquia sobreviveu. Rogério sucumbiu lutando aos pés de sua grande cruz cravejada de jóias. À sua volta caíram seus cavaleiros — exceto uns poucos, menos afortunados, que foram feitos prisioneiros. Por volta do meio-dia, estava tudo acabado. Entre os francos, a batalha ficou conhecida como *Ager Sanguinis*, o Campo de Sangue.[1]

Em Alepo, a oitenta quilômetros de distância, os fiéis aguardavam ansiosamente por notícias. Por volta do meio-dia, correu um boato de que uma grande vitória estava reservada para o Islã, e, no momento da oração da tarde, assomaram os primeiros soldados exultantes. Ilghazi só se detivera no campo de batalha para distribuir o butim entre seus homens, marchando em seguida para Sarmeda, onde Reinaldo Mazoir capitulou. A postura orgulhosa de Reinaldo impressionou Ilghazi, que lhe poupou a vida. Seus companheiros foram mortos. Os prisioneiros francos foram arrastados agrilhoados pela planície atrás dos vencedores. Enquanto Ilghazi parlamentava com Reinaldo, foram torturados e chacinados em meio às vinhas pelos turcomanos, até que Ilghazi os interrompeu por não querer que o populacho de Alepo

1 Gualtério, o Chanceler, II, 2-6, pp. 101-11 (relato mais completo); Guilherme de Tiro, XII, 9-10, pp. 523-6; Fulcher de Chartres, III, iii, 2-4, pp. 621-3 (breve narrativa, em que o autor atribui o desastre ao desagrado de Deus com os hábitos adúlteros de Rogério); Mateus de Edessa, ccxxvi, pp. 276-7; Miguel, o Sírio, III, p. 204; Ibn al-Qalanisi, pp. 159-61; Kemal ad-Din, pp. 616-18; Usama, ed. Hitti, pp. 148-9; Ibn al-Athir, pp. 324-5. Fulcher calcula as baixas francas em sete mil, e as turcas, em vinte.

perdesse toda a diversão. Os remanescentes foram levados para a cidade, onde Ilghazi fez sua entrada triunfal ao pôr-do-sol e os francos foram torturados e mortos nas ruas.[1]

Enquanto Ilghazi se banqueteava em Alepo para celebrar sua vitória, a terrível notícia da batalha chegou a Antióquia. Todos imaginaram que os turcomanos não tardariam em atacar a cidade — e não havia soldados para defendê-la. Na crise, o Patriarca Bernardo assumiu o comando. Seu primeiro receio foi de traição por parte dos cristãos nativos, para cuja alienação seus próprios atos tanto haviam contribuído. Imediatamente espalhou homens pela cidade para desarmá-los e impor-lhes um toque de recolher. Em seguida, distribuiu as armas que conseguiu reunir entre os clérigos e os mercadores francos, incumbindo-os de vigiar os muros. Mantiveram a vigília dia e noite, enquanto um mensageiro foi enviado ao Rei Balduíno, instando-o a se apressar ainda mais.[2]

Todavia, Ilghazi não deu continuidade à sua vitória. Escreveu para os monarcas do mundo muçulmano, inteirando-os de seu triunfo; o califa, em troca, presenteou-o com um manto de honra e o título de Estrela da Religião.[3] Nesse meio tempo, Ilghazi marchou contra Artah. O bispo encarregado de uma das torres entregou-se em troca de um salvo-conduto para Antióquia; todavia, um certo José, provavelmente armênio, que estava no comando da cidadela (onde se encontrava o tesouro de Rogério), convenceu Ilghazi de ser um simpatizante dos muçulmanos, cujo filho teria sido feito refém e levado para Antióquia. Ilghazi ficou impressionado com a história e deixou Artah nas mãos de José, limitando-se a enviar um de seus emires para residir, como seu representante, na cidade.[4] De Artesia ele retornou a Alepo, onde se entregou a uma série de festividades tão agradáveis que abalaram sua saúde. Enviaram-se tropas turcomanas para arrasar os subúrbios de Antióquia e investir contra o Portão de S. Simão, mas elas informaram que a cidade em si ainda estava bem guarnecida. Os frutos do Campo de Sangue, assim, foram desperdiçados pelos muçulmanos.[5]

Não obstante, a situação dos francos era crítica. Balduíno chegara a Latáquia, com Pons bem atrás, antes de saber do ocorrido. Apressou-se, não parando nem para atacar um acampamento turcomano indefeso junto à estrada, e chegou sem incidentes a Antióquia nos primeiros dias de agosto.

---

1 Kemal ad-Din, *loc. cit.*; Gualtério, o Chanceler, II, 7, pp. III-13.
2 Gualtério, o Chanceler, II, 8, pp. 114-15.
3 Ibn al-Athir, p. 332.
4 Gualtério, o Chanceler, II, 8, p. 114.
5 Usama, ed. Hitti, pp. 148-9; Ibn al-Athir, pp. 332-3. Segundo Usama, quando Ilghazi bebia vinho, caía bêbado por vinte dias.

Ilghazi enviou algumas tropas para interceptar o exército de resgate, e Pons, que seguia um dia de marcha atrás, teve de rechaçar a ofensiva, mas nem por isso sofreu grandes atrasos. O rei foi recebido com júbilo por sua irmã, a viúva Princesa Cecília, pelo patriarca e por todo o povo, e celebrou-se um serviço de agradecimento a Deus na Catedral de S. Pedro. Sua primeira providência foi livrar os subúrbios dos saqueadores; em seguida, Balduíno reuniu-se com os notáveis da cidade para discutir o futuro governo. O príncipe de direito, Boemundo II, era um menino de dez anos de idade que vivia com a mãe na Itália. Não restara no Oriente nenhum representante da casa normanda, e os cavaleiros dessa origem haviam todos perecido no Campo de Sangue. Decidiu-se que Balduíno, como senhor do Oriente franco, deveria incumbir-se do governo de Antióquia até que Boemundo tivesse idade suficiente, quando então contrairia matrimônio com a filha de um dos cavaleiros. Em seguida Balduíno redistribuiu os feudos do principado, que o fiasco deixara vagos. Sempre que possível, as viúvas dos nobres que haviam perecido eram imediatamente casadas com cavaleiros adequados do exército de Balduíno ou com recém-chegados do Ocidente. Sabe-se que as duas princesas viúvas — a viúva de Tancredo, agora Condessa de Trípoli, e a de Rogério — instalaram pessoalmente novos vassalos nas terras que compunham seus dotes. Ao mesmo tempo, Balduíno provavelmente reorganizou os feudos do condado de Edessa, e Juscelino, que acompanhara o rei desde a Palestina, foi formalmente estabelecido como seu conde. Tendo assim assegurado a administração da terra, e após liderar uma procissão de pés descalços até a catedral, Balduíno comandou seu exército de cerca de setecentos cavaleiros e alguns milhares de soldados de infantaria contra os muçulmanos.[1]

Toghtekin já se reunira a Ilghazi, e os dois líderes muçulmanos partiram em 11 de agosto para capturar as fortalezas francas a leste do Orontes, começando por Athareb, cuja pequena guarnição não hesitou em render-se em troca de um salvo-conduto para Antióquia. No dia seguinte, os emires seguiram para Zerdana, cujo senhor — Roberto, o Leproso — se encontrava em Antióquia. Mais uma vez os defensores renderam-se em troca de suas vidas, mas foram massacrados pelos turcomanos assim que apontaram nos portões. Balduíno acalentava a esperança de salvar Athareb, mas mal havia cruzado a Ponte de Ferro quando se deparou com sua antiga guarnição. Dirigiu-se para o sul, e tomou conhecimento do sítio de Zerdana. Suspeitando de que os

1 Gualtério, o Chanceler, II, 9-10, pp. 115-18; Fulcher de Chartres, III, vii, III, pp. 633-5; Orderic Vitalis (XI, 25, vol. IV, p. 245) fala de Cecília, Condessa de Trípoli, entregando feudos a cavaleiros. A viúva de Rogério confiou propriedades a cavaleiros em 1126 (Röhricht, *Regesta*, *Additamenta*, p. 9). Foi provavelmente nessa época que Marash foi transferida da suserania de Antióquia para a de Edessa.

muçulmanos pretendiam seguir para o sul, a fim de dar cabo dos castelos nas vizinhanças de Maarat an-Numan e Apaméia, correu à frente e montou acampamento, no dia 13, em Tel-Danith, o cenário da vitória de Rogério em 1115. Na manhã seguinte bem cedo, soube que Zerdana caíra e julgou prudente retirar-se para um pouco mais perto de Antióquia. Nesse meio tempo, Ilghazi adiantara-se, na esperança de surpreender os francos durante o sono, junto à aldeia de Hab. Balduíno, porém, estava preparado. Já se confessara, o Arcebispo de Cesaréia já havia admoestado as tropas e as abençoado com a Cruz Verdadeira, e o exército estava pronto para entrar em ação.

A batalha que se seguiu foi confusa. Ambos os lados reivindicaram a vitória, mas, na realidade, os francos foram os que se saíram melhor. Toghtekin repeliu Pons de Trípoli, na ala direita franca, mas os tripolitanos não desfizeram sua formação. Ao seu lado, Roberto, o Leproso, investiu contra o regimento de Homs e, na tentativa impetuosa de reconquistar Zerdana, acabou caindo em uma emboscada e sendo feito prisioneiro. O centro e o flanco esquerdo das forças cruzadas, porém, resistiram, e no momento crucial Balduíno conseguiu cair sobre o inimigo com tropas ainda descansadas. Inúmeros turcomanos deram as costas e fugiram, mas a maior parte do exército de Ilghazi deixou o campo de batalha em boa ordem. Este e Toghtekin retornaram para Alepo com um considerável comboio de prisioneiros, e puderam dizer ao mundo muçulmano que a vitória fora sua. Mais uma vez os cidadãos de Alepo foram gratificados com a visão de um massacre de cristãos por atacado, até que Ilghazi, após interromper a chacina para experimentar um novo cavalo, começou a ficar inquieto diante da perda de tanto dinheiro de resgate em potencial. Os francos indagaram o preço de Roberto, o Leproso, e a resposta foi dez mil peças de ouro. Ilghazi pretendia aumentar o preço enviando Roberto a Toghtekin; este, porém, ainda não satisfizera totalmente sua sede de sangue. Embora Roberto fosse um velho amigo dos idos de 1115, decapitou-o com suas próprias mãos, para consternação de Ilghazi, que necessitava do dinheiro para pagar o soldo de seus homens.[1]

Em Antióquia, os soldados do exército de Pons que fugiram chegaram com a notícia de uma derrota, mas logo chegou um mensageiro para a Princesa Cecília com o anel do rei, como prova de seu êxito. Balduíno, particularmente, não tentou perseguir o exército muçulmano; dirigiu-se para o sul, rumo a Maarat an-Numan e Rusa, ocupadas pelos munquiditas de Shaizar. Expulsou-os mas firmou um acordo com eles, liberando-os da obrigação de pagar os tributos anuais exigidos por Rogério. O restante dos fortes que

1 Gualtério, o Chanceler, II, 10-15, pp. 118-28; Guilherme de Tiro, XII, 11-12, pp. 527-30; Kemal ad-Din, pp. 620-2; Usama, ed. Hitti, pp. 149-50.

haviam sido capturados pelos muçulmanos, com exceção de Birejik, Athareb e Zerdana, também foi recuperado. Em seguida, Balduíno retornou a Antióquia em triunfo e enviou a Santa Cruz para Jerusalém, a fim de chegar à cidade a tempo da Festa da Exaltação, em 14 de setembro. Passou o outono em Antióquia, concluindo as disposições a que dera início antes da última batalha. Em dezembro, voltou a Jerusalém, tendo encarregado o Patriarca Bernardo de administrar a cidade em seu nome e instalado Juscelino em Edessa.[1] Levou consigo sua esposa e suas filhas pequenas, e, na cerimônia de Natal, em Belém, Morfia foi coroada rainha.[2]

Ilghazi não se atrevera a voltar a atacar os francos. Seu exército estava se dissolvendo. O principal objetivo das tropas turcomanas era a pilhagem. Após a batalha de Tel-Danith, ficaram ociosos e entediaram-se; ademais, seu pagamento atrasou. Começaram a ir embora, acompanhados dos chefes árabes de Jeziré. Ilghazi não conseguiu impedi-los, pois ele mesmo voltara a cair enfermo e, por duas semanas, esteve entre a vida e a morte. Quando se recuperou, já era tarde demais para reunir as tropas. Deixou Alepo e voltou para sua capital, Mardin, mais a leste, e Toghtekin retornou para Damasco.[3]

Assim, a grande campanha ortóquida malogrou-se. Não gerou nenhum resultado material para os muçulmanos, exceto uns poucos fortes fronteiriços e o alívio da pressão franca sobre Alepo; em termos morais, porém, foi um grande triunfo para o Islã. O insucesso em Tel-Danith não obscurecera a esmagadora vitória no Campo de Sangue. Se Ilghazi fosse mais capaz e atento, poderia ter-se apoderado de Antióquia. Não obstante, o massacre da cavalaria normanda, com seu príncipe à frente, encorajou os emires de Jeziré e do Norte da Mesopotâmia a renovar o ataque, agora que estavam livres da tutela nominal de seu senhor seljúcida na Pérsia. Ademais, logo surgiria um homem maior do que Ilghazi. Para os francos, a conseqüência mais grave da campanha foi a irremediável perda de efetivo militar. Os cavaleiros e, acima de tudo, os soldados de infantaria mortos no Campo de Sangue não podiam ser substituídos com facilidade. Por outro lado, a lição de que os francos do Oriente precisavam sempre cooperar e trabalhar de forma coesa fora definitivamente absorvida. A pronta intervenção do Rei Balduíno salvara Antióquia, e as necessidades de sua época foram reconhecidas pela prontidão de todos os francos em aceitá-lo como seu senhor efetivo. A calamidade unificou os estabelecimentos francos na Síria.

---

1 Gualtério, o Chanceler, II, 16, pp. 129-31; Guilherme de Tiro, XII, 12, p. 530.
2 Fulcher de Chartres, III, vii, 4, p. 635; Guilherme de Tiro, XII, 12, p. 531.
3 Gualtério, o Chanceler, *loc. cit.*; Ibn al-Qalanisi, p. 161; Kemal ad-Din, pp. 624-5.

De volta a Jerusalém, Balduíno ocupou-se da administração de seu próprio reino. A sucessão do principado da Galiléia foi entregue a Guilherme de Bures, em cuja família permaneceu. Em janeiro de 1120, o rei convocou os eclesiásticos e principais feudatários do reino para um concílio em Nablus, a fim de debater o bem-estar moral de seus súditos, provavelmente numa tentativa de refrear a tendência dos colonos latinos no Oriente a adotar os hábitos apáticos e indolentes dos nativos. Ao mesmo tempo, preocupava-o o bem-estar material de seu povo. Sob Balduíno I, um número crescente de ocidentais fora incentivado a estabelecer-se em Jerusalém, e uma classe burguesa latina vinha desenvolvendo-se ao lado dos guerreiros e dos clérigos do reino. Essa burguesia era agora brindada com total liberdade de comércio de e para a cidade, ao passo que, com vistas a assegurar o fornecimento adequado de comida, se concedeu aos cristãos nativos e até aos mercadores árabes permissão para levar verduras e trigo para a cidade sem a incidência de tarifas alfandegárias.[1]

O acontecimento interno mais relevante desses anos foi a fundação das Ordens Militares. No ano 1070, alguns cidadãos piedosos de Amalfi haviam instituído uma hospedaria em Jerusalém, para uso dos peregrinos pobres. O governador egípcio então no comando da cidade permitira que o cônsul amalfitano indicasse o local adequado, sendo o estabelecimento dedicado a S. João, o Esmoler, o caridoso Patriarca de Alexandria do século VII. Os que ali trabalhavam eram, em sua maioria, de Amalfi; faziam os votos monásticos habituais e deviam obediência a um Mestre — subordinado, por sua vez, às autoridades beneditinas instaladas na Palestina. Na época da captura de Jerusalém pelos cruzados, o Mestre era um certo Gerardo, provavelmente amalfitano. Junto com seus correligionários, fora banido de Jerusalém pelo governador muçulmano antes do início do cerco, e seu conhecimento das condições locais fora de grande valia para os cruzados. Persuadiu o novo governo franco a fazer doações ao Hospital. Muitos dos peregrinos uniram-se ao grupo, que logo foi liberado da obediência aos beneditinos e elevado à condição de ordem autônoma, batizada de hospitalários e respondendo diretamente ao Papa. Mais terras foram-lhe concedidas e a maioria dos grandes eclesiásticos do reino oferecia-lhe um dízimo de seus ganhos. Gerardo faleceu por volta de 1118. Seu sucessor, o francês Raimundo de Le Puy, acalentava idéias mais ambiciosas. A seu ver, não bastava que sua ordem orientasse e cuidasse dos peregrinos; ela precisava ser capaz de manter abertas as rotas de peregrinação. Embora a ordem ainda compreendesse irmãos

1 Röhricht, *Regesta*, p. 20; Mansi, *Concilia*, vol. XXI, pp. 262-6; Guilherme de Tiro, XII, xiii, p. 531.

cujos deveres eram exclusivamente pacíficos, sua finalidade básica passou a ser a manutenção de um estabelecimento de cavaleiros unidos pelos votos religiosos de pobreza pessoal, castidade e obediência e dedicados ao combate aos infiéis. Por volta da mesma época, como que para salientar o aumento de prestígio do Hospital, João, o Esmoler, foi imperceptivelmente substituído por João, o Evangelista, como seu santo padroeiro. A insígnia dos Cavaleiros Hospitalários era a cruz branca que envergavam nas túnicas sobre a armadura.

A transformação foi facilitada pelo concomitante estabelecimento dos Cavaleiros Templários. Com efeito, a idéia de uma ordem de cunho ao mesmo tempo religioso e militar provavelmente foi sugerida por um cavaleiro da Champanhe, Hugo de Payens, que em 1118 persuadiu o Rei Balduíno I a permitir-lhe que se instalasse, junto com alguns companheiros, em uma das alas do palácio real, a antiga mesquita de al-Aqsa, na área do Templo. Tal qual a Ordem do Hospital, os templários a princípio seguiam a regra beneditina, mas conquistaram quase que de imediato o *status* de ordem independente, composta por três classes: os cavaleiros, todos de sangue nobre; os sargentos, oriundos da burguesia (os cavalariços e camareiros da comunidade); e os clérigos, que eram capelães e responsáveis por atribuições não-militares. Seu emblema era a cruz vermelha, estampada sobre uma túnica branca pelos cavaleiros e negra pelos sargentos. A função primordial com que a ordem se comprometeu foi manter a estrada que ligava Jerusalém ao litoral livre de bandidos, mas logo seus membros passaram a tomar parte de toda e qualquer campanha em que o reino se envolvesse. Hugo, por sua vez, passava a maior parte de seu tempo na Europa Ocidental, granjeando recrutas para a sua ordem.

O Rei Balduíno deu às ordens militares todo o seu apoio. Eram independentes de sua autoridade, devendo fidelidade tão-somente ao Papa. Nem mesmo as grandes propriedades que ele e seus vassalos começaram a doar-lhes implicavam a obrigação de lutar no exército do rei; ainda se passaria uma geração, porém, até que fossem ricos o suficiente para desafiar a autoridade real. Nesse ínterim, proporcionaram ao reino aquilo de que mais precisava: um exército regular de soldados treinados, cuja presença permanente estava garantida. Nos feudos leigos, a morte repentina do senhor e a transmissão da herança para uma mulher ou criança podia interromper a organização de suas tropas e enredar o suserano em negociações tensas, cansativas e intermináveis. Tampouco se podia contar com a disponibilidade de recém-chegados do Ocidente para substituir os nobres perdidos sempre que necessário. As ordens militares, por sua vez, com sua organização eficiente e seu *glamour* e prestígio disseminando-se entre a

cristandade ocidental, garantiam o fornecimento constante de lutadores dedicados, que não se deixavam desencaminhar por idéias de ambição e ganho pessoal.[1]

Em 1120, Balduíno retornou a Antióquia. O governador instalado por Ilghazi em Athareb, Bulaq, havia começado a assolar os territórios antioquenos, ao passo que o próprio Ilghazi investira contra Edessa. As duas ofensivas foram rechaçadas, mas Ilghazi seguira para as adjacências de Antióquia. O Patriarca Bernardo, aflito, mandou chamar o rei em Jerusalém, e em junho Balduíno partiu para o norte, mais uma vez levando consigo a Cruz Verdadeira — para desagrado da Igreja de Jerusalém, que não gostava de ver sua valiosa relíquia exposta aos perigos da guerra. O Patriarca Gormondo acompanhou o exército pessoalmente, a fim de encarregar-se da preciosidade. Ao chegar ao norte, Balduíno descobriu que Ilghazi, debilitado pelas deserções de suas tropas turcomanas, já se retirara — e os muçulmanos estavam de tal modo alarmados que Toghtekin foi convocado a comparecer a Alepo. Durante a campanha que se seguiu, os dois lados avançaram e retrocederam até que por fim os muçulmanos se cansaram. Toghtekin retirou-se para Damasco e Ilghazi firmou uma trégua com Balduíno. Traçou-se uma fronteira definida entre suas zonas de influência, cortando um moinho ao meio num ponto e, noutro, um castelo, de modo que, de comum acordo, foram ambos demolidos. Zerdana, ainda um enclave muçulmano, foi desmantelada.[2] No início da primavera seguinte, Balduíno voltou para casa, tendo conquistado uma vitória moral sem derramamento de sangue. Sua presença era necessária no sul, pois Toghtekin, acreditando-o muito atarefado no norte, empreendera uma ampla ofensiva contra a Galiléia. Em julho de 1121, Balduíno, em represália, transpôs o Jordão e assolou a região de Jaulan, ocupando-a e destruindo o forte erguido por Toghtekin em Jerash.[3] Entrementes, Juscelino dedicava-se a uma lucrativa investida contra as terras de Ilghazi em Jeziré.[4]

---

1 Sobre as ordens militares, ver Guilherme de Tiro, XII, 7, pp. 520-1 (templários); XVIII, 4, pp. 822-3 (hospitalários). Para obter bons relatos modernos, ver Delaville Le Roulx, *Les Hospitaliers en Terre Sainte*; Curzon, *La Règle du Temple*; Melville, *La Vie des Templiers*. Uma descrição completa dos templários (chamados de "*Phrer* Francos") é feita por Miguel, o Sírio, III, pp. 201-3. Ver também La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 217-25.

2 Fulcher de Chartres, III, ix, 1-7, pp. 638-42; Gualtério, o Chanceler, II, 16, p. 131; Mateus de Edessa, CCXXX, pp. 302-3; Miguel, o Sírio, III, pp. 205-6; Kemal ad-Din, p. 627; Ibn al-Qalanisi, p. 162; Grousset, *op. cit.*, I, p. 574, seguindo o exemplo de Miguel, o Sírio, confunde Bulaq com o sobrinho de Ilghazi, Balak, na época em campanha mais ao norte (Ibn al-Qalanisi, *loc. cit.*).

3 Fulcher de Chartres, III, X, 1-6, pp. 643-5.

4 Ibn al-Qalanisi, *op. cit.*, p. 163; Kemal ad-Din, pp. 623-6.

No verão de 1121, um novo fator se fez sentir na política oriental. Nos contrafortes caucasianos do norte longínquo, os reis bagrátidas da Geórgia haviam estabelecido sua hegemonia sobre os povos cristãos até então ainda independentes do domínio islâmico, e o Rei Davi II estendera seu poder até o sul do vale do Araxes, onde entrou em conflito com o príncipe seljúcida, Toghrul, governador de Arran. Após sofrer uma derrota nas mãos de Davi, Toghrul convidou Ilghazi a juntar-se a ele em uma Guerra Santa contra aquele cristão insolente. A campanha que se seguiu foi desastrosa para os muçulmanos. Em agosto de 1121, o exército unificado de Toghrul e Ilghazi foi praticamente aniquilado pelos georgianos; Ilghazi mal escapou com vida, refugiando-se em Mardin. O Rei Davi estabeleceu-se na antiga capital geórgica de Tiflis, e em 1124 já conquistara todo o Norte da Armênia e a metrópole de Ani, antigo lar de sua casa. Daí por diante, todo o mundo turco tomou desesperada consciência do perigo representado pela Geórgia, com seu soberbo posicionamento estratégico. O perigo tampouco seria mitigado pela morte de Davi II, em 1125.[1] Seus sucessores herdaram seu vigor. Sua capacidade de manter os muçulmanos em permanente estado de alerta em seu flanco norte foi de grande utilidade para os francos, ainda que, ao que tudo indica, não tenha havido contato direto entre as duas potências cristãs. Os georgianos, ligados por laços de religião e tradição a Bizâncio, não gostavam dos francos, e o frio tratamento dispensado aos seus estabelecimentos religiosos em Jerusalém não era do tipo capaz de agradar a um povo altivo.[2]

Não obstante, o destino de Ilghazi em suas mãos proporcionou a Balduíno uma oportunidade que ele soube aproveitar. O filho de Ilghazi, Suleimã, recém-nomeado governador de Alepo por seu pai, ousou valer-se da derrota paterna para declarar sua independência, e, reconhecendo sua impotência frente ao ataque que Balduíno lançou imediatamente sobre ele, reconciliou-se com os francos e cedeu-lhes Zerdana e Athareb, os frutos da vitória de Ilghazi. Este se apressou em punir a deslealdade do filho, mas reputou prudente confirmar o tratado com Balduíno, que retornou a Jerusalém satisfeito com as conquistas daquele ano.[3]

---

1 *Crônica Georgiana* (em geórgico), pp. 209-10, 215; Mateus de Edessa, ccxxxi-ii, ccxxxix, ccxliii, pp. 303-5, 310-11, 313-14; Ibn al-Qalanisi, p. 164; Ibn al-Athir, pp. 330-2; Kemal ad-Din, pp. 628-9; Gualtério, o Chanceler, II, 16, p. 130 (que atribui o crédito da vitória georgiana a mercenários francos); Miguel, o Sírio, III, p. 206.

2 Sobre os estabelecimentos georgianos em Jerusalém, ver *Crônica Geórgica*, pp. 222-3, e Brosset, *Additions et Eclaircissements*, X, pp. 197-205. Uma breve descrição é fornecida por Rey, *Les Colonies Franques*, pp. 93-4. É possível que os georgianos, em virtude da ameaça contínua que representavam para ortóquidas e seljúcidas da Persarmênia, tenham contribuído indiretamente para o recrudescimento do poder de Zengi.

3 Kemal ad-Din, p. 629; Ibn al-Athir, pp. 349-50.

No início de 1122, Pons, Conde de Trípoli, tomou a inesperada atitude de recusar-se a prestar lealdade ao rei. As causas de sua insubordinação são desconhecidas. É difícil conceber que tipo de apoio ele esperava receber para permitir-lhe manter sua posição. Balduíno, furioso, convocou imediatamente seus vassalos para punir o rebelde. O exército real partiu de Acre, e, ao se aproximar, Pons submeteu-se e foi perdoado.[1] Sua rendição foi oportuna, pois Ilghazi, a convite de seu sobrinho Balak, ex-príncipe de Saruj e agora senhor de Khanzit, retomara as antigas provocações. Balduíno, ao cientificar-se do fato, recusou-se a acreditar. Fizera um acordo com Ilghazi, e acreditava que um cavalheiro — o cronista árabe usa a expressão "xeque" — manteria sua palavra. Entretanto, Ilghazi nada tinha de cavalheiro, e contava com o apoio prometido por Toghtekin. Sitiou Zerdana, que fora reconstruída pelos francos, e já havia capturado parte das fortificações quando Balduíno se aproximou. Seguiu-se uma nova campanha sem batalhas, pois Balduíno não se deixou lograr pelo costumeiro estratagema turco da simulação de fuga. Mais uma vez, os muçulmanos foram os primeiros a desistir de ficar andando para a frente e para trás e retornaram para casa. Balduíno, satisfeito, enviou a Cruz de volta para Jerusalém e, por sua vez, seguiu para Antióquia.[2]

Antes que a Cruz atingisse seu destino, chegaram más notícias de Edessa. Em 13 de setembro de 1122, o Conde Juscelino e Waleran de Birejik encontravam-se, com uma pequena força de cavaleiros, nas proximidades de Saruj quando repentinamente se depararam com o exército de Balak. Atacaram o inimigo, mas desabou um aguaceiro que logo transformou a planície num lamaçal. Os cavalos escorregavam e caíam, e os turcomanos, com suas armas leves, não tiveram dificuldades em cercar os francos. Juscelino, Waleran e sessenta de seus companheiros foram capturados. Balak imediatamente ofereceu-lhes a liberdade em troca da cessão de Edessa. Diante da recusa de Juscelino de sequer ouvir tal proposta, os prisioneiros foram levados por Balak para seu castelo de Kharpurt.[3]

O aprisionamento de Juscelino não acarretou grande prejuízo ao efetivo militar dos Estados cruzados. Há registro de assaltos bem-sucedidos dos cavaleiros de Edessa a territórios muçulmanos no mês seguinte. Ainda assim, foi um golpe para o prestígio franco, que forçou Balduíno a acumular tarefas, voltando a incumbir-se da administração de Edessa. Felizmente, em

---

1 Fulcher de Chartres, III, xi, pp. 647-8; Guilherme de Tiro, XII, 17, pp. 536-7.
2 Fulcher de Chartres, III, xi, 3-7, pp. 648-51; Kemal ad-Din, pp. 632-3; Ibn al-Qalanisi, p. 166.
3 Fulcher de Chartres, III, xii, I, pp. 651-2; Mateus de Edessa, ccxxxiv, pp. 306-7; Kemal ad-Din, p. 634; a *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 90, diz que Juscelino estava levando para casa sua nova esposa, irmã de Rogério. Como, porém, não há menção à captura desta e, além disso, Rogério arcou com o dote da irmã, o casamento deve ter ocorrido antes da morte deste.

novembro, Ilghazi faleceu em Mayyafaraqin, e a herança ortóquida foi dividida entre seus filhos e sobrinhos. Seu primogênito, Suleimã, ficou com Mayyafaraqin, e o filho caçula, Timurtash, com Mardin. Alepo coube a um sobrinho, Badr ad-Daulah Suleimã, e Balak ampliou seus domínios no norte e apoderou-se de Harran, ao sul.[1]

Os muçulmanos haviam acabado de reocupar Athareb, mas, em abril do ano seguinte, Balduíno tirou proveito da confusão reinante para forçar o febril novo soberano de Alepo a devolver-lhe a cidade de uma vez por todas. Após reaver também Birejik, o rei partiu para Edessa, a fim de tomar as devidas providências para seu governo. Encarregou Godofredo, o Monge, senhor de Marash, de sua administração; em seguida, dirigiu-se com uma pequena força para o nordeste, para fazer o reconhecimento da cena da captura de Juscelino. Em 18 de abril, acampou não muito longe de Gargar, no Eufrates. Enquanto se preparava para seu entretenimento matinal com seu falcão, Balak, cuja proximidade Balduíno não percebera, atirou-se sobre o acampamento. A maior parte do exército foi massacrada, ao passo que o rei foi feito prisioneiro. Foi tratado de maneira respeitosa e enviado sob escolta para a fortaleza de Kharpurt, onde estava Juscelino.[2]

Mais uma vez os dois viram-se juntos em cativeiro. A atual situação, porém, era mais grave que em 1104, pois Balduíno agora era o rei, a peça central de toda a organização franca. O fato de a estrutura continuar de pé foi um testemunho de sua habilidade administrativa. Godofredo, o Monge, permaneceu no governo de Edessa. Em Antióquia, diante da notícia, o Patriarca Bernardo reassumiu o posto de autoridade responsável. Em Jerusalém, correu a princípio o boato de que o rei havia sido morto. O Patriarca Gormondo intimou o conselho do reino a reunir-se em Acre. Por ocasião do encontro, já se sabia a verdade sobre seu cativeiro. O concílio elegeu Eustácio Garnier, senhor de Cesaréia e Sídon, para servir de comissário e intendente do reino até a libertação do rei. Nos três territórios, a vida prosseguiu normalmente.[3]

O emir Balak adquirira um imenso prestígio; contudo, usou-o não para desferir um golpe de misericórdia contra os francos, mas sim para consolidar-se em Alepo. A tarefa foi mais árdua do que ele esperava, pois era impopular na cidade. Em junho, já como seu senhor, investiu contra os domínios francos mais ao sul, capturando Albara em agosto. Todavia, logo em seguida

---

1 Ibn al-Qalanisi, p. 166; Ibn Hamdun, p. 516; Kemal ad-Din, pp. 632-4; Mateus de Edessa, *loc. cit.* (um relato ignorante da sucessão ortóquida).

2 Fulcher de Chartres, III, xvi, I, pp. 658-9; Guilherme de Tiro, XII, 11, p. 537; Orderic Vitalis, XI, 26, vol. IV, p. 247; Mateus de Edessa, CCXXV, pp. 307-8; Ibn al-Qalanisi, p. 167; Ibn al-Athir, p. 352.

3 Fulcher de Chartres, III, xvi, 1-3, pp. 659-61; Guilherme de Tiro, XII, 17, p. 538.

teve de retornar às pressas para o norte, em virtude de notícias extraordinárias vindas de Kharpurt.[1]

Juscelino sempre fora benquisto entre os armênios. Logo após sua chegada ao Oriente, assim como Balduíno I e Balduíno II, ele contraíra matrimônio com uma armênia, irmã do roupeniano Thoros — a qual, ao contrário das duas rainhas de Jerusalém, não nascera ortodoxa, mas da Igreja Armênia Independente; gozava, portanto, de maior simpatia junto à maior parte de seus compatriotas. Àquela altura ela já havia falecido e Juscelino casara-se novamente; sua intimidade com os armênios, porém, continuara a mesma, e o franco nunca demonstrara para com eles a mesma severidade exibida por seu predecessor, Balduíno II. O castelo de Kharpurt situava-se em terras armênias, e um camponês local consentiu em enviar uma mensagem aos amigos armênios de Juscelino. Cinqüenta deles, disfarçados de monges e mercadores do distrito, bateram aos portões de Kharpurt, alegando ter uma queixa para fazer ao governador. Foram admitidos na fortaleza e, uma vez em seu interior, sacaram armas de dentro de suas vestes e subjugaram a guarnição. Balduíno e Juscelino inopinadamente passaram a senhores de sua prisão. Após uma breve conferência, decidiram que Juscelino deixaria o castelo antes que o exército ortóquida acudisse e buscaria ajuda, ao passo que Balduíno tentaria defendê-lo. Juscelino escapuliu-se com três companheiros armênios. Tendo conseguido insinuar-se por entre as tropas turcas que se reuniam, enviou um de seus homens de volta para tranqüilizar o rei, enquanto ele mesmo seguia pelo perigoso território inimigo, escondendo-se durante o dia e avançando penosamente a pé à noite. Por fim, os fugitivos atingiram o Eufrates. Juscelino não sabia nadar, mas levava consigo dois odres para carregar água, que inflou para lhe servirem de bóias; assim, seus dois companheiros, ambos excelentes nadadores, puderam rebocá-lo na escuridão. No dia seguinte, foram encontrados por um camponês, que reconheceu o conde e o acolheu com alegria, pois este já lhe dera esmola no passado. Com a ajuda do camponês e sua família, Juscelino viajou cautelosamente para Turbessel, onde se revelou para sua esposa e a corte. Contudo, não podia demorar-se, pois tinha de correr a Antióquia para reunir tropas para o resgate do rei. O exército de Antióquia, no entanto, era pequeno, e o Patriarca Bernardo estava assustado. Por sugestão sua, Juscelino dirigiu-se a toda a velocidade para Jerusalém. Sua primeira providência foi ofertar seus grilhões no altar do Calvário. Em seguida, convocou o conselho do reino e contou sua história. Com a sequiosa ajuda do Patriarca Gormondo e do

1 Kemal ad-Din, pp. 636-7; Ibn al-Qalanisi, pp. 167-8. Para obter vários relatos da captura de Alepo por Balak, ver Cahen, *op. cit.*, p. 296, n. 35.

Comissário Eustácio, recrutaram-se tropas que, com a Cruz Verdadeira à frente, partiram sob o comando de Juscelino em marcha acelerada para Turbessel. Ao chegarem lá, porém, descobriram que era tarde demais.

Quando Balak tomou conhecimento da revolução em Kharpurt, partiu imediatamente com suas tropas, a uma velocidade que assombraria seus contemporâneos. Ao chegar, ofereceu a Balduíno um salvo-conduto para casa em troca do castelo. O rei franco, contudo, recusou, talvez por não confiar no emir ou por não querer abandonar seus companheiros. No entanto, a fortaleza era menos inexpugnável do que ele pensara. Os engenheiros de Balak não demoraram a solapar um muro, e o exército ortóquida pôde penetrar. Balak, agora, não mostrou a menor misericórdia. Seu harém estava lá dentro, e sua santidade fora violada. Todos os defensores do castelo, francos ou armênios, bem como todas as mulheres que os ajudaram — provavelmente escravas armênias a serviço do harém —, foram atirados das ameias para a morte. Apenas o rei, um sobrinho seu e Waleran foram poupados, sendo transferidos, por segurança, para o castelo de Harran.[1]

Juscelino não podia aventurar-se em uma campanha contra Harran. Depois de aproveitar o exército para um assalto bem-sucedido nas imediações de Alepo, dispensou suas tropas e retornou a Turbessel. Balak, por sua vez, foi igualmente incapaz de tirar proveito da situação. A única resposta que seu lugar-tenente em Alepo pôde dar aos francos foi converter as igrejas da cidade em mesquitas, ultrajando assim os cristãos locais, mas em nada afetando os latinos. Balak, então, foi pessoalmente a Alepo para organizar uma nova campanha. No princípio de 1124, porém, o governador de Menbij revoltou-se contra sua autoridade, sendo preso pelo ortóquida Timmurtash, a quem Balak pedira que reprimisse a rebelião. No entanto, o irmão do rebelde, Isa, manteve o controle da cidadela e apelou para Juscelino — cujo exército, porém, foi derrotado por Balak, que matou Godofredo, o Monge, e seguiu para Menbij. Ansiava por restaurar a ordem, pois acabara de receber um comunicado urgente de Tiro; todavia, uma flecha perdida da cidadela pôs-lhe fim à vida, em 6 de maio. Expirou murmurando que sua morte era

---

1 Fulcher de Chartres, III, xxiii-xxvi, 6, pp. 676-93; Orderic Vitalis, XI, 26, vol. IV, pp. 248-10. Ele conta que a Rainha Morfia, armênia de nascimento, ajudou a recrutar compatriotas para o resgate do rei, e acrescenta que alguns prisioneiros foram enviados para a Pérsia, sendo posteriormente libertados. Guilherme de Tiro, XII, 18-20, pp. 538-41; Mateus de Edessa, ccxxxvi, pp. 308-10; Ibn al-Qalanisi, p. 169 (infelizmente, com uma lacuna no texto); Kemal ad-Din, p. 637; Miguel, o Sírio, III, p. 211. O sobrinho de Balduíno provavelmente era irmão de Manassés de Hierges, filho de sua irmã Hodierna (ver abaixo, p. 204). Miguel, que o chama de Bar Noul (Arnulfo?), conta que ele era filho de uma irmã. A outra irmã de Balduíno, Mafalda, Senhora de Vitry, ao que parece teve um único filho, que se casou com uma prima herdeira e ocupou o trono de Rethel. Guilherme de Tiro, XII, I, pp. 511-12.

um golpe fatal para o Islã — e estava certo. De todos os líderes turcos enfrentados pelos cruzados, Balak fora o que mostrara o maior vigor e sabedoria. O poder dos ortóquidas não lhe sobreviveu.[1]

No reino de Jerusalém, a ausência de Balduíno no cativeiro não importou em grandes prejuízos. Os fatímidas mais uma vez sentiram-se tentados a invadir o país. Em maio de 1123, um grande exército egípcio saiu de Ascalão em direção a Jafa. Eustácio Garnier imediatamente conduziu as tropas de Jerusalém ao encontro do inimigo, levando consigo a Cruz Verdadeira. Enquanto isso, os cristãos civis da capital realizavam procissões a pé para as igrejas. Essas piedosas precauções não foram necessárias, pois quando os francos se depararam com seus adversários em Ibelin, em 29 de maio, estes — a despeito de sua ampla superioridade numérica — giraram nos calcanhares e fugiram, deixando seu acampamento para ser saqueado pelos cristãos.[2] Foi o último feito de Eustácio, que faleceu no dia 15 do mesmo mês. Seguindo o costume do reino, sua viúva, Ema, a rica sobrinha do Patriarca Arnulfo, imediatamente voltou a casar-se (agora com Hugo de Le Puiset, Conde de Jafa), de modo que suas terras não ficassem sem um responsável efetivo. O cargo de Comissário do reino foi transferido pelo conselho a Guilherme de Bures, Príncipe da Galiléia.[3]

Em 1119, logo após o Campo de Sangue, o Rei Balduíno escrevera à República de Veneza suplicando seu socorro. Os egípcios podiam não ser formidáveis em terra, mas sua frota ainda dominava as águas palestinas. Em troca, o rei proporcionaria a Veneza vantagens comerciais. O Papa apoiou seu apelo, e o Doge, Domenico Michiel, decidiu responder. Quase três anos haviam se passado quando a expedição veneziana ficou pronta. Em 8 de agosto de 1122, uma esquadra de bem mais de uma centena de grandes vasos de guerra fez-se à vela, levando um grande número de homens, cavalos e material de cerco. Entretanto, não seguiu diretamente para a Palestina. A cidade recentemente se desentendera com Bizâncio, devido a uma tentativa do Imperador João Comneno de restringir seus privilégios comerciais. Assim, os venezianos detiveram-se para atacar a ilha bizantina de Corfu. O assédio estendeu-se por cerca de seis meses, durante todo o inverno de

---

1 Fulcher de Chartres, III, xxxi, 1-10, pp. 721-7; Orderic Vitalis, XI, 26, vol. IV, p. 260; Guilherme de Tiro, XIII, 11, pp. 570-1; Mateus de Edessa, ccxl, pp. 311-12; Kemal ad-Din, pp. 641-2; Usama, ed. Hitti, pp. 63, 76, 130; Ibn al-Qalanisi, pp. 168-9 (sem referência à morte de Balak).

2 Fulcher de Chartres, III, xvi, 3-xix, I, pp. 661-8; Guilherme de Tiro, XII, I, pp. 543-5.

3 Fulcher de Chartres, III, xvii, pp. 674-5; Guilherme de Tiro, *loc. cit.* Sobre Hugo de Le Puiset, ver abaixo, p. 168. Ele já se casara com Ema antes de abril de 1124 (Röhricht, *Regesta*, p. 25).

1122-3 — mas sem êxito. No fim de abril, um navio proveniente da Palestina veio informá-los da derrota do rei. Relutante, o Doge levantou o cerco e conduziu sua armada para o leste, detendo-se apenas para atacar os navios bizantinos que cruzaram seu caminho. No fim de maio chegou a Acre, onde soube que a frota egípcia estava deixando Ascalão. Foi ao seu encontro e, para atraí-la para a batalha, enviou na frente os navios munidos de armamentos mais leves. Os inimigos caíram na armadilha. Acreditando ter uma vitória fácil pela frente, saíram ao seu encalço, apenas para verem-se encurralados — e em menor número — entre duas esquadras venezianas. Praticamente nenhuma embarcação egípcia escapou do desastre. Algumas afundaram, outras foram capturadas; e o triunfo dos venezianos foi ainda mais formidável porque, ao voltarem para Acre, se depararam com uma frota mercante composta por dez navios com um rico carregamento, que passou integralmente às suas mãos.[1]

A presença dos venezianos era por demais valiosa para ser desperdiçada. Os francos puseram-se a debater se a frota deveria ser aproveitada na captura de Ascalão ou de Tiro, os dois baluartes muçulmanos ainda remanescentes no litoral. Os nobres da Judéia preferiam o ataque a Ascalão; os da Galiléia, a Tiro. Os venezianos, por fim, decidiram-se por esta última. Seu porto era o melhor da costa e era dele que se serviam, agora, as ricas terras de Damasco; tratava-se de um centro comercial muito mais preeminente que Ascalão, com sua enseada exposta e interior pobre. Como, porém, os italianos insistiram no preço, as negociações dos termos do acordo arrastaram-se por todo o inverno. No Natal de 1123, os comandantes venezianos foram entretidos com toda a pompa em Jerusalém e tomaram parte dos serviços em Belém. No começo do novo ano, assinou-se em Acre um tratado entre os representantes da República, de um lado, e o Patriarca Gormondo, o Comissário Guilherme e o Chanceler Pagão, do outro, em nome do rei prisioneiro. Os venezianos receberiam uma rua, com uma igreja, uma casa de banhos e uma padaria, livre de quaisquer obrigações alfandegárias, em todas as cidades do reino. Teriam liberdade para usar seus próprios pesos e medidas em todas as suas transações, não só entre si próprios. Seriam liberados de todas as taxas e tarifas alfandegárias em todo o reino, e receberiam mais casas em Acre e um terço das cidades de Tiro e Ascalão, caso colaborassem para sua captura. Além disso, ser-lhe-ia paga a soma anual de trezentos besantes sarracenos, que poderiam ser descontados da receita real em Acre. Em troca, concordaram em continuar honrando o habitual pagamento de um terço da

1 Fulcher de Chartres, III, xx, 1-8, pp. 669-72; Guilherme de Tiro, XII, 23, pp. 546-7; *Historia Ducum Veneticorum*, *M.G.H. Ss.* vol. XIV, p. 73.

taxa cobrada dos peregrinos para o tesouro real. Os venezianos exigiram, ainda, que o reino não reduzisse as tarifas alfandegárias cobradas de outras nacionalidades sem o seu consentimento. O Patriarca Gormondo jurou sobre os evangelhos que o Rei Balduíno confirmaria o tratado quando fosse libertado — o que de fato ocorreu, dois anos mais tarde, muito embora Balduíno se tenha recusado a aceitar a última cláusula, cujo cumprimento teria subordinado inteiramente o comércio do reino aos interesses venezianos.[1] Assinado o tratado, o exército franco deslocou-se pela costa até Tiro, com a frota veneziana velejando paralelamente a ele. O cerco de Tiro teve início em 15 de fevereiro de 1124.[2]

Tiro ainda pertencia ao califado fatímida. Em 1112, seus cidadãos, indignados com a falta de apoio que haviam recebido do Egito durante o bloqueio de 1111, permitiram que Toghtekin instalasse um governador; ele então enviou um de seus mais hábeis capitães, o emir Mas'ud. Ao mesmo tempo, a suserania do Egito foi reconhecida; nas mesquitas, faziam-se orações pelo califa fatímida, a quem de tempos em tempos a cidade enviava pedidos de auxílio.[3] A diarquia funcionou tranqüilamente por dez anos, em grande parte porque o vizir al-Afdal estava ansioso por manter-se em bons termos com Toghtekin, de cuja amizade necessitava contra os francos. Em dezembro de 1121, porém, al-Afdal foi morto por um Assassino nas ruas do Cairo. O Califa al-Amir, enfim senhor de seus atos, quis reassumir o controle de Tiro. Enviou uma frota para a cidade em 1122, como se sua intenção fosse reforçar-lhe as defesas. O almirante convidou Mas'ud para inspecionar os navios e, uma vez tendo-o a bordo, raptou-o e levou-o para o Cairo, onde uma boa recepção o aguardava. De lá, foi devolvido com as maiores demonstrações de respeito a Toghtekin, que consentiu em não disputar a restauração fatímida. Todavia, quando os francos abordaram a cidade, al-Amir declarou que, com sua esquadra destruída, nada podia fazer para salvá-la; dessa forma, entregou formalmente suas defesas a Toghtekin, que acorreu com setecentos soldados turcos e provisões para o sítio.[4]

A única ligação da cidade de Tiro com o continente era o estreito istmo construído por Alexandre, o Grande, e suas fortificações encontravam-se em boa ordem. A cidade, porém, tinha um ponto fraco: sua água potável vinha do continente, por um aqueduto, pois não havia manancial na península. No dia seguinte à sua chegada, os francos trataram de cortar o sistema de canali-

---

1 Tafel e Thomas, I, pp. 84-9; Röhricht, *Regesta*, pp. 23-5; Guilherme de Tiro, XII, 4-5, pp. 547-53; Fulcher de Chartres, III, xxvii, 1-3, pp. 693-5.
2 Fulcher de Chartres, III, xviii, I, pp. 695-6.
3 Ibn al-Qalanisi, pp. 128-30, 142.
4 *Ibid.*, pp. 165-6, 170-1; Ibn al-Athir, pp. 356-8.

zação. No entanto, as chuvas de inverno haviam enchido as cisternas da cidade, e demoraria um pouco para a escassez d'água fazer-se sentir. Os francos instalaram-se nos jardins e pomares onde o istmo se juntava à terra firme. Os venezianos puxaram seus barcos para a praia junto aos seus aliados, mas mantendo sempre pelo menos uma galera no mar, a fim de interceptar qualquer navio que eventualmente tentasse aportar. O comandante supremo do exército era o Patriarca Gormondo, cuja autoridade era considerada superior à do comissário. Quando o Conde de Trípoli chegou com seu exército para juntar-se às forças sitiantes, não titubeou em submeter-se ao patriarca — concessão que provavelmente não faria a Guilherme de Bures.[1]

O cerco estendeu-se por toda a primavera e princípio do verão. Os francos dedicaram-se ao bombardeio contínuo das muralhas do outro lado do istmo, com máquinas cujo material fora trazido pelos venezianos. Os defensores, por sua vez, estavam bem equipados com máquinas para arremessar pedras e fogo grego sobre os agressores. Lutaram de modo magnífico, mas não eram numerosos o suficiente para tentar incursões. Temerosos de que a fome, a sede e a falta de efetivo militar os forçassem a capitular, enviavam mensageiros que escapavam da cidade para instar Toghtekin e os egípcios a correr em seu socorro. Um exército fatímida tentou criar uma distração numa ofensiva contra a própria Jerusalém, tendo chegado aos arredores da cidade. Seus civis, mercadores, sacristães e sacerdotes, todavia, cuidaram de guarnecer as muralhas colossais, e o comandante inimigo não se atreveu a atacá-los. Logo em seguida, um segundo exército egípcio saqueou a cidadezinha de Belin, ou La Mahomerie, alguns quilômetros ao norte, e massacrou seus habitantes. Entretanto, essas investidas isoladas não salvariam Tiro. Toghtekin teve ainda menos iniciativa. Quando o sítio começou, deslocou seus homens para Banyas, próxima à nascente do Jordão, esperando notícias de uma frota fatímida com a qual coordenaria seu ataque ao acampamento franco. Contudo, nenhuma frota egípcia subiu a costa; o califa não conseguiu estruturá-la. Os francos haviam receado tal combinação. Durante algumas semanas, a esquadra veneziana ficara estacionada diante da Escada de Tiro, a fim de interceptar os egípcios, e o patriarca destacou Pons de Trípoli e Guilherme de Bures, encabeçando um exército considerável, para enfrentar Toghtekin. Ao se aproximarem de Banyas, este preferiu não correr o risco de uma batalha e refugiou-se em Damasco. A única esperança da cidade assediada residia agora em Balak, o Ortóquida, o renomado captor do rei — que, de fato, planejava socorrê-los. Em maio, porém, foi morto em Menbij.

---

1 Fulcher de Chartres, III, xxviii, I-XXX, 13, pp. 695-720 (incluindo uma longa digressão a respeito da história de Tiro); Guilherme de Tiro, XIII, 7, p. 565.

No fim de junho, a situação dentro de Tiro era desesperadora. Tanto a comida quanto a água estavam chegando ao fim, e muitos da guarnição haviam caído. Comunicou-se a Toghtekin que a rendição era inevitável. Este enviou emissários ao acampamento franco, oferecendo sua capitulação nos termos de sempre: os habitantes que desejassem deixar a cidade poderiam fazê-lo em paz, levando consigo todos os seus bens móveis, e os que preferissem ficar deveriam manter seus direitos como cidadãos. Os líderes francos e venezianos aceitaram a oferta, apesar de os soldados e os marinheiros comuns terem ficado furiosos ao saberem que não haveria pilhagem, ameaçando amotinar-se. Em 7 de julho de 1124, abriram-se as portas e o exército cristão entrou na cidade. O estandarte real foi hasteado sobre o portão principal, e os do Conde de Trípoli e do Doge, sobre as torres que o ladeavam. Os líderes mantiveram sua palavra; não houve saques e uma longa procissão de muçulmanos atravessou em segurança o acampamento cruzado. A última cidade islâmica da costa ao norte de Ascalão caiu, assim, em poder dos cristãos. Seu exército retornou em júbilo para Jerusalém e os venezianos voltaram para sua terra, tendo obtido os resultados desejados.[1]

A boa nova chegou ao conhecimento do Rei Balduíno, em Shaizar. Desde a morte de Balak, sua custódia passara para o filho de Ilghazi, Timurtash, a quem desagradava a responsabilidade nela implicada e preferia a idéia de um rico resgate. Solicitou ao emir de Shaizar que iniciasse negociações com os francos. A Rainha Morfia viajara para o norte, a fim de estar o mais perto possível do marido; ela e o Conde Juscelino acertaram as condições com o emir. O preço exigido foi alto. O rei deveria pagar oito mil dinares e ceder a Alepo — onde Timurtash reinava agora, no lugar de Balak — as cidades de Athareb, Zerdana, Azaz, Kafartab e a região de Jasr; além disso, também teria de ajudar Timurtash a suprimir o líder beduíno Dubais ibn Sadaqa, que se estabelecera em Jeziré. Exigiu-se um adiantamento de vinte mil dinares, além do depósito de reféns em Shaizar como garantia do restante. Assim que fossem entregues aos muçulmanos, Balduíno seria libertado. Para reféns, Toghtekin escolheu a filha mais nova do rei, a Princesa Ivete, de quatro anos de idade, e o filho e sucessor de Juscelino, um menino de onze anos, mais dez herdeiros da nobreza. O emir Sultão, de Shaizar, como prova de sua boa vontade, enviou vários membros de sua família para Alepo. No fim de junho de 1124, Balduíno deixou Harran montado em seu

---

1 Fulcher de Chartres, III, xxxii, 1-xxxiv, 13, pp. 728-39, fixando a data da captura (e injustamente acusando os antioquenos por não cooperarem); Guilherme de Tiro, XIII, 13-14, pp. 573-6; Ibn al-Qalanisi, pp. 170-2, fornece a data; Ibn al-Athir, pp. 358-9 (estabelece a data de 9 de julho); Abu'l Feda, pp. 15-16 (menciona a data de 5 de julho); Mateus de Edessa, ccxliv, p. 314.

próprio cavalo de batalha, que lhe fora devolvido por Timurtash, e levando muitos presentes preciosos. Dirigiu-se para Shaizar, onde o emir, que tinha do rei uma grata recordação pelo abatimento da dívida de Shaizar com Antióquia cinco anos antes, lhe proporcionou pródigo entretenimento. Lá sua filha e os demais reféns foram ao seu encontro. Ao chegarem, Balduíno recebeu permissão para seguir para Antióquia, aonde chegou nos últimos dias de agosto.[1]

Uma vez em liberdade, Balduíno não honrou os termos que aceitara. O Patriarca Bernardo alertou-o de que ele não passava do suserano e regente de Antióquia; não tinha o direito de ceder seus territórios, que pertenciam ao jovem Boemundo II. Dagoberto deixou-se de bom grado convencer pelo argumento e mandou avisar Timurtash, em tom escusatório, que infelizmente não poderia desobedecer ao patriarca. Timurtash, mais preocupado em receber o dinheiro que as terras, perdoou o agravo por receio de perder o resto do resgate. Vendo-o tão condescendente, Balduíno em seguida desrespeitou a cláusula pela qual se comprometera a apoiá-lo contra o emir beduíno Dubais. Pelo contrário, recebeu uma embaixada de Dubais para planejarem uma ação conjunta contra Alepo. Firmou-se a aliança, e em outubro os exércitos de Antióquia e Edessa reuniram-se aos árabes de Dubais diante dos muros de Alepo. A coalizão logo foi fortalecida pela chegada, ao acampamento, do aspirante seljúcida ao trono da cidade, Sultão-Xá, que acabara de escapar de uma prisão ortóquida; estava acompanhado de seu primo Toghrul Arslan (irmão do Sultão de Rum), que recentemente fora expulso de Melitene pelos danishmends e estava em busca de aliados.

Timurtash não fez menção de defender Alepo. Seu irmão, Suleimã de Mayyafaraqin, encontrava-se à beira da morte, e ele ansiava por apossar-se da herança. Não arredou pé de Mardin, deixando que os notáveis da cidade se defendessem o melhor que pudessem. Estes resistiram por três meses, enquanto seus emissários — depois de serem mal recebidos por Timurtash, que não queria mais ser incomodado por eles — foram a Mosul e despertaram o interesse de seu atabegue, Aqsonqor il-Bursuqi, que comandara os exércitos do sultão contra os francos em 1114. Il-Bursuqi, que odiava os ortóquidas, enviou representantes para tomar o controle da cidadela de Alepo, e ele mesmo, apesar de enfermo, pôs-se a caminho com um exército e com a bênção do sultão. Ao se aproximar da cidade, ordenou que o emir de Homs, Khir-

---

1 Usama, ed. Hitti, pp. 133, 150; Kemal ad-Din, pp. 643-4; Mateus de Edessa, ccxli, pp. 312-13 (relatando o fato de Juscelino e a rainha terem providenciado o resgate e acrescentando que Waleran e o sobrinho do rei foram mortos por Timurtash — possivelmente porque Balduíno violou os termos do resgate). Miguel, o Sírio, III, pp. 212, 225. Joveta é chamada por diferentes nomes nos documentos oficiais — Ivete, Iveta ou Judita.

kan, e Toghtekin de Damasco se juntassem a ele — e, com efeito, ambos enviaram contingentes. Antes dessa demonstração de força, a aliança franco-beduína rompeu-se. Dubais, com sua tribo, dirigiu-se para o leste, ao passo que Balduíno se retirou para a fortaleza de Athareb. No fim de janeiro, Il-Bursuqi entrou em Alepo, mas não fez qualquer tentativa de perseguir os francos. Em vista disso, o rei retornou a Antióquia e de lá para Jerusalém, aonde chegou em abril de 1125, após uma ausência de dois anos.[1]

Não se demorou em sua capital, pois il-Bursuqi era um adversário mais formidável que os ortóquidas. Sendo senhor de Mosul e Alepo e sustentado pela autoridade do sultão, conseguiu coligar os muçulmanos do Norte da Síria sob sua liderança. Toghtekin e o emir de Homs submeteram-se à sua hegemonia. Em março ele visitou Shaizar, cujo emir, Sultão, sempre sequioso por estreitar seus laços de amizade com qualquer um que tivesse alguma importância, lhe entregou os reféns francos — a Princesa Ivete, o jovem Juscelino e seus companheiros. Em maio, à frente de uma nova aliança islâmica, il-Bursuqi atacou e capturou o forte franco de Kafartab e iniciou o cerco a Zerdana. Balduíno correu em socorro da cidade, conduzindo os exércitos de Antióquia, Trípoli e Edessa. Os muçulmanos deslocaram-se para Azaz, onde, no fim do mês, teve lugar uma das mais sangrentas batalhas da história das Cruzadas. Os muçulmanos, confiando em sua primazia numérica, partiram para o confronto direto; incapazes, porém, de fazer frente às armas e ao preparo físico superiores dos francos, sofreram uma derrota incontestável. Do rico butim assim conquistado, Balduíno extraiu os oitenta mil dinares combinados para a devolução dos reféns — para o que cada cavaleiro franco entregou uma parte de sua cota para resgatar a filha do rei. Conquanto o dinheiro na verdade fosse devido a Timurtash, il-Bursuqi aceitou-o e libertou os prisioneiros. Outra quantia, enviada para Shaizar, remiu os cativos e reféns ainda detidos lá. Ao serem libertados, foram atacados pelo emir de Homs, mas os munquiditas correram em seu socorro e permitiram-lhes seguir seu caminho.

Após a batalha, fez-se uma trégua. Os muçulmanos ficaram com Kafartab, que coube ao emir de Homs, mas não houve novas mudanças territoriais. Depois de deixar uma guarnição em Alepo, il-Bursuqi retornou a Mosul. Durante dezoito meses, o norte seria deixado em paz.[2]

---

1 Fulcher de Chartres, III, xxxviii-xxxix, 9, 2, pp. 751-6; Guilherme de Tiro, XIII, 15, pp. 576-7; Ibn al-Qalanisi, pp. 172-3; Kemal ad-Din, pp. 643-50; Usama, ed. Hitti, p. 133; Mateus de Edessa, ccxlv, pp. 314-15.

2 Fulcher de Chartres, III, xlii, 1-xliv, 4, pp. 761-71; Guilherme de Tiro, XIII, 11, pp. 578-80; Sigeberto de Gembloux, *M.G.H.Ss.* vol. VI, p. 380; Kemal ad-Din, p. 651; *Bustan*, p. 519; Usama, *loc. cit.*; Mateus de Edessa, ccxlvii, pp. 315-18; Miguel, o Sírio, III, p. 221.

Balduíno retornou à Palestina, onde, no outono de 1125, liderou uma ofensiva em terras damasquinas e uma demonstração de força contra Ascalão. Em janeiro de 1126, resolveu conduzir uma expedição séria contra Damasco e invadiu a região de Hauran. Toghtekin partiu para o confronto; os exércitos colidiram em Tel es-Saqhab, cerca de trinta quilômetros a sudoeste de Damasco. A princípio, os muçulmanos se impuseram, e o regimento turcomano de Toghtekin penetrou até o acampamento real; no fim das contas, porém, Balduíno conquistou a vitória. O inimigo foi perseguido até a metade do caminho para Damasco. Contudo, em virtude das muitas baixas sofridas, o soberano franco considerou prudente abandonar a campanha e retirou-se, carregado de butim, para Jerusalém.[1]

Em março de 1126, Pons de Trípoli atacou a fortaleza muçulmana de Rafaniya, que dominava a entrada da Buqaia pelo vale do Orontes. Tratava-se de uma meta cristã havia muito acalentada — desde sua recaptura por Toghtekin, em 1105. Enquanto o governador local apelava para Toghtekin e il-Bursuqi, Pons rogou o auxílio do Rei Balduíno. Os dois príncipes cristãos marcharam rapidamente contra o castelo, muito antes de os muçulmanos se aprestarem para ir em seu socorro, e a capitulação deu-se após um cerco de dezoito dias. Foi uma conquista valiosa para os francos, pois a fortaleza resguardava não só o condado de Trípoli em si, mas também as comunicações entre Jerusalém e Antióquia.[2]

Entrementes, os egípcios haviam reconstruído sua esquadra. No outono de 1126, saíram de Alexandria com o objetivo de assolar o litoral cristão. Ao tomar conhecimento do plano fatímida, il-Bursuqi arquitetou uma investida simultânea no norte, e sitiou Athareb. Balduíno acertadamente considerou este o maior perigo, e precipitou-se para Antióquia. De fato, os egípcios, depois de ensaiarem um dispendioso assalto aos subúrbios de Beirute, encontraram as cidades costeiras tão bem defendidas que logo voltaram para o Nilo.[3] No norte, Balduíno, com a ajuda de Juscelino, obrigou os muçulmanos a retirarem-se de Athareb. Nenhum dos dois lados queria arriscar-se em uma batalha, e a trégua não tardou a ser restabelecida. Il-Bursuqi, após instalar seu filho, Izz ed-Din Mas'ud, como governador de Alepo, voltou para casa, Mosul — onde, no mesmo dia de sua chegada (26 de novembro), foi morto a facadas por um Assassino.[4]

---

1 Fulcher de Chartres, III, xlvi, 1-7, l, 1-15, pp. 772-4, 784-93; Guilherme de Tiro, XIII, 17-18, pp. 581-5; Ibn al-Qalanisi, pp. 574-7.
2 Fulcher de Chartres, III, li, 4, lii, 1, pp. 795-7, 798-9; Guilherme de Tiro, XIII, 19, pp. 585-6; Ibn al-Qalanisi, p. 180; Kemal ad-Din, p. 652.
3 Fulcher de Chartres, III, lvi, 1-5, pp. 803-5; Guilherme de Tiro, XIII, 20, pp. 587-8.
4 Fulcher de Chartres, III, lv, 5, pp. 802-3; Ibn al-Qalanisi, pp. 177-8; Kemal ad-Din, pp. 653-4.

A morte de Il-Bursuqi provocou o caos entre os muçulmanos — agravado quando seu filho Mas'ud, com quem Toghtekin já se desentendera, pereceu, provavelmente envenenado, alguns meses mais tarde. Alepo ficou mudando de mãos entre o indicado por Mas'ud, Tuman; um mameluco enviado pelo sultão, de nome Kutluh; o ortóquida Badr ad-Daulah Suleimã; e um filho de Ridwan, Ibrahim, o Seljúcida.[1]

Por volta da mesma época, Balduíno libertou-se de bom grado da regência de Antióquia. O jovem Boemundo II atingira os dezoito anos e foi receber sua herança. Abandonando suas terras na Itália para seu primo, Rogério II da Sicília, embarcou em setembro de 1126 em Otranto com uma esquadra de 24 navios, levando tropas e cavalos em certa quantidade. Aportou em S. Simão no princípio de outubro e dirigiu-se diretamente para Antióquia, onde foi recebido com toda a deferência pelo Rei Balduíno. O jovem causou uma excelente impressão. Herdara a aparência magnífica do pai; era alto, louro e belo, exibindo um ar nobre que recebera de sua mãe, Constância, filha do Rei Felipe I, da França. O Rei Balduíno não hesitou em passar-lhe às mãos o principado, com todas as suas posses, com grande escrúpulo. O embaixador de Shaizar ficou vivamente impressionado ao constatar que o rei, daí por diante, passou a pagar ao príncipe à vista o trigo consumido pelos cavalos do exército de Jerusalém. O rei trouxera consigo sua segunda filha, a Princesa Alice, e, conforme os planos previamente traçados, o jovem casal contraiu núpcias. Boemundo deu início ao seu reinado de maneira brilhante: lançou um ataque a Kafartab, que reconquistou ao emir de Homs. Logo em seguida, há notícias de seu cavalheirismo em escaramuças contra o exército de Shaizar.[2]

O Rei Balduíno pôde por fim retornar para o sul, acreditando que a morte de il-Bursuqi e a chegada de Boemundo o deixariam livre para cuidar de seu próprio reino. O ano de 1127 passou-se de modo tão pacífico que nada sabemos de seus movimentos, exceto por uma breve campanha a leste do mar Morto em agosto.[3] No princípio de 1128, faleceu seu amigo fiel, o Patriarca Gormondo. Sucedeu-lhe outro sacerdote francês, Estêvão de La Ferté, abade de Saint-Jean-en-Vallée, em Chartres — um homem de nasci-

---

1 Ibn al-Qalanisi, pp. 181-2; Kemal ad-Din, p. 654; Miguel, o Sírio, III, p. 225.

2 Fulcher de Chartres, III, lvii, 1-4, pp. 805-9, 819-22. (Os capítulos intermediários versam sobre os perigos do mar Mediterrâneo e as espécies de serpentes encontradas em suas costas. Após um capítulo adicional a respeito de uma praga de camundongos em 1127, a narrativa de Fulcher chega ao fim.) Guilherme de Tiro, XIII, 21, pp. 588-9; Orderic Vitalis, XI, 9, vol. IV, p. 266; Mateus de Edessa, ccl, p. 319 (revelando que Balduíno prometeu a Boemundo a sucessão de Jerusalém); Miguel, o Sírio, III, p. 224; Usama, ed. Hitti, p. 150.

3 Ibn al-Qalanisi, p. 182.

mento nobre, aparentado com o Rei Balduíno. Se este esperava que os laços familiares implicariam uma cooperação cordial, logo se desiludiu. O novo patriarca tratou de imediato de reacender a questão do acordo feito por Godofredo com o Patriarca Dagoberto. Alegou que Jafa era uma propriedade autônoma do patriarcado e lembrou o rei de que, uma vez capturada Ascalão, a própria Jerusalém deveria ser-lhe entregue. Balduíno recusou-se a dar ouvidos a tais reivindicações, mas não sabia como lidar com elas. As relações entre a corte real e o patriarcado deterioraram-se ao longo de 1129, mas a ruptura explícita foi evitada pelo falecimento de Estêvão após uma breve doença, no início de 1130. Seus amigos suspeitaram de envenenamento. Quando o rei foi visitar o moribundo e indagou-lhe de seu estado, este respondeu, rancorosamente: "Senhor, estou passando conforme seus desejos". De fato, sua morte era desejável. Para suceder-lhe, Balduíno assegurou a eleição do Prior do Santo Sepulcro, Guilherme de Messines, um homem de profunda piedade e benevolência, embora um pouco simples e rude. Desprovido de ambições políticas, contentava-se em satisfazer todas as vontades do rei. Em conseqüência, usufruía da apreciação geral.[1]

A próxima missão de relevo de Balduíno foi dispor a sucessão do trono. A Rainha Morfia não lhe dera filhos do sexo masculino, mas em contrapartida tivera quatro moças: Melisende, Alice, Hodierna e Ivete. Alice era agora Princesa de Antióquia; Hodierna e Ivete ainda eram crianças. Melisende lhe sucederia, tendo ao seu lado um marido adequado. Em 1128, após consultar seu conselho, Dagoberto enviou à França Guilherme de Bures e o senhor de Beirute, Guy Brisebarre, com a missão de pedir ao rei, Luís VI, que selecionasse, entre os nobres franceses, um homem apropriado para posição tão distinta. Luís recomendou o Conde d'Anjou, Fulco V. Fulco tinha por volta de quarenta anos, sendo filho de Fulco IV, Rechin, e de Bertrada de Montfort, célebre por seu adultério com o Rei Felipe I, da França. Estava à frente de uma grande casa, que nos últimos dois séculos construíra uma das mais ricas e formidáveis propriedades francesas — e ele mesmo, mediante guerras, casamentos e intrigas, contribuíra de modo considerável para sua ampliação. Naquele mesmo ano, ele obtivera um triunfo familiar ao casar seu jovem filho e herdeiro, Godofredo, com a Imperatriz Matilda — única filha legítima viva de Henrique I da Inglaterra e herdeira da Inglaterra e da Normandia. Já viúvo, Fulco decidira passar as terras da família para seu filho e dedicar-se ao serviço da Cruz. Já estivera em Jerusalém em uma peregrinação, em 1120, e, assim, travara conhecimento pessoalmente com Balduíno.

---

1 Guilherme de Tiro, XIII, 25-6, pp. 594-5, 598; Guilherme é por vezes chamado de "de Malines". Messines situa-se no Oeste de Flandres.

Candidato tão notável, apoiado pelo Rei da França e endossado pelo Papa, Honório II, foi prontamente aceito pelo Rei Balduíno, que ansiava para que seus arranjos para a sucessão fossem do agrado dos barões do reino. Era impossível que qualquer um deles contestasse tão ilustre príncipe-guerreiro, casado com a filha primogênita de seu soberano.

Fulco deixou a França no começo da primavera de 1129, em companhia de Guilherme de Bures e Guy Brisebarre. Desembarcaram em Acre em maio e seguiram para Jerusalém. Lá, no fim do mês, Fulco e Melisende casaram-se em meio a grandes festividades e regozijo. O arranjo gozava da aprovação de todo o país, com talvez uma exceção: a Princesa Melisende permaneceu impassível ao homem ruivo de meia-idade, baixo e rijo que lhe foi impingido por uma questão de conveniência política.[1]

Com Fulco a auxiliá-lo, Balduíno passou a dedicar-se, em 1129, ao grande projeto de seu reinado: a conquista de Damasco. Toghtekin de Damasco morreu em 12 de fevereiro de 1128. Durante muitos anos, reinara como senhor absoluto da cidade e o mais respeitado muçulmano da Síria Ocidental.[2] Alguns anos antes, um líder dos Assassinos, Bahram de Asterabad, fugira da Pérsia para Alepo e assumira a liderança do movimento ismailita clandestino no Norte da Síria. Contudo, embora desfrutasse do apoio de Ilghazi, sua seita era detestada pelo povo de Alepo, e Bahram foi obrigado a mudar-se. De posse de uma recomendação de Ilghazi, chegou a Damasco, onde Toghtekin lhe deu uma acolhida cordial. Estabeleceu-se na cidade, pouco a pouco granjeando um círculo de adeptos e ganhando a simpatia do vizir de Toghtekin, al-Mazdaghani. A seita começou a crescer em influência, para desagrado da população sunita da cidade — diante do que Bahram pediu proteção ao vizir. A pedido deste, Toghtekin entregou-lhes, em novembro de 1126, a fortaleza fronteiriça de Banyas, então ameaçada pelos francos, que esperavam fazer bom uso de suas potencialidades. Bahram reforçou-lhe as fortificações e congregou todos os seus seguidores ao seu redor. Logo começaram a aterrorizar a vizinhança; Toghtekin, conquanto oficialmente ainda os protegesse, começou a tramar sua eliminação, mas

---

1 Guilherme de Tiro, XIII, 24, p. 593, XIV, 2, p. 608; Halphen e Poupardin, *Chroniques des Comtes d'Anjou, Gesta Ambaziencium Dominorum*, p. 115, e *Gesta Consulum Andegavorum*, pp. 69-70. Fulco casara-se com Arenburga ou Guiberga, herdeira de Maine, por volta de 1109, e dera prosseguimento às guerras contra Henrique I da Inglaterra por conta de sua herança. O casamento de seu filho Godofredo (17 de junho de 1128) com a Imperatriz Matilda pôs um ponto final à contenda. Sua filha Sibila já era esposa de Thierry da Alsácia, Conde de Flandres. Fulco empreendera uma peregrinação a Jerusalém em 1120 (Guilherme de Tiro, p. 608). A carta de recomendação do Papa Honório II a Balduíno pode ser encontrada em Rozière, *Cartulaire du Sainte Sépulcre*, pp. 17-18.

2 Ibn al-Qalanisi, pp. 183-6; Ibn al-Athir, pp. 317-18.

faleceu antes que surgisse uma oportunidade adequada. Ao cabo de alguns meses, Bahram foi morto em uma escaramuça com uma tribo árabe perto de Balbek, cujo xeque ele assassinara. Sua posição foi ocupada por outro persa, de nome Ismail.[1]

O sucessor de Toghtekin como atabegue de Damasco foi seu filho, Taj al-Mulk Buri, que estava determinado a se livrar dos Assassinos. Sua primeira providência, em setembro de 1129, foi repentinamente mandar matar seu protetor, o vizir al-Mazdaghani, durante uma sessão do conselho no Pavilhão Rosa, em Damasco. Imediatamente, desencadeou-se na cidade uma série de tumultos — planejados por Buri —, em que todos os Assassinos encontrados foram abatidos. Ismail, em Banyas, alarmou-se. Para salvar seus sectários, entrou em negociações com os francos.

Era a oportunidade pela qual o Rei Balduíno estava esperando. Ao tomar conhecimento da morte de Toghtekin, enviou Hugo de Payens, Grão-Mestre dos Templários, à Europa, a fim de lá recrutar soldados, propalando que seu objetivo era Damasco. Ao receber os emissários de Ismail, pôs suas tropas a caminho para tomar Banyas aos Assassinos e acomodar Ismail e sua seita em território franco. Uma vez em segurança, porém, este contraiu disenteria, vindo a falecer alguns meses mais tarde, e seus seguidores dispersaram-se.[2] Balduíno chegou em pessoa a Banyas no início de novembro, à frente de todo o exército de Jerusalém, avultado por homens recém-chegados do Ocidente. Avançou sem enfrentar grande resistência e acampou junto à Ponte de Madeira, cerca de nove quilômetros a sudoeste de Damasco. Buri conduziu seus homens para defronte deles, tendo a cidade atrás de si. Durante alguns dias, os dois exércitos permaneceram imóveis. Nesse ínterim, Balduíno enviou destacamentos — compostos, em sua maioria, por recém-chegados, sob o comando de Guilherme de Bures — para coletar provisões e materiais, a fim de que pudessem aventurar-se a fechar o cerco à cidade. Guilherme, porém, não conseguia manter o controle sobre seus homens, mais interessados em garantir seu próprio butim que em acumular suprimentos. Suas dificuldades chegaram ao conhecimento de Buri. Numa manhã bem cedo de fins de novembro, trinta quilômetros ao sul do acampamento franco, sua cavalaria turcomana atirou-se sobre Guilherme. Os cristãos lutaram bem, mas foram subjugados. Apenas o próprio Guilherme e 45 de seus companheiros sobreviveram para informar o rei do ocorrido.[3]

---

1 Ibn al-Qalanisi, pp. 179-80, 187-91; Ibn al-Athir, pp. 382-4.
2 Ibn al-Qalanisi, pp. 191-5; Ibn al-Athir, pp. 384-6.
3 Ibn al-Qalanisi, pp. 195-8.

Balduíno decidiu marchar de imediato contra o inimigo, enquanto este celebrava a vitória, e deu ordem de avançar. Naquele momento, porém, despencou um pesado aguaceiro. A planície tornou-se um mar de lama, com fundos rios sulcando as estradas. Naquelas condições, atacar era impensável. Profundamente desapontado, o rei abandonou qualquer idéia de dar continuidade ao cerco. Seu exército recuou lentamente e em perfeita ordem para Banyas, seguindo dali para a Palestina, onde se dispersou.[1]

Outros acontecimentos do norte tornaram sua decepção particularmente cruel. Balduíno acalentara esperanças de que Boemundo II e Juscelino aproveitassem o caos reinante em Alepo para apoderar-se por fim da grande cidade islâmica. Todavia, embora ambos tivessem assolado sucessivamente seu território no outono de 1127, não queriam cooperar. Nutriam uma inveja mútua. Juscelino obtivera, mediante uma trégua com il-Bursuqi, distritos que, durante algum tempo, haviam pertencido a Antióquia. Pior ainda: a cidade de Azaz fora prometida à segunda esposa de Juscelino (Maria, irmã de Rogério de Antióquia), como parte de seu dote. No entender de Boemundo, uma vez que Rogério não passara de um regente em seu nome, não tinha direito algum de ceder seus territórios, e questionou o acordo. Em vista disso, Juscelino liderou suas tropas, apoiadas por mercenários turcos, em um assalto às aldeias antioquenas próximas às suas fronteiras. Não se deixou deter nem por um interdito emitido pelo Patriarca Bernardo contra todo o condado de Edessa. A notícia da querela foi levada ao Rei Balduíno, que ficou furioso e correu para o norte, no início de 1128, forçando os dois príncipes a se reconciliar. Felizmente, Juscelino, o mais truculento, caiu subitamente de cama e interpretou sua doença como uma punição divina. Concordou em restituir a Boemundo o butim de que se apropriara e aparentemente abandonou sua reivindicação de Azaz — mas já era tarde demais. Como ocorreria em Damasco, no ano seguinte, fora desperdiçada uma oportunidade de ouro, que nunca seria recuperada. Afinal, o Islã encontrara um novo e grande herói.[2]

Durante os últimos meses de 1126, o califa abássida al-Mustarshid, que sucedera ao afável poeta al-Mustazhir em 1118, teve a idéia de explorar as disputas familiares dos sultões seljúcidas para libertar-se de seu controle. O sultão, Mahmud, em cujos domínios se localizava Bagdá, foi obrigado a interromper sua caçada para enviar um exército para lá, sob o comando de seu capitão Imad ad-Din Zengi. Zengi, cujo pai, Aqsonqor, fora governador de Alepo antes do período das Cruzadas, já havia conquistado certa reputa-

---

1 Guilherme de Tiro, XIII, 26, pp. 595-7; Ibn al-Qalanisi, pp. 198-200.
2 Guilherme de Tiro, XIII, 22, p. 590; Miguel, o Sírio, III, p. 224; Kemal ad-Din, p. 665.

ção em guerras contra os francos. Após uma breve campanha, esmagou as tropas do califa em Wasit e reduziu-o à obediência. Seu comportamento diplomático agradou a al-Mustarshid; quando, por ocasião da morte de il-Bursuqi, foi necessário indicar um novo atabegue para Mosul, Mahmud — que a princípio havia pensado em indicar o líder beduíno Dubais — concordou com o califa em que Zengi era um candidato melhor. O jovem filho do sultão, Alp Arslan, foi instalado no cargo de governador de Mosul, tendo Zengi como seu atabegue. Este passou o inverno de 1127 na cidade, organizando seu governo, e, na primavera de 1128, marchou sobre Alepo, reivindicando-a como parte dos domínios de il-Bursuqi. Os cidadãos locais, cansados da anarquia reinante, receberam-no de braços abertos. Sua entrada solene na cidade deu-se em 28 de junho.[1]

Zengi via-se como o defensor do Islã contra os francos. Não obstante, não pretendia atacar enquanto não estivesse pronto. Firmou uma trégua com Juscelino, com duração de dois anos, enquanto consolidava seu poder na Síria. Os emires de Shaizar e Homs não hesitaram em reconhecer sua suserania. Do primeiro, ele não tinha nada a temer. O segundo foi induzido a assisti-lo em uma campanha contra Hama, domínio damasceno, mediante a garantia de que esta lhe seria entregue. Após a conquista, porém, Zengi tomou Hama para si e aprisionou Khirkan de Homs, conquanto não conseguisse assegurar também a própria Homs. Buri de Damasco, que prometera colaborar em uma Guerra Santa contra os cristãos, estava ocupado demais com sua guerra contra Jerusalém para protestar de modo efetivo. No fim de 1130, Zengi era o senhor incontestável da Síria até Homs, ao sul.[2]

Naquele mesmo ano, os francos sofreram um imenso revés. Boemundo II ambicionava restituir ao seu principado todas as terras que já lhe haviam pertencido. Na Cilícia, o poder antioqueno havia declinado. Tarso e Adana ainda se encontravam em mãos francas, constituindo, ao que parece, o dote da viúva de Rogério e irmã do Rei Balduíno, Cecília. Havia também uma guarnição franca em Mamistra. Mais para o interior, porém, Anazarbus caíra em poder do príncipe armênio, Thoros, o Roupeniano, que estabelecera sua capital em Sis, localizada nas proximidades. Thoros morreu em 1129, e seu filho Constantino, alguns meses mais tarde, no decurso de uma intriga palaciana. O príncipe seguinte era o irmão de Thoros, Leão I.[3] Boemundo julgou que era chegada a hora de recuperar Anazarbus. Em fevereiro de 1130, marchou com uma pequena força, subindo o rio Jihan, rumo ao seu

---

1 Sobre a história de Zengi até 1128, ver Cahen, *op. cit.*, pp. 306-7, e nn. 12 e 13 (com referências).

2 Ibn al-Qalanisi, pp. 200-2; Kemal ad-Din, p. 658; Mateus de Edessa, cclii, p. 320.

3 Vahram, *Armenian Rhymed Chronicle*, p. 500.

objetivo. Leão, sobressaltado, apelou para o emir danishmend, Ghazi, cujas terras agora chegavam até os montes Tauro. Boemundo não tinha conhecimento de tal aliança. Enquanto avançava de forma displicente rio acima, enfrentando apenas uma leve resistência por parte dos armênios, os turcos danishmends caíram sobre ele e chacinaram todo o exército. Comentou-se que, caso tivessem reconhecido o príncipe, tê-lo-iam poupado pelo resgate que renderia. Não foi, porém, o que aconteceu: sua cabeça foi levada para o emir danishmend, que mandou embalsamá-la e a enviou de presente para o califa.[1]

Foi graças à intervenção bizantina que os turcos não puderam dar continuidade à sua vitória, e Anazarbus permaneceu em mãos armênias.[2] Todavia, a morte de Boemundo foi uma calamidade para Antióquia. Boemundo acedera ao trono da cidade por direito hereditário. O sentimento geral era de que seus direitos deveriam ser transmitidos ao seu herdeiro. Seu casamento com Alice, porém, produzira apenas uma filha, então com dois anos de idade, de nome Constância. Sem esperar que seu pai, o rei, nomeasse um regente, conforme seu direito de suserano, Alice avocou-se prontamente a regência. Mas era ambiciosa. Não demorou para correr na cidade o boato de que seu desejo era governar não como regente, mas como soberana. Constância seria confinada em algum convento ou, assim que possível, casada com um marido ignóbil qualquer. A mãe desnaturada perdeu sua popularidade no principado, onde muitos homens eram de opinião que, em momentos como aquele, a regência precisava ser confiada a um guerreiro. Quando soube que o rei já deixara Jerusalém e estava a caminho, Alice sentiu o poder escapando-lhe por entre os dedos, e tomou uma medida desesperada. Enviou um mensageiro montado em um cavalo esplêndido, magnificamente ajaezado, para Alepo, a fim de anunciar ao atabegue Zengi que ela estava disposta a prestar-lhe homenagem caso ele lhe garantisse a posse da cidade.

Ao tomar conhecimento da morte de Boemundo, o Rei Balduíno correu para o norte, acompanhado de seu genro, Fulco, para assumir a custódia de sua herdeira e nomear o regente. Ao se aproximarem da cidade, suas tropas capturaram o emissário de Alice para Zengi, e Balduíno mandou enforcá-lo imediatamente. Ao surgir diante de Antióquia, descobriu que sua filha fechara os portões em sua cara. Intimou então Juscelino a ajudá-lo e montou seu acampamento diante da cidade. Do lado de dentro, Alice conquistara

---

1 Guilherme de Tiro, XIII, 27, pp. 598-9; Orderic Vitalis, XI, 10, vol. IV, pp. 267-8; Romualdo, *M.G.H. Ss.*, vol. XIV, p. 420; Miguel, o Sírio, III, p. 227; *Crôn. Anôn. Sír.*, pp. 98-9; Ibn al-Athir, p. 468.

2 Miguel, o Sírio (III, p. 230) conta que João Comneno deflagrou imediatamente uma ofensiva contra os turcos. Ver abaixo, p. 184.

um apoio temporário por meio de uma pródiga distribuição de dinheiro do tesouro entre os soldados e o povo. É possível que, com seu sangue armênio, ela fosse popular entre os cristãos nativos. A nobreza franca, porém, nunca apoiaria uma mulher contra seu monarca. Ao cabo de alguns dias, um cavaleiro normando, Guilherme de Aversa, e um monge, Pedro, o Latino, abriram o Portão do Duque para Juscelino e o Portão de S. Paulo para Fulco. No dia seguinte, o rei entrou. Alice entrincheirou-se em uma torre, só saindo quando os notáveis da cidade deram-lhe garantia de vida. Houve um doloroso colóquio entre Balduíno e sua filha, que se ajoelhou, tomada de aterrorizada vergonha, diante dele. O rei, preferindo evitar um escândalo — e, sem dúvida, com seu coração de pai comovido —, perdoou-a, mas afastou-a da regência e baniu-a para Latáquia e Jabala, as terras que Boemundo II definira como sendo seu dote. Balduíno assumiu a regência e obrigou todos os nobres de Antióquia a fazer, tanto a ele quanto à sua neta, um juramento. Em seguida, após investir Juscelino guardião da cidade e de sua princesa-menina, voltou para Jerusalém, no verão de 1130.[1]

Foi sua última viagem. Uma longa vida de atividade interminável, só interrompida por dois infelizes períodos de cativeiro, havia-o exaurido. Em 1131, sua saúde começou a falhar. Ao chegar agosto, não restava mais dúvida de que ele estava morrendo. Por desejo seu, foi transferido do Palácio de Jerusalém para a residência do patriarca, anexa aos edifícios do Santo Sepulcro, pois queria morrer o mais próximo possível do Calvário. Na iminência do fim, convocou os nobres do reino aos seus aposentos, além de sua filha, Melisende, acompanhada do marido, Fulco, e seu filhinho de um ano, batizado de Balduíno em sua homenagem. Deu a Fulco e Melisende sua bênção e ordenou que todos os presentes os aceitassem como seus soberanos. Em seguida, assumiu o manto de monge, sendo admitido como cônego do Santo Sepulcro. A cerimônia mal fora realizada quando ele morreu, numa sexta-feira, 21 de agosto de 1131. Foi enterrado na Igreja do Santo Sepulcro, em meio ao luto digno de um grande rei.[2]

Seu primo e velho camarada, Juscelino de Edessa, não lhe sobreviveu muito tempo. Por volta da época da morte de Balduíno, ele foi sitiar um pequeno castelo a nordeste de Alepo. Durante uma inspeção das linhas, um túnel cavado por seus homens desabou sob seus pés, deixando-o gravemente ferido, sem esperanças de recuperação. Agonizante, recebeu a notí-

---

1 Guilherme de Tiro, XIII, 27, pp. 599-601; Miguel, o Sírio, III, p. 230; Kemal ad-Din, pp. 660-1.

2 Guilherme de Tiro, XIII, 28, pp. 601-2; Orderic Vitalis, XII, 23, vol. IV, p. 500; Ibn al-Qalanisi, pp. 207-8, estabelecendo a data de quinta-feira, 25 de Ramadã, mas no ano errado (526 D.H.).

cia de que o emir danishmend, Ghazi, havia atacado a cidade de Kaisun, a grande fortaleza onde Juscelino recentemente instalara o patriarca jacobita de Antióquia. Kaisun estava sofrendo uma enorme pressão dos turcos, e Juscelino ordenou que seu filho saísse em seu socorro; o jovem Juscelino, porém, retorquiu que o exército de Edessa era demasiado pequeno para ser de alguma valia. Diante disso, o idoso conde deixou seu leito e, carregado em uma liteira, partiu à frente de seus homens para dar combate aos turcos. Ao saber de sua chegada, Ghazi sobressaltou-se, por considerá-lo já morto. Inquieto, levantou o cerco de Kaisun. Um mensageiro correu a levar a notícia a Juscelino, que pediu que depositassem sua liteira no chão para poder agradecer a Deus. Todavia, o esforço e a emoção foram demais para ele, e o conde morreu ali mesmo, na estrada.[1]

Com Balduíno e Juscelino mortos, encerrou-se a velha geração dos cruzados pioneiros. Nos anos que se seguiram, deparamo-nos com um novo padrão de conflitos entre os cruzados da segunda geração — homens e mulheres como Juscelino II, a Princesa Alice ou a casa de Trípoli, prontos a se adaptar ao estilo de vida oriental e visando apenas a manter o que já possuíam — e os recém-chegados do Ocidente — agressivos, desadaptados e incompreensivos, tais como Fulco, Raimundo de Poitiers ou o nefasto Reinaldo de Châtillon.[2]

---

1 Guilherme de Tiro, XIV, 3, pp. 609-11; Miguel, o Sírio, III, 232; *Crôn. Anôn. Sír.*, pp. 99-100.

2 Ibn al-Athir, pp. 389-90, percebe a mudança das circunstâncias, com o desaparecimento dos cruzados pioneiros, de um lado, e, do outro, o início da unidade muçulmana, sob o comando de Zengi.

Capitulo 11

A Segunda Geração

"Como bastardos foram gerados." OSÉIAS 5, 7

Em 14 de setembro de 1131, três semanas depois que o corpo do Rei Balduíno II fora depositado para descansar na Igreja do Santo Sepulcro, a mesma igreja foi testemunha da coroação do Rei Fulco e da Rainha Melisende. A sucessão do novo soberano foi celebrada com alegres festividades.[1]

Contudo, enquanto os barões do reino de Jerusalém aceitaram o Rei Fulco sem contestar, os príncipes francos do norte mostraram-se menos prontos a aceitá-lo como seu senhor. Balduíno I e Balduíno II haviam sido suseranos de todos os Estados francos porque dispunham de poder e personalidade para tal. A situação jurídica, porém, nada tinha de clara. No caso de Edessa, Juscelino I, assim como Balduíno II antes dele, prestara homenagem ao seu predecessor quando este se tornou Rei de Jerusalém e lhe transmitiu pessoalmente o reino. Será que tal arranjo tornava os herdeiros de Juscelino vassalos de Balduíno II? Em Trípoli, o Conde Bertrando submetera-se à suserania de Balduíno I a fim de proteger-se dos ataques de Tancredo; seu filho Pons, porém, tentara repudiar os direitos de Balduíno II e só os reconhecera porque não era forte o suficiente para desafiar as forças do rei. Em Antióquia, Boemundo I considerava-se um príncipe soberano; Tancredo, embora fosse apenas um regente, não príncipe, recusara-se a considerar-se vassalo do rei, exceto no caso de seu principado da Galiléia. Conquanto Rogério e Boemundo II houvessem reconhecido Balduíno II como seu senhor, podia-se alegar que haviam cometido um erro. A situação era complicada pelos direitos que o império bizantino reivindicava sobre Antióquia e Edessa — legítimos à luz do tratado firmado entre os príncipes e o Imperador Aleixo em Constantinopla durante a Primeira Cruzada — e Trípoli — em virtude da homenagem que lhe prestara o Conde Bertrando.

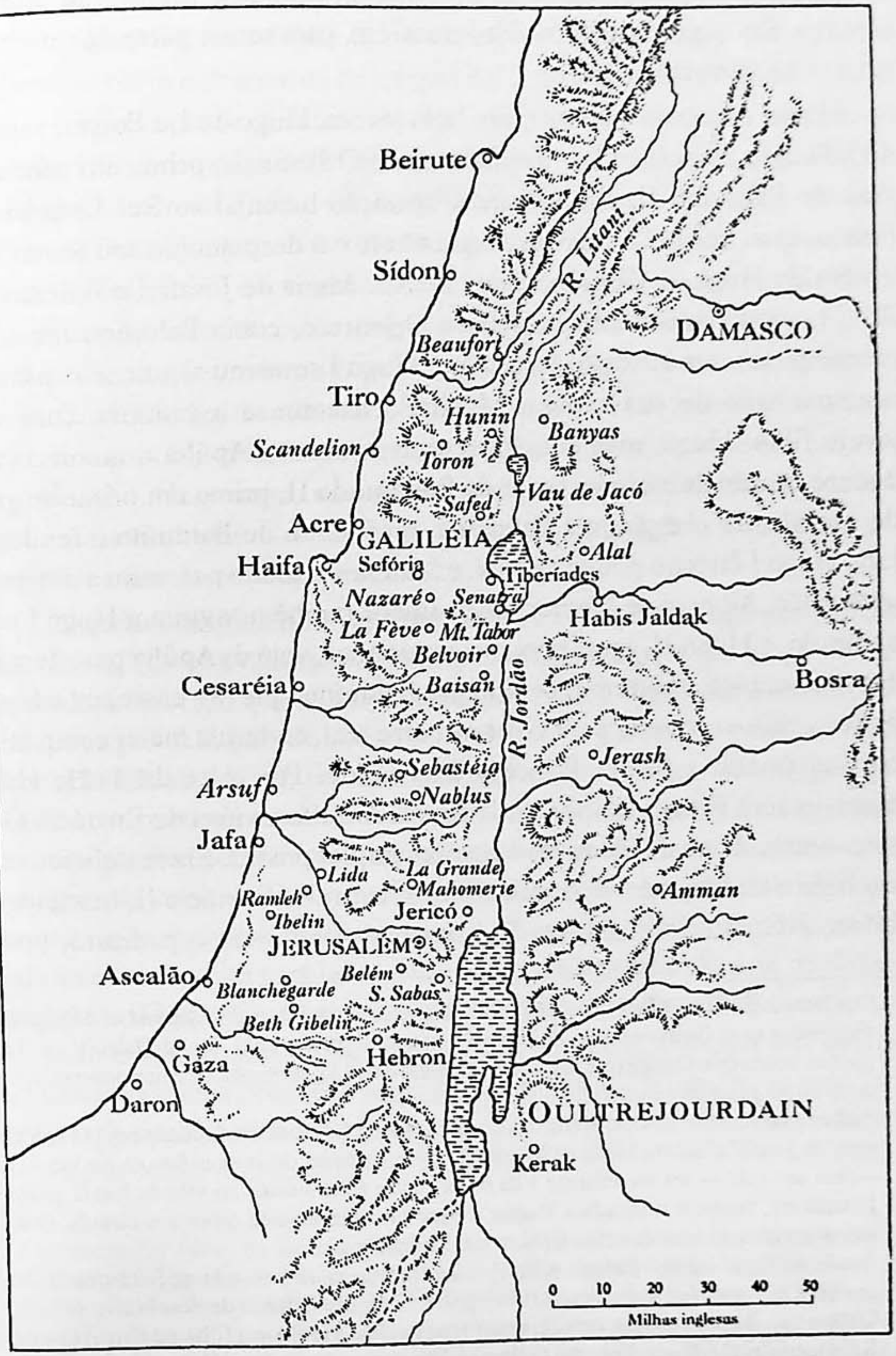
A acessão de Fulco trouxe toda a questão à tona. A oposição à sua suserania foi liderada por Alice, sua cunhada. Ela se submetera ao pai, o

---

1 Guilherme de Tiro, XIV, 2, pp. 608-9.

Rei Balduíno, de muito má vontade; agora, voltava a afirmar seu direito de incumbir-se da regência em nome da filha. Sua alegação não era de todo infundada, caso não se considerasse o Rei de Jerusalém senhor de Antióquia; afinal, era comum, tanto em Bizâncio como no Ocidente, que a regência fosse entregue à mãe de um príncipe ainda criança. A morte de Juscelino I, ocorrida aproximadamente um mês depois da de Balduíno, ofereceu-lhe uma boa oportunidade, pois, embora o conde fosse o guardião da jovem Princesa Constância, os barões de Antióquia não consentiriam em instalar Juscelino II no lugar de seu pai. Decepcionado, o novo senhor de Edessa deu ouvidos às adulações de Alice. Também ele hesitava em aceitar Fulco como seu suserano. Pons de Trípoli decidiu igualmente apoiá-la. Sua esposa, Cecília, recebera como dote de seu primeiro marido, Tancredo, as terras de Chastel Rouge e Arzghan; por seu intermédio ele era, portanto, um dos grandes barões do principado antioqueno. A seu ver, a emancipação de Antióquia permitiria que Trípoli seguisse seu exemplo. Alice já obtivera dos mais eminentes barões do sul do principado — os irmãos Guilherme e Garenton de Zerdana, Senhores de Sahyun — o grande castelo construído pelos bizantinos nas colinas atrás de Latáquia; além disso, contava ainda com seus partidários na própria Antióquia. Os nobres antioquenses, porém, em sua maioria receavam ser governados por uma mulher. Quando tomaram conhecimento dos boatos sobre o complô de Alice, enviaram um mensageiro a Jerusalém, invocando o Rei Fulco.

Fulco partiu imediatamente com um exército de Jerusalém. Era um desafio que não podia ser ignorado. Ao atingir as fronteiras de Trípoli, Pons recusou-lhe permissão para passar. A Condessa Cecília era meia-irmã de Fulco, mas o apelo deste aos deveres do parentesco foi inútil. Entre Beirute e S. Simão, as tropas de Jerusalém tiveram de seguir por mar. Quando pôs os pés em território antioqueno, o rei marchou para o sul e derrotou os aliados rebeldes em Chastel Rouge. Não tinha força suficiente para punir seus inimigos, porém. Pons pediu-lhe desculpas e os dois reconciliaram-se. Alice permaneceu em Latáquia, nas terras de seu dote, sem nada sofrer. Os irmãos Guilherme e Garenton de Sahyun foram perdoados, assim como Juscelino de Edessa, que não participara da batalha. É improvável que Fulco tenha conseguido um juramento de fidelidade por parte de Pons ou Juscelino; tampouco logrou eliminar a facção de Alice. Guilherme de Sahyun foi morto alguns meses mais tarde, durante um rápido ataque muçulmano a Zerdana, e Juscelino casou-se em seguida com sua viúva, Beatrice, que provavelmente lhe ofereceu Zerdana como dote. Por ora, contudo, a paz fora restaurada. Fulco respon-



Mapa 3. O reino de Jerusalém no século XII.

sabilizou-se pessoalmente pela regência de Antióquia, mas confiou sua administração ao comissário do principado, Reinaldo Mazoir, senhor de Marqab. Em seguida, retornou a Jerusalém, para tomar parte de um terrível drama na corte.[1]

Havia, entre seus nobres, um belo jovem, Hugo de Le Puiset, senhor de Jafa. Seu pai, Hugo I de Le Puiset, em Orléannais, primo em primeiro grau de Balduíno II, encabeçara a oposição baronial ao Rei Luís VI da França, que, em 1118, destruiu seu castelo e o despojou de seu feudo. Os irmãos de Hugo — Gildoin, abade de Sta. Maria de Josafá,[2] e Waleran de Birejik — já haviam partido para o Oriente e, como Balduíno recentemente se tornara o Rei de Jerusalém, Hugo I resolveu seguir seus passos, acompanhado de sua esposa, Mabila.[3] Puseram-se a caminho com seu jovem filho, Hugo, mas enquanto atravessavam a Apúlia o menino caiu doente, sendo deixado na corte de Boemundo II, primo em primeiro grau de Mabila. Ao chegarem à Palestina, receberam de Balduíno o feudo de Jafa. Hugo I faleceu pouco depois, e Mabila e o feudo passaram a um cavaleiro valão, Alberto de Namur. Logo ambos também seguiram Hugo I para o túmulo, e Hugo II, agora com dezesseis anos, veio da Apúlia para demandar sua herança. Foi bem recebido por Balduíno, que lhe entregou o feudo de seus pais e o trouxe para viver na corte real, onde sua maior companhia era sua prima, a jovem Princesa Melisende. Por volta de 1121, Hugo casou-se com Ema, sobrinha do Patriarca Arnulfo e viúva de Eustácio Garnier — uma dama de idade madura mas amplas posses. Ela se deliciou com seu belo e alto marido, mas seus filhos gêmeos — Eustácio II, herdeiro de Sídon, e Gualtério, herdeiro de Cesaréia — odiavam o padrasto, pouco

---

1 Guilherme de Tiro, XIV, 4-5, pp. 611-14; Miguel, o Sírio, III, p. 233; Kemal ad-Din, p. 664, segundo o qual Guilherme de Zerdana foi morto na guerra civil. Ibn al-Qalanisi (p. 125), porém, conta que Guilherme foi morto no início de 1133. A revolta de Alice provavelmente ocorreu no princípio de 1132.

2 A abadia beneditina de Sta. Maria em Lèves, perto de Chartres, foi fundada em 1117. A alcunha "de Josafá" ("Sainte Marie de Josaphat"), ao que parece, devia-se ao fato de sua localização — em um vale — ser semelhante à de outra abadia (esta situada no vale de Josafá, perto de Jerusalém), também dedicada à Virgem e supostamente erguida sobre seu túmulo. O autor não especifica de qual das duas Gildoin era abade. (N.T.)

3 A mãe de Hugo I de Le Puiset, Alice de Montlhéry, era irmã da mãe de Balduíno II, Melisende. Cuissard, *Les Seigneurs du Puiset*, p. 89. O Abade Gildoin de Sta. Maria de Josafá e Waleran de Birejik, ao que parece, eram seus irmãos. Mabila era filha de Hugo, Conde de Roucy, e Sibila, filha de Roberto Guiscard. Ver abaixo, Apêndice III, as árvores genealógicas — I, 1 e 2. Guilherme de Tiro (ver referência abaixo, p. 170, n. 1) equivoca-se ao presumir que Hugo II nascera na Apúlia; se fosse esse o caso, ter-se-ia casado aos seis anos de idade.

mais velho que eles mesmos.[1] Melisende, por sua vez, casou-se com Fulco, com quem nunca se importou, a despeito do grande amor deste por ela. Após a acessão, a intimidade entre ela e Hugo continuou, o que provocou fofocas na corte e despertou os ciúmes de Fulco. Hugo tinha muitos inimigos (a começar por seus enteados), que atiçaram as suspeitas do rei até que por fim Hugo, como medida de autodefesa, se cercou de seus próprios simpatizantes, entre os quais o mais notável era Romano de Le Puy, senhor das terras da Oultrejordain. Não demorou para que toda a nobreza do reino se dividisse entre o rei e o conde, que se sabia contava com a simpatia da rainha. A tensão recrudesceu ao longo de todo o verão de 1132, até que um dia, no fim da estação, quando o palácio estava repleto com os magnatas do reino, Gualtério Garnier levantou-se para, sem rodeios, acusar seu padrasto de tramar contra a vida do monarca e desafiou-o a justificar-se em um combate singular. Hugo negou a acusação e aceitou o desafio. A data do duelo foi fixada pela Suprema Corte; Hugo retirou-se para Jafa e Gualtério, para Cesaréia, a fim de se prepararem.

Chegado o dia, Gualtério apresentou-se na liça, mas Hugo permaneceu a distância. Talvez a rainha, alarmada por as coisas terem ido longe demais, lhe tenha implorado que se ausentasse, ou talvez a Condessa Ema, estarrecida com a possibilidade de perder ou o marido ou o filho; ou o próprio Hugo, reconhecendo sua culpa, talvez tenha temido a vingança divina. Qualquer que fosse o caso, sua covardia foi interpretada como a prova de sua traição. Seus amigos não podiam mais apoiá-lo, e o conselho do rei declarou-o culpado por não-comparecimento. Hugo, então, entrou em pânico e fugiu para Ascalão, onde rogou a proteção da guarnição egípcia. Um destacamento fatímida levou-o de volta para Jafa e dali começou a assolar a planície de Sharon. A traição de Hugo, agora, era evidente. Seu principal vassalo, Balian, senhor de Ibelin e Comissário de Jafa, voltou-se contra ele. Quando um exército real desceu a toda a pressa de Jerusalém, a própria Jafa rendeu-se sem lutar. Até os egípcios abandonaram Hugo, um aliado sem préstimo; este não teve outra saída senão submeter-se ao rei.

---

1 Os nomes dos filhos de Eustácio Garnier são incertos. Gualtério surge como Senhor de Cesaréia e Sídon em um diploma de 21 de setembro de 1131 (Röhricht, *Regesta*, p. 35); Eustácio II era senhor de Sídon em 1126 (Röhricht, *Regesta*, *Additamenta*, p. 8), e Eustácio e Gualtério aparecem como filhos de Eustácio I em outro diploma do mesmo ano (Röhricht, *Regesta*, p. 28). As *Lignages*, porém, referem-se aos dois filhos, Gerardo e Gualtério, e Gerardo é também chamado de Guy nos *Assisses*. Ver La Monte, "The Lords of Sidon", *in Byzantion*, vol. XVIII, pp. 188-90, que apresenta Gerardo como filho de Eustácio II e situa a morte deste último antes de 1131, quando Gualtério se tornou regente em nome de Gerardo.

Sua punição não foi severa. A rainha era sua amiga, e o patriarca, Guilherme de Messines, recomendou clemência. O próprio rei ansiava por suavizar a situação, pois os perigos de uma guerra civil já haviam ficado claros. Em 11 de dezembro, quando o exército real fora convocado para a ofensiva contra Jafa, o atabegue de Damasco surpreendera a fortaleza de Banyas e recuperara-a para o Islã. Decidiu-se que Hugo deveria passar três anos no exílio, findos os quais poderia retornar impunemente às suas terras.

Enquanto aguardava um navio para a Itália, Hugo subiu a Jerusalém no começo do novo ano para despedir-se de seus amigos. Uma noite, durante um jogo de dados à porta de uma loja na Rua dos Peleteiros, um cavaleiro bretão esgueirou-se-lhe por trás e esfaqueou-o na cabeça e no corpo. Hugo foi levado sangrando pelos ferimentos mortais. As suspeitas imediatamente recaíram sobre o rei, mas Fulco agiu com presteza e prudência. O cavaleiro foi entregue para o julgamento pela Suprema Corte. Confessou que agira por iniciativa própria, na esperança de assim cair nas graças do rei; foi condenado à morte, tendo seus membros amputados um a um. A execução ocorreu em público. Depois que os braços e as pernas da vítima haviam sido decepados mas a cabeça continuava no lugar, ele teve de repetir sua confissão. Assim, a reputação do rei foi salva. A rainha, porém, não ficou satisfeita. Estava tão furiosa com os inimigos de Hugo que estes por muitos meses temeram ser assassinados, e seu líder, Raourt de Nablus, não se atrevia a andar pelas ruas sem uma escolta. Dizia-se que o próprio Rei Fulco receava por sua vida. Seu único desejo, porém, era conquistar o favor de sua esposa, e cedeu-lhe em tudo — e ela, frustrada no amor, logo encontrou consolo no exercício do poder.[1]

Hugo sobreviveu ao atentado, mas não por muito tempo. Retirou-se para a corte de seu primo, o Rei Rogério II da Sicília, que o brindou com o feudo de Gargano, onde ele morreu pouco depois.[2]

Foi sem dúvida com alívio que Fulco pôde voltar sua atenção mais uma vez para o norte, onde a situação era bem mais ominosa para os francos que na época de Balduíno II. Não havia um príncipe efetivo reinando em Antióquia. Juscelino II de Edessa era desprovido da energia e tino político de seu pai. Era uma figura sem atrativos: baixo e atarracado, com cabelo e pele escuros; tinha o rosto marcado pela varíola, com um nariz imenso e olhos proeminentes. Capaz de gestos generosos, era, no entanto, indolente, extra-

---

1 A história é narrada na íntegra por Guilherme de Tiro, XIV, 15-17, pp. 627-33. Ibn al-Qalanisi, p. 215, fala sucintamente de dissensões entre os francos — "incomuns entre eles".

2 Guilherme de Tiro, XIV, 17, p. 633.

vagante e lascivo, além de inadequado para comandar o mais importante baluarte da cristandade franca.[1]

A carência de liderança entre os francos era ainda mais grave porque os muçulmanos tinham agora em Zengi um homem capaz de congregar as forças do Islã — e que, até então, permitira que os cristãos ganhassem tempo. Estava por demais enredado nos acontecimentos do Iraque para tirar proveito da situação entre os francos. O Sultão Mahmud ibn Maomé morreu em 1131, deixando suas propriedades no Iraque e no Sul da Pérsia para seu filho, Dawud. Contudo, Sanjar, o membro dominante da família seljúcida, decidiu que a herança deveria ser transferida para um irmão de Mahmud, Tughril, senhor de Kazwin. Em vista disso, os outros dois irmãos de Mahmud, Mas'ud, de Fars, e Seljuk-Xá, do Azerbaijão, fizeram suas próprias reivindicações. Dawud logo cedeu, sem dispor do apoio de Mustarshid nem de seus súditos. Tughril foi aceito em Bagdá, durante algum tempo, por influência de Sanjar, que também forçou Mas'ud a retroceder. Entretanto, Sanjar não tardou em desinteressar-se, graças ao que Seljuk-Xá foi a Bagdá e conquistou o apoio do califa. Mas'ud apelou para Zengi, que marchou sobre Bagdá mas sofreu uma grave derrota nas mãos do califa e de Seljuk-Xá perto de Tekrit. Não fosse o governador curdo dessa cidade, Najm ed-Din Ayub, havê-lo transportado para a outra margem do Tigre, Zengi teria sido capturado ou morto. Sua derrota encorajou o califa, que agora sonhava em ressuscitar o antigo poder de sua casa. Até Sanjar inquietou-se, e Zengi, como seu representante, empreendeu nova investida contra Bagdá em junho de 1132, dessa vez aliado ao volátil chefe beduíno, Dubais. Na batalha que se seguiu, o atabegue foi vitorioso a princípio; o califa, entretanto, interveio pessoalmente, rechaçando Dubais e atirando-se de modo triunfal sobre Zengi, que foi forçado a retirar-se para Mosul. Mustarshid chegou ao seu encalço na primavera seguinte, à frente de um grande exército. Parecia que os abássidas iam recuperar a glória de outrora, porquanto o sultão seljúcida do Iraque não passava, agora, de pouco mais que um cliente do califa. Zengi, porém, escapuliu de Mosul e pôs-se a fustigar continuamente o acampamento do califa e a interceptar seu fluxo de suprimentos. Após três meses, Mustarshid retirou-se.[2] O renascimento abássida foi interrompido. Ao longo do ano seguinte, o príncipe seljúcida Mas'ud foi pouco a pouco eliminando os demais aspirantes ao sultanato iraquiano. Em vão Mustarshid tentou detê-lo. Em uma batalha em Daimarg, em junho de 1135, seu exército foi desbaratado

---

1 Guilherme de Tiro, XIV, 3, p. 610. Juscelino II nasceu em 1113 (*Crôn. Anôn. Sir.*, p. 35).

2 Ibn al-Athir, pp. 398-9 (e *Atabegues de Mosul*, pp. 78-85); ver artigos "Mas'ud ibn Mohammed", "Tughril I" e "Sandjar" na *Encyclopaedia of Islam*.

por Mas'ud e ele próprio, capturado. Foi exilado no Azerbaijão, onde acabou perecendo nas mãos dos Assassinos, provavelmente com a conivência de Mas'ud. Seu filho e sucessor no califado, Rashid, apelou para o pretendente seljúcida, Dawud, e para Zengi, mas foi inútil. Mas'ud assegurou sua deposição pelos cádis de Bagdá. Seu herdeiro, Moqtafi, mediante promessas generosas, logrou afastar Zengi de Rashid e Dawud. Fortalecido por novos títulos honoríficos recebidos de Moqtafi e Mas'ud, Zengi pôde, a partir de 1135, voltar sua atenção para o Ocidente.[1]

Enquanto Zengi estava ocupado no Iraque, seus interesses na Síria encontravam-se aos cuidados de um soldado damasquino, Sawar, por ele nomeado governador de Alepo. Zengi não tinha condições de enviar-lhe muitas tropas, mas, por incentivo seu, vários destacamentos de turcomanos mercenários colocaram-se a seu serviço. Com eles, Sawar preparou-se, na primavera de 1133, para atacar Antióquia. Os aflitos antioquenos imploraram a Fulco que os acudisse. Durante a viagem para o norte, o rei foi abordado em Sídon pela Condessa de Trípoli, dizendo-lhe que seu marido fora emboscado por um bando de turcomanos nas montanhas Nosairi e se abrigara no castelo de Montferrand, nos limites do vale do Orontes. A seu pedido, Fulco marchou direto para Montferrand, e, ao aproximar-se, os turcomanos debandaram. O episódio restaurou a cordialidade das relações entre Fulco e Pons. Pouco depois, o filho e herdeiro de Pons, Raimundo, desposou a irmã da rainha, Hodierna de Jerusalém, ao passo que sua filha, Agnes, se casou com o filho de Reinaldo Mazoir, de Marqab, comissário de Fulco em Antióquia.[2]

Tendo resgatado o Conde de Trípoli, Fulco prosseguiu para Antióquia, onde soube que Sawar já havia atacado com sucesso a cidade edessena de Turbessel e recrutara um exército contra Antióquia. Após uma cautelosa espera de vários dias, Fulco avançou em direção ao acampamento muçulmano em Qinnasrin, sobre o qual caiu de surpresa à noite. Forçou Sawar a bater em retirada e abandonar suas tendas, mas a vitória ficou longe de ser definitiva, pois, em escaramuças posteriores, os muçulmanos aniquilaram inúmeros destacamentos francos. Não obstante, Fulco fez uma entrada triunfal em Antióquia antes de retornar à Palestina, no verão de 1133. Logo após sua partida, Sawar retomou os assaltos aos territórios cristãos.[3]

Exceto pelos ataques nas fronteiras, o ano de 1134 transcorreu de maneira bastante pacífica. No ano seguinte, o mundo muçulmano foi debili-

---

1 Abu'l Feda, pp. 21-3; Ibn al-Athir, *Atabegues de Mosul*, pp. 88-91; Ibn at-Tiqtaqa, *Al Fakhiri*, pp. 297-8.
2 Guilherme de Tiro, XIV, 6, pp. 614-15; Ibn al-Qalanisi, pp. 221-2; Ibn al-Athir, pp. 399-400.
3 Guilherme de Tiro, XIV, 7, pp. 615-16; Ibn al-Qalanisi, pp. 222-3; Kemal ad-Din, p. 665.

tado por uma sucessão de revoluções. No Egito, o califa fatímida al-Hafiz tentara controlar o poder do vizirado nomeando vizir seu próprio filho, Hasan. O jovem, contudo, revelou ser de uma ferocidade insana. Depois de quarenta emires serem decapitados sob falsa acusação, houve uma revolta. O califa só conseguiu salvar-se envenenando o filho e entregando o corpo aos rebeldes. Em seguida, designou para o cargo de vizir um armênio, Vahram, um cristão que estava mais interessado em enriquecer seus amigos e correligionários que em tomar medidas agressivas contra os francos.[1] Damasco viu-se igualmente paralisada. O filho de Toghtekin, Buri, morreu em 1132, sendo sucedido como atabegue por seu filho, Ismail. O governo deste principiou de maneira brilhante, com a recaptura de Banyas aos francos e de Balbek e Hama a seus adversários; não demorou, porém, para que ele começasse a combinar uma crueldade tirana a uma tributação opressiva. Seu comportamento acarretou uma tentativa de assassiná-lo, punida por Ismail — que chegou a emparedar vivo seu próprio irmão, Sawinj — com execuções em série, justificadas pelas menores suspeitas. Em seguida, ele planejou a eliminação de Yusuf ibn Firuz, o conselheiro de confiança de seu pai. Sua mãe, a princesa viúva Zumurruda, suportara a morte de seu filho Sawinj com equanimidade; Yusuf, porém, era seu amante, e ela se pôs a arquitetar um plano para salvá-lo. Ismail percebeu que não estava em segurança nem dentro de seu próprio palácio. Alarmado, escreveu ao antigo inimigo de seu pai, Zengi, dispondo-se a tornar-se seu vassalo em troca de sua permanência no poder. Se este não o ajudasse, Ismail entregaria Damasco aos francos. Não era conveniente para Zengi deixar Mosul sem haver derrotado o califa abássida, mas ele não podia ignorar tal apelo. Entretanto, a mensagem chegara tarde demais. Zengi cruzou o Eufrates em 7 de fevereiro, mas, seis dias antes, Zumurruda lograra assassinar Ismail e garantira a sucessão de seu filho caçula, Shihab ed-Din Mahmud. O novo atabegue, com o apoio de seu povo, recusou polidamente o pedido de submissão enviado por Zengi. Quando este avançou sobre Damasco, recebendo a rendição de Hama no caminho, encontrou a cidade em estado de defesa. Sua tentativa de tomar as muralhas de assalto fracassou. Logo as provisões de seu acampamento começaram a escassear, e algumas de suas tropas desertaram-no. Naquele momento, uma embaixada do Califa Mustarshid foi pedir-lhe, com cortesia, que respeitasse a independência damasquina. Zengi de bom grado aceitou aquele pretexto, que lhe permitiria retirar-se sem desonra. Firmou-se a paz entre Mahmud e Zengi, e este realizou uma visita oficial a Damasco; Mah-

1 Ibn al-Athir, pp. 405-8.

mud, porém, não confiava o suficiente no outro para retribuir a visita, e mandou seu irmão em seu lugar.[1]

O episódio, que coincidiu com o momento de fragilidade no Egito, constituiu uma rara oportunidade para a recuperação de Banyas e a tomada da ofensiva pelos francos. Fulco, no entanto, desperdiçou a ocasião. Zengi, tendo se livrado de Damasco, lançou suas forças em um ataque ao território antioqueno. Enquanto seu tenente Sawar ameaçava Turbessel, Aintab e Azaz, impedindo a reunião dos exércitos de Antióquia e Edessa, Zengi varria as fortalezas da fronteira oriental — Kafartab, Maarat, Zerdana e Athareb —, capturando-as uma a uma. Felizmente para os francos, a essa altura ele foi obrigado a retornar a Mosul; as defesas fronteiriças, contudo, haviam sido perdidas.[2]

Tais desastres fizeram Fulco voltar para o norte. Ainda era o regente nominal de Antióquia, conquanto a autoridade local fosse representada pelo venerável Patriarca Bernardo, que faleceu no início do verão. Fora um estadista hábil, enérgico, firme e corajoso, mas rígido com relação à nobreza franca e intolerante para com os cristãos nativos. Por ocasião de sua morte, o populacho aclamou como seu sucessor o bispo latino de Mamistra, Radulfo de Domfront, que ocupou o trono patriarcal sem esperar pela eleição canônica. Era um homem muito diferente do que o antecedera: belo, apesar de um ligeiro estrabismo, amante da pompa, de mente aberta e afável, não muito culto, mas um orador eloqüente e persuasivo, e, por trás da fachada cortês, mundano, ambicioso e traiçoeiro. Uma vez que não tinha a menor intenção de deixar-se dominar pelo rei e seus homens, entabulou negociações com a princesa viúva Alice, que ainda vivia em suas terras de Latáquia. Ela, percebendo a oportunidade, apelou para sua irmã, a Rainha Melisende. Fulco chegou a Antióquia em agosto, para uma rápida visita. Não se sentindo forte o bastante para protestar contra a irregularidade da eleição de Radulfo, e agora impossibilitado de recusar qualquer coisa à esposa, permitiu que Alice retornasse a Antióquia. Fulco permaneceu como regente, mas o poder foi compartilhado em uma incômoda aliança entre a princesa e o patriarca.[3]

Não demorou para que Radulfo se desentendesse com seu clero, e Alice acabou tornando-se senhora da cidade. Sua posição, entretanto, era precá-

---

1 Ibn al-Qalanisi, pp. 211-36, um relato bastante completo, mas que atribui motivos louváveis ao assassinato de Ismail por sua mãe. Segundo ele, o principal ministro de Ismail era um curdo cristão, Bertrando, o Infiel; *Bustan*, p. 329; Kemal ad-Din, pp. 667-70; Ibn al-Athir, pp. 403-5.

2 Kemal ad-Din, p. 670.

3 Guilherme de Tiro, XIV, 9, 20, pp. 619-20, 636. Fulco encontrava-se em Antióquia em agosto de 1135 (Röhricht, *Regesta*, p. 39).

ria. Seu maior esteio era a população de cristãos nativos. Como haviam demonstrado suas intrigas com Zengi, ela não tinha grande consideração pelos sentimentos francos. Elaborou então um esquema ainda melhor. Em fins de 1135, um emissário seu partiu para Constantinopla para oferecer a mão de sua filha, a Princesa Constância, ao filho mais novo do imperador, Manuel. Sua iniciativa talvez se tenha devido, como declararam os horrorizados cruzados, ao mero capricho de sua ambição; na verdade, porém, era a melhor solução para a preservação do Norte da Síria. O elemento grego era forte em Antióquia. A ameaça muçulmana vinha recrudescendo sob o comando de Zengi, e o império era a única potência forte o bastante para fazer-lhe frente. Um Estado vassalo, governado primeiro pela meia-arménia Alice e em seguida em conjunto por um príncipe bizantino e uma princesa franca, poderia ter muito bem servido para congregar gregos e francos na defesa da cristandade. Os nobres francos, todavia, ficaram ultrajados, e o Patriarca Radulfo foi substituído por um detestado grego. Ao que parece, durante sua visita à cidade o Rei Fulco fora consultado pelos barões acerca do marido adequado para Constância; estes então lhe enviaram uma mensagem secreta, alertando-o da urgência de se encontrar uma solução para o problema. Depois de analisar todos os príncipes franceses de que tinha conhecimento, o rei franco decidiu-se pelo filho mais novo do Duque Guilherme IX da Aquitânia, Raimundo de Poitiers, que no momento se encontrava na Inglaterra, na corte do Rei Henrique I — cuja filha recentemente fora desposada pelo filho de Fulco, Godofredo. Um cavaleiro do Hospital, Gerardo Jebarre, foi enviado à Inglaterra para buscá-lo. Observou-se o maior segredo possível; Alice não podia saber de nada, e tampouco seria seguro comunicar algo à rainha. Outro perigo residia na hostilidade do Rei Rogério da Sicília, que jamais perdoara o Reino de Jerusalém pelo insulto sofrido por sua mãe, Adelaide, e cujas ambições mediterrâneas nunca lhe permitiriam oferecer passe livre para um pretendente à mão da maior herdeira do Oriente. Gerardo alcançou a corte inglesa e Raimundo aceitou a proposta, mas o segredo chegou ao conhecimento do Rei Rogério, já que os normandos da Inglaterra e os da Sicília mantinham contato permanente entre si. Determinou-se a prender Raimundo, que só poderia encontrar um navio para a Síria de algum porto do Sul da Itália. Raimundo foi obrigado a dividir sua companhia e disfarçar-se, às vezes de peregrino, outras de servo de um mercador. Conseguiu safar-se do bloqueio, e chegou a Antióquia em abril de 1136.

Como sua chegada não podia ser escondida de Alice, Raimundo procurou imediatamente o Patriarca Radulfo, que se ofereceu para ajudá-lo com uma condição: Raimundo deveria prestar-lhe homenagem e acatá-lo em tudo. Diante da anuência de seu interlocutor, Radulfo solicitou uma audiên-

cia com Alice para informá-la de que o glamouroso estrangeiro chegara como um candidato à sua mão. A história era convincente, pois Raimundo contava então 37 anos, Alice ainda não chegara aos trinta e Constância tinha apenas nove. Então, enquanto Alice aguardava no palácio para receber seu futuro noivo, Constância foi raptada e levada para a catedral, onde o patriarca a casou às pressas com Raimundo. Alice fora derrotada. Diante do marido legítimo da herdeira, uma princesa não tinha direito algum — e ela mais uma vez retirou-se para Latáquia, onde permaneceria, desconsolada, pelo resto de sua breve existência.[1]

Raimundo estava no auge de sua existência. Bonito, de incomensurável força física e não muito culto, era um grande amigo do jogo; impetuoso e ao mesmo tempo indolente, tinha não obstante uma elevada reputação de cavalheirismo e pureza de conduta.[2] Sua popularidade logo surpreendeu o patriarca, cujos problemas com seu próprio clero continuavam. Radulfo acabou sendo tratado com deferência, mas na realidade privado de qualquer poder. Raimundo contava com o sólido apoio dos nobres; de fato, a situação era grave demais para que estes adotassem alguma outra atitude. O principado estava perdendo terreno. As defesas orientais não foram as únicas a cair; ao sul, nas montanhas Nosairi, um aventureiro turcomano tomara o castelo de Bisikra'il das mãos de seu proprietário, Reinaldo Mazoir, em 1131, e no princípio de 1136 foi impedido com dificuldade de apoderar-se de Balatonos. Bisikra'il foi recuperada logo em seguida. Mais ao sul, onde os francos haviam conquistado o castelo de Qadmus em 1129, voltaram a perdê-lo em 1131 para o emir muçulmano de Kahf, Saif ed-Din ibn Amrun, que no ano seguinte o vendeu para o líder Assassino Abu'l Fath. Em 1135, os Assassinos compraram a própria Kahf dos filhos de Saif ed-Din, e, no inverno de 1136, tomaram Khariba dos francos.[3] A Cilícia já fora perdida. Em 1131, logo após a morte de Boemundo II, o príncipe roupeniano Leão, tendo a retaguarda protegida por uma aliança com o emir danishmend, desceu para a planície e apossou-se das três cidades de Mamistra, Tarso e Adana. Seu irmão e predecessor, Thoros, alguns anos antes já expulsara as pequenas guarnições bizantinas de Sis e Anazarbus, mais para o interior. Em 1135, Leão tomou Sarventikar, nas encostas dos montes Amano, de Balduíno, senhor de Marash. O controle armênio

---

1 Guilherme de Tiro, XIV, 20, pp. 635-6; Cinnamus, pp. 16-17; Roberto de Torigny (I, p. 184) acreditava que Raimundo desposara a viúva de Boemundo II.

2 Guilherme de Tiro, XIV, 21, pp. 637-8; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 522, descreve como ele era capaz de dobrar uma barra de ferro. Cinnamus (p. 125) compara-o a Hércules.

3 Ibn al-Qalanisi, p. 241; Usama, ed. Hitti, p. 157; Kemal ad-Din, p. 680.

sobre as terras cilicienses, porém, era tênue; a região era refúgio de bandidos, e suas costas estavam coalhadas de piratas.[1]

O condado de Edessa não se encontrava em melhor situação. Timurtash, o Ortóquida, recentemente anexara parte de seus territórios a leste. Ao norte, o príncipe armênio de Gargar, Miguel, incapaz de fazer frente aos turcos, cedera suas terras ao Conde Juscelino, que cometera a imprudência de entregá-las ao inimigo pessoal de Miguel, Basílio, irmão do católico armênio. Juscelino foi obrigado a guarnecer a própria Gargar, mas não podia impedir a devastação da área rural por armênios e turcos, sucessivamente. Sawar assaltou o distrito de Turbessel em 1135, e, em abril de 1136, por volta da época da chegada de Raimundo de Poitiers ao Oriente, seu general, Afshin, não só abriu caminho pelo território antioqueno até Latáquia, ao sul, queimando e saqueando as aldeias que encontrava, como depois se voltou para o norte, passando por Marash e chegando até Kaisun. O principal vassalo do Conde de Edessa, Balduíno, senhor de Marash e Kaisun, achou-se impotente para defender suas terras.[2]

Raimundo chegou à conclusão de que sua primeira providência teria de ser a recuperação da Cilícia. Precisava ter sua retaguarda protegida antes de aventurar-se a fazer oposição a Zengi. Com a aprovação do Rei Fulco, investiu, com Balduíno de Marash, contra os roupenianos. A aliança, no entanto, estava incompleta. Juscelino de Edessa, conquanto fosse vassalo de Fulco e suserano de Balduíno, era também sobrinho de Leão, e era seu tio que contava com sua simpatia. A autoridade do Rei de Jerusalém deixara de ser suficiente para unir os príncipes francos. Com a ajuda de Juscelino, Leão rechaçou o exército antioqueno. Triunfante, concordou em conceder uma entrevista pessoal a Balduíno, que teve a perfídia de aprisioná-lo e enviá-lo para o cativeiro em Antióquia. Na ausência de Leão, seus três filhos desentenderam-se. O mais velho, Constantino, acabou sendo aprisionado e cegado pelos irmãos. Nesse meio tempo, porém, os francos não tiraram proveito da situação. O emir danishmend, Maomé I ibn Ghazi, invadiu a Cilícia e destruiu a safra, penetrando em seguida nas terras de Balduíno, que devastou até a altura de Kaisun. Abalado por tais calamidades, Leão comprou sua liberdade ofertando as cidades cilicienses a Raimundo; ao voltar para casa, no entanto, esqueceu sua promessa. Desencadeou-se então uma guerra desconexa, até que, no início de 1137, Juscelino costurou uma trégua entre os

1 Gregório, o Sacerdote, p. 152; Miguel, o Sírio, III, pp. 230-3; *Armenian Rhymed Chronicle*, p. 499; Sembat, o Comissário, p. 615.
2 Miguel, o Sírio, III, p. 244; Ibn al-Qalanisi, pp. 239-40; Kemal ad-Din, p. 672.

combatentes, aterrorizados com as notícias que chegavam do norte — que comprovaram que a Princesa Alice não fora tão insensata, afinal.[1]

O Rei Fulco não conseguira oferecer nenhuma ajuda prática ao seu amigo Raimundo. Precisara enfrentar perigos mais perto de casa. O governo do jovem atabegue Mahmud de Damasco fora dominado pela influência pacífica do amante de sua mãe, Yusuf; numa noite de primavera, porém, em 1136, quando o atabegue caminhava na esplanada da cidade com Yusuf e um comandante mameluco, Bazawash, este de repente matou Yusuf a facadas e fugiu para seu regimento em Balbek, de onde ameaçou marchar sobre Damasco e depor o atabegue, a menos que fosse nomeado o principal ministro. Mahmud acedeu aos seus desejos. Imediatamente, os damasquinos adotaram uma atitude agressiva para com os francos. No início do ano seguinte, invadiram o condado de Trípoli. Os cristãos locais, que não nutriam pelos francos a menor lealdade, guiaram-nos em segredo pelos desfiladeiros do Líbano até a planície litorânea. O Conde Pons, pego de surpresa, saiu com seu pequeno exército para enfrentá-los, sofrendo uma derrota calamitosa. Fugiu então para as montanhas, mas foi traído por um camponês e entregue aos muçulmanos, que o mataram sem vacilar. O Bispo de Trípoli, Gerardo, capturado na batalha, por sorte não foi reconhecido e não demorou a ser trocado como um prisioneiro sem importância. Bazawash apoderou-se de um ou dois castelos fronteiriços, mas não ousou atacar a cidade de Trípoli em si. Logo retornou a Damasco, carregado com o butim.[2]

Pons reinara em Trípoli durante 25 anos. Tudo indica que foi um administrador competente, embora incapaz como político — sempre ávido por livrar-se da suserania do Rei de Jerusalém, mas demasiado fraco para obter a independência. Seu filho e sucessor, Raimundo II, era de temperamento mais passional. Agora com 22 anos, havia recentemente desposado a irmã da Rainha Melisende, Hodierna de Jerusalém, a quem era zelosamente dedicado. Sua primeira providência foi vingar a morte do pai — não sobre os mamelucos de Damasco, poderosos demais para ele, mas sobre os traiçoeiros cristãos do Líbano. Caiu sobre as aldeias suspeitas de ter auxiliado o inimigo, chacinando os homens e levando mulheres e crianças como escravas para Trípoli. Sua impiedade acovardou os libaneses, mas não aumentou seu apreço pelos francos.[3]

Zengi não via com bons olhos a movimentação de Bazawash. Não queria atacar os francos com um Estado islâmico autônomo e agressivo em seu

---

1 Gregório, o Sacerdote, *loc. cit.* (e nota de Dulaurier); Sembat, o Comissário, p. 616; Mateus de Edessa, ccliii, pp. 320-1.
2 Guilherme de Tiro, XIV, 23, p. 640; Ibn al-Qalanisi, pp. 240-1; Ibn al-Athir, pp. 419-20.
3 Guilherme de Tiro, *loc. cit.*

flanco. No fim de junho, investiu contra Homs, governada em nome do atabegue de Damasco por um mameluco já idoso, Unur. Durante cerca de duas semanas Zengi sitiou a cidade, até que foi informado da aproximação de um exército franco de Trípoli. Qualquer que fosse a intenção do Conde Raimundo, sua iniciativa levou Zengi a levantar o cerco de Homs e partir para os francos. Com Raimundo recuando à sua frente, ele avançou para assediar o grande castelo de Montferrand, que, situado na face oriental das montanhas Nosairi, guardava a entrada da Buqaia. Nesse ínterim, Raimundo enviara ao Rei Fulco um pedido de socorro.

Fulco acabara de receber um apelo urgente de Antióquia, mas uma ameaça muçulmana a Trípoli não podia ser ignorada. Acorreu com todos os homens que conseguiu recrutar, juntando-se a Raimundo em uma marcha forçada em torno dos contrafortes de Nosairi até Montferrand. A jornada foi árdua, e seu exército logo se viu em estado deplorável. Zengi afastara-se diante de sua aproximação, mas, ao inteirar-se de suas condições, voltou sobre seus passos e cercou-os quando deixaram as montanhas, perto do castelo. Os exaustos francos foram pegos de surpresa. Lutaram com bravura, mas a batalha foi logo definida. A maioria dos cristãos jazia morta. Outros, inclusive o Conde de Trípoli, foram aprisionados, enquanto Fulco, com uma pequena guarda pessoal, logrou refugiar-se na fortaleza.[1]

Antes que Zengi pudesse tomar a ofensiva contra Montferrand, o rei enviou mensageiros ao patriarca de Jerusalém, ao Conde de Edessa e ao Príncipe de Antióquia implorando seu socorro imediato. Os três, ignorando outros riscos, responderam ao apelo, pois a captura do rei e de toda a sua cavalaria poderia muito bem significar o fim do reino. O Patriarca Guilherme reuniu o restante da milícia ainda na Palestina e liderou-a, com a Santa Cruz à frente, até Trípoli. Juscelino de Edessa, deixando de lado suas preocupações locais, veio do norte; no caminho, Raimundo de Antióquia, que naquele momento praticamente não tinha possibilidade de deixar sua capital, juntou-se a ele. Felizmente para a Palestina, despojada como ficou de todos os seus soldados, seus vizinhos não estavam dispostos a maiores demonstrações de agressividade. O Egito encontrava-se paralisado por uma revolução palaciana, na qual o vizir armênio, Vahram, fora substituído por um violento anticristão, Ridwan ibn al-Walakshi, agora absorvido em eliminar os amigos de seu predecessor e em brigar com o califa. A guarnição de Ascalão empreendeu um assalto a Lida, mas nada além disso.[2] O mameluco Bazawash,

---

1 Guilherme de Tiro, XIV, 25, pp. 643-5; Ibn al-Qalanisi, pp. 242-3 (diplomaticamente deixando de mencionar a aliança franco-damascena); Kemal ad-Din, pp. 672-3; Ibn al-Athir, pp. 420.

2 Guilherme de Tiro, XIV, 26, pp. 645-7.

de Damasco, era mais perigoso: assim que o patriarca deixou o país, pôs-se a assolar suas terras até a cidade aberta de Nablus, ao sul, cujos habitantes foram todos passados à espada. Entretanto, caso a vitória de Zengi fosse muito completa, as conseqüências para Damasco seriam terríveis demais para que, por ora, ele se aventurasse a pressionar mais os francos.[1]

No fim de julho, a força de resgate reuniu-se na Buqaia. Nesse meio tempo, em Montferrand, aumentava o desespero do rei: não recebia notícias do mundo exterior, seus suprimentos escasseavam e os muros do castelo eram bombardeados dia e noite pelas dez grandes catapultas inimigas. Por fim, enviou um arauto a Zengi para indagar-lhe seus termos. Para sua incrédula felicidade, este demandou apenas a cessão de Montferrand. O rei poderia partir em liberdade com todos os seus homens. Mais ainda, os principais cavaleiros capturados na batalha, inclusive o Conde de Trípoli, seriam libertados sem cobrança de resgate. Fulco aceitou de imediato — e Zengi manteve sua palavra. O rei e sua guarda pessoal apresentaram-se diante dele, que os tratou com toda a deferência e ofereceu ao monarca um manto suntuoso. Seus companheiros foram-lhe devolvidos, e puderam seguir seu caminho em paz. Na Buqaia, encontraram o exército de salvação, muito mais perto do que haviam imaginado. Alguns sentiram-se vexados ao descobrirem que, caso tivessem resistido um pouco mais, teriam sido resgatados; os mais sensatos, porém, estavam gratos por haverem escapado com tanta facilidade.[2]

Com efeito, a magnanimidade de Zengi vem assombrando historiadores desde então. Entretanto, ele sabia o que estava fazendo. Montferrand não era um prêmio de pouca monta. Sua posse impediria os francos de penetrar no vale do Orontes em sua porção superior. Também estava em posição extraordinária para controlar Hama e a cidade damascena de Homs. Valia a pena conquistá-lo sem grandes embates, sobretudo porque ele não tinha a menor intenção de arriscar-se em uma batalha contra a força de resgate franca tão perto das fronteiras de Damasco, cujos governantes não hesitariam em tirar proveito de quaisquer reveses que ele viesse a sofrer. Ademais, como seus inimigos francos, Zengi estava sobressaltado com as notícias vindas do norte.

---

1 *Idem*, XIV, 27, p. 647.
2 Guilherme de Tiro, XIV, 28-9, pp. 545-51; Ibn al-Qalanisi, *loc. cit.*, Kemal ad-Din, *loc. cit.*, Ibn al-Athir, pp. 421-3.

Capitulo III

As Reivindicações do Imperador

"Não se fie no seu porte grandioso, porque ficaria iludido." JÓ, 15, 31

A notícia que cimentara a paz entre francos e armênios, que fizera com que o Príncipe Raimundo relutasse em deixar Antióquia e agora induzia Zengi a mostrar clemência para com seus inimigos, foi a de um grande exército que penetrava na Cilícia, liderado em pessoa pelo Imperador João Comneno. Desde que o Imperador Aleixo se mostrara incapaz de ir a Antióquia durante a Primeira Cruzada, os políticos do Oriente franco ignoravam Bizâncio tranqüilamente. Apesar do retumbante fracasso da tentativa de Boemundo de invadir o império pelo oeste, Aleixo não lograra assegurar a implementação dos termos do tratado firmado com seu rival normando. Como os francos de Antióquia bem sabiam, ele estava ocupado com problemas mais perto de casa.[1]

Tais problemas prolongaram-se por quase trinta anos. Havia guerras intermitentes em todas as fronteiras do império. Havia invasões polovetsianas pelo baixo Danúbio, como ocorreu nos anos de 1114 e 1121. Havia uma tensão contínua com os húngaros no médio Danúbio, que rebentou em uma guerra declarada em 1128 — os húngaros invadiram a península balcânica e chegaram até Sófia, mas foram rechaçados e derrotados em seu próprio território pelo imperador. As cidades mercantis italianas de tempos em tempos assaltavam o império, a fim de extorquir-lhe privilégios comerciais. Pisa obteve um tratado favorável em 1111, e Veneza, após quatro anos de guerra — que se seguiram à recusa do Imperador João a renovar as concessões de seu pai —, recuperou todos os seus direitos em 1126. Os normandos do Sul da Itália, intimidados desde a derrocada de Boemundo em Durazzo, voltaram a constituir uma ameaça em 1127, quando Rogério II da Sicília anexou a Apúlia. Rogério II, que assumiu o título de rei em 1130, era a encarnação máxima do ódio que sua família fomentava por Bizâncio — muito embora copiasse seus métodos e patrocinasse suas artes. Suas pretensões, porém, eram tão vastas que normalmente não era difícil encontrar aliados contra ele, que não

1 Ver acima, pp. 101-3, 125.

apenas ambicionava dominar a Itália mas também reivindicava Antióquia (como único representante vivo da linha masculina da Casa de Hauteville) e a própria Jerusalém (em virtude do tratado firmado entre sua mãe, Adelaide, e Balduíno I).[1]

Na Ásia Menor não havia paz. Durante e após a Primeira Cruzada, Aleixo consolidara seu controle sobre o terço ocidental da península e as costas norte e sul; se seus únicos adversários na região fossem os príncipes turcos, ele poderia ter mantido intactos seus domínios. Entretanto, grupos de turcomanos continuaram introduzindo-se em seu interior, onde eles e seus rebanhos se multiplicaram e, como era inevitável, acabaram penetrando nos vales litorâneos, em busca de um clima mais ameno e pastos mais ricos. Como não podia deixar de ser, sua chegada destruiu a vida agrícola estabelecida dos cristãos. De fato, quanto mais fracos eram os príncipes, mais indisciplinados e perigosos para o império tornavam-se seus súditos nômades.[2]

Na época da morte do Imperador Aleixo, em 1118, a Anatólia turca encontrava-se dividida entre o sultão seljúcida Mas'ud (que de sua capital, Konya, reinava sobre o centro-sul da península, desde o Sangário até o Tauro) e o emir danishmend Ghazi II (cujas terras se estendiam do Halis ao Eufrates). Entre um e outro, os emirados menores haviam sido absorvidos e eliminados — exceto Melitene, a leste, governada pelo irmão caçula de Mas'ud, Toghrul, sob a regência de sua mãe e seu segundo marido, o ortóquida Balak. A despeito da vitória bizantina em Filomélio em 1115 e da subseqüente tentativa de delinear a fronteira, os turcos, nos anos que se seguiram, haviam conseguido recapturar a Laodicéia frígia, penetrar no vale do Meandro e isolar a estrada para Atália. Ao mesmo tempo, os danishmends pressionavam pelo leste, tentando invadir a Paflagônia. O Imperador Aleixo estava justamente preparando uma campanha para restaurar suas fronteiras anatólias quando foi vencido por sua última enfermidade.[3]

A acessão do Imperador João insuflou novo ânimo em Bizâncio. João, conhecido entre seus súditos como *Kaloioannes* — João, o Bom —, era um caráter raro, desses sobre os quais nenhum escritor contemporâneo, com uma única exceção, encontraria nada de depreciativo para dizer. A exceção era sua própria irmã. Ana Comnena era a filha mais velha de Aleixo. Na

---

1 Sobre Rogério II, ver Chalandon, *Domination Normande en Italie*, II, pp. 1-51. As invasões polovetsianas de 1121 foram descritas em termos gráficos pelo jacobita Basílio de Edessa, aproveitado por Miguel, o Sírio (III, p. 207).

2 Um bom sumário do processo e das conseqüências das invasões turcomanas pode ser encontrado em Ramsay, "War of Moslem and Christian for the Possession of Asia Minor", *in Studies in the History and Art of the Eastern Provinces of the Roman Empire*, pp. 295-8.

3 Ana Comnena, XV, i, 6-vi, 10, pp. 187-213; Chalandon, *Règne d'Alexius I Comnène*, pp. 268-71.

infância, ficara noiva do jovem co-imperador Constantino Ducas, a quem Aleixo prometera a sucessão. Sua morte prematura, ocorrida pouco depois do nascimento de João, foi um duro golpe para as ambições de Ana. Dali por diante, ela se empenharia continuamente por corrigir a injustiça da Providência, procurando persuadir o pai, com a aprovação da mãe, a deixar o trono para seu marido, o César Nicéforo Briênio. Nem quando o imperador se encontrava em seu leito de morte, entregue aos devotados cuidados da esposa e da filha, as duas o pouparam das instâncias pelo deserdamento de João. Contudo, Aleixo já decidira que seria seu filho a suceder-lhe. Quando João foi admitido para despedir-se do pai e o moribundo lhe passou o anel com o selo imperial, João correu para os portões do palácio, a fim de assegurá-los. Sua presteza foi recompensada. O exército e o senado proclamaram-no imediatamente imperador, e o patriarca sem vacilar endossou a aclamação com uma cerimônia de coroamento em Santa Sofia. Entretanto, embora Ana e a imperatriz-mãe tivessem sido derrotadas, João temia que seus sequazes ainda pudessem atentar contra sua vida. Chegou a recusar-se a comparecer ao funeral do pai, tendo bons motivos para crer que seu assassinato fora planejado para a ocasião. Alguns dias mais tarde, Ana organizou um complô para eliminá-lo durante sua estada no sossegado palácio suburbano de Filopátio. Entretanto, a trama tinha um grave ponto fraco. Seu objetivo era colocar Nicéforo Briênio no trono, mas este não tinha a menor pretensão de tornar-se imperador. Deve ter sido ele mesmo quem alertou o cunhado. A punição dos conspiradores foi muito leve. A imperatriz-mãe, Irene, provavelmente não estava a par do plano, mas ainda assim retirou-se para um convento. Os principais partidários de Ana tiveram seus bens confiscados, conquanto muitos mais tarde acabassem recebendo-os de volta. A própria Ana foi despojada de suas posses por algum tempo, passando dali por diante a viver em total isolamento. Nicéforo nada sofreu. Ambos consolaram-se da perda da coroa assumindo os deveres menos exigentes de historiadores.[1]

João, agora, estava seguro. Aos trinta anos, era um homem pequeno e magro, de cabelos e olhos negros e pele acentuadamente escura. De gostos austeros, ele não compartilhava o encantamento da maior parte de sua família por discussões literárias e teológicas. Era, acima de tudo, um soldado, que se sentia mais feliz nas campanhas que no palácio. Não obstante, era um administrador capaz e justo, e, apesar de sua severidade consigo mesmo, generoso com os amigos e os pobres, além de pronto a apresentar-se em todo

1 Ana Comnena, XV, xi, 1-23, pp. 229-42; Zonaras, III, p. 759 (relato menos subjetivo); ver Chalandon, *op. cit.*, pp. 273-6, e *Les Comnènes*, pp. 7-8.

o esplendor cerimonial caso necessário. Era afetuoso e tolerante para com a família e fiel à esposa, a princesa húngara Piriska, rebatizada de Irene; esta, porém, embora compartilhasse suas austeridades e prodigalidades, pouca influência exercia sobre ele. O único amigo íntimo do imperador era seu Grão-Doméstico, um turco de nome Axuch, que, aprisionado ainda garoto (por ocasião da captura de Nicéia, em 1097), fora trazido para o palácio. A concepção que João tinha de seu papel imperial era elevada. Seu pai deixara-lhe uma forte armada, um exército constituído por uma mistura de raças, mas bem organizado e equipado, e um tesouro vasto o bastante para permitir um policiamento ativo. João tencionava não apenas conservar as fronteiras do império mas também reaver seus antigos limites, além de fazer valer os direitos imperiais no Norte da Síria.[1]

O novo imperador deflagrou sua primeira campanha contra os turcos na primavera de 1119. Atravessou a Frígia e recapturou Laodicéia. Em seguida, questões prementes requisitaram sua presença em Constantinopla, mas um mês depois ele estava de volta, tomando Sozópolis e reabrindo a estrada para Atália. Enquanto atacava os seljúcidas no oeste, planejara uma ofensiva contra os danishmends no leste. Constantino Gabras, Duque de Trebizonda, aproveitou-se de uma querela entre o emir Ghazi e seu genro, Ibn Mangu (um príncipe turco estabelecido em Taranaghi, na Armênia), para pegar em armas ao lado deste último. No entanto, Ghazi, tendo como aliado Toghrul de Melitene, derrotou e capturou Gabras, que precisou pagar trinta mil dinares de resgate. Uma oportuna controvérsia entre Ghazi e Toghrul impediu que os turcos dessem prosseguimento à vitória.[2]

Nos anos que se seguiram, João não pôde intervir na Anatólia. Nesse período, ocorreu uma alarmante expansão do poder danishmend. Em 1124, quando o padrasto de Toghrul de Melitene (Balak, o Ortóquida) foi morto em combate em Jeziré, o emir Ghazi invadiu Melitene e anexou-a, para felicidade dos cristãos nativos locais, que consideravam seu governo brando e justo. Em seguida, voltou-se para o oeste e arrebatou Ancara, Gangra e Kastamuni aos bizantinos, estendendo seu poder até o litoral do mar Negro. Constantino Gabras, assim estremado por terra de Constantinopla, aproveitou seu isolamento para declarar-se governante independente de Trebizonda. Em 1129, por ocasião da morte do príncipe roupeniano Thoros, Ghazi concentrou sua atenção no sul; no ano seguinte, aliado aos armênios, executou o Príncipe Boemundo II de Antióquia às margens do Jihan. Qualquer que fosse a opinião de João a respeito de Antióquia, ele sem dúvida não

1 Chalandon, *op. cit.*, pp. 8-11, 19.
2 *Ibid.*, pp. 35-48.

desejava que ela caísse nas mãos de nenhum grande príncipe muçulmano. Invadiu sem hesitar a Paflagônia, impedindo assim que Ghazi desse continuidade à sua vitória. Felizmente, durante esse tempo os seljúcidas anatólios estavam incapacitados por disputas familiares. Em 1125, o Sultão Mas'ud foi destronado por seu irmão, Arab. Mas'ud fugiu para Constantinopla, onde foi recebido com grande deferência pelo imperador. Dali, recorreu a seu sogro, o danishmend Ghazi, graças a cuja ajuda logrou, após quatro anos de luta, recuperar o trono. Arab, por sua vez, buscou refúgio em Constantinopla, onde veio a falecer.[1]

Todos os anos, de 1130 a 1135, João lançou ofensivas contra os danishmends. Em duas oportunidades, seu trabalho foi interrompido pelas intrigas de seu irmão, o *Sebastocrator*[2] Isaac, que fugiu da corte em 1130 e passou os nove anos subseqüentes conspirando com diversos príncipes muçulmanos e armênios; em 1134, o repentino falecimento da imperatriz voltou a afastá-lo das guerras. Em setembro de 1134, quando a morte do emir Ghazi veio abrandar a situação, João já havia recobrado todos os territórios perdidos — exceto a cidade de Gangra, que seria recapturada na primavera seguinte. O filho e sucessor de Ghazi, Maomé, perturbado por contendas familiares, não estava em condições de adotar uma postura agressiva, e Mas'ud, privado do auxílio danishmend, entrou em acordo com o imperador.[3]

Com os turcos anatólios intimidados, João estava pronto para intervir na Síria. Primeiro, porém, era necessário proteger sua retaguarda. Em 1135, uma embaixada bizantina chegou à corte do imperador ocidental, Lotário, em terras germânicas. Em nome de João, ofereceu a Lotário amplos subsídios financeiros para que este atacasse Rogério da Sicília. As negociações prolongaram-se por alguns meses. Por fim, Lotário concordou em investir contra Rogério na primavera de 1137.[4] Os húngaros haviam sido derrotados em 1128, e os sérvios, submetidos por uma campanha de 1129. As defesas do baixo Danúbio estavam seguras.[5] A aliança entre normandos e pisanos fora desfeita pelo tratado assinado com estes últimos em 1126, e o império agora encontrava-se em bons termos com Veneza e Gênova.[6]

Na primavera de 1137, o exército imperial, com o imperador e seus filhos à frente, reuniu-se em Atália e avançou para o leste, penetrando na

---

1 Chalandon, pp. 77-91; Nicetas Choniates, p. 45; Miguel, o Sírio, III, pp. 223-4, 227, 237.
2 *Sebastocrator*: título honorífico da corte bizantina. Dentro da hierarquia da corte, era o segundo depois do de Imperador, ficando abaixo do de "Déspota" e acima do de "César". (N.T.)
3 Cinnamus, pp. 14-15; Nicetas Choniates, pp. 27-9; Miguel, o Sírio, III, p. 237-49.
4 Pedro, o Diácono, *in M.G.H. Ss.*, vol. VII, p. 833.
5 Chalandon, *op. cit.*, pp. 59-63, 70-1.
6 *Ibid.*, pp. 158-61.

Cilícia. A frota imperial resguardava seu flanco. Armênios e francos foram igualmente pegos de surpresa pela notícia de sua aproximação. Leão, o Roupeniano, atual senhor da planície oriental ciliciense, subiu para tentar impedir seu avanço tomando a fortaleza fronteiriça bizantina de Selêucia, mas foi forçado a recuar. O imperador avançou, passando por Mersin, Tarso, Adana e Mamistra, que se lhe entregaram sem titubear. O príncipe armênio confiou em que as sólidas fortificações de Anazarbus reteriam o inimigo. Sua guarnição resistiu por 37 dias, mas as máquinas de cerco bizantinas derrubaram suas muralhas e a cidade foi forçada a capitular. Leão refugiou-se no alto Tauro, onde o imperador não se deu ao trabalho de procurá-lo então. Depois de dar cabo de vários castelos armênios nas vizinhanças, João conduziu suas forças para o sul, passando por Isso e Alexandreta e transpondo o Passo Sírio — chegando, assim, à planície de Antióquia. Em 29 de agosto, assomou diante dos muros da cidade e montou seu acampamento na margem norte do Orontes.[1]

Antióquia encontrava-se sem seu príncipe. Raimundo de Poitiers fora resgatar o Rei Fulco em Montferrand, e Juscelino de Edessa o acompanhava. Quando chegaram à Buqaia, encontraram o rei já em liberdade. Fulco pretendia ir a Antióquia enfrentar os bizantinos, mas, em face das suas experiências recentes, preferiu retornar a Jerusalém. Raimundo correu à sua cidade e descobriu que o assédio imperial já tivera início, mas, como o cerco ainda não estava completo, logrou introduzir-se com sua guarda pessoal pelo Portão de Ferro, próximo à cidadela.

Durante vários dias, as máquinas bizantinas golpearam as fortificações. Raimundo não podia esperar auxílio externo, e não estava certo quanto ao ânimo da população dentro dos muros. Muitos, mesmo entre seus barões, começavam a perceber o sentido da política abortada de Alice. Não demorou para que Raimundo enviasse uma mensagem ao imperador, dispondo-se a reconhecê-lo como seu suserano caso fosse nomeado vigário imperial no principado. Em resposta, João exigiu a rendição incondicional. Raimundo retrucou que precisava consultar o Rei Fulco, e enviou cartas a toda a pressa a Jerusalém. A réplica de Fulco não foi de grande valia. "Todos sabemos", disse o rei, "conforme nossos anciãos nos ensinaram, que Antióquia era parte do império de Constantinopla até ser tomada do imperador pelos turcos, que a mantiveram em seu poder por quatorze anos, e que as reivindicações imperiais referentes aos tratados assinados por nossos ancestrais são

---

1 Cinnamus, pp. 16-18; Nicetas Choniates, pp. 29-35; Guilherme de Tiro, XIV, 24, pp. 341-2; Mateus de Edessa, ccliv, p. 323; Sembat, o Comissário, pp. 616-17; Gregório, o Sacerdote, pp. 152-3; Miguel, o Sírio, III, p. 45; Ibn al-Athir, p. 424; Ibn al-Qalanisi, pp. 240-1 (o editor, p. 240, n. 2, pretende substituir Kiyālyāni, i.é, *Kaloioannes*, por Imānyāl, Emanuel, mas é a João que o cronista se refere).

legítimas. Deveríamos, então, negar a verdade e fazer oposição ao que é correto?" Em vista de tais conselhos do rei que Raimundo considerava seu suserano, este não pôde mais resistir. Seus emissários encontraram o imperador pronto a fazer concessões. Raimundo deveria apresentar-se em seu acampamento e fazer um juramento irrestrito de fidelidade a João, tornando-se seu homem e dando-lhe acesso ilimitado à cidade e à cidadela. Além disso, caso os bizantinos, com auxílio franco, conquistassem Alepo e as cidades vizinhas, Raimundo devolveria Antióquia ao império e receberia, em seu lugar, um principado composto por Alepo, Shaizar, Hama e Homs. O franco aquiesceu; foi ajoelhar-se diante do imperador e prestou-lhe sua homenagem. João não insistiu em entrar na cidade, mas o estandarte imperial foi hasteado sobre a cidadela.[1]

As negociações revelaram o constrangimento da atitude franca diante do imperador. A resposta de Fulco pode ter sido determinada pelas necessidades imediatas do momento; ele sabia perfeitamente que Zengi era o grande inimigo do reino franco e não pretendia ofender o único poder cristão capaz de anular os muçulmanos. É possível também que a Rainha Melisende tenha exercido sua influência em favor de uma política que justificasse sua irmã Alice e humilhasse o homem que a ludibriara. Não obstante, seu veredicto provavelmente refletia a posição de seus advogados. A despeito de toda a propaganda de Boemundo I, os cruzados mais escrupulosos entendiam que o pacto firmado entre Aleixo e seus pais em Constantinopla ainda era válido. Antióquia deveria ter sido devolvida ao império, e Boemundo e Tancredo, ao violarem os juramentos que haviam feito, perderam o direito a qualquer reivindicação que pudessem fazer. Era uma visão imperialista mais extrema que a do próprio imperador. As autoridades bizantinas sempre foram realistas. Para elas, estava claro que seria impraticável e insensato tentar expulsar os francos de Antióquia sem oferecer-lhes alguma compensação. Ademais, gostavam de alinhar ao longo de suas fronteiras Estados vassalos cuja política geral estivesse sob o controle do imperador e, ao mesmo tempo, suportassem o impacto dos ataques inimigos. Assim, o imperador baseou suas demandas não no pacto firmado em Constantinopla, mas no assinado com Boemundo em Devol. Exigiu a capitulação incondicional do principado, como no caso de um vassalo rebelde, mas dispôs-se a permitir que Antióquia continuasse sendo seu Estado vassalo. Sua necessidade imediata era que ela cooperasse em suas investidas contra os muçulmanos.[2]

---

1 Guilherme de Tiro, XIV, 30, pp. 651-3; Orderic Vitalis, XIII, 34, pp. 99-101; Cinnamus, pp. 18-19; Nicetas Choniates, pp. 36-7.

2 Ver Chalandon, *op. cit.*, pp. 122-7, 130-3, e abaixo, p. 188.

O ano estava já avançado demais para uma campanha; assim sendo, João, tendo asseverado sua autoridade, retornou à Cilícia para arrematar sua conquista. Os príncipes roupenianos fugiram para o alto Tauro. Três dos filhos de Leão — Mleh, Estêvão e o cego Constantino — refugiaram-se junto ao seu primo, Juscelino de Edessa. O castelo da família, em Vahka, resistiu ainda algumas semanas sob seu valoroso comandante, Constantino, cujo combate pessoal com um oficial do regimento macedônio, Eustrátio, causou profunda impressão em todo o exército imperial. Logo após sua queda, Leão e seus filhos mais velhos, Rupênio e Thoros, foram aprisionados e enviados para o cativeiro em Constantinopla, onde Rupênio logo foi condenado à morte. Leão e Thoros, porém, conquistaram o favor do imperador e receberam permissão para viver, sob vigilância, na corte, onde Leão morreria quatro anos mais tarde. Thoros acabaria escapando e voltando à Cilícia. Quando a conquista da província foi concluída, João estabeleceu suas acomodações de inverno na planície ciliciense, onde Balduíno de Marash foi prestar-lhe homenagem e rogar-lhe proteção contra os turcos. Ao mesmo tempo, enviou-se uma embaixada imperial a Zengi, a fim de causar-lhe a impressão de que os bizantinos não pretendiam lançar-se em nenhuma empreitada agressiva.

Em fevereiro, por ordem do imperador, as autoridades antioquenas de repente prenderam todos os mercadores e viajantes de Alepo e das cidades islâmicas vizinhas, para que não falassem, em casa, sobre os preparativos militares que haviam testemunhado. No fim de março, o exército imperial deslocou-se para Antióquia, onde se lhe reuniram tropas do Príncipe de Antióquia e do Conde de Edessa, além de um contingente de templários. Em 1º de abril, os aliados penetraram em território inimigo e ocuparam Balat. No dia 3, aproximaram-se de Biza'a, que resistiu, sob o comando da esposa de seu comandante, por cinco dias. Levaram mais uma semana para arrebanhar os soldados muçulmanos espalhados pela região, que em sua maioria haviam se refugiado nas grutas de el-Baba, de onde foram desentocados com fumaça pelos bizantinos. Zengi encontrava-se com seu exército diante de Hama, da qual tentava expulsar a guarnição damascena, quando foi informado por seus batedores das invasões cristãs. Apressou-se em enviar tropas, lideradas por Sawar, para reforçar a defesa de Alepo, que João esperava surpreender. Todavia, ao chegar diante de suas muralhas, em 20 de abril, e lançar um ataque, encontrou-as solidamente guarnecidas. Decidiu não desgastar-se em um sítio naquele momento, e voltou-se para o sul. No dia 22, ocupou Athareb; no dia 25, Maarat an-Numan; e no dia 27, Kafartab. Em 28 de abril, seu exército alcançou os portões de Shaizar.

Shaizar pertencia ao emir munquidita, Abu'l Asakir Sultão, que conseguira preservar sua independência em relação a Zengi. Talvez João esperasse que Zengi, assim, não se importasse com o destino da cidade. Entretanto, sua posse conferiria aos cristãos controle sobre o médio Orontes e bloquearia novos avanços do atabegue turco em direção à Síria. Os bizantinos deram início ao cerco com grande vigor. Parte da cidade inferior logo foi ocupada, e o imperador mandou trazer suas grandes catapultas para bombardear a cidade alta de sua escarpada colina sobre o Orontes. Fontes latinas e muçulmanas referem-se à coragem e energia pessoais do imperador e à eficiência do bombardeio. Ele parecia estar em toda parte ao mesmo tempo, com seu elmo dourado, inspecionando as máquinas, encorajando os assediantes e consolando os feridos. O sobrinho do emir, Usama, testemunhou o terrível dano perpetrado pelas catapultas gregas. Casas inteiras eram destruídas por um único projétil, ao passo que a peça de ferro à qual a bandeira do emir fora afixada desabou e matou um homem que passava pela rua. No entanto, enquanto o imperador e seus engenheiros eram infatigáveis, os francos continham-se. Raimundo receava que, com a captura de Shaizar, ele seria obrigado a viver ali, na linha de frente da cristandade, e a abandonar os confortos de Antióquia; quanto a Juscelino, que em seu íntimo odiava Raimundo, seu último desejo era ver seu desafeto instalado em Shaizar e talvez mais tarde em Alepo. Com seus murmúrios, incentivou a indolência natural de Raimundo e sua falta de confiança nos bizantinos. Em vez de engajarem-se nos combates, os dois príncipes latinos passavam os dias em suas tendas jogando dados. As admoestações do imperador levavam-nos a se engajarem apenas em atividades perfunctórias e efêmeras. Nesse ínterim, Zengi desistiu do cerco de Hama e pôs-se a caminho de Shaizar. Seus emissários correram a Bagdá, onde a princípio o sultão não queria oferecer-lhe apoio — até que um levante popular, clamando por uma Guerra Santa, o forçou a enviar uma expedição. O príncipe ortóquida Dawud prometeu um exército de cinqüenta mil turcomanos de Jeziré. Também enviaram-se cartas para o emir danishmend, pedindo-lhe que criasse uma distração na Anatólia. Zengi estava a par das dissensões entre bizantinos e francos. Seus agentes, infiltrados no exército cristão, insuflavam o ressentimento dos príncipes latinos contra o imperador.

Apesar de todo o seu vigor, João foi derrotado pelos grandes penhascos de Shaizar, pela coragem de seus defensores e pela apatia franca. Alguns de seus aliados sugeriram-lhe que retrocedesse para enfrentar Zengi, cujo exército era menor que o cristão. Contudo, ele não podia nem aventurar-se a deixar seus equipamentos de cerco desprotegidos, nem, agora, confiar nos francos. O risco era muito grande. João conseguiu tomar toda a cidade baixa, e,

por volta de 20 de maio, o emir de Shaizar ofereceu-se para pagar uma grande indenização e presenteá-lo com seus melhores cavalos e mantos de seda, bem como com seus dois mais preciosos tesouros — uma mesa guarnecida com jóias e uma cruz cravejada de rubis, que fora tomada do Imperador Romano Diógenes em Manzikert, 67 anos antes. Concordou também em reconhecer o imperador como seu suserano e em pagar-lhe um tributo anual. João, desgostoso com seus aliados latinos, aceitou os termos e, em 21 de maio, suspendeu o cerco. Enquanto o grande exército imperial retornava a Antióquia, Zengi aproximou-se de Shaizar — mas, salvo por algumas escaramuças ligeiras, não se aventurou a interferir na retirada.[1]

Quando o exército atingiu Antióquia, João insistiu em fazer uma entrada cerimonial na cidade a cavalo, com o Príncipe de Antióquia e o Conde de Edessa caminhando lado a lado como seus pajens. O patriarca e todo o clero foram ao seu encontro no portão e conduziram-no pelas ruas enfeitadas com bandeiras até a catedral, onde foi celebrada uma missa solene; dali seguiram para o palácio, onde João se instalou. Lá, convocou Raimundo e, dando a entender que o príncipe falhara em seus deveres como vassalo, ordenou que suas tropas recebessem permissão para entrar na cidade e que a cidadela lhe fosse entregue. As futuras campanhas contra os muçulmanos, explicou, teriam de ser planejadas em Antióquia, e ele precisava da fortaleza para armazenar seu tesouro e seu material bélico. Os francos ficaram horrorizados. Enquanto Raimundo pedia tempo para considerar o pedido, Juscelino escapuliu do palácio e, lá fora, mandou seus soldados espalharem entre os habitantes latinos da cidade o boato de que o imperador havia determinado sua expulsão imediata, e incitarem-nos a atacar a população grega. Uma vez deflagrado o tumulto, correu de volta ao palácio bradando que viera, com risco de vida, alertar João do perigo que corria. Sem dúvida houve distúrbio nas ruas, e gregos incautos foram massacrados. No Oriente, não há como prever como uma sublevação vai terminar. João não desejava nem que os gregos da cidade sofressem, nem pretendia ver-se isolado no palácio dispondo apenas de sua guarda pessoal, com o corpo principal de seu exército nas longínquas margens do Orontes. Ademais, fora informado de que, graças à diplomacia de Zengi, os seljúcidas anatólios haviam invadido a Cilícia e assaltado Adana. Compreendeu o ardil de Juscelino, mas, antes que pudesse arriscar-se a uma ruptura aberta com os francos, tinha de estar absoluta-

---

1 Guilherme de Tiro, XV, 1-2, pp. 655-8; Cinnamus, pp. 19-20; Nicetas Choniates, pp. 37-41; Miguel, o Sírio, *loc. cit.*; Usama, ed. Hitti, pp. 26, 124, 143-4; Ibn al-Qalanisi, pp. 248-52; Kemal ad-Din, pp. 674-8; Ibn al-Athir, pp. 426-8. O poema congratulatório dedicado por Prodomo ao imperador insinua que Shaizar foi salva pelas condições meteorológicas (*M.P.G.*, vol. CXXXIII, cols. 1344-9).

mente seguro do estabelecimento de suas comunicações. Mandou avisar Raimundo e Juscelino de que, por ora, se contentaria com uma renovação de seu juramento de vassalagem e retornaria de imediato a Constantinopla. Deixando o palácio, foi ao encontro de suas tropas, enquanto os príncipes aplacavam prontamente a rebelião. Entretanto, ainda se sentiam inquietos e ansiavam por reconquistar a boa vontade do imperador. Raimundo chegou a prontificar-se a admitir funcionários imperiais na cidade, adivinhando, corretamente, que João não aceitaria oferta tão insincera. Pouco depois, este despediu-se dos dois com aparentes demonstrações de amizade e a mais rematada desconfiança mútua — após o que conduziu seus homens de volta para a Cilícia.[1]

É notável que, no decurso de todas as negociações de João a respeito de Antióquia, nada se tenha dito sobre a Igreja. O Tratado de Devol dispunha que o patriarcado seria restituído à linha grega; as autoridades da Igreja latina sem sombra de dúvida temiam que o imperador insistisse nessa cláusula, pois, em março de 1138 — quase que por certo em resposta a um apelo antioquense —, o Papa Inocêncio II emitiu uma ordem proibindo que qualquer membro de sua Igreja permanecesse com o exército bizantino caso se tomasse alguma medida contra as autoridades latinas em Antióquia. João provavelmente não tencionava extirpar nenhum problema religioso antes de pisar em solo mais firme, tanto em termos políticos quanto estratégicos. Caso tivesse conseguido tirar Raimundo de Antióquia, mandando-o para um principado, teria reintroduzido um patriarca grego na cidade. Nesse meio tempo, porém, demonstrou tolerar a presença de um latino quando, em sua entrada solene, Radulfo de Domfront foi saudá-lo e conduzi-lo para a missa na catedral.[2]

João voltou lentamente para Constantinopla, depois de enviar parte de seu exército para punir o seljúcida Mas'ud por seu ataque à Cilícia. Mas'ud pediu a paz e pagou uma indenização. Durante 1139 e 1140, o imperador esteve ocupado com o emir danishmend, inimigo muito mais perigoso que o seljúcida. Em 1139, Maomé não só invadiu a Alta Cilícia e tomou o castelo de Vahka, como também liderou uma expedição rumo ao oeste, chegando até o rio Sangário. Sua aliança com Constantino Gabras, o rebelde Duque de Trebizonda, resguardava seu flanco norte. Durante o verão de 1139, João

---

1 Guilherme de Tiro, XV, 3-5, pp. 658-65; al-Azimi (p. 352) é o único outro cronista a mencionar o complô.

2 Guilherme de Tiro, XV, 3, p. 659. Ibn al-Qalanisi (p. 245), porém, diz que João exigiu um patriarca grego para a cidade. É possível que tenha confundido as exigências de João com as de Manuel, posteriores. A carta de Inocêncio, datada de 25 de março de 1138, pode ser encontrada no *Cartulaire du Sainte Sépulcre*, ed. Rozière, p. 86.

expulsou os danishmends da Bitínia e da Paflagônia, e no outono marchou para o leste, acompanhando a costa do mar Negro. Constantino Gabras submeteu-se, e o exército imperial seguiu para o interior, a fim de assediar a fortaleza danishmend de Niksar. Era uma árdua empreitada. A fortaleza era naturalmente forte e bem defendida, e, naquele país montanhoso e selvagem, era difícil manter as comunicações abertas. João ficou deprimido diante das pesadas baixas sofridas por suas tropas e pela deserção de seu sobrinho João, filho de seu irmão Isaac, que se converteu ao islamismo e se casou com uma filha de Mas'ud. Os sultões otomanos afirmavam ser seus descendentes. No outono de 1140, João abandonou a campanha e levou seu exército de volta para Constantinopla, na intenção de recomeçar no ano seguinte. Em 1141, porém, faleceu o emir Maomé, e o poder danishmend foi posto temporariamente fora de combate por uma guerra civil entre seus herdeiros. João pôde retomar seus planos mais amplos e voltar sua atenção mais uma vez para a Síria.[1]

Lá, os benefícios de sua campanha contra os muçulmanos em 1137 haviam sido rapidamente perdidos. Zengi recuperara Kafartab dos francos em maio de 1137, e Maarat an-Numan, Bizaa e Athareb no outono. No decorrer dos quatro anos que se seguiram, quando Zengi estava inteiramente absorto em sua tentativa de conquistar Damasco, os indolentes francos do norte foram incapazes de tirar vantagem de suas dificuldades. Todos os anos, Raimundo e Sawar de Alepo trocavam investidas contra o território um do outro, mas não se empreendeu nenhuma ofensiva de maior porte.[2] O condado de Edessa desfrutava de relativa paz, graças às cruentas disputas dos príncipes islâmicos junto às suas fronteiras, intensificadas pela eliminação do danishmend Maomé. Para o Imperador João, que assistia atentamente aos acontecimentos de Constantinopla, parecia claro que os francos do Norte da Síria eram imprestáveis como soldados da cristandade.

A aparente indiferença de Raimundo devia-se em parte à falta de efetivo militar e em parte à sua querela com o Patriarca Radulfo. Ele jamais pretendera cumprir sua promessa de em tudo obedecer ao patriarca, e a arrogância deste enraivecia-o. Encontrou aliados no capítulo da catedral, liderados pelo Arcediago Lamberto e por um cônego, Arnulfo da Calábria. Os dois, encorajados por Raimundo, partiram para Roma em fins de 1137 para queixar-se da eleição não-canônica de Radulfo. Ao passarem pelos domínios do Rei Rogério II, Arnulfo, seu súdito de nascimento, incitou-o contra Radulfo, assinalando que fora ele que assegurara o trono de Antióquia, cobiçado por

1 Nicetas Choniates, pp. 44-9; Miguel, o Sírio, III, p. 248.
2 Kemal ad-Din, pp. 681-5.

Rogério, para Raimundo. Quando Radulfo, obrigado a segui-los a Roma para justificar-se, chegou por sua vez ao Sul da Itália, Rogério mandou prendê-lo. Entretanto, eram tão encantadores os seus modos e tão persuasiva a sua língua que ele não tardou em cativar o rei para o seu lado. Seguiu para Roma, onde mais uma vez seu charme triunfou. Depositou voluntariamente seu pálio sobre o altar da Basílica de S. Pedro, recebendo-o de volta do papa. Na viagem de volta pelo Sul da Itália, para retomar seu trono patriarcal, o Rei Rogério tratou-o como convidado de honra. Ao chegar a Antióquia, porém, o clero, apoiado por Raimundo, recusou-se a fazer-lhe a habitual cortesia de ir saudá-lo nos portões da cidade. Radulfo, simulando humildade e resignação, retirou-se discretamente para um monastério próximo a S. Simão, onde permaneceu até que Juscelino de Edessa, sempre ávido por constranger Raimundo, o convidou a fazer uma visita de cerimônia à sua capital, onde o Arcebispo foi recebido como suserano espiritual. Raimundo logo chegou à conclusão de que era mais seguro mantê-lo em Antióquia. Ao chegar, foi saudado com todas as honrarias que poderia querer.

Entretanto, graças ao alvoroço criado por Raimundo, a investigação de sua posição foi reaberta em Roma. Na primavera de 1139 Pedro, Arcebispo de Lião, foi encarregado de analisar o caso no local. Já em idade muito avançada, o arcebispo decidiu primeiro visitar os Lugares Santos, vindo a falecer a caminho do norte, em Acre. Sua morte desconcertou os inimigos de Radulfo, e até Arnulfo de Calábria ofereceu-lhe sua submissão. Radulfo, em sua arrogância, recusou-se a aceitá-la — e Arnulfo, furioso, retornou a Roma e convenceu o papa a enviar outro legado. Alberico, Bispo de Óstia, chegou em novembro de 1139 e imediatamente convocou um sínodo, ao qual compareceram todos os prelados latinos no Oriente, inclusive o Patriarca de Jerusalém. Como não era segredo para ninguém que a simpatia do sínodo estava com o príncipe e o clero dissidente, Radulfo recusou-se a tomar parte das sessões na Catedral de S. Pedro, e seu único sequaz — Serlão, Arcebispo de Apaméia — foi expulso da assembléia ao tentar defender o patriarca. Quando ignorou a terceira convocação a apresentar-se para responder às acusações que pendiam contra si, Radulfo foi declarado deposto. Para ocupar o seu lugar o sínodo elegeu Aimery de Limoges, o líder do capítulo — um homem rude, enérgico e semi-analfabeto cuja ascensão inicial se devia a Radulfo, mas que tivera a sabedoria de aproximar-se de Raimundo. Uma vez deposto, o ex-patriarca foi atirado na prisão por Raimundo. Mais tarde, conseguiria fugir e chegar a Roma, onde outra vez conquistaria o favor do papa e seus cardeais. Antes que pudesse valer-se de seu auxílio para resgatar sua posição, porém, Radulfo morreu — segundo alguns, envenenado —, em algum momento de 1142. O episódio angariou para Raimundo a leal coope-

ração da Igreja de Antióquia; todavia, a insolência do tratamento dispensado ao patriarca deixou uma péssima impressão, mesmo entre os eclesiásticos que mais o detestavam.[1]

Na primavera de 1142, João estava pronto a voltar à Síria. Como em 1136, ele tratou de proteger sua retaguarda com uma aliança com o monarca germânico contra Rogério da Sicília. Seus embaixadores visitaram a corte de Conrado III, sucessor de Lotário, para fazer os arranjos necessários e selar a amizade com um casamento. Voltaram em 1142, trazendo consigo a cunhada de Conrado, Berta de Sulzbach, que, sob o nome de Irene, seria desposada pelo filho mais novo de João, Manuel. A boa vontade das cidades marítimas italianas também foi assegurada.[2] Na primavera de 1142, João e seus filhos lideraram um exército que cruzou a Anatólia rumo a Atália, repelindo os seljúcidas e seus súditos turcomanos — que mais uma vez tentavam insinuar-se na Frígia — e fortalecendo as defesas fronteiriças. Enquanto aguardava em Atália, o imperador sofreu uma grave perda. Seu primogênito, Aleixo — seu herdeiro indicado —, caiu enfermo e sucumbiu. Seu segundo e terceiro filhos, Andrônico e Isaac, foram incumbidos de levar o corpo por mar até Constantinopla, e, durante a travessia, também Andrônico pereceu.[3] Apesar de sua dor, João prosseguiu rumo ao leste, simulando estar a caminho da Alta Cilícia para reaver as fortalezas que os danishmends haviam tomado, pois não queria despertar as suspeitas francas.[4] O exército transpôs em marcha forçada a Cilícia e a cordilheira Amano superior, o *Giaour Dagh*, e em meados de setembro apareceu inopinadamente em Turbessel, a segunda capital de Juscelino de Edessa. Juscelino, pego de surpresa, correu a prestar homenagem ao imperador e oferecer-lhe sua filha Isabela como refém. Em seguida, João seguiu para Antióquia, e em 25 de setembro chegou a Baghras, o grande castelo templário que dominava a estrada que ligava a Cilícia a Antióquia. De lá enviou uma mensagem para Raimundo, exigindo que toda a cidade lhe fosse entregue e repetindo a oferta de conceder-lhe um principado retirado de suas futuras conquistas.

Raimundo assustou-se. Sem dúvida o imperador agora estava determinado a impor suas demandas pela força — e, ao que tudo indica, os cristãos

---

1 Guilherme de Tiro, XIV, 10, pp. 619-20, XV, 11-16, pp. 674-85, é nossa única fonte.
2 Chalandon, *op. cit.*, pp. 161-2, 171-2.
3 Cinnamus, p. 24; Nicetas Choniates, pp. 23-4. Cinnamus (p. 23) conta que João pretendia que Aleixo herdasse o império, mas que Manuel, o caçula, tivesse um principado composto por Antióquia, Atália e Chipre.
4 Guilherme de Tiro, XV, 19, p. 688, insinua que Raimundo convidara a intervenção de João por medo de Zengi, mas Nicetas Choniates (p. 52) conta como ele dissimulou seus planos e mostra que sua chegada na Síria foi uma surpresa (Guilherme de Tiro, *ibid.*, p. 689).

nativos estavam prontos a colaborar com os bizantinos. Os francos tentaram ganhar tempo. Mudando por completo a posição jurídica em que se baseara em 1131, Raimundo retorquiu que precisava consultar seus vassalos. Realizou-se um concílio na cidade, no qual os vassalos, provavelmente sob a orientação do novo patriarca, declararam que Raimundo só governava Antióquia como marido de sua herdeira, e portanto não tinha direito de dispor de seu território; além disso, nem mesmo o príncipe e a princesa juntos poderiam alienar ou trocar o principado sem o consentimento de seus vassalos, que os destronariam caso tentassem fazê-lo. O Bispo de Jabala, portador da resposta do concílio para João, reiterou a rejeição da demanda imperial citando a autoridade do papa, mas como contrapartida ofereceu-lhe uma entrada solene em Antióquia. A resposta, completamente oposta a todos os compromissos assumidos por Raimundo até então, deixou Bizâncio sem alternativa a não ser a guerra. Entretanto, a estação estava já demasiado avançada para medidas imediatas. Após saquear as propriedades francas nas adjacências da cidade, João retirou-se para a Cilícia, a fim de recobrar os castelos tomados pelos danishmends e passar o inverno.[1]

Da Cilícia João enviou uma embaixada para o Rei Fulco, anunciando seu desejo de realizar uma visita aos Lugares Santos e discutir com o rei uma ação conjunta contra os infiéis. Fulco ficou constrangido. Não lhe agradava a idéia de que o exército imperial descesse até a Palestina; o preço do auxílio de Bizâncio seria, inevitavelmente, o reconhecimento de sua suserania. O Bispo de Belém, Anselmo (junto com Roardo, castelão de Jerusalém, e Godofredo, abade do Templo, grande estudioso do grego), foi enviado a João para explicar-lhe que a Palestina era um país pobre, sem condições de proporcionar provimentos para a manutenção de um exército tão grande quanto o do imperador; todavia, se este pudesse fazer o obséquio de selecionar uma escolta menor para acompanhá-lo, o rei ficaria encantado em recebê-lo. João preferiu não insistir no pedido por ora.[2]

Em março de 1143, enquanto se faziam os preparativos para a subjugação de Antióquia, o imperador fez uma breve pausa para caçar o javali selvagem nos montes Tauro. Durante a caçada, foi acidentalmente ferido por uma flecha. Prestou pouca atenção ao ferimento, mas este acabou infeccionando e não demorou para que João agonizasse de septicemia. Encarou o fim com compostura. Até o último momento, trabalhou na disposição da sucessão e na transição tranqüila do governo. Seus dois filhos mais velhos estavam

---

1 Guilherme de Tiro, XV, 19-20, pp. 688-91; Nicetas Choniates, pp. 52-3; Gregório, o Sacerdote, p. 156; Mateus de Edessa, cclv, p. 325.

2 Guilherme de Tiro, XV, 21, pp. 691-3. João havia preparado ofertas para o Santo Sepulcro (Cinnamus, p. 25).

mortos. O terceiro, Isaac, que se encontrava em Constantinopla, era um jovem de temperamento volúvel. João chegou à conclusão de que seu filho mais moço e mais brilhante, Manuel, deveria ser seu herdeiro, e persuadiu seu grande amigo, o Grão-Doméstico Axuch, a apoiar a reivindicação de Manuel. Com suas próprias mãos febris, colocou a coroa sobre a cabeça de Manuel e convocou seus generais para aclamar o novo imperador. Depois de fazer sua última confissão a um santo monge de Panfília, João morreu, em 8 de abril.[1]

A morte de João salvou a Antióquia franca. Enquanto Axuch corria a Constantinopla à frente da notícia, a fim de assegurar o palácio e o governo contra qualquer tentativa de Isaac de reivindicar o trono, Manuel conduzia o exército de volta pela Anatólia. Enquanto sua capital não estivesse garantida, não haveria novas aventuras no Oriente. O projeto imperial foi deixado de lado — mas não por muito tempo.[2]

---

1 Guilherme de Tiro, XV, 22-3, pp. 693-5; Cinnamus, pp. 26-9; Nicetas Choniates, pp. 56-64; Mateus de Edessa, cclv, p. 325; Gregório, o Sacerdote, p. 156; Miguel, o Sírio, III, p. 254; Ibn al-Qalanisi, p. 264; *Bustan*, p. 537.

2 Cinnamus, pp. 29-32, menciona uma insolente embaixada antioquena a Manuel, que replicou que voltaria para fazer valer seus direitos. Nicetas Choniates, pp. 65-9; Guilherme de Tiro, XV, 23, p. 696.

Capitulo IV

A Queda de Edessa

"Fortuna que começa muito depressa, no final não será abençoada." PROVÉRBIOS 20, 21

Foi com grande alívio que os francos do Oriente receberam a notícia da morte do imperador — e, em seu contentamento, não perceberam como a satisfação de seu arquiinimigo, o atabegue Zengi, foi muito maior.[1] A partir de 1141, durante dois anos Zengi fora constrangido pelo desejo do Sultão Mas'ud de reafirmar sua autoridade sobre ele. Só mediante uma oportuna manifestação de submissão, acompanhada de um presente em dinheiro e do envio de seu filho como refém, Zengi evitou uma invasão do território de Mosul pelo exército do sultão.[2] Uma conquista da Síria por Bizâncio, naquele momento, teria posto um ponto final em seus planos ocidentais — que, além disso, eram ameaçados por uma aliança entre o Rei de Jerusalém e o atabegue de Damasco, originada pelo medo que ambos sentiam dele.

Após a ruptura da aliança franco-bizantina em 1138, Zengi retomou a tarefa de reconquistar Damasco. Seu assédio a Homs fora interrompido em duas ocasiões: primeiro pela investida franca contra Montferrand, e mais tarde pelo cerco de Shaizar pelos bizantinos. Ele retornou então a toda a força para Homs e enviou a Damasco uma mensagem exigindo em casamento a mão da Princesa Zumurruda, mãe do atabegue, tendo Homs por dote. Os damascenos não estavam em posição de recusar. Em junho de 1138, a viúva foi desposada por Zengi, cujas tropas entraram em Homs. Num gesto de boa vontade, ele confiou ao governador da cidade, o idoso mameluco Unur, a recém-conquistada fortaleza de Montferrand, bem como alguns castelos adjacentes.[3]

Felizmente para a dinastia búrida damasquina, Unur, em vez de ocupar sua residência em Montferrand, dirigiu-se para Damasco. Lá, na noite de 22 de junho de 1139, o jovem atabegue, Shihab ed-Din Mahmud, foi assassinado em sua cama por três de seus pajens favoritos. Se Zengi, sobre o qual recaíram

---

1 A atitude islâmica em relação aos bizantinos é exemplificada por Ibn al-Qalanisi (p. 252), que, ao falar da retirada do imperador em 1138, diz que "todos os corações respiraram aliviados após tanta aflição e pavor".

2 Ibn al-Athir, pp. 241-2.

3 Ibn al-Qalanisi, p. 252; Kemal ad-Din, pp. 678-9.

suspeitas de cumplicidade com o atentado, acalentava a esperança de assim apropriar-se do governo, desapontou-se. Unur assumiu o controle sem vacilar. Os assassinos foram crucificados, e o meio-irmão do atabegue, Jemal ed-Din Maomé, governador de Balbek, foi convocado para ocupar o trono de Mahmud. Em troca, Maomé entregou sua mãe e a cidade de Balbek a Unur. Este, porém, permaneceu em Damasco, encarregado do governo — o que não interessava a Zengi. Este, instigado por sua esposa, Zumurruda, e por um irmão de Maomé, Bahram-Xá, inimigo pessoal de Unur, deu início ao cerco de Balbek no fim do verão de 1139, com um grande exército e quatorze máquinas de sítio. A cidade capitulou em 10 de outubro; no dia 21 a guarnição da cidadela, erguida sobre as ruínas do grande templo de Baal, também se rendeu, depois de Zengi jurar pelo Alcorão que pouparia as vidas de seus membros. O juramento, porém, foi quebrado. Foram todos chacinados de maneira brutal, e suas mulheres, vendidas para o cativeiro. O objetivo do massacre era aterrorizar os damasquinos, mas seu único efeito foi intensificar sua resistência e levá-los a considerar Zengi como um inimigo de fora do seio da fé.[1]

Nos últimos dias do ano, Zengi montou seu acampamento nas proximidades de Damasco. Ofereceu Balbek ou Homs ao atabegue Maomé em troca de sua cidade — e o inexperiente príncipe teria aceitado, caso Unur tivesse permitido. Diante de sua recusa, Zengi deflagrou o assédio. Em meio a essa crise, em 29 de março de 1140, Maomé morreu. Damasco, porém, manteve-se fiel aos búridas, e Unur, sem dificuldade, elevou o jovem filho de Maomé, Mujir ed-Din Abaq, ao trono. Ao mesmo tempo, chegou à conclusão de que havia justificativa, tanto religiosa quanto política, para solicitar o auxílio dos cristãos contra tão pérfido rival. Uma embaixada, liderada pelo príncipe munquidita Usama, partiu em direção a Jerusalém.[2]

O Rei Fulco vinha tentando aproveitar-se dos apuros dos damascenos para reforçar seu domínio sobre a Transjordânia. Durante o verão de 1139, ele recebera a visita de Thierry da Alsácia, Conde de Flandres, cuja esposa, Sibila, era sua filha do primeiro casamento; com a ajuda do genro, Fulco invadiu Gilead e, com alguma dificuldade, capturou uma pequena fortaleza próxima a Aljun, massacrando seus defensores.[3] O esforço rendera-lhe pouco lucro, e, quando Unur lhe ofereceu vinte mil besantes por mês mais a devolução da fortaleza de Banyas caso conseguisse afastar Zengi de Damasco, Fulco deixou-se facilmente persuadir a mudar de política. A idéia de tal aliança não era nova. Já no princípio de 1138,

1 Ibn al-Qalanisi, pp. 253-6; Ibn al-Athir, p. 431.
2 Ibn al-Qalanisi, pp. 256-9.
3 Guilherme de Tiro, XV, 6, pp. 665-8.

Usama viajara a Jerusalém em nome de Unur para discutir sua viabilidade. Entretanto, embora a corte franca o houvesse acolhido com todas as honras, suas propostas foram repudiadas. Agora, a ameaça representada pelo poder crescente de Zengi era mais bem compreendida. Quando Fulco intimou seu conselho a considerar a oferta, havia um consenso geral de que ela deveria ser aceita.[1]

Depois de receberem reféns de Damasco, os francos partiram em abril para a Galiléia. Fulco deslocava-se com cautela e deteve-se em Tiberíades, enquanto seus batedores seguiam à frente. Zengi desceu pela margem oposta do mar da Galiléia para observar seus movimentos, mas, vendo-o imóvel, retornou para o cerco de Damasco. Em seguida, Fulco avançou rumo ao norte. Como Zengi não pretendia correr o risco de ficar encurralado entre francos e damasquinos, afastou-se de Damasco. Quando Fulco encontrou as forças de Unur, a leste do lago Huleh, no começo de junho, souberam que Zengi havia se refugiado em Balbek. Parte de suas tropas voltou, naquele mesmo mês, varrendo a região até os muros de Damasco, mas ele e seu exército bateram em retirada, sãos e salvos, para Alepo.[2] A aliança salvara a independência damasquina sem uma batalha. Unur ateve-se aos termos do acordo. Fazia alguns meses que suas tropas se dedicavam a um confuso cerco de Banyas. O tenente de Zengi, Ibrahim ibn Turgut, aproveitou uma trégua no cerco para assolar o litoral nas adjacências de Tiro. Foi surpreendido por um exército comandado por Raimundo de Antióquia, que viera para o sul a fim de auxiliar Fulco na campanha damascena. Ibrahim foi derrotado e morto. Quando Unur surgiu em pessoa diante de Banyas, acompanhado de Fulco e Raimundo — que ademais contavam com o incentivo do legado papal que os visitava, Alberico de Beauvais —, os defensores não tardaram em capitular. Unur providenciou para que recebessem, como compensação, terras próximas a Damasco. Em seguida, ele entregou a cidade aos francos, que instalaram seu antigo governador, Rainier de Brus, enquanto Adão, Arcediago de Acre, ocupou seu episcopado.[3]

A aliança entre Fulco e Unur foi selada por uma visita feita por este logo em seguida, em companhia de Usama, à corte real em Acre. Foram brindados com uma recepção cordial e lisonjeira, de lá seguindo para Haifa e Jerusalém e voltando por Nablus e Tiberíades. A excursão foi conduzida em uma atmosfera de grande cordialidade, conquanto Usama de modo algum aprovasse tudo o que viu.[4] Fulco, além disso, demonstrou seu sincero desejo de

---

1 *Ibid.*, XV, 7, pp. 668-9; Ibn al-Qalanisi, pp. 259-60.
2 Guilherme de Tiro, XV, 8, pp. 669-70; Ibn al-Qalanisi, p. 260; Kemal ad-Din, p. 682.
3 Guilherme de Tiro, XV, 9-11, pp. 770-6; Ibn al-Qalanisi, pp. 260-1.
4 Usama, ed. Hitti, pp. 166-7, 168-9, 226.

manter a amizade com os damascenos quando eles se queixaram dos assaltos contra seus rebanhos, comandados de Banyas por Rainier de Brus. Este foi severamente admoestado a pôr fim aos saques e pagar uma indenização às vítimas.[1]

Por volta do ano de 1140, o Rei Fulco tinha motivos para estar satisfeito com seu governo. A situação no Norte da Síria deteriorara-se desde o tempo de seu predecessor, e ele tampouco desfrutava do mesmo prestígio e autoridade por aqueles lados. É duvidoso que Juscelino de Edessa sequer o reconhecesse como suserano. Em seus próprios domínios, porém, ele estava seguro. Aprendera a lição de que os francos, para garantirem sua sobrevivência na região, precisavam não só ser menos intransigentes em relação aos muçulmanos como prontificar-se a fazer amizade com os menos perigosos deles — e convertera seus nobres à sua política. Ao mesmo tempo, havia trabalhado arduamente pela defesa de seu país. Na fronteira sul, três grandes castelos haviam sido construídos para defender os territórios dos ataques lançados pelos egípcios de Ascalão. Em Ibelin, cerca de dezesseis quilômetros a sudoeste de Lida, em um ponto bem suprido de mananciais e que dominava a conjunção das estradas que ligavam Ascalão a Jafa e a Ramleh, Fulco utilizou as ruínas da antiga cidade romana de Jamnia para erigir uma esplêndida fortaleza — que foi confiada a Balian, alcunhado de "o Velho", irmão do Visconde de Chartres. A terra lhe coubera sob os senhores de Jafa, e ele conquistara o favor de Fulco ao apoiá-lo contra Hugo de Le Puiset. Como castelão de Ibelin, foi elevado ao posto de tenente-em-chefe e desposou Helvis, herdeira de Ramleh. Seus descendentes constituiriam a mais célebre família nobre do Oriente franco.[2]

Ao sul de Ibelin, a estrada direta entre Ascalão e Jerusalém era guardada pelo castelo de Blanchegarde, situado sobre a colina conhecida pelos árabes como Tel as-Safiya — "outeiro resplandecente". Seu guardião, Arnulfo, tornou-se um dos mais prósperos e poderosos barões do reino.[3] O terceiro castelo foi construído em Bethgibelin, na aldeia que os cruzados erroneamente identificavam com Bersabéia. Comandando a estrada que ligava Ascalão a Hebron, sua manutenção foi confiada aos hospitalários.[4] Tais fortificações não eram suficientes para impedir todas as agressões de Ascalão; em 1141,

---

1 *Ibid.*, pp. 93-4.

2 Guilherme de Tiro, XV, 24, pp. 696-7. Sobre a origem de Balian, ver Ducange, *Familles d'Outre Mer*, ed. Rey, pp. 360-1.

3 Guilherme de Tiro, XV, 25, pp. 697-9.

4 *Ibid.*, XIV, 22, pp. 638-9. Martin, "Les premiers princes croisés et les Syriens jacobites de Jerusalém. II", *Journal Asiatique*, 8me série, vol. XIII, pp. 34-5, fornece indícios sírios de que a construção do castelo se encontrava em andamento em 1135.

por exemplo, os egípcios furaram o bloqueio e derrotaram uma pequena força cruzada na planície de Sharon.[1] No entanto, podiam fazer frente a qualquer ataque sério que partisse do Sul de Jerusalém, além de serem centros da administração local.

Ao mesmo tempo, Fulco tomou providências para colocar a região a leste e ao sul do mar Morto sob um controle mais estrito. O feudo de Montreal, com seu castelo localizado em um oásis nos montes da Iduméia, conferira aos francos um frouxo domínio das rotas de caravanas que ligavam o Egito à Arábia e à Síria; contudo, as caravanas muçulmanas continuavam trafegando ilesas pelas estradas, e agressores oriundos do deserto ainda conseguiam penetrar por ali na Judéia. Na época da acessão de Fulco, o senhor de Montreal e da Oultrejourdain era Romano de Le Puy, que recebera o feudo de Balduíno I por volta de 1115. Como, porém, Romano apoiara Hugo de Le Puiset contra o rei, este, mais ou menos em 1132, despejou e deserdou seu filho e entregou o feudo a Pagão, o Mordomo, um dos altos funcionários de sua corte. Pagão era um administrador vigoroso, que se empenhou em estabelecer um controle mais rígido sobre a grande área que governava. Ao que parece, foi bem-sucedido no policiamento da região ao sul do mar Morto; não obstante, em 1139, quando Fulco estava ocupado em Gilead, um bando muçulmano conseguiu cruzar o Jordão perto de sua embocadura no mar Morto e assolar a Judéia, empregando a tática de uma falsa retirada para atrair e destruir a companhia de cavaleiros templários enviada para combatê-los. Foi provavelmente para controlar ambas as extremidades do mar Morto, norte e sul, que Pagão mudou seu quartel-general de Montreal, em território idumeu, para Moab — onde, em 1142, sobre um monte denominado pelos cronistas *Petra Deserti* (a "Rocha do Deserto"), ergueu com aprovação do rei uma grande fortaleza, conhecida como Kerak de Moab. Sua localização era privilegiada, pois dominava as únicas estradas viáveis que levavam do Egito e do Oeste da Arábia ao interior da Síria, além de não ser muito distante dos vaus do baixo Jordão. Balduíno I já havia estabelecido um posto de vigia às margens do golfo de Ácaba, em Elyn ou Aila — onde Pagão cuidou de instalar uma guarnição mais forte, bem como no Forte do Vale de Moisés, junto à antiga Petra. Tais castelos, junto com Montreal e Kerak, proporcionaram ao senhor da Oultrejourdain o controle sobre as terras da Iduméia e de Moab, com seus ricos trigais e salinas às margens do mar Morto — muito embora não se implementasse nenhum projeto sério de colonização franca na região e as

1 Ibn al-Qalanisi, p. 263.

tribos beduínas continuassem sua antiga vida nômade nas terras áridas, limitando-se a pagar tributos ocasionais aos francos.[1]

A segurança interna do reino aumentou durante o reinado de Fulco. Na época de sua acessão, a estrada que ligava Jafa a Jerusalém ainda era insegura devido aos bandidos, que não só molestavam peregrinos mas também interrompiam o fluxo de provisões para a capital. Em 1133, enquanto o rei se encontrava ausente no norte, o Patriarca Guilherme organizou uma campanha contra os bandidos e erigiu um castelo de nome Chastel Ernaut, perto de Beit Nuba, onde a estrada de Lida sobe as montanhas. Sua construção facilitou o policiamento da estrada pelas autoridades, e, depois do fortalecimento da fronteira egípcia, os viajantes raramente enfrentavam problemas em sua viagem entre a costa e a capital.[2]

Sobre o governo do reino durante os últimos anos de Fulco, pouco se sabe. Uma vez esmagada a revolta de Hugo de Le Puiset e apaziguada a sede de vingança da rainha, os barões apoiaram a Coroa com perfeita lealdade. Com a Igreja de Jerusalém, as relações de Fulco eram constantemente boas. O Patriarca Guilherme de Messines, que o coroara e lhe sobreviveria, permaneceu um amigo fiel e respeitador. À medida que envelhecia, a Rainha Melisende começou a dedicar-se a obras pias, embora seu objetivo central fosse a maior glorificação de sua família. Era dedicada às irmãs. Alice tornou-se Princesa de Antióquia, e Hodierna era, agora, Condessa de Trípoli; para a mais moça, porém (Ivete, que passara um ano de sua infância como refém dos muçulmanos), não se encontrara marido adequado. Ela ingressara na vida religiosa, tornando-se freira no Convento de Sant'Ana, em Jerusalém. Em 1143, a rainha comprou do Santo Sepulcro, em troca de propriedades na região de Hebron, a aldeia de Betânia, onde construiu um convento em honra de S. Lázaro e de suas irmãs, Marta e Maria, que fortificou com uma torre e ao qual doou Jericó, com todos os seus pomares e fazendas circundantes. Para que seus motivos não ficassem aparentes demais, nomeou para ser sua primeira abadessa uma excelente freira, mas já idosa e moribunda, que teve a delicadeza de falecer poucos meses mais tarde. O convento, então, zelosamente elegeu Ivete, aos 24 anos, para ser sua abadessa — a qual, em seu duplo papel de princesa de sangue real e abadessa do

---

1 Guilherme de Tiro, XV, 21, pp. 692-3. Sobre os produtos da região, ver Abel, *Géographie de la Palestine*, I, p. 505. Sobre os efeitos do comércio islâmico, ver Wiet, *op. cit.*, pp. 320-1. Ver Rey, "Les Seigneurs de Montréal et de la Terre d'Oultre Jourdain", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. IV, pp. 19 ss. O castelo no Vale de Moisés situa-se no monte íngreme hoje conhecido como Wueira, nos arredores de Petra, onde vastas ruínas cruzadas se defrontam com o uádi Musa. Há também ruínas de um pequeno forte medieval na colina de al-Habis, no centro de Petra.

2 Guilherme de Tiro, XIV, 8, p. 617.

mais rico convento da Palestina, ocupou um cargo eminente e venerável pelo resto de sua longa vida.[1]

Essa foi a mais generosa das obras de caridade de Melisende, mas ela ainda persuadiu seu marido a fazer inúmeras doações de terra para o Santo Sepulcro, além de continuar fundando casas religiosas em pródiga escala durante a viuvez.[2] Foi também a responsável pela melhoria das relações com as Igrejas Jacobita e Armênia. Antes da captura de Jerusalém pelos cruzados, os jacobitas haviam fugido em um só corpo para o Egito. Ao retornarem, descobriram que as propriedades de sua Igreja na Palestina haviam sido entregues a um cavaleiro franco, Gauffier. Em 1103 este caiu prisioneiro dos egípcios, e os jacobitas recuperaram suas terras. Em 1137, porém, Gauffier, que todos julgavam morto, retornou do cativeiro e reclamou sua propriedade. Graças à intervenção direta da rainha, os jacobitas receberam permissão para continuar de posse de suas terras, mediante o pagamento de uma indenização de três mil besantes ao cavaleiro. Em 1140, deparamo-nos com o católico armênio participando de um sínodo da Igreja latina local. Melisende também fez doações à abadia ortodoxa de S. Sabas.[3]

A política comercial de Fulco foi uma continuação da de seus predecessores. Ele honrou suas obrigações para com as cidades italianas, que agora controlavam as exportações do país. Não obstante, recusou-se a conceder o monopólio a qualquer uma delas, e, em 1136, assinou um tratado com os mercadores de Marselha, prometendo-lhes quatrocentos besantes anuais, extraídos das receitas de Jafa, para a manutenção de seu estabelecimento nessa cidade.[4]

No outono de 1143, a corte encontrava-se em Acre, desfrutando a pausa que a retirada de Zengi de Damasco lhe propiciara. Em 7 de novembro, a rainha quis fazer um piquenique. Enquanto a comitiva real se dirigia ao campo, avistou-se uma lebre, e o rei partiu no galope em sua perseguição. De súbito, o cavalo tropeçou, jogando Fulco longe, e sua pesada sela atingiu-o na cabeça. Levaram-no de volta inconsciente, com horríveis ferimentos na cabeça, para Acre, onde morreu três dias depois. Fora um bom rei para o

---

1 Guilherme de Tiro, XV, 26, pp. 699-700. Ivete foi responsável pela educação de sua sobrinha-neta, a futura Rainha Sibila (ver abaixo, p. 350). Morreu em algum momento antes de 1178, quando a Abadessa Eva de Betânia se refere a ela como sua predecessora (*Cartulaire de Ste Marie Josaphat*, ed. Kohler, p. 122).

2 Ver Röhricht, *Regesta*, pp. 43, 44, 45.

3 Nau, "Le croisé lorrain, Godefroy de Ascha", *in Journal Asiatique*, 9me série, vol. XIV, pp. 421-31; Röhricht, *Regesta*, pp. 106-7. Ver abaixo, pp. 278-80.

4 Röhricht, *Regesta*, pp. 40. Ver La Monte, *Feudal Monarchy*, p. 272. Dezesseis anos mais tarde, Balduíno III concedeu-lhes um quarteirão em Jerusalém. Röhricht, *Regesta*, pp. 70.

reino de Jerusalém, mas não um grande monarca nem um líder dos francos no Oriente.[1]

As manifestações de pesar da Rainha Melisende, conquanto tenham comovido toda a corte, não a distraíram das providências para assumir o reino. Dos filhos por ela concebidos para Fulco, dois haviam sobrevivido: Balduíno, àquela altura com treze anos, e Amalrico, com sete. Fulco ocupara o trono como seu marido, e seus direitos de herdeira foram plenamente reconhecidos. Entretanto, a idéia de uma rainha reinando sozinha era inconcebível para os barões; assim, ela nomeou seu filho Balduíno seu colega e tomou pessoalmente as rédeas do governo. Seu ato foi considerado perfeitamente constitucional, sendo endossado pelo conselho do reino quando ela e Balduíno foram coroados juntos pelo Patriarca Guilherme no Dia de Natal.[2] Melisende era uma mulher capaz, que, em tempos mais felizes, poderia ter reinado com sucesso. Tomou para conselheiro seu primo em primeiro grau, o Comissário Manassés de Hierges, filho de um nobre valão que se casara com a irmã de Balduíno II, Hodierna de Rethel. Manassés viera, na juventude, para a corte do tio, onde suas habilidades e seus laços com a realeza lhe asseguraram progresso contínuo. Por ocasião do falecimento de Balian, o Velho, de Ibelin — logo após a morte do Rei Fulco —, Manassés desposou sua viúva, Helvis, herdeira de Ramleh, que controlava — em seu próprio nome e no de seus filhos — toda a planície filistina. Os barões acabariam incomodando-se com o poder de Manassés, quando ficaram claras as tendências autocráticas deste e da rainha; por ora, porém, Melisende não sofreu oposição.[3]

Sua acessão acarretou uma grave desvantagem. Sob Fulco, a posição do Rei de Jerusalém como suserano dos Estados cruzados vinha tornando-se cada vez mais teórica em vez de prática, e era improvável que os príncipes do norte fossem prestar mais atenção à suserania de uma mulher com uma criança. Quando irromperam contendas entre o Príncipe de Antióquia e o Conde de Edessa, um rei forte em Jerusalém, como Balduíno II, teria marchado para o norte e os forçado a acertar suas diferenças. Nem uma rainha, nem um rei-menino estavam em condições de fazer o mesmo, e mais ninguém detinha autoridade com sustentação suficiente para tal.

---

1 Guilherme de Tiro, XV, pp. 700-2; Mateus de Edessa, cclvi, p. 325; Ibn al-Qalanisi, p. 265. S. Bernardo escreveu uma carta de condolências à Rainha Melisende (nº 354, *M.P.L.*, vol. CLXXXII, cols. 556-7).

2 Guilherme de Tiro, XVI, 3, p. 707. Sobre a posição constitucional de Melisende, ver La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 14-18.

3 Guilherme de Tiro, XVI, 3, p. 707, para um panegírico da rainha. Sobre Manassés, ver abaixo, pp. 289-90. Seu casamento é registrado por Guilherme, XVII, 18, p. 780, e o nome de Helvis é mencionado com freqüência em documentos oficiais, como por exemplo Röhricht, *Regesta*, pp. 22, 76.

Desde a morte do Imperador João e da derrocada de Zengi diante de Damasco, a autoconfiança de Raimundo de Antióquia ganhara novo alento. Assim, ele não hesitou em exigir do novo imperador, Manuel, o retorno da Cilícia ao seu principado; diante de sua recusa, invadiu a província. Manuel viu-se constrangido, durante os primeiros meses de seu reinado, a permanecer em Constantinopla; não obstante, enviou uma expedição marítima e terrestre, sob o comando dos irmãos Contostefano, do turco converso Bursuk e do almirante Demétrio Branas — que não só expulsaram Raimundo da Cilícia como seguiram suas tropas até as muralhas de Antióquia.[1] Alguns meses antes, Raimundo havia anexado territórios de Alepo até Biza'a, enquanto Juscelino de Edessa avançara até o Eufrates, indo ao seu encontro. Contudo, uma repentina trégua firmada entre este e Sawar, governador de Alepo, arruinou os planos de Raimundo — cujas relações com Juscelino vinham se degradando. Ao que parece, desde cerca de 1140 o Conde de Edessa era obrigado a aceitar Raimundo como seu suserano, mas nunca houve cordialidade alguma entre os dois. Juscelino irritara Raimundo com sua intervenção em favor do Patriarca Radulfo, e sua trégua quase os levou à ruptura declarada.[2]

Zengi observava tais querelas. A morte do imperador libertara-o do mais perigoso de seus potenciais inimigos. Os damascenos não tomariam nenhuma medida contra ele sem auxílio franco, e era improvável que o reino de Jerusalém agora se envolvesse em empresas aventurescas. A oportunidade não podia ser perdida. No outono de 1144, Zengi atacou Kara Arslan, o príncipe ortóquida de Diarbekir, que recentemente fizera uma aliança com Juscelino. Em vista do pacto, Juscelino deixou sua capital com o grosso de seu exército e desceu até o Eufrates, aparentemente para interromper as comunicações de Zengi com Alepo. Este, informado sobre os movimentos do Conde de Edessa por observadores muçulmanos em Harran, enviou prontamente um destacamento, sob o comando de Yaghi-Siyani, de Hama, para surpreender a cidade. Yaghi-Siyani, porém, perdeu-se na escuridão de uma chuvosa noite de novembro e chegou a Edessa ao mesmo tempo que Zengi com o exército principal, em 28 de novembro. Àquela altura, os edessenos já haviam sido alertados e suas defesas, guarnecidas.

O cerco de Edessa prolongou-se por quatro semanas. Juscelino levara consigo seus principais soldados. A defesa, por conseguinte, foi confiada ao arcebispo latino, Hugo II. Os bispos armênio, João, e jacobita, Basílio, apoiaram-no fielmente. Qualquer esperança que Zengi pudesse ter acalentado de

---

1 Cinnamus, pp. 33-4.

2 Azimi, p. 537; Ibn al-Qalanisi, p. 266. Juscelino data um diploma de 1141 como "Raimundo Antiochiae principe regnante" (Röhricht, *Regesta*, p. 51), e Guilherme de Tiro (XVI, 4, p. 710) fá-lo referir-se a Raimundo como seu senhor em 1144.

seduzir os cristãos nativos a renegar sua lealdade aos francos foi em vão. Basílio, o Jacobita, sugeriu que se pedisse uma trégua, mas a opinião pública opôs-se. Todavia, os defensores, por melhor que lutassem, estavam em inferioridade numérica. O próprio Juscelino retirou-se para Turbessel. O historiador Guilherme de Tiro acusa-o cruelmente de preguiça e covardia, por recusar-se a sair em socorro de sua capital. Seu exército, porém, não era forte o bastante para ele se arriscar a um confronto com o de Zengi. Confiava em que as majestosas fortificações de Edessa conseguiriam resistir por algum tempo. Em Turbessel, ele podia interceptar eventuais reforços de Alepo convocados pelo inimigo; ademais, contava com o apoio de seus vizinhos francos. Enviara prontamente mensagens a Antióquia e Jerusalém. Em Jerusalém, a Rainha Melisende reuniu seu conselho e foi autorizada a montar um exército, despachado sob o comando de Manassés, o Comissário, Felipe de Nablus e Elinardo de Bures, Príncipe da Galiléia. Em Antióquia, porém, Raimundo não se dignou mover um dedo. Todos os apelos que Juscelino lhe fez como seu suserano foram inúteis. Sem sua ajuda, Juscelino não ousou atacar Zengi, e ficou aguardando em Turbessel pela chegada do exército da rainha.

O socorro chegou tarde demais. O exército de Zengi fora ampliado com curdos e turcomanos do alto Tigre e contava com boas máquinas de cerco. Os defensores de Edessa eram, em sua maioria, clérigos e mercadores sem experiência em atividades bélicas. Seus contra-ataques e respostas às operações de solapamento de seus muros malogravam-se. Acreditava-se que o Arcebispo Hugo estava retendo o tesouro que havia acumulado, conquanto fosse urgentemente necessário para a defesa. Na véspera de Natal, um muro desabou perto do Portão das Horas, e os muçulmanos penetraram aos borbotões pela brecha. Os habitantes fugiram em pânico para a cidadela, mas encontraram os portões fechados para eles por ordem do arcebispo, que permaneceu do lado de fora, em uma vã tentativa de restaurar a ordem. Milhares morreram pisoteados no tumulto, e as tropas de Zengi, em seus calcanhares, chacinaram mais alguns milhares, inclusive o próprio bispo. Por fim, Zengi entrou em pessoa na cidade e ordenou o fim do massacre. Os cristãos nativos foram poupados, mas todos os francos foram cercados e mortos, e suas mulheres, vendidas como escravas. Dois dias depois, um sacerdote jacobita, Barsauma, que assumira o comando da cidadela, rendeu-se a Zengi.[1]

---

1 Guilherme de Tiro, XVI, 4-5, pp. 708-12; Mateus de Edessa, cclvii, pp. 326-8; Miguel, o Sírio, III, pp. 259-63; *Crôn. Anôn. Sír.*, pp. 281-6 (o relato mais completo, com detalhes não encontrados em nenhuma outra fonte). Nerses Shnorhal, *Elegy on the fall of Edessa*, pp. 2 ss.; Bar-Hebraeus, trad. Budge, pp. 268-70; Kemal ad-Din, pp. 685-6; Ibn al-Qalanisi, pp. 266-8; Ibn al-Athir, pp. 443-6. Inúmeros cronistas europeus referem-se de algum modo à queda de Edessa. A carta nº 256 de S. Bernardo, *M.P.L.*, vol. CLXXXII, col. 463, faz-lhe menção. Ibn al-Athir fala de um muçulmano na corte do Rei Rogério II da Sicília que teve uma visão telepática da captura.

Após a eliminação dos francos, Zengi foi generoso no tratamento que dispensou à cidade conquistada. Nomeou governador Kutchuk Ali, de Arbil, mas concedeu aos cristãos nativos (armênios, jacobitas e até gregos) certo grau de autonomia. Conquanto as igrejas latinas fossem arruinadas, as suas permaneceram intactas, e eles foram estimulados a trazer correligionários para repovoar a cidade. Em particular, o bispo sírio, Basílio, usufruía o favor dos conquistadores, devido ao que respondeu quando lhe indagaram se ele era confiável: altivo, afirmou que sua lealdade aos francos demonstrara sua capacidade de ser fiel. Os armênios, entre os quais a dinastia de Courtenay sempre fora popular, aderiram com menos boa vontade ao novo regime.[1]

De Edessa Zengi partiu para Saruj, a segunda maior fortaleza franca a leste do Eufrates, que caiu em suas mãos em janeiro. Em seguida avançou sobre Birejik, a cidade que comandava o mais importante vau do rio. A guarnição franca, porém, opôs-lhe resistência ferrenha. Juscelino estava perto, e o exército da rainha se aproximava. Naquele momento, Zengi ouviu rumores de problemas em Mosul. Levantou o cerco de Birejik e correu para o leste. Ele ainda era, nominalmente, o mero atabegue de Mosul, trabalhando pelo jovem príncipe seljúcida Alp Arslan, filho de Mas'ud. Ao chegar à cidade, descobriu que Alp Arslan, em uma tentativa de asseverar sua autoridade, assassinara o tenente de Zengi, Shaqar. Todavia, o momento não podia ser menos propício, pois o atabegue, como conquistador de uma capital cristã, encontrava-se no auge de seu prestígio no mundo islâmico. Alp Arslan foi destronado e seus conselheiros, condenados à morte, enquanto o califa enviava a Zengi uma embaixada carregada de presentes, conferindo-lhe a dignidade de rei e conquistador.[2]

A notícia da queda de Edessa reverberou por todo o mundo. Para os muçulmanos, trouxe novas esperanças. Um Estado cristão que se imiscuíra em seu meio fora destruído, e os francos ficaram restritos às terras junto ao Mediterrâneo. As estradas que ligavam Mosul a Alepo estavam livres dos inimigos, e não havia mais territórios cristãos a separar os turcos do Irã dos da Anatólia. Zengi fizera por merecer seu título real. Entre os francos a notícia provocou tristeza e alarme, e, para os cristãos da Europa Ocidental, foi um choque terrível. Pela primeira vez, perceberam que as coisas não iam bem no Oriente. Deflagrou-se um movimento de pregação de uma nova Cruzada.

Com efeito, era necessário uma Cruzada, pois os príncipes francos do Oriente, apesar do perigo que os rondava, continuavam não querendo coo-

---

1 Miguel, o Sírio, *loc. cit.*; *Crôn. Anôn. Sír.*, *loc. cit.*

2 *Crôn. Anôn. Sír.*, pp. 286-8; Ibn al-Qalanisi, pp. 268-9; Ibn al-Athir, pp. 445-8; Ibn al-Furat, citado por Cahen, *La Syrie du Nord*, p. 371, n. 11.

perar. Juscelino tentou reconstruir seu principado nas terras que possuía a oeste do Eufrates, tendo Turbessel por capital.[1] Contudo, embora estivesse claro que um novo ataque de Zengi não tardaria, não podia perdoar Raimundo por ter-se recusado a ajudá-lo. Rompeu abertamente com ele e repudiou sua suserania. Raimundo sentia-se igualmente avesso a uma reconciliação, mas tinha consciência do perigo do isolamento. Em 1145, após derrotar um assalto turcomano, decidiu viajar até Constantinopla, a fim de pedir ajuda ao imperador. Manuel recusou-se a recebê-lo. Só quando ele se ajoelhou, em humilde contrição, diante do túmulo do Imperador João, foi recebido em audiência. Então, Manuel tratou-o de modo cortês, cumulando-o de presentes e prometendo-lhe um subsídio financeiro. No entanto, não lhe prometeu auxílio militar imediato, pois os bizantinos tinham uma guerra contra os turcos nas mãos. Falou-se em uma expedição futura, e a visita, por mais humilhante que tenha sido para o orgulho de Raimundo e impopular que fosse entre seus barões, teve uma conseqüência útil: não passou despercebida por Zengi, que assim optou por adiar um novo ataque aos francos do norte e voltar a concentrar sua atenção em Damasco.[2]

Em maio de 1146, Zengi foi a Alepo para preparar-se para sua expedição síria. Ao passar por Edessa, tomou conhecimento de uma tentativa dos armênios locais de livrar-se de seu domínio e restaurar Juscelino. Kutchuk Ali debelou-a com facilidade, e Zengi ordenou a execução dos líderes do movimento e o banimento de parte da população armênia. Seu lugar foi ocupado por trezentas famílias judaicas, introduzidas por Zengi em virtude da notória prontidão dos judeus a tomar o partido dos muçulmanos contra os cristãos.[3] No verão, Zengi liderou seu exército para o sul, rumo a Qalat Jabar, na rota direta do Eufrates para Damasco, onde um insignificante príncipe árabe se recusou a reconhecê-lo como suserano. Durante o cerco à cidade, na noite de 14 de setembro de 1146, ele repreendeu um eunuco de origem franca que flagrou bebendo vinho de seu próprio copo. O eunuco, furioso com a repreensão, esperou até que Zengi dormisse e o assassinou.[4]

O súbito desaparecimento de Zengi foi uma boa nova para todos os seus inimigos, que esperavam que as disputas dinásticas que costumavam suce-

---

1 Juscelino ainda detinha o território que se estendia desde Samosata, passando por Marash (que se encontrava nas mãos de seu vassalo, Balduíno) e, rumo ao sul, ia até Birejik, Aintab, Ravendal e Turbessel.

2 Cinnamus, p. 35; Miguel, o Sírio, III, p. 267.

3 Miguel, o Sírio, III, pp. 267-8; *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 289; Ibn al-Qalanisi, p. 270; Ibn al-Furat, *loc. cit.*

4 Guilherme de Tiro, XVI, 7, p. 714; Miguel, o Sírio, III, p. 268; *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 291; Ibn al-Qalanisi, pp. 270-1; Kemal ad-Din, p. 688.

der a morte de príncipes muçulmanos fragmentassem seu reino. Seu corpo ficou exposto e abandonado enquanto seu primogênito, Saif ed-Din Ghazi, acompanhado do vizir, Jamal ed-Din, de Isfahan, corria a Mosul para assumir o governo da cidade; o segundo filho, Nur ed-Din, arrancando o anel do ofício do dedo do cadáver, foi proclamado em Alepo pelo curdo Shirkuh — cujo irmão, Ayub, salvara a vida de Zengi por ocasião de sua derrota pelo califa, em 1132. A divisão do reino foi o sinal para que seus rivais o invadissem. No sul, as tropas de Unur de Damasco reocuparam Balbek e reduziram o governador de Homs e Yaghi-Siyani, governador de Hama, à vassalagem. No leste, o seljúcida Alp Arslan voltou a reivindicar o poder, mas debalde, ao passo que os ortóquidas de Diarbekir recuperaram cidades que haviam perdido.[1] No centro, Raimundo de Antióquia comandou um ataque que chegou até as muralhas de Alepo, enquanto Juscelino planejava reocupar Edessa. Seus agentes entraram em contato com os armênios da cidade e conquistaram os jacobitas. Juscelino então pôs-se a caminho com um pequeno exército, ao qual se juntaram Balduíno de Marash e Kaisun. Raimundo recusou-se de novo a ajudar, dessa vez com razão, pois a expedição fora mal planejada. Juscelino esperava surpreender Edessa, mas os muçulmanos estavam de sobreaviso. Ao chegarem diante dos muros da cidade, em 27 de outubro, os francos conseguiram, graças à ajuda nativa, penetrar na cidade; a guarnição da cidadela, contudo, estava à sua espera. Sendo suas tropas em número muito pequeno para tomar as fortificações de assalto, Juscelino deixou-se ficar na cidade, sem saber ao certo o que fazer. Nesse meio tempo, mensageiros alcançaram Nur ed-Din em Alepo. Seu exército encontrava-se, no momento, contra-atacando Raimundo em território antioqueno, mas Nur ed-Din deu-lhe ordens imediatas de retornar e solicitou a ajuda dos governadores muçulmanos vizinhos. Em 2 de novembro, assomou diante de Edessa. Juscelino, encurralado entre ele e a cidadela, percebeu que sua única chance era a evacuação imediata. Durante a noite, conseguiu escapulir com seus homens e um grande número de cristãos nativos. Tomou o rumo do Eufrates, com Nur ed-Din ao seu encalço. No dia seguinte, travou-se uma batalha. Os francos resistiram bem até Juscelino tomar a temerária decisão de ordenar um contra-ataque, que foi rechaçado — levando o exército franco a debandar em pânico. Balduíno de Marash caiu no campo de batalha. Juscelino, ferido no pescoço, fugiu com sua guarda pessoal e abrigou-se em Samosata, onde o bispo jacobita, Basílio, foi ao seu encontro. O bispo armênio, João, foi capturado e levado para Alepo; os cristãos nativos, abandonados

1 Ibn al-Qalanisi, pp. 272-4; Ibn al-Athir, pp. 455-6; ver Cahen, "Le Diyarbekr", *in Journal Asiatique*, 1935, p. 352.

pelos francos, foram massacrados até o último homem, e suas mulheres e crianças, escravizadas. Em Edessa, toda a população cristã foi exilada. A grande cidade, que reivindicava o título de a mais antiga comunidade cristã do mundo, ficou vazia e desolada — e nunca mais se recuperaria, até os dias atuais.[1]

O episódio mostrou aos adversários de Zengi que eles pouco haviam ganhado com sua morte. Seus filhos, a despeito da pouca afeição que nutriam um pelo outro, tiveram a inteligência de não entrarem em confronto. Saif ed-Din Ghazi, totalmente ocupado com os ortóquidas, tomou a iniciativa de marcar uma entrevista com seu irmão, na qual confirmaram a divisão da herança de forma pacífica. Saif ed-Din ficou com os territórios iraquianos e Nur ed-Din, com os sírios. Por volta dessa mesma época, a posição de Nur ed-Din foi reforçada por uma inesperada tolice cometida pelos francos de Jerusalém. No início de 1147, um dos tenentes de Unur, Altuntash (um armênio convertido ao Islã), governador de Bosra e Salkhad, em Hauran, declarou sua independência de Damasco e recorreu a Jerusalém. Ofereceu-se para entregar Bosra e Salkhad aos francos, caso estes lhe confiassem um feudo em Hauran. A Rainha Melisende, muito corretamente, convocou seu conselho para debater a proposta. Era uma decisão importante a tomar, pois o apoio a Altuntash implicaria a ruptura da aliança com Damasco; não obstante, a oferta era tentadora. A população de Hauran era em sua maior parte cristã, melquita, do rito ortodoxo. Com esse auxílio cristão, seria fácil colonizar a área, cujo controle deixaria os damasquinos à mercê dos francos. Os barões hesitaram. Ordenaram a reunião do exército em Tiberíades, mas enviaram uma embaixada a Unur, propondo-lhe reintegrar Altuntash. Unur ficou furioso, mas, por receio a Nur ed-Din, preferia evitar uma ruptura. Replicou lembrando à rainha que, de acordo com a lei feudal do Ocidente, um governante não poderia apoiar o vassalo rebelde de uma potência amiga contra seu senhor; ainda assim, dispôs-se a reembolsá-la por quaisquer despesas que a expedição proposta pudesse ter acarretado. A rainha, por sua vez, enviou a Damasco um cavaleiro de nome Bernardo Vacher para comunicar que infelizmente ela estava comprometida com o apoio a Altuntash — que seria levado de volta a Bosra pelo exército de Jerusalém —, mas que prometia não causar dano algum a território damasceno. Bernardo logo retornou, persuadido por Unur de que a proposta era insensata e errada, e convenceu o jovem Rei Balduíno de seu ponto de vista; assim, quando a questão

---

1 Guilherme de Tiro, XVI, 14-16, pp. 728-32; Mateus de Edessa, cclviii, pp. 328-9 (fornecendo a data errada, de 1147-8); Miguel, o Sírio, III, pp. 270-2. Basílio, o Médico, *Elegia a Balduíno*, p. 205; *Crôn. Anôn. Sír.*, pp. 292-7; Ibn al-Qalanisi, pp. 274-5; Ibn al-Athir, pp. 455-8 (e *Atabegues*, p. 156); *Bustan*, p. 541.

voltou a ser discutida diante do conselho, optou-se pelo abandono da expedição. Àquela altura, porém, o ânimo dos soldados já havia sido exaltado, e demagogos misturados às tropas, furiosos com o cancelamento de um lucrativo ataque aos infiéis, denunciaram Bernardo como traidor e insistiram na guerra. O rei e seus barões acovardaram-se e cederam.

Em maio de 1147, o exército franco, com o rei à sua frente, cruzou o Jordão e penetrou em Jaulan. Não houve, todavia, o avanço triunfal previsto pelos soldados. Unur tivera bastante tempo para preparar-se. Suas leves tropas turcomanas, combinadas com os árabes da região, fustigaram-nos sem cessar enquanto subiam a duras penas o vale do Yarmuk em direção a Deraa. O próprio Unur já enviara uma embaixada a Alepo, rogando o auxílio de Nur ed-Din. Este ficou encantado com o pedido. Firmou-se uma aliança: Nur ed-Din recebeu a mão da filha de Unur em casamento e prometeu partir imediatamente em seu socorro; Hama lhe seria devolvida, mas ele respeitaria a independência damasquina. No fim de maio os francos alcançaram Deraa, a pouco mais de meio caminho entre a fronteira e a cidade de Bosra. Entrementes, Unur correra a Salkhad, mais a leste, onde a guarnição de Altuntash pediu uma trégua, e voltara para o oeste, a fim de reunir-se a Nur ed-Din, que viera de Alepo a toda a velocidade. Juntos, marcharam sobre Bosra, que lhes foi entregue pela esposa de Altuntash. A notícia da capitulação alcançou os francos na mesma noite em que, exaustos e sedentos, avistaram a cidade. Não estavam em condições de atacar os muçulmanos. Não havia nada a fazer, senão recuar. A viagem de volta foi ainda mais árdua que a anterior. Também os alimentos escassearam, e muitos dos poços haviam sido destruídos. O inimigo estava em seus calcanhares e ia matando os que se extraviavam. O jovem rei demonstrou grande heroísmo, repudiando a sugestão de que deixasse o exército principal e corresse à frente para território seguro, acompanhado de uma guarda pessoal selecionada. Graças ao seu exemplo, a disciplina das tropas manteve-se elevada. Os barões por fim decidiram fazer as pazes com Unur, e despacharam um mensageiro com conhecimentos de árabe — provavelmente o próprio Bernardo Vacher — para implorar uma trégua; o mensageiro, porém, foi morto no caminho. No entanto, quando o exército chegou a ar-Rahub, na borda do Jebel Ajlun, chegou um mensageiro de Unur, oferecendo-se para reabastecê-los. Com Nur ed-Din por perto, ele não desejava que o exército franco ficasse completamente extenuado. O rei, altivamente, recusou a oferta; contudo, observou-se o surgimento de um misterioso estranho, montado em um cavalo branco e portando um estandarte escarlate, que conduziu as tropas francas em segurança até Gadara — onde, após uma última escaramuça, cruzaram o Jordão e retornaram à Palestina. A expedição fora dispendiosa e de nada ser-

vira; mostrara que os francos eram bons combatentes, mas tolos em suas políticas e sua estratégia.[1]

Um único homem lucrou com o episódio: Nur ed-Din. Unur de fato recuperara o Hauran; e, quando Altuntash chegou a Damasco, na esperança de ser perdoado, foi cegado e preso, e seus amigos caíram em desgraça. Unur, porém, tinha uma desesperada consciência da força de Nur ed-Din. Preocupava-o o futuro, e ele ansiava por restaurar sua aliança com os francos. Contudo, Nur ed-Din ateve-se ao tratado com Unur. Voltou para o norte, para dar prosseguimento à sua tarefa de despojar o principado de Antióquia de todas as suas terras a leste do Orontes. No fim de 1147, Artah, Kafarlata, Basarfut e Balat já estavam em suas mãos.[2]

Nur ed-Din emergiu, assim, como o principal inimigo dos cristãos. Contava, agora, 29 anos, mas era sábio para sua idade. Mesmo seus oponentes admiravam seu senso de justiça, sua caridade e sincera piedade. Era, talvez, um soldado menos brilhante que seu pai, Zengi, mas era também menos cruel e traiçoeiro, além de muito mais bem-dotado em termos de sua capacidade de julgamento dos homens. Seus ministros e generais eram hábeis e fiéis. Suas fontes materiais eram inferiores às do pai, pois Zengi podia explorar as riquezas do Alto Iraque, agora em poder de Saif ed-Din. Este, por outro lado, herdara também as dificuldades do pai com os ortóquidas, o califa e o sultanato seljúcida, deixando Nur ed-Din livre para dedicar toda a sua atenção ao Ocidente. Ademais, os filhos de Zengi respeitaram seu pacto familiar. Saif ed-Din, se necessário, enviaria ajuda a Nur ed-Din, sem a menor intenção de anexar seu quinhão das terras da família. Um terceiro irmão, Nasr ed-Din, foi estabelecido como vassalo de Nur ed-Din em Harran, enquanto o caçula, Qutb ed-Din, era criado na corte de seu irmão mais velho, em Mosul. Protegido das ameaças de outros muçulmanos por seus laços familiares e sua aliança com Unur, Nur ed-Din era perfeito para liderar o contra-ataque islâmico. Para sobreviverem, era contra ele que os cristãos do Oriente deveriam concentrar seus esforços.[3]

---

1 Guilherme de Tiro, XVI, 8-13, pp. 715-28; Ibn al-Qalanisi, pp. 276-9; Abu Shama, pp. 50-3.
2 Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 515-16; Ibn al-Athir, pp. 461-2.
3 Ibn al-Athir, p. 456, e *Atabegues*, pp. 152-8.

LIVRO III

A SEGUNDA CRUZADA

Capitulo 1

O Encontro dos Reis

"Avante! Mãos à obra e que Iahweh esteja contigo." I CRÔNICAS 22, 16

Assim que chegou a Jerusalém a notícia da queda de Edessa, a Rainha Melisende mandou consultar o governo de Antióquia acerca do envio de uma embaixada a Roma, a fim de transmitir a notícia ao papa e pedir uma nova Cruzada. Decidiu-se que o embaixador seria Hugo, Bispo de Jabala, cuja oposição às exigências do Imperador João lhe havia conferido renome entre os cristãos latinos. Apesar da urgência de sua mensagem, o bispo só partiu no fim do outono de 1145 para a Cúria papal. O Papa Eugênio III encontrava-se em Viterbo, já que Roma estava em poder de uma comuna desgostosa com o governo pontifício. Com ele estava o cronista germânico Oto de Freisingen, que registrou o modo como o papa recebeu a terrível notícia, embora estivesse particularmente mais interessado nas informações trazidas pelo bispo a respeito de um potentado cristão que vivia a leste da Pérsia e vinha conduzindo uma bem-sucedida guerra contra os infiéis. Seu nome era João, um nestoriano. Já havia conquistado a capital persa de Ecbátana — mas seguira rumo ao norte, para uma região de gelo e neve, onde perdera tantos homens que voltara para casa. Essa foi a primeira aparição do legendário Preste João nas páginas da história.[1]

O Papa Eugênio não compartilhou a esperança do cronista de que Preste João viesse em socorro da cristandade. Ficou muito sobressaltado. Por volta da mesma época, recebeu uma delegação de bispos armênios da Cilícia, ávidos por apoio contra Bizâncio.[2] O pontífice não podia negligenciar seus deveres no Oriente. Enquanto o Bispo Hugo seguia adiante, a fim de informar as cortes francesa e germânica, Eugênio resolveu pregar a Cruzada.[3] Entretanto, o papado não estava em condições de dirigir o movimento tal como o Papa Urbano tentara fazer. Desde sua acessão, em fevereiro, Eugênio não conseguira entrar em Roma. Ainda não podia dar-se ao luxo de viajar para além dos

---

1 Oto de Freisingen, *Chronica*, pp. 363-7. Ver Gleber, *Papst Eugen III*, p. 36.
2 Ver Tournebize, *Histoire Politique et Religieuse de l'Arménie*, pp. 235-9.
3 *Chronicon Mauriniacense*, *R.H.F.*, vol. XII, p. 88; Oto de Freisingen, *Gesta Friderici*, pp. 54-7.

Alpes. Felizmente, estava em bons termos com os dois maiores potentados da Europa Ocidental. Conrado de Hohenstaufen, rei germânico, devia o trono ao apoio eclesiástico e fora coroado pelo legado papal. Com Luís VII, o devoto Rei da França, as relações do pontífice eram ainda mais amistosas. Após algumas contravenções, devidas à influência de sua esposa, Eleonora da Aquitânia, ele se arrependera, deixando-se agora conduzir em todos os assuntos por seus conselheiros eclesiásticos, sobretudo o grande Abade de Clairvaux, S. Bernardo. Foi ao Rei Luís que Eugênio decidiu apelar para socorrer o Oriente. Já necessitava da ajuda de Conrado na Itália, para a sujeição dos romanos e o refreamento das ambições de Rogério II da Sicília; não desejava que o soberano germânico ficasse sobrecarregado com outras atribuições. Luís, por sua vez, era o monarca do país de origem da maior parte dos príncipes e nobres francos no Oriente; era o líder óbvio da expedição que os libertaria. Em 1º de dezembro de 1145, Eugênio endereçou uma bula ao Rei Luís e todos os príncipes e fiéis do reino da França, instando-os a partir em socorro da cristandade oriental e prometendo-lhes segurança para seus bens mundanos e remissão de seus pecados.[1]

A notícia da queda de Edessa horrorizou o Ocidente. O interesse e entusiasmo suscitados pela Primeira Cruzada haviam abrandado. A captura de Jerusalém despertara a imaginação de todos, e, logo em seguida, vastos reforços foram de bom grado enviados em resposta aos apelos do Oriente, como demonstraram as Cruzadas de 1101. Estas, porém, terminaram em desastre — e, ainda assim, os Estados francos do Oriente haviam mantido e consolidado sua posição. Continuavam chegando reforços, mas em um gotejar mais lento. Havia um fluxo contínuo de peregrinos, muitos dos quais se demoravam por tempo suficiente para lutarem em alguma campanha de verão. Entre estes figuravam potentados como Sigurdo da Noruega, ou talvez grandes companhias de homens mais humildes, tais como os ingleses, os flamengos e os dinamarqueses que aportaram em 1106. As cidades marítimas italianas de tempos em tempos enviavam frotas para ajudar na captura de alguma cidade portuária, mas o que as movia era francamente o interesse comercial, que também trouxe um número crescente de mercadores italianos. Desde o reinado de Balduíno I, contudo, surgiram poucas dessas companhias de peregrinos armados. Nos últimos anos, a única digna de nota fora a comandada pelo genro do Rei Fulco, Thierry, Conde de Flandres. Os imigrantes continuavam chegando, filhos caçulas como Balian de Chartres, fun-

---

1 Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, nº 8796, vol. II, p. 26. Caspar "Die Kreuzzugsbullen Eugens III", *in Neues Archiv*, vol. XLV, pp. 285-306, prova que a bula deve ser definitivamente datada de 1º de dezembro de 1145, o que destrói a teoria francesa de que teria sido Luís VII a instigar a Cruzada.

dador da casa de Ibelin, ou barões como Hugo de Le Puiset ou Manassés de Hierges, que esperavam tirar bom proveito de seus laços de parentesco com a família real. Elemento mais constante e valioso consistia nos cavaleiros que vinham ingressar nas grandes Ordens Militares, os hospitalários e os templários. As ordens vinham pouco a pouco assumindo o papel de exército permanente do reino, e as muitas concessões de terra que lhe foram feitas pela Coroa e seus vassalos manifestavam o alto grau de apreciação de que gozavam. No entanto, desde a dispersão dos exércitos da Primeira Cruzada, não surgira no Oriente uma força franca forte o suficiente para empreender uma grande ofensiva contra os infiéis.[1]

Foi preciso o choque do desastre de Edessa para voltar a inflamar o Ocidente. Afinal, nesse meio tempo, na perspectiva da Europa Ocidental os Estados cruzados na Síria pareciam constituir apenas o flanco esquerdo de uma campanha contra o Islã que se estendia por todo o Mediterrâneo. O flanco direito era a Espanha, onde os cavaleiros cristãos ainda tinham missões a cumprir. O progresso da Cruz na Espanha permanecera em suspenso durante a segunda e terceira décadas do século devido às controvérsias entre a Rainha Urraca, de Castela, e seu marido, o Rei Afonso I, de Aragão. Entretanto, Afonso VII — herdeiro da rainha, filho de seu primeiro casamento (burgúndio) — deflagrou um renascimento em Castela. Em 1132, seis anos após sua acessão, ele inaugurou uma série de campanhas contra os muçulmanos; estas o levaram, em 1147, aos portões de Córdova, onde foi reconhecido como suserano. Em 1134 Afonso já havia assumido o título de imperador, para deixar claro que era o senhor da península e não devia vassalagem a ninguém. Ao mesmo tempo, Afonso I, que com a morte de Urraca se livrara de complicações em Castela, passava seus últimos anos tomando a ofensiva, com êxito variável, em Múrcia; ao longo da costa, Raimundo Berengar III, Conde de Barcelona, empurrava seu poder para o sul. Afonso I faleceu em 1134. Seu irmão, o ex-monge Ramiro, reinou de maneira desastrosa por três anos, mas, em 1137, sua filha de dois anos, a Rainha Petronilha, foi desposada por Raimundo Berengar IV de Barcelona. Com isso, Catalunha e Aragão fundiram-se em uma potência cujo poderio naval lhes permitiu reconquistar todo o Nordeste espanhol.[2] Assim, por volta de 1145 ia tudo muito bem no cenário hispânico. Não obstante, havia uma tempestade em formação. Os almorávidas, que haviam dominado a Espanha muçulmana no último meio século, caíram em uma inelutável decadência. Seu lugar na África já fora tomado pelos almóadas, uma seita de reformadores ascéticos, quase gnósticos em sua teologia e sua insis-

---

1 Ver acima, pp. 87-8, 199.
2 Ver Bellasteros, *Historia de España*, II, pp. 247-62.

tência em uma classe de adeptos, fundada pelo profeta berbere Ibn Tumart e levada adiante de forma ainda mais agressiva por seu sucessor, Abd al-Mumin. Este derrotou e matou o monarca almorávida, Tashfin ibn Ali, em 1145, perto de Tlemcen. Em 1146, concluiu a conquista de Marrocos e estava pronto para seguir para a Espanha.[1] Com tamanhas preocupações, os cavaleiros cristãos na Espanha permaneceriam insensíveis a um apelo vindo do Oriente. Por outro lado, agora que os reinos espanhóis se encontravam sobre fundações mais sólidas, haviam deixado de proporcionar aos cavaleiros e príncipes da França o mesmo escopo de atuação.

O centro do campo de batalha contra o Islã era ocupado pelo Rei Rogério II da Sicília. Rogério havia unificado todos os domínios normandos na Itália e assumido o título real em 1130. Tinha perfeita consciência da importância estratégica de seu reino, que tinha a localização ideal para comandar o Mediterrâneo. Entretanto, para que seu controle fosse completo, era necessário plantar um pé na costa africana defronte da Sicília. As contendas e rivalidades das dinastias islâmicas no Norte da África, intensificadas pelo declínio do poder dos almorávidas em Marrocos e pela ineficaz suserania dos fatímidas na Tunísia, mais a dependência das cidades africanas em relação à importação de grãos da Sicília, deram a Rogério a chance que ele esperava. Suas primeiras campanhas, porém, realizadas entre 1123 e 1128, não lhe proporcionaram lucro algum além da aquisição de Malta. Em 1134, graças à assistência prestada em um momento cuidadosamente escolhido, ele induziu El-Hasan, senhor de Mahdia, a aceitá-lo como seu suserano; no ano seguinte, ocupou a ilha de Jerba, no golfo de Gabes. O sucesso de seus assaltos a navios muçulmanos aguçou-lhe o apetite, e Rogério começou a atacar as cidades costeiras. Em junho de 1143, suas tropas entraram em Trípoli, mas foram forçadas a retirar-se. Exatos três anos depois, a cidade foi recapturada, justamente quando uma revolução interna instalava um príncipe almorávida em seu governo. Dessa vez, Rogério não seria desalojado, e Trípoli tornou-se o núcleo da colônia normanda na África.[2]

O Rei Rogério era, pois, perfeito para tomar parte da nova Cruzada. No entanto, era uma figura suspeita. Seu comportamento em relação ao papado nunca fora submisso e raramente, respeitoso. Sua presunção ao coroar-se rei havia ofendido os demais potentados europeus, e S. Bernardo comentara com Lotário da Alemanha que "aquele que se proclama Rei da Sicília ataca o imperador".[3] A desaprovação de S. Bernardo significava a desaprovação da

---

1 Sobre os almóadas, ver Codera, *Decadencia y Desaparición de los Almoravides en España*, e Bel, artigo "Almohads", na *Encyclopaedia of Islam*.
2 Chalandon, *Domination Normande en Italie*, pp. 158-65.
3 S. Bernardo, carta nº 139, *in M.P.L.*, vol. CLXXXII, col. 294.

opinião pública francesa. Rogério era ainda mais impopular entre os príncipes do Oriente, por ter deixado claro que nunca perdoaria o reino de Jerusalém pelo tratamento dispensado à sua mãe, Adelaide, e por não ter conseguido assegurar a sucessão prometida em seu contrato nupcial. Ao mesmo tempo, reivindicava Antióquia como único herdeiro, na linha masculina, de seu primo Boemundo. Sua presença na Cruzada seria indesejável, mas esperava-se que ele prosseguisse com a guerra contra o Islã em seu setor particular.[1]

A escolha do Rei Luís da França pelo papa para organizar a nova Cruzada era compreensível, e o rei respondeu sequiosamente ao convite. Quando a bula papal chegou, logo após a notícia trazida pelo Bispo de Jabala, Luís acabara de emitir uma convocação para que, no Natal, seus tenentes-em-chefe fossem ao seu encontro em Bruges. Uma vez reunidos, ele lhes comunicou que decidira assumir a Cruz e rogou-lhes que fizessem o mesmo. Ficou amargamente desapontado com sua resposta. A nobreza leiga não deu mostras do menor entusiasmo. O principal ancião e estadista do reino, Sugério, Abade de Saint-Denis, expressou sua desaprovação da futura ausência do monarca. Apenas o Bispo de Langres falou em apoio do seu soberano.[2]

Desanimado com a indiferença de seus vassalos, Luís decidiu adiar seu apelo por três meses, quando convocou uma nova assembléia para a Páscoa, em Vézélay. Nesse meio tempo, escreveu ao papa para exprimir seu desejo de liderar pessoalmente uma Cruzada, e enviou uma mensagem ao único homem na França cuja autoridade era maior que a sua própria: Bernardo, Abade de Clairvaux. S. Bernardo encontrava-se, então, no ápice de sua reputação. É difícil para nós olhar para trás, através de tantos séculos, e apreciar o tremendo impacto de sua personalidade sobre todos os que cruzavam o seu caminho. As chamas de sua eloqüência extinguiram-se nas palavras escritas que sobreviveram. Como teólogo e controversista ele nos parece, agora, rígido e um pouco rude e áspero. No entanto, desde o dia de 1115 em que, aos 25 anos de idade, foi nomeado Abade de Clairvaux, até sua morte, quase quarenta anos mais tarde, Bernardo foi a maior influência na vida religiosa e política da Europa Ocidental. Foi ele quem conferiu ímpeto à Ordem Cisterciense; foi ele que, praticamente por conta própria, salvou o papado do fantasma do cisma de Anacleto. O fervor e a sinceridade de suas pregações aliavam-se à sua coragem, ao seu vigor e à irrepreensibilidade de sua vida para garantir a vitória de qualquer causa a que ele emprestasse seu apoio — salvo apenas pelos amargos hereges cátaros da Languedoc. Bernardo de muito interessava-se pelo destino da cristandade oriental, e em 1128 ajudara

---

1 Odo de Deuil, pp. 22-3.
2 *Vita Sugerii Abbatis*, pp. 393 ss.; Odo de Deuil, p. 121.

pessoalmente a elaborar a regra da Ordem do Templo. Quando o papa e o rei imploraram seu auxílio na pregação da Cruzada, atendeu-os de bom grado.[1]

A assembléia reuniu-se em Vézélay em 31 de março de 1146. A notícia de que S. Bernardo falaria trouxe visitantes de toda a França. Como em Clermont, meio século antes, a multidão era grande demais para acomodar-se na catedral. S. Bernardo falou de uma plataforma erguida em um campo vizinho à cidadezinha. Não há registro de suas palavras. Sabemos apenas que ele leu em voz alta a bula pontifícia que pedia uma expedição santa e prometia a absolvição de todos os que dela participassem, lançando mão em seguida de sua incomparável retórica para mostrar a urgência da instância papal. Não demorou para que o público caísse em seus encantos. Os homens começaram a gritar por Cruzes — "Cruzes, tragam-nos Cruzes!" —, e não demorou para que todo o material que fora preparado para a confecção das cruzes acabasse; S. Bernardo, então, arrancou suas próprias vestes externas para que as cortassem. Ao anoitecer, ele e seus assistentes ainda estavam costurando, enquanto mais e mais fiéis se comprometiam com a Cruzada.[2]

O Rei Luís foi o primeiro a assumir a Cruz, e seus vassalos, na ânsia de seguir seu exemplo, deixaram de lado sua indiferença inicial. Entre eles figuravam seu irmão Roberto, Conde de Dreux, Afonso Jordão, Conde de Toulouse (ele mesmo nascido no Oriente), Guilherme, Conde de Nevers (cujo pai liderara uma das desafortunadas expedições de 1101), Henrique, herdeiro do condado de Champanhe, Thierry de Flandres (que já lutara no Oriente e cuja esposa era enteada da Rainha Melisende), o tio do rei, Amadeus de Sabóia, Arquibaldo, Senhor de Bourbon, os Bispos de Langres, Arras e Lisieux, além de inúmeros nobres do segundo escalão. Uma resposta ainda mais veemente veio da população mais humilde.[3] S. Bernardo pôde escrever alguns dias depois para o papa e informá-lo: "O senhor ordenou, eu obedeci;

---

1 Odo de Deuil, p. 21. Segundo Oto de Freisingen, os barões preferiram consultar S. Bernardo antes de se comprometerem (*Gesta Frederici*, p. 58). Sobre S. Bernardo e os templários, ver Vacandard, *Vie de Saint Bernard*, II, pp. 227-49.

2 Odo de Deuil, p. 22; *Chronicon Mauriniacense*, *loc. cit.*; Sugério, *Gesta Ludovici*, ed. Molinier, pp. 158-60.

3 O Bispo de Langres era Godofredo de la Roche Faillée, um monge de Clairvaux e parente de S. Bernardo. Sobre Alviso, Bispo de Arras, antigo Abade de Anchin, pouco se sabe. Lendas posteriores apresentam-no como irmão de Sugério, sem nenhum fundamento. Arnulfo de Séez, Bispo de Lisieux, era um estudioso versado em letras clássicas, de gostos tipicamente seculares. Os bispos de Langres e Lisieux consideravam-se na posição de legados papais, conquanto na verdade os legados fossem o germânico Teoduíno, Cardeal do Porto, e o florentino Cardeal Guido. No entender de João de Salisbury (*Historia Pontificalis*, pp. 54-5), as querelas entre os dois bispos e o ressentimento de ambos em relação aos cardeais contribuíram em grande parte para o fracasso da Cruzada; ele também julgava Godofredo de Langres mais razoável que Arnulfo de Lisieux.

e a autoridade daquele que deu a ordem tornou minha obediência frutuosa. Abri minha boca, falei, e imediatamente os cruzados multiplicaram-se ao infinito. As aldeias e cidades estão desertas, agora. É difícil encontrar um homem sequer para cada sete mulheres. Por toda a parte vêem-se viúvas cujos maridos ainda vivem".[1]

Encorajado por seu sucesso, S. Bernardo empreendeu uma excursão pela Borgonha, Lorena e Flandres, pregando a Cruzada pelo caminho. Quando se encontrava em Flandres, recebeu uma mensagem do Arcebispo de Colônia, implorando-lhe que fosse imediatamente à Renânia. Como na época da Primeira Cruzada, o entusiasmo suscitado pela notícia do movimento voltara-se contra os judeus. Na França, o Abade de Cluny, Pedro, o Venerável, queixara-se com eloqüência do fato de eles não contribuírem financeiramente para o resgate da cristandade. Na Alemanha, o ressentimento tomou uma forma mais feroz. Um monge cisterciense fanático, chamado Rodolfo, vinha inspirando massacres de judeus por toda a Renânia — em Colônia, Mogúncia, Worms, Speyer e Estrasburgo. Os Arcebispos de Colônia e Mogúncia fizeram todo o possível para salvar as vítimas, e este último chamou Bernardo para lidar com o cisterciense. Bernardo acorreu de Flandres e ordenou que Rodolfo retornasse ao seu monastério. Uma vez restabelecida a ordem, Bernardo permaneceu na Alemanha, pois parecia-lhe que também os germânicos deveriam ingressar na Cruzada.[2]

Os germânicos, até então, haviam desempenhado um papel acanhado no movimento cruzado. Seu zelo cristão, em vez disso, fora direcionado para a evangelização forçada dos pagãos eslavos em suas fronteiras orientais. Desde o princípio do século desenrolavam-se os processos do trabalho missionário e da colonização germânica nos distritos eslavos da Pomerânia e de Brandemburgo, e os nobres locais consideravam essa expansão da cristandade uma tarefa mais importante que a guerra contra o Islã, cuja ameaça era, para eles, remota e teórica. Assim sendo, não se mostraram propensos a responder à pregação de S. Bernardo. Tampouco seu soberano, Conrado de Hohenstaufen — a despeito de sua intensa admiração pelo santo —, estava muito mais sequioso para ouvi-lo. Conrado tinha interesses no Mediterrâneo, mas estes restringiam-se à Itália, onde prometera ao papa ajudá-lo contra os recalcitrantes romanos e Rogério da Sicília, em troca de sua tão desejada coroação imperial. Ademais, sua posição ainda era incerta dentro da pró-

---

1 S. Bernardo, carta nº 247, *in op. cit.*, col. 447.

2 S. Bernardo, cartas nºs 363, 365, *in op. cit.*, cols. 564-8, 570-1; Oto de Freisingen, *Gesta Friderici*, pp. 58-9; Joseph ben Joshua ben Meir, *Chronicle*, trad. Biellablotzky, I, pp. 116-29. Os boatos de que eles teriam assassinado uma criança cristã em Norwich ajudou a acirrar os ânimos contra os judeus. Ver Vacandard, *op. cit.*, II, pp. 274-81.

pria Alemanha. Apesar de sua vitória em Weinsburg, em 1140, Conrado ainda enfrentava a hostilidade dos partidários da casa dos Guelfos; ademais, os caprichos de seus meios-irmãos e irmãs do ramo Babenberger da família criavam-lhe problemas em todo o seu flanco oriental. Quando S. Bernardo, depois de redigir uma série de cartas a fim de assegurar a cooperação dos bispos germânicos, se encontrou com o rei em Frankfurt-sobre-o-Meno, no outono de 1146, Conrado prevaricou — e Bernardo teria retornado a Clairvaux, se os bispos não lhe tivessem suplicado que continuasse a pregação. Assim, ele seguiu para o sul, para pregar a Cruzada em Friburgo, na Basiléia, em Schaffhausen e em Constança. A viagem logrou êxito imediato, mesmo os sermões tendo de ser traduzidos para o alemão por um intérprete. O povo mais humilde correu a assumir a Cruz. As safras germânicas daquele ano haviam sido perdidas, e a fome grassava na terra. A inanição acarreta certa exaltação mística, e é provável que muitos dos presentes nas platéias de Bernardo acreditassem, como os peregrinos da Primeira Cruzada, que a jornada para o Oriente iria levá-los para as riquezas da Nova Jerusalém.[1]

O Rei Conrado concordou em encontrar-se novamente com S. Bernardo no Natal de 1146, quando presidiria uma Dieta em Speyer. O sermão de Bernardo no Dia de Natal, mais uma vez pedindo-lhe que assumisse a Cruz, não comoveu o rei. Dois dias depois, porém, Bernardo voltou o pregar diante da corte. Falando como se fosse Cristo em pessoa, ele rodeou o rei, recordando-lhe as infinitas graças que os Céus lhe haviam concedido. "Homem", ele gritou, "o que eu deveria ter feito por você que não fiz?!" Conrado, profundamente comovido, prometeu cumprir a ordem do santo.[2]

S. Bernardo deixou as terras germânicas muito satisfeito com seu trabalho. Viajou pelo Leste da França, supervisionando os preparativos para a Cruzada e escrevendo para as casas cistercienses de toda a Europa, incitando-as a encorajar o movimento. Em março estava de volta à Alemanha para assistir a um concílio em Frankfurt, onde se decidiu enviar uma Cruzada

---

1 Bernhardi, *Konrad III*, pp. 563-78, um sumário completo das Cruzadas contra os eslavos. A carta nº 457 de S. Bernardo (*op. cit.*, cols. 651-2) determina que os cristãos germânicos partam em Cruzada para o Oriente e a nº 458, cols. 652-4, dá a mesma ordem para o rei e o povo da Boêmia. Cronistas como Guilherme de Tiro, Odo de Deuil e a maioria dos historiadores modernos referem-se a Conrado como Imperador, embora na verdade ele nunca tenha recebido uma coroação imperial.

2 Oto de Freisingen, *Gesta Friderici*, pp. 60-3; *Vita S. Bernardi*, cols. 381-3. É possível que Conrado tenha sido influenciado pela informação de que seu rival, Guelfo VI da Baviera, havia decidido assumir a Cruz. (Ver Cosack, "Konrad III's Entschluss zum Kreuzzug", *in Mitteilungen des Instituts für österreichische Geschichtsforschung*, vol. XXXV; contudo, a decisão do Guelfo foi tomada tão pouco tempo antes da de Conrado que este dificilmente poderia ter tido conhecimento dela. Ver Gleber, *op. cit.*, pp. 53-4.)

contra os eslavos pagãos a leste de Oldenburg. O objetivo de sua presença era deixar claro que, conquanto ele advogasse uma Cruzada oriental, não pretendia que os germânicos negligenciassem seus deveres mais próximos. Essa Cruzada germânica, apesar da autorização do papa para que os participantes envergassem a Cruz, seria um fiasco, que muito contribuiu para retardar a conversão eslava. De Frankfurt Bernardo correu para sua abadia em Clairvaux, a fim de receber uma visita do sumo pontífice.[1]

O Papa Eugênio passara o Natal de 1145 em Roma, mas problemas com os romanos logo o forçaram a retirar-se de novo para Viterbo, enquanto a cidade de Roma passava para a influência do agitador anticlerical Arnoldo de Brescia. Eugênio chegou à conclusão de que, sem a ajuda do Rei Conrado, suas esperanças de restabelecer-se na Cidade Santa seriam vãs. Entrementes, ele decidiu ir à França, através dos Alpes, para ver o Rei Luís e superintender a Cruzada. Saiu de Viterbo em janeiro de 1147, chegando a Lião em 22 de março. Durante a viagem, inteirou-se das atividades de S. Bernardo. Não ficou de todo satisfeito. Seu senso prático levara-o a conjeturar uma Cruzada puramente francesa, sob a liderança leiga do Rei da França, sem a divisão de comando que quase levara a Primeira Cruzada à ruína. S. Bernardo havia transformado o movimento em uma empresa internacional — e o esplendor de sua concepção poderia muito bem ser mitigado, na prática, pela rivalidade entre os reis. Ademais, o papa não podia abrir mão do Rei Conrado, com cujo auxílio contava na Itália. Recebeu a notícia da participação germânica com grande frieza; todavia, não podia emitir uma contra-ordem.[2]

Seguindo para a França, o papa encontrou-se com o Rei Luís em Dijon nos primeiros dias de abril e chegou a Clairvaux em 6 de abril. Conrado enviou-lhe uma embaixada solicitando uma entrevista em Estrasburgo no dia 18, mas Eugênio já se comprometera a passar a Páscoa, que caía em 20 de abril, em Saint-Denis, e não quis alterar seus planos. Conrado preparou-se para partir para o Oriente sem a bênção pessoal do pontífice. Nesse meio tempo, Eugênio teve várias conversas com o abade Sugério, que governaria a França durante a ausência de Luís. Realizou um concílio em Paris para resolver o problema da heresia de Gilberto de la Porée, e voltou a Saint-Denis, onde mais uma vez se encontrou com Luís, em 11 de junho. Em seguida, enquanto este concluía seus preparativos finais, dirigiu-se lentamente para o sul, voltando para a Itália.[3]

---

1 Ver S. Bernardo, carta nº 457, *loc. cit.*; Vacandard, *op. cit.*, II, pp. 297-8.
2 Ver Gleber, *op. cit.*, pp. 22-7, 48-61.
3 Odo de Deuil, pp. 24-5.

Enquanto os reis da França e da Alemanha se preparavam para a Cruzada, planejando uma longa jornada por terra, uma expedição mais modesta, composta de ingleses e de uma minoria de flamengos e frísios, foi inspirada pela pregação dos agentes de S. Bernardo a seguir por mar para a Palestina. Os navios deixaram a Inglaterra no fim da primavera de 1147, sendo forçados pelo mau tempo, no início de junho, a refugiar-se na foz do rio Douro, na costa lusitana. Lá foram procurados por emissários de Afonso Henriques, Conde de Portugal, que havia pouco instituíra a independência de seu país e vinha negociando com o papado o título de rei, justificando-se com suas campanhas bem-sucedidas contra os muçulmanos. Explorando as dificuldades dos almorávidas, Afonso Henriques havia conquistado uma grande vitória em Ourique em 1139, e em março de 1147 alcançara as margens do Tejo e capturara Santarém. Agora pretendia atacar a capital islâmica local, Lisboa, mas para tanto necessitava de apoio naval. A chegada dos cruzados foi providencial. Seu principal emissário, o Bispo do Porto, argumentou que não seria preciso empreender a longa viagem até a Palestina caso quisessem lutar pela Cruz. Havia infiéis bem à mão, e podia-se obter, aqui e agora, não só mérito espiritual, mas também ricas propriedades. Os flamengos e os frísios concordaram de imediato, mas o contingente britânico hesitou. Haviam jurado ir a Jerusalém, e foi preciso toda a influência de seu líder, Henrique Glanville, Comissário de Suffolk, a quem o bispo lograra convencer, para persuadi-los a ficar. Uma vez acertados os termos do acordo, a flotilha seguiu para o Tejo, a fim de juntar-se ao exército português, e o cerco de Lisboa teve início. Os muçulmanos defenderam sua cidade com bravura. Só em outubro, após quatro meses de luta, a guarnição capitulou, mediante a garantia de que suas vidas e bens seriam preservados. Os cruzados não titubearam em violar o acordo, entregando-se a um glorioso massacre dos infiéis, no qual os ingleses, orgulhosos de sua virtude, desempenharam um papel menor. Finda a campanha, alguns dos cruzados prosseguiram em sua viagem para o Oriente, mas um número bem mais considerável permaneceu, como colonos, sob a coroa lusitana. O episódio, conquanto prenunciasse a duradoura aliança entre a Inglaterra e Portugal e lançasse as bases da disseminação do cristianismo no ultramar, pouco fez em favor dos cristãos do Oriente, para cuja causa o poderio marítimo teria sido inestimável.[1]

Enquanto os europeus do Norte demoravam-se em Portugal, os Reis da França e da Alemanha partiam por terra para o Oriente. Ambos foram procu-

---

1 A principal fonte original sobre a Cruzada portuguesa é Osborn, *De expugnatione Lyxbonensi*, editada em Stubbs, *Memorials of the Reign of Richard I*, vol. I, pp. cxliv-clxxxii. Ver também Erdmann, "Die Kreuzzugegedanke in Portugal", *in Historische Zeitschrift*, vol. CXLI, pp. 23-53.

rados pelo Rei Rogério da Sicília, que se prontificou a transportá-los e aos seus exércitos por mar. Para Conrado, que tinha uma longa história de inimizade com Rogério, a oferta era obviamente inaceitável, e Luís também declinou-a. O papa não desejava a cooperação de Rogério, e é duvidoso que de fato a marinha siciliana fosse grande o suficiente para transportar todos os soldados a caminho da Cruzada. Luís não pretendia entregar-se, separado de metade de seu exército, a um homem com um notório histórico de duplicidade e uma acintosa hostilidade em relação ao tio da Rainha da França. Era mais seguro e barato viajar por terra.[1]

O Rei Conrado planejou deixar suas terras na Páscoa de 1147. Em dezembro, recebera uma embaixada bizantina em Speyer, à qual comunicou sua partida imediata para o Oriente. Na verdade, sua jornada só teria início no fim de maio. Saiu de Ratisbona nos últimos dias do mês e entrou na Hungria. Seu exército era de proporções formidáveis. Cronistas assombrados chegaram a falar em um milhão de soldados, e é provável que a companhia inteira, entre combatentes armados e peregrinos, totalizasse quase vinte mil homens. Conrado foi acompanhado de dois reis vassalos, Ladislau da Boêmia e Boleslau IV da Polônia. A nobreza germânica era encabeçada pelo sobrinho e herdeiro de Conrado, Frederico, Duque da Suábia. Havia um contingente da Lorena, liderado por Estêvão, Bispo de Metz, e Henrique, Bispo de Toul. Era um exército turbulento. Os magnatas germânicos disputavam entre si e havia um atrito constante entre alemães, eslavos e lorenos de idioma francês. Conrado não era o homem adequado para manter seus homens sob controle. Já contava bem mais de cinqüenta anos de idade, tinha saúde precária e um temperamento fraco e volúvel. Já começara a delegar grande parte de sua autoridade às vigorosas mas inexperientes mãos de seu sobrinho Frederico.[2]

Ao longo do mês de junho, o exército germânico atravessou a Hungria. O jovem Rei Geza demonstrou boa vontade e não houve incidentes desagradáveis. Uma embaixada bizantina, liderada por Demétrio Macrembolites e pelo italiano Alexandre de Gravina, foi ao encontro de Conrado na Hungria para indagar-lhe, em nome do imperador, se ele vinha como amigo ou inimigo e pedir-lhe que jurasse não fazer nada contra o bem-estar e os interesses do império. Esse juramento de não-agressão foi bem escolhido, pois, em algumas partes do Ocidente, era o compromisso geralmente assumido por um vassalo perante seu senhor; além disso, fora esse o juramento feito

---

1 O Rei Luís anunciara a Cruzada a Rogério (Odo de Deuil, p. 22), mas, quando este sugeriu ter uma participação ativa, o soberano francês recusou seu auxílio — o que Odo, em retrospecto, lamentaria profundamente (*ibid.*, p. 24).

2 Oto de Freisingen, *Chronica*, p. 354, e *Gesta Friderici*, pp. 63-5.

por Raimundo de Toulouse a Aleixo durante a Primeira Cruzada. Por outro lado, foi apresentado de tal modo que dificilmente Conrado poderia recusar-se a fazê-lo sem qualificar-se como inimigo do imperador. Assim, ele consentiu, e os embaixadores bizantinos prometeram-lhe toda a assistência necessária enquanto se encontrasse em território imperial.[1]

Por volta de 20 de julho, o rei germânico penetrou no império em Branitchevo. Navios bizantinos ajudaram a transportar seus homens para o outro lado do Danúbio. Em Nish, o governador da província búlgara, Miguel Branas, foi ao seu encontro e supriu o exército com alimentos que haviam sido armazenados para a sua chegada. Em Sófia, aonde chegaram ao cabo de alguns dias, o governador de Tessalônica, Miguel Paleólogo, primo do imperador, deu a Conrado as boas-vindas oficiais do imperador. Até então, tudo correra muito bem. Conrado escreveu a seus amigos na Alemanha dizendo-se satisfeito com tudo. Depois que deixaram Sófia, porém, seus homens começaram a pilhar o campo e a recusar-se a pagar aos aldeões pelo que tomavam para si, chegando a matar aqueles que protestavam. Quando foram queixar-se a Conrado, este confessou não ser capaz de disciplinar a ralé. Em Filipópolis, os distúrbios foram piores. Mais alimentos foram roubados, e houve um tumulto quando um prestidigitador local, que pretendia ganhar algum dinheiro dos soldados apresentando-lhes seus truques, foi acusado de feitiçaria pelos germânicos. Os subúrbios foram incendiados, mas os muros da cidade eram demasiado fortes para serem atacados. O arcebispo, Miguel Itálico, protestou de modo tão vigoroso junto a Conrado que este ficou envergonhado e puniu os cabeças do motim. Manuel, então, enviou tropas para acompanhar os cruzados e mantê-los na estrada. Tal medida só fez produzir mais agitação, pois bizantinos e alemães entravam em conflito com freqüência. O auge aconteceu perto de Adrianópolis, quando alguns bandoleiros locais roubaram e mataram um magnata germânico que, enfermo, ficara para trás. Frederico da Suábia, em represália, incendiou o monastério próximo ao qual o crime fora cometido, matando seus habitantes. A partir de então, aqueles que se desgarravam, bêbados — abundantes entre os alemães —, passaram a ser assassinados sempre que caíam em mãos bizantinas. Quando o comandante bizantino, Prosuch, conseguira restaurar a paz e o exército retomara sua marcha, chegou uma embaixada de Manuel, àquela altura já profundamente alarmado, instando Conrado a tomar a estrada para Sestos, no Helesponto, e dali cruzar para a Ásia. Caso os germânicos prosseguissem rumo a Constantinopla, sua atitude seria considerada inamistosa. Conrado resistiu. Manuel então parece ter decidido opor-se aos cruzados

1 Cinnamus, pp. 67-9.

pela força, mas no último momento cancelou as ordens que dera a Prosuch. Logo, porém, os alemães foram visitados pela punição divina. Enquanto acampavam em Cheravas, na planície trácia, uma súbita inundação varreu suas tendas, afogando grande parte dos soldados e destruindo muitos bens. O destacamento de Frederico, acampado em terreno mais elevado, foi o único a escapar ileso. Todavia, não houve mais nenhum incidente grave até o exército atingir Constantinopla, por volta de 10 de setembro.[1]

O Rei Luís e o exército francês seguiam cerca de um mês atrás. O rei partira de Saint-Denis em 8 de junho, convocando seus vassalos a reunirem-se a ele em Metz alguns dias depois. Sua expedição era provavelmente um pouco menor que a de Conrado. Todos os nobres que haviam assumido a Cruz com ele em Vézélay vieram cumprir seus votos; com o rei estava sua esposa, Eleonora da Aquitânia, a maior herdeira da França e sobrinha do Príncipe de Antióquia. As Condessas de Flandres e de Toulouse, bem como outras grandes damas, viajaram com seus maridos. O Grão-Mestre do Templo, Everardo de Barres, juntou-se ao exército com um regimento de recrutas para sua ordem.[2] O rei contava, então, 26 anos. Tinha mais renome por sua piedade que por uma personalidade forte. Sua esposa e seu irmão exerciam uma substancial influência sobre ele. Como comandante, era inexperiente e indeciso.[3] De modo geral, suas tropas eram mais disciplinadas e menos desregradas que as germânicas, muito embora tenha havido desordens em Worms e na travessia do Reno.[4]

Quando todos os contingentes franceses haviam se juntado ao rei, o exército pôs-se em marcha, seguindo pela Baviera. Em Ratisbona, aonde chegaram em 29 de junho, havia embaixadores do Imperador Manuel à sua espera. Eram Demétrio Macrembolites, que já entrevistara Conrado na Hungria, e um certo Mauro. Pediram garantias de que Luís se comportaria como amigo em território imperial e a promessa de que restituiria ao império todas as antigas propriedades deste que eventualmente viesse a conquistar. Ao que parece, não exigiram dele o juramento de não-agressão, cujo significado Luís teria compreendido muito bem. Este declarou formalmente

---

1 Cinnamus, pp. 69-74; Nicetas Choniates, pp. 82-7; Odo de Deuil, p. 38. O prestidigitador é mencionado por este em uma passagem anterior, p. 36. Oto de Freisingen, *Gesta Friderici*, pp. 65-7.

2 Uma lista dos cruzados é fornecida em Sugério, *Gesta Ludovici*, ed. Molinier, pp. 158-60. A lenda de que a Rainha Eleonora iria à frente de uma companhia de amazonas baseia-se em uma observação de Nicetas (p. 80) de que o exército germânico contava com algumas mulheres totalmente armadas.

3 Seu retrato, tal como pintado na *Gesta* de Sugério e em suas próprias cartas, não é o de um homem decidido.

4 Odo de Deuil, p. 27.

que vinha como amigo, mas nada prometeu quanto às suas conquistas futuras, por julgar o pedido perigosamente vago.[1] De Ratisbona, os franceses levaram quinze dias para atravessar pacificamente a Hungria, atingindo a fronteira bizantina no fim de agosto.[2] Cruzaram o Danúbio em Branitchevo e seguiram a estrada principal através dos Bálcãs. Encontraram alguns problemas na obtenção de comida suficiente, pois os alemães haviam consumido tudo o que havia disponível; além disso, os excessos por eles perpetrados haviam deixado a população nativa desconfiada e pouco inclinada a colaborar. Os mercadores locais também exigiam pagamento adiantado e depois insistiam em fornecer seus produtos em quantidades inferiores às combinadas. Não obstante, as autoridades bizantinas mostraram-se cordiais e os comandantes franceses mantiveram seus homens em boa ordem. Não houve maiores dificuldades até o exército aproximar-se de Constantinopla, embora os franceses tenham começado a incomodar-se tanto com os bizantinos quanto com os alemães. Em Adrianópolis, as autoridades bizantinas tentaram, como no caso de Conrado, persuadir Luís a passar ao largo da capital e transpor o Helesponto de uma vez, mas com idêntico insucesso. Nesse ínterim, alguns dos franceses, impacientes com o lento progresso do exército, correram à frente para reunirem-se aos germânicos. Estes, porém, adotaram um comportamento hostil, recusando-se a compartilhar suas rações. Os contingentes lorenos, que já se encontravam em maus termos com seus colegas germânicos, aliaram-se aos recém-chegados e instigaram a opinião pública francesa contra os alemães.[3] Assim, antes mesmo da chegada do monarca francês a Constantinopla, não só as relações entre os dois exércitos cruzados já estavam permeadas pela desconfiança e inimizade, como ambos acalentavam igual má vontade em relação a Bizâncio. Não era um bom augúrio para o êxito da Cruzada.

---

1 Cinnamus, p. 82. Ele chama os germânicos de "'Αλεμανοί" e os franceses de "Γερμανοί"; Odo de Deuil, pp. 28-30. Este diz que Luís mandou representantes seus jurarem em seu nome.

2 Odo de Deuil, pp. 30-4.

3 *Ibid.*, pp. 35-44.

Capitulo 11

Divergência entre os Cristãos

"Discórdia, inveja, animosidades, rivalidades, maledicências, falsas acusações, arrogância, desordens."
2 CORÍNTIOS 12, 20

Quando a notícia da Cruzada chegou a Constantinopla, o Imperador Manuel estava absorto nos problemas anatólios. Apesar das campanhas de seu pai e de seu avô, a situação nas províncias asiáticas do império ainda era preocupante. Somente as cidades litorâneas estavam livres das invasões turcas. Mais para o interior, forças de assalto turcas varriam os territórios praticamente todos os anos, evitando as grandes fortalezas e esquivando-se dos exércitos imperiais. Os habitantes das terras fronteiriças haviam abandonado suas aldeias e fugido para as cidades ou para a costa. A política de Manuel consistia em estabelecer uma fronteira definida, resguardada por uma linha cerrada de fortes. Sua diplomacia e suas campanhas visavam a assegurar tal linha.

O emir danishmend Maomé ibn Ghazi faleceu em dezembro de 1141. Ele fora o maior potentado muçulmano na Ásia Menor; no entanto, como sua morte foi sucedida por guerras civis entre seus filhos e irmãos, antes do fim de 1142 seu emirado estava dividido em três. Seu filho, Dhu'l Nun, ficou com Cesaréia-Mazacha; a seus irmãos, Yakub Arslan ibn Ghazi e Ain ed-Daulat ibn Ghazi, couberam respectivamente Sivas e Melitene. O sultão seljúcida de Konya, Mas'ud, viu nas divisões a chance de estabelecer sua hegemonia sobre os turcos anatólios. Invadiu os territórios danishmends e instaurou seu controle sobre distritos chegando até o Eufrates, a leste. Assustados com sua ofensiva, os irmãos Yakub Arslan e Ain ed-Daulat buscaram uma aliança com Bizâncio; por meio de um tratado, provavelmente firmado em 1143, tornaram-se, de certo modo, seus vassalos. Manuel, então, pôde concentrar sua atenção em Mas'ud, cujos homens haviam chegado até Malagina, na estrada que ligava Nicéia a Doriléia. Rechaçou-os, mas logo teve de retornar a Constantinopla devido à sua própria saúde abalada e à doença fatal de sua amada irmã Maria, que havia comprovado sua fidelidade a Manuel quando seu marido, o César João Rogério, normando de nascimento, planejara um golpe para tomar-lhe o trono à época de sua acessão. Em 1145, Mas'ud voltou a invadir o império, captu-

rando a pequena fortaleza de Pracana, na Isáuria, e pondo assim em risco as comunicações bizantinas com a Síria; logo em seguida, assolou o vale do Meandro, avançando até quase o mar. Manuel chegou à conclusão de que já era hora de um ataque mais ousado a Mas'ud e de uma marcha sobre Konya. Recém-casado, comentava-se que ele queria mostrar à sua esposa germânica os esplendores da cavalaria bizantina. No verão de 1146, Manuel remeteu ao sultão uma declaração formal de guerra e partiu, em estilo galante, pela estrada que passava por Doriléia e seguia para Filomélio. Lá, destacamentos turcos tentaram repeli-lo, mas foram rechaçados. Mas'ud retirou-se para sua capital; contudo, embora tivesse reforçado sua guarnição, manteve-se em campo aberto e enviou um pedido urgente de reforços do Oriente. O exército bizantino acampou durante vários meses diante de Konya, cuja defesa estava a cargo da sultana. A atitude de Manuel para com os inimigos foi cortês. Quando correu o boato de que o sultão fora morto, ele mandou informar a sultana de que a história era falsa; também empenhou-se, em vão, por fazer com que seus soldados respeitassem os túmulos islâmicos próximos à cidade. De súbito, ordenou a retirada. Mais tarde, murmurou-se que haviam chegado aos seus ouvidos rumores da Cruzada iminente; no entanto, dificilmente ele poderia já ter sido alertado da decisão tomada em Vézélay naquela primavera. Do que ele desconfiava era das intenções sicilianas, e pode ter percebido que havia algo a caminho. Manuel também tomou conhecimento dos reforços consideráveis recebidos pelo exército inimigo, e teve medo de acabar encurralado, com linhas de comunicação longas e precárias. Assim, retornou devagar e em perfeita ordem para seu próprio território.[1]

Antes de poder organizar outra campanha contra Konya, Manuel precisava enfrentar o problema concreto da Cruzada. Ficou inquieto, e com razão, pois a experiência bizantina com os cruzados não era nada animadora. Quando, portanto, um emissário de Mas'ud veio propor-lhe uma trégua, na primavera de 1147, oferecendo-lhe a devolução de Pracana e de suas outras conquistas recentes, Manuel anuiu. Em virtude desse tratado, foi considerado um traidor da cristandade; entretanto, a hostilidade de Conrado, demonstrada antes que o pacto pudesse chegar ao conhecimento dos germânicos, mostra que ele foi sensato em suas precauções. Manuel não tinha obrigações perante outro cristão que pensasse abertamente em atacar Constantinopla. Tampouco podia ser do seu agrado uma expedição que sem dúvida incentivaria o Príncipe de Constantinopla a esquecer sua recente homenagem e

1 Ver Chalandon, *Les Comnènes*, pp. 248-58. Miguel, o Sírio (III, p. 275), diz que Manuel fez as pazes com os turcos por receio dos cruzados, e que conseguiu retê-los por dois anos.

subserviência. Caso estivesse envolvido em uma guerra séria contra os turcos, poderia facilitar a passagem dos cruzados pela Anatólia, mas também lhes permitiria causar danos infinitos ao império que era o baluarte da cristandade. Preferiu não ter nenhum embaraço que pudesse enfraquecê-lo em momento tão delicado, sobretudo tendo-se em vista que a guerra contra a Sicília era iminente.[1]

Com Conrado, as relações de Manuel até então haviam sido boas. O temor comum a Rogério da Sicília havia-os unido, e Manuel recentemente desposara a cunhada do soberano germânico.[2] O comportamento do exército alemão nos Bálcãs e a recusa de Conrado a tomar a rota pelo Helesponto alarmaram-no. Quando Conrado assomou diante de Constantinopla, foi acomodado no palácio suburbano de Filopátio, próximo aos muros de terra,[3] e seu exército acampou ao seu redor. Em poucos dias, porém, o palácio fora de tal modo pilhado pelos germânicos que se tornara inabitável. Conrado, então, transpondo a cabeça do Corno de Ouro, dirigiu-se ao palácio de Picrídio, defronte do distrito de Fanar.[4] Nesse ínterim, seus soldados perpetravam violências contra a população local; foram enviados soldados bizantinos para reprimi-los, seguindo-se uma série de escaramuças. Quando Manuel exigiu uma indenização, Conrado a princípio alegou que os insultos haviam sido insignificantes, mas, em seguida, ameaçou furiosamente retornar no ano seguinte e apoderar-se da capital. Ao que parece, foi a imperatriz, cunhada de Conrado, quem logrou pacificar os dois monarcas. Manuel, que vinha instando os germânicos a cruzar logo o Bósforo, por temer as conseqüências de sua reunião com os franceses, de repente percebeu que os primeiros estavam mais tratáveis, por já terem começado suas disputas com os primeiros franceses a chegar. Restaurou-se uma concórdia aparente, e Conrado e seus homens seguiram para Calcedônia, enriquecidos com presentes valiosos. Conrado, em particular, foi brindado com alguns belos cavalos. Não obstante, recusou a sugestão de deixar alguns de seus homens a serviço do imperador e receber, em contrapartida, parte das tropas bizantinas na Cilí-

---

1 Chalandon, *op. cit.*, pp. 266-7. A guerra com a Sicília de fato irrompeu no verão de 1147 (*op. cit.*, p. 318, n. 1). Odo de Deuil faz-lhe referência (p. 53).

2 Ver acima, p. 194. O casamento ocorreu em janeiro de 1146 (Chalandon, *op. cit.*, p. 262, n. 3).

3 Os muros de terra bizantinos, dos quais grande parte ainda está de pé, haviam sido construídos entre 408 e 413 pelo Imperador Teodósio II. Eram compostos por um muro principal, um muro fronteiro mais baixo e um fosso dividido em seções, que podia ser enchido com água. (N.T.)

4 Bairro de Constantinopla que concentraria a maior parte dos gregos após a conquista da cidade pelos otomanos e encontra-se conservado até os dias de hoje na atual Istambul. Seu nome se deve a um farol próximo — em turco, "*fanar*". (N.T.)

cia — arranjo que teria sido conveniente para Manuel em sua guerra contra Rogério da Sicília.[1]

Ao chegar a Calcedônia, Conrado pediu que Manuel lhe fornecesse guias para orientá-lo na travessia da Anatólia. O imperador incumbiu da tarefa o chefe da Guarda Varangiana, Estêvão. Ao mesmo tempo, recomendou que os germânicos evitassem a estrada que atravessava a península, seguindo em vez disso pela via litorânea até Atália, mantendo-se assim em terras controladas pelo império. Sugeriu ainda que seria prudente mandar para casa todos os peregrinos não-combatentes, cuja presença só serviria para estorvar o exército. Conrado, ignorando seus conselhos, partiu para Nicéia. Ao chegar lá com suas tropas, reconsiderou e decidiu dividir a expedição. Oto de Freisingen levaria uma parte — que compreenderia a maioria dos não-combatentes — pela estrada para Atália, passando por Laodicéia-sobre-o-Lico, ao passo que Conrado em pessoa, com o corpo principal do exército, seguiria a rota da Primeira Cruzada pelo interior.[2]

O monarca e seus homens deixaram Nicéia em 15 de outubro, tendo Estêvão, o Varangiano, como guia principal. Durante os oito dias seguintes, enquanto se encontravam em território imperial, foram bem alimentados, muito embora mais tarde se queixassem de que seus agentes misturavam giz à farinha que lhes forneciam, além de lhes darem também moedas adulteradas. No entanto, não acumularam provisões para sua marcha pelos domínios turcos. Faltava-lhes, sobretudo, água. Em 25 de outubro, ao alcançarem o pequeno rio Bathys, junto a Doriléia — próximo ao local da grande vitória cruzada meio século antes —, o exército seljúcida inteiro caiu sobre eles. A infantaria germânica estava exausta e sedenta. Muitos dos cavaleiros haviam acabado de desmontar, a fim de descansar seus cavalos esgotados. Os ataques repentinos, rápidos e sucessivos da cavalaria ligeira turca pegaram-nos desprevenidos. Foi mais um massacre que uma batalha. Conrado tentou debalde congregar seus homens; à noite, ele e os poucos sobreviventes precipitavam-se em carreira desabalada pela estrada de volta a Nicéia. Havia perdido nove décimos de seus soldados, bem como todo o conteúdo

---

1 Cinnamus, pp. 74-80; Nicetas Choniates, p. 87; carta de Conrado a Vibaldo, *Wibaldi Epistolae in* Jaffé, *Bibliotheca*, I, p. 166 (relatando ter sido bem recebido pelo imperador); *Annales Herbipolenses*, pp. 4-5; Romualdo de Salerno, p. 424; Odo de Deuil, pp. 39-40. Este diz que, segundo os cálculos gregos, 900.566 soldados e peregrinos germânicos cruzaram o Bósforo. Possivelmente, o número correto é 9.566. Segundo ele, Conrado não teve uma entrevista pessoal com Manuel.

2 Cinnamus, pp. 80-1.

de seu acampamento. O butim seria vendido pelos vitoriosos nos bazares de todo o Oriente muçulmano, chegando até a Pérsia.[1]

Nesse meio tempo, o Rei Luís e o exército francês haviam passado por Constantinopla. Chegaram à cidade em 4 de outubro, encontrando sua guarda avançada e o exército loreno desgostosos com a selvageria germânica, por um lado, e por outro com a notícia da trégua de Manuel com os turcos. A despeito da súplica do emissário de Luís, Everardo de Barres, Grão-Mestre do Templo, as autoridades bizantinas opuseram-se ao ingresso dos lorenos nas forças francesas.[2] O Bispo de Langres, com a intolerância nada cristã típica dos monges de Clairvaux, sugeriu que o rei mudasse sua política e fizesse uma aliança com Rogério da Sicília contra os pérfidos gregos. Luís, porém, era demasiado escrupuloso para dar-lhe ouvidos, para decepção de seus barões. Satisfeito com sua recepção na corte bizantina, preferiu os conselhos mais suaves do humanista Bispo de Lisieux. O imperador acomodou-o em Filopátio, que já fora limpo depois da ocupação germânica, convidou-o a banquetes no palácio imperial de Blacherne e conduziu-o pessoalmente em um passeio pela grande cidade. Muitos dos nobres franceses ficaram igualmente encantados com as atenções de que foram alvo.[3] Entretanto, Manuel providenciou para que o exército francês não demorasse a transpor o Bósforo, e, uma vez instalados os franceses em Calcedônia, usou o pretexto de um distúrbio — causado por um peregrino flamengo que pensou ter sido ludibriado — para cortar seus suprimentos. Não obstante Luís tivesse mandado prontamente enforcar o responsável, Manuel só voltou a abastecer o acampamento depois que o monarca francês finalmente jurou restituir os territórios imperiais perdidos que ajudasse a recuperar e concordou em que seus barões prestassem homenagem adiantada pelas terras que viessem a ocupar. A nobreza francesa contestou, mas Luís considerou o pedido razoável, ponderando sua necessidade urgente de assistência bizantina, sobretudo diante dos boatos que começavam a chegar a respeito da derrocada germânica.[4]

No início de novembro, o exército francês chegou a Nicéia, onde souberam definitivamente da derrocada alemã. Frederico da Suábia alcançou o acampamento francês, contou a história e rogou a Luís que fosse de ime-

---

1 Cinnamus, pp. 81-2; Nicetas Choniates, p. 89; carta de Conrado a Vibaldo, *Wibaldi Epistolae*, p. 152; *Annales Palidenses*, p. 82; *Annales Herbipolenses*, *loc. cit.*; Odo de Deuil, pp. 53, 56-8; Guilherme de Tiro, XVI, 21-2, pp. 740-4; Miguel, o Sírio, III, p. 276.

2 Odo de Deuil, pp. 40-1.

3 Cinnamus, pp. 82-3; Luís VII, carta a Sugério, *R.H.F.*, vol. XV, p. 488; Odo de Deuil, pp. 45-6, 47-8.

4 Odo de Deuil, pp. 48-51.

diato ao encontro de Conrado. Luís correu ao quartel-general germânico para um colóquio, e os dois reis decidiram tomar a rota litorânea para o sul, mantendo-se dentro de território bizantino. Por ora, instaurou-se a cordialidade entre os exércitos. Quando os germânicos, não conseguindo encontrar alimentos na área em que estavam acampados (porque os franceses já haviam se apropriado de tudo o que havia disponível), começaram a assolar as aldeias vizinhas, as tropas policiais bizantinas partiram imediatamente em seu ataque. Foram resgatados por um destacamento francês sob o comando do Conde de Soissons, que acorreu a pedido de Conrado. Este, entrementes, conseguiu restaurar certa ordem entre seus homens. A maioria dos peregrinos sobreviventes deixou-o para voltar penosamente para Constantinopla. Seu destino é desconhecido.[1]

Os exércitos prosseguiram juntos. Em 11 de novembro, acamparam em Esseron, perto da moderna Balikesri, onde se decidiu por uma nova mudança de planos. É provável que tenham tomado conhecimento da jornada de Oto de Freisingen pela estrada direta para Filadélfia e Laodicéia. Pouco sabemos sobre essa viagem, exceto que o grupo chegou por fim a Atália, exausto e reduzido em número, tendo deixado à margem do caminho os muitos mortos devido às suas próprias privações ou aos assaltos turcos. Os monarcas resolveram seguir mais perto da costa, por terras mais férteis, e manter-se em contato com a frota bizantina. Passaram por Adramítio, Pérgamo e Esmirna, até chegar a Éfeso. As tropas de Luís iam na vanguarda, e os germânicos seguiam cerca de um dia atrás, sendo ridicularizados por seus aliados devido à sua lentidão. O historiador bizantino Cinamo registra o grito "*Pousse Allemand*",[2] que lhes era atirado pelos debochados franceses.[3]

Ao chegarem a Éfeso, a saúde de Conrado era tão precária que ele se deixou ficar por lá. Ao saber disso, o Imperador Manuel enviou-lhe caros presentes e persuadiu-o a retornar a Constantinopla, onde o recebeu de forma gentil e o hospedou em seu palácio. Manuel era um apaixonado por medicina, e insistiu em tratar pessoalmente de seu convidado, como seu médico particular. Conrado restabeleceu-se, ficando profundamente comovido com as atenções que lhe dispensaram o imperador e a imperatriz. Foi durante essa visita que se arranjou o casamento de seu irmão, Henrique, Duque da Áustria, e a sobrinha do imperador, Teodora, filha de seu irmão Andrônico. O soberano germânico e seu séquito permaneceram em Cons-

---

1 Odo de Deuil, pp. 58-60; Guilherme de Tiro, XVI, 23, pp. 744-5.
2 Algo como "Cresça, alemão!". (N.T.)
3 Odo de Deuil, pp. 61-3. Cinnamus (p. 84) discute a diferença entre os dois exércitos. Os franceses eram melhores no combate montado e no manejo da lança, os germânicos na luta a pé e no uso de espadas. Translitera "Pousse Allemand" como Πούτζη 'Αλεμανέ.

tantinopla até o princípio de março de 1148, quando uma esquadra bizantina os levou à Palestina.[1]

Durante os quatro dias que passou em Éfeso, o Rei Luís recebeu uma carta de Manuel alertando-o de que os turcos estavam em estado de guerra e aconselhando-o a evitar qualquer conflito com eles e a conservar-se o máximo possível dentro do alcance do abrigo proporcionado pelas fortalezas bizantinas. Estava claro o temor de Manuel de que os franceses sofressem nas mãos dos turcos e ele levasse a culpa; ao mesmo tempo, ele não tinha o menor interesse em que, com a guerra siciliana em suas mãos, alguma coisa viesse a romper sua paz com o sultão. Luís não respondeu, ignorando do mesmo modo a missiva de Manuel avisando-o de que as autoridades bizantinas não poderiam impedir seu povo de vingar-se dos danos que lhes fossem causados pelos ocidentais. A disciplina do exército francês estava se dissolvendo, e a capital vinha recebendo queixas da sua insubordinação.[2]

O exército francês abriu caminho pelo vale do Meandro. Em Decérvio, onde passaram o Natal, os turcos apareceram, pondo-se a fustigar os cruzados até estes atingirem a ponte que cruzava o rio, em Antióquia da Pisídia. Ali houve uma batalha encarniçada, mas os franceses lograram abrir caminho pela ponte e os turcos refugiaram-se atrás dos muros de Antióquia. Sob que circunstâncias os turcos conseguiram penetrar nessa fortaleza bizantina, não se sabe. Os franceses, compreensivelmente, viram o ocorrido como uma traição à cristandade; no entanto, quer a guarnição local tenha sucumbido a uma força superior, quer tenha feito algum acordo particular com os infiéis, é improvável que o plano contasse com a sanção imperial.[3]

A batalha diante da ponte de Antióquia ocorreu por volta de 1º de janeiro de 1148. Quando os cruzados chegaram a Laodicéia, três dias depois, encontraram-na abandonada, pois sua reputação levara os habitantes para as montanhas, com todas as suas provisões. Foi com dificuldade que reuniram alimentos para a árdua etapa que os esperava.[4] A estrada para Atália atravessava altas montanhas desoladas. Na melhor das situações, já seria uma viagem dura. Para um exército faminto, avançando penosamente em meio às tempestades de janeiro, com os incansáveis turcos acossando-os pelos flancos e capturando os desgarrados e os doentes, foi um pesadelo. Ao longo de toda a estrada, os soldados viam os cadáveres dos peregrinos germânicos que haviam perecido em sua marcha, alguns meses antes. Já não havia nenhuma

---

1 Cinnamus, pp. 85-6; carta de Conrado a Vibaldo, *Wibaldi Epistolae*, p. 153; *Annales Herbipolenses*, p. 6; Odo de Deuil, pp. 63-4; Guilherme de Tiro, XVI, 23, pp. 745-6.
2 Cinnamus, *loc. cit.*; Odo de Deuil, pp. 63-5.
3 Odo de Deuil, pp. 65-6; Guilherme de Tiro, XVI, 24, pp. 746-7.
4 Odo de Deuil, *loc. cit.*

tentativa de impor alguma disciplina, exceto na companhia dos cavaleiros templários. A rainha e suas damas tiritavam em suas liteiras, jurando jamais voltar a enfrentar tamanha provação. Uma tarde, quando o exército começava a descer rumo ao litoral, a guarda avançada, sob o comando de Godofredo de Rancon, desobedeceu às ordens do rei de acampar no topo do desfiladeiro e começou a descer a montanha — perdendo assim o contato com o corpo principal das tropas, que foi prontamente atacado pelos turcos. Os cruzados resistiram, mas só o cair da noite salvou a vida do rei. As baixas entre seus homens foram pesadas.[1]

Dali por diante, a viagem foi mais fácil. Os turcos não se aventurariam na planície. No princípio de fevereiro, a Cruzada atingiu Atália. O governador bizantino local era um italiano chamado Landolfo, que, por determinação do imperador, fez tudo que estava ao seu alcance para socorrer os ocidentais. Entretanto, Atália não era uma grande cidade, com grandes recursos alimentícios; localizava-se em uma região pobre, que não havia muito fora devastada pelos turcos. Os estoques de inverno, àquela altura, estavam baixos, e os peregrinos germânicos haviam levado os excedentes. Não admira que restassem poucas provisões, cujos preços dispararam. Os franceses, porém, em sua raiva e decepção, não conseguiram ver no episódio nada além de mais uma prova da traição bizantina. O Rei Luís chegou à conclusão de que seria melhor que a viagem prosseguisse por mar, e pediu navios a Landolfo. Todavia, não seria fácil, naquela época do ano, reunir uma flotilha em um porto na agreste costa caramaniana. Enquanto os transportes eram negociados, os turcos lançaram um ataque de surpresa contra o acampamento cruzado. Mais uma vez os franceses culparam os bizantinos — que de fato nada devem ter feito para defender seus hóspedes indesejáveis, a cuja presença deviam tais investidas turcas. Quando os navios chegaram, eram em número muito pequeno para levar toda a companhia. Dessa forma, Luís lotou-os com sua própria comitiva e o máximo de cavaleiros que conseguiu embarcar, e fez-se à vela para S. Simão, onde aportou em 19 de março. Para apaziguar sua consciência por haver desertado seu exército, confiou a Landolfo a soma de quinhentos marcos, rogando-lhe que cuidasse dos doentes e dos feridos e enviasse o restante, se possível, por mar. Os Condes de Flandres e Bourbon foram deixados no comando. No dia seguinte à partida de Luís, os turcos arrojaram-se pela planície e atacaram o acampamento. Uma

---

1 *Ibid.*, pp. 67-7, 71-2; Guilherme de Tiro, XVI, 25, pp. 747-9. Sobre a infundada história de que a Rainha Eleonora teria sido a culpada pelo desastre, ver Walker, "Eleanor of Aquitaine and the disaster at Cadmos Mountain", *in American Historical Review*, vol. LV, pp. 857-61. Odo de Deuil foi o responsável pelo excelente trabalho de reaprovisionamento do exército, mas é demasiado modesto para mencioná-lo (Guilherme, o Monge, *Dialogus Apologeticus*, p. 106).

vez que, sem cavalaria suficiente, seria impossível rechaçá-los, os cruzados tiveram permissão para refugiar-se dentro dos muros, onde foram bem recebidos e seus enfermos, tratados. Landolfo redobrou seus esforços para obter mais navios, mas nem assim conseguiu um número que bastasse para toda a expedição. Assim, Thierry de Flandres e Arquibaldo de Bourbon seguiram o exemplo de seu soberano e embarcaram com seus amigos e os cavaleiros restantes, instruindo os soldados de infantaria e peregrinos a seguirem por terra, da melhor maneira que pudessem.[1] Abandonados por seus líderes, os irritados remanescentes recusaram-se a permanecer no acampamento que Landolfo lhes preparara a fim de tirá-los de dentro da cidade. Julgaram que ali estariam demasiado expostos às investidas dos arqueiros turcos. Em vez disso, puseram-se imediatamente a caminho pela estrada oriental. Ignorantes, indisciplinados e desconfiados dos seus guias, continuamente fustigados pelos inimigos, com quem tinham certeza de que os bizantinos estavam de conluio, os miseráveis franceses, com o que sobrara da infantaria germânica de Conrado arrastando-se atrás de si, seguiram penosamente para a Cilícia. Menos de metade deles chegou, no fim da primavera, a Antióquia.[2]

Em uma de suas muitas cartas para o abade Sugério, que ficara na França — cujo tema invariável é a solicitação de mais dinheiro —, o Rei Luís atribuiu os desastres na Anatólia "à traição do imperador e também à nossa própria culpa". A acusação contra Manuel é repetida de forma mais constante e apaixonada pelo cronista francês oficial da Cruzada, Odo de Deuil, e vem sendo ecoada por historiadores ocidentais, com raras exceções, até os dias de hoje.[3] Os infortúnios das Cruzadas tanto contribuíram para a deterioração das relações entre a cristandade ocidental e a oriental que tal acusação deve ser examinada de modo mais atento. Odo queixa-se de que os bizantinos forneceram provisões insuficientes, pelas quais teriam cobrado preços exorbitantes, além de transporte inadequado e guias incompetentes; pior de tudo, afirma que se aliaram aos turcos contra seus próprios correligionários. As primeiras acusações são absurdas. Nenhum Estado medieval, nem mesmo um tão organizado quanto o bizantino, contava com estoques suficientes de alimentos para abastecer dois exércitos de tamanho excepcional que chegaram de modo inopinado e sem terem sido convidados; além disso, quando a comida escasseia, é inevitável que seus preços disparem. Que os muitos mercadores locais e alguns funcionários do governo tentaram ludibriar os

---

1 Odo de Deuil, pp. 73-6. Ele faz uma tentativa canhestra de disfarçar a deserção do exército pelo rei. Guilherme de Tiro, XVI, 26, pp. 749-51.

2 Odo de Deuil, pp. 76-80.

3 Luís VII, carta a Sugério, *R.H.F.*, vol. XV, pp. 495-6. A postura de Odo de Deuil é, do começo ao fim, histericamente antigrega.

invasores, é certo. Tal comportamento nunca foi um fenômeno raro no comércio, sobretudo na Idade Média e no Oriente. Seria desarrazoado esperar que Landolfo conseguisse reunir um número suficiente de navios para um exército inteiro no pequeno porto de Atália em pleno inverno; tampouco os guias, cujas orientações dificilmente eram seguidas, poderiam ser recriminados por não estarem a par das últimas pontes ou poços destruídos pelos turcos, ou por fugirem perante as ameaças e a hostilidade dos homens que haviam sido incumbidos de conduzir. A questão da aliança com os turcos é mais grave, mas precisa ser considerada do ponto de vista de Manuel. Este não havia nem solicitado nem desejado uma Cruzada. Tinha bons motivos para deplorá-la. A diplomacia bizantina, àquela altura, já sabia perfeitamente como jogar os diversos príncipes muçulmanos uns contra os outros e, por outro lado, como isolá-los. Era inevitável que uma expedição tão alardeada como a Cruzada induzisse à reconstituição de uma frente islâmica unida contra a cristandade. Ademais, para a estratégia bizantina contra o Islã era crucial o controle de Antióquia — finalmente alcançado por Bizâncio quando o Príncipe Raimundo fez sua abjeta submissão a Constantinopla. Sem dúvida, a chegada de uma Cruzada comandada por sua sobrinha e pelo marido desta iria tentá-lo a abandonar sua vassalagem. O comportamento dos cruzados quando eram hóspedes em seu território em nada contribuiu para aumentar a apreciação do imperador: entregaram-se a saques, atacaram sua polícia, ignoraram suas orientações sobre as rotas que deveriam tomar, e muitos de seus homens mais eminentes falavam abertamente em atacar Constantinopla. Sob essa luz, o tratamento que Manuel lhes dispensou parece generoso e paciente — e, com efeito, alguns dos cruzados reconheceram sua magnanimidade. No entanto, os ocidentais não estavam em condições de compreender nem de perdoar seu tratado com os turcos. As necessidades mais amplas da política bizantina estavam além da sua compreensão; ademais, preferiram fechar os olhos para o fato — conquanto sem dúvida dele tivessem consciência — de que, ao mesmo tempo que demandavam o auxílio de Manuel contra os infiéis, as terras imperiais encontravam-se expostas ao virulento ataque de outro potentado cristão. No outono de 1147, o Rei Rogério da Sicília capturou a Ilha de Corfu, de onde enviou um exército para assolar a península grega. Tebas foi saqueada e raptaram-se milhares de seus trabalhadores, que seriam empregados na incipiente indústria da seda de Palermo. Até Corinto, a principal fortaleza da península, foi invadida e despojada de todos os seus tesouros. Carregados com os despojos, os normandos sicilianos retornaram a Corfu, que planejavam manter como uma ameaça permanente ao império e um ponto de controle do mar Adriático. Foi a iminência do ataque normando que levou Manuel a reti-

rar-se de Konya em 1146 e, no ano seguinte, aceitar as propostas de paz do sultão. Se Manuel deve figurar como traidor da cristandade, o Rei Rogério decerto o antecedeu.

O exército bizantino era grande, mas não ubíquo. As melhores tropas eram necessárias para a guerra contra Rogério. Ademais, começaram a correr boatos de perturbações nas estepes russas, que culminariam, no verão de 1148, na invasão dos Bálcãs pelos polovetsianos. Com a Cruzada por perto, Manuel não podia desguarnecer sua fronteira ciliciense; ademais, a passagem dos cruzados pelo império implicava a necessidade de reforçar as fileiras da polícia militar. Com tais preocupações, o imperador não poderia reunir forças para cobrir suas longas fronteiras na Anatólia em toda a sua extensão. Manuel optou por uma trégua, que permitiria que seus súditos anatólios vivessem suas vidas livres da ameaça dos ataques turcos. Os cruzados puseram a trégua em risco: a marcha de Conrado sobre Doriléia foi uma provocação direta aos turcos, e Luís, embora se tenha mantido dentro de território bizantino, autoproclamou-se inimigo de todos os muçulmanos, repudiando a sugestão do imperador de permanecer dentro do raio protegido pelas guarnições bizantinas. É bastante possível que Manuel, diante desse problema, tenha feito um acordo com os turcos no sentido de tolerar suas incursões em seu território desde que eles se limitassem a atacar os cruzados e respeitassem os termos da trégua — dando assim a clara impressão de que se haviam associado aos habitantes locais. Para estes, por sua vez, era indiferente se seus rebanhos e estoques de alimentos eram roubados pelos cruzados ou pelos turcos; nessas circunstâncias, naturalmente dariam preferência a estes últimos.[1] Contudo, é impossível acreditar, conforme assevera Odo de Deuil, que eles decididamente tenham atacado os cruzados ao lado dos turcos. Ele faz essa acusação contra os habitantes de Atália, logo depois de contar que eles mais tarde foram punidos pelo imperador por terem sido gentis com os cruzados.[2]

A maior responsabilidade pelos desastres que vitimaram os cruzados na Anatólia deve ser atribuída às suas próprias asneiras. O imperador poderia, de fato, ter feito mais para ajudá-los, mas nesse caso exporia seu império a graves riscos. O cerne da questão, porém, estava além. Seria do interesse da cristandade que de quando em quando se promovessem expedições galantes ao Oriente, lideradas por um misto de idealistas insensatos e aventureiros grosseiros, com a finalidade de socorrer um Estado invasor

---

1 Sobre as preocupações de Manuel na época, ver Chalandon. Miguel, o Sírio, reproduz muitas das acusações francas contra os gregos (III, p. 276). No entanto, forças muçulmanas, como por exemplo Abu Shama, p. 54, dizem que Manuel cooperou com os francos.

2 Odo de Deuil, p. 79.

cuja existência dependia da desunião islâmica? Ou que Bizâncio, que durante tanto tempo fora o guardião da fronteira oriental, continuasse a desempenhar seu papel sem intromissões ocidentais? A história da Segunda Cruzada mostrou — com clareza ainda maior que a da Primeira — que as duas políticas eram incompatíveis. Quando Constantinopla tivesse caído e os turcos estivessem trovejando nos portões de Viena, seria possível constatar qual a política correta.

Capitulo III

Fiasco

"Por mais planos que façais, eles serão frustrados." ISAÍAS 8, 10

Ao receberem a notícia de que o Rei Luís aportara em S. Simão, em 19 de março de 1148, o Príncipe Raimundo e toda a sua comitiva acorreram de Antióquia para saudá-lo e escoltá-lo até a cidade. Os dias seguintes foram passados em festas e celebrações. Os galantes nobres de Antióquia empenharam-se ao máximo para agradar à Rainha da França e as grandes damas de seu séquito; no alegre clima da primavera síria, em meio aos luxos da corte antioquena, os visitantes não tardaram em esquecer as dificuldades que haviam enfrentado. Assim que se recuperaram, Raimundo começou a discutir com os líderes franceses planos para uma campanha contra os infiéis. Raimundo esperava grandes resultados do advento da Cruzada. Sua situação era precária. Nur ed-Din estava estabelecido ao longo da fronteira cristã, desde Edessa até Hama, e dedicara o outono de 1147 à captura, uma por uma, de todas as fortalezas francas a leste do Orontes. O Conde Juscelino estava totalmente absorto na manutenção de sua própria posição em Turbessel. Caso os muçulmanos atacassem Antióquia a toda a força, a única potência capaz de ir em socorro de Raimundo seria Bizâncio — e as tropas bizantinas talvez chegassem tarde demais, além de insistirem, de qualquer modo, em uma maior subserviência. O exército francês, por mais que os percalços da viagem houvessem reduzido sua força de infantaria, proporcionava reforços de cavalaria tão formidáveis que daria aos francos de Antióquia condições de partir para o ataque. Raimundo instou o rei a avançar junto com ele contra o coração do poder de Nur ed-Din, a cidade de Alepo — e convenceu muitos dos cavaleiros franceses a juntarem-se a ele em um reconhecimento preliminar de suas muralhas, para a consternação de seus habitantes.[1]

Chegado o momento da decisão, porém, o Rei Luís titubeou. Alegou que seu voto cruzado obrigava-o a ir primeiro a Jerusalém antes de lançar-se em uma campanha; entretanto, o único objetivo da desculpa era disfarçar sua própria indecisão. Todos os príncipes do Oriente franco demandavam

---

1 Guilherme de Tiro, XVI, 27, pp. 751-3; Guilherme de Nangis, I, p. 44.

seu auxílio. O Conde Juscelino esperava usá-lo para recuperar Edessa — e não fora justamente a sua queda que desencadeara toda a Cruzada? Raimundo de Trípoli, reivindicando um direito de primo — pois sua mãe fora uma princesa da França —, desejava seu auxílio para a recuperação de Montferrand. Então, em abril, chegou a Antióquia o Patriarca de Jerusalém em pessoa, enviado pela Suprema Corte do Reino para implorar-lhe que corresse para o sul e informá-lo de que o Rei Conrado já se encontrava na Terra Santa.[1] No fim das contas, foi um motivo puramente pessoal que levou o rei a decidir-se. A Rainha Eleonora, muito mais inteligente que seu marido, percebeu de imediato a sabedoria do plano de Raimundo. Seu apoio apaixonado e declarado ao tio só fez despertar os ciúmes de Luís. As más-línguas começaram a falar. A rainha e o príncipe eram vistos juntos com demasiada freqüência. Sussurrava-se que o afeto de Raimundo era mais que avuncular. Luís, preocupado com sua honra, anunciou sua partida imediata — diante do que a rainha declarou que ela pelo menos permaneceria em Antióquia, e tentaria obter o divórcio de seu marido. Em resposta, Luís arrastou-a à força do palácio de seu tio e partiu, com todas as suas tropas, para Jerusalém.[2]

O Rei Conrado desembarcara em Acre com seus príncipes mais ilustres em meados de abril, tendo sido recebido de forma cordial e honorífica em Jerusalém pela Rainha Melisende e seu filho.[3] Honrarias similares aguardavam o Rei Luís ao entrar na Terra Santa, um mês depois. Jerusalém nunca testemunhara tão fulgurante reunião de cavaleiros e damas.[4] No entanto, havia diversas ausências igualmente notáveis. Raimundo de Antióquia, furioso com o comportamento de Luís, lavou as mãos em relação a toda a Cruzada. De qualquer modo, não podia dar-se ao luxo de trocar seu pressionado principado por uma aventura qualquer no sul. O Conde Juscelino também não estava em condições de deixar Turbessel. A ausência do Conde de Trípoli deveu-se a uma funesta tragédia familiar. Entre os cruzados que haviam feito os votos com o Rei Luís em Vézélay estava Afonso Jordão, Conde de Toulouse. Sua chegada, acompanhado de um forte contingente, havia revigorado os francos do Oriente, para quem ele era uma figura romântica. Afinal, era o filho do velho cruzado Raimundo de Toulouse — e havia nascido no Oriente, no Monte Peregrino, enquanto seu pai sitiava Trípoli. Sua chegada, porém, constituiu um transtorno para o Conde de Trípoli reinante, neto

---

1 O patriarca era Fulcher de Angoulême, antigo Arcebispo de Tiro, nomeado por Melisende por ocasião da morte de Guilherme de Messines, em 1147.
2 Guilherme de Tiro, *loc. cit.* Ele chama Eleonora de "fátua", mas não sugere que ela fosse infiel. As suspeitas do rei são registradas por João de Salisbury (*Historia Pontificalis*, p. 53).
3 Guilherme de Tiro, XVI, 28, pp. 753-4; Oto de Freisingen, *Gesta Friderici*, pp. 88-9.
4 Guilherme de Tiro, XVI, 29, pp. 754-6.

de Bertrando, filho bastardo do Conde Raimundo. Caso Afonso Jordão reivindicasse a cidade, seria difícil negá-la — e, ao que parece, ele gostava de mencionar os seus direitos. Entretanto, na viagem de Acre para Jerusalém, Afonso Jordão entrou em agonia e morreu de modo inopinado. A causa de sua morte pode ter sido alguma enfermidade aguda, como uma apendicite; no entanto, todos imediatamente suspeitaram de envenenamento, e seu filho, Bertrando, acusou abertamente o tio, Raimundo de Trípoli, de haver instigado o assassinato. Outros acreditavam que a culpada seria a Rainha Melisende, agindo a pedido de sua amada irmã, a Condessa Hodierna, esposa de Raimundo. Nada foi provado, mas Raimundo, indignado com a acusação, absteve-se de qualquer envolvimento com a nova Cruzada.[1]

Quando todos os cruzados já se encontravam na Palestina, foram convidados pela Rainha Melisende e pelo Rei Balduíno para uma grande assembléia, realizada em Acre no dia 24 de junho de 1148. Foi uma reunião impressionante. Os anfitriões foram o Rei Balduíno e o Patriarca Fulcher, com os Arcebispos de Cesaréia e Nazaré, os Grão-Mestres do Templo e do Hospital e os principais prelados e barões do reino. Conrado estava acompanhado de seus meios-irmãos, Henrique Jasomirgott da Áustria e Oto de Freisingen; seu sobrinho, Frederico da Suábia; o Guelfo da Baviera e diversos príncipes de menos destaque. A Lorena estava representada pelos Bispos de Metz e Toul. Com o Rei Luís estavam seu irmão Roberto de Dreux; seu futuro genro, Henrique de Champanhe; Thierry, Conde de Flandres; além do jovem Bertrando, o bastardo de Afonso Jordão. Não se sabe qual foi o curso do debate, nem de quem foi a proposta final. Após certa oposição, a assembléia resolveu concentrar todas as suas energias em um ataque a Damasco.[2]

Essa decisão foi um total desvario. Damasco seria, com efeito, um rico prêmio, e sua posse pelos francos isolaria por completo os muçulmanos do Egito e da África de seus correligionários no Norte da Síria e no Oriente. No entanto, de todos os Estados islâmicos, o reino búrida de Damasco era o único ansioso por sustentar a amizade com os francos — porque reconhecia, assim como os francos de visão mais ampla, que seu maior inimigo era Nur ed-Din. Enquanto este não fosse esmagado, o mais interessante para os francos seria conservar a amizade damascena, mantendo aberta, assim, a brecha entre Alepo e Damasco. Um ataque a esta última era, como haviam demonstrado os acontecimentos do ano anterior, o caminho mais certo para atirar os

---

1 Guilherme de Tiro, XVI, 28, p. 754; Guilherme de Nangis, I, p. 43, sugere que Melisende estava envolvida no assassinato.

2 Guilherme de Tiro, XVII, I, pp. 758-9, fornece uma lista dos magnatas eclesiásticos e seculares presentes; Oto de Freisingen, *Gesta Friderici*, p. 89; Sugério, *Gesta Ludovici*, pp. 403-4.

governantes damasquinos nos braços de Nur ed-Din. Todavia, os barões de Jerusalém cobiçavam as férteis terras vassalas de Damasco; ademais, ainda lhes doía a lembrança de sua humilhação recente, da qual seu jovem e fogoso rei provavelmente se sentia ávido para vingar-se. Para os cruzados visitantes, Alepo nada significava, mas Damasco era uma cidade consagrada nas Escrituras, cujo resgate das mãos dos infiéis resultaria na maior glória de Deus. É ocioso tentar atribuir a um ou outro a culpa pela decisão; não obstante, a maior responsabilidade deve incidir sobre os nobres locais, que conheciam a situação — ao contrário dos recém-chegados, para quem todos os islâmicos eram iguais.[1]

O exército cristão, o maior que os francos já haviam posto em campo, partiu da Galiléia e passou por Banyas em meados de julho. No sábado, 24 de julho, acampou à beira dos jardins e pomares que circundavam Damasco. O emir Unur a princípio não havia levado a notícia da Cruzada muito a sério. Soubera de suas grandes baixas na Anatólia, e de qualquer modo não imaginava que os cruzados escolheriam Damasco como objetivo. Ao descobrir a verdade, ordenou que seus governadores provinciais lhe enviassem todos os homens de que pudessem abrir mão, e enviou um mensageiro às pressas para Alepo, com um pedido de ajuda a Nur ed-Din. Os francos detiveram-se primeiro em Manakil al-Asakir, cerca de 6,5 quilômetros ao sul da cidade, cujas paredes e torres brancas lampejavam através da densa folhagem dos pomares — mas não se demoraram, seguindo então para a aldeia de al-Mizza, mais bem suprida de água. O exército damasceno tentou retê-los, mas foi forçado a refugiar-se atrás dos muros. Diante da vitória, os líderes cruzados mandaram o exército de Jerusalém penetrar nos arvoredos e limpá-los de eventuais guerrilheiros. À tarde, os pomares ao sul da cidade haviam caído nas mãos dos francos, que se puseram a erguer paliçadas com as árvores que iam derrubando. Em seguida, graças sobretudo à bravura pessoal de Conrado, abriram caminho até Rabwa, junto ao rio Barada, bem embaixo dos muros da cidade. Os cidadãos de Damasco, convencidos de que agora tudo estava perdido, começaram a montar barricadas nas ruas, prontos para a última e desesperada batalha. No dia seguinte, porém, a maré virou. Os reforços convocados por Unur começaram a penetrar pelos portões do lado norte da cidade; com seu auxílio, os damasquinos lançaram um contra-ataque que afastou os cristãos dos muros. Os ataques foram repetidos nos dois dias seguintes, enquanto guerrilheiros voltavam a introduzir-se nos jardins e pomares. Suas ações trouxeram tamanho perigo para o acampamento que Conrado, Luís e Balduíno se reuniram e decidiram evacuar os

1 Guilherme de Tiro, *loc. cit.*

bosques ao sul da cidade e deslocar-se para o leste, a fim de montar acampamento em um ponto onde o inimigo não dispusesse de tal cobertura. Em 27 de julho, todo o exército transferiu-se para a planície junto à face leste da cidade. Foi uma decisão catastrófica, pois o novo local não dispunha de água e defrontava a seção mais forte da muralha — e os soldados damascenos, em suas surtidas, agora tinham maior liberdade de movimentos por entre as árvores. Com efeito, muitos dos soldados francos acreditavam que os barões palestinos que aconselharam os reis deviam ter sido subornados por Unur para que dessem aquela sugestão — visto que a decisão eliminou sua última chance de tomar Damasco. Unur, cujas tropas estavam aumentando em número e que sabia que Nur ed-Din estava a caminho, renovou suas investidas contra o acampamento franco. Era o exército cruzado, não a cidade assediada, que se encontrava na defensiva agora.[1]

Enquanto o desânimo e os murmúrios de traição permeavam as tropas cristãs, seus líderes disputavam abertamente o futuro de Damasco depois de sua captura. Os barões de Jerusalém esperavam que a cidade fosse incorporada ao reino como um feudo, e haviam concordado que deveria ser confiado a Guy Brisebarre, o senhor de Beirute, cuja candidatura foi, ao que parece, confirmada pela Rainha Melisende e pelo Comissário Manassés. Thierry de Flandres, porém, cobiçava Damasco, de que desejava apoderar-se como um feudo semi-independente, do mesmo tipo de Trípoli. Angariou o apoio de Conrado e Luís, bem como o do Rei Balduíno, cuja meia-irmã era sua esposa. A irritação do baronato local ao saber que os reis favoreciam Thierry inclinou-o a reduzir seus esforços. O grupo dos que sempre se haviam oposto ao ataque a Damasco ganhou novos conversos. Talvez estivessem secretamente em contato com Unur. Corriam boatos de vastas somas (pagas, é verdade, em moeda que se descobriu ser falsa) passando entre as mãos de Damasco, da Corte de Jerusalém e de Elinando, Príncipe da Galiléia. Unur talvez lhes houvesse prometido que, caso retrocedessem de imediato, ele abandonaria sua aliança com Nur ed-Din. Esse argumento, independentemente de Unur tê-lo usado de fato ou não, sem dúvida levou os nobres do reino a hesitar. Nur ed-Din já se encontrava em Homs, negociando os termos de sua ajuda a Unur e exigindo permissão para que suas tropas entrassem em Damasco. Unur tentava ganhar tempo. O exército franco encontrava-se em uma difícil situação perante a cidade. Não tinha perspectiva de receber reforços, ao passo que em alguns dias os homens de Nur ed-Din poderiam estar em campo. Se chegassem, não só toda a força

---

1 Guilherme de Tiro, XVII, 2-5, pp. 760-7; Ibn al-Qalanisi, pp. 282-6; Abu Shama, pp. 55-9; Usama, ed. Hitti, p. 124.

cruzada poderia ser aniquilada, mas Damasco certamente cairia nas mãos de Nur ed-Din.[1]

Os barões palestinos, agora — tarde demais —, estavam convencidos da loucura que seria prosseguir com a guerra contra Damasco, e insistiram junto aos Reis Conrado e Luís. Os ocidentais ficaram chocados. Não conseguiam compreender os sutis argumentos políticos, mas sabiam que, sem a ajuda dos francos locais, pouco havia a ser feito. Queixaram-se publicamente da deslealdade que haviam encontrado em seu meio e de sua falta de fervor na causa — mas ordenaram a retirada.[2]

Na alvorada da quarta-feira, 28 de julho, o quinto dia após sua chegada diante de Damasco, os cruzados desmontaram seu acampamento e começaram a retornar à Galiléia. O dinheiro de Unur podia ter comprado sua retirada, mas ele não os deixou partir em paz. Durante todo o dia, e nos dias que se seguiram, a cavalaria ligeira turcomana fustigou seus flancos, despejando chuvas de flechas sobre a massa. A estrada ficou apinhada de cadáveres de homens e cavalos, cujo fedor poluiria a planície por vários meses. No princípio de agosto, a grande expedição chegou à Palestina e as tropas locais dispersaram-se. Tudo o que os francos haviam conseguido fora perder muitos homens e grande parte de seu material bélico, além de sofrer uma terrível humilhação. O fato de um exército tão esplêndido haver abandonado seu objetivo após somente quatro dias de luta foi um duro golpe para o prestígio cristão. O mito da invencibilidade dos cavaleiros ocidentais, que se consolidara durante a grande aventura da Primeira Cruzada, ficou seriamente abalado. O mundo islâmico recobrou o ânimo.[3]

O Rei Conrado não permaneceu na Palestina depois da volta de Damasco. Ele e seu séquito tomaram em Acre, em 8 de setembro, um navio com destino a Tessalônica. Ao desembarcar, recebeu um convite premente de Manuel para que passasse o Natal na Corte imperial. Reinava agora a mais perfeita concórdia entre os dois monarcas. Embora seu jovem sobrinho Frederico ainda insistisse em seu rancor contra os bizantinos, culpando-os

---

1 Guilherme de Tiro, XVII, 6, pp. 767-8. Rey, "Les Seigneurs de Barut", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. IV, pp. 14-15, identifica o candidato baronial como Guy de Beirute, com base em *Assisses*, II, p. 458. Miguel, o Sírio (III, p. 276), refere-se ao rumor sobre o dinheiro pago ao Rei Balduíno e a Elinando, que teriam aceitado por receio das ambições de Conrado. Bar Hebraeus (trad. Budge, p. 274) diz não encontrar a história em nenhum autor árabe. Ibn al-Qalanisi (p. 268) conta que os francos ficaram alarmados com a aproximação das tropas islâmicas. Ibn al-Athir (pp. 469-70) afirma com certeza que Unur alertou os francos da chegada de Nur ed-Din e semeou a dissensão entre eles e o rei germânico.

2 Guilherme de Tiro, XVII, 7, pp. 768-70. A tradução francesa insere um ataque à região de Pulani. Conrado joga a culpa sobre a nobreza local. Ver carta em *Wibaldi Epistolae*, pp. 225-6.

3 Guilherme de Tiro, *loc. cit.*; Ibn al-Qalanisi, pp. 286-7.

pelas baixas germânicas na Anatólia, Conrado só estava levando em consideração o valor de uma aliança com Manuel contra Rogério da Sicília. Ademais, fora cativado pelo charme pessoal do imperador e por sua deliciosa hospitalidade. Durante sua visita, o casamento de seu irmão, Henrique da Áustria, com Teodora, sobrinha de Manuel, foi celebrado com toda a pompa. Bizantinos chocados choraram ao ver a jovem e adorável princesa sacrificando-se a tão bárbaro destino — "imolada à besta ocidental", como escreveu um poeta cortesão em simpatia à mãe da moça —, mas as núpcias marcaram a reconciliação definitiva entre as cortes germânica e bizantina. Quando Conrado deixou Constantinopla, em fevereiro de 1149, para regressar à Alemanha, a aliança contra Rogério da Sicília — cujas terras na península itálica, segundo o acordo, seriam divididas — estava firmada.[1]

Enquanto Conrado desfrutava os confortos de Constantinopla, o Rei Luís permanecia na Palestina. O abade Sugério escreveu-lhe vezes sem conta, implorando-lhe que retornasse para a França, mas ele não conseguia decidir-se. Decerto desejava passar uma Páscoa em Jerusalém. Sua volta, ele sabia, seria seguida de um divórcio, com todas as suas conseqüências políticas. Tentou adiar o dia fatídico da partida. Nesse meio tempo, enquanto Conrado renovava sua amizade com Bizâncio, o ressentimento de Luís contra o imperador aumentava cada vez mais. Mudando sua política, o francês procurou a aliança de Rogério da Sicília. Seu desentendimento com Raimundo de Antióquia removera o principal obstáculo a tal aliança, que lhe permitiria saciar seu ódio aos bizantinos. Por fim, no início do verão de 1149, Luís partiu da Palestina em um navio siciliano, que logo se juntou à esquadra que navegava nas águas do Mediterrâneo oriental. A guerra entre a Sicília e Bizâncio ainda estava em andamento, e, enquanto a frota circundava o Peloponeso, foi atacada por navios da marinha bizantina. O Rei Luís rapidamente mandou hastear a bandeira francesa em sua embarcação, recebendo, assim, permissão para prosseguir. No entanto, um navio onde se encontravam muitos de seus sequazes e grande parte de seus bens foi capturado e levado a Constantinopla como troféu de guerra; o imperador levou muitos meses para concordar em remeter os homens e os bens de volta para casa.[2]

---

1 Guilherme de Tiro, XVII, 8, pp. 770-1; Cinnamus, pp. 87-8; *Annales Palidenses*, p. 83; Oto de Saint Blaise, p. 305; Oto de Freisingen, *Gesta Friderici*, p. 96. Há um poema de Prodromo em homenagem ao matrimônio de Teodora em *R.H. C.G.*, II, p. 772, mas ele se refere ao sacrifício da jovem "à besta ocidental" em um poema para a mãe dela, *ibid.*, p. 768.

2 Cinnamus, p. 87; carta de Sugério (*Sugeri Opera*, ed. de la Marche, pp. 258-60); Guilherme de Nangis, I, p. 46. O navio que transportava a Rainha Eleonora foi detido por algum tempo pelos bizantinos (João de Salisbury, *Historia Pontificalis*, p. 61).

Luís aportou na Calábria no fim de julho, sendo recepcionado pelo Rei Rogério em Potenza. O siciliano sugeriu de pronto que se lançasse uma nova Cruzada, com o objetivo primordial de vingar-se de Bizâncio. Luís e seus conselheiros concordaram sem hesitar e partiram para a França, contando a todos os que encontravam sobre a perfídia dos bizantinos e a necessidade de puni-los. O Papa Eugênio, com quem o Rei Luís se encontrou em Tívoli, reagiu com indiferença, mas muitos da Cúria aprovaram o plano com entusiasmo. O Cardeal Teoduíno saiu em busca de pregadores que o promovessem. Pedro, o Venerável, emprestou seu apoio. Quando Luís chegou à França, convenceu Sugério e, o mais importante de todos, S. Bernardo — que, intrigado com os caminhos da Providência que haviam permitido que tão formidável Cruzada encontrasse fim tão lamentável, aceitou com avidez a tese de que fora Bizâncio a causa de todos os seus desastres — e concentrou todas as suas energias na tarefa de incitar a vingança divina contra o maligno império. Para o êxito do movimento, porém, seria necessário o apoio de Conrado da Alemanha — e este não tinha a menor intenção de cooperar. Percebia claramente a influência de seu inimigo, Rogério, e não via por que romper sua aliança com Manuel para reforçar o poder siciliano. O Cardeal Teoduíno e Pedro, o Venerável, apelaram-lhe em vão; debalde S. Bernardo em pessoa procurou-o e trovejou-lhe seus sermões. A última vez que Conrado anuíra aos conselhos do santo fora com relação à Segunda Cruzada, e não voltaria a cair na mesma armadilha. Com a recusa de Conrado, o plano precisou ser abandonado. A grande traição da cristandade, instada por S. Bernardo, seria adiada por mais meio século.[1]

Um único príncipe da Segunda Cruzada permaneceu no Oriente — e sua estada foi involuntária. O jovem Bertrando de Toulouse, o filho bastardo do Conde Afonso, não podia suportar ver a rica herança de Trípoli nas mãos de um primo que ele suspeitava ter assassinado seu pai. Deixou-se ficar na Palestina até a partida do Rei Luís, e em seguida rumou para o norte com seus homens do Languedoc, como se tencionasse embarcar em algum porto do Norte da Síria. Depois de atravessar a planície onde a Buqaia se abre sobre o mar, deu uma súbita guinada para o interior e capturou o castelo de Araima. De lá, desafiou as tropas enviadas de Trípoli pelo Conde Raimundo a desalojá-lo. Seu reduto era muito bem situado, pois comandava as estradas que ligavam Trípoli a Tortosa e ao interior, pela Buqaia. Não encontrando simpatia entre os demais príncipes cristãos, o Conde Raimundo recorreu a

---

1 Para um sumário dessas negociações, ver Bernhardi, *op. cit.*, p. 810, e Vacandard, *op. cit.*, II, pp. 425-8. As cartas de S. Bernardo e Teoduíno advogando uma Cruzada antigrega foram perdidas, mas sua argumentação pode ser encontrada em um carta de Vibaldo (nº 252, *Wibaldi Epistolae*, p. 377).

Unur de Damasco, que respondeu de bom grado e convidou Nur ed-Din a juntar-se a ele na empreitada. Assim, pôde demonstrar sua prontidão a cooperar com Nur ed-Din contra os cristãos sem prejudicar sua tentativa de restaurar suas boas relações com o reino de Jerusalém. De fato, a Rainha Melisende ficaria satisfeita por ele ajudar seu cunhado. Os dois príncipes islâmicos caíram sobre Araima, que não teve condições de resistir por muito tempo contra exército tão vasto. Após saquear todo o castelo, os vencedores muçulmanos arrasaram-no. Em seguida, abandonaram-no para que o Conde Raimundo o reocupasse e retiraram-se com uma longa fila de prisioneiros. Bertrando e sua irmã couberam ao quinhão de Nur ed-Din, que os levou para Alepo — onde passariam doze anos no cativeiro.[1]

Foi um arremate adequado para a Segunda Cruzada: seu último cruzado caiu prisioneiro dos aliados muçulmanos do príncipe cristão que ele tentara despojar. Nenhuma empresa medieval fora iniciada com esperanças mais esplêndidas. Planejada pelo sumo pontífice, pregada e inspirada pela fabulosa eloqüência de S. Bernardo e liderada pelos dois maiores potentados da Europa Ocidental, a expedição fizera grandes promessas para a glória e a salvação da cristandade. Todavia, ao chegar ao seu ignominioso final — na abatida retirada de Damasco —, tudo o que ela conseguira fora azedar as relações entre os cristãos ocidentais e os bizantinos quase a ponto de ruptura, semear desconfianças entre os cruzados recém-chegados e os francos residentes no Oriente, desagregar os príncipes francos ocidentais, congraçar os muçulmanos entre si e causar graves prejuízos à reputação militar franca. Por mais que os franceses tenham se empenhado em jogar a culpa do fiasco em terceiros — no pérfido Imperador Manuel ou nos indiferentes barões palestinos — ou que S. Bernardo haja bradado contra os perversos que interferiram nos desígnios de Deus, o fato é que a ruína da Cruzada foi provocada por seus líderes, com sua truculência, sua ignorância e seus inefazes desatinos.

1 Ibn al-Qalanisi, pp. 287-8; Ibn al-Athir, pp. 470-1; e *Atabegues*, p. 162; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 517. Narram as lendas francas que a irmã de Bertrando teria sido desposada por Nur ed-Din e seria mãe de seu herdeiro, as-Salih (Roberto de Torigny, II, p. 53).

LIVRO IV

A VIRADA DA MARÉ

Capitulo 1

A Vida em Outremer

"Antes, observastes as normas dos povos que vos cercam." EZEQUIEL 11, 12

O fracasso da Segunda Cruzada marcou um momento decisivo na história de Outremer. A queda de Edessa completara o primeiro estágio do renascimento do Islã, e as conquistas islâmicas foram confirmadas pelo deplorável colapso da grande expedição que visava à restauração da supremacia franca.

Entre os principais motivos de tamanho fiasco figurava a diferença de hábitos e perspectivas entre os francos residentes no Oriente e seus primos ocidentais. Foi um choque para os cruzados encontrar na Palestina uma sociedade cujos membros, no decurso de uma geração, haviam alterado seu estilo de vida. Sim, eles falavam um dialeto francês, eram ardorosos adeptos da Igreja latina e seu governo seguia os costumes que chamamos de feudais. Essas similaridades superficiais, porém, só serviram para tornar as divergências mais intrigantes para os recém-chegados.

Caso os colonos fossem mais numerosos, talvez tivessem conseguido ater-se aos seus hábitos ocidentais. Entretanto, eram uma ínfima minoria numa terra cujo clima e modo de vida lhes eram estranhos. Só podemos conjeturar os números reais, mas tudo indica que em momento algum houve mais de mil barões e cavaleiros com residência permanente no reino de Jerusalém. Seus familiares não-combatentes, mulheres e velhos, não podem ter chegado a mais de outro milhar. Muitas crianças nasciam, mas eram poucas as sobreviventes. Isso significa que, fora o clero, que montava a algumas centenas, e os cavaleiros das Ordens Militares, só pode ter havido entre dois e três mil membros adultos das classes francas superiores.[1] A população total

---

1 É quase certo que o grande exército que foi derrotado em Hattin contava 1.200 cavaleiros, dos quais 300 eram templários — com provavelmente quase o mesmo número de hospitalários. Os barões e os cavaleiros leigos não podiam superar os 700, conquanto todos os cavaleiros disponíveis estivessem presentes. Apenas dois permaneceram em Jerusalém. Esse exército incluía alguns cavaleiros de Trípoli ou Antióquia. Certo número de cavaleiros deixara recentemente o reino com Balduíno de Ibelin. Ver abaixo, pp. 391, 398. João de Ibelin estima que, no tempo de Balduíno IV, o reino podia reunir 577 cavaleiros, fora os das ordens, e 5.025 sargentos (Ibelin, pp. 422-7).

das classes cavalheirescas do principado de Antióquia e dos condados de Trípoli e Edessa era provavelmente mais ou menos a mesma.[1] Tais classes permaneceram, de modo geral, puras em termos raciais. Em Edessa e Antióquia, houve alguns matrimônios inter-raciais com as aristocracias grega e armênia locais. Tanto Balduíno I quanto Balduíno II haviam, quando Condes de Edessa, desposado armênias da fé ortodoxa, e sabe-se que alguns de seus nobres seguiram seu exemplo. As esposas de Juscelino e Waleran de Birejik eram armênias da Igreja independente. Mais ao sul, porém, não havia uma aristocracia cristã local; o único elemento oriental era o sangue armênio da família real e da casa de Courtenay — e, posteriormente, os descendentes, reais e de Ibelin, da rainha bizantina Maria Comnena.[2]

A classe dos "sargentos" era mais numerosa. Remontava, em sua origem, à infantaria franca munida de armamentos completos que se estabeleceu nos feudos dos nobres. Não tendo nome de berço a manter, desposaram as cristãs nativas, e, em 1150, começavam a constituir uma classe de *poulains* que já se mesclava aos cristãos nativos. Em 1180, o número de sargentos era estimado em pouco mais de cinco mil, mas não sabemos a proporção remanescente de sangue franco puro. Os "*sodeers*", ou soldados mercenários, provavelmente também reivindicavam alguma descendência franca. Os "*turcópolos*", criados na região e armados e treinados segundo o modelo da cavalaria ligeira bizantina, cujo nome tomaram de empréstimo, eram compostos em parte por cristãos nativos e convertidos e em parte por mestiços. Havia talvez uma diferença entre os mestiços que falavam o idioma de seus pais e os que falavam o de suas mães. Os *turcópolos* provavelmente vinham deste último grupo.[3]

Exceto nas cidades maiores, os colonos eram quase todos de origem francesa, e o idioma falado no reino de Jerusalém e no principado de Antióquia era a *langue d'oeil*, familiar aos franceses do norte e aos normandos. No condado de Trípoli, com sua origem toulousana, provavelmente a *langue d'oc* foi empregada a princípio. O peregrino germânico João de Würzburg, que visitou Jerusalém por volta de 1175, irritou-se ao constatar que seus conterrâneos não desempenhavam papel algum na sociedade franca, conquanto,

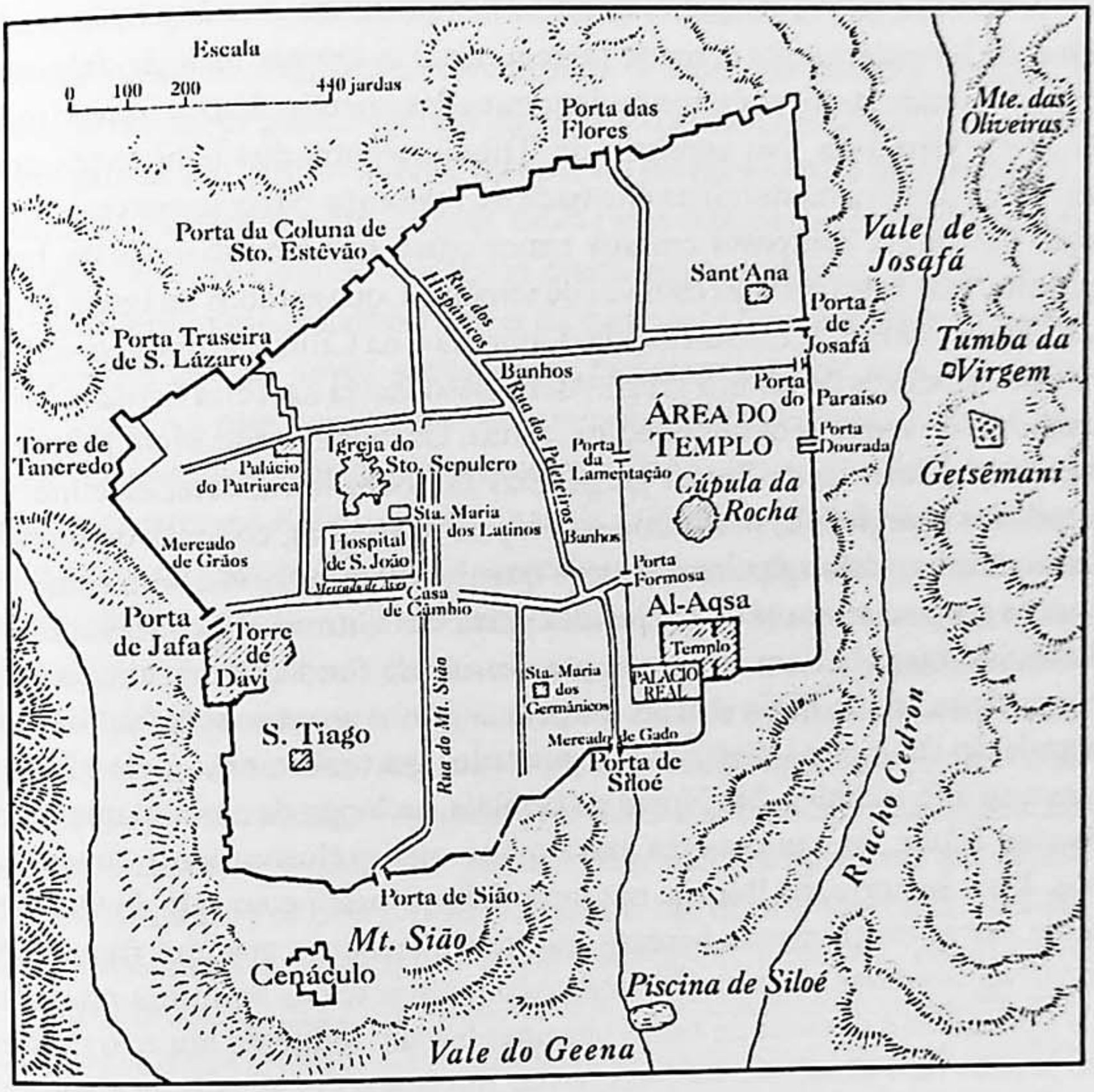
---

1 Os números de Antióquia e Trípoli só podem ser estimados. Edessa provavelmente nunca compreendeu mais de 100 famílias francas nobres e cavalheirescas. O condado de Trípoli continha talvez 200, e Antióquia, uma quantidade consideravelmente maior. Alberto de Aix (XI, 40-1, pp. 182-3) afirma que, em 1111, Turbessel forneceu 100 cavaleiros e Edessa, 200, mas muitos deviam ser armênios.

2 Ver abaixo, árvores genealógicas.

3 Ver La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 160-2; Munro, *The Kingdom of the Crusaders*, pp. 106-7, 120-1.

assinalou, Godofredo e Balduíno I fossem de origem germânica. Ficou encantado quando finalmente encontrou um estabelecimento religioso cujos membros eram exclusivamente alemães.[1]



Mapa 4. Jerusalém sob os Reis Latinos.

As aldeias compreendiam colônias italianas consideráveis. Tanto venezianos quanto genoveses possuíam ruas na própria Jerusalém. Havia estabelecimentos genoveses, garantidos por tratado, em Jafa, Acre, Cesaréia, Arsuf, Tiro, Beirute, Trípoli, Jebail, Latáquia, S. Simão e Antióquia, e venezianos nas maiores dessas cidades. Os pisanos tinham colônias em Tiro, Acre, Trípoli, Botrun, Latáquia e Antióquia; os amalfitanos, em Acre e Latáquia. Eram todas comunas autônomas, cujos cidadãos falavam italiano e não se

1 João de Würzburg (*P.P.T.S.*, vol. V), *passim*.

misturavam socialmente com seus vizinhos. Semelhantes a esses eram os estabelecimentos pertencentes a Marselha em Acre, Jafa, Tiro e Jebail, e a Barcelona em Tiro. Exceto em Acre, nenhuma dessas colônias mercantis montava a mais que algumas centenas de pessoas.[1]

A ampla maioria da população era composta de cristãos nativos. No reino de Jerusalém, eles eram de origem mista e, em sua maioria, falavam o árabe — sendo desleixadamente denominados cristãos árabes, quase todos da Igreja Ortodoxa. No condado de Trípoli, alguns dos habitantes eram membros da seita monotelista chamada de maronita. Mais ao norte, a população nativa era composta em sua maior parte por monofisistas da Igreja Jacobita, mas havia grandes colônias de armênios, quase todos da Igreja Armênia independente, e, em Antióquia, Latáquia e na Cilícia, grupos consideráveis de ortodoxos de idioma grego. Além disso, havia na Terra Santa colônias religiosas de todas as denominações cristãs. Os monastérios eram principalmente ortodoxos e de língua grega, mas também havia estabelecimentos ortodoxos geórgicos e, sobretudo na própria Jerusalém, colônias de monofisistas, tanto coptas egípcios e etíopes quanto jacobitas sírios, bem como uns poucos grupos latinos lá estabelecidos antes das Cruzadas.[2] Muitas comunidades islâmicas haviam emigrado por ocasião da fundação do reino cristão. No entanto, ainda havia aldeias muçulmanas nos arredores de Nablus,[3] e a população de muitos distritos conquistados posteriormente pelos francos ateve-se à fé islâmica. No Norte da Galiléia, ao longo da estrada que ligava Banyas a Acre, os camponeses eram quase que exclusivamente muçulmanos. Mais ao norte, na Buqaia, nas montanhas Nosairi e no vale do Orontes, havia seitas muçulmanas hereges que reconheciam o governo franco.[4] Ao longo da fronteira sul e na Oultrejourdain, havia tribos beduínas nômades. Os massacres e o temor de novas chacinas haviam reduzido muito o número de judeus na Palestina e na Síria cristã. Em sua visita ao país, por volta de 1170, Benjamin de Tudela ficou angustiado ao constatar como suas colônias

---

1 Cahen, "Notes sur l'Histoire des Croisades et de l'Orient latin. III. L'Orient latin et commerce du Levant", *in Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, 29me année, nº 7, assinala que as atividades comerciais dos italianos durante o século XII se concentravam basicamente no Egito e em Constantinopla. Os portos da costa síria tinham para eles muito menos importância.

2 Há poucas evidências diretas da existência de cristãos nativos na Palestina durante o século XII. Ver abaixo, pp. 277-80, e Rey, *Les Colonies Franques*, pp. 75-94. Ver Gerulli, *Etiopi in Palestina*, pp. 8 ss., sobre os coptas e os abissínios.

3 Os muçulmanos próximos a Nablus causaram alvoroço entre os francos depois de Hattin (Abu Shama, p. 302); Ibn Jubayr, ed. Wright, pp. 304-7, sobre os islâmicos dentro e nas cercanias de Acre.

4 Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 170 ss. Burchardo do Mt. Sião faz menção às diversas seitas islâmicas no Norte da Síria (*P.P.T.S*, vol. XII, p. 18).

eram pequenas.[1] Só em Damasco, eram mais numerosos que em todos os Estados cristãos juntos.[2] Em algum momento do século XII, porém, os judeus compraram da Coroa o monopólio da fabricação de corantes; também a manufatura de vidro concentrava-se, em sua maior parte, em suas mãos.[3] Havia uma pequena comunidade samaritana vivendo em Nablus.[4]

Essas várias comunidades constituíam a base dos Estados francos, e seus novos senhores pouco fizeram para perturbá-las. Onde os nativos puderam comprovar seu direito à terra, receberam permissão para mantê-las; não obstante, na Palestina e em Trípoli, salvo pelas propriedades pertencentes às igrejas nativas, os donos das terras eram, em sua maioria, muçulmanos que haviam emigrado em decorrência da conquista franca, deixando vastos territórios em que os novos governantes puderam instalar seus vassalos e compatriotas. Ao que parece, não existiam mais aldeias livres, como havia nos idos do domínio bizantino. Cada comunidade estava vinculada à terra e pagava uma parte de sua produção ao senhor. Entretanto, não havia uniformidade nessa proporção. Na maior parte do país, onde os aldeões praticavam uma agricultura mista simples, o senhor provavelmente esperava uma produção suficiente para alimentar seu círculo doméstico e seus *poulains* e *turcópolos*, que viviam juntos ao redor do castelo — já que o camponês nativo não servia para ser soldado. Nas ricas planícies, a atividade agrícola organizava-se em bases mais comerciais. Pomares, vinhedos e sobretudo plantações de cana-de-açúcar eram explorados pelo senhor, e os camponeses provavelmente trabalhavam por pouco mais que o quinhão de seu suserano. Fora do círculo doméstico do senhor não havia mão-de-obra escrava, conquanto prisioneiros muçulmanos pudessem ser temporariamente empregados nas terras do rei ou dos grandes proprietários. As negociações entre os aldeões e seu senhor eram conduzidas por intermédio de seu líder, às vezes chamado pelo nome árabe de *rais*, outras por uma forma latinizada, *regulus*. Por sua vez, o senhor valia-se de um compatriota como seu feitor ou *drogmanus* (drogomano), um secretário conhecedor do árabe e capaz de manter os registros.[5]

---

1 Benjamin de Tudela, ed. Adler, texto em hebraico, pp. 26-47.
2 *Ibid.*, pp. 47-8.
3 Benjamin de Tudela, ed. Adler, texto em hebraico, p. 35 (monopólio dos corantes em Jerusalém). Os judeus fabricavam vidro em Antióquia e Tiro. *Ibid.*, pp. 26-47.
4 *Ibid.*, pp. 33-4: mil famílias segundo Benjamin, que encontrou outras em Cesaréia e Ascalão.
5 Ver Cahen, "Notes sur l'Histoire des Croisades et de l'Orient latin. II. Le régime rural syrien au temps de la domination franque", *in Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, 29me année, nº 7, um inestimável estudo dessa questão tão obscura.

Embora tenham ocorrido poucas mudanças na vida dos camponeses, o reino de Jerusalém sofreu uma reorganização superficial, seguindo o padrão de propriedades que denominamos "feudal". O domínio régio consistia nas três cidades de Jerusalém, Acre e Nablus, e, mais tarde, da cidade fronteiriça de Daron, bem como do território circundante. Houve uma época em que ocupava uma proporção maior do reino, mas os primeiros reis, e sobretudo a Rainha Melisende, foram pródigos nos presentes que distribuíram, sob a forma de terras, aos amigos, à Igreja e às ordens religiosas. Outras partes podiam ser alienadas temporariamente, como dotes para rainhas viúvas. Os quatro principais feudos do reino eram o condado de Jafa, em geral reservado para um cadete da casa real, o principado da Galiléia, que devia seu nome grandioso à ambição de Tancredo, a senhoria de Sídon e a senhoria da Oultrejourdain. Ao que parece, os encarregados desses feudos dispunham de seus próprios funcionários graduados, em uma estrutura administrativa análoga à do rei. O mesmo valia para o senhor de Cesaréia, cujo feudo era quase tão importante quanto os quatro primeiros, conquanto figurasse entre os doze feudos secundários. A partir do reinado de Balduíno II, a propriedade passou a ser baseada no direito hereditário, admitindo-se a acessão de mulheres em caso de falha da linha sucessória masculina direta. Esses senhores feudais só podiam ser destituídos por decisão da Suprema Corte, em caso de contravenção grave. Por sua vez, deviam ao rei, ou ao seu superior imediato, um número fixo de soldados sempre que estes lhes fossem solicitados, e, ao que tudo indica, não havia limite de tempo para seu serviço. O Conde de Jafa, o Senhor de Sídon e o Príncipe da Galiléia deviam ao rei cem cavaleiros completamente armados, e o Senhor da Oultrejourdain, sessenta.[1]

O tamanho dos feudos era variável. Os feudos seculares haviam sido estabelecidos por conquista e formavam sólidos blocos de terra. Já as propriedades da Igreja e das ordens militares, que se desenvolveram basicamente mediante doações de caridade e testamentárias ou, no caso das ordens, por questões de conveniência estratégica, estavam espalhadas por toda a extensão dos territórios francos. A unidade de medida das propriedades era a aldeia, ou *casal*, ou, muito raramente, metade ou um terço de uma aldeia — embora as aldeias também fossem de tamanhos variados. Em torno de Safed, no Norte da Galiléia, a média parece ter sido de apenas quarenta habitantes homens, mas sabe-se de aldeias maiores nos arredores de Nazaré e outras, menores, nas imediações de Tiro — onde, por outro lado, a densidade geral da população era maior.[2]

---

1 La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 138-65; Rey, *op. cit.*, pp. 1-56, 109-64.
2 Cahen, *op. cit.*, pp. 291-8.

Muitos dos senhores leigos também possuíam feudos monetários — isto é, recebiam uma quantia fixa de determinadas cidades e povoados e em troca forneciam soldados em número proporcional. Tais pagamentos eram hereditários, sendo quase impossível para o rei anulá-los.[1] Como no caso dos feudos de terras, o soberano só podia esperar que o senhor morresse sem herdeiros, ou pelo menos com apenas uma filha, para a qual, como monarca, ele teria o direito de escolher um marido, ou insistir na escolha de um esposo entre três candidatos por ele propostos.[2]

As cidades reais eram obrigadas a apresentar soldados conforme seu grau de prosperidade. Jerusalém devia 61, Nablus, 75, e Acre, 80 homens. Estes, contudo, não eram fornecidos pela burguesia, mas pela nobreza residente na cidade ou por donos de bens imobiliários na região. Os principais eclesiásticos também deviam soldados, conforme os imóveis que possuíssem, fossem terras ou casas. A burguesia fazia sua contribuição para o governo sob a forma de tributos monetários. Cobravam-se impostos regulares sobre os portos e exportações, as vendas e compras, a ancoragem, os peregrinos, o uso de pesos e medidas. Havia também o *terraticum*, tributação das propriedades burguesas sobre a qual pouco se sabe. Além disso, podia haver uma taxa especial a pagar por campanhas específicas. Em 1166, os não-combatentes tiveram de pagar dez por cento sobre o valor de seus bens móveis; em 1183, cobrou-se uma tarifa de um por cento sobre as propriedades e dívidas de toda a população, mais dois por cento da receita das fundações eclesiásticas e do baronato. Além da produção que suas aldeias deviam fornecer, todos os camponeses deviam um imposto de renda pessoal ao seu senhor; e os súditos islâmicos pagavam um dízimo ou *dime* à Igreja. Os hierarcas latinos estavam sempre tentando estender a aplicação do *dime* aos cristãos pertencentes às igrejas heréticas, mas sem sucesso — conquanto tenham levado o Rei Amalrico a recusar uma oferta do príncipe armênio Thoros II de enviar colonos para os distritos despovoados da Palestina por insistirem em que estes deveriam pagar o *dime*.[3] Mesmo com o *dime*, porém, os muçulmanos consideravam o nível de tributação geral mais baixo que sob os senhores islâmicos vizinhos. Os islamitas tampouco eram excluídos de

---

1 La Monte, *op. cit.*, pp. 144-51.

2 O decreto permitindo que a herdeira escolhesse um dos três candidatos sugeridos pelo rei é situado em data posterior a 1177 por Grandclaude, "Liste d'Assises de Jérusalem", *in Mélanges Paul Fournier*; p. 340. Entretanto, Balduíno III ofereceu a Constância de Antióquia a escolha entre três pretendentes em 1150. Ele não poderia, porém, forçá-la a aceitar nenhum dos três (ver abaixo, p. 287).

3 Cahen, *op. cit.*, pp. 299-302. A oferta de Thoros é citada por Ernoul, pp. 27-30.

cargos governamentais inferiores. Assim como os cristãos, podiam ser empregados como inspetores de alfândega e coletores de impostos.[1]

É impossível fazer uma descrição precisa da constituição dos Estados francos porque não houve em momento algum uma organização fixa. A estrutura alfandegária foi sendo desenvolvida ou modificada por meio de pronunciamentos específicos. Quando juristas posteriores produziram compilações tais como o *Livre du Roi* ou os *Assises de Jérusalem*, estavam tentando descobrir onde decisões específicas haviam modificado os costumes aceitos, não instituir um código governamental determinado. Havia variantes locais. O Príncipe de Antióquia e os Condes de Edessa e Trípoli em geral não enfrentavam maiores problemas com seus vassalos. O Rei de Jerusalém encontrava-se em uma situação mais precária. Era o Ungido do Senhor, o líder aceito dos francos no Oriente, sem rival desde que Balduíno I demolira as pretensões do patriarcado. Contudo, enquanto os senhores de Antióquia e Trípoli podiam transmitir seu poder segundo as regras habituais da sucessão hereditária, o cargo do rei era eletivo. A opinião pública podia apoiar uma reivindicação por hereditariedade. Em 1174, Balduíno IV foi aceito sem questionamentos para a sucessão de seu pai, apesar de contar apenas treze anos de idade e ser portador de lepra. Ainda assim, havia necessidade da confirmação por eleição. Às vezes os eleitores impunham suas condições, como quando Amalrico I foi forçado a divorciar-se de sua esposa, Agnes, para que lhe concedessem a coroa. Quando o herdeiro natural era uma mulher, surgiam outras complicações. Seu marido poderia ser eleito rei, mas, ao que parece, seus direitos seriam considerados derivados dos dela. No caso da Rainha Melisende e seu filho, Balduíno III, ninguém sabia ao certo qual era a situação jurídica. O problema constitucional como um todo seria ilustrado de maneira desastrosa após a morte de Balduíno V, em 1186.[2]

O rei localizava-se no topo da pirâmide social, mas não era uma pirâmide alta. Como Ungido do Senhor, dispunha de certo prestígio; era alta traição fazer-lhe algum mal. Presidia a Suprema Corte e era o comandante-em-chefe das forças do reino, além de responsável pela administração central e pela nomeação de seus funcionários mais graduados. Como suserano de seus vassalos, podia impedi-los de alienar suas terras, bem como escolher os maridos de suas herdeiras. Não tendo nenhum superior a considerar, podia fazer doações de seus próprios domínios como bem entendesse — mas, como seus nobres ao disporem de suas terras, em geral associava sua esposa e filhos na doação, para prevenir futuras reivindicações sobre o dote da viúva ou a

---

1 Ibn Jubayr, ed. Wright, p. 305.

2 La Monte, *op. cit.*, pp. 87-137, *passim*. Ver acima, p. 204, e abaixo, pp. 289-90, 380-1.

herança dos filhos. Todavia, o poder real ia somente até esse ponto. As fontes de receita do soberano eram restritas, e acabavam sendo reduzidas por presentes excessivamente generosos. O rei estava sempre sem dinheiro. Embora estivesse à frente do reino, tinha de submeter-se à sua lei, tal como representada pela Suprema Corte. Esta era composta pelos tententes-em-chefe do reino, os senhores que deviam lealdade direta à Coroa. Os principais eclesiásticos tomavam parte devido às suas propriedades imóveis, e as comunidades estrangeiras que possuíam terras no reino, como os venezianos ou os genoveses, enviavam seus representantes. Visitantes ilustres podiam ser convidados a participar, mas não faziam parte da Corte nem tinham direito de voto.[1]

A Suprema Corte era fundamentalmente um tribunal de justiça. Como tal, tinha duas funções centrais: primeiro, elucidar o que dispunha a legislação acerca de temas específicos — ou seja, passava leis, pois cada *assise* (em teoria, uma mera declaração da lei) era, na verdade, a definição de uma nova norma. Segundo, ela julgava aqueles de seus membros que eram acusados de algum crime e avaliava as queixas que pudessem fazer uns dos outros. O julgamento pelos pares era uma característica crucial dos costumes francos, e o rei figurava, entre seus tenentes-em-chefe, como *primus inter pares* — seu presidente, mas não seu superior. A tese que embasava tal ordem era a de que o reino fora conquistado não por um rei, mas por uma companhia de pares, que só mais tarde elegeram seu soberano. Essa teoria justificava a eleição dos reis pela Corte — e, em caso de menoridade ou cativeiro do monarca, também do regente ou *bailli*. A Suprema Corte também era consultada em questões genéricas de política — um desenvolvimento inevitável, visto que, sem a cooperação de seus vassalos, o rei dificilmente conseguiria levá-la a cabo. Em 1166, a Suprema Corte foi ampliada, passando a compreender os vassalos inferiores, como parte do plano de Amalrico I para obter apoio para a Coroa contra seus principais vassalos. Em 1162, ele havia obrigado a entidade a aprovar um *assise* permitindo que os vassalos inferiores apelassem na Suprema Corte contra seus senhores; caso o suserano em questão se recusasse a responder às intimações, seus tenentes poderiam colocar-se sob a Coroa. Embora tal lei munisse o rei de uma arma útil contra a nobreza, em longo prazo só fez incrementar o poder da Suprema Corte, podendo ser usada contra o monarca. Ao que tudo indica, a Corte ouvia os casos com cuidado e atenção, muito embora o resultado do julgamento por combate fosse aceito como prova. A instituição não tinha assento fixo, mas podia ser convocada pelo rei onde fosse conveniente. Durante o Primeiro

1 *Ibid.*, pp. 87-104.

Reinado, reunia-se geralmente em Jerusalém ou em Acre. Os nobres, em seu anseio por comparecer, começaram a negligenciar seus feudos e a estabelecer residência em uma das duas cidades.[1] Seu poder como corpo coletivo, porém, era atenuado pelas constantes disputas e contendas entre as famílias, que foram se intensificando e complicando com o passar do tempo e à medida que praticamente todas as casas nobres passaram a estar interligadas pelos laços matrimoniais interfamiliares.

De acordo com o princípio do julgamento pelos pares, os colonos francos que não eram nobres dispunham de suas próprias *cours de bourgeois*. Essas Cortes Burguesas eram encontradas em todas as grandes concentrações urbanas. Seu presidente era sempre o visconde da cidade. Havia doze jurados em cada tribunal, escolhidos pelo senhor entre seus súditos latinos nascidos livres. Agiam como juízes, embora um litigante pudesse contratar um deles como conselheiro. Nesse caso, o jurado-conselheiro não tomava parte do veredicto. Os jurados também eram chamados a servir como testemunhas de todas as escrituras ou decretos do tribunal. Ao contrário da prática vigente na Suprema Corte, todos os procedimentos eram minuciosamente registrados. As Cortes Burguesas reuniam-se sempre às segundas, quartas e sextas-feiras, exceto nas datas festivas. As querelas entre nobres e burgueses eram julgadas pela Corte Burguesa, que admitia o ordálio por combate e pela água.[2]

As comunidades nativas a princípio contavam com seus próprios tribunais para pequenas causas, presididos pelo líder local — este, por sua vez, indicado pelo visconde, conforme o direito consuetudinário. No entanto, durante o reinado de Amalrico I instituiu-se uma *Cour de la Fonde* para cada uma das 23 principais cidades mercantis, com a atribuição de cuidar de todas as questões comerciais e julgar todos os casos, inclusive de cunho criminal, que envolvessem a população nativa. Suas atividades eram dirigidas por um *bailli* (nomeado pelo senhor local) e seis jurados — dois francos e quatro nativos. Os litigantes nativos faziam seus juramentos sobre seus respectivos livros sagrados. Os muçulmanos podiam usar o Alcorão — e os visitantes islâmicos admiravam a correção dos procedimentos. A *Cour de la Fonde* registrava as vendas e as doações de todas as propriedades que não pertencessem ao rei, além de responsabilizar-se pela coleta dos impostos sobre compras. Havia também um direito de apelação à Corte Burguesa cujos procedimentos gerais eram reproduzidos na *Cour de la Fonde*. Amalrico instituiu

---

1 *Ibid.*, pp. 106-13. Usama fornece exemplos de julgamentos por combate singular e por água (ed. Hitti, pp. 167-9).

2 La Monte, *op. cit.*, pp. 105-8.

ainda uma *Cour de la Chaine* em todas as cidades marítimas, para cobrir os casos relacionados com a navegação e encarregar-se do registro das tarifas alfandegárias e de ancoragem. Seus jurados eram mercadores e marinheiros. Ademais, as comunidades comerciais italianas e provençais contavam com seus próprios tribunais consulares, para o julgamento de suas questões internas. Os principais feudatários dispunham de seus próprios tribunais baroniais (22 deles no total, além de quatro para os domínios do rei), que cuidavam das disputas entre os cavaleiros seus vassalos. Cada uma dessas instituições possuía sua esfera claramente definida; quando, porém, um caso envolvia litigantes de diferentes níveis hierárquicos, era julgado no tribunal apropriado ao inferior.[1]

Em virtude do conceito medieval de lei, que exigia uma legislação específica apenas quando houvesse necessidade de definir determinado ponto, a atividade legislativa do governo parece arbitrária e caprichosa. Das leis constantes dos *Assises de Jérusalem*, compilados no século XIII, é provável que seis remontassem à época do Duque Godofredo e outras dezenove — das quais é difícil datar onze com precisão —, do período até 1187.[2]

A administração estava nas mãos dos funcionários mais graduados da corte, escolhidos entre os tenentes-em-chefe do reino. O primeiro em precedência era o senescal. Como mestre-de-cerimônias, carregava o cetro diante do rei na coroação e era o chefe da casa civil. Em particular, era o encarregado do tesouro — o *Secrète*, órgão ao qual eram pagas as somas devidas à Coroa e de onde se pagavam os salários, e que mantinha um registro de todas as transações financeiras em que houvesse participação do governo. O *Secrète* era uma repartição de organização não muito rígida, que os francos copiaram dos árabes — que, por sua vez, a haviam tomado dos bizantinos. Após o senescal vinha o comissário, cujo poder efetivo era maior. Era o líder do exército, abaixo do rei, sendo responsável por toda a sua organização e administração. Na coroação, carregava o estandarte real e incumbia-se do cavalo do rei, o que se tornava sua prerrogativa. Era o responsável pelo abastecimento dos soldados e pela justiça militar. Os mercenários, quando contratados pelo rei ou por um nobre, ficavam sob sua jurisdição especial, e ele providenciava seu pagamento adequado. Caso nem o rei nem seu *bailli* tomassem parte de uma campanha, era ele quem detinha o absoluto con-

---

1 *Ibid.*, pp. 108-9.

2 Grandclaude, *op. cit.*, pp. 322 ss., enumera os decretos que podem ser datados do período 1099-1187. Ele atribui seis ao governo de Godofredo e onze aos reis de Balduíno I a Balduíno IV (embora um deles, determinando a venda de feudos sem herdeiros para pagar o resgate do rei, e que ele considera subseqüente à captura de Guy em Hattin, possa referir-se ao cativeiro de Balduíno II). Há ainda oito que não podem ser datados com exatidão.

trole da expedição. Era assistido pelo marechal, seu lugar-tenente em tudo. O camarista era encarregado das finanças e da vida particulares do rei. Nos cerimoniais, era o principal assistente (*Lord-in-Waiting*). Era uma função bastante lucrativa, já que os vassalos, ao prestarem suas homenagens, deviam oferecer-lhe um presente. Certas terras eram designadas para seu cargo, mas, em 1179, o Camarista João de Bellesme vendeu-as sem aparentemente ofender o rei. As atribuições do mordomo são desconhecidas. É provável que fossem apenas cerimoniais. O chanceler, como no Ocidente, era sempre um eclesiástico — mas não, ao contrário do que costumava ocorrer na Europa, o capelão real. Como chefe da chancelaria, sua tarefa era redigir e registrar todos os decretos e marcá-los com o selo real. A chancelaria era um órgão de registros. Uma vez que não havia justiça real nem lei comum, nunca era preciso que expedisse mandados nem convocasse seu próprio tribunal. Ao que tudo indica, seus registros eram bem mantidos, conquanto poucos tenham sobrevivido. Seu idioma, no século XII, era o latim. A datação fazia-se tanto pelo *anno Domini* quanto pela Indicação Romana, com por vezes o acréscimo do ano do reinado ou do ano a partir da captura de Jerusalém. O ano começava no Natal. Os reis numeravam-se a partir de Balduíno I, independentemente de seus nomes. Seu título, a princípio, não seguia uma fórmula fixa, mas acabou sendo padronizado como "per Dei gratiam in sancta civitate Jerusalem Latinorum Rex".[1]

O principal funcionário local era o visconde, que representava o rei nas cidades reais e, nas baroniais, o senhor. Coletava os impostos locais e transferia-os para o tesouro, depois de reservar o necessário para as despesas do governo local. Era o responsável pelos tribunais de justiça locais e pela manutenção da ordem geral em sua cidade. Embora fosse escolhido de uma família nobre, seu cargo não era hereditário. Seu segundo em comando era conhecido pelo nome árabe *mathesep*, ou por vezes Mestre-Sargento, que originalmente fora o encarregado das regulamentações comerciais.[2]

O Rei de Jerusalém reivindicava a suserania sobre todos os Estados francos e julgava-se no direito de exigir que seus governantes lhe enviassem tropas para reforçá-lo em suas expedições. Na verdade, a suserania existia somente quando o rei era forte o bastante para impô-la, e mesmo em teoria nem Antióquia nem Trípoli eram consideradas parte do reino. Os primeiros reis conquistaram uma suserania pessoal sobre Trípoli. O Conde Bertrando prestou homenagem a Balduíno I por suas terras em 1109. O Conde Pons tentou renunciar à sua lealdade a Balduíno II em 1122, mas foi forçado a

1 La Monte, *op. cit.*, pp. 114-37, o melhor sumário das funções dos funcionários do Estado.
2 *Ibid.*, pp. 135-6, 167-8.

submeter-se por sua própria Suprema Corte. Em 1131, recusou-se a permitir que o Rei Fulco atravessasse suas terras, mas foi punido pelo rei e novamente compelido a sujeitar-se. Entre 1164 e 1171 o Rei Amalrico foi regente de Trípoli para o Conde Raimundo III, ainda criança, mas provavelmente por ser o mais próximo parente homem do menino, não por ser seu senhor. Raimundo III, ao crescer, jamais reconheceu tal suserania, muito embora fosse vassalo do rei no tocante ao principado de sua esposa na Galiléia. Durante a campanha de 1187, da qual tomou parte como Príncipe da Galiléia, seu condado de Trípoli declarou-se neutro. Com o condado de Edessa, o rei tinha um vínculo pessoal. Balduíno I, ao indicar Balduíno II para suceder-lhe em Edessa, recebeu seu juramento de vassalagem, e Balduíno II seguiu seu exemplo ao transmiti-lo a Juscelino de Courtenay. Entretanto, no fim de sua vida Juscelino reconheceu também o Príncipe de Antióquia como seu suserano. Antióquia era outro caso, já que Boemundo I não admitira ninguém como seu suserano; tampouco os regentes Tancredo e Rogério, ambos indicados pela Suprema Corte do principado, o fizeram. Balduíno II serviu como regente para Boemundo II de 1119 a 1126, mas, ao que parece, não por direito legal, mas a convite da Suprema Corte. Voltou a ser convidado em 1131, com a justificativa adicional de que era avô da jovem Princesa Constância, cujos interesses, no entender da Corte, eram ameaçados por sua mãe, Alice. Após a morte do rei, quando Alice mais uma vez tentou tomar o poder, a Suprema Corte convidou o Rei Fulco a assumir a regência em seu lugar. Também aqui, porém, o rei era o parente do sexo masculino mais próximo da jovem princesa, como marido de sua tia. Caso houvesse no Oriente algum membro homem da casa de Hauteville, teria sido ele o eleito. Analogamente, quando o rei escolheu um marido para a princesa, agiu a pedido da Suprema Corte, não como suserano. Balduíno II pedira ao Rei da França que selecionasse um esposo para sua herdeira, Melisende, sem nenhuma insinuação de que aceitasse a suserania francesa. Quando precisou eleger um segundo marido, Constância fez sua própria escolha, como princesa soberana. Se ela pediu a permissão do Rei Balduíno III foi porque seu eleito, Reinaldo, era vassalo de Jerusalém. Em 1160, os antioquenos convidaram Balduíno II para assumir a regência, mas mais uma vez o rei era o parente do sexo masculino mais próximo do jovem príncipe. A situação jurídica nunca ficou definida com clareza. Provavelmente o Príncipe de Antióquia considerava o Rei de Jerusalém mais venerável, mas não seu superior.[1]

---

1 La Monte, *op. cit.*, pp. 187-202. Ver também Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 436-7. Boemundo II era, contudo, vassalo de Amalrico I por conta de um feudo monetário que possuía em Acre.

Antióquia também diferia de Trípoli e Edessa em seu sistema governamental. Sobre os edessenos sabemos pouco. Os decretos que devem ter sido emitidos pelo conde foram perdidos. Presume-se que ele contasse com um tribunal de vassalos, como todo grande senhor feudal, mas a situação do condado como posto avançado da cristandade impedia todo e qualquer desenvolvimento constitucional. Seu estilo de vida era mais próximo daquele dos emires turcos que o rodeavam. Os colonos francos eram poucos, e os grandes feudos não eram muitos. O conde dependia em grande parte de servidores armênios, treinados nos métodos bizantinos. O estado de guerra quase permanente levava-o a agir de forma mais autocrática do que se consideraria aceitável em uma terra mais tranqüila. A constituição do condado de Trípoli, ao que tudo indica, era similar à de Jerusalém. O conde possuía sua Suprema Corte, a cujas determinações obedecia. Seu título, porém, era hereditário, não eletivo, e seus domínios pessoais eram muito maiores que os de qualquer um de seus vassalos. Exceto por uma ou duas questões mais graves de política, como quando Pons desafiou o Rei de Jerusalém, o conde teve poucos problemas com seus barões — os quais, com a exceção dos senhores genoveses de Jebail, descendiam dos vassalos toulousanos de seus ancestrais. Os principais funcionários da corte ostentavam os mesmos títulos e funções dos de Jerusalém. As cidades, analogamente, eram administradas por viscondes.[1]

No principado de Antióquia, as instituições guardavam uma aparente semelhança com as do reino de Jerusalém. Havia uma Suprema Corte e uma Corte Burguesa, além dos mesmos altos funcionários. Antióquia contava com seus próprios *assises*, mas seu teor geral estava em conformidade com o dos *assises* de Jerusalém. Sob a superfície havia, porém, inúmeras diferenças. O título do príncipe era hereditário, e a Suprema Corte só intervinha para nomear um regente caso necessário. O príncipe desde o início reservou para si as maiores cidades do principado, bem como grande parte de suas terras — e evitava fazer doações de território, exceto nas regiões de fronteira. Dava preferência ao feudo monetário. Há indícios de que os jurados da Suprema Corte eram indicados pelo príncipe e de que seus representantes pessoais controlavam as Cortes Burguesas. Para a administração das cidades e o domínio principesco, tomou-se de empréstimo o sistema bizantino, com sua burocracia competente e seus instrumentos cautelosos para a elevação dos impostos. Antióquia, Latáquia e Jabala possuíam cada qual seu duque, totalmente responsável pela municipalidade. Era nomeado pelo príncipe e podia ser exonerado ao seu

1 La Monte, *op. cit.*, *loc. cit.*; Richard, *Le Comté de Tripoli*, pp. 30-43.

bel-prazer; durante seu período no cargo, porém, ganhava um assento na Suprema Corte. Os Duques de Latáquia e Jabala com freqüência eram escolhidos entre a população nativa. O Duque de Antióquia era de nascimento franco nobre, mas contava com o auxílio de um visconde, que podia ser um nativo. Assim como seus primos sicilianos, os Príncipes de Antióquia fortaleceram-se contra a nobreza lançando mão de funcionários nativos, inteiramente dependentes do favor do príncipe. Os francos haviam encontrado em Antióquia uma sociedade local bem qualificada, de origem grega, síria e armênia, sobrevivente dos tempos bizantinos. Um controle ainda maior da Suprema Corte foi garantido pela nomeação de jurados, como nas Cortes Burguesas, para decidir questões de cunho exclusivamente jurídico. Os príncipes herdaram o sistema bizantino de avaliação e coleta de impostos; seu *Secrète* dispunha de sua própria burocracia e não dependia de cortes locais para a obtenção de receita, como em Jerusalém. Dirigiam a política sem grande consideração pela Suprema Corte, e firmavam seus próprios tratados com potências estrangeiras. A organização geral do principado era mais coesa e eficaz que a dos demais Estados francos. Não fosse pelas guerras constantes, pelo aprisionamento de alguns príncipes cativos e pela substituição da dinastia normanda por outra francesa, Antióquia poderia ter desenvolvido um governo tão eficiente quanto o da Sicília.[1]

A peculiaridade da situação de Antióquia era reforçada por sua relação especial com Bizâncio. De acordo com a teoria bizantina, o imperador era o líder da comunidade cristã. Conquanto nunca tenha feito nenhuma tentativa de impor sua suserania aos monarcas ocidentais, ele considerava a cristandade oriental sua esfera particular de ação. Os cristãos ortodoxos submetidos ao califado estavam sob sua proteção, e suas obrigações para com eles eram reconhecidas pelos muçulmanos. O imperador não tencionava abdicar de seus deveres em virtude da conquista franca. Entretanto, havia uma diferença entre Antióquia e Edessa, por um lado, e Jerusalém e Trípoli, de outro. Estes dois últimos países não faziam mais parte do império desde o século VII; já os dois primeiros haviam sido províncias imperiais ainda no governo de Aleixo I. Este, ao induzir os líderes da Primeira Cruzada a prestar-lhe homenagem, traçou uma distinção entre antigos territórios imperiais, como Antióquia (que deveriam ser-lhe restituídos), e outras conquistas — sobre as quais reivindicava apenas uma suserania indefinida. Os cruzados não honraram seus votos, e Aleixo não teve condições de

1 Cahen, *op. cit.*, pp. 435 ss. — uma descrição completa da constituição antioquena e seu desenvolvimento.

submetê-los. A política bizantina sempre primou pelo realismo. Após a vitória sobre Boemundo, Aleixo modificou suas exigências. Mediante o Tratado de Devol, permitiu que a dinastia normanda governasse Antióquia — embora exclusivamente como seus vassalos — e demandou certas salvaguardas, como a instalação de um grego no patriarcado. Era nesse tratado que os bizantinos baseavam suas reivindicações, mas os francos ignoraram-no. Parece que a alegação da opinião pública franca era que de fato Boemundo se comportara mal em relação ao imperador, mas este pusera seu caso a perder ao deixar de comparecer pessoalmente na cidade. Quando, no entanto, um imperador se apresentou em pessoa, seus direitos foram reconhecidos. Ou seja, a julgar pelo conselho do Rei Fulco em 1137, a exigência bizantina de suserania era julgada consistente em termos jurídicos quando o imperador se mostrava em condições de impô-la. Caso ele optasse por não fazê-lo, sua reivindicação podia ser desconsiderada. Houve algumas poucas outras ocasiões em que o imperador foi tratado como senhor, como quando a Princesa Constância recorreu a Manuel para indicar-lhe um marido. Como a sugestão dele não lhe agradou, porém, foi ignorada. A suserania imperial, pois, era intermitente e não constituía um fardo pesado; ainda assim, era uma fonte de constrangimento para os Príncipes de Antióquia e seus juristas, além de constituir uma limitação potencial para a independência soberana do príncipe.

O Conde de Edessa reconheceu a suserania imperial em 1137, mas Edessa era mais afastada da fronteira do império e a questão era menos urgente. A opinião franca aprovou a venda pela Condessa de Edessa do restante das terras edessenas para o imperador, em 1150 — mas isso por serem obviamente indefensáveis contra as investidas islâmicas. Raimundo de Toulouse prontificara-se a admitir a suserania imperial, e seu filho, Bertrando, prestou homenagem a Aleixo por seu futuro condado em 1109. Raimundo II repetiu a homenagem ao Imperador João, em 1137. Raimundo III, mesmo tendo atacado Bizâncio em 1151, recebeu auxílio bizantino em 1163, o que pode ter sido um gesto de Manuel para demonstrar seu domínio. Por outro lado, a homenagem talvez se restringisse a Tortosa e adjacências, que tradicionalmente pertenciam ao território de Antióquia, como parte do feudo de Latáquia.

Com o reino de Jerusalém, as relações legais de Bizâncio eram ainda menos precisas. Balduíno III prestou homenagem ao Imperador Manuel em Antióquia em 1158; e Amalrico visitou Constantinopla como vassalo — conquanto um vassalo extremamente honrado — em 1171. Uma vez que tanto Balduíno quanto Amalrico consideravam a amizade bizantina essencial para suas políticas, dispuseram-se a fazer concessões. Ao que tudo indica, toda-

via, seus juristas nunca consideraram tal vassalagem como mais que um expediente temporário.[1]

Se o Rei de Jerusalém tinha algum senhor, era o papa. A Primeira Cruzada previa um Estado teocrático na Palestina, e caso Ademar de Le Puy tivesse vivido mais, é provável que se desenvolvesse uma organização nesses moldes. Deve ter sido essa idéia que impediu Godofredo de aceitar uma coroa real. O sucessor de Ademar, Dagoberto, vislumbrava um Estado controlado pelo Patriarca de Jerusalém. Balduíno I opôs-se-lhe ao assumir a coroa e lançar mão de seus inimigos dentro da Igreja. Naturalmente, o papado não aprovaria um patriarcado todo-poderoso em Jerusalém, visto que, graças à sua situação especial e riqueza crescente, poderia sublevar-se e tornar-se um equivalente oriental de Roma — como Dagoberto desejava. Dessa forma, foi fácil para o rei jogar o papa contra o patriarca. Tradicionalmente, era obrigado a prestar homenagem ao patriarca na cerimônia de coroação, mas era junto ao papado que buscava confirmação para seu título. A vassalagem era pouco mais que nominal, e não mais estrita que a reivindicada pelos pontífices sobre os reinos hispânicos; não obstante, era útil para o reino, pois os papas sentiam-se responsáveis pelo abastecimento da Terra Santa com homens e dinheiro e por prestar-lhe auxílio diplomático sempre que necessário. Também se podia recorrer ao papado para defender-se do patriarca e exercer algum controle sobre as ordens militares. Por outro lado, o papa podia ficar do lado destas contra o rei, e não raro intervinha quando o rei tentava impor algum tipo de restrição às cidades mercantis italianas.[2]

A Igreja, no reino, encontrava-se sob o comando do Patriarca de Jerusalém — que, após os problemas iniciais causados pela ambição de Dagoberto, se converteu de fato em um servo da Coroa. O patriarca era eleito pelo Capítulo do Santo Sepulcro, que indicava dois candidatos, dos quais o rei selecionava um. Sob o patriarca havia os quatro arcebispos de Tiro, Cesaréia, Nazaré e Rabboth-Moab, além de nove bispos, nove abades mitrados e cinco priores. Determinadas outras abadias, porém, dependiam diretamente do pontificado, assim como as ordens militares. A Igreja palestina era imensamente rica em terras e feudos monetários. Seus principais eclesiásticos em geral contavam com um serviço de sargentos, não de cavaleiros. O patriarca e o Capítulo do Santo Sepulcro possuíam cada um quinhentos sargentos; o Bispo de Belém, duzentos; o Arcebispo de Tiro, cento e cinqüenta — assim

---

1 Cahen, *op. cit.*, pp. 437-8, sobre as relações entre Antióquia e Bizâncio. Richard, *op. cit.*, pp. 26-30, sobre as de Trípoli e Bizâncio. Acerca de toda a questão das pretensões bizantinas em relação aos Estados cruzados, ver La Monte, "To what extent was the Byzantine Empire the Suzerain of the Crusading States?", *in Byzantion*, vol. VII. Ver também abaixo, p. 337.

2 La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 203-16.

como os abades de Sta. Maria Josafá e do Monte Sião. O Convento de Betânia, fundado pela Rainha Melisende para sua irmã, possuía toda a cidade de Jericó. Ademais, o patriarcado e muitas outras abadias célebres foram brindados com vastas propriedades por toda a Europa Ocidental, cujas receitas eram remetidas para a Palestina. A Igreja possuía tribunais próprios, para lidar com casos relacionados com heresias e disciplina religiosa, matrimônio — aí incluindo-se divórcio e adultério — e testamentos. Seguiam as regras e procedimentos usuais dos Tribunais de Direito Canônico do Ocidente.[1]

Em termos eclesiásticos, os territórios de Antióquia, Trípoli e Edessa eram subordinados ao Patriarca de Antióquia. A delineação das esferas de atuação do patriarca provocara dificuldades, pois tradicionalmente Tiro lhe cabia, muito embora pertencesse, por conquista, ao reino de Jerusalém. Pascoal II ordenou a transferência de Tiro, com seus episcopados dependentes de Acre, Sídon e Beirute, para Jerusalém — o que foi feito, de acordo com a realidade política vigente. As tentativas dos Patriarcas de Jerusalém de obter jurisdição sobre os três episcopados tripolitanos de Trípoli, Tortosa e Jabala fracassaram, a despeito do apoio intermitente do papado. Há evidências de que Raimundo de Toulouse desejava uma Igreja autônoma em seu futuro condado; seus sucessores, porém, submeteram-se à suserania eclesiástica de Antióquia — que não os oprimia, pois não interferia na nomeação dos bispos.

Assim como seu irmão de Jerusalém, o Patriarca de Antióquia era eleito pelo Capítulo, mas, na verdade, indicado pelo governante secular, que também providenciava sua deposição quando era o caso. Sabemos que determinados príncipes prestaram homenagem ao patriarca em sua coroação, mas isso provavelmente ocorreu em circunstâncias excepcionais. Sob o patriarca estavam os Arcebispos de Albara, Tarso e Manistra, bem como o de Edessa. O arcebispado de Turbessel foi instituído num momento posterior, com o título oficial de Hierápolis (Menbij). O número de sés variava conforme as circunstâncias políticas. Havia nove abadias latinas e dois priorados. Os principais estabelecimentos monásticos eram os de S. Paulo e S. Jorge, de onde os beneditinos, ao que parece, expulsaram os monges gregos, e o de S. Simão, onde os dois ritos coexistiam lado a lado. A Igreja antioquena não era tão próspera quanto a de Jerusalém; de fato, muitos estabelecimentos palestinos possuíam propriedades no principado.[2]

Muito antes do fim do século XII, a Igreja secular nos Estados francos já fora completamente eclipsada pelas ordens militares. Desde a sua fundação,

---

1 La Monte, *op. cit.*, pp. 215-16; Rey, *op. cit.*, pp. 268-9.
2 Cahen, *op. cit.*, pp. 501-10.

apresentaram um crescimento ininterrupto, tanto em número quanto em riqueza; em 1187 já eram as maiores proprietárias de terras de Outremer. Os presentes e as aquisições permitiam-lhes aumentar suas propriedades de forma contínua. Muitos nobres palestinos engrossavam suas fileiras, e os recrutas chegavam do Ocidente sem cessar. Essas organizações respondiam a uma necessidade emocional de seu tempo, quando muitos ansiavam por assumir a vida religiosa, mas desejavam permanecer ativos e guerrear pela Fé. Ademais, também respondiam a uma necessidade política. Outremer sofria com uma carência perpétua de soldados. A estrutura feudal era demasiado dependente de que as circunstâncias da vida familiar nas casas nobres proporcionassem substitutos para os homens mortos em batalhas ou por doença. Os cruzados visitantes lutavam por uma ou duas estações, mas depois voltavam para casa. As ordens militares produziam um fluxo constante de soldados profissionais dedicados, que nada custavam ao rei e eram, ainda por cima, ricos o suficiente para construir e manter castelos em uma escala com que poucos senhores seculares poderiam arcar. Sem sua assistência, os Estados cruzados teriam perecido muito antes. De seus números efetivos possuímos apenas indícios incidentais. Os hospitalários enviaram quinhentos cavaleiros, com um número proporcional em outros escalões, para a campanha egípcia de 1158; os templários que tomaram parte da campanha de 1187 contavam cerca de trezentos. Em ambos os casos, tais números provavelmente representavam os cavaleiros apenas do reino de Jerusalém, e certo contingente deve ter sido reservado para missões defensivas. Das duas ordens, os hospitalários eram provavelmente a maior e a mais rica; entretanto, ainda se ocupavam ativamente de obras de caridade. Seu albergue em Jerusalém podia acolher mil peregrinos, e a ordem mantinha um hospital para os enfermos necessitados que sobreviveram à conquista sarracena. Distribuíam esmolas entre os pobres todos os dias, com uma generosidade que assombrava os visitantes. Tanto eles quanto os templários policiavam as rotas de peregrinação, tomando particular cuidado com os locais sagrados de banho no Jordão. Os templários também davam esmolas, mas com menos prodigalidade que os hospitalários. Sua atenção concentrava-se de modo mais exclusivo nas funções militares. Eram famosos por sua coragem no ataque; consideravam-se especialistas em guerra ofensiva. Também dedicavam-se às atividades bancárias, e não tardaram em converter-se em agentes financeiros dos cruzados visitantes. Posteriormente, tornar-se-iam impopulares pela suspeita de estranhos ritos esotéricos, mas nem assim reduziu-se a estima universal de que gozavam por sua bravura e cavalheirismo.[1]

---

1 Para obter referências sobre as ordens, ver acima, p. 142, n. 1.

Os benefícios proporcionados pelas ordens militares eram contrabalançados por grandes desvantagens. O rei não tinha sobre elas nenhum controle, visto que seu suserano era o papa. As terras que lhes eram dadas eram mantidas em regime de *mortmain*,[1] e não deviam serviço algum. Recusavam-se a deixar que seus responsáveis pagassem o *dime* devido à Igreja. Os cavaleiros lutavam com os exércitos reais como meros aliados voluntários. Ocasionalmente, o rei ou algum senhor colocavam um castelo sob seu controle temporário, ou pediam-lhes que servissem de curadores para algum menor de idade. Nesses casos, deviam prestar os serviços cabíveis. Os Grão-Mestres ou seus delegados tinham assento na Suprema Corte do reino, e seus representantes, nas Supremas Cortes do Príncipe de Antióquia e do Conde de Trípoli. Os conselhos que lá davam, porém, podiam ser verdadeiramente irresponsáveis. Caso desaprovassem a política oficial, podiam recusar-se a cooperar, como quando os templários boicotaram a expedição ao Egito em 1158. A eterna rivalidade entre as duas ordens era um perigo constante. Dificilmente se conseguia induzi-las a lutar lado a lado na mesma campanha. Cada ordem seguia sua própria linha diplomática, independente da política oficial do reino. Encontramos as duas ordens assinando seus respectivos tratados com governantes islâmicos — e a história das negociações com os Assassinos em 1172 comprova não só a prontidão dos templários para prejudicar um arranjo obviamente positivo em prol de suas vantagens financeiras, como também seu franco desdém pela autoridade dos tribunais reais. Os hospitalários sempre foram mais moderados e altruístas, mas mesmo em seu caso os interesses da ordem tinham precedência sobre os do reino.

Ocorria um equilíbrio similar de prós e contras nas relações entre os Estados francos e as cidades mercantis italianas e provençais.[2] Os colonos francos eram soldados, não marinheiros. Tanto Trípoli quanto Antióquia mais tarde desenvolveriam suas pequenas esquadras próprias, e as ordens construíram flotilhas particulares; o reino em si, porém, com sua escassez de bons portos e a carência generalizada de madeira, jamais possuiu uma estrutura adequada nesse sentido. A cada expedição que requeria poderio naval, tal como a conquista das cidades litorâneas ou as campanhas contra o Egito, era necessário apelar para alguma potência marítima. Os dois grandes poderes marítimos do Oriente eram Bizâncio e Egito. Este, porém, era um eterno inimigo potencial (e, não raro, real), ao passo que Bizâncio era sempre suspeito. A frota siciliana poderia ter sido útil, mas a política desse reino não era

---

1 Posse perpétua de uma propriedade por instituições tais como igrejas, que não podem nem transferi-la nem vendê-la. (N.T.)

2 Ver abaixo, capítulos II e III, *passim*.

digna de confiança. Os italianos e os franceses do Sul eram melhores aliados. Seu apoio era necessário também para manter abertas as rotas marítimas para o Ocidente e transportar peregrinos, soldados e colonos para Outremer. Todavia, as cidades mercantis tinham de ser pagas. Reivindicavam facilidades e direitos comerciais, quarteirões próprios nas maiores cidades e liberação total ou parcial das tarifas alfandegárias; além disso, suas colônias exigiam privilégios extraterritoriais. Tais concessões em geral não incomodavam as autoridades francas, pois as eventuais perdas de receita eram contrabalançadas pelo comércio assim estimulado. Ademais, os tribunais reais não tinham o menor interesse em administrar a lei genovesa ou a veneziana, sobretudo tendo-se em vista que os casos que envolvessem cidadãos do reino ou crime grave (homicídio, por exemplo) lhes eram reservados. Vez por outra, havia controvérsias. Os venezianos e o Arcebispo de Tiro alimentavam uma inimizade perpétua, e os genoveses tiveram uma longa contenda com o Rei Amalrico I. Nos dois casos, o papado deu seu apoio aos italianos, que provavelmente contavam com o direito legal do seu lado. As cidades mercantis, porém, visavam não ao bem-estar da cristandade, mas ao seu próprio lucro comercial. Normalmente, os dois objetivos coincidiam — mas, em caso de conflito, prevalecia o interesse comercial imediato. Italianos e provençais eram, portanto, amigos inconstantes do rei. Além disso, a rivalidade entre as duas grandes ordens empalidecia perante a que dividia as várias cidades mercantis. Veneza se prontificaria a ajudar os muçulmanos com muito mais facilidade do que sairia em socorro de Gênova, Pisa ou Marselha — cujas posturas eram bem semelhantes. Assim, conquanto o auxílio por elas prestado fosse fundamental para a sustentação da existência de Outremer, as intrigas e tumultos entre seus colonos e sua tranqüila disposição a trair a causa comum por um lucro momentâneo anulava grande parte de seu valor.[1]

Para os peregrinos em particular, sua atitude parecia vergonhosamente gananciosa e não-cristã. A conquista constituiu um grande estímulo ao tráfego de peregrinos; o imenso albergue dos hospitalários em geral estava lotado. A despeito do propósito original da Cruzada, a rota através da Anatólia continuava não sendo segura. Apenas uma companhia bem armada podia fazer face aos seus perigos. O peregrino comum preferia viajar por mar. Era preciso obter um leito em um navio italiano, e as passagens custavam muito caro. Um grupo de peregrinos podia reunir-se e fretar um navio inteiro, mas ainda assim era dispendioso contratar o capitão e os tripulantes. Para os peregrinos da Inglaterra ou do Norte da França saía mais em conta viajar em

1 Heyd, *op. cit.*, pp. 129-63, uma síntese completa.

um dos pequenos comboios que partiam todos os anos dos portos do Canal da Mancha rumo ao Oriente. Entretanto, a travessia era longa e perigosa; havia as tempestades atlânticas, os corsários muçulmanos que esperavam emboscados no estreito de Gibraltar e ao longo da costa africana. Do Porto ou de Lisboa até a Sicília não havia portos onde se pudesse obter água ou provisões com segurança, e era difícil carregar suprimentos suficientes para os homens e os cavalos a bordo. Era muito mais simples viajar por terra até a Provença ou a Itália e lá embarcar em navios habituados à viagem. Para um simples peregrino, era mais fácil e barato encontrar um leito nos portos dos domínios do rei siciliano; grandes companhias, porém, dependiam das frotas das grandes cidades mercantis.[1]

Chegando a Acre, Tiro ou S. Simão, o viajante via-se de imediato em uma atmosfera estranha. Por trás da superestrutura feudal, Outremer era uma terra oriental. A magnificência de seu estilo de vida impressionava e chocava os ocidentais. No Oeste europeu, a vida ainda era simples e austera. As roupas eram feitas de lã, e raramente eram lavadas. As instalações de banho eram escassas, exceto em algumas cidades antigas, onde a tradição dos banhos romanos permanecia. Mesmo nos maiores castelos, o mobiliário era tosco e utilitário, e os tapetes eram quase desconhecidos. A comida era rústica e sem variedade, sobretudo durante os longos meses de inverno. Não havia muito conforto nem privacidade em parte alguma. No Oriente franco, o contraste era chocante. Talvez não houvesse muitas habitações tão vastas e esplêndidas quanto o palácio erguido no início do século seguinte pelos Ibelins em Beirute, com seus pisos de mosaico, suas paredes de mármore, tetos decorados e amplas janelas — com vista para o mar, do lado oeste, ou para os jardins e pomares nas montanhas, do lado leste. O Palácio Real em Jerusalém, que ocupava em parte a Mesquita de al-Aqsa, sem dúvida era mais humilde — embora o palácio de Acre fosse uma construção suntuosa. Contudo, todos os nobres e burgueses abastados enchiam suas respectivas cidades com esplendor similar. Havia tapetes e colgaduras de damasco, mesas e cofres elegantemente gravados e marchetados, roupas de cama e mesa imaculadas, serviços de jantar e talheres de ouro e prata, faianças delicadas e até alguns pratos de porcelana do Extremo Oriente. Em Antióquia, a água das fontes de Dafne era levada, pelos aquedutos e encanamentos, a todas as grandes casas. Muitas residências ao longo da costa libanesa contavam com seus próprios mananciais. Na Palestina, onde a água era menos abundante, as cidades dispunham de tanques de armazenagem bem

---

1 Ver Cahen, "Notes sur l'Histoire des Croisades et de l'Orient latin. III. L'Orient latin et commerce du Levant", *in Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, 1951, p. 333.

organizados, e, em Jerusalém, o sistema de esgoto instalado pelos romanos encontrava-se ainda em perfeito estado. As grandes fortalezas fronteiriças eram quase tão confortáveis quanto as habitações urbanas, por mais cruel e selvagem que pudesse ser a vida do lado de fora de seus muros. Possuíam banheiras, câmaras elegantes para as damas da família e suntuosos salões de recepção. Os castelos pertencentes às ordens militares eram ligeiramente mais austeros, mas, nas grandes residências familiares, tais como Kerak, em Moab, ou Tiberíades, o castelão vivia de maneira mais esplendorosa que qualquer rei da Europa Ocidental.[1]

O vestuário dos colonos logo tornou-se tão oriental e luxuoso quanto sua mobília. Quando um cavaleiro não estava de armadura, vestia um albornoz de seda e, normalmente, um turbante. Nas campanhas, envergava uma túnica de linho sobre a armadura, a fim de abrigar o metal do calor do sol, e, sobre o elmo, um *kefieh* à moda árabe. As damas adotaram a moda oriental tradicional de um longo manto de baixo e uma túnica ou casaco curtos por cima, ricamente bordados com fios de ouro e talvez jóias. No inverno, ostentavam peles, assim como seus maridos. Ao ar livre, usavam véus como as muçulmanas — mas menos por modéstia que para proteger o rosto, generosamente coberto de pintura — e afetavam um andar a passos miúdos. A despeito de todo esse ar de delicadeza e langor, porém, eram tão corajosas quanto seus maridos e irmãos. Muitas foram as nobres chamadas a liderar a defesa de seu castelo na ausência do senhor. As esposas dos mercadores imitavam as damas da aristocracia, não raro sobrepujando-as em termos da riqueza de seu vestuário. As cortesãs bem-sucedidas — uma classe até então desconhecida da sociedade ocidental — eram igualmente magníficas. A respeito de Pásquia de Riveri, a esposa de um lojista de Nablus cujos encantos enfeitiçaram o Patriarca Heráclio, o cronista comenta que ela poderia ser confundida com uma condessa ou baronesa, tais eram suas sedas e jóias.[2]

Por mais estranho que tamanho luxo parecesse aos peregrinos ocidentais, parecia natural para um visitante do Oriente islâmico ou de Bizâncio. Como era inevitável, os colonos francos haviam procurado adaptar-se ao seu novo ambiente, e não podiam furtar-se ao contato com seus súditos e novos vizinhos. Havia as condições climáticas a considerar. Os invernos na Pales-

---

1 Rey, *op. cit.*, pp. 3-10. Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 129-32, que fornece um relato de Antióquia e suas amenidades.

2 As moedas de Tancredo mostram-no de turbante (ver acima, p. 39, n. 1). Em 1192, Henrique de Champanhe, agradecendo a Saladino um turbante com que fora presenteado, anuncia que esse tipo de peça é apreciado por seus compatriotas e que ele os usa com freqüência (ver Rey, *op. cit.*, pp. 11-12). Ibn Jubayr (ed. Wright, p. 309) descreve as vestimentas em um casamento cristão em Acre em 1184. Sobre Pásquia, ver abaixo, p. 365.

tina e na Síria podem ser quase tão gelados e sombrios quanto os da Europa Ocidental, mas são mais curtos. Os verões longos e sufocantes logo ensinaram aos colonos que era preciso usar outras roupas, comer outros alimentos e seguir horários diferentes. Os vigorosos hábitos do norte não eram adequados. Em seu lugar, havia que se aprender com o estilo de vida local. Era necessário empregar serviçais nativos. Amas nativas cuidavam de seus filhos, pajens nativos tratavam de seus cavalos. Havia doenças estranhas, para as quais seus médicos eram inúteis — e não demorou para que tivessem de recorrer à medicina local.[1] Era inevitável que aprendessem a compreender os nativos e a trabalhar com eles. No reino de Jerusalém e no condado de Trípoli, a inexistência de uma aristocracia nativa que desafiasse o governo franco após a fuga islâmica facilitou tal integração. Mais para o norte, a hostilidade das aristocracias grega e armênia para com os recém-chegados engendrou conflitos políticos que interferiram no entendimento mútuo — muito embora os armênios, no fim das contas, tenham chegado a um meio-termo e adotado diversos hábitos francos.[2]

Entre os francos e seus vizinhos muçulmanos nunca poderia haver paz duradoura, mas o contato era crescente. A receita dos Estados francos provinha em grande parte da tributação do comércio entre o interior islâmico e o litoral. Era preciso que os mercadores muçulmanos pudessem descer livremente para os portos marítimos e fossem tratados com justiça. A partir dos vínculos comerciais, desenvolveu-se uma amizade. A Ordem do Templo, com suas vastas atividades bancárias, prontificou-se a estender suas operações e passar a atender clientes infiéis, mantendo funcionários especializados nos negócios com os muçulmanos. Ao mesmo tempo, os estadistas mais sábios entre os francos perceberam que seu reino só perduraria enquanto o mundo islâmico permanecesse desunido; para tanto, enviavam-se missões diplomáticas para toda parte. Os senhores francos e muçulmanos eram com freqüência recebidos com honrarias nas cortes da fé rival. Cativos ou reféns não raro passavam anos nos castelos ou palácios dos inimigos. Conquanto poucos muçulmanos tenham se dado ao trabalho de aprender francês, muitos francos, tanto nobres quanto comerciantes, falavam árabe. Alguns poucos, como Reinaldo de Sídon, chegaram a interessar-se pela literatura árabe.

---

1 O médico tripolitano suspeito de haver envenenado Balduíno III era nativo (ver abaixo, p. 312). Os médicos locais mostraram-se mais sábios que os francos no leito de morte de Amalrico I (ver abaixo, p. 344). Amalrico valeu-se dos serviços de um certo Suleimã ibn Daoud e seu filho mais velho como médicos da corte, enquanto o segundo filho de Suleimã era o responsável pelos cavalos da corte. Ver Cahen, "Indigènes et Croisés", *Syria*, 1934. Usama não ficou impressionado com a medicina franca (ver abaixo, pp. 277-8).

2 Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 561-8.

Em tempos de guerra, ambos os lados apreciavam gestos de galantaria e cavalheirismo. Em época de paz, os senhores dos dois lados das fronteiras reuniam-se para expedições de caça.[1]

Tampouco a intolerância religiosa era absoluta. As duas grandes Fés compartilhavam uma parte de sua história. Os cronistas islâmicos ficaram tão interessados quanto os cristãos quando relíquias que se acreditava terem pertencido a Abraão, Isaac e Jacó foram descobertas em Hebron.[2] Mesmo em épocas de hostilidade, os peregrinos francos podiam penetrar no santuário de Nossa Senhora de Sardenay, nas montanhas atrás de Damasco,[3] e a proteção proporcionada pelos beduínos ao grande monastério de Sta. Catarina, no deserto do Sinai, em geral estendia-se aos seus visitantes.[4] O tratamento brutal dispensado por Reinaldo de Châtillon aos peregrinos islâmicos chocou seus correligionários quase tanto quanto enfureceu Saladino. Guilherme de Tiro não hesitou a louvar a piedade de Nur ed-Din, mesmo divergindo de seu credo. Os autores muçulmanos inúmeras vezes manifestaram admiração pelo cavalheirismo franco.[5]

A atmosfera da época é mais bem ilustrada pelas memórias do príncipe munquidita Usama, de Shaizar. Os munquiditas eram uma pequena dinastia, constantemente temerosa de ser absorvida por correligionários mais poderosos. Assim, dispuseram-se a entrar em acordo com os francos, e o próprio Usama passou vários anos nas cortes de Damasco e do Cairo quando ambas estavam em íntimo contato diplomático com Jerusalém. Como emissário, turista e esportista, Usama visitava com freqüência as terras francas, e, embora ao escrever ele os condenasse todos à perdição, tinha muitos amigos francos cuja conversação apreciava. Chocava-o a crueza de sua medicina, embora tenha aprendido com eles uma cura segura para a escrofulose, e assombrava-o a latitude concedida às suas mulheres; ficou constrangido quando um conhecido franco ofereceu-se para enviar seu filho para ser educado na Europa Ocidental. A seu ver, eram um pouco bárbaros, e ria deles

---

1 Sobre Reinaldo de Sídon, ver abaixo, p. 402. Os muçulmanos insistiam em que os cavaleiros templários fornecessem garantias financeiras ao negociarem com governantes cristãos — ver, por exemplo, Abu Shama, p. 32. Raimundo III de Trípoli falava árabe; Guilherme de Tiro quase certamente lia árabe, ou empregava secretários que conheciam os idiomas orientais. Ver abaixo, p. 408.

2 Ibn al-Qalanisi, p. 161, refere-se à descoberta. Ver também Kohler, "Un noveau récit de l'invention des Patriarches Abraham, Isaac et Jacob à Hébron", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. IV, pp. 477 ss.

3 Sobre Nossa Senhora de Sardenay, ver Rey, *op. cit.*, pp. 291-6.

4 Sobre Sta. Catarina e seus peregrinos, ver Rey, *op. cit.*, pp. 287-91.

5 Por exemplo, Guilherme de Tiro (XX, 31, p. 1000) chama Nur ed-Din de "princeps justus, vafer et providus, et secundum gentis suae traditiones religiosus".

com seus amigos cristãos nativos. Não obstante, era um povo com que se podia alcançar um entendimento. O único obstáculo à amizade era proporcionado pelos recém-chegados do Ocidente. Certa vez, estava hospedado em Jerusalém com os templários e orava, com sua permissão, em um canto da antiga mesquita de Al-Aqsa, quando um cavaleiro de modos rudes o insultou — diante do que outro templário correu a explicar-lhe que aquele homem grosseiro acabara de chegar da Europa e ainda não sabia bem como se comportar.[1]

De fato, foi a crueza dos imigrantes, que vinham lutar pela Cruz e chegavam determinados a não tolerar atrasos, que arruinou repetidas vezes a política de Outremer. Sua força fazia-se sentir particularmente na Igreja. Nenhum dos patriarcas latinos de Jerusalém do século XII nascera na Palestina — e, dos grandes eclesiásticos, apenas Guilherme, Arcebispo de Tiro, a quem o patriarcado foi negado. A postura da Igreja dificilmente favorecia um acordo com os infiéis, e era ainda mais desastrosa em suas relações com os cristãos nativos — os quais tinham uma grande influência nas cortes islâmicas. Muitos dos mais célebres escritores e filósofos de idioma árabe, e quase todos os médicos, eram cristãos, e teriam servido de ponte entre os mundos oriental e ocidental.

As comunidades ortodoxas na Palestina haviam aceitado a hierarquia latina porque, na época da conquista, seu próprio alto clero encontrava-se todo no exílio. O Patriarca Dagoberto empenhara-se por afastar seu clero de todas as posições do Santo Sepulcro, mas acontecimentos misteriosos na cerimônia do Fogo Sagrado em 1101, aliados à intervenção do rei, garantiram a restauração dos cônegos gregos à igreja e permitiram a celebração do rito ortodoxo em seu interior. A Coroa sempre foi amistosa com os ortodoxos. Morfia, rainha de Balduíno II e mãe de Melisende, era uma princesa ortodoxa, assim como as esposas dos dois filhos de Melisende. O Abade de S. Sabas, o maior hierarca ortodoxo remanescente na Palestina, foi tratado com honra por Balduíno I, e Melisende presenteou a abadia com terras, que provavelmente prestavam serviços à Coroa. O Imperador Manuel pôde manter um interesse protetor nos ortodoxos, ilustrado pelos reparos pelos quais foi responsável nas duas grandes Igrejas do Santo Sepulcro e da Natividade. O monastério de Sto. Eutímio, nos ermos da Judéia, foi reconstruído e redecorado por volta da mesma época, talvez com ajuda imperial. Não obstante, a cordialidade entre os cleros latino e grego não aumentou. O peregrino russo Daniel foi recebido com hospitalidade nos estabelecimentos latinos em 1104, mas o peregrino grego Focas, em 1184, embora

1 Usama, ed. Hitti, *passim*, esp. pp. 161-70.

visitasse estabelecimentos latinos, não gostava dos ocidentais, exceto um eremita espanhol que vivera na Anatólia; e descreve com júbilo um milagre que desconcertou o Bispo de Lida, eclesiástico latino ao qual se refere como "intruso". É provável que a tentativa da hierarquia latina de fazer os ortodoxos pagarem o *dime*, aliada ao ressentimento por seu rito raramente ser permitido nas grandes igrejas de sua Fé, tenha solapado o apoio dos ortodoxos ao domínio franco, dispondo-os — uma vez encerrada a proteção de Manuel — a aceitar e até saudar a conquista por Saladino. Em Antióquia, a presença de uma poderosa comunidade grega e certos desenvolvimentos políticos haviam originado uma hostilidade aberta entre gregos e latinos, que muito contribuiu para enfraquecer o principado.[1]

No reino em si, as seitas heréticas tinham pouca expressão fora de Jerusalém, onde quase todas mantinham estabelecimentos no Santo Sepulcro. Dagoberto também tentara expulsá-las, mas sem êxito. A Coroa assegurava seus direitos. Com efeito, a Rainha Melisende chegou a conceder seu apoio pessoal aos sírios jacobitas quando estes se envolveram em um processo contra um cavaleiro franco.[2] No condado de Trípoli, a maior Igreja herética era a dos maronitas, os adeptos remanescentes da doutrina monotelista. Com estes, a Igreja agiu com raro tato e abstenção, e aproximadamente em 1180 eles concordaram em aceitar a supremacia da Sé Romana, desde que pudessem ater-se à sua liturgia e costumes sírios; tampouco renunciaram à sua doutrina herética da vontade única de Cristo. As negociações, sobre as quais pouco se sabe, foram conduzidas com habilidade pelo Patriarca Aimery, de Antióquia. A admissão dessa primeira Igreja uniata[3] demonstrou que o pa-

---

1 Ver Daniel, o Higúmeno, *passim*, e João Focas, *Uma Breve Descrição*, *passim*. Ver também Rey, *op. cit.*, pp. 75-93, e Cahen, *loc. cit.* A peregrina russa Eufrosina de Polotsk, achando-se moribunda na Palestina, recorreu ao Abade de S. Sabas, como principal eclesiástico ortodoxo, para encontrar um local adequado para que a enterrassem. Ver de Khitrowo, "Pèlerinage en Palestine de l'Abesse Eufrosine", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. III, pp. 32-5. Autores ortodoxos posteriores, tais como Dositeu, do século XVII, não querendo admitir o fato de que os ortodoxos haviam aceitado os patriarcas latinos entre 1099 e 1187, desenvolveram uma lista de seis ou sete patriarcas entre a morte de Simão em 1099 e 1187 (Dositeu, II, p. 1243; Le Quien, *Oriens Christianus*, III, pp. 498-503). Há um João, Patriarca de Jerusalém, que subscreveu a condenação de Sotérico em 1157, e um certo João de Jerusalém, presumivelmente o mesmo, que escreveu um tratado contra os latinos por volta da mesma época (Krumbacher, *Gesch. der Byz. Literatur*, p. 91). É possível que Manuel tivesse a recaptura do Patriarcado de Jerusalém em mente e mantivesse um patriarca reservado de prontidão para quando chegasse a ocasião. Não obstante, é indubitável que os ortodoxos da Palestina submetiam-se ao patriarca latino. A presença de cônegos gregos no Santo Sepulcro é comprovada pelo *Cartulaire du Saint Sépulcre*, ed. Rozière, p. 177.

2 Ver acima, p. 203.

3 Cristão que, embora mantenha o rito e a estrutura da Igreja Ortodoxa Oriental, se submete à autoridade do papa. (N.T.)

pado estava pronto a permitir usos divergentes e até teologias duvidosas, desde que sua autoridade última fosse reconhecida.[1]

No principado de Antióquia a Igreja Armênia autônoma era poderosa e apoiada pelos príncipes, que a tinham em conta de uma arma útil contra os ortodoxos; em Edessa, os armênios, apesar de vistos com desconfiança por Balduíno I e Balduíno II, desfrutavam da amizade da casa de Courtenay. Muitos bispos armênios chegaram a reconhecer a supremacia papal, e alguns tomaram parte de sínodos da Igreja latina, desculpando nas doutrinas latinas o que consideravam imperdoável nos gregos. Os sírios jacobitas foram, a princípio, francamente hostis em relação aos cruzados, dando preferência ao domínio islâmico. Entretanto, após a queda de Edessa, reconciliaram-se com o Príncipe de Antióquia — em tese devido a um milagre ocorrido na tumba de S. Barsauma, mas na realidade em virtude do temor e ódio comuns a Bizâncio. O patriarca jacobita Miguel, um dos grandes historiadores da época, era amigo do Patriarca Aimery e realizou uma visita cordial a Jerusalém. Nenhuma das demais igrejas heréticas tinha presença significativa nos Estados francos.[2]

Os súditos muçulmanos dos francos aceitavam seus senhores com serenidade e reconheciam a justiça de sua administração; não obstante, era óbvio que não seriam dignos de confiança caso as coisas corressem mal para os cristãos. Os judeus, com razão, preferiam o governo dos árabes, que sempre os trataram de maneira honesta e generosa, ainda que com certo desdém.[3]

Outremer escandalizava o peregrino ocidental daquele tempo com sua exuberância e licenciosidade. Já para o historiador moderno, o que parece mais lamentável é a intolerância dos cruzados e sua vergonhosa barbárie. Todavia, tanto um aspecto como o outro podem ser explicados pela atmosfera reinante. A vida para os colonos francos era desconfortável e precária. Encontravam-se em uma terra onde floresciam a intriga e o assassinato e o inimigo espreitava logo ali, do outro lado da fronteira. Ninguém sabia quando poderia ser esfaqueado por um devoto dos Assassinos ou envenenado por um de seus servos. Doenças misteriosas, sobre as quais pouco sabiam, eram comuns. Mesmo com a ajuda dos médicos locais, nenhum franco sobrevivia muito tempo no Oriente. As mulheres eram mais afortunadas que os homens. Evitavam os riscos das batalhas e, graças ao melhor conhecimento médico, o parto era menos perigoso que no Ocidente. Contudo, a mortalidade infantil era elevada, sobretudo entre os meninos. Os feudos foram

---

1 Ver Dib, artigo "Maronites" *in* Vacant e Mangenot, *Dictionnaire de Théologie Catholique*, vol. X, I.
2 Ver abaixo, pp. 320-1, e também o prefácio à edição de Nau de Miguel, o Sírio.
3 Ibn Jubayr, ed. Wright, pp. 304-5. As estatísticas de Benjamin de Tudela demonstram a maior prosperidade judaica sob o domínio islâmico.

caindo um após o outro nas mãos de mulheres, cuja herança talvez atraísse aventureiros galantes ocidentais; no entanto, com excessiva freqüência faltava às grandes propriedades um senhor nos momentos de crise, e até o casamento implicava disputas e conspirações. Ademais, os matrimônios não raro eram estéreis; muitos dos maiores guerreiros não conseguiram gerar um filho sequer. O casamento consangüíneo no seio das poucas famílias nobres intensificava as rivalidades pessoais. Os feudos eram reunidos e fragmentados sem grande consideração pela conveniência geográfica. Havia querelas permanentes entre parentes próximos.

A estrutura social trazida pelos francos do Ocidente exigia uma sucessão hereditária contínua e a manutenção dos efetivos militares. O declínio físico do elemento humano constituía uma enorme ameaça. O medo tornou os francos brutais e traiçoeiros, e a incerteza estimulou seu amor ao desregramento e à frivolidade. À medida que seu domínio decaía, aumentava a dissolução de seus festins e torneios. Visitantes e nativos ficavam igualmente horrorizados com a extravagância e a imoralidade que presenciavam ao seu redor — sendo que o mais devasso era o Patriarca Heráclio.[1] Um viajante sábio, entretanto, compreenderia que, sob tão esplêndida superfície, a situação não era nada boa. O rei, a despeito de tanta seda e ouro, com freqüência ficava sem dinheiro para pagar a seus soldados. Os orgulhosos templários, contando seus sacos de dinheiro, podiam ser a qualquer momento convocados para batalhas mais cruéis que qualquer uma que o Ocidente conhecera. Comensais como os convidados das bodas em Kerak em 1183 podiam levantar-se das mesas ao som das catapultas dos infiéis investindo contra as muralhas do castelo. Os adornos festivos e galantes da vida em Outremer pendiam como um frágil véu sobre a ansiedade, a dúvida e o medo — e os espectadores tinham bons motivos para indagar-se se, mesmo sob os melhores governantes, aquela aventura poderia prolongar-se muito mais.

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 88; Ernoul, pp. 83-7; *Itinerarium Regis Ricardi*, pp. 5-6; Caesarius de Heisterbach, *Dialogus Miraculorum*, I, p. 188, atribuindo a queda de Jerusalém à corrupção dos francos de Outremer.

Capitulo 11

A Ascensão de Nur ed-Din

"Ele partiu, vencedor e para vencer ainda." APOCALIPSE 6, 2

Raimundo de Antióquia acertara ao instar os líderes da Segunda Cruzada a investirem contra Alepo. O fato de não haver conseguido convencê-los custou-lhe a vida. O maior inimigo da cristandade era Nur ed-Din; entretanto, em 1147 um grande exército ainda poderia tê-lo esmagado. Apesar de ser o senhor de Alepo e Edessa, Unur de Damasco e os pequenos emires independentes do vale do Orontes não teriam saído em seu socorro, e ele tampouco poderia contar com o apoio de seu irmão, Saif ed-Din, de Mosul, que enfrentava seus próprios problemas no Iraque. A insensatez dos cruzados, porém, forçou Unur a firmar uma aliança com Nur ed-Din enquanto o perigo durasse, e a oportunidade de intervir nos problemas tripolitanos permitiu-lhe reforçar seu domínio da Síria Central.

Raimundo tinha mais um motivo para recusar-se a ingressar na Cruzada. Nem ele nem Juscelino de Edessa podiam arriscar-se a deixar suas terras expostas a Nur ed-Din. Mesmo com os cruzados diante de Damasco, tropas de Alepo assolavam territórios cristãos. Sob uma bandeira de trégua, o Conde Juscelino foi pessoalmente ao acampamento de Nur ed-Din para implorar clemência. Tudo que obteve foi uma pausa temporária.[1] Nesse meio tempo, o Sultão de Konya, Mas'ud, em paz com Bizâncio, tirou proveito da confusão reinante entre os francos para atacar Marash. Raimundo preparou-se para enfrentá-lo, levando Mas'ud a pedir a Nur ed-Din que criasse uma distração. Sua solicitação foi atendida, mas Raimundo, aliado a um chefe curdo dos Assassinos, Ali ibn Wafa — cujo ódio a Nur ed-Din era muito maior que aos cristãos —, surpreendeu-o em novembro de 1148, quando varria as aldeias da planície de Aswad, em Famiya, na estrada que ligava Antióquia a Marash. Os principais lugar-tenentes de Nur ed-Din, o curdo Shirkuh e o notável de Alepo Ibn ed-Daya, haviam se desentendido. O primeiro recusou-se a tomar parte na batalha, e o exército islâmico inteiro viu-se sem outra saída senão uma precipitada e ignominiosa retirada. Na pri-

1 Ibn al-Furat, citado por Cahen, *La Syrie du Nord*, p. 382.

mavera seguinte, Nur ed-Din voltou a invadir o país e derrotou Raimundo em Baghras, próximo ao campo de batalha anterior. Em seguida voltou-se para o sul, a fim de assediar a fortaleza de Inab, um dos poucos baluartes cristãos remanescentes a leste do Orontes. Raimundo, com um pequeno exército e alguns aliados Assassinos, comandados por Ali ibn Wafa, correu em seu socorro, e Nur ed-Din, desinformado a respeito do tamanho de sua força, recuou. Na realidade, o exército islâmico de seis mil soldados de cavalaria superava em número o franco, composto por quatro mil e mil peões. Contrariando os conselhos de Ali, Raimundo decidiu então reforçar a guarnição de Inab. Nur ed-Din, porém, já estava a par da vulnerabilidade do Príncipe de Antióquia. Em 28 de junho de 1149 o exército cristão acampou em uma depressão junto à Fonte de Murad, na planície entre Inab e o pântano de Ghab. Durante a noite, as tropas de Nur ed-Din aproximaram-se sorrateiramente e cercaram-nos. Na manhã seguinte, Raimundo percebeu que sua única chance seria abrir caminho à força. O relevo, contudo, estava contra ele. O vento começou a soprar, enchendo de pó os olhos dos cavaleiros, que incitavam suas montarias a subir o terreno inclinado. Em poucas horas o exército foi aniquilado. Entre os mortos estavam Reinaldo de Marash e o líder Assassino, Ali. Raimundo pereceu nas mãos de Shirkuh, que assim recuperou o favor de seu senhor, perdido em Famiya. O crânio do príncipe, guardado em um estojo de prata, foi enviado por Nur ed-Din como um presente para seu senhor espiritual, o Califa de Bagdá.[1]

Juscelino de Edessa, desfrutando de uma constrangedora trégua com os muçulmanos, recusara-se a cooperar com o antigo rival, Raimundo. No entanto, ele seria o próximo. Nur ed-Din atravessou o território antioquense, arrematando sua conquista do médio Orontes com a captura de Arzghan e Tel-Kashfahan, seguida da vitória sobre as guarnições de Artah e Harenc, mais ao norte — após a qual surgiu diante das muralhas da própria Antióquia, devastando a região até a altura de S. Simão.[2] Juscelino nem sequer ensaiou partir em resgate de seus companheiros francos; pelo contrário, marchou contra Marash, na esperança de assumir a herança de Reinaldo, seu genro. Chegou a entrar na cidade, mas retirou-se diante da aproximação do Sultão Mas'ud. A guarnição por ele deixada rendeu-se aos seljúcidas mediante a promessa de que as vidas cristãs seriam poupadas; todavia, quando

---

1 Guilherme de Tiro, XVII, 9, pp. 771-3; carta do Senescal do Templo ao Grão-Mestre Everardo *in* R.H.F., vol. XV, p. 541; Cinnamus, pp. 122-3; Mateus de Edessa, cclix, p. 329; Gregório, o Sacerdote, p. 142; Ibn al-Qalanisi, pp. 288-92; Abn Shama, pp. 10-12; Ibn al-Furat, *loc. cit.*, identificando o local como Ard al-Hatim.

2 Guilherme de Tiro, XVII, 10, pp. 774-5; carta a Everardo, *loc. cit.*; *Crôn. Anôn. Sír.* (edição siríaca), p. 299; Ibn al-Qalanisi, p. 293; Ibn al-Athir, *Atabegues*, p. 180.

soldados e clérigos tomaram a estrada para Antióquia, foram chacinados um a um, até o último homem. Mas'ud perseguiu Juscelino até as cercanias de Turbessel. Entretanto, havia reforços cristãos aproximando-se; ademais, Nur ed-Din não tinha o menor interesse em que Juscelino, que ainda era seu cliente, perdesse suas terras para os seljúcidas. Mas'ud considerou mais prudente retirar-se. Em seguida, os ortóquidas de Jeziré, limitados ao sul por Nur ed-Din e seus irmãos, procuraram expandir-se ao longo do Eufrates à custa dos armênios de Gargar, até então tributários de Reinaldo. Juscelino se desgastou enviando, em vão, ajuda a Basílio de Gargar. O ortóquida Kara Arslan assumiu o controle de todo o distrito de Gargar e Kharpurt, para deleite dos cristãos jacobitas — para os quais seu governo era infinitas vezes preferível ao de Reinaldo, com seus fortes sentimentos pró-armênios e antijacobitas.[1] No inverno de 1149, Nur ed-Din rompeu com Juscelino. Suas investidas iniciais foram infrutíferas mas, em abril de 1150, enquanto cavalgava para Antióquia a fim de consultar o governo do principado, Juscelino foi separado de sua escolta e caiu nas mãos de alguns filibusteiros turcomanos. Estes dispuseram-se a libertá-lo em troca de um grande resgate; Nur ed-Din, no entanto, ao inteirar-se de seu aprisionamento, enviou um esquadrão de cavalaria para tomá-lo de seus captores. Foi cegado e aprisionado em Alepo, onde morreu, nove anos depois, em 1159.[2]

Assim, chegado o verão de 1150, tanto o principado de Antióquia quanto os resquícios do condado de Edessa haviam perdido seus senhores. Não obstante, Nur ed-Din não se atreveu a ir mais longe. Quando chegou a Antióquia a notícia da morte do Príncipe Raimundo, o Patriarca Aimery pôs a cidade em estado de defesa e enviou uma mensagem urgente para o sul, instando o Rei Balduíno a acudi-los. Em seguida, negociou uma

---

1 Mateus de Edessa, cclix, pp. 330-1; Gregório, o Sacerdote, p. 162; Miguel, o Sírio, III, pp. 209-11, 294-6, e versão armênia, p. 346.

2 Guilherme de Tiro, XVII, 11, pp. 776-7; Mateus de Edessa, cclix, pp. 331-2; Miguel, o Sírio, III, p. 295; *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 300; Ibn al-Furat, citado por Cahen, *op. cit.*, p. 386; Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 523-4; Bustan, p. 544; Ibn al-Qalanisi, p. 300; Ibn al-Athir, p. 481; Sibt ibn el-Djauzi, p. 122. As circunstâncias variam de um relato para o outro. Segundo Guilherme, ele se dirigia a Antióquia em resposta a um apelo do patriarca; Mateus de Edessa e Ibn al-Furat afirmam que Juscelino pretendia pedir ajuda aos antioquenos; a *Crônica Anônima* diz que ele pretendia assegurar a regência para si. Guilherme atribui sua separação de sua companhia a necessidades fisiológicas; Sibt, a um flerte com uma garota turcomana; Ibn al-Furat, a uma queda quando seu cavalo colidiu com uma árvore, que, de acordo com Miguel, existia apenas em sua imaginação (os cronistas sírios viram a captura como vingança divina pela perseguição dos jacobitas por ele promovida). Os cronistas sírios contam que Juscelino foi identificado por um judeu. A *Crônica Anônima* é a única a sustentar que ele foi cegado. Miguel acrescenta que não lhe proporcionaram um confessor latino; foi confessado, em seu leito de morte, pelo bispo jacobita de Edessa.

breve trégua com Nur ed-Din, prometendo entregar-lhe Antióquia caso Balduíno não comparecesse. O pacto era interessante para Nur ed-Din, que relutava em sitiar a cidade e, nesse ínterim, pôde capturar Apaméia, a derradeira fortaleza antioquense no vale do Orontes. O Rei Balduíno correu para o norte com um pequeno destacamento, basicamente composto por cavaleiros templários. Sua chegada induziu Nur ed-Din a aceitar uma trégua mais prolongada e ajudou a impedir que Mas'ud atacasse Turbessel. Embora Antióquia estivesse a salvo, todavia, o principado reduzia-se agora às planícies que cercavam sua capital e à costa entre Alexandreta e Latáquia.[1]

Faltava ainda instituir o governo dos dois domínios sem senhor. Por ocasião da captura de Juscelino, Nur ed-Din investira contra Turbessel; a Condessa Beatrice, porém, opôs-lhe tão acirrada defesa que ele retrocedeu. Ainda assim, estava claro que a situação da cidade era insustentável. Estava repleta de francos e armênios refugiados dos distritos adjacentes, os cristãos jacobitas eram francamente desleais e a área fora isolada de Antióquia pelas conquistas de Nur ed-Din. A condessa preparava-se para abandonar suas terras quando recebeu uma mensagem do Imperador Manuel. Este, a par da situação, oferecia-se para comprar dela tudo o que restava de seu condado. Beatrice, corretamente, submeteu a oferta à apreciação do Rei Balduíno, que se encontrava em Antióquia. Os nobres de seu reino que o acompanhavam, junto com os nobres de Antióquia, discutiram a proposta. Conquanto relutassem em ceder território a um odiado grego, chegaram à conclusão de que pelo menos agora seria culpa do imperador se as terras fossem perdidas pela cristandade. O governador bizantino da Cilícia, Tomás, levou sacolas de ouro — quantas, não se sabe — para a condessa em Antióquia, que, em troca, entregou aos seus soldados as seis fortalezas de Turbessel, Ravendel, Samosata, Aintab, Duluk e Birejik. O exército real acompanhou as guarnições bizantinas na viagem, escoltando na volta os muitos refugiados francos e armênios que, desconfiados do governo bizantino, preferiram a maior segurança de Antióquia. A condessa reservou uma fortaleza, Ranculat ou Rum Kalaat, no Eufrates, próximo a Samosata, que doou ao católico armênio — e que seria sua residência, sob suserania turca, por um século e meio. Enquanto o exército real e os refugiados retornavam, Nur ed-Din tentou surpreendê-los em Aintab; a excelente organização do rei, contudo, preservou-os. Seus principais barões, Humberto de Toron e Roberto de Sourdeval, rogaram-lhe debalde permis-

1 Guilherme de Tiro, XVII, 15, pp. 783-4; Ibn al-Qalanisi, pp. 293-4, 300-1.

são para apoderarem-se de Aintab em seu nome; entrementes, ele se ateve aos termos do negócio fechado com o imperador.[1]

Não se sabe ao certo por que o imperador fez tal acordo. Os francos acreditavam que, em seu orgulho, ele achou que seria capaz de manter seus novos domínios. É improvável que Manuel estivesse tão mal informado. Pelo contrário, estava enxergando mais à frente. Esperava não tardar em penetrar a toda a força na Síria. Caso perdesse agora aquelas terras, poderia recuperá-las depois, e seu direito sobre elas seria então inquestionável. Com efeito, o império perdeu seus novos territórios em menos de um ano, para uma aliança entre Nur ed-Din e o seljúcida Mas'ud. A aliança fora firmada após a captura de Juscelino, tendo sido selada pelo casamento de Nur ed-Din com a filha de Mas'ud. Turbessel seria seu dote. No entanto, Mas'ud não auxiliara seu genro no ataque a Beatrice; contentou-se em capturar Kaisun e Behesni, no Norte do condado, entregando-as a seu filho, Kilij Arslan. Na primavera de 1151, ele e Nur ed-Din investiram juntos contra as guarnições bizantinas, e os ortóquidas apressaram-se em apoderar-se de seu quinhão. Aintab e Duluk couberam a Mas'ud; Samosata e Birejik, ao ortóquida Timurtash de Mardin; e Ravendel, a Nur ed-Din. Na própria Turbessel, os bizantinos resistiram por algum tempo, mas a fome acabou levando-os a render-se ao lugar-tenente de Nur ed-Din, Hasan de Menbij, em julho de 1151.[2] Assim desapareceu o condado de Edessa, sem deixar rastro. A Condessa Beatrice abrigou-se em Jerusalém com seus filhos, Juscelino e Agnes — os quais, por sua vez, teriam uma participação desastrosa na queda do reino.[3]

Edessa se fora, mas Antióquia permanecia. A morte de Raimundo deixara a Princesa Constância viúva com quatro filhos jovens. O trono lhe pertencia por direito, mas o sentimento geral era o de que, em tempos tão atribulados, era preciso que um homem governasse. O filho mais velho, Boemundo III, contava cinco anos de idade por ocasião da morte do pai. Enquanto não atingisse a idade necessária, seria preciso um regente. O Pa-

---

1 Guilherme de Tiro, XVII, 16-17, pp. 784-9. Os historiadores bizantinos não fazem referência à transação. Sobre as datas e as evidências islâmicas, ver Cahen, *op. cit.*, p. 388, n. 24; Miguel, o Sírio, III, p. 297, e versão armênia, p. 343. Vartan, p. 435, e Vahram, *Crônica Rimada*, p. 618, falam da cessão de Rum Kalaat ao católico. Segundo a versão síria de Miguel, a condessa pediu que o católico auxiliasse um nobre armênio em Rum Kalaat, mas o católico instalou-se na fortaleza por embuste.

2 Guilherme de Tiro, *loc. cit.*; Bar-Hebraeus, trad. Budge, p. 277; Miguel, versão armênia, p. 297; Ibn al-Qalanisi, p. 309; Ibn al-Athir, *Atabegues*, p. 132 (com a data errada).

3 A outra filha de Juscelino II, Isabela (ver acima, p. 194), provavelmente falecera, muito embora Guilherme de Tiro (p. 777) se refira a ela como estando viva por ocasião da morte do pai.

triarca Aimery assumira o comando no momento da crise, mas a opinião leiga desaprovava a idéia de uma regência clerical. Estava claro que a jovem princesa deveria casar-se novamente. Nesse meio tempo, o regente mais apropriado era seu primo, o Rei Balduíno — não como suserano, mas como seu parente mais próximo do sexo masculino. Balduíno correra a Antióquia ao tomar conhecimento da morte de Raimundo. Lidou com a situação com uma sabedoria rara num jovem de dezenove anos, e sua autoridade gozou da aceitação geral. O Rei de Jerusalém retornaria à cidade no início do verão de 1150, a fim de conferir sua autoridade à venda das terras da Condessa Beatrice. Não obstante, já tinha motivos suficientes de preocupação no sul para ansiar por permanecer responsável por Antióquia. Instou Constância, então com 22 anos, a escolher um novo marido — e tratou de sugerir três possíveis candidatos: primeiro, Ivo de Nesle, Conde de Soissons, um abastado nobre francês que chegara à Palestina no rastro da Segunda Cruzada e estava disposto a estabelecer-se por lá; segundo, Gualtério de Falconberg, da família de Saint-Omer, a quem já coubera, no passado, o domínio da Galiléia; e, terceiro, Ralph de Merle, um galante barão do condado de Trípoli. Constância, entretanto, rejeitou todos três, e Balduíno teve de retornar a Jerusalém deixando-a de posse de seu governo.[1]

Irritada com a impertinência de seu primo, Constância mudou imediatamente de política, enviando uma embaixada a Constantinopla para pedir ao Imperador Manuel, como seu suserano, que lhe selecionasse um esposo.[2] Manuel mostrou-se ávido por satisfazer seus desejos. A influência bizantina ao longo da fronteira sudeste do império estava em declínio. Por volta de 1143, o príncipe armênio Thoros, o Roupeniano, fugira de Constantinopla e refugiara-se na corte de seu primo, Juscelino II de Edessa; lá reuniu um destacamento de compatriotas, com os quais reconquistou o reduto de sua família em Vahka, no Tauro oriental. Dois de seus irmãos, Estêvão e Mleh, uniram forças com Thoros, que também fez amizade com um nobre franco vizinho, Simão de Raban, cuja filha desposou. Em 1151, enquanto a atenção bizantina estava toda voltada para o ataque islâmico a Turbessel, Thoros penetrou na planície ciliciense e derrotou e assassinou o governador imperial, Tomás, nos portões de Mamistra. Manuel enviou prontamente seu primo Andrônico à frente de um exército para recuperar o território perdido para Thoros — e agora deparava-se com a muito oportuna chance de colocar seu próprio candidato no trono de Antióquia.

---

1 Guilherme de Tiro, XVII, 18, pp. 789-91. Ele sugere que o Patriarca Aimery estimulou Constância a repudiar os pretendentes, por receio de ter seu poder cerceado.

2 Cinnamus, p. 178.

Ambos os projetos malograram-se. Andrônico Comneno era o mais brilhante e fascinante membro de sua talentosa família, mas era temerário e imprudente. Enquanto se deslocava para sitiar Thoros em Mamistra, os armênios realizaram uma surtida repentina e pegaram-no desprevenido. Seu exército debandou e ele fugiu de volta para Constantinopla, em desgraça. Em sua escolha de um esposo para Constância, Manuel revelou mais engenhosidade que sabedoria. Enviou seu cunhado, o César João Rogério, viúvo de sua irmã preferida, Maria. João Rogério era normando de nascimento, e, embora tivesse certa vez tramado para apossar-se do trono imperial, era agora comprovadamente um amigo de confiança do imperador, que sabia que podia contar com sua fidelidade — acreditando, ao mesmo tempo, que sua origem latina torná-lo-ia mais aceitável para a nobreza franca. Contudo, ele se esqueceu da própria Constância. João Rogério era um homem de meia-idade que já perdera todo o charme juvenil. A jovem princesa, cujo primeiro marido era famoso pela beleza, não aceitaria um par tão pouco romântico. Devolveu o césar ao imperador. Seria melhor se Manuel tivesse enviado Andrônico a Antióquia e João Rogério para lutar na Cilícia.[1]

O Rei Balduíno teria recebido de braços abertos praticamente qualquer marido para sua prima, pois fora recém-incumbido de uma nova responsabilidade. A vida conjugal do Conde Raimundo II de Trípoli e sua esposa, Hodierna de Jerusalém, não era inteiramente feliz. Hodierna, como suas irmãs Melisende e Alice, era voluntariosa e libertina. Pairavam dúvidas sobre a legitimidade de sua filha, Melisende. Raimundo, que nutria por ela um ciúme apaixonado, tentava mantê-la em um estado de reclusão oriental. No princípio de 1152, o relacionamento ia tão mal que a Rainha Melisende se sentiu na obrigação de intervir. Na companhia de seu filho, o rei, ela viajou para Trípoli a fim de apaziguá-los. Balduíno aproveitou a oportunidade para convocar Constância a Trípoli, onde suas duas tias a repreenderam por sua obstinada viuvez. Todavia, talvez porque nenhuma das duas pudesse vangloriar-se de uma vida conjugal bem-sucedida, seus sermões de nada serviram. Constância retornou a Antióquia sem nada prometer. Com Raimundo e Hodierna, a rainha obteve melhores resultados. Os dois concordaram em reconciliar-se, mas considerou-se melhor que Hodierna passasse uma longa temporada de férias em Jerusalém. Balduíno decidiu permanecer em Trípoli enquanto perdurassem os rumores de que Nur ed-Din pretendia atacar o condado. A rainha e a condessa rumaram para o sul, sendo escoltadas pelo

---

1 Cinnamus, pp. 121-4, 178; Mateus de Edessa, cclxiii, pp. 334-6; Gregório, o Sacerdote, p. 166; Sembat, o Comissário, p. 619; Vahram, *Crônica Rimada*, pp. 504-6; Miguel, o Sírio, III, p. 281.

conde por pouco mais de um quilômetro. Ao voltar, entrando em sua capital pelo portão sul da cidade, um bando de Assassinos caiu sobre ele, matando-o a facadas. Ralph de Merle e outro cavaleiro que o acompanhava tentaram protegê-lo, mas tudo o que conseguiram foi serem mortos também. Tudo aconteceu tão depressa que a guarda pessoal do conde não conseguiu capturar os criminosos. O rei estava jogando dados quando ouviu a gritaria na cidade. Os soldados da guarnição correram a pegar em armas e espalharam-se pelas ruas, abatendo todos os muçulmanos que encontraram pela frente; mesmo assim, os Assassinos escaparam, e o motivo de seu ato nunca foi revelado.[1]

Enviaram-se mensageiros para trazer de volta a rainha e a condessa, a qual assumiu a regência em nome de seu filho de doze anos, Raimundo III. Como em Antióquia, porém, era necessário um homem como guardião do governo — e Balduíno, como parente mais próximo do sexo masculino, foi obrigado a assumir tal tutela. Nur ed-Din tratou de realizar de imediato uma incursão, chegando até Tortosa, que ficou por algum tempo em poder de suas tropas — as quais, porém, logo foram rechaçadas. Balduíno, com o consentimento de Hodierna, confiou Tortosa aos Cavaleiros do Templo.[2]

Foi com satisfação que Balduíno retornou a Jerusalém. A Rainha Melisende, cônscia de seu direito hereditário, não estava disposta a entregar o poder ao filho; este, porém, tinha já mais de 22 anos, e a opinião pública demandava sua coroação como governante adulto. Em vista disso, a rainha combinou com o Patriarca Fulcher que ela voltaria a ser coroada ao lado do filho, de modo que sua autoridade conjunta fosse reconhecida de maneira explícita. A coroação foi marcada para o Domingo de Páscoa, dia 30 de março, mas acabou sendo adiada por Balduíno. Então, na terça-feira, sem que sua mãe de nada suspeitasse, ele entrou na Igreja do Santo Sepulcro com uma escolta de cavaleiros e coagiu o furioso patriarca a coroá-lo sozinho. Foi o sinal de uma ruptura declarada. A rainha contava com inúmeros amigos. Manassés de Hierges, seu protegido, ainda era o comissário; seus laços familiares compreendiam o importante clã dos Ibelins, que controlavam a planície filistina; e muitos dos nobres do Sul da Palestina eram seus partidários. Ficou patente, quando Balduíno foi a Antióquia em 1149, que poucos nobres acompanhariam uma expedição na qual a Rainha Melisende não estava interessada. Os aliados de Balduíno vinham do norte, sendo liderados por Humberto de Toron e Guilherme de Falconberg, cujas propriedades se localizavam na Galiléia. O rei não se aventurou a recorrer à força. Convocou

1 Guilherme de Tiro, XVII, 18-19, pp. 789-92.
2 *Ibid.*, *loc. cit.*; Ibn al-Qalanisi, p. 312.

um grande concílio do reino, diante do qual expôs suas reivindicações. Por influência do clero, foi obrigado a aceitar um meio-termo. A Galiléia e o norte seriam seu domínio, mas Melisende reteria Jerusalém e Nablus, isto é, a Judéia e a Samaria; o litoral, onde o irmão mais novo do rei, Amalrico, detinha o condado de Jafa, ficaria em suas mãos. Era uma solução impraticável, e levou apenas alguns meses para que Balduíno exigisse de sua mãe a cessão de Jerusalém. Sem a cidade, alegou, ele não poderia encarregar-se da defesa do reino. Com o poder de Nur ed-Din crescendo a olhos vistos, o argumento tinha peso, e mesmo os mais fervorosos adeptos da rainha começaram a desertar sua causa. Ela, contudo, recusou-se a ceder, mandando fortificar Jerusalém e Nablus contra o filho. Infelizmente, o Comissário Manassés foi surpreendido e capturado pelas tropas do rei em seu castelo de Mirabel, nos limites da planície costeira. Sua vida foi poupada mediante a promessa de deixar o Oriente e nunca mais voltar. Assim, Nablus entregou-se a Balduíno. Melisende, abandonada pela nobreza leiga mas ainda apoiada pelo patriarca, tentou resistir em Jerusalém; no entanto, os cidadãos voltaram-se contra ela, obrigando-a a desistir da luta. Alguns dias mais tarde, ela entregou a cidade ao filho. Este não tomou nenhuma medida mais vigorosa contra a mãe porque, ao que parece, a jurisprudência colocava o direito ao seu lado. Melisende recebeu permissão para reter Nablus e adjacências como seu dote, e, mesmo tendo se afastado da política leiga, ela manteve o patronato da Igreja. Balduíno, agora soberano do governo leigo, substituiu Manassés por seu amigo Humberto de Toron no cargo de comissário.[1]

Conquanto tais turbulências dinásticas no seio das famílias governantes francas fossem muito convenientes para Nur ed-Din, ele não se deu ao trabalho de empreender nenhum ataque sério contra os cristãos na época. Ao contrário, preferiu dedicar-se a uma missão mais urgente: a conquista de

---

1 Guilherme de Tiro, XVII, 13-14, pp. 779-83. Nablus ficou sob o controle de Filipe de Milly, que havia apoiado a rainha. Em 31 de julho de 1161, algumas semanas antes da morte de Melisende, ele foi brindado com a senhoria de Oultrejourdain em troca de Nablus (Röhricht, *Regesta*, p. 96). A Rainha Melisende não foi consultada, provavelmente por estar já muito doente; entretanto, sua irmã Hodierna, Condessa Viúva de Trípoli, aprovou a transação. Presume-se que Filipe devesse suas terras a Melisende, não a Balduíno, e apenas com a mãe em seu leito de morte este conseguiu efetuar uma permuta, que a teria privado de seu amigo e principal vassalo. A esposa de Filipe, Isabela ou Isabel, era sobrinha de Pagão da Oultrejourdain e herdeira final do sucessor deste, Maurício. Quando ela morreu, Filipe ingressou na Ordem do Templo. O marido de sua irmã Maria, Gualtério Brisebarre III, de Beirute, parece ter sido, mais tarde, senhor da Oultrejourdain, pela qual trocou seu próprio feudo de Beirute. Uma vez mortas sua esposa e sua filha, ainda criança, ele supostamente perdeu o feudo, que passou para a filha de Filipe, Estefânia. Ver Rey, "Les Seigneurs de Montréal", e "Les Seigneurs de Barut", *passim*.

Damasco. Desde a derrocada da Segunda Cruzada, Unur de Damasco susteve uma guerra um tanto sem sentido contra os cristãos ainda por alguns meses; no entanto, o medo de Nur ed-Din levou-o a aceitar de bom grado os movimentos de paz por parte de Jerusalém. Em maio de 1149, fixou-se uma trégua de dois anos. Unur morreu logo em seguida, em agosto, e o emir búrida, Mujir ed-Din — neto de Toghtekin —, em cujo nome Unur governava, assumiu o governo.[1] Sua fraqueza ofereceu a Nur ed-Din a oportunidade tão esperada. Este, porém, não agiu de imediato, porque em novembro seu irmão Saif ed-Din também veio a falecer e seguiu-se uma reorganização das terras familiares. O irmão mais moço, Qutb ed-Din, herdou Mosul e os territórios iraquianos, mas ao que tudo indica reconheceu Nur ed-Din como seu superior.[2] Em março do ano seguinte, Nur ed-Din avançou sobre Damasco, mas as chuvas pesadas retardaram seu progresso e deram a Mujir ed-Din tempo para rogar auxílio a Jerusalém. Em vista disso, Nur ed-Din retirou-se, mediante a promessa de que seu nome seria mencionado, após o do califa e o do sultão da Pérsia, nas moedas e preces públicas de Damasco. Foram reconhecidos, assim, seus direitos a uma vaga suserania.[3]

Em maio de 1151, Nur ed-Din voltou a surgir diante de Damasco, e mais uma vez os francos acorreram à cidade. Depois de um mês acampado nas vizinhanças, Nur ed-Din retirou-se para a região de Balbek, governada por seu lugar-tenente Ayub, irmão de Shirkuh. Nesse meio tempo, os francos, sob o comando do Rei Balduíno, deslocaram-se até Damasco. Muitos receberam permissão para visitar os bazares no interior dos muros, enquanto Mujir ed-Din realizava uma visita de cortesia ao rei no acampamento cristão. Todavia, os aliados não eram fortes o bastante para sair ao encalço de Nur ed-Din. Em vez disso, marcharam sobre Bosra, cujo emir, Sarkhak, com a volatilidade habitual dos pequenos príncipes islâmicos, travou amizade com os francos — e Mujir ed-Din viu-se obrigado a recorrer a Nur ed-Din para ajudá-lo a reduzir Sarkhak à obediência. Quando Nur ed-Din retornou para o norte, Mujir ed-Din acompanhou-o para uma visita a Alepo, onde assinaram um tratado de amizade.[4] Todavia, os damascenos ainda se recusavam a renunciar à sua aliança com os francos. Em dezembro de 1151, um bando de turcomanos tentou assolar Banyas, provavelmente por determinação de Ayub. A guarnição contra-atacou com um assalto ao território de Balbek, devidamente rechaçado por Ayub. Mujir ed-Din negou cautelosamente

---

1 Ibn al-Qalanisi, p. 295. Unur sucumbiu à disenteria — "jūsantiryā".
2 Ibn al-Athir, *Atabegues*, pp. 171-5; Ibn al-Qalanisi, pp. 295-6. Ver Cahen, *op. cit.*, p. 393, n. 12, a respeito das fontes manuscritas.
3 Ibn al-Qalanisi, pp. 97-300.
4 *Ibid.*, pp. 302-11.

toda e qualquer conexão com o conflito.[1] Ficou ainda mais constrangido quando, no outono de 1152, o príncipe ortóquida Timurtash de Mardin apareceu de repente, acompanhado de um exército turcomano que ele vinha conduzindo em marchas forçadas ao longo da borda do deserto, e pediu-lhe seu apoio em um ataque de surpresa a Jerusalém. Provavelmente soubera da contenda entre Balduíno e Melisende e pensou que uma investida direta talvez funcionasse. Mujir ed-Din cedeu, permitindo-lhe que adquirisse suprimentos, mas procurou dissuadi-lo de seguir adiante com seu plano. Timurtash, porém, lançou-se para o outro lado do Jordão, e, enquanto a nobreza franca participava de um concílio em Nablus, decerto para estabelecer o dote de Melisende, montou seu acampamento no monte das Oliveiras. Contudo, a guarnição de Jerusalém efetuou uma surtida inesperada contra os turcomanos, que, ao constatarem que sua surpresa se malograra, recuaram para o Jordão — em cujas margens foram atacados pelo exército real, que conquistou uma vitória incontestável.[2]

Durante os meses que se seguiram, a atenção de cristãos e de muçulmanos concentrou-se no Egito. O califado fatímida parecia à beira do desastre. Desde o homicídio do vizir al-Afdal, nenhum governante competente assumira o comando do país. O Califa al-Amir reinara até outubro de 1129, quando também ele foi assassinado; o governo, porém, vinha sendo conduzido por uma série de vizires sem valor. Seu sucessor, seu primo al-Hafiz, demonstrou mais caráter e procurou libertar-se dos grilhões do vizirato indicando seu próprio filho, Hasan, para o cargo. Este, porém, traiu-o, sendo condenado à morte pelo pai em 1135. O vizir seguinte, Vahram, armênio de nascimento, preencheu os cargos administrativos com compatriotas seus, provocando uma reação em 1137, quando correu sangue cristão durante vários dias pelas ruas do Cairo. Al-Hafiz tampouco teve mais sorte com seus vizires posteriores, conquanto tenha conseguido agarrar-se de modo precário ao trono até sua morte, em 1149. O reinado de seu filho, al-Zafir, principiou com uma guerra civil declarada entre seus dois maiores generais. Amir ibn Sallah foi o vencedor, tornando-se vizir — mas foi assassinado três anos mais tarde.[3] Essa sucessão interminável de intriga e derramamento de sangue alimentou as esperanças dos inimigos do Egito. Em 1150 o Rei Balduíno começou a reparar as fortificações de Gaza. Ascalão ainda era uma fortaleza fatímida, e sua guarnição continuava empreendendo ataques freqüentes contra territórios cristãos. Gaza seria a base para as operações contra Ascalão.

---

1 *Ibid.*, p. 311-12.
2 Guilherme de Tiro, XVII, 20, pp. 792-4.
3 Ibn al-Athir, os 475, 486-7. Ver Wiet, *L'Egypte Arabe*, pp. 190-5.

O vizir Ibn Sallah ficou sobressaltado. Entre os refugiados na corte fatímida estava o príncipe munquidita Usama, que já fora empregado a serviço de Zengi. Foi enviado a Nur ed-Din, na ocasião acampado diante de Damasco, a fim de pedir-lhe que criasse uma distração na Galiléia; ao mesmo tempo, a frota egípcia investiria contra os portos marítimos francos. A missão foi um fracasso, pois Nur ed-Din tinha agora outras preocupações. Usama, na volta, parou em Ascalão durante dois anos, comandando as operações contra os francos locais; em seguida, retornou ao Egito, a tempo de testemunhar as intrigas que sucederam ao assassinato de Ibn Sallah pelo filho de seu enteado Abbas, com a conivência do califa.[1]

Esse drama, que se desenrolou logo em seguida à vitória de Balduíno sobre sua mãe, estimulou-o a decidir-se pelo ataque a Ascalão. Após cuidadosos preparativos, em 25 de janeiro de 1153 todo o exército do reino, com todos os equipamentos de sítio que conseguiram reunir, assomou diante dos muros da cidade. O rei estava acompanhado dos Grão-Mestres do Hospital e do Templo, com a nata de seus homens, os grandes senhores leigos do reino, o patriarca, os arcebispos de Tiro, Cesaréia e Nazaré e os bispos de Belém e Acre. O patriarca levava consigo a relíquia da Cruz Verdadeira. Ascalão era uma fortaleza tremenda, espraiando-se em um grande semicírculo a partir do mar, com suas fortificações em excelente estado. Ademais, o governo egípcio sempre a mantivera bem abastecida de armamentos e provisões. Durante alguns meses, o exército franco, mesmo tendo conseguido bloquear por completo a cidade, não logrou abalar seus muros. Os navios de peregrinos que chegaram por volta da Páscoa reforçaram suas fileiras. Foram contrabalançados, porém, pela chegada de uma frota egípcia em junho. Os fatímidas não se atreveram a tentar socorrer Ascalão por terra, mas enviaram uma esquadra de setenta naves, carregadas de homens, armas e víveres de todo tipo. Gerardo de Sídon, no comando das vinte galeras que foram tudo o que os cristãos haviam conseguido reunir, não ousou atacá-las, e os navios egípcios penetraram em triunfo no porto. Os defensores ganharam novo alento; a frota, porém, partiu depois de descarregar, e o sítio prosseguiu. A mais formidável das máquinas de sítio francas era uma grande torre de madeira que superava em altura as muralhas e da qual se podiam atirar pedras e archotes diretamente contra as ruas da cidade. Uma noite, no fim de julho, alguns soldados da guarnição esgueiraram-se sorrateiramente até ela e atearam-lhe fogo. Para seu azar, porém, o vento empurrou a massa em

1 Usama, ed. Hitti, pp. 40-3; Ibn al-Qalanisi, p. 314. O ataque egípcio ao litoral franco em 1151 é relatado por Ibn al-Qalanisi, pp. 307-8, que também descreve uma investida egípcia, a partir de Ascalão, em abril de 1152.

chamas contra a muralha; o calor intenso fez com que a alvenaria se desintegrasse e, pela manhã, abrira-se uma brecha. Os templários, responsáveis por aquele setor, proclamaram que mereciam todo o crédito pela conquista. Enquanto alguns de seus homens permaneciam de guarda, a fim de impedir a aproximação de outros cristãos, quarenta de seus cavaleiros penetraram na cidade. A guarnição a princípio pensou que tudo estivesse perdido, mas, ao perceber que os atacantes estavam em pequeno número, cercou-os e chacinou-os. A brecha foi consertada às pressas, e os corpos dos templários, pendurados ao longo da muralha.

Durante uma trégua para permitir que os dois lados enterrassem seus mortos, Balduíno realizou um conselho em sua tenda, diante da relíquia da Cruz Verdadeira. Os nobres leigos, desalentados com o revés, desejavam abandonar o sítio. Já o patriarca e o Grão-Mestre dos hospitalários, Raimundo de Le Puy, convenceram o rei a persistir — e sua eloqüência demoveu também os barões. O ataque foi renovado, com ainda mais vigor que antes.

Em 19 de agosto, após um intenso bombardeio da cidade, a guarnição decidiu render-se, sob a condição de que os cidadãos pudessem partir em segurança, levando seus bens móveis. Balduíno aceitou os termos, aos quais se ateve de maneira fiel. Enquanto uma grande corrente de muçulmanos deixava Ascalão, tanto por terra quanto por mar, rumando para o Egito, os francos penetraram em seu interior e assumiram o controle da cidadela, com seu vasto estoque de tesouros e armas. A cidade foi confiada ao irmão do rei, Amalrico, Conde de Jafa. A grande mesquita tornou-se a Catedral de S. Paulo, e o patriarca consagrou para o episcopado um de seus cônegos, Absalão. Posteriormente, o Bispo de Belém, Gerardo, obteria uma determinação de Roma de que a sé seria independente.[1]

A captura de Ascalão foi a última grande realização dos reis de Jerusalém, e alçou seu prestígio a píncaros formidáveis. Afinal, a conquista da cidade conhecida como a "Jóia da Síria" foi uma façanha notável — muito embora não tenha acarretado nenhum ganho substancial de fato. Apesar de a fortaleza ter servido de base para investidas ligeiras contra as terras francas, o Egito não representava mais uma ameaça para os cristãos; agora, porém, com a cidade em suas mãos, os francos foram atraídos para perigosas aventuras junto ao Nilo. Talvez tenha sido por isso que Nur ed-Din, com sua política de longo prazo, não tentara interferir na campanha, exceto por uma pretensa expedição contra Banyas, planejada com Mujir de Damasco, que não chegou a con-

1 Guilherme de Tiro, XVII, 1-5, 27-30, pp. 794-802, 804-13; Ibn al-Qalanisi, pp. 314-17; Abu Shama, pp. 77-8; Ibn al-Athir, p. 490.

cretizar-se devido a desentendimentos entre os dois aliados. Nur ed-Din não lamentou nem o enfraquecimento do Egito nem o desvio da atenção franca para o sul. Já Mujir de Damasco, mais impressionável, tratou de reiterar sua dedicada amizade a Balduíno e consentiu em pagar-lhe um tributo anual. Enquanto os nobres francos percorriam o território damasquino e o assolavam ao seu bel-prazer, os embaixadores de Jerusalém iam à sua capital para coletar o dinheiro para o rei.[1]

No entender de Mujir e seus conselheiros, ciosos de sua própria segurança, um protetorado franco era preferível ao destino que Nur ed-Din lhes reservaria caso se tornasse seu senhor. Para o cidadão comum de Damasco, porém, a insolência cristã era intolerável. A dinastia búrida estava revelando-se uma traidora da fé. Ayub, Emir de Balbek, tirou vantagem desse sentimento; seus agentes infiltraram-se na cidade, semeando o rancor contra Mujir. Por coincidência, houve nessa mesma época uma escassez de alimentos; Nur ed-Din então reteve os comboios que, vindos do norte, abasteciam a cidade de trigo, e os agentes de Ayub espalharam o boato de que era tudo culpa de Mujir, por recusar-se a cooperar com os demais muçulmanos. Em seguida, Nur ed-Din persuadiu Mujir de que muitos dos notáveis damascenos estavam tramando contra ele, e Mujir, em pânico, tomou providências contra eles — perdendo, assim, o favor tanto dos ricos quanto dos pobres. Nesse momento o irmão de Ayub, Shirkuh, apresentou-se na cidade como embaixador de Nur ed-Din. Sua chegada, no entanto, foi truculenta, com uma força armada incomum para uma missão amistosa. Mujir recusou-se a recebê-lo na cidade e a sair ao seu encontro — o que Nur ed-Din entendeu como um insulto ao seu representante, avançando com um grande exército contra Damasco. O apelo desesperado de Mujir aos francos foi feito tarde demais. Nur ed-Din montou seu acampamento diante das muralhas em 18 de abril de 1154. Exatamente uma semana depois, após uma breve escaramuça junto à face leste dos muros, uma judia ajudou alguns de seus soldados a penetrar no bairro judeu — e o populacho, sem hesitar, abriu o portão oriental para dar passagem ao grosso das tropas. Mujir refugiou-se na cidadela, mas acabou capitulando ao cabo de apenas algumas horas. Nur ed-Din ofereceu-lhe sua vida e o emirado de Homs — de onde Mujir seria expulso poucas semanas mais tarde, sob a suspeita de tramar com antigos amigos de Damasco. O ex-emir, então, recusou a oferta da cidade de Balis, no Eufrates, e preferiu retirar-se para Bagdá.

---

1 Ibn al-Qalanisi, pp. 315-16 (mostrando-se reticente quanto à influência franca em Damasco); Ibn al-Athir, p. 496, e *Atabegues*, p. 189.

Enquanto isso, os cidadãos de Damasco recebiam Nur ed-Din com evidentes manifestações de alegria. Ele proibiu suas tropas de pilhar, e imediatamente encheu os mercados de mantimentos, eliminando o imposto cobrado sobre frutas e vegetais. Ao retornar para Alepo, deixou a cidade a cargo de Ayub. Balbek foi confiada a um nobre local, Dhakak, que depois se revoltaria contra Nur ed-Din e teria de ser suprimido.[1]

A captura de Damasco por Nur ed-Din superou em muito a conquista de Ascalão por Balduíno. Seu território estendia-se agora por toda a fronteira oriental dos Estados francos, desde Edessa até a Oultrejourdain. Apenas alguns pequenos emirados na Síria islâmica ainda mantinham sua independência, tais como Shaizar. Conquanto as terras francas ocupassem uma área maior e fossem mais ricas em recursos, as de Nur ed-Din tinham a vantagem da união sob um só senhor, muito menos estorvado por vassalos arrogantes que os governantes francos. Sua estrela estava em ascensão. Ainda assim, ele era demasiado cauteloso para precipitar-se após seu triunfo. Ao que parece, reafirmou a aliança entre Damasco e Jerusalém e, em 1156, renovou por mais dois anos a trégua entre as duas cidades ao efetuar um pagamento de oito mil ducados, dando continuidade ao tributo pago por Mujir ed-Din. Tamanha paciência devia-se sobretudo à sua rivalidade com os seljúcidas anatólios, dos quais queria tirar a parte do antigo condado de Edessa que lhes coubera.[2]

O Sultão Mas'ud faleceu em 1155, e seus filhos, Kilij Arslan II e Shahinshah, puseram-se imediatamente a disputar a herança. O primeiro ganhou o apoio dos príncipes danishmends Dhu'l Nun, de Cesaréia, e Dhu'l Qarnain, de Melitene; o segundo, do danishmend mais velho, Yaghi Siyan, de Sivas. Este solicitou o auxílio de Nur ed-Din, que sem vacilar respondeu atacando e anexando o quinhão seljúcida das cidades edesséias — Aintab, Dukuk e, provavelmente, também Samosata. Kilij Arslan derrotou seu irmão mas, embora tentasse forjar uma aliança com armênios e francos contra Nur ed-Din, não teve alternativa senão aceitar a perda de sua província junto ao Eufrates.[3]

Uma vez seguro no norte, Nur ed-Din voltou-se de novo para o sul. Em fevereiro de 1157, Balduíno violou seu pacto com Nur ed-Din. Confiando na trégua, muitos turcomanos haviam levado seus rebanhos de ovelhas e seus cavalos para apascentá-los nas ricas pastagens próximas à fronteira, em Banyas. O Rei Balduíno, endividado ao extremo devido ao seu gosto

---

1 Ibn al-Qalanisi, pp. 318-21; Ibn al-Athir, pp. 496-7, e *Atabegues*, pp. 190-2; Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 527-8.
2 Ibn al-Qalanisi, pp. 322, 327.
3 *Ibid.*, pp. 324-5; Nicetas Choniates, pp. 152-4; Gregório, o Sacerdote, p. 176.

pelo luxo, não conseguiu resistir à tentação de atacar os despreocupados pastores e roubar-lhes os animais. Se por um lado essa vergonhosa transgressão de seu acordos proporcionou-lhe o mais rico butim visto na Palestina em muitas décadas, por outro despertou a sede de vingança de Nur ed-Din. Enquanto este se detinha em Balbek a fim de subjugar seu emir rebelde, seu general Shirkuh derrotava alguns assaltantes latinos provenientes da Buqaia e seu irmão, Nasr ed-Din, desbaratava uma companhia de hospitalários perto de Banyas. Em maio, Nur ed-Din partiu em pessoa de Damasco para assediar Banyas. Após derrotar uma pequena força de socorro, Shirkuh juntou-se a seu senhor diante dos muros da cidade. A cidade baixa não tardou em ser tomada, mas a cidadela — localizada a cerca de três quilômetros dali, sobre a encosta íngreme de uma montanha — resistiu, sob o controle do Comissário Humberto de Toron. Este estava a ponto de render-se quando tomou conhecimento da aproximação do rei. Nur ed-Din ateou fogo à cidade baixa e retirou-se, deixando que Balduíno entrasse em Banyas e consertasse seus muros. Enquanto os francos voltavam para o sul, acompanhando o Jordão, Nur ed-Din caiu sobre eles no extremo norte do mar da Galiléia, conquistando uma grande vitória. O rei escapou por um triz, abrigando-se em Safed, e os muçulmanos puderam retomar o assédio a Banyas. Passados alguns dias, contudo, ao chegar-lhe do norte a notícia de um ataque iminente de Kilij Arslan, Nur ed-Din abandonou a tentativa e correu de volta a Alepo.[1]

Havia outros motivos para desejar evitar uma guerra declarada naquele momento. No início do outono de 1156, uma série de terremotos fez-se sentir por toda a Síria. Damasco não sofreu grandes danos, mas houve destruição em Alepo e Hama, enquanto um bastião desmoronou em Apaméia. Em novembro e dezembro ocorreram novos abalos, nos quais foi a vez de a cidade de Shaizar sofrer. Chipre e as cidades litorâneas ao norte de Trípoli foram atingidas por tremores ao longo da primavera seguinte. Em agosto de 1157, o vale do Orontes sofreu abalos ainda mais intensos. Muitas vidas foram ceifadas em Homs e Alepo. Em Hama, os estragos foram tão aterradores que o tremor foi batizado pelos cronistas de Terremoto Hama. Em Shaizar, a família munquidita estava reunida para celebrar a circuncisão de um jovem príncipe quando as imponentes muralhas da cidadela desabaram sobre suas cabeças. De toda a dinastia, os únicos sobreviventes foram a Princesa de Shaizar, resgatada das ruínas, e Usama, que se encontrava fora, em suas missões diplomáticas. Tanto muçulmanos quanto francos ficaram du-

1 Guilherme de Tiro, XVII, 11-15, pp. 834-45; Ibn al-Qalanisi, pp. 325-6, 330-7.

rante um bom tempo ocupados demais reparando fortalezas arruinadas para pensar em expedições agressivas sérias.[1]

Em outubro de 1157 (dois meses após seu retorno de Banyas), Nur ed-Din, de repente, caiu gravemente enfermo em Sarmin. Acreditando estar à beira da morte, insistiu em ser levado numa liteira até Alepo, onde lavrou seu testamento. Seu irmão, Nasr ed-Din, deveria suceder-lhe em suas propriedades, com Shirkuh governando Damasco sob sua suserania. Quando, porém, Nasr ed-Din entrou em Alepo a fim de preparar-se para receber sua herança, deparou-se com a oposição do governador, Ibn ed-Daya. Houve tumultos nas ruas, que só foram mitigados quando os notáveis da cidade foram chamados à presença de seu soberano e constataram que este ainda vivia. Com efeito, a crise foi superada e Nur ed-Din recuperou-se pouco a pouco; não obstante, parecia haver perdido algo de sua iniciativa e energia. Deixara de ser o guerreiro invencível. Começaram a emergir na Síria outras forças para dominar a cena.[2]

---

1 Roberto de Torigny, I, p. 309; Miguel, o Sírio, III, pp. 315-16; versão armênia, p. 356. *Crôn. Anôn. Sír.* (edição síria), p. 302; Ibn al-Qalanisi, pp. 338-41; Ibn al-Athir, p. 503; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 529. Segundo Ibn al-Qalanisi, Nur ed-Din temia que os francos atacassem suas fortalezas indefesas, e manteve seu exército reunido para impedir qualquer movimento nesse sentido. A elegia de Usama sobre a destruição de sua família, com a qual havia brigado, é fornecida por Abu Shama, edição do Cairo, vol. I, p. 112.

2 Guilherme de Tiro, XVII, 17, pp. 847-8; Ibn al-Qalanisi, p. 341; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 531; Abu Shama, p. 110 (*in R.H.C.Or.*).

Capitulo III

O Retorno do Imperador

> *"O rei do norte voltará, depois de recrutar multidões mais numerosas que as primeiras: após alguns anos ele irromperá, com um grande exército e abundante equipamento."*
>
> DANIEL 11, 13

Em 1153, enquanto a atenção de Nur ed-Din estava voltada para Damasco e o Rei Balduíno e seu exército assediavam Ascalão, a Princesa de Antióquia decidia seu próprio destino. Entre os cavaleiros que acompanharam o Rei Luís da França na Segunda Cruzada estava o filho mais jovem de Godofredo, Conde de Gien e senhor de Châtillon-sur-Loing. Uma vez que Reinaldo de Châtillon não tinha perspectivas em seu próprio país, deixou-se ficar na Palestina quando os demais cruzados voltaram para casa. Lá, colocou-se a serviço do jovem Rei Balduíno, que acompanhou a Antióquia em 1151. A princesa viúva logo o notou. Ao que parece, ele permaneceu em seu principado, sem dúvida de posse de algum pequeno feudo; talvez tenha sido a sua presença que a induziu a recusar os maridos que lhe foram sugeridos pelo rei e pelo imperador. Na primavera de 1153, Constância decidiu desposá-lo. Antes de anunciar sua intenção, pediu permissão ao rei, por ser ele o guardião oficial de seu Estado e o suserano de seu noivo. Reinaldo correu a Ascalão, onde o acampamento do rei acabava de ser montado, e entregou-lhe a mensagem de sua prima. Balduíno, sabendo que Reinaldo era um soldado valoroso — e sobretudo aliviado por livrar-se da responsabilidade sobre Antióquia —, não criou obstáculos. Assim que Reinaldo retornou, celebraram-se as bodas e ele foi instalado como príncipe. Não foi uma escolha popular. Não só as grandes famílias da cidade como também os súditos mais humildes da princesa entendiam que Constância estava se degradando ao entregar-se a um indivíduo de origem obscura.[1]

Teria sido cortês e correto da parte de Constância pedir permissão também ao Imperador Manuel. A notícia do casamento foi mal recebida em Constantinopla. Todavia, Manuel no momento estava envolvido em uma

---

1 Guilherme de Tiro, XVII, 26, p. 802, diz que ela havia se casado em segredo antes de obter a permissão do rei. Cinnamus, p. 178, refere-se a ele como "um certo Reinaldo" — "Ρενάλδῳ τινί"; Miguel, o Sírio, versão armênia, p. 310. Schlumberger (Renaud de Châtillon, p. 3) estabelece sua origem. As núpcias ocorreram antes de maio, quando Reinaldo confirmou os privilégios venezianos em Antióquia (Röhricht, *Regesta*, p. 72).

campanha contra os seljúcidas. Não pôde dar expressão prática à sua ira. Cônscio de seus direitos, enviou, pois, uma mensagem a Antióquia oferecendo-se para reconhecer o novo príncipe caso os francos da cidade lutassem pelo império contra o armênio Thoros e prometendo um subsídio financeiro caso a missão fosse devidamente cumprida. Reinaldo aceitou de bom grado: em termos pessoais, a aprovação imperial o fortaleceria, e, além disso, os armênios haviam penetrado no distrito de Alexandreta, considerado pelos antioquenos parte de seu principado. Ao cabo de uma rápida batalha, os armênios foram empurrados de volta para a Cilícia, e Reinaldo presenteou com o país reconquistado a Ordem do Templo — a qual assumiu o controle de Alexandreta, e, a fim resguardar suas vias de acesso, restaurou os Castelos de Gastun e Baghras, que comandavam o Passo Sírio. Reinaldo já havia tomado a decisão de associar-se aos templários, e assim inaugurou uma amizade que seria fatal para Jerusalém.[1]

Tendo assegurado o território desejado, Reinaldo requisitou seus subsídios ao imperador, que os recusou, alegando que a tarefa principal ainda estava pendente. Reinaldo mudou então de política. Com incentivo dos templários, reconciliou-se com Thoros e seus irmãos, e, enquanto os armênios atacavam as poucas fortalezas bizantinas remanescentes na Cilícia, ele decidiu liderar uma expedição contra a rica ilha de Chipre. Faltava-lhe, porém, dinheiro para tal empresa. Como o Patriarca Aimery de Antióquia, homem muito abastado, expressara sem rodeios sua desaprovação das núpcias de Constância, Reinaldo resolveu puni-lo e aproveitar para lucrar à sua custa. Aimery havia conquistado o respeito dos antioquenos por sua coragem e energia nos dias sombrios que se seguiram à morte do Príncipe Raimundo; entretanto, seu analfabetismo e a frouxidão de seu caráter mancharam-lhe a reputação, deixando-o vulnerável. Reinaldo exigiu-lhe dinheiro e, diante de sua recusa, enervou-se e atirou-o na prisão, onde o prelado foi cruelmente atingido na cabeça. Suas feridas foram, então, lambuzadas de mel e ele permaneceu acorrentado por um dia inteiro sob o sol inclemente no telhado da cidadela, servindo de presa para todos os insetos das proximidades. O tratamento surtiu o efeito desejado. O miserável patriarca apressou-se em pagar, não querendo enfrentar outro dia de tal tormento. Nesse ínterim, a história chegou a Jerusalém. O Rei Balduíno, escandalizado, enviou imediatamente seu chanceler, Ralph, e o Bispo de Acre para insistirem na pronta libertação do patriarca. Reinaldo, tendo já obtido o dinheiro, liberou-o, e Aimery acompanhou seus salvadores a Jerusalém, onde foi recebido com as mais altas honras pelo

---

1 Guilherme de Tiro, XVII, 10, pp. 834-5; Miguel, o Sírio, III, p. 314, e versão armênia, p. 349, fornecendo uma versão mais favorável a Thoros. Bar-Hebraeus, trad. Budge, p. 283.

rei, pela Rainha Melisende e por seu colega patriarca. Nesse meio tempo, recusou-se a retornar a Antióquia.[1]

A experiência do patriarca chocou os círculos francos responsáveis, mas Reinaldo não se abalou. Já podia atacar Chipre, e, na primavera de 1156, ele e Thoros aportaram inopinadamente na ilha. Chipre fora poupada das guerras e invasões que haviam grassado no continente asiático no século anterior. Era uma terra farta e próspera sob o domínio bizantino. Meio século antes, os víveres cipriotas haviam sido de inestimável valia para os francos da Primeira Cruzada quando se encontravam famintos em Antióquia — e, exceto por eventuais disputas administrativas, as relações entre os francos e o governo da ilha eram amistosas. Assim que tomou conhecimento dos planos de Reinaldo, o Rei Balduíno enviou às pressas uma mensagem para alertar a ilha, mas era tarde demais; os reforços jamais chegariam a tempo. O governador era João Comneno, sobrinho do imperador, com quem estava o célebre soldado Miguel Branas. Ao receberem a notícia do desembarque franco, Branas correu com a milícia local até a costa, conquistando uma pequena vitória inicial. Os invasores eram, porém, muito numerosos. Logo subjugaram suas tropas e capturaram-no — e, quando João Comneno saiu em seu socorro, também caiu prisioneiro. Os vitoriosos francos e armênios puseram-se então a percorrer a ilha, roubando e saqueando todas as construções que encontravam pela frente, de igrejas e conventos a lojas e residências particulares. As safras foram queimadas, os rebanhos foram recolhidos, junto como toda a população, e conduzidos para o litoral. As mulheres foram violentadas; as crianças e os anciãos já com a idade demasiado avançada para caminharem tiveram a garganta cortada. A carnificina e a pilhagem ocorreram em uma escala capaz de despertar a inveja dos hunos ou dos mongóis. O pesadelo prolongou-se por cerca de três semanas. Então, ao ouvir boatos da aproximação de uma frota imperial, Reinaldo determinou o reembarque. Os navios ficaram carregados com o butim. Os rebanhos e manadas para os quais não havia espaço foram revendidos para seus proprietários a preços extorsivos. Cada cipriota foi obrigado a pagar um resgate por si próprio; como, porém, não restava mais dinheiro na ilha para tal fim, o governador e Branas, além dos principais clérigos, dos maiores proprietários e dos mercadores mais eminentes, junto com suas famílias inteiras, foram levados para Antióquia, onde ficariam encarcerados até que o dinheiro estivesse disponível — exceto alguns, que foram mutilados e enviados a Constantinopla por escárnio.[2] Chipre nunca se recuperaria plena-

---

1 Guilherme de Tiro, XVIII, I, pp. 816-17; Cinnamus, p. 181.

2 Guilherme de Tiro, XVIII, 10, pp. 834-5; Cinnamus, pp. 78-9; Miguel, o Sírio, III, p. 315, e versão armênia, p. 350; Bar-Hebraeus, trad. Budge, p. 284; Gregório, o Sacerdote, p. 187, que conta que Reinaldo decepou o nariz dos sacerdotes gregos capturados.

mente da devastação promovida pelos franceses e seus aliados armênios. Os terremotos de 1157, particularmente intensos na ilha, arrematararam a desgraça, e, em 1158, os egípcios, cuja esquadra havia muitas décadas não se atrevia a penetrar em águas cipriotas, realizou algumas investidas contra o país indefeso — possivelmente sem a permissão formal do governo do califa, visto que o irmão do governador, que figurava entre os prisioneiros capturados, foi recebido com honrarias no Cairo e imediatamente enviado de volta a Constantinopla.[1]

Em 1157, Thierry, Conde de Flandres, retornou à Palestina com uma companhia de cavaleiros, e, no outono, Balduíno III determinou-se a tirar proveito de sua chegada e da enfermidade de Nur ed-Din para restabelecer as posições francas no médio Orontes. Reinaldo foi persuadido a juntar-se ao exército real em um ataque a Shaizar. Com o desastroso terremoto de agosto, a cidadela caíra nas mãos de um bando de aventureiros Assassinos. O exército cristão lá chegou no fim do ano. A cidade baixa logo foi subjugada, e a rendição da cidadela arruinada parecia iminente, quando irrompeu uma querela entre os sitiantes. Balduíno prometeu a cidade e seu território a Thierry, como núcleo de um principado vassalo da Coroa, mas Reinaldo, alegando que os munquiditas haviam sido tributários de Antióquia, exigia que Thierry lhe prestasse homenagem. Para o conde, a idéia de submeter-se a alguém de origem tão ignota era impensável. Balduíno só conseguiu solucionar a disputa abandonando o território pleiteado. O exército seguiu para o norte, ocupando as ruínas de Apaméia e, em seguida, pôs-se a assediar Harenc. Era uma propriedade indubitavelmente antioquense, mas Balduíno e Thierry dispuseram-se a ajudar Reinaldo a recapturá-la em vista de sua importância estratégica. Após um intenso bombardeio com as catapultas, a cidade capitulou em fevereiro de 1158, sendo confiada pouco depois a um dos cavaleiros de Thierry, Reinaldo de Saint-Valery, que dela se encarregou sob o Príncipe de Antióquia.[2]

Uma vez que a conduta do Príncipe de Antióquia não fora satisfatória, o rei decidiu mudar a orientação de sua política. Estava a par das péssimas relações de Reinaldo com o imperador, que dificilmente perdoaria o ataque a Chipre, e ciente de que o exército bizantino ainda era o mais formidável da cristandade. No verão de 1157, Balduíno enviara uma embaixada a Constantinopla para solicitar uma noiva da família imperial. A missão era liderada por

---

1 Ibn Moyessar, p. 473.

2 Guilherme de Tiro, XVIII, 17-19, pp. 847-53; Roberto de Torigny, I, p. 316; Miguel, o Sírio, versão armênia, pp. 351-3; Ibn al-Qalanisi, pp. 342, 344; Reinaldo de Saint-Valery ainda era um barão de Jerusalém em 1160 (Röhricht, *Regesta*, p. 94), mas retornou ao Ocidente pouco depois. Roberto de Torigny é o único a contar que Harenc lhe foi confiada.

Achardo, Arcebispo de Nazaré, que pereceu na viagem, e Humberto II de Toron. Foram bem recebidos pelo Imperador Manuel, que, ao cabo de algumas negociações, ofereceu sua sobrinha Teodora, com um dote de cem mil hipérperos de ouro — além de dez mil para as despesas nupciais e presentes no valor de mais trinta mil. Em troca, ela receberia como dote Acre e seu respectivo território, que lhe caberiam caso seu marido viesse a falecer sem filhos. Quando a embaixada retornou e Balduíno aceitou suas condições, a jovem princesa partiu de Constantinopla. Chegou a Acre em setembro de 1158, de onde seguiu com toda a pompa para Jerusalém. O matrimônio foi celebrado pelo Patriarca Aimery de Antióquia, já que o patriarca eleito de Jerusalém ainda não fora confirmado pelo papa. A jovem contava então treze anos, mas era bem desenvolvida e adorável. Balduíno ficou encantado com ela e foi um marido fiel, abandonando os hábitos devassos de seus tempos de solteiro.[1]

Durante as negociações, parece que Manuel prometeu tomar parte de uma aliança contra Nur ed-Din, ao passo que Balduíno concordara que Reinaldo precisava receber uma lição. Nesse meio tempo, o rei dedicou-se a uma campanha na fronteira damascena. Em março de 1158, ele e o Conde de Flandres realizaram um ataque de surpresa à própria Damasco, e, em 1º de abril, cercaram o castelo de Dareiya, nos subúrbios. Entrementes, Nur ed-Din, àquela altura convalescendo, já se pusera a caminho do sul, a fim de encerrar as intrigas que haviam florescido durante sua enfermidade. Alcançou Damasco em 7 de abril, para júbilo de seus habitantes — e Balduíno julgou mais prudente retirar-se. Nur ed-Din então empreendeu uma contra-ofensiva: enquanto seu lugar-tenente Shirkuh devastava o território de Sídon, ele comandava em pessoa uma investida contra o castelo de Habis Jaldak, construído pelos francos como um baluarte a sudeste do mar da Galiléia, junto às margens do rio Yarmuk. A guarnição foi tão pressionada que logo concordou em capitular caso não recebesse ajuda em dez dias. Balduíno, pois, partiu com o Conde Thierry para salvá-la, mas, em vez de seguir direto para lá, tomou a estrada ao norte do lago, que conduzia a Damasco. O estratagema deu certo. Nur ed-Din, temendo por suas comunicações, levantou o cerco. Os dois exércitos encontraram-se na aldeia de Butaiha, a leste do vale superior do Jordão. Assim que avistaram os muçulmanos os francos arremeteram, acreditando tratar-se de um destacamento de batedores; foi quando o relincho de uma mula com que o rei presenteara um xeque que eles sabiam estar com Nur ed-Din — ela reconhecera o cheiro de seus

1 Guilherme de Tiro, XVIII, 16, 22, pp. 846, 857-8; Gregório, o Sacerdote, pp. 186-9; Mateus de Edessa, cclxxiii, pp. 352-3.

velhos amigos entre os cavalos francos — lhes revelou que a força islâmica havia chegado inteira. Não obstante, o ímpeto do ataque foi tão grande que os muçulmanos oscilaram. Nur ed-Din, cujo estado de saúde ainda demandava cuidados, foi convencido a deixar o campo de batalha; com sua partida, todas as suas tropas giraram nos calcanhares e bateram em retirada de modo um tanto ou quanto desordenado. A vitória franca foi suficiente para induzir Nur ed-Din a pedir uma trégua. Durante os anos seguintes, não houve embates sérios na fronteira sírio-palestina. Tanto Balduíno quanto Nur ed-Din puderam voltar suas atenções para o norte.[1]

No outono de 1158, o imperador deixou Constantinopla diante de um grande exército. Marchou para a Cilícia, e, enquanto a força principal avançava penosamente pela árdua estrada costeira rumo ao leste, ele corria à frente, com uma força de apenas quinhentos cavaleiros. Seus preparativos foram tão secretos e seus movimentos, tão rápidos, que ninguém na Cilícia sabia de sua aproximação. O príncipe armênio Thoros encontrava-se em Tarso sem de nada suspeitar quando de repente, um dia no fim de outubro, um peregrino latino a quem hospedara voltou correndo para sua corte a fim de contar-lhe que avistara tropas imperiais a apenas um dia de marcha de distância. Thoros reuniu sua família, seus amigos mais íntimos e seu tesouro e sem hesitar fugiu para as montanhas. No dia seguinte, Manuel penetrou na planície ciliciense. Enquanto seu cunhado, Teodoro Vatatses, ocupava Tarso, ele avançou em marcha acelerada e, em duas semanas, todas as cidades da Cilícia até Anazarbus haviam caído em seu poder. O próprio Thoros, porém, continuava fugitivo. Enquanto destacamentos bizantinos esquadrinhavam os vales, ele se evadia de um pico para outro, até que por fim encontrou refúgio em um penhasco conhecido como Dadjig, próximo à nascente do Cidno, cujas ruínas estavam desabitadas por gerações. Somente seus dois servos de maior confiança conheciam seu paradeiro.[2]

A chegada do imperador aterrorizou Reinaldo. Ele sabia que não tinha condições de resistir àquele gigantesco exército imperial — e foi essa consciência que o salvou. Afinal, submetendo-se sem hesitar, ele poderia obter termos muito melhores do que se fosse derrotado em batalha. Gerardo, Bispo de Latáquia, o mais perspicaz de seus conselheiros, assinalou-lhe que o que motivava o imperador era mais prestígio que conquista. Assim, Reinaldo tratou de enviar rapidamente uma mensagem a Manuel, dispondo-se a entregar a cidadela de Antióquia a uma guarnição imperial. Quando seu

---

1 Guilherme de Tiro, XVIII, 21, pp. 855-6; Ibn al-Qalanisi, pp. 346-8: Abu Shama, pp. 97-100 (que afirma que Balduíno teria pedido uma trégua, provavelmente com base em um equívoco de Ibn al-Qalanisi).

2 Cinnamus, pp. 179-81; Mateus de Edessa, *loc. cit.*; Gregório, o Sacerdote, p. 187.

emissário lhe levou a resposta de que aquilo não seria suficiente, Reinaldo vestiu uma roupa de penitente e correu ao acampamento do imperador, próximo a Mamistra. Enviados de todos os príncipes das vizinhanças começaram a chegar para saudar o imperador — de Nur ed-Din, dos danishmends, do Rei da Geórgia e até do califa. Manuel deixou Reinaldo esperar um pouco. Parece que nesse momento ele recebeu uma mensagem do patriarca exilado, Aimery, sugerindo que Reinaldo deveria ser levado à sua presença agrilhoado e deposto. Entretanto, era mais conveniente para Manuel tê-lo como um humilde cliente. Em uma sessão solene, com o imperador sentado no trono em sua grande tenda, seus cortesãos e embaixadores estrangeiros ao seu redor e os melhores regimentos do exército alinhados ao longo do caminho, Reinaldo apresentou sua submissão. Ele e seu séquito haviam atravessado a cidade descalços e com as cabeças descobertas até chegarem ao acampamento, onde o Príncipe de Antióquia se prostrou no pó diante da plataforma imperial, enquanto todos os seus homens erguiam as mãos em súplica. Vários minutos se passaram antes que Manuel se dignasse notá-lo. O perdão foi concedido com três condições: sempre que lhe fosse pedido, ele deveria entregar a cidadela a uma guarnição imperial; teria de fornecer um contingente ao exército imperial; e precisaria admitir um patriarca grego para Antióquia, no lugar de um latino. Reinaldo jurou obedecer a tais termos. Em seguida, foi dispensado e enviado de volta a Antióquia.

À notícia da aproximação de Manuel, o Rei Balduíno, com seu irmão Amalrico e o Patriarca Aimery, vieram correndo do sul. Chegaram a Antióquia pouco depois do retorno de Reinaldo. Balduíno ficou um pouco desapontado ao saber do perdão de Reinaldo, e escreveu imediatamente a Manuel para rogar-lhe uma audiência. Este hesitou, aparentemente por imaginar que Balduíno desejava o principado para si — o que talvez estivesse incluído na sugestão de Aimery. Diante da perseverança de Balduíno, porém, Manuel cedeu, e o Rei de Jerusalém deixou Antióquia escoltado por cidadãos que lhe suplicavam que os reconciliasse com o imperador. A entrevista foi um tremendo sucesso. Manuel ficou encantado com o jovem rei, que manteve como seu hóspede por dez dias. Enquanto discutiam planos para uma aliança, Balduíno logrou obter o perdão para Thoros, que se submeteu ao mesmo procedimento enfrentado por Reinaldo e recebeu permissão para manter seu território nas montanhas. Foi provavelmente por obra de Balduíno que Manuel não insistiu na pronta instalação do patriarca grego. Aimery foi restabelecido em seu trono patriarcal e reconciliou-se formalmente com Reinaldo. Ao retornar a Antióquia, carregado de presentes, Balduíno deixou seu irmão para trás, na companhia do imperador.

No Domingo de Páscoa, 12 de abril de 1159, Manuel dirigiu-se a Antióquia e fez sua entrada triunfal na cidade. As autoridades latinas tentaram afastá-lo dizendo-lhe que havia um complô para assassiná-lo, mas ele não se deixou intimidar. Limitou-se a determinar que os cidadãos lhe entregassem reféns e que os príncipes latinos que tomariam parte da procissão seguissem desarmados, e tomou o cuidado de envergar uma malha sob seus trajes. Não houve nenhum incidente desagradável. Com os estandartes imperiais tremulando sobre a cidadela, o cortejo atravessou a ponte fortificada que conduzia à cidade. Primeiro vinham os soberbos varangianos da Guarda Imperial. Em seguida, o imperador em pessoa, montado, vestindo um manto de púrpura e levando na cabeça um diadema de pérolas. Reinaldo, a pé, segurava suas rédeas, e outros nobres francos caminhavam ao lado do cavalo. Atrás dele, também montado, seguia Balduíno, sem sua coroa e desarmado. Em seguida, vinham os altos funcionários do império. O Patriarca Aimery os aguardava junto aos portões, em trajes pontifícios completos e acompanhado de todo o seu clero, a fim de encabeçar a procissão pelas ruas cobertas de tapetes e flores, primeiro até a Catedral de S. Pedro, depois até o palácio.

Por oito dias Manuel permaneceu em Antióquia, e as festividades sucediam-se. Embora orgulhoso e majestoso em ocasiões solenes, ele irradiava um charme e uma cordialidade que cativaram as multidões — e a prodigalidade de seus presentes, tanto para a nobreza quanto para o populacho, reforçaram o júbilo geral. Num gesto gentil para com os ocidentais, mandou organizar um torneio e fez com que seus companheiros se juntassem a ele nas justas. Sendo excelente cavaleiro, conduziu-se de forma honrosa; seus comandantes, porém, para os quais a equitação era um meio e não um fim em si mesmo, causaram uma impressão menos profunda que os cavaleiros do Ocidente. A intimidade entre o imperador e seu sobrinho por casamento, o rei, estreitou-se. Quando Balduíno quebrou o braço numa caçada, Manuel insistiu em tratá-lo pessoalmente, do mesmo modo como servira de conselheiro médico para Conrado da Germânia.[1]

Essa semana esplêndida marcou o triunfo do prestígio do imperador. Gerardo de Latáquia, porém, estava certo. Era respeito que ele desejava, não conquista. Quando as festas chegaram ao fim, Manuel juntou-se às suas tropas fora da cidade e encaminhou-se para o leste, rumo à fronteira islâmica. Quase que de imediato Nur ed-Din enviou embaixadores ao seu en-

1 Guilherme de Tiro, XVIII, 23-5, pp. 859-64; Cinnamus, pp. 181-90; Nicetas Choniates, pp. 141-5; Prodromus, *in R.H.C.G.*, II, pp. 752, 766; Mateus de Edessa, cclxxiv, pp. 354-5; Gregório, o Sacerdote, pp. 188-9; Vahram, *Crônica Rimada*, p. 505; Ibn al-Qalanisi, pp. 349, 353. Ver também La Monte, "To what extent was the Byzantine Empire the suzerain of the Crusading States?", *in Byzantion*, vol. VII.

contro, com plenos poderes para negociar uma trégua. Para fúria dos latinos, que esperavam que ele marchasse sobre Alepo, Manuel recebeu a embaixada e deu início às discussões. Quando Nur ed-Din se ofereceu para libertar todos os prisioneiros cristãos que se encontravam em suas prisões — e que montavam a seis mil — e para enviar uma expedição contra os turcos seljúcidas, Manuel concordou em cancelar a campanha.

O mais provável é que ele nunca tenha pretendido levá-la a cabo; por mais que os cruzados e seus atuais apologistas o acusem de traição, é difícil imaginar o que mais ele poderia ter feito. Para os cruzados, a Síria era vital, mas para Manuel não passava de mais uma região de fronteira entre muitas, e não a mais crucial para seu império. Ele não podia se dar ao luxo de deter-se por muitos meses na extremidade de uma linha de comunicações longa e vulnerável, nem — por mais magnífico que fosse seu exército — arriscar-se impunemente a sofrer perdas pesadas. Ademais, não lhe interessava provocar a ruína do poder de Nur ed-Din. A dura experiência lhe ensinara que ele só era bem recebido pelos francos quando estes sentiam medo. Seria tolice eliminar sua maior fonte de receios. Além disso, a aliança com Nur ed-Din seria um recurso precioso nas guerras contra um inimigo muito mais ameaçador para o império: os turcos da Anatólia. Não obstante, como se veria depois, Manuel ajudaria a impedir Nur ed-Din de conquistar o Egito — já que tal feito teria ocasionado um desequilíbrio de forças fatal na região. É possível que, se tivesse sido menos precipitado, conseguisse melhores termos; entretanto, havia recebido notícias preocupantes de um complô em Constantinopla e problemas em sua fronteira européia. Não podia de modo algum estender-se mais na Síria.[1]

Entretanto, em termos psicológicos sua trégua com Nur ed-Din foi um erro. Por um momento, os francos se haviam disposto a aceitá-lo como líder; ele, porém, se mostrara — como, com um pouco mais de sabedoria, já seria de esperar — mais interessado no destino do império que no dos cruzados. Tampouco a libertação dos cativos cristãos foi para eles algum grande consolo. Entre eles havia certos guerreiros importantes, tais como o Grão-Mestre do Templo, Bertrando de Blancfort; em sua maioria, porém, eram germânicos capturados durante a Segunda Cruzada — além do pretendente ao trono de Trípoli, Bertrando de Toulouse, cujo ressurgimento poderia ter causado problemas caso sua saúde não tivesse sido abalada pelo cativeiro.[2]

---

1 Guilherme de Tiro, XVIII, 25, p. 864 (que não acusa de maneira alguma o imperador). Oto de Freisingen, *Gesta Friderici*, p. 229; Cinnamus, pp. 188-90; Gregório, o Sacerdote, pp. 190-1; Mateus de Edessa, cclxxv, pp. 355-8; Ibn al-Qalanisi, pp. 353-5.

2 Guilherme de Tiro, *loc. cit.*; Cinnamus, p. 188, sobretudo mencionando "τὸν Σαγγέλη υἱέα" (o filho de Saint Gilles) e "τὸν τέμπλου μάστορα".

Acertada a trégua, o imperador e seu exército retiraram-se para o oeste, a princípio devagar, depois em ritmo cada vez mais acelerado, à medida que chegavam notícias mais alarmantes de sua capital. Alguns dos seguidores de Nur ed-Din tentaram importuná-los, contrariando os desejos de seu senhor, e quando, para poupar tempo, Manuel decidiu cortar caminho por território seljúcida, houve algumas escaramuças com as tropas do sultão. Ainda assim, o exército chegou intacto a Constantinopla no fim do verão. Ao cabo de cerca de três meses, o imperador voltou à Ásia numa campanha contra os seljúcidas, a fim de experimentar contra eles uma tática nova e mais ágil. Nesse meio tempo, seus emissários consolidavam a coalizão contra o sultão seljúcida, Kilij Arslan II. Nur ed-Din, profundamente aliviado com a partida de Manuel, penetrou em território seljúcida na altura do médio Eufrates. O príncipe danishmend Yakub Arslan atacou vindo do nordeste, com tanto êxito que o sultão não teve saída senão ceder-lhe as terras ao redor de Albistan, no Antitauro. Enquanto isso, o general bizantino João Contostefano coletava os tributos devidos por Reinaldo e Thoros por tratado e, com um contingente de pechenegues estabelecido na Cilícia por Manuel, transpôs os desfiladeiros do Tauro. Ao mesmo tempo, Manuel, à frente do corpo principal de seu exército (reforçado por tropas fornecidas pelo Príncipe da Sérvia e por peregrinos francos recrutados quando seus navios aportaram em Rodes), assolava o vale do Meandro. O sultão precisou dividir suas forças. Quando Contostefano conquistou uma vitória incontestável sobre os turcos que haviam sido enviados para enfrentá-lo, Kilij Arslan desistiu da luta. Escreveu ao imperador propondo-se, em troca da paz, a devolver todas as cidades gregas ocupadas nos últimos anos pelos muçulmanos, garantindo que as fronteiras seriam respeitadas e os ataques, interrompidos, e oferecendo um regimento para combater no exército imperial sempre que necessário. Manuel concordou com tais termos, mas reservou para si o irmão rebelde do sultão, Shahinshah, que recorrera a ele em busca de proteção. Assim, para confirmar o acordo, Kilij Arslan enviou a Constantinopla seu chanceler cristão, Cristóvão, sugerindo uma visita oficial à corte bizantina. As hostilidades foram encerradas no verão de 1161; na primavera seguinte, Kilij Arslan foi recebido em Constantinopla. As cerimônias foram esplêndidas. O sultão foi tratado com grandes honras e coberto de presentes, mas sempre como príncipe vassalo. A notícia da visita muito impressionou todos os príncipes orientais.[1]

---

1 Cinnamus, pp. 191-201, 204-8; Nicetas Choniates, pp. 152-64; Gregório, o Sacerdote, pp. 193-4, 199; Mateus de Edessa, cclxxxii, p. 364; Miguel, o Sírio, III, p. 320; *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 302; Ibn al-Athir, p. 544.

É em termos gerais que devemos julgar a política de Manuel para o Oriente. Seu sucesso acarretou algumas vantagens para os francos. Nur ed-Din não foi derrotado, mas ficou assustado — e não voltaria a empreender um ataque direto a territórios cristãos. Por outro lado, a paz com os seljúcidas voltou a abrir a rota terrestre aos peregrinos ocidentais. Estes aumentaram em número, e se não chegaram mais deles foi devido à política ocidental, às guerras entre os Hohenstaufen e os papistas nas terras germânicas e italianas e entre os Capetos e os Plantagenetas na França. Entretanto, embora Bizâncio continuasse sendo a maior influência no Norte da Síria nos vinte anos seguintes, seus amigos legítimos entre os francos eram muito poucos.

Eventos ocorridos em 1160 ajudaram a elucidar tanto a natureza quanto o valor da suserania imperial sobre Antióquia. O Rei Balduíno havia retornado para o sul e dedicava-se a alguns assaltos de pouca monta em território damasceno, aproveitando-se das preocupações de Nur ed-Din no norte, quando soube que este aprisionara Reinaldo. Em novembro de 1160, o deslocamento sazonal dos rebanhos das montanhas do Antitauro para a planície do Eufrates tentou o príncipe a atacar o vale do rio. Na volta, retardado pelas manadas de bois, camelos e cavalos que arrebanhara, caiu em uma emboscada do governador de Alepo, o irmão adotivo de Nur ed-Din, Majd ed-Din. Reinaldo lutou com bravura, mas seus homens estavam em menor número e ele acabou sendo desmontado e capturado. Foi enviado com seus companheiros, amarrado sobre um camelo, para Alepo, onde ficaria cativo por dezesseis anos. Nem o imperador, nem o Rei de Jerusalém, nem mesmo o povo de Antióquia demonstraram qualquer pressa de resgatá-lo. Na prisão, ele encontrou o jovem Juscelino de Courtenay, portador do título de Conde de Edessa, que fora capturado em um ataque alguns meses antes.[1]

A eliminação de Reinaldo ocasionou um problema constitucional em Antióquia, onde ele reinara como marido da Princesa Constância. Agora ela reivindicava que o poder revertesse para si, mas a opinião pública apoiava os direitos do filho de seu primeiro casamento, Boemundo, alcunhado de o Gago — que, entretanto, contava apenas quinze anos. Era uma situação similar à da Rainha Melisende e Balduíno III em Jerusalém, alguns anos antes. Não havia perigo imediato, já que o medo de Nur ed-Din a Manuel o impedia de atacar Antióquia em si. Ainda assim, era necessário um governo efetivo. *Stricto sensu*, cabia ao imperador, como suserano reconhecido do

1 Guilherme de Tiro, XVIII, 28, pp. 868-9; Mateus de Edessa, cclxxxi, pp. 363-4; *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 302; Gregório, o Sacerdote, p. 308; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 533; Cahen (*op. cit.*, p. 405, n. 1) apresenta fontes adicionais e discute a topografia.

principado, solucionar o problema. Manuel, porém, encontrava-se longe, e os antioquenos haviam-no aceitado não sem reservas. Os príncipes normandos de Antióquia consideravam-se príncipes soberanos, mas a menoridade recorrente entre seus sucessores tinha obrigado os reis de Jerusalém a intervir, mais na condição de parentes que de suseranos. Não obstante, crescera em Antióquia um sentimento que tinha o rei em conta de suserano; além disso, não há muita dúvida de que Manuel só fora aceito tão facilmente porque Balduíno estava presente para expressar sua aprovação do acordo. Era a Balduíno, não a Manuel, que o povo de Antióquia recorria agora em busca de uma resposta. A convite seu, ele foi a Antióquia, declarou que era Boemundo III o príncipe de direito e confiou o governo ao Patriarca Aimery, até que o jovem chegasse à idade adequada. A decisão desagradou a Constância — e o método desagradou a Manuel. A princesa não hesitou em apelar para a Corte imperial.[1]

Por volta do fim do ano de 1159, a Imperatriz Irene, nascida Berta de Sulzbach, falecera deixando apenas uma filha. Em 1160, uma embaixada liderada por João Contostefano, acompanhada do principal intérprete da Corte, o italiano Teofilato, chegou a Jerusalém para pedir ao rei que designasse uma das princesas de Outremer qualificadas para tanto para ser a nova noiva do imperador viúvo. Havia duas candidatas: Maria, a filha de Constância de Antióquia, e Melisende, filha de Raimundo II de Trípoli, ambas primas de Balduíno e célebres por sua beleza. Não confiando em uma aliança familiar íntima entre o imperador e Antióquia, Balduíno sugeriu Melisende. Os embaixadores seguiram para Trípoli para transmitir a mensagem à princesa, saudada por todo o Oriente franco como futura imperatriz. Raimundo de Trípoli, orgulhoso, determinou-se a conceder à irmã um dote valioso, e gastou vastas somas de dinheiro em seu enxoval. Choveram presentes de sua mãe, Hodierna, e sua tia, a Rainha Melisende. Cavaleiros de todas as partes correram a Trípoli, na esperança de serem convidados para as bodas. Entretanto, não houve confirmação de Constantinopla. Os embaixadores remeteram a Manuel descrições fulgurosas e detalhadas da pessoa de Melisende, mas também registraram um boato acerca de seu nascimento, baseado na conhecida desavença entre sua mãe e seu pai. Na verdade, parece que não havia dúvidas quanto à sua legitimidade, mas a fofoca pode ter levado o imperador a hesitar. Então, ele soube da intervenção de Balduíno em Antióquia e recebeu o apelo de Constância. No princípio do verão de 1161, Raimundo, impaciente, enviou um de seus cavaleiros, Oto de Risberg, a Cons-

1 Guilherme de Tiro, XVIII, 30, p. 874; Miguel, o Sírio, III, p. 324, segundo o qual Constância foi deposta do governo de Antióquia por Thoros.

tantinopla, para inteirar-se da situação. Por volta de agosto Oto voltou com a notícia de que o imperador repudiara o matrimônio.[1]

O choque e a humilhação foram demais para Melisende. Ela caiu em depressão e logo apagou-se, como a *Princesse Lointaine* do romance francês medieval. Seu irmão, Raimundo, ficou furioso. Exigiu ser indenizado pelas somas que gastara com o enxoval; quando sua solicitação foi negada, travestiu em vasos de guerra as doze galeras que reservara para transportá-la até Constantinopla e comandou-as em um ataque à ilha de Chipre.[2] O Rei Balduíno, que se hospedara com os primos à espera de notícias, ficou extremamente inquieto, sobretudo quando os embaixadores bizantinos receberam ordem de partir para Antióquia. Seguindo ao seu encalço, ele se deparou em Antióquia com uma esplêndida embaixada imperial, encabeçada por Aleixo Briênio Comneno, filho de Ana Comnena, e o prefeito de Constantinopla, João Camatero. Já haviam negociado um contrato matrimonial entre seu senhor e a Princesa Maria de Antióquia, e bastara sua presença para que Constância se estabelecesse como a governante do principado. Balduíno não teve alternativa senão conformar-se com a situação. Maria, que era ainda mais adorável que sua prima Melisende, partiu de S. Simão em setembro, orgulhosa por tornar-se imperatriz e feliz na ignorância de seu destino final. O imperador desposou-a em dezembro, na Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla, em cerimônia celebrada por três patriarcas: Lucas de Constantinopla, Sofrônio de Alexandria e o patriarca titular de Antióquia, Atanásio II.[3]

Balduíno havia compreendido o valor da aliança com Bizâncio; porém, o êxito de Manuel fora maior do que ele desejara no norte cristão e menos efetivo contra Nur ed-Din, conquanto tenha mantido os muçulmanos quietos pelos dois anos seguintes. Após sua derrota diplomática no caso das núpcias do imperador, o rei retornou a Jerusalém, onde seu governo se tranqüilizara desde a queda de sua mãe. Melisende ainda havia emergido em 1157 para presidir um concílio de regência durante a ausência de Balduíno nas guerras, e mantivera o patronato eclesiástico em suas mãos. Quando o Patriarca Fulcher faleceu, em novembro de 1157, ela assegurou sua substituição por um simples clérigo conhecido seu, Amalrico de Nesle — um homem culto, mas

---

1 Guilherme de Tiro, XVIII, 30, pp. 874-6; Cinnamus, pp. 208-10, que diz que a saúde de Melisende era frágil, além dos rumores quanto à sua legitimidade. Melisende é mencionada como "futurae Imperatricis Constantinopolitanae" no decreto de 31 de julho de 1161, quando a Oultrejourdain foi confiada a Filipe de Milly. Ela e seu irmão encontravam-se, na época, com o rei, em Nazaré (Röhricht, *Regesta*, p. 96).

2 Guilherme de Tiro, XVIII, 31, 33, pp. 876, 878-9.

3 *Ibid.*, XVIII, 31, pp. 875-6; Cinnamus, p. 210-11; Nicetas Choniates, p. 151, um grande panegírico à beleza da nova imperatriz.

pouco afeito às coisas mundanas e nada pragmático. Hernes, Arcebispo de Cesaréia, e Ralph, Bispo de Belém, opuseram-se à sua elevação, e Amalrico foi obrigado a enviar Frederico, Bispo de Acre, a Roma, com o objetivo de obter apoio do papa. O tato de Frederico e, conforme se insinuou na época, suas propinas conquistaram a confirmação da Cúria papal.[1] Em seu patronato da Igreja, Melisende era secundada por sua enteada, Sibila de Flandres, que se recusou a retornar à Europa com seu marido Thierry em 1158, permanecendo, como freira, na abadia fundada por Melisende em Betânia. Quando esta faleceu, em setembro de 1161, durante a estada do rei em Antióquia, Sibila lhe sucedeu em sua influência sobre a família real e a Igreja, até sua própria morte, quatro anos depois.[2]

Ao passar por Trípoli, o Rei Balduíno caiu doente. Embora o Conde de Trípoli tenha enviado seu médico particular, o sírio Barac, para cuidar dele, o estado de saúde do rei agravou-se. Balduíno seguiu para Beirute, onde sucumbiu em 10 de fevereiro de 1162. Fora um homem alto e bem constituído, cuja compleição corada e espessa barba loira sugeriam boa saúde e virilidade, e todo o mundo acreditou que ele fora envenenado pelas drogas do médico sírio. Morreu aos 33 anos. Se tivesse vivido mais, é possível que chegasse a ser um grande monarca, pois era dotado de energia, visão e um charme pessoal irresistível. Culto, era versado em história e direito. Foi muito pranteado pelos súditos, e até os camponeses islâmicos desceram das montanhas para prestar homenagem ao seu corpo na passagem do cortejo funerário que se dirigia a Jerusalém. Alguns amigos de Nur ed-Din sugeriram-lhe que aquele era um bom momento para atacar os cristãos; entretanto, o atabegue, que acabara de voltar de uma há muito adiada peregrinação a Meca, se recusou a perturbar um povo que chorava a perda de tão nobre príncipe.[3]

---

1 Guilherme de Tiro, XVIII, 20, p. 854. Exemplos das obras de caridade religiosas de Melisende em 1159 e 1160 podem ser encontrados em Röhricht, *Regesta*, pp. 88, 94.

2 Guilherme de Tiro, *loc. cit.*, menciona a participação de Sibila. Ver Ernoul, p. 21, sobre a recusa de Sibila a deixar a Terra Santa.

3 Guilherme de Tiro, XVI, 2, pp. 705-6, fornece uma descrição do caráter de Balduíno III.

Capitulo IV

O Fascínio do Egito

"Não! É para o Egito que nós iremos." JEREMIAS, 42, 14

Balduíno III não deixou filhos. Sua rainha grega, Teodora, tinha apenas dezesseis anos quando enviuvou. O herdeiro do reino era seu irmão Amalrico, Conde de Jafa e Ascalão, que foi coroado rei pelo Patriarca Amalrico oito dias após a morte de Balduíno. Houve, porém, alguma controvérsia acerca de sua sucessão. Os barões não desejavam abdicar de seu direito de eleição, muito embora não houvesse outro candidato possível. Ademais, tinham uma queixa legítima. Cerca de quatro anos antes, Amalrico desposara Agnes de Courtenay, filha de Juscelino II de Edessa, sua prima em terceiro grau — e, portanto, dentro do grau de parentesco vetado pela Igreja, o que levara o patriarca a recusar-se a confirmar o casamento. Havia outro motivo para desaprovarem Agnes. Ela era consideravelmente mais velha que Amalrico. Seu primeiro marido, Reinaldo de Marash, fora morto em 1149, quando Amalrico contava treze anos. De mais a mais, a reputação de sua castidade não era das melhores. O patriarca e os barões exigiram que o casamento fosse anulado. Amalrico consentiu sem vacilar, conquanto insistisse no reconhecimento da legitimidade e dos direitos de herança de seus dois filhos, Balduíno e Sibila.[1]

Amalrico tinha agora 25 anos. Era tão alto e bonito quanto seu irmão, com a mesma face corada e espessa barba loira, embora seus críticos o considerassem muito rechonchudo no peito. Apesar de menos culto, era bem informado em termos jurídicos. Enquanto seu irmão adorava falar, ele ga-

---

1 Guilherme de Tiro, XIX, 1, 4, pp. 883-4, 888-90. Roberto de Torigny, I, p. 309, data as bodas de Amalrico de 1157. Sobre o primeiro marido de Agnes, ver acima, pp. 282-3. Os sucessores de Guilherme de Tiro tinham bons motivos para desaprová-la intensamente (ver abaixo, p. 350). É possível que tenham exagerado suas faltas, mas é improvável que apenas o parentesco distante tenha levado os barões a insistir no divórcio. Segundo Guilherme, quem chamou atenção para o problema foram a Abadessa Estefânia, filha de Juscelino I, e Maria de Salerno; entretanto, era sabido que Balduíno I e Juscelino I eram primos em primeiro grau, e o patriarca já havia se recusado a abençoar o matrimônio. Agnes provavelmente nasceu em 1133 — o primeiro marido de Beatrice, sua mãe, morreu em 1132, e ela desposou Juscelino de Edessa logo em seguida.

guejava um pouco e era taciturno, embora fosse dado a ataques freqüentes de riso alto, o que de certa forma abalava sua dignidade. Nunca gozou da mesma popularidade do irmão, pois faltavam-lhe seu charme e seus modos abertos; além disso, sua vida particular nada tinha de louvável.[1] Seu valor como estadista foi comprovado decorridos poucos meses de sua acessão, quando Gerardo, senhor de Sídon e Beaufort, despejou um de seus vassalos sem justa causa, e este apelou à Coroa. Amalrico insistiu em que o caso fosse julgado pela Suprema Corte do reino. Em seguida, passou um *assise*, baseado em precedentes similares, capacitando os vassalos a apelarem contra seu suserano na Suprema Corte. Caso o senhor deixasse de comparecer perante a Corte, o caso seria julgado à revelia e o vassalo, reinstalado. Tal lei, ao colocar os vassalos dos tenentes-em-chefe em contato direto com o monarca, ao qual deviam prestar homenagem, conferiria um poder imenso a um rei forte, que dominasse a Suprema Corte. Esta, porém, era composta pela mesma classe contra a qual a lei se dirigia. Caso o rei estivesse fraco, a lei poderia ser usada contra ele, sendo aplicada aos tenentes do domínio real.[2] Esse *assise* foi seguido de outros, regulamentando as relações do rei com seus vassalos.

Tendo estabelecido sua autoridade real com firmeza no âmbito doméstico, Amalrico pôde dar atenção às relações exteriores. No norte, estava disposto a sacrificar Antióquia aos bizantinos. Por volta do fim de 1162, houve perturbações na Cilícia após o assassinato do irmão de Thoros, Estêvão, a caminho de um banquete oferecido pelo governador imperial, Andrônico. Thoros, que tinha seus próprios motivos para desejar a eliminação de Estêvão, acusou Andrônico de cumplicidade no crime e investiu contra Mamistra, Anarzabus e Vahka, pegando de surpresa as guarnições gregas, que foram massacradas. Amalrico apressou-se a oferecer seus préstimos ao imperador, que substituiu Andrônico por um habilidoso general, húngaro de nascimento — Constantino Coloman. Coloman chegou à Cilícia com tropas reforçadas, e Thoros retirou-se, desculpando-se, para as montanhas.[3] Boemundo III de Antióquia, agora com dezoito anos, já estava em idade de governar. Em sua ânsia de manter o poder, Constância apelou para Coloman, solicitando-lhe auxílio militar. O boato de seu pedido causou um levante em Antióquia. Constância foi exilada, e Boemundo III, instalado em

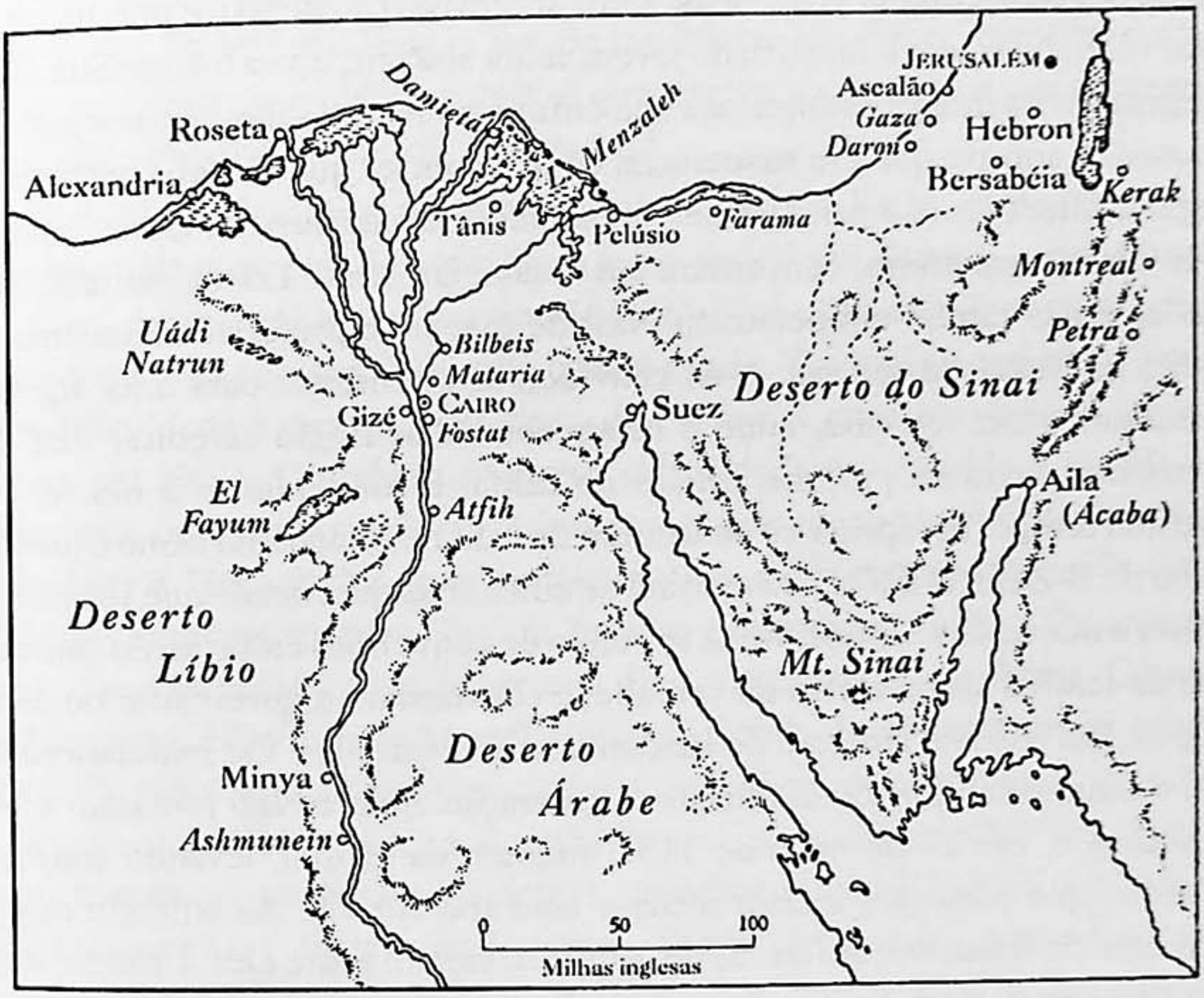
---

1 Guilherme de Tiro, XIX, 2-3, pp. 884-8.

2 A respeito desse importante *assise*, ver acima, p. 261. La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 22-3, 99, 153; também Grand Claude, "Liste d'Assises de Jérusalem", *in Mélanges Paul Fournier*, pp. 329 ss. Ele data esse *assise* de 1166 e enumera os demais que podem ser atribuídos a Amalrico.

3 Cinnamus, p. 227; Gregório, o Sacerdote, p. 200; Sembat, o Comissário, p. 621; Miguel, o Sírio, III, p. 319; versão armênia, pp. 349, 356.

seu lugar. Ela veio a falecer pouco depois.[1] O imperador não fez objeção à mudança de regime, provavelmente porque Amalrico deu garantias de que sua suserania seria respeitada. Como salvaguarda, porém, convidou o segundo filho de Constância, Balduíno, e, mais tarde, seus filhos com Reinaldo a irem para Constantinopla. Balduíno ingressou no exército imperial e morreu em batalha.[2] Ao mesmo tempo que o Rei Amalrico dava seu apoio declarado aos bizantinos, escreveu ao Rei Luís VII da França, indagando-lhe se não haveria alguma possibilidade de enviar ajuda aos latinos da Síria.[3]



Mapa 5. O Egito no século XII.

1 Miguel, o Sírio, III, p. 324, confirmado por *Crôn. Anôn. Sír.* Ambos parecem confundir os eventos de 1160 e 1162-3. Ughelli, *Italia Sacra*, VII, p. 203, cita um decreto de 1167 em que Boemundo III se autodenomina "Príncipe de Antióquia, Senhor de Laodicéia e Gibel". Visto que Latáquia e Jabala eram parte do dote de sua mãe, presume-se que ela já tivesse morrido.

2 Sobre Balduíno, ver abaixo, p. 355. A filha de Constância com Reinaldo, Agnes, mais tarde se casaria com o pretendente húngaro Aleixo ou Bela III, que ascendeu ao trono da Hungria em 1173 (Nicetas Choniates, p. 221).

3 Cartas de Amalrico em Bouquet, *R.H.F.*, vol. XVI, pp. 36-7, 39-40, A segunda carta fala da ameaça bizantina a Antióquia. Boemundo III escreveu mais ou menos na mesma época ao Rei Luís (*ibid.*, pp. 27-8).

A boa vontade bizantina era necessária para que Amalrico pusesse em prática sua grande ambição política, o controle do Egito. A existência dos Estados latinos dependia, como ele compreendia muito bem, da desunião de seus vizinhos islâmicos. A Síria muçulmana, agora, encontrava-se unificada, mas, enquanto perdurasse a inimizade entre o Egito e Nur ed-Din, a situação não seria desesperadora. No entanto, o califado fatímida mergulhara em tal decadência que seu fim parecia iminente. Era crucial que não caísse nas mãos de Nur ed-Din. Desde a perda de Ascalão, o caos na corte do califa era crescente. O vizir, Abas, ainda sobreviveu ao desastre por um ano. Seu filho, Nasr, era o favorito do jovem califa al-Zafir, e sua intimidade deu origem a uma intriga escandalosa que enfureceu Abas — mas não por razões morais, e sim porque ele suspeitava, corretamente, que al-Zafir pretendia jogar o filho contra o pai. Usama, que ainda se encontrava na Corte, soube que Nasr, com efeito, concordara em assassinar Abas. Tratou de reconciliá-los e não tardou em persuadir Nasr de que seria preferível assassinar o califa em lugar de seu pai. Nasr convidou seu benfeitor para uma orgia à meia-noite em sua casa, onde o esfaqueou. Abas fingiu acreditar que os assassinos eram os próprios irmãos do califa, e condenou-os à morte; ao mesmo tempo, apropriou-se do tesouro do califa e colocou no trono o jovem filho de al-Zafir, al-Fa'iz, um menino de cinco anos que, desde que testemunhara a morte de seus tios, vinha sofrendo de convulsões crônicas. As princesas da família suspeitavam da verdade, e convocaram o governador do Alto Egito, Ibn Ruzzik, armênio de nascimento, a resgatá-las. Ele marchou contra o Cairo e conquistou os oficiais da guarnição. Abas e Nasr juntaram seus tesouros e, em 29 de maio de 1154, fugiram da capital, levando consigo Usama, que começara a fazer intrigas com Ibn Ruzzik. Ao emergirem do Deserto do Sinai, tropas francas de Montreal caíram sobre eles. Usama escapou em segurança e acabou chegando a Damasco. Abas, porém, foi morto, e Nasr e todo o tesouro, capturados. Nasr, entregue aos templários, imediatamente proclamou seu desejo de converter-se ao cristianismo. Como, contudo, a corte do Cairo ofereceu à ordem sessenta mil dinares por sua pessoa, sua catequese foi interrompida e ele, acorrentado, foi enviado de volta para a capital egípcia — onde as quatro viúvas do falecido califa o mutilaram com suas próprias mãos. Em seguida, Nasr foi enforcado, e seu corpo permaneceu pendurado por dois anos na Porta de Zawila.[1]

---

1 Usama, ed. Hitti, pp. 43-54 (cujo relato não dissimula a volatilidade de suas deslealdades); Ibn al-Athir, pp. 492-3; Guilherme de Tiro, XVIII, 9, pp. 832-4. Sobre a história do Egito nesse período, ver Wiet, *L'Egypte Arabe*, pp. 191 ss.

Ibn Ruzzik governou até 1161. Em 1160, o menino-califa faleceu, sendo sucedido por seu primo de nove anos, al-Adid, que no ano seguinte foi forçado a desposar a filha de Ibn Ruzzik. Todavia, a tia do califa, irmã de al-Zafir, desconfiava da ambição do vizir. Induziu seus amigos a esfaqueá-lo no saguão do palácio. Antes de morrer, em setembro de 1161, ele ainda conseguiu chamar a princesa à sua presença e matá-la pessoalmente. Seu filho, al-Adil, ocupou o vizirato, governando por quinze meses; então, por sua vez, foi deposto e morto pelo governador do Alto Egito, Shawar, que sobreviveu por oito meses, até agosto de 1163 — quando foi destronado por seu camarista árabe, Dhirgham. Este, a fim de consolidar seu poder, mandou matar todos aqueles cuja ambição temia, o que deixou o exército do país praticamente desprovido de oficiais graduados.[1]

Em 1160, Balduíno tinha ameaçado invadir o Egito, mas deixara-se comprar pela promessa de um tributo anual de 160 mil dinares — que nunca foi pago. Assim, em setembro de 1163 Amalrico usou esse fato como pretexto para uma súbita arremetida contra o país. Transpôs o istmo de Suez sem dificuldade e deu início ao cerco de Pelúsio. Como, entretanto, o Nilo estava em cheia, Dhirgham não teve dificuldade em forçá-lo a retirar-se rompendo um ou dois diques.[2] A intervenção do monarca não passara despercebida a Nur ed-Din, que aproveitou sua ausência para atacar o mais fraco dos Estados cruzados, Trípoli. Invadiu a Buqaia para sitiar o Castelo de Krak, que dominava a planície estreita. Para sorte dos francos, Hugo, Conde de Lusignan, e Godofredo Martel, irmão do Conde de Angoulême, estavam passando pelo condado com seus respectivos séquitos, retornando de uma peregrinação a Jerusalém, e uniram-se ao Conde Raimundo. Um apelo urgente a Antióquia trouxe do norte não só Boemundo III como também o general imperial Constantino Coloman. O exército cristão unido marchou rapidamente pelas montanhas, surpreendendo os muçulmanos em seu acampamento junto ao Krak. Após um breve combate, em que Coloman e suas tropas particularmente se distinguiram, Nur ed-Din debandou para Homs, onde reagrupou suas tropas e recebeu reforços. Em vista disso, os cristãos abandonaram a perseguição.[3]

---

1 Ibn al-Athir, p. 529; Abu Shama, p. 107.

2 Guilherme de Tiro, XIX, 5, pp. 890-1; carta de Amalrico, *R.H.F.*, vol. XVI, pp. 59-60. Ele assegura ao Rei Luís que o Egito poderia ser conquistado com uma pequena ajuda adicional; Miguel, o Sírio, III, p. 317.

3 Guilherme de Tiro, XIX, 8, pp. 894-5; Ibn al-Athir, p. 531, e *Atabegues*, pp. 207-9; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 534. Miguel, o Sírio, III, p. 324. Ibn al-Athir refere-se aos bizantinos como o mais formidável elemento do exército cristão.

Pouco depois o ex-vizir Shawar, que fugira do Egito, apresentou-se na corte de Nur ed-Din com a proposta de, caso este enviasse um exército para restabelecê-lo no Cairo, arcar com as despesas da campanha, ceder-lhe distritos na fronteira, reconhecê-lo como suserano e pagar um tributo anual de um terço das receitas de seu país. Nur ed-Din hesitou. Receava arriscar um exército em estradas dominadas pelos francos da Oultrejourdain. Só em abril de 1164, após recorrer aos conselhos do Corão, abrindo-o ao acaso, determinou que seu lugar-tenente de maior confiança, Shirkuh, partisse com um grande destacamento e acompanhasse Shawar através do deserto, enquanto Nur ed-Din trataria de criar pessoalmente uma distração com um ataque a Banyas. Com Shirkuh seguiu também seu sobrinho, Saladino, filho de Najm ed-Din Ayub — um jovem de 27 anos que não estava nada ávido para tomar parte da expedição. Dhirgham, aterrorizado, enviou um pedido de socorro a Amalrico, mas Shirkuh deslocou-se com tamanha rapidez que já havia cruzado o istmo de Suez antes que os francos conseguissem intervir. O irmão de Dhirgham, com as poucas tropas que conseguira reunir, foi derrotado perto de Pelúsio. No fim de maio de 1164, Shawar já estava reinstalado no Cairo e Dhirgham, morto.[1]

Tendo recuperado o poder, Shawar renegou seu pacto e mandou Shirkuh voltar à Síria. Este se recusou e capturou Bilbeis. Shawar apelou então para o Rei Amalrico, instando-o a se apressar; para tanto, acenou-lhe com mil dinares para cada uma das 27 etapas da viagem de Jerusalém ao Nilo e prometeu um presente extra para os cavaleiros do Hospital que o acompanhavam, mais as despesas de forragem para seus cavalos. Após reforçar as defesas de seu reino, Amalrico marchou rapidamente no início de agosto para Faqus, no Nilo, onde Shawar foi ao seu encontro e, juntos, partiram para sitiar Shirkuh em Bilbeis. A fortaleza resistiu por três meses, e tudo indicava que cairia quando Amalrico, que recebera notícias da Síria, decidiu suspender o cerco sob a condição de que Shirkuh evacuasse o Egito. Este anuiu e os dois exércitos, franco e sírio, atravessaram a península do Sinai por rotas paralelas, deixando Shawar no controle de seu reino. Shirkuh foi o último de sua companhia a partir. Ao despedir-se dos francos, um deles, recém-chegado ao Oriente, indagou-lhe se não receava uma traição. Altaneiro, ele respondeu que seu exército o vingaria — ao que o franco retrucou, galantemente, que agora compreendia por que Shirkuh gozava de reputação tão elevada entre os cruzados.[2]

---

1 Guilherme de Tiro, XIX, 5, 7, pp. 891-2, 893; Abu Shama, p. 107; Ibn al-Athir, p. 533, e *Atabegues*, pp. 215-6; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 46-8.

2 Guilherme de Tiro, XIX, 7, pp. 893-4; Ibn al-Athir, pp. 534-6, e *Atabegues*, pp. 217-9; Abu Shama, p. 125.

A notícia que trouxe Amalrico às pressas de volta para casa vinha de Antióquia. Ao tomar conhecimento da partida de Amalrico para o Egito, Nur ed-Din investira contra o principado do norte e pusera-se a sitiar a crucial fortaleza de Harenc. Com ele estavam o exército de seu irmão, de Mosul, e tropas dos príncipes ortóquidas de Diarbekir, Mardin, Diert e Kir. Enquanto o senhor de Harenc, Reinaldo de Saint-Valery, se empenhava em uma brava defesa, o Príncipe Boemundo suplicava a Raimundo de Trípoli, Thoros da Armênia e Constantino Coloman que acorressem. Partiram juntos em meados de agosto. Ao saber de sua chegada, Nur ed-Din levantou o cerco. Sabe-se que ele ficou particularmente alarmado com a presença do contingente bizantino. Vendo-o bater em retirada, Boemundo, que tinha consigo cerca de seiscentos cavaleiros, resolveu perseguí-lo, contrariando os conselhos de Reinaldo de Saint-Valery, pois o exército muçulmano era consideravelmente maior. Os exércitos entraram em contato em 10 de agosto, perto de Artah. Ignorando um alerta de Thoros, Boemundo atacou sem vacilar e, quando o inimigo simulou uma fuga, atirou-se ao seu encalço — só para cair em uma armadilha. Acabou, com seus cavaleiros, cercado pelo exército de Mosul. Thoros e seu irmão Mleh, que haviam sido mais cautelosos, escaparam do campo de batalha. O restante do exército cristão foi capturado ou morto. Entre os prisioneiros estavam Boemundo, Raimundo de Trípoli, Constantino Coloman e Hugo de Lusignan. Foram levados para Alepo amarrados.[1]

Os conselheiros de Nur ed-Din instaram-no a marchar contra a indefesa Antióquia. No entanto, ele se recusou. Caso avançasse sobre Antióquia, argumentou, os gregos enviariam sem hesitar uma guarnição para a cidadela — então, mesmo que a cidade fosse tomada, a cidadela resistiria até a chegada do imperador. Era melhor, pensava ele, ter ali um Estado franco insignificante que deixar a região tornar-se parte de um grande império. Nur ed-Din estava tão preocupado em não ofender Bizâncio que libertou Constantino Coloman quase que de imediato, em troca de 150 mantos de seda. Mais uma vez Antióquia foi salva para a cristandade pelo prestígio do imperador.

Enquanto corria para o norte, Amalrico recebeu o reforço de Thierry de Flandres, já em sua quarta peregrinação à Palestina. Com tal auxílio, deteve-se em Trípoli para instituir seu direito à regência do condado durante o

---

1 Guilherme de Tiro, XIX, 9, pp. 895-7, datando o evento, erroneamente, de 1165; Roberto de Torigny, I, p. 355; cartas de Amalrico I e Gaufredo Fulcher a Luís VII, *in R.H.F.*, vol. XVI, pp. 60-2; Cinnamus, p. 216 (uma referência muito breve à captura de Coloman); Miguel, o Sírio, III, p. 324; *Crôn. Anôn. Sír.*, p. 304; *Bustan*, p. 559; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 510; Abu Shama, p. 133; Ibn al-Athir, *Atabegues*, pp. 220-3.

cativeiro do conde, partindo em seguida para Antióquia. Uma vez no principado, encetou negociações com Nur ed-Din, que concordou em libertar Boemundo e Thoros em troca de um grande resgate, mas só por serem vassalos do imperador; todavia, não liberou Raimundo de Trípoli nem seu prisioneiro mais antigo, Reinaldo de Châtillon.[1] Amalrico, por sua vez, ficou inquieto quando um emissário imperial chegou para questioná-lo a respeito do que estava fazendo em Antióquia, e replicou enviando a Constantinopla o Arcebispo de Cesaréia e seu mordomo, Odo de Saint-Amand, para pedir a Manuel a mão de uma princesa da família imperial e propor uma aliança para a conquista do Egito.[2] O imperador fez a embaixada aguardar dois anos por uma resposta. Nesse meio tempo, Amalrico teve de voltar para o sul, pois Nur ed-Din, em vez de atacar Antióquia, surgira inopinadamente em outubro diante de Banyas, cujo senhor, Humberto II de Toron, se encontrava com o exército de Amalrico. Nur ed-Din espalhara boatos de que seu objetivo era Tiberíades, onde as milícias francas locais foram concentrar-se. A guarnição de Banyas ofereceu uma valente resistência a princípio; esperava-se que Thierry de Flandres, que acabara de chegar à Palestina, iria salvá-los — quando de repente, talvez devido a alguma traição, a fortaleza capitulou. Nur ed-Din ocupou a área circundante e ameaçou marchar sobre a Galiléia, cujos barões o subornaram com a promessa de um tributo.[3]

Assim que foi libertado, Boemundo de Antióquia foi a Constantinopla visitar sua irmã e rogar ao cunhado que lhe fornecesse o dinheiro necessário para pagar parte de seu resgate, que ainda devia a Nur ed-Din. Manuel deu-lhe a ajuda pedida, e em troca Boemundo retornou a Antióquia com um patriarca grego, Atanásio II. O patriarca latino, Aimery, partiu sob protestos para o exílio no Castelo de Qosair.[4] Durante os cinco anos que se seguiram, os gregos dominaram a Igreja antioquena. Ao que parece, os bispos latinos não foram destituídos, mas as sés vagas foram ocupadas por gregos. A Igreja latina de Trípoli, sua dependente, não foi afetada. A chegada dos gregos atirou a Igreja jacobita nos braços dos latinos. Os dois grupos encontravam-se em termos amigáveis desde que, em 1152, um milagre na tumba do santo sírio Barsauma curara uma criança franca aleijada; e, em 1156, os jacobitas,

---

1 Guilherme de Tiro, XIX, 10, 11, pp. 898, 900-1; *Bustan*, p. 561; Miguel, o Sírio, III, p. 326, versão armênia, p. 360, dizendo que Thoros, que foi solto primeiro, insistiu na libertação de Boemundo.

2 Cinnamus, pp. 237-8; Guilherme de Tiro, XX, 1, p. 942.

3 Guilherme de Tiro, XIX, 10, pp. 898-900; Ibn al-Athir, p. 540-2, e *Atabegues*, p. 234; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 541.

4 Guilherme de Tiro, XIX, 11, p. 901; Miguel, o Sírio, III, p. 326. Atanásio II fora nomeado patriarca de Antióquia em 1157, quando o patriarca indicado, Pantógenes Sotérico, foi acusado de heresia.

para satisfação de seu patriarca (Miguel, o historiador), receberam permissão para construir uma nova catedral, a cuja consagração compareceram a Princesa Constância e o príncipe armênio Thoros. Assim, o Patriarca Miguel foi visitar Aimery em Qosair para assegurar-lhe que contava com sua simpatia. Os gregos desagradavam a Miguel a ponto de ele ter recusado, em 1169, um convite cordial do imperador para ir a Constantinopla tomar parte de um dos debates religiosos que tanto agradavam a Manuel.[1]

Nur ed-Din passou os anos de 1165 e 1166 empreendendo ataques de surpresa às fortalezas das encostas orientais do Líbano; enquanto isso, Shirkuh arrasava a Oultrejourdain, tendo destruído um castelo erguido pelos templários em uma gruta ao sul de Amã.[2] No fim de 1166, Shirkuh finalmente obteve permissão de seu senhor para voltar a invadir o Egito. Persuadiu o califa de Bagdá a apresentar o projeto como uma guerra santa contra o herético califado dos fatímidas xiitas — argumento que deve ter abalado Nur ed-Din, que se tornara profundamente religioso desde sua doença. O atabegue enviou reforços de Alepo para Shirkuh e seu exército, e este partiu de Damasco em janeiro de 1167. Mais uma vez, levou Saladino consigo. Como não fizera segredo de suas intenções, Shawar de novo tivera tempo de pedir ajuda a Amalrico. O rei encontrava-se em Nablus e convocou seus barões para uma assembléia. Depois de ressaltar o perigo que representaria para a Palestina uma eventual conquista do Egito pelos sírios sunitas, a Suprema Corte consentiu em uma expedição completa para socorrer Shawar. Toda a força bélica do reino tomaria parte, ou permaneceria nas fronteiras para proteger o território de possíveis ataques na ausência do rei. Todos os que não pudessem ir deveriam pagar um décimo de sua renda anual. Antes que o exército estivesse pronto, chegou a notícia de que Shirkuh estava atravessando o deserto do Sinai. Amalrico enviou as tropas de que dispunha para interceptá-lo, mas já era tarde demais.[3]

---

1 Miguel, o Sírio, III, pp. 301-4, 332, 334-6.

2 Guilherme de Tiro, XIX, 11, pp. 901-2; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 501, situando a captura de Munietra após a campanha egípcia de 1167; Ibn al-Athir, pp. 545-6, e *Atabegues*, pp. 235-6. Nur ed-Din tomou Munietra, na estrada que ligava Jebail a Balbek, enquanto Shirkuh tomou Shaqif Titun, ou a Caverna de Tyron, identificada por Rey (*Colonies Franques*, p. 513) como Qalat an-Ninha, cerca de 25 quilômetros a leste de Sídon. A localização da fortaleza dos templários próxima a Amã é desconhecida. Beha ed-Din chama-a de Akaf. Talvez se trate da gruta de Kaf, a sudeste de Amã, que contém ruínas romanas mas nenhum sinal de construções medievais.

3 Guilherme de Tiro, XIX, 13, 16, pp. 902-4, 907-8; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 48, dizendo que Nur ed-Din obrigou Saladino a acompanhar Shirkuh; Ibn al-Athir, p. 547, e *Atabegues*, p. 236.

Apesar de uma terrível tempestade de areia que quase desbaratou seu exército, Shirkuh atingiu o istmo por volta dos primeiros dias de fevereiro, onde soube que o exército franco partira em 30 de janeiro. Diante disso, tomou o rumo sudoeste, cruzando o deserto em direção a Atfih, às margens do Nilo, 65 quilômetros acima do Cairo. Ali, transpôs o rio e desceu pela margem oeste, montando seu acampamento em Gizé, defronte da capital. Nesse ínterim, o exército franco aproximou-se do Cairo pelo nordeste. Shawar foi ao seu encontro a uma certa distância da cidade e guiou-os a um acampamento na margem leste do Nilo, a 1,5 quilômetro dos muros. Tendo repudiado uma proposta de Shirkuh de se unirem contra os cristãos, fez um pacto com Amalrico. Os francos receberiam quatrocentos mil besantes, metade à vista, metade um pouco adiante, sob a condição de que Amalrico jurasse solenemente não deixar o país enquanto Shirkuh não tivesse sido expulso. O rei enviou Hugo, Senhor de Cesaréia, e um templário de nome Godofredo, que provavelmente falava árabe, para o Cairo, a fim de obter a confirmação formal do califa para o acordo. Sua recepção no palácio foi soberba. Foram conduzidos através de colunatas, fontes e jardins por onde se distribuíam os viveiros de aves e animais ferozes da corte, saguão após saguão, adornados com pesadas colgaduras de seda e fio de ouro cravejadas de jóias, até que por fim se ergueu uma grande cortina dourada, expondo o califa-menino sentado velado em seu trono de ouro. Fizeram-se os respectivos juramentos de manter o tratado e Hugo, como representante do rei, manifestou o desejo de selar o pacto à moda ocidental, apertando a mão nua do califa. Os cortesãos egípcios ficaram escandalizados, mas por fim seu soberano, sorrindo com condescendência, foi persuadido a remover a luva. Os embaixadores retiraram-se em seguida, vivamente impressionados, como se pretendia, com a riqueza acumulada pelo império fatímida.[1]

Durante um mês os exércitos se encararam, nenhum dos dois logrando cruzar o rio devido à oposição do outro. Então, Amalrico conseguiu efetuar uma travessia para uma ilha na cabeceira do delta, um pouco para o norte, e dali para a margem esquerda, onde surpreendeu um dos destacamentos de Shirkuh. Este, cujas tropas eram superadas em número pelas franco-egípcias, retirou-se para o sul, subindo o Nilo. Amalrico e Shawar seguiram-nos, mas por precaução deixaram uma forte guarnição no Cairo, sob o comando do filho de Shawar, Kamil, e Hugo de Ibelin. A entrada do regimento de

1 Guilherme de Tiro, XIX, 17-19, pp. 908-13; Ernoul, p. 19, comenta que apenas a corte imperial em Constantinopla era mais rica que a do Cairo; Abu Shama, p. 130. Guilherme arremata sua narrativa com uma exposição das diferenças entre as seitas sunita e xiita.

Hugo na cidade e o livre acesso ao palácio concedido aos seus oficiais escandalizaram os círculos islâmicos locais.

Não muito distante de Minya, no Médio Egito, Shirkuh preparou-se para atravessar o Nilo de novo, na intenção de recuar para o lado sírio da fronteira. Montou acampamento em Ashmunein, em meio às ruínas da antiga Hermópolis, onde foi alcançado pelas forças franco-egípcias. Estas ainda eram maiores que as suas, mesmo sem a guarnição deixada no Cairo; no entanto, enquanto o exército de Shirkuh era composto basicamente da cavalaria turca ligeira, os egípcios eram, em sua maioria, soldados de infantaria, e os francos contavam com apenas algumas centenas de cavaleiros. Contrariando os conselhos de seus emires, Shirkuh decidiu dar-lhes combate. Amalrico, por seu lado, hesitava; foi quando S. Bernardo fez outra de suas infelizes intervenções na história cruzada. Apareceu em uma visão para o rei e censurou-o por não ser digno do fragmento da Cruz Verdadeira que trazia ao pescoço. Só abençoou a relíquia mediante o voto do rei de tornar-se um melhor cristão. Com tal incentivo, na manhã seguinte (18 de março de 1167) Amalrico liderou um ataque contra os sírios. Shirkuh adotou a tática turca usual. A parte central de suas fileiras, sob o comando de Saladino, cedeu; quando o rei e seus cavaleiros avançaram em sua perseguição, ele lançou sua ala direita sobre o flanco esquerdo dos adversários, que desmoronou. Amalrico acabou cercado. Atribuiu-se o fato de ter escapado com vida à sua relíquia abençoada, mas muitos de seus melhores cavaleiros foram mortos, ao passo que outros, inclusive Hugo de Cesaréia, caíram prisioneiros. Amalrico, Shawar e o restante de suas tropas bateram em precipitada retirada para o Cairo, a fim de reunir-se à guarnição.[1]

Shirkuh saíra vitorioso, mas o exército aliado ainda estava em campo. Em vez de tentar um assalto ao Cairo, ele cruzou o rio novamente e deslocou-se com rapidez para o nordeste, pelo oásis de El Fayum. Chegou a Alexandria em poucos dias, e a grande cidade, onde Shawar era detestado, abriu-lhe seus portões. Nesse meio tempo, Amalrico e Shawar reconstituíram seu exército no Cairo. Uma vez que, apesar das baixas sofridas, ainda era maior que o de Shirkuh, decidiram seguir para Alexandria e assediar a cidade. Chegaram alguns reforços da Palestina, acompanhados de navios francos para completar o bloqueio. Ao cabo de mais ou menos um mês Shirkuh estava à beira da fome. Deixando Saladino com um milhar de homens para

---

1 Guilherme de Tiro, XIX, 22-5, pp. 917-28 (incluindo uma descrição do Egito e do Nilo); Ibn al-Athir, pp. 547-9, datando a batalha de Ashmunein de 18 de março, e *Atabegues*, p. 23, datando-a de 18 de abril. *Vita S. Bernardi*, *M.P.L.*, vol. CLXXXV, cols. 366-7, datando-a de 19 de março.

guardar a cidade, ele escapuliu uma noite de maio com a maior parte de seu exército, passou pelo acampamento de Amalrico e seguiu para o Alto Egito. O rei franco, furioso, quis partir em sua perseguição, mas Shawar julgou melhor deixar que Shirkuh saqueasse as cidades da região se quisesse. Era mais importante recuperar Alexandria. No fim de junho, a situação de Saladino dentro da cidade era tão desesperadora que ele teve de implorar ao tio que retornasse. Shirkuh, percebendo que não havia mais nada a fazer, aproximou-se de Alexandria e enviou um de seus prisioneiros, Arnulfo de Turbessel — depois de Hugo de Cesaréia ter recusado a tarefa —, ao acampamento franco com a seguinte proposta de paz: tanto ele quanto os francos abandonariam o Egito, e Shawar deveria comprometer-se a não punir seus súditos (de Alexandria ou de qualquer outro lugar) que tivessem ajudado os invasores. Amalrico, aflito com problemas na Palestina e em Trípoli, aceitou suas condições. Em 4 de agosto, o exército franco, com o rei à sua frente, entrou na cidade. Saladino e seus homens foram escoltados para fora com todas as honras militares — muito embora o desejo da população local, que os considerava culpados por suas dificuldades recentes, fosse despedaçá-los. Entretanto, seus problemas não haviam acabado. Mal os funcionários de Shawar entraram na cidade, todos os suspeitos de colaboração com os sírios foram presos. Saladino queixou-se a Amalrico, que ordenou que o vizir libertasse os prisioneiros e ainda providenciou barcos para transportar os feridos de Shirkuh para Acre — onde infelizmente os que se recuperaram foram obrigados a trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, até que o rei foi em pessoa libertá-los. No transcorrer das negociações, Saladino fez muitos amigos entre os francos; mais tarde, espalhou-se a crença de que ele teria sido consagrado cavaleiro pelo Comissário Humberto de Toron. Shirkuh e Saladino partiram do Egito por volta de 10 de agosto, alcançando Damasco em setembro. Amalrico e seu exército encaminharam-se para o Cairo, a fim de liberar Hugo de Ibelin de seus deveres de defesa da capital; entrementes, fizeram com que Shawar assinasse um acordo comprometendo-se a pagar um tributo anual de cem mil peças de ouro e manter um alto comissário e uma pequena guarnição francos no Cairo, com o controle dos portões da cidade. Em seguida, o rei retornou à Palestina, chegando a Ascalão em 20 de agosto.[1]

Alguns dos nobres francos acreditavam que teria sido possível chegar a um pacto melhor, mas Amalrico não estava disposto a arriscar suas forças no

---

1 Guilherme de Tiro, XIX, 26-32, pp. 928-39; Abu Shama, pp. 130-4; Ibn al-Athir, pp. 547-51, e *Atabegues*, pp. 236-46; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 49-51; Imad ed-Din. A história da consagração de Saladino encontra-se no *Itinerarium Regis Ricardi*, p. 9.

Egito por mais tempo, enquanto a Síria franca permanecia exposta aos ataques de Nur ed-Din. Ainda estava no Egito quando Nur ed-Din liderou um assalto ao território de Trípoli, mas sem apoderar-se de nenhuma fortaleza relevante. Era preciso reorganizar as defesas do reino. O maior problema, como sempre, era o efetivo militar. As famílias residentes haviam sido reduzidas por mortes ou capturas. Cruzados visitantes, como Thierry de Flandres, só podiam ser aproveitados para campanhas específicas. Amalrico, assim, ficava na dependência das ordens militares, às quais pouco a pouco foram confiadas inúmeras fortalezas, com as terras circundantes, a partir de 1167. As doações eram particularmente importantes para Trípoli, cujo conde continuava preso e onde havia poucas famílias nobres consideráveis. Tortosa e quase todo o norte do país passaram para o controle dos templários, enquanto os hospitalários, que provavelmente já possuíam o Krak — que depois deles se tornou conhecido como "des Chevaliers" —, foram encarregados da Buqaia. No reino, os templários, já instalados em Gaza, no sul, ganharam também Safed, ao norte, ao passo que os hospitalários adquiriram Belvoir, que comandava os vaus do Jordão ao sul do mar da Galiléia. Em Antióquia, Boemundo III seguiu o exemplo de Amalrico. As propriedades dos templários na região de Baghras, no Passo Sírio, foram ampliadas, enquanto os hospitalários receberam vastas extensões de território no sul do principado — que, na realidade, se encontravam quase todas em poder dos muçulmanos. Não fosse pela irresponsabilidade e rivalidade das ordens, seu poder poderia muito bem ter preservado as defesas do reino.[1]

Enquanto as ordens deveriam encabeçar a defesa do reino, Amalrico buscava também estreitar seus laços com Bizâncio. Em agosto de 1167, quando acabara de retornar do Egito, o monarca foi informado de que seus embaixadores em Constantinopla, o Arcebispo de Cesaréia e o Mordomo Odo, haviam desembarcado em Tiro com a adorável sobrinha-neta do imperador, Maria Comnena. Correu ao seu encontro, e em 29 de agosto suas bodas foram celebradas pelo Patriarca Amalrico com toda a pompa na Catedral de Tiro. A rainha recebeu como dote Nablus e seu território. Haviam chegado com ela dois altos funcionários da corte de seu tio, seus primos Jorge Paleólogo e Manuel Comneno, autorizados a discutir com Amalrico a questão de uma aliança.[2]

As boas relações entre os príncipes francos e o imperador haviam sido recentemente ameaçadas pela irresponsabilidade de outro dos primos de

---

1 Ver Delaville Le Roulx, *op. cit.*, pp. 74-6. Röhricht, *Regesta*, pp. 109 ss., fornece exemplos freqüentes de doações às ordens.

2 Guilherme de Tiro, XX, 1, pp. 942-3; Ernoul, pp. 17-18; Cinnamus, p. 238.

Manuel, Andrônico Comneno. Esse príncipe, o mais brilhante e belo da família, já caíra em desgraça por seduzir uma parenta sua, Eudóxia, sobrinha do imperador — com quem, aliás, segundo as más-línguas, o próprio imperador tinha um relacionamento muito íntimo. Ademais, ele provara ser um péssimo governador da Cilícia em 1152. Em 1166, contudo, voltou a ser designado para o cargo. Seu predecessor, Aleixo Comneno, enviado por ocasião da captura de Coloman, não conseguira executar as ordens imperiais de reconciliar-se com os armênios, e esperava-se que o magnetismo pessoal de Andrônico, aliado a amplos subsídios, lograsse mais êxito junto a Thoros. Entretanto, Andrônico, embora contasse já 46 anos, estava mais interessado em aventuras que em administração. Logo teve a chance de visitar Antióquia, onde ficou impressionado com a beleza da jovem Princesa Filipa, irmã de Boemundo. Negligenciando seus deveres governamentais, permaneceu na cidade cortejando-a com uma série de serenatas românticas, até deixá-la deslumbrada e sem condições de recusar-lhe fosse o que fosse. Boemundo, furioso, queixou-se ao seu cunhado, Manuel, que, também enraivecido, chamou Andrônico de volta e reinstalou Constantino Coloman em seu lugar. Este também recebeu ordem de seguir para Antióquia e tentar conquistar a afeição de Filipa, mas ela o considerou feio, baixo e maduro demais, em comparação com seu esplêndido namorado. Andrônico, porém, cuja motivação fora em grande parte irritar a imperatriz, a quem detestava, julgou prudente abandonar Antióquia e sua amante. Levando consigo uma vasta cota dos fundos imperiais para a Cilícia e Chipre, dirigiu-se para o sul, onde ofereceu seus serviços ao Rei Amalrico. A princesa abandonada foi casada às pressas com um viúvo mais velho, o Comissário Humberto II de Toron.

Amalrico, encantado com Andrônico e impressionado com sua bravura pessoal, confiou-lhe o feudo de Beirute, então vago. Logo em seguida, Andrônico foi a Acre, o dote de sua prima, a Rainha Viúva Teodora. Então com 21 anos, ela estava no auge da beleza. Foi um caso de amor mútuo. Seus laços de parentesco eram muito próximos para que eles pudessem casar-se, mas a rainha, sem o menor pudor, mudou-se para Beirute, passando a viver como amante de seu primo. Quando Manuel soube do novo relacionamento, provavelmente pelos emissários que haviam escoltado a Rainha Maria à Palestina, sua ira não teve limites. Sua embaixada seguinte ao reino de Jerusalém solicitou, em segredo, a extradição do réu. Suas instruções caíram nas mãos de Teodora; Andrônico, sabendo do desejo de Amalrico de cativar a boa vontade de Manuel, considerou mais sábio partir. Simulou estar voltando para casa, e Teodora foi despedir-se — porém, assim que se viram juntos abandonaram todos os seus pertences e, antes que alguém se desse conta, fugiram para Damasco. Nur ed-Din recebeu-os com cortesia, e eles

passaram os anos seguintes vagando pelo Oriente islâmico, chegando a visitar até Bagdá. Por fim, um emir muçulmano presenteou-os com um castelo próximo à fronteira do império na Paflagônia, onde Andrônico, excomungado pela Igreja, se dedicou com grande satisfação à vida de bandoleiro. Amalrico não lamentou sua partida, que lhe permitiu recuperar Acre, o rico dote de sua cunhada.[1]

Ao que parece, Amalrico enviou por Jorge Paleólogo uma proposta a Manuel para a conquista do Egito. A embaixada seguinte do imperador (liderada por dois italianos, Alexandre de Conversano, Conde de Gravina, e Miguel de Otranto) transmitiu as condições bizantinas: uma parte dos espólios do Egito e total liberdade em Antióquia, além de talvez a cessão de outros territórios francos. As exigências eram elevadas, e Amalrico enviou então o Arcediago de Tiro, Guilherme (o futuro historiador), a Constantinopla, para retomar as discussões. Lá chegando, Guilherme soube que Manuel se encontrava em campanha na Sérvia. Foi ao seu encontro em Monastir, onde o imperador o recebeu com a prodigalidade de costume e o levou de volta para sua capital, onde se firmou um tratado determinando que o rei e o imperador dividiriam suas conquistas no Egito. Guilherme retornou à Palestina no fim do outono de 1168.[2]

Infelizmente, os barões do reino não conseguiram esperar por sua volta. As notícias que chegavam do Egito deixavam clara a precariedade do governo de Shawar. A guarnição franca no Cairo sabidamente incomodava-o, e o pagamento de seus impostos estava atrasado. Corriam ainda boatos de que seu filho Kamil havia encetado negociações com Shirkuh e pedira a mão da irmã de Saladino. A chegada à Palestina, no fim do verão, do Conde Guilherme IV de Nevers, acompanhado de uma excelente companhia de cavaleiros, animou os partidários de uma ação imediata. O rei convocou um concílio em Jerusalém, no qual o Grão-Mestre do Hospital, Gilberto de Assailly, insistiu com veemência em que não houvesse novos adiamentos, e a maioria do baronato leigo concordou com ele. O Conde de Nevers e seus homens, que tinham vindo para lutar pela Cruz, agregaram seu apoio. Os templários opuseram-se terminantemente a toda e qualquer expedição e anunciaram que não participariam. Sua oposição talvez se devesse à rivalidade com o Hospital, que já decidira apropriar-se de Pelúsio como seu quinhão, a fim de contrabalançar a fortaleza de Gaza, pertencente aos templários. Por outro lado, o Templo também possuía conexões financeiras com os muçulmanos e

---

1 Guilherme de Tiro, XX, 2, pp. 943-4; Cinnamus, pp. 205-1; Nicetas Choniates, pp. 180-6. Sobre a história subseqüente de Andrônico, ver abaixo, pp. 366-8.

2 Guilherme de Tiro, XX, 4, pp. 945-7.

os mercadores italianos, cujo comércio agora era mais intenso com o Egito que com a Síria cristã. O Rei Amalrico concordava em que logo seria preciso tomar alguma providência, em vista da fraqueza e volubilidade de Shawar, mas queria aguardar até o apoio imperial estar disponível; entretanto, era voto vencido. Diante da vigorosa determinação dos hospitalários e de seus próprios vassalos, que não viam motivo para os gregos ficarem com parte dos despojos, não havia alternativa senão ceder. A expedição foi planejada para outubro.[1]

Quando Guilherme de Tiro voltou de Constantinopla com o tratado, o rei já havia partido. Amalrico propalara sua intenção de atacar Homs, a fim de impedir Nur ed-Din de agir. De fato, o atabegue estava ávido por evitar uma guerra com os francos, pois já tinha seus próprios problemas no Nordeste da Síria. Shawar também não se deu conta do que estava acontecendo até que o exército franco deixou Ascalão, em 20 de outubro, chegando dez dias depois a Bilbeis. Ficou ultrajado. Nunca esperaria que Amalrico violasse seu acordo com tamanha insolência. Seu primeiro emissário, um emir de nome Bedran, encontrou-se com o rei em Daron, na fronteira, mas foi subornado. O embaixador seguinte, Shams al-Khilafa, alcançou o rei no deserto, a alguns dias de Bilbeis. Repreendeu Amalrico por sua perfídia, ao que o rei replicou que esta se justificaria pelas negociações que o filho de Shawar, Kamil, vinha conduzindo com Shirkuh; não obstante, declarou, os cruzados recém-chegados do Ocidente estavam determinados a atacar o Egito, e seu objetivo era meramente impedi-los. Acrescentou: poderia retirar-se caso Shawar pagasse mais dois milhões de dinares. Àquela altura, porém, Shawar perdera a confiança na boa-fé do rei. Para surpresa de Amalrico, optou pela resistência. Seu filho, Taiy, encarregado da guarnição em Bilbeis, recusou-se a abrir os portões para os francos. Suas forças, contudo, eram limitadas, e ao cabo de três dias de uma luta desesperada — de que Amalrico não julgara os egípcios capazes — o exército franco entrou na fortaleza, em 4 de novembro. Seguiu-se um consternador massacre dos habitantes, cujos protagonistas devem ter sido os homens de Nevers, ardorosos e indisciplinados como a maioria dos recém-chegados do Ocidente. Seu conde morrera de febre na Palestina antes da partida da expedição, e não havia ninguém capaz de controlá-los. Amalrico tentou restaurar a ordem, e, quando por fim conseguiu, foi pessoalmente buscar os sobreviventes que os soldados haviam aprisionado. O mal, entretanto, estava feito. Muitos dos egípcios que não gosta-

---

1 Guilherme de Tiro, XX, 5, pp. 948-9 (ele menciona a chegada do Conde de Nevers no capítulo anterior); Miguel, o Sírio (III, pp. 332-3), e os historiadores árabes (Ibn al-Athir, pp. 553-4, e *Atabegues*, pp. 246-7; Abu Shama, pp. 112-13) sabiam que o rei havia sido sobrepujado por seu conselho.

vam de Shawar haviam se mostrado dispostos a saudar os francos como libertadores, e as comunidades coptas, particularmente numerosas nas cidades do delta, estavam até então do lado de seus correligionários. Contudo, haviam perecido na chacina tanto coptas quanto muçulmanos; todo o povo egípcio uniu-se no ódio aos francos. Alguns dias mais tarde, uma pequena frota franca, tripulada basicamente por ocidentais, aportou no lago Manzaleh e caiu de súbito sobre a cidade de Tânis. Seguiram-se as mesmas cenas de horror, cujas maiores vítimas foram os coptas.

Amalrico estendeu-se por alguns dias em Bilbeis, decerto para retomar o controle sobre suas tropas. Perdeu a chance de tomar o Cairo de surpresa, e só em 13 de novembro chegou aos muros de Fostat, um antigo subúrbio ao sul da grande capital. Duvidando de sua capacidade de defendê-lo, Shawar ateou-lhe fogo e mais uma vez enviou seu embaixador, Shams, para dizer ao rei que, antes de permitir que sua capital caísse em mãos francas, também a incendiaria, com todas as suas riquezas. Amalrico, cuja frota ficara presa no delta por barreiras espalhadas pelo leito do rio, percebeu que a expedição se malograra. Por recomendação de seu senescal, Miles de Plancy, mandou avisar Shawar de que os francos tinham seu preço. O vizir, querendo ganhar tempo, começou a barganhar a soma que poderia gastar. Pagou cem mil dinares para resgatar seu filho Taiy e falou em outros pagamentos. Nesse meio tempo, o exército franco deslocou-se alguns quilômetros para o norte e montou acampamento em Mataria, junto à figueira em cuja sombra a Virgem descansara na fuga para o Egito. Já aguardavam ali havia oito dias quando receberam a inesperada notícia de que Shirkuh estava se dirigindo ao Egito, a convite do califa fatímida.[1]

Shawar não tencionava tomar medida tão desesperada, mas seu filho Kamil passara por cima de sua autoridade e obrigara seu soberano titular, al-Adid, a escrever a Alepo, oferecendo a Nur ed-Din um terço das terras do Egito, além de feudos para seus generais. O jovem califa deve ter percebido o perigo de recorrer a um protetor a cujos olhos ele não passava de um herege e embusteiro — mas nada pôde fazer. Ao receber o convite, Nur ed-Din mandou chamar Shirkuh em Homs, onde residia, mas seu mensageiro encontrou-o já nos portões de Alepo. Dessa vez o atabegue não vacilou. Confiou a Shirkuh oito mil cavaleiros e duzentos mil dinares de fundos de guerra, para gastar no exército de Damasco para a conquista do Egito, e ordenou a Saladino que o acompanhasse. Shawar, ainda incerto sobre o que o beneficiaria mais, alertou Amalrico, que rumou com seu exército para o

1 Guilherme de Tiro, XX, 6-9, pp. 949-56; Abu Shama, pp. 114-15, 136-40, citando Imad ed-Din; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 52; Ibn al-Athir, pp. 554-6, e *Atabegues*, pp. 247-50.

istmo, na esperança de cair sobre Shirkuh quando este emergisse do deserto. Shirkuh, todavia, escapou-lhe pelo sul. Não restava aos francos alternativa além da evacuação. Amalrico determinou que a esquadra retornasse a Acre e, chamando de volta a guarnição que deixara em Bilbeis, deu início à sua retirada em 2 de janeiro de 1169.[1]

Seis dias mais tarde, Shirkuh entrou no Cairo. Deixando seu exército acampado junto ao Portão de el-Luq, dirigiu-se para o palácio, onde o califa o brindou com presentes cerimoniais e prometeu dinheiro e víveres para suas tropas. Shawar saudou-o com cordialidade. Durante os dias seguintes, visitou-o diariamente para debater acordos financeiros e uma divisão do vizirato. Shirkuh recebeu tais iniciativas com indulgência, mas seu sobrinho Saladino, seu principal conselheiro, insistia em outras medidas. O califa foi persuadido a, disfarçado, fazer uma visita ao quartel-general de Shirkuh. Depois, em 18 de janeiro, Shawar foi convidado a tomar parte, com Shirkuh, de uma pequena peregrinação ao túmulo do santo as-Shafii. Ao pártir, Saladino e seus emires caíram sobre eles. Sua escolta foi desarmada e Shawar, feito prisioneiro. Em menos de uma hora, obtivera-se uma ordem do califa para decapitá-lo e sua cabeça encontrava-se já aos pés do soberano fatímida. Em seguida, para precaver-se de qualquer tentativa contra si próprio, Shirkuh anunciou que todos os que desejassem poderiam pilhar a casa do vizir. Enquanto a turba corria para lá, ele e o califa seguiram para o palácio, assumindo silenciosamente o governo. O governo de Shawar fora demasiado impopular, e a preocupação de Shirkuh com legitimidade era escrupulosa demais para que algum dos governadores provinciais se opusesse ao novo regime. Ao cabo de algumas semanas, Shirkuh tinha todo o país em suas mãos; seus emires incumbiram-se dos feudos que haviam pertencido a Shawar e sua família, e o lugar-tenente de Nur ed-Din passou a acumular os títulos de vizir e rei.[2]

Shirkuh não sobreviveu por muito tempo à sua elevação. Morreu de indigestão em 23 de março de 1169. Sua reputação na História foi obscurecida pela de seu senhor, Nur ed-Din, e pela de seu sobrinho, Saladino; entretanto, foi ele que enxergou, com mais clareza que qualquer outro muçulmano, que a conquista do Egito, com sua situação estratégica e recursos ilimitados, era o prelúdio indispensável para a recuperação da Palestina — e, apesar das hesitações e escrúpulos de Nur ed-Din, trabalhara incansavel-

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 52-3; Ibn al-Athir, p. 563, e *Atabegues*, p. 250; Abu Shama, p. 117. Segundo Beha ed-Din — o que é confirmado de maneira mais completa por Ibn al-Athir —, Saladino mais uma vez tomou parte da expedição muito a contragosto.

2 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 53-5 (citando Imad ed-Din); Ibn al-Athir, pp. 558-60, e *Atabegues*, pp. 251-3; Abu Shama, pp. 118-19, 142-5; Guilherme de Tiro, XX, 1, pp. 956-8.

mente por seu objetivo. Seu sobrinho colheu os frutos de sua persistência. Era um homem de aparência insignificante. Baixo e atarracado, tinha o rosto vermelho, era cego de um olho e seus traços traíam sua origem humilde. Mas era um soldado de gênio, e poucos generais foram amados com tamanha devoção por seus homens.[1]

O significado profético do triunfo de Shirkuh foi bem compreendido pelos francos. Enquanto alguns o atribuíram à cobiça de Miles de Plancy, que induzira o rei a aceitar dinheiro em vez de lutar, outros procuraram um bode expiatório no Mestre do Hospital, que foi obrigado a abdicar de seu cargo e voltar para o Ocidente. O próprio Amalrico apelou para o Ocidente, pedindo uma nova Cruzada. Uma embaixada capaz de causar impressão, liderada pelo Patriarca Amalrico e pelo Arcebispo de Cesaréia, foi despachada no princípio de 1169 com cartas para o Imperador Frederico, Luís VII da França, Henrique II da Inglaterra, Margareta, Rainha-Regente da Sicília, e os Condes de Flandres, Blois e Troyes. Depois de dois dias no mar, porém, os navios foram atingidos por uma tormenta tão terrível que os empurrou de volta para Acre — e nenhum dos passageiros atreveu-se a expor-se mais uma vez aos perigos de alto-mar. Organizou-se então uma segunda embaixada, liderada por Frederico, Arcebispo de Tiro, acompanhado de seu sufragâneo — João, Bispo de Banyas — e Guiberto, Preceptor da Ordem do Hospital. Chegaram a Roma em julho de 1169, e o Papa Alexandre III entregou-lhes cartas de recomendação para todos os seus clérigos. As cartas não tiveram a menor serventia, porém. O Rei Luís deteve-os por vários meses em Paris, onde o Bispo de Banyas veio a falecer, enquanto lhes explicava suas preocupações com os plantagenetas. Partiram então para a Inglaterra, onde o Rei Henrique se queixou de seus problemas com os capetianos. Devido às querelas entre o papa e o imperador, recorrer aos germânicos foi inútil. Ao cabo de dois anos de súplicas vãs, retornaram desconsolados para a Palestina.[2]

Uma embaixada a Constantinopla logrou melhor êxito. Manuel tinha perfeita consciência de que o equilíbrio de poder no Oriente fora perigosamente alterado. Colocou à disposição de Amalrico a cooperação da grande frota imperial para sua próxima campanha.[3] O rei aceitou com gratidão. Talvez ainda fosse possível reaver o Egito. Nur ed-Din parecia totalmente

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 55; Ibn al-Athir, pp. 560-1; Guilherme de Tiro (XIX, 5, p. 892) descreve-o mais ou menos nos mesmos termos dos autores árabes. Beha ed-Din (pp. 50-1) menciona sua ansiosa determinação de anexar o Egito aos domínios de seu senhor.

2 Guilherme de Tiro, XX, 12, pp. 960-1; cartas de Amalrico em *R.H.F.*, vol. XVI, pp. 187-8; Ibn al-Athir, *Atabegues*, pp. 258-9. O Mestre do Hospital afogou-se em 1183, na travessia de Dieppe para a Inglaterra. Ver Delaville Le Roulx, *Les Hospitaliers*, pp. 76 ss.

3 Guilherme de Tiro, XX, 13, pp. 961-2.

absorto no norte. A morte de Kara Arslan, o emir ortóquida de Diarbekir, em 1168, e as disputas pela herança haviam-no indisposto com seu irmão, Qutb ed-Din, de Mosul, e a revolta de Ghazi ibn Hassan, governador de Menbij, fora deflagrada logo em seguida e exigira vários meses para ser liquidada. Agora, Qutb ed-Din encontrava-se à beira da morte, e a questão da sucessão de Mosul não demoraria a vir à tona.[1] No Egito, os títulos e o poder de Shirkuh foram herdados por seu sobrinho Saladino. Faltava-lhe experiência como governante, e outros emires de Shirkuh almejavam à sucessão; o califa o escolhera, porém, justamente por acreditar que sua inexperiência o tornaria dependente dos altos funcionários fatímidas. Nesse ínterim, o principal eunuco de al-Adid, um núbio conhecido como al-Mutamen, ou Conselheiro Confidencial, escreveu em segredo a Jerusalém prometendo apoio caso os francos invadissem o Egito. Por azar, um dos agentes de Saladino, intrigado com o formato das sandálias calçadas por um mensageiro da corte, tomou-as e descosturou-as, descobrindo a carta em seu interior. Saladino ficou à espera da oportunidade para vingar-se. A notícia de sua insegurança, porém, deu novo alento aos cristãos.[2]

Amalrico pedira pressa ao imperador, e, em 10 de julho de 1169, a armada imperial partiu do Helesponto, sob o comando do Grão-Duque Andrônico Contostefano. A esquadra principal dirigiu-se para Chipre, capturando dois navios egípcios no caminho, e uma frota menor seguiu direto para Acre, levando subsídios financeiros para os soldados de Amalrico. Este deveria mandar avisar Chipre assim que quisesse que a esquadra prosseguisse. No entanto, o rei não estava pronto. A campanha de 1168 desorganizara suas forças. As baixas entre os hospitalários tinham sido muito pesadas; os templários continuavam recusando-se a colaborar; e os barões, desencorajados pelas experiências prévias, haviam perdido o entusiasmo anterior. Foi só em fins de setembro que a frota foi chamada para Acre (onde sua aparência magnífica maravilhou a população) e apenas em meados de outubro que a expedição inteira estava pronta para partir para o Egito. O atraso teve duas conseqüências funestas. Manuel, sempre propenso ao otimismo, contara com uma campanha rápida e abastecera seus navios com somente três meses de suprimentos — que estavam quase no fim. Chipre, que ainda não se recuperara da devastação promovida por Reinaldo, não pudera contribuir para seu reaprovisionamento; tampouco foi possível obter víveres em Acre.[3] Ao

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 52; Abu Shama, pp. 188-9; Ibn al-Athir, *Atabegues*, p. 264; Miguel, o Sírio, III, pp. 339-42; Qutb ed-Din faleceu no ano seguinte (1170).

2 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 55-6; Ibn al-Athir, pp. 566-8; Abu Shama, p. 146. O diploma da nomeação de Saladino pelo califa encontra-se em Berlim, composto por 98 fólios.

3 Nicetas Choniates, pp. 208-9; Guilherme de Tiro, *loc. cit.*

mesmo tempo, Saladino foi posto plenamente de sobreaviso. Para garantir sua segurança no Cairo, em 20 de agosto de 1169 mandou prender e decapitar o eunuco al-Mutamen, demitindo em seguida todos os servos do palácio de conhecida fidelidade ao califa e substituindo-os por seus próprios seguidores. Os funcionários exonerados, incentivados pelo califa, incitaram a guarda palaciana núbia a rebelar-se e atacar as tropas de Saladino. O irmão deste, Fakhr ed-Din, tentou reagir, mas nada pôde fazer. Foi quando Saladino incendiou a caserna dos núbios, em Fostat; sabendo que suas esposas e familiares encontravam-se ali, eles correram a resgatá-los, e Fakhr ed-Din pôde atacá-los e massacrá-los quase que até o último homem. O califa, que assistia à batalha, correu a reafirmar sua lealdade a Saladino. Sua deserção foi o golpe de misericórdia para os núbios. A guarda armênia, que não tomara parte no tumulto, morreu queimada no quartel. A oposição a Saladino no Cairo foi silenciada.[1]

O exército cristão partiu finalmente em 16 de outubro. Andrônico Contostefano, irritado com o atraso de Amalrico, ofereceu-se para transportar o grosso dos soldados por mar; os francos, porém, insistiram na via terrestre. Em 25 de outubro, o exército penetrou no Egito na altura de Farama, perto de Pelúsio. Saladino esperava um ataque a Bilbeis, onde concentrou suas forças, mas os francos, atravessando os braços orientais do Nilo com ajuda dos barcos bizantinos, que vinham acompanhando-os ao longo da costa, marcharam diretamente para Damieta, a próspera fortaleza que comandava o braço principal do grande rio — por onde a esquadra poderia avançar até o Cairo. Saladino foi pego desprevenido. Não ousou abandonar a cidade, por receio de que os partidários dos fatímidas criassem coragem para revoltar-se. No entanto, enviou reforços a Damieta e escreveu para a Síria, implorando ajuda a Nur ed-Din. Nesse ínterim, a guarnição local havia instalado uma grande corrente atravessando o rio; os navios gregos, já retardados por ventos contrários, não poderiam ultrapassar a cidade para interceptar as tropas e as provisões que lhe fossem enviadas do Cairo rio abaixo. Um ataque de surpresa poderia ter garantido a conquista da fortaleza; todavia, por mais que Contostefano — preocupado com seus víveres, que chegavam ao fim — insistisse em medidas imediatas, Amalrico ficou estupefato diante das gigantescas fortificações. Decidiu construir mais torres de sítio. A primeira delas, por algum erro de cálculo, fora disposta contra a parte mais forte dos muros. Os gregos, para horror dos cristãos e dos muçulmanos locais, utilizaram suas máquinas para bombardear um bairro santificado por uma capela dedicada à Virgem, que ali parara em sua fuga. Todos os dias a cidade rece-

1 Abu Shama, pp. 147-8; Ibn al-Athir, p. 568.

bia novas tropas. Cada dia reduziam-se as rações dos marinheiros gregos e de seus compatriotas em terra — e seus aliados francos, fartamente abastecidos, não tinham a menor intenção de ajudá-los. Todos os dias Contostefano suplicava a Amalrico que arriscasse um assalto total aos muros, ao que este retorquia que o risco seria excessivo — e seus generais, sempre desconfiados dos gregos, murmuravam que o zelo do bizantino se devia ao seu desejo de ficar com Damieta como parte dos espólios do império. No princípio de dezembro, estava claro que a expedição fracassara. Sem suprimentos, os gregos não podiam prosseguir. Um barco em chamas lançado pelos defensores no meio de sua esquadra causara grandes perdas, ainda que a pronta intervenção de Amalrico tivesse restringido os danos. A fortaleza estava, agora, bem guarnecida e municiada, e dizia-se que havia um exército islâmico a caminho, oriundo da Síria. Quando as chuvas caíram mais cedo e transformaram o acampamento cristão em um pântano, era chegada a hora de levantar o cerco. Não se sabe ao certo se foi Amalrico ou Contostefano o primeiro a entabular negociações com os sarracenos; tampouco conhecemos os termos do acordo. Provavelmente pagou-se uma indenização em dinheiro aos cristãos, e Amalrico decerto esperava que uma demonstração de amizade para com Saladino pudesse separá-lo de Nur ed-Din, com quem, dizia-se, suas relações eram secas.

Em 13 de dezembro, os cristãos atearam fogo a todas as suas máquinas de cerco, a fim de impedir que caíssem nas mãos dos muçulmanos, e afastaram-se de Damieta. O exército chegou a Ascalão no dia 24. Já a esquadra não foi tão afortunada: durante sua viagem para o norte, sobreveio uma grande tempestade; os marinheiros famintos não conseguiram controlar os navios, e muitos deles naufragaram. Por vários dias os corpos foram atirados à costa palestina. Contostefano escapou com vida, navegando para a Cilícia e, de lá, seguindo por terra para prestar contas ao imperador. Os sobreviventes da armada chegaram ao Bósforo no começo do ano-novo.[1]

Era inevitável que o desastroso resultado da expedição provocasse recriminações. Os francos culpavam os gregos pela carência de provisões; os gregos, mais razoáveis, acusavam os francos por suas intermináveis posterga-

1 Guilherme de Tiro, XX, 14-17, pp. 962-71; Cinnamus, pp. 278-80. Ele conta que, após a campanha, Saladino se ofereceu para pagar um tributo anual ao imperador, mas este recusou. Nicetas Choniates, pp. 209-10, insinua, por sua vez, que Manuel fechou um acordo de paz com o Egito. Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 56-9; Abu Shama, pp. 151-3; Ibn al-Athir, pp. 668-70, e *Atabegues*, pp. 259-60. Miguel, o Sírio (III, p. 335, e versão armênia, pp. 369-70), sugere que os gregos foram subornados por Saladino para que desistissem da campanha. Suas provas são antigregas com uma consistência tal que lhes tira o valor. Segundo Guilherme de Tiro, Contostefano foi o primeiro a solicitar um armistício; para Nicetas, foi o rei.

ções. Não obstante, tanto Amalrico quanto o imperador compreendiam que a aliança não deveria ser quebrada — pois Saladino era, agora, o senhor incontestável do Egito.

Saladino era muito inteligente para cair na armadilha diplomática que lhe armara Amalrico. Nur ed-Din havia confiado em Shirkuh, mas via com desconfiança as ambições do novo governante do Egito. Mesmo assim, comportou-se com irrepreensível correção. Em abril de 1170, seu pai, Najm ed-Din Ayub, foi-lhe enviado por Nur ed-Din com um destacamento sírio, em parte como um gesto de amizade, em parte talvez como uma insinuação, pois Ayub era dedicado ao seu senhor. Como um grande número de mercadores damasquinos acompanhava o comboio, ávidos por abrir o comércio com o Cairo, Nur ed-Din liderou pessoalmente uma exibição de força contra Kerak, a fim de permitir que a grande caravana atravessasse em segurança o território da Oultrejourdain.[1] Foi sua única iniciativa contra os francos. Durante a expedição franca ao Egito ele os deixara em paz, e em janeiro de 1170 eles conseguiram até recuperar o castelo de Akkar, no Sul da Buqaia, que provavelmente fora perdido em 1165. Amalrico, como regente de Trípoli, confiou-o, junto com a cidade de Arqa, aos hospitalários, que assim adquiriram o comando de todo o vale.[2]

Em 29 de junho de 1170 a Síria foi sacudida por um terrível tremor de terra, tão violento quanto os de 1157, e durante alguns meses cristãos e muçulmanos ocuparam-se da recuperação das fortalezas arrasadas. Alepo, Shaizar, Hama e Homs sofreram prejuízos graves, assim como o Krak des Chevaliers, Trípoli e Jebail. Em Antióquia, os danos foram imensos, mas os francos viram neles o dedo da justiça divina: o patriarca grego e seu clero estavam celebrando a missa na Catedral de S. Pedro quando o edifício desabou sobre eles. Enquanto Atanásio agonizava sob os escombros, o Príncipe Boemundo e sua corte corriam a Qosair em busca de seu rival, Aimery, suplicando-lhe que retornasse à sua sé. O breve episódio do domínio eclesiástico grego estava encerrado.[3]

O imperador não pôde intervir, por mais furioso que tivesse ficado com a notícia, pois a situação na Cilícia não era nada boa. O príncipe armênio Thoros morreu em 1168, deixando como sucessor um filho pequeno, Rupênio II, sob a regência de um nobre franco de nome Tomás, filho de uma irmã de Thoros. Contudo, o irmão deste, Mleh, questionou a sucessão. No pas-

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 59-60; Abu Shama, pp. 153-4; Ibn al-Athir, *Atabegues*, pp. 260-1.
2 Abu Shama, p. 149. A doação de Akkar e Arqa ao Hospital foi feita após o terremoto de junho (Röhricht, *Regesta*, p. 125).
3 Miguel, o Sírio, III, p. 339; Ibn al-Athir, *Atabegues*, p. 262; Guilherme de Tiro, XX, 18, pp. 971-3.

sado, chegara a fazer seus votos como templário, mas, após brigar com Thoros e tentar assassiná-lo, havia fugido para Nur ed-Din e convertera-se ao islamismo. No princípio de 1170, Nur ed-Din cedeu-lhe algumas tropas, com as quais ele pôde não só destronar seu sobrinho como também invadir a planície ciliciense e tomar Mamistra, Adana e Tarso de suas guarnições gregas. Em seguida, atacou os templários em Baghras. Boemundo apelou para Amalrico, que marchou para a Cilícia e, ao que parece, restaurou temporariamente o domínio imperial — numa atitude amistosa que talvez tenha aplacado a ira de Manuel pela perda do controle eclesiástico de Antióquia. Entretanto, Mleh era irreprimível. Mais ou menos um ano depois, conseguiu capturar Constantino Coloman e voltou a assolar a Cilícia.[1]

Enquanto isso, Nur ed-Din estava ocupado mais para o leste. Seu irmão, Qutb ed-Din, de Mosul, morreu no verão de 1170. Seus dois filhos, Saif ed-Din e Imad ed-Din, puseram-se a disputar a herança, e transcorreram alguns meses até que Nur ed-Din conseguisse encontrar uma solução do seu agrado para a questão.[2] A pausa foi útil para os francos. Todavia, o problema do Egito continuava pendente. Amalrico ateve-se à sua política de aliança estreita com o imperador e apelos constantes ao Ocidente. Na primavera de 1171, decidiu realizar uma visita pessoal a Constantinopla.

Sua partida foi protelada por uma inesperada ofensiva de Saladino contra sua fronteira sul. No início de dezembro de 1170, um grande exército egípcio chegou a Daron, a fortaleza franca mais ao sul no litoral mediterrâneo. Suas defesas eram frágeis, e, embora Saladino não houvesse trazido máquinas de cerco consigo, sua queda parecia iminente. Amalrico, acompanhado de uma força pequena, mas bem treinada, alcançou Ascalão em 18 de dezembro. Dali, seguiu para a fortaleza de Gaza, controlada pela Ordem do Templo — em cujo comando deixou Miles de Plancy, para que os templários pudessem juntar-se ao rei na marcha para Daron. Amalrico conseguiu transpor o exército egípcio e entrar na cidade — diante do que Saladino desistiu do cerco e investiu contra Gaza. Apesar da inútil resistência ordenada por Miles, a cidade baixa foi tomada e seus habitantes, massacrados. A cidadela, porém, era tão formidável que Saladino não se atreveu a assaltá-la. Tão subitamente quanto surgira ele retrocedeu, desaparecendo no seu lado da fronteira. Em seguida, uma esquadra sua subiu o

---

1 Guilherme de Tiro, XX, 26, pp. 991-2; Nicetas Choniates, p. 183; Miguel, o Sírio, III, pp. 331, 337; Sembato, o Comissário, pp. 22-5; Vahram, *Crônica Rimada*, pp. 508-9; é impossível deduzir as datas. Guilherme de Tiro situa os eventos após a visita de Amalrico a Constantinopla, Miguel antes do terremoto de 1170. Tarso ainda era uma cidade grega quando Henrique, o Leão, retornou de sua Cruzada em 1172 (Arnoldo de Lübeck, pp. 22-3).

2 Ver referências acima, p. 332, n. 1, e abaixo, p. 339.

golfo de Ácaba, capturando a posição avançada franca de Aila, na cabeceira do golfo, nos últimos dias do ano.[1]

Amalrico deixou Acre com destino a Constantinopla em 10 de março, acompanhado de uma grande comitiva, que incluía o Bispo de Acre e o Marechal da Corte, Gerardo de Pougi. O Mestre do Templo, Filipe de Milly, abdicou de seu posto a fim de ir na frente como embaixador. Após uma pausa em Trípoli, o rei seguiu para o norte. Em Galípoli, seu sogro foi-lhe ao encontro, conduzindo-o por terra, devido aos ventos contrários, até Heracléia. De lá, Amalrico tomou outro navio, a fim de entrar na capital pelo portão do palácio no porto de Bucoleon — uma honra reservada apenas para as cabeças coroadas.

A recepção que aguardava Amalrico e seu séquito os encantou. Manuel apreciava os ocidentais em geral, e achava Amalrico simpático. Demonstrou sua generosidade de costume. Toda a sua família, sobretudo o sogro do rei, empenhou-se em oferecer-lhes hospitalidade. Houve uma infinidade de cerimônias religiosas e festas. Promoveu-se uma demonstração de dança no Hipódromo e um passeio de barco pelo Bósforo.[2] Em meio a todas as atividades, o rei e o imperador discutiam o futuro. Assinou-se um tratado, mas seus termos são-nos desconhecidos. Aparentemente, o rei reconheceu de algum modo vago a suserania do imperador sobre os cristãos nativos, ao passo que Manuel prometeu auxílio naval e financeiro sempre que se planejasse alguma expedição contra o Egito; determinou-se, ainda, que seria preciso tomar providências conjuntas contra Mleh da Armênia. Provavelmente havia cláusulas tratando da Igreja grega em Antióquia e talvez até no próprio reino, onde Manuel já se incumbira, em 1169, da redecoração da Igreja da Natividade, em Belém. Uma inscrição nos mosaicos atesta que o artista Efraim os executou por ordens do imperador. Também foi ele o responsável pelos reparos no Santo Sepulcro.[3]

---

1 Guilherme de Tiro, XX, 19-20, pp. 973-7; Ibn al-Athir, pp. 577-8.

2 Guilherme de Tiro, XX, 22-4, pp. 980-7; Cinnamus, p. 280 (uma narração muito breve, na qual ele diz que Amalrico prometeu "δουλείαν" ao imperador). Miguel, o Sírio, III, p. 343.

3 De Vogue, *Les Eglises de la Terre Sainte*, pp. 99-103, menciona a inscrição nos mosaicos de Belém. O viajante grego Focas refere-se a eles e fala sobre os reparos no Santo Sepulcro (pp. 19, 31). La Monte, "To what extent was the Byzantine Empire the suzerain of the Crusading States?", debate a questão da suserania imperial e chega à conclusão de que ela nunca foi reconhecida. Ainda assim, Manuel, como seus predecessores antes das Cruzadas, provavelmente se considerava responsável pelo bem-estar dos ortodoxos na Palestina, e seu direito de interferir em seu favor era respeitado. Ver acima, p. 279, n. 1, a respeito do Patriarca de Jerusalém que Manuel mantinha de reserva em Constantinopla. Deve ter sido com a ajuda do imperador que se efetuaram, por volta dessa época, reparos em estabelecimentos ortodoxos na Palestina, tais como a Lavra de Calamon (ver Vailhé, "Les Laures de

Quaisquer que fossem os detalhes do acordo, os francos ficaram muito satisfeitos com a visita e cheios de admiração por seu anfitrião. Partiram de Constantinopla em 15 de junho, voltando para casa cheios de esperanças para o futuro.

O apelo para o Ocidente foi menos feliz. Frederico de Tiro continuava perambulando sem sucesso pelas cortes da França e da Inglaterra. Por volta do ano de 1170, Amalrico escreveu-lhe pedindo que convidasse Estêvão da Champanhe, Conde de Sancerre, à Palestina, a fim de desposar a Princesa Sibila.[1] A sugestão foi devida a uma tragédia que se abatera sobre a família real. O filho de Amalrico, Balduíno, tinha agora nove anos e fora enviado, com outros companheiros da mesma idade, para ser instruído por Guilherme, Arcediago de Tiro. Era um menino bonito e inteligente, mas, um dia, quando os jovens estavam testando sua resistência cravando as unhas nos braços uns dos outros, Guilherme reparou que o príncipe era o único que nunca vacilava. Observando atentamente, não demorou a concluir que o menino era insensível à dor por ser portador de lepra.[2] Era o julgamento divino do casamento incestuoso de seus pais, Amalrico e Agnes, e pareceu um mau agouro para todo o reino. Mesmo que atingisse a idade adulta, Balduíno jamais poderia dar continuidade à dinastia. A jovem rainha grega ainda podia ter filhos, mas enquanto isso, por uma questão de segurança, seria prudente da parte de Amalrico unir sua filha mais velha, Sibila, a algum príncipe ocidental rico e experiente, capaz de assumir a regência ou mesmo o trono em caso de necessidade. Estêvão aceitou o convite e aportou na Palestina com um destacamento de cavaleiros no verão de 1171, alguns dias antes de Amalrico chegar de Constantinopla. Entretanto, não simpatizou com os ares da região e interrompeu bruscamente as negociações matrimoniais; depois de cumprir seus votos nos Lugares Santos, partiu para o norte com seu séquito, na intenção de visitar Constantinopla. Ao passar pela Cilícia, foi assaltado por Mleh da Armênia, que o despojou de tudo o que levava consigo.[3]

Saint Gérasime et de Calamon", *in Echos d'Orient*, vol. II, p. 117) e o monastério de Sto. Eutímio. (Ver Johns, "The Crusaders attempt to colonize Palestine and Syria", *in Journal of the Royal Central Asian Society*, vol. XXI, pp. 292-3.)

1 Guilherme de Tiro, XX, 25, p. 988. Estêvão era neto do cruzado Conde de Blois e filho mais moço de Tibaldo, Conde de Blois, Chartres e Troyes. Nasceu aproximadamente em 1130 e, em 1151, casou-se às escondidas com Matilda de Douzy. (Ver Anselme, *Hist. Généalogique de la France*, II, p. 847.) Como, porém, sua esposa por vezes é chamada de Alice, outras de Maria, é provável que ele tenha se casado mais de uma vez e fosse já viúvo em 1170.

2 Guilherme de Tiro, XXI, 1, pp. 1004-5.

3 *Ibid.*, XX, 25, p. 988.

No ano seguinte chegou a Jerusalém um visitante ainda mais notável — Henrique, o Leão, Duque da Saxônia e da Baviera, neto do Imperador Lotário e genro de Henrique II da Inglaterra. Também ele, porém, recusou-se a lutar pela Cruz. Viajara como mero peregrino, e assim que pôde retornou para sua terra.[1]

A indiferença ocidental foi extremamente decepcionante; por outro lado, talvez uma expedição contra o Egito não fosse necessária de imediato, visto que as relações de Saladino com Nur ed-Din pareciam à beira da ruptura. Em janeiro de 1171, Nur ed-Din havia instalado sua própria guarnição em Mosul, governada por seu sobrinho, Saif ed-Din; anexara Nisibin e o vale de Khabur aos seus domínios; e brindara seu sobrinho favorito, Imad ed-Din, com Sinjar. Em seguida, em seu pio desejo de ver o triunfo do Islã ortodoxo, escreveu a Saladino solicitando que as orações nas mesquitas egípcias deixassem de referir-se ao califa fatímida e passassem a mencionar o Califa de Bagdá. Saladino resistiu. Após dois séculos de dominação fatímida, o país encontrava-se sob forte influência xiita. Ademais, por mais que ele tivesse Nur ed-Din como senhor, sua autoridade no Egito emanava do califa local. Prevaricou até que, em agosto, Nur ed-Din ameaçou ir pessoalmente ao Egito caso ele não obedecesse. Depois de tomar medidas policiais preventivas, Saladino preparou-se para a modificação; contudo, ninguém se atrevia a dar o primeiro passo até que, na primeira sexta-feira do ano islâmico de 567, um clérigo visitante de Mosul corajosamente subiu ao púlpito da Grande Mesquita e orou pelo Califa al-Mustadi. Seu exemplo foi seguido em toda a cidade do Cairo. No palácio, o califa fatímida al-Adid estava moribundo. Saladino proibiu seus servos de contar-lhe a novidade. "Se ele se recuperar, não vai demorar a saber", argumentou. "Se morrer, deixem-no morrer em paz." No entanto, quando o pobre jovem, algumas horas antes de expirar, pediu para ver Saladino, teve seu pedido negado por receio de um complô. Saladino arrependeu-se de sua recusa quando já era tarde demais, e falou dele com afeição. Com al-Adid, apagou-se a dinastia fatímida. Os príncipes e princesas remanescentes foram reunidos e passaram o resto de suas vidas em meio ao luxo, isolados de todo contato com o mundo.[2]

Alguns dias mais tarde, Saladino partiu para atacar o castelo de Montreal, ao sul do mar Morto. O cerco foi intenso, e Amalrico, devido a um erro de informação, deixou Jerusalém tarde demais para salvar a fortificação. Todavia, exatamente quando seus defensores se preparavam para capitular,

---

1 Sua Cruzada é descrita minuciosamente por Joranson, "The Crusade of Henry the Lion", *in Medieval Essays presented to G. W. Thompson*. A fonte principal é Arnoldo de Lübeck.

2 Ibn al-Athir, pp. 575-80, e *Atabegues*, pp. 202-3; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 51; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 61-2.

Nur ed-Din apontou inopinadamente na estrada para Kerak, e Saladino levantou o cerco, explicando que as guerras de seus irmãos no Alto Egito o obrigavam a retornar ao Cairo. Para o atabegue, sua atitude pareceu pura e simples traição, a ser punida com a força. Ao saber de sua fúria, Saladino sobressaltou-se e convocou um conselho de seus parentes e principais generais. Os membros mais jovens da família eram partidários do confronto direto. Contudo, seu pai, o velho Najm ed-Din Ayub, ergueu-se e declarou-se ainda fiel ao seu senhor, censurando o filho por sua ambição. Em particular, voltou a admoestá-lo por revelar sua ambição de maneira tão acintosa. Saladino seguiu seus conselhos e mandou pedir as mais humildes desculpas a Nur ed-Din, que, por ora, as aceitou.[1]

No verão de 1171, Nur ed-Din planejou uma expedição contra a Galiléia, mas acabou desistindo. No fim do outono, irritado com um ato de pirataria perpetrado pelos francos de Latáquia contra dois navios mercantes egípcios, devastou territórios antioquenos e tripolitanos, arrasando os castelos de Safita e Araima, e teve de ser apaziguado com uma pesada indenização.[2] Em 1172, porém, manteve a paz, em parte por não confiar em Saladino e em parte por desejar obter o apoio seljúcida para uma investida contra Antióquia. No entanto, o sultão seljúcida, depois de receber um severo alerta de Constantinopla, repudiou suas tentativas de aproximação e, por sua vez, deflagrou uma guerra de dois anos contra os danishmends. A aliança com Bizâncio, conquanto fosse conseguir muito pouco além disso, pelo menos salvou Antióquia de uma coalizão entre Alepo e Konya.[3] Mais ou menos na mesma época, Nur ed-Din finalmente consentiu em libertar Raimundo de Trípoli, pela soma de oitenta mil dinares. O rei e os hospitalários uniram-se para levantar a quantia, e Raimundo teve permissão para voltar para casa. Nunca chegou a pagar os cerca de trinta mil dinares que ainda ficou devendo a Nur ed-Din.[4]

---

1 Guilherme de Tiro, XX, 27, pp. 992-4; Ibn al-Athir, pp. 581-3, e *Atabegues*, pp. 286-8; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 552; Maqrisi, ed. Blochet, *Revue de l'Orient Latin*, vol. VIII, p. 506. Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 62-3, um relato diplomaticamente vago, misturando as expedições de 1171 e 1173. Ele também põe na boca de Saladino a afirmação de que foi o único a recusar-se a considerar a oposição a Nur ed-Din (p. 65).

2 Ibn al-Athir, *Atabegues*, p. 279; Kemal ad-Din, p. 584; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 62, diz que Nur ed-Din capturou Arqa, fazendo confusão com Aryma.

3 Cinnamus, pp. 291-2; Imad ed-Din, pp. 159-60. Henrique, o Leão, foi recebido com hospitalidade por Kilij Arslan ao atravessar a Anatólia, na volta da Palestina.

4 Abu Shama, p. 168; Guilherme de Tiro, XX, 28, p. 995. As circunstâncias de sua libertação são obscuras. Ver Baldwin, *Raymond III of Tripolis*, p. 11 e n. 23. O episódio ocorreu em algum momento entre setembro de 1173 e abril de 1176.

A guerra voltou a estourar em 1173. Amalrico sentiu-se seguro o bastante para marchar para o norte e penetrar na Cilícia, a fim de punir Mleh por sua agressão a Estêvão da Champanhe e cumprir sua promessa ao imperador. A campanha nada obteve além de conter os ímpetos expansionistas do armênio.[1] Nur ed-Din aproveitou a oportunidade para invadir a Oultrejourdain, e convocou Saladino a auxiliá-lo. Este, fiel à orientação de seu pai, apresentou-se com um exército egípcio e pôs-se a assediar Kerak. Nesse meio tempo, Nur ed-Din deixou Damasco. Ao aproximar-se, Saladino levantou o cerco e voltou para o Egito, alegando, com verdade, que seu pai se encontrava perigosamente enfermo. No entanto, estava claro que ele não tinha a menor intenção de destruir o estado-tampão franco que o separava de seu imperioso senhor. Nur ed-Din, por sua vez, montou seu acampamento diante da cidade. O feudo da Oultrejourdain, que tinha Kerak como capital, fora herdado por uma mulher, Estefânia de Milly. Seu primeiro marido, Humberto, herdeiro de Toron, falecera havia alguns anos. Seu segundo marido, o senescal de Amalrico, Miles de Plancy, estava ausente, acompanhando o monarca. Foi seu primeiro sogro, o velho Comissário Humberto II de Toron, que correu em seu auxílio. Diante da mobilização das forças remanescentes no reino, Nur ed-Din recuou. Sua ira contra Saladino não tinha limites. Ao saber da morte, em agosto, de Najm ed-Din Ayub, seu mais fiel servidor no Cairo, jurou invadir o Egito pessoalmente na primavera seguinte.[2]

Tal desunião no mundo islâmico transmitiu novo alento aos francos — que, no outono de 1173, foram surpreendidos pelas tentativas de aproximação de um terceiro grupo. Pouco se ouvira falar dos Assassinos nas décadas recentes, exceto pelo atentado arbitrário sofrido por Raimundo II de Trípoli em 1152. Nesse ínterim, vinham discretamente consolidando seu território nas montanhas Nosairi. De modo geral, não costumavam dar mostras de animosidade em relação aos francos. O inimigo que abominavam era Nur ed-Din, cujo poder lhes criava obstáculos no leste. Ele, porém, não lograra suprimi-los, e uma adaga encontrada certa noite em seu travesseiro alertou-o a não ir longe demais. Mais simpáticos à corrente xiita que à sunita, a extinção do califado fatímida abalara-os profundamente. Em 1169, o quartel-general dos Assassinos em Alamut, na Pérsia, enviou um novo governador para a província de Nosairi: Rashid ed-Din Sinan, de Basra. Esse xeque colossal, que

---

1 Guilherme de Tiro, XX, 26, pp. 991-2; ver referências acima, p. 338, n. 1. Guilherme provavelmente confundiu as duas expedições de Amalrico.

2 Ibn al-Athir, pp. 587-93, e *Atabegues*, p. 293; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 553; Maqrisi, ed. Blochet, *Revue de l'Orient Latin*, vol. VIII, pp. 509-11. Najm ed-Din Ayub morreu em decorrência de uma queda jogando pólo.

ficaria conhecido entre os francos como o Velho da Montanha, adotou uma política mais ativa, enviando a Amalrico a proposta de uma aliança estreita contra Nur ed-Din e insinuando que ele e seus seguidores estavam considerando uma conversão ao cristianismo. Em troca, parece ter solicitado o cancelamento de um tributo que os templários de Tortosa haviam logrado impor a diversas aldeias pertencentes à sua seita. Quer acreditasse, quer não, que os Assassinos algum dia se tornariam cristãos, Amalrico incentivou sua amizade de muito bom grado. Os emissários do xeque Sinan voltaram às montanhas com a promessa de que uma embaixada franca não tardaria em segui-los. Ao passarem por Trípoli, um cavaleiro templário, Gualtério de Mesnil, agindo com a conivência do Grão-Mestre, emboscou-os e matou-os a todos. O Rei Amalrico ficou horrorizado. Sua política fora posta a perder e sua honra estava maculada unicamente porque a ordem era demasiado gananciosa para sacrificar uma pequena parte de seus ganhos. Determinou que o Grão-Mestre, Odo de Saint-Amand, lhe entregasse o culpado. Odo recusou-se, dispondo-se no máximo a enviar Gualtério para ser julgado pelo papa, cuja autoridade era a única que reconhecia. Amalrico, porém, estava furioso demais para importar-se com a constituição da ordem. Precipitou-se com algumas tropas para Sídon, onde se encontravam o Grão-Mestre e o capítulo, forçou a entrada e seqüestrou Gualtério, que atirou na prisão em Tiro. Assegurou aos Assassinos que fora feita justiça, e suas desculpas foram aceitas. Nesse meio tempo, o rei planejou solicitar a Roma a dissolução da ordem.[1]

O ano de 1174 começou bem para os cristãos. A atitude dos Assassinos era amistosa. A aliança bizantina mantinha-se bem. O jovem Rei da Sicília, Guilherme II, prometeu auxílio naval para a primavera. A discórdia entre Nur ed-Din e Saladino estava chegando a uma crise, e o próprio Saladino não gozava de grande segurança no Egito, onde a nobreza xiita voltara a tramar contra ele e estava em contato com os francos. Em 1173, ele enviara seu irmão mais velho, Turan-Xá, para conquistar o Sudão, que lhe serviria de asilo para a família caso sucedesse o pior. Turan ocupou o país até Ibrim, perto do uádi Halfa, onde eliminou o bispo copta e seus rebanhos — sua congregação e setecentos porcos. Entretanto, relatou que a região era imprópria como refúgio. Saladino então enviou-o para o Sul da Arábia — região que Turan preferia e conquistou em nome do irmão, governando-a como vice-rei até 1176.[2]

---

1 Guilherme de Tiro, XX, 29-30, pp. 995-9.
2 Ibn al-Athir, pp. 599, 602-3, e *Atabegues*, p. 293; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 65-6.

Entretanto, não houve necessidade de fugir da ira de Nur ed-Din. Na primavera de 1174, o atabegue dirigiu-se a Damasco a fim de planejar sua campanha egípcia. Uma manhã, cavalgando com seus amigos pelos pomares, comentou com eles as incertezas da vida humana. Nove dias depois, em 15 de maio, sucumbiu a uma angina. Fora um bom governante e um bom homem, que amava, acima de todas as coisas, a justiça. Desde sua enfermidade, dezenove anos antes, fora abandonado por parte de sua energia, e dedicava uma parte cada vez maior de seu tempo a exercícios pios. Sua devoção, contudo, por mais estreita que fosse, valeu-lhe o respeito tanto de seus súditos quanto de seus inimigos. Austero, raramente sorria; levava uma vida simples e obrigou sua família a seguir-lhe o exemplo, preferindo reverter sua vasta renda em obras de caridade. Era um administrador criterioso e atento, e seu governo sábio consolidou o reino que conquistara pela espada. Em particular, preocupou-se em refrear a inquietude de seus emires turcos e curdos, instalando-os em feudos cujo aluguel pagavam em soldados, mas tratando de mantê-los sob rígido controle mediante seus próprios tribunais de justiça. Esse sistema feudal brando em muito contribuiu para restaurar a prosperidade da Síria, após quase um século nas mãos de nômades. Quanto à aparência, era alto e de pele escura, barba rala, traços regulares e uma expressão gentil e triste. Sua única diversão era a prática de pólo.[1]

O herdeiro de Nur ed-Din era seu filho, Malik as-Salih Ismail, um garoto de onze anos, que o acompanhara a Damasco — onde o emir Ibn al-Muqaddam, com o apoio da mãe do menino, assumiu a regência, enquanto Gümüshtekin, governador de Alepo, que fora a principal capital de Nur ed-Din, também se autoproclamava regente. O primo do rapaz, Saif ed-Din, de Mosul, interveio, anexando Nisibin e toda a região de Jeziré até Edessa. Saladino, como governador da mais rica província de Nur ed-Din, escreveu a Damasco, reivindicando a regência para si. No momento, porém, não estava em condições de se impor.[2] O colapso da unidade islâmica proporcionou aos francos uma oportunidade que Amalrico não hesitou em aproveitar. Em junho, marchou sobre Banyas. Al-Muqaddam saiu de Damasco para confrontá-lo e, provavelmente conforme o monarca pretendia, propôs de imediato o pagamento de uma vasta soma, a libertação de todos os prisioneiros francos em Damasco e uma aliança no futuro contra Saladino.[3] O rei, que começava a sofrer um ataque de disenteria, aceitou as ofertas. Depois de firmado um pacto, ele voltou para Jerusalém, via Tiberíades e Nablus, a

1 Ibn al-Athir, pp. 604-5; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 65.
2 Ibn al-Athir, pp. 606-9; Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 558-60.
3 Guilherme de Tiro, XX, 31, p. 1000; Abu Shama, p. 162; Ibn al-Athir, p. 611.

cavalo, dispensando o conforto de uma liteira. Chegou à sua capital em estado muito grave. Convocaram-se médicos gregos e sírios à sua cabeceira, e ele lhes rogou que o sangrassem e lhe dessem um purgante — pedido negado, pois julgavam-no demasiado fraco para suportar o esforço. O monarca precisou recorrer então ao seu médico franco, que não teve os mesmos escrúpulos. O tratamento pareceu dar resultado, mas só por um ou dois dias. Em 11 de julho de 1174, Amalrico expirou, aos 38 anos.[1]

Se a História é uma simples questão de ação e reação, segue-se que o recrudescimento da unidade islâmica sob Zengi, Nur ed-Din e Saladino foi a resposta inevitável à Primeira Cruzada. Entretanto, o destino caprichoso costuma jogar os dados. No início de 1174, a estrela de Saladino parecia em declínio. Todavia, as mortes de Nur ed-Din e Amalrico, ambas inesperadas, salvaram-no e abriram caminho para suas vitórias por vir. Para os francos do Oriente, o desaparecimento de Amalrico naquele momento e os acidentes que se haviam abatido sobre sua família pressagiaram o fim de seu reino. Amalrico foi o último rei da Jerusalém cristã digno de seu trono. Sem dúvida, cometeu erros. Deixou-se dominar pelo entusiasmo de seus nobres em 1168 e por suas hesitações em 1169; mostrou-se demasiado pronto a aceitar doações monetárias, de que seu governo necessitava momentaneamente, em vez de levar a cabo uma política com objetivos mais de longo prazo. Não obstante, seu vigor e empreendedorismo não conheciam limites. Mostrou que nem seus vassalos nem as ordens podiam desafiá-lo impunemente. Caso tivesse vivido mais, talvez houvesse desafiado a inevitabilidade do triunfo do Islã.

---

1 Guilherme de Tiro, XX, 31, p. 1000-1001. O médico sírio provavelmente era Suleimã ibn Daoud. Ver acima, p. 276, n. 1.

LIVRO V

O TRIUNFO DO ISLÃ

Capitulo 1

Unidade Islâmica

"A honra é a herança dos sábios, mas os insensatos herdam a ignomínia!"
PROVÉRBIOS 3, 35

Para Saladino, que a tudo observava ansiosamente do Cairo, a morte do Rei Amalrico pareceu um sinal do favor divino. As intrigas xiitas para eliminá-lo haviam chegado ao auge em abril, quando lhe revelaram um complô para matá-lo. Sua reação foi imediata, e os líderes do conluio foram crucificados; contudo, ele não tinha garantia nenhuma de que não haveria outros prontos a conspirar, caso um exército cristão viesse em seu auxílio. Pior: nesse meio tempo, a herança de Nur ed-Din poderia cair em outras mãos.[1] Agora, com Amalrico morto, não havia mais perigo de uma invasão por terra. Havia, é verdade, uma frota siciliana no horizonte — porque o Rei Guilherme II não estava a par nem do malogro da conspiração xiita, nem do falecimento de Amalrico. Em 25 de julho, os sicilianos, com 284 navios para transportar seus homens, animais e provisões, sob o comando de Tancredo, Conde de Lecce, surgiram subitamente diante de Alexandria. Entretanto, não encontraram o apoio que esperavam; ademais, já se haviam recusado a aceitar qualquer ajuda do imperador, pois Guilherme brigara com Manuel porque este lhe oferecera a mão de sua filha, Maria, e depois retirara a oferta. De qualquer modo, os sicilianos queriam mostrar que podiam fazer melhor do que os bizantinos em 1169. Não tendo conseguido pegar a cidade de surpresa e com a aproximação de Saladino e seu exército, foram embora em 1º de agosto. Saladino, agora, estava livre para avançar sobre a Síria.[2]

Ibn al-Muqaddam, governador de Damasco, ficou assustado e apelou para os francos. Seu medo aumentou quando o jovem as-Salih fugiu com sua mãe para Alepo, onde contaria com a proteção mais vigorosa de Gümüshtekin. Ibn al-Muqaddam recorreu, então, a Saif ed-Din, de Mosul, pedindo-lhe que o socorresse — mas este preferiu consolidar suas conquistas em Jeziré. O povo de Damasco, então, insistiu em que seu governador chamasse o pró-

---

1 Ibn al-Athir, p. 600.
2 Abu Shama (citando Imad ed-Din), pp. 164-5; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 66-7, situando a chegada dos sicilianos em 7 de setembro; Guilherme de Tiro, XXI, 3, p. 1007.

prio Saladino. Este partiu sem hesitar, acompanhado de setecentos cavaleiros selecionados. Passou rapidamente pela Oultrejourdain, onde os francos nem sequer tentaram detê-lo, e chegou a Damasco em 26 de novembro. Foi recebido com júbilo. Passou a noite na antiga residência de seu pai e, na manhã seguinte, Ibn al-Muqaddam abriu-lhe os portões da cidadela. Instalou seu irmão Toghtekin como governador em nome de as-Salih e, depois de encantar os damascenos com generosos presentes retirados do tesouro do filho de Nur ed-Din, seguiu para o norte, a fim de enfrentar Gümüshtekin.[1]

O desaparecimento do Rei Amalrico deixara os francos sem condições de intervir. O único príncipe remanescente da casa real era Balduíno, então com treze anos e portador de lepra. Sua irmã Sibila, um ano mais velha, ainda era solteira. Sua madrasta, a Rainha Maria Comnena, só dera à luz meninas, das quais uma morrera e a outra, Isabela, tinha então dois anos. Os barões aceitaram Balduíno como seu soberano sem objeções. Quatro dias após a morte de seu pai, ele foi coroado pelo patriarca. Não se designou regente. O senescal, Miles de Plancy, o amigo mais íntimo do falecido rei e senhor da Oultrejourdain por herança de sua esposa, incumbiu-se do governo. Todavia, Miles era impopular, sobretudo entre a aristocracia nativa, com cujo apoio o Conde Raimundo de Trípoli reivindicou a regência. Depois das irmãs de Balduíno, Raimundo era seu parente mais próximo do lado real da família. Sua mãe, Hodierna de Jerusalém, era tia de Amalrico. Embora Boemundo de Antióquia descendesse da irmã mais velha de Hodierna, Alice, estava uma geração mais distante da Coroa. Ademais, morava muito longe, ao passo que Raimundo recentemente desposara a segunda maior herdeira do reino, Eschiva de Bures, Princesa da Galiléia, viúva de Gualtério de Saint-Omer. Seus partidários, encabeçados pelo comissário, Humberto II de Toron, pela família Ibelin e por Reinaldo de Sídon, insistiram em que seus direitos fossem ouvidos perante a Suprema Corte. Miles prevaricou o mais que pôde, mas teve de ceder. No fim do outono, Raimundo foi instalado como regente. Algumas semanas mais tarde, Miles, que recebera muito mal sua queda do poder, foi assassinado numa noite escura nas ruas de Acre.[2]

Raimundo contava agora 34 anos; era um homem alto e magro, de cabelos e pele escuros, cujo rosto era dominado por um nariz grande. Em caráter, era frio, controlado e um pouco sovina. Nada havia nele que lembrasse a entusiástica fidalguia dos primeiros cruzados. Durante seus longos anos no cativeiro, ele lera muito, aprendera árabe e estudara os hábitos dos muçul-

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 67-70; Ibn al-Athir, pp. 614-16; Maqrisi, ed. Blochet, *Revue de l'Orient Latin*, vol. VIII, p. 517.

2 Guilherme de Tiro, XXI, 3-4, pp. 1007-9.

manos. Enxergava os problemas dos Estados francos a partir de uma perspectiva local. Estava interessado em sua sobrevivência, não em seu papel como ponta-de-lança de uma cristandade agressiva. Era muito capaz e contava com o apoio competente de seus amigos; no entanto, não passava de um regente, e tinha seus inimigos.[1]

Sua regência marcou o início de uma clivagem do reino. Já tinha havido facções antes, sobretudo na época da Rainha Melisende — mas tiveram vida curta. A Coroa mantivera o controle. Agora, emergiram dois partidos definidos: um, composto pelos barões nativos e pelos hospitalários e liderado pelo Conde Raimundo, buscava um entendimento com seus vizinhos não-cristãos e não desejava embarcar em aventuras arriscadas; o outro era composto pelos recém-chegados do Ocidente e pelos templários. Agressivos e cristãos militantes, estes encontrariam seus líderes em 1175, quando finalmente Reinaldo de Châtillon foi libertado de seu cativeiro islâmico junto com Juscelino de Edessa, um conde sem condado, cujo destino o transformara em um aventureiro.[2] As animosidades pessoais eram ainda mais intensas que as diferenças políticas. A essa altura, os nobres eram, em sua maioria, todos primos entre si — e as disputas familiares são sempre as mais acirradas. As duas viúvas do Rei Amalrico odiavam-se. Agnes de Courtenay, irmã do Conde Juscelino, casara-se duas vezes desde o divórcio. O segundo marido, Hugo de Ibelin, falecera alguns anos após o casamento; seu sucessor, Reinaldo de Sídon, descobriu com grande satisfação que seu vínculo de parentesco com a esposa, como ocorrera com Amalrico, também era demasiado estreito, e tratou de obter uma anulação.[3] Enquanto Agnes se alinhava com seu irmão e os templários, ele se juntou aos seus opositores. A Rainha Maria Comnena logo voltou a casar-se, com o irmão de Hugo de Ibelin, Balian, a quem conferiu o feudo que constituía seu dote, Nablus. Foi um casamento feliz, e a rainha viúva desempenhou um papel substancial no partido de seu esposo.[4] Reinaldo de Châtillon, alguns meses após a libertação, desposou a herdeira da Oultrejourdain, Estefânia, viúva de Miles de Plancy, que estava convencida de que o Conde Raimundo fora o responsável pelo assassinato de seu marido.[5] A antiga querela entre Raimundo e os templários começou com um

---

1 Guilherme de Tiro, XXI, 3-4, pp. 1010-12.
2 Sobre a libertação de Reinaldo e Juscelino, ver abaixo, p. 351.
3 Hugo de Ibelin, que fora delegado de Amalrico no Cairo em 1167, morreu por volta de 1169. Fora noivo de Agnes antes de ela ser desposada pelo rei (Guilherme de Tiro, XIX, 4, p. 890). Guilherme também fala sobre o divórcio de Reinaldo de Sídon. O pai deste demonstrou-lhe que ele e Agnes eram aparentados — sem dúvida por meio da mãe dela, Beatrice, viúva de Guilherme de Sahyun, cujo nome de solteira é desconhecido.
4 Guilherme de Tiro, XXI, 18, p. 1035; Ernoul, p. 44.
5 Ernoul, pp. 30-1.

problema pessoal. Um cavaleiro flamengo, Gerardo de Ridefort, chegou a Trípoli em 1173 e colocou-se a serviço do conde, que lhe prometeu a mão da primeira herdeira adequada que houvesse no condado. Quando, porém, o senhor de Botrun faleceu, alguns meses mais tarde, deixando suas terras para a filha, Lúcia, Raimundo ignorou os direitos de Gerardo e entregou-a a um rico pisano de nome Plivano, que cometeu a incivilidade de colocar a moça em uma balança e oferecer ao conde seu peso em ouro. Gerardo, furioso e decepcionado, ingressou na Ordem do Templo e não demorou a tornar-se seu senescal e membro mais influente. Nunca perdoou Raimundo.[1]

O jovem rei, precocemente cônscio das intrigas que o rodeavam, tentou manter o equilíbrio entre as partes. Raimundo foi seu regente por três anos, mas os laços familiares aproximaram-no mais dos Courtenays. Balduíno nomeou seu tio Juscelino senescal em 1176, e sua mãe, Agnes, retornou à corte. Sua influência foi desastrosa. Era uma mulher corrupta e gananciosa, com um apetite insaciável por homens e dinheiro. Não lhe tinham permitido criar os filhos; Balduíno fora entregue aos cuidados de Guilherme de Tiro, e Sibila, aos de sua tia-avó, a Princesa-Abadessa Ivete de Betânia. Agora, porém, começava a interferir em suas vidas. Balduíno, contrariando o bom senso, dava-lhe ouvidos, e Sibila deixou-se dominar por ela.[2]

A primeira tarefa de Raimundo como regente foi refrear o crescimento do poder de Saladino. Os francos não haviam podido impedir a união de Damasco e Cairo, mas ao menos Alepo ainda mantinha-se à parte. Assim que recebeu reforços do Egito, Saladino marchou de Damasco para Alepo. Em 9 de dezembro de 1174, entrou em Homs e deixou tropas para atacar o castelo, que ainda resistia. Passou direto por Hama a caminho de Alepo. Quando Gümüshtekin lhe fechou os portões, iniciou um assédio regular da cidade, em 30 de dezembro. Os cidadãos sentiam-se semi-inclinados a capitular, mas o jovem as-Salih apresentou-se pessoalmente em seu meio e suplicou-lhes que o defendessem do homem que o despojara de sua herança. Comovidos com sua situação, os defensores não se renderam. Nesse meio tempo, Gümüshtekin enviou um pedido de socorro aos Assassinos e aos francos. Alguns dias depois, um pequeno grupo de Assassinos foi flagrado no coração do acampamento de Saladino — em sua própria tenda.

---

1 Ernoul, p. 114; *Estoire d'Eracles*, pp. 51-2. Plivano pagou dez mil besantes pela noiva. Se eram de ouro puro, então ela pesaria cerca de 64 quilos.

2 Juscelino aparece como senescal a partir de 1177 (Röhricht, *Regesta*, p. 147). Sempre é denominado "Conde Juscelino". Nos documentos oficiais, Agnes é chamada de Condessa, tendo sido Condessa de Jafa e Ascalão durante seu casamento com Amalrico. Nunca foi rainha, e nunca recebe tal tratamento. Guilherme de Tiro, XXI, 2, p. 1006, sobre a formação de Sibila, e acima, p. 338, sobre a de Balduíno.

Foram mortos após uma defesa desesperada. Em 1º de fevereiro, o Conde Raimundo e um exército franco chegaram a Homs, e, com a ajuda da guarnição local, investiram contra seus muros. Conseguiram o efeito desejado. Saladino levantou o cerco a Alepo e correu para o sul. Raimundo não esperou para enfrentá-lo. Durante todo o mês seguinte, Saladino foi retido pelo assédio ao castelo de Homs. Em abril, já se apoderara de toda a Síria até a altura de Hama, mas Alepo continuava independente. Como prova de gratidão aos francos, Gümüshtekin libertou Reinaldo de Châtillon e Juscelino de Courtenay, bem como todos os demais prisioneiros cristãos que apodreciam nas masmorras de sua cidade.[1]

As vitórias de Saladino incitaram o sobrinho de Nur ed-Din, Saif ed-Din, de Mosul, a enviar para a Síria seu irmão, Izz ed-Din, acompanhado de um grande exército, para apoiar Gümüshtekin — ao qual Saladino, talvez na esperança de provocar discórdia entre Alepo e Mosul, ofereceu Hama e Homs. A proposta foi repudiada. Entretanto, o exército aliado foi encurralado em uma ravina entre as montanhas a norte de Hama e despedaçado pelos veteranos de Saladino. Arranjou-se uma trégua, que permitiu a este ocupar mais algumas cidades a norte de Hama, mas, fora isso, deixou tudo como estava.[2]

Saladino, então, abandonou sua suposta vassalagem a as-Salih. Alegou que se empenhara ao máximo para servi-lo lealmente, mas ele preferira outros conselheiros e rejeitara seu apoio. Dessa forma, assumiu o título de Rei do Egito e da Síria e passou a cunhar moedas exclusivamente em seu nome. O califa, em Bagdá, aprovou-o com indulgência, enviando mantos reais que o alcançaram em Hama, em maio.[3]

A trégua com a casa de Zengi foi breve. Em março de 1176, Saif ed-Din de Mosul cruzou pessoalmente o Eufrates com um vasto exército para reunir-se às forças de Gümüshtekin em Alepo. Saladino, cujas tropas haviam recebido novos reforços do Egito, partiu para enfrentá-los. Um eclipse solar em.11 de abril, ocorrido quando seus homens transpunham o Orontes, perto de Hama, deixou-os sobressaltados. De fato, dez dias mais tarde foram pegos de surpresa por Saif ed-Din, enquanto davam de beber aos cavalos. Este, porém, hesitou em atacar de imediato. Na manhã seguinte, quando

---

1 Guilherme de Tiro, XXI, 6, pp. 1012-13, 1023; Abu Shama, pp. 167-8; Ibn al-Athir, pp. 618-20; Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 562-4.

2 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 70-1; Ibn al-Athir, pp. 621-2, chama o local da batalha de Cornos de Hama; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 564.

3 As primeiras moedas exibindo o título real de Saladino datam de 570 A.M. (1174-5). Ele nunca assumiu o título de sultão, mas os autores árabes, mesmo seus contemporâneos, geralmente o utilizam (por exemplo, Ibn Jubayr e Beha ed-Din). Ver Wiet, *op. cit.*, pp. 335-6.

reuniu todas as suas forças para atacar o acampamento de Saladino no Outeiro do Sultão, cerca de trinta quilômetros ao sul de Alepo, era tarde demais. A primeira carga quase logrou êxito; o contra-ataque de Saladino, porém, rompeu as linhas inimigas. À noite, era o senhor da região. O tesouro que Saif ed-Din deixou para trás na fuga foi todo distribuído entre os homens de Saladino, como recompensa. Os prisioneiros foram bem tratados e logo enviados de volta para suas casas. Sua magnanimidade e clemência causaram uma excelente impressão.[1]

Uma vez que Alepo continuava se recusando a abrir os portões para Saladino, ele atacou e capturou as fortalezas que a separavam do Eufrates (Biza'a e Menbij), dedicando-se em seguida ao sítio de Azaz, a imponente fortaleza que comandava a estrada para o norte. Lá, mais uma vez, quase pereceu nas mãos de um dos Assassinos, que entrou na tenda enquanto ele descansava. Foi a cota de malha que usava sob o turbante que o salvou. Azaz capitulou em 21 de junho. No dia 24 ele retornou a Alepo; dessa feita, porém, consentiu em chegar a um acordo. As-Salih e os príncipes ortóquidas de Hisn Haifa e Mardin, que o vinham apoiando, concordaram em ceder a Saladino todas as terras que ele conquistara; em seguida, ambas as partes juraram solenemente manter a paz. No dia da assinatura do tratado, 29 de julho, a irmãzinha de as-Salih fez uma visita ao acampamento de Saladino, que lhe perguntou, gentilmente, que presente ela gostaria de ganhar — ao que ela retorquiu: "O Castelo de Azaz". Saladino, então, devolveu-o ao seu irmão.[2]

Embora Alepo ainda não estivesse em suas mãos, as-Salih e seus primos estavam intimidados, e Saladino pôde cuidar dos Assassinos e dos francos. Penetrou nas montanhas Nosairi para assediar Masyaf, principal reduto dos Assassinos. O Xeque Sinan estava ausente. Ao voltar correndo para casa, os soldados de Saladino poderiam tê-lo capturado — não fosse por um poder misterioso qualquer que os impediu. Havia alguma magia ali. O próprio Saladino era perturbado por pesadelos terríveis. Uma noite, acordou de repente e encontrou em sua cama bolos quentes de um tipo que só os Assassinos faziam, junto com uma adaga envenenada e um pedaço de papel com um poema ameaçador. Para Saladino, o Velho da Montanha estivera pessoalmente em sua tenda. Não podendo agüentar mais, enviou um mensageiro a Sinan com um pedido de perdão por seus pecados e a promessa de que, em

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 71-4; Ibn al-Athir, pp. 625-6. Beha ed-Din afirma que a batalha ocorreu em Tel es-Sultan e nos Cornos de Hama.

2 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 74-5; Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 146-7; Ibn al-Athir, *loc. cit.* Segundo Kemal ad-Din, a opinião pública em Alepo era contrária ao tratado, apoiando as-Salih com fervor.

troca de um salvo-conduto, ele não voltaria a perturbá-los dali para a frente. O Velho perdoou-o, e o pacto foi mantido.[1]

Com os francos não era possível firmar acordo semelhante. Tinha havido uma trégua em 1175, quando Saladino, a fim de poder cuidar de Saif ed-Din, libertara os prisioneiros cristãos em seu poder.[2] No ano seguinte, porém, os cristãos romperam a trégua. Enquanto Saladino sitiava Alepo, Raimundo de Trípoli invadiu a Beqa'a a partir da Buqaia, ao passo que o exército real, sob o comando de Humberto de Toron e do rei, então com quinze anos, avançava pelo sul. Ao que parece, Raimundo sofreu um pequeno revés nas mãos de Ibn al-Muqaddam, agora governador de Balbek; no entanto, os cristãos se reuniram e impingiram uma grave derrota ao irmão de Saladino, Turan-Xá, e à milícia de Damasco. Mais uma vez, recuaram ao primeiro sinal da aproximação de Saladino. Ele não os seguiu por estar ansioso para retornar ao Egito. Deixando Turan-Xá no comando de um forte exército na Síria, mais uma vez ele atravessou a Oultrejourdain, chegando ao Cairo no fim de setembro.[3]

Houve uma pausa de um ano nos confrontos, pela qual ambos os lados se sentiram gratos. Enquanto Saladino reestruturava o Egito e reconstruía e reforçava as fortificações do Cairo, o governo de Jerusalém enfrentava seu maior problema interno. Em 1177 o Rei Balduíno atingiu a maioridade, 16 anos, e Raimundo abdicou da regência. A hanseníase do jovem monarca, porém, estava piorando, e ele certamente não viveria muitos anos mais. Para garantir a sucessão, a Princesa Sibila precisava casar-se. Em 1175, provavelmente por sugestão de Luís VII da França, Balduíno convidara Guilherme Espada-Longa, o filho mais velho do Marquês de Montferrat, a ir à Palestina e aceitar a mão de Sibila. Foi uma boa escolha. Guilherme era bem relacionado. Seu pai era o príncipe mais rico do Norte da Itália. Era primo tanto do Imperador Frederico Barbarossa quanto do Rei Luís. Particularmente, embora já não fosse jovem, ainda era galante e bem-apessoado o bastante para agradar à faceira princesa. Aportou em Sídon em outubro de 1176; ao desposar Sibila, alguns dias depois, foi brindado com o condado de Ascalão e Jafa e, de modo geral, aceito como herdeiro do trono. Entretanto, a confiança depositada em seu vigor e boas conexões foi inútil. No início de 1177, Guilherme

---

1 Abu Firas, ed. Guyard, *Journal Asiatique*, 7me série, vol. IX, 1877, texto árabe, pp. 455-9; Ibn al-Athir (*loc. cit.*) menciona uma carta ameaçadora enviada por Sinan para o tio materno de Saladino, Shihab ed-Din.

2 Guilherme de Tiro, XXI, 8, pp. 1017-19. Ele censura Humberto de Toron, o responsável pela trégua, por perder a oportunidade de atingir Saladino quando este se encontrava atrapalhado.

3 Guilherme de Tiro, XXI, 11, pp. 1021-3; Ibn al-Athir, p. 627.

contraiu malária e caiu de cama. A doença arrastou-se por alguns meses, e em junho ele sucumbiu. Sua viúva deu à luz um filho no fim do verão; era um herdeiro para o reino, mas com ele a regência seria inevitável. Os emissários do rei mais uma vez puseram-se a esquadrinhar a Europa em busca de um segundo marido para a princesa.[1]

Os embaixadores de Jerusalém também procuraram na Europa aliados contra Saladino, visto que a estiada da guerra por certo não se prolongaria muito. Todavia, os príncipes ocidentais estavam absortos em seus próprios problemas, e nem Constantinopla podia oferecer ajuda como antes. O ano de 1176 marcou uma reviravolta na história de Bizâncio. A impaciência do sultão seljúcida, Kilij Arslan II, em relação ao imperador vinha aumentando. Com Nur ed-Din vivo, Kilij Arslan fora mantido sob controle, pois a intervenção do atabegue na Anatólia em 1173 impedira que os seljúcidas absorvessem as terras dos danishmends. Abdalmassih, general de Nur ed-Din e ex-ministro de seu irmão Qutb ed-Din em Mosul, restituiu Cesaréia-Mazacha ao danishmend Dhu'l Nun e permaneceu pessoalmente com uma guarnição em Sivas. Ao mesmo tempo, o irmão de Kilij Arslan, Shahinshah, foi confirmado na posse de Ancara, onde o imperador o instalara alguns anos antes. Entrementes, a morte de Nur ed-Din removeu um grande obstáculo para Kilij Arslan. No final de 1174, Abdalmassih voltou para Mosul, Dhu'l Nun e Shahinshah estavam exilados em Constantinopla e Kilij Arslan controlava suas terras. Então, voltou-se contra Bizâncio. No verão de 1176, Manuel determinou-se a resolver de uma vez por todas o problema dos turcos. Alguns pequenos êxitos no verão anterior haviam-no estimulado a escrever ao papa anunciando que o momento era propício para uma nova Cruzada. Agora, a segurança da estrada que cruzava a Anatólia ficaria garantida para sempre. Enquanto um exército comandado por seu primo Andrônico Vatatses atravessava a Paflagônia a fim de restaurar Dhu'l Nun ao seu território, Manuel liderava pessoalmente o grande exército imperial, engordado com todos os reforços que conseguiu reunir, em uma investida contra a capital do sultão, Konya. Kilij Arslan, ao tomar conhecimento da expedição, pediu paz — mas Manuel perdera a confiança em sua palavra.

No começo de setembro, a expedição à Paflagônia soçobrou diante dos muros de Niksar. A cabeça de Vatatses foi enviada como troféu ao sultão. Alguns dias depois, o exército de Manuel deixou o vale do Meandro, passou pela fortaleza que construíra em Subléia no ano anterior e contornou a

1 Guilherme de Tiro, XXI, 13, pp. 1025-6; a mãe de Guilherme era meia-irmã do Rei Conrado e do pai de Frederico Barbarossa. Seu pai e a mãe do Rei Luís, Adelaide de Maurienne, eram filhos de dois casamentos diferentes de Gisela da Borgonha.

extremidade superior do lago de Egridir, penetrando nas colinas que levavam às grandes montanhas do Sultan Dagh. Os pesados carroções carregados de equipamentos de cerco e provisões reduziam seu ritmo, e os turcos haviam devastado as regiões por que teriam de passar. A estrada atravessava um desfiladeiro chamado Tzibritze pelos gregos, em cuja ponta ficavam as ruínas do forte de Miriocéfalo — junto às quais se encontrava o exército turco, visível contra a encosta nua. Os generais mais experientes de Manuel aconselharam-no a não conduzir suas sobrecarregadas tropas pela estreita passagem, bem diante do inimigo; os príncipes mais jovens, porém, confiantes em suas habilidades e ávidos por glória, persuadiram o imperador a prosseguir. O sultão reunira tropas de todos os seus aliados e vassalos. Seu exército era tão vasto quanto o de Manuel; estava menos bem armado, mas tinha mais mobilidade. Em 17 de setembro de 1176, a vanguarda forçou a passagem pelo desfiladeiro. Os turcos abriram caminho, dando a volta pelas montanhas e precipitando-se pelas encostas quando o corpo principal do exército imperial começou a espremer-se pela estrada estreita. O cunhado do imperador, Balduíno de Antióquia, que encabeçava um dos regimentos de cavalaria, contra-atacou montanha acima, mas morreu junto com todos os seus homens. Os soldados, no vale, assistiram à sua derrocada; estavam de tal modo aglomerados que mal conseguiam mover as mãos. Uma liderança inspirada talvez ainda tivesse salvado o dia; contudo, a coragem de Manuel abandonou-o. Foi o primeiro a entrar em pânico e bater em retirada do desfiladeiro. O exército inteiro tentou segui-lo, mas, no caos, os carroções de transporte acabaram bloqueando a estrada. Poucos soldados conseguiram escapar. Os turcos, agitando a cabeça de Vatatses à sua frente, massacraram-nos ao seu bel-prazer até o anoitecer. Então, o sultão enviou um arauto para o imperador, que tentava reunir seus homens na planície, propondo-lhe a paz sob a condição de que ele se retirasse imediatamente e desmontasse suas duas novas fortalezas em Subléia e Doriléia. Manuel aceitou os termos com profunda satisfação. Sua vanguarda, invicta, retornou pelo desfiladeiro sã e salva e juntou-se aos patéticos remanescentes, que Manuel conduziu então para casa, fustigados por turcos que não conseguiam compreender a generosidade de Kilij Arslan. É provável que o sultão não tenha atinado com a magnitude de sua vitória. Seu maior interesse, agora, estava no Oriente; no momento, não pensava em expandir-se para o oeste. Tudo o que queria daquele lado era segurança.[1]

---

1 Nicetas Choniates, pp. 236-48; Miguel, o Sírio, III, pp. 369-72. Ver Chalandon, *Les Comnènes*, pp. 506-13, e Cahen, *La Syrie du Nord*, p. 417, n. 3, e, a respeito da batalha em si, Ramsay, "Preliminary report", *in History and Art of the Eastern Provinces of the Roman Empire*, pp. 235-8.

Manuel, contudo, compreendeu muito bem o significado do desastre, que ele mesmo comparou ao de Manzikert, pouco mais de um século antes.[1] A grande máquina de guerra erguida por seu avô e seu pai subitamente caíra por terra. Seriam necessários muitos anos para reconstruí-la — o que, na realidade, nunca chegou a acontecer. Sobraram tropas suficientes para resguardar as fronteiras e até conquistar algumas pequenas vitórias nos três anos seguintes. Nunca mais, porém, o imperador poderia penetrar na Síria e impor sua vontade a Antióquia. Tampouco restara algo do grande prestígio que outrora chegou a impedir Nur ed-Din, no auge de seu poder, de pressionar a cristandade. Para os francos, a derrocada em Miriocéfalo foi quase tão fatal quanto para Bizâncio. A despeito de toda a desconfiança e falta de entendimento mútuos, os ocidentais sabiam que a existência do pujante império constituía uma última salvaguarda contra o triunfo do Islã. No momento, quando o governante do Norte da Síria era um menino frágil como as-Salih, não se deram conta da relevância da batalha. Mas, quando Guilherme de Tiro visitou Constantinopla três anos depois e ficou a par do que havia acontecido de fato, compreendeu o perigo iminente.[2]

Apesar da derrota de seu exército, a marinha de Manuel ainda era forte — e ele estava pronto a lançá-la contra Saladino. Mais uma vez, em 1177, prometeu enviá-la para apoiar um ataque franco contra o Egito. Durante aquele verão, haviam corrido boatos de uma nova Cruzada européia; dizia-se que Luís VII e Henrique II haviam assumido a Cruz.[3] No entanto, apenas um potentado ocidental apareceu na Palestina. Em setembro, enquanto o Rei Balduíno se recuperava de um grave ataque de malária, Filipe, Conde de Flandres, desembarcou com um séquito considerável em Acre. Era filho do Conde Thierry e de Sibila d'Anjou, e os francos, lembrando-se das quatro Cruzadas de seu pai e do amor pio de sua mãe pela Terra Santa, esperaram grandes feitos do visitante. A notícia de sua chegada trouxe quatro embaixadores do imperador, todos de alta linhagem, oferecendo fundos para uma expedição ao Egito — e, em seu rastro, uma frota bizantina de setenta vasos de guerra bem municiados aportou em Acre. O Rei Balduíno, enfermo demais para lutar, tratou de oferecer-lhe a regência caso se dispusesse a

---

1 Nicetas Choniates, p. 249. Manuel, por outro lado, tentou minimizar o desastre em sua carta a esse respeito para Henrique II da Inglaterra (citada em Rogério de Hoveden, *Chronica*, II, p. 101). A batalha chamou a atenção de diversos cronistas ocidentais, como, por exemplo, *Vita Alexandri*, *in Liber Pontificalis*, II, p. 435, e *Annales S. Rudberti Salisburgensis*, p. 777.

2 Guilherme de Tiro, XXI, 12, p. 1025.

3 Henrique II e Luís VII combinaram, no Tratado de Ivry, de 21 de setembro de 1177, partir em uma Cruzada conjunta (Benedito de Peterborough, I, pp. 191-4). O plano foi abandonado logo depois.

liderar uma expedição ao Egito. Filipe, entretanto, hesitou e prevaricou. A princípio, alegou que viera apenas pela peregrinação; em seguida, disse que não podia assumir tamanhas responsabilidades sozinho — e, quando o rei sugeriu então que Reinaldo de Châtillon assumisse a co-liderança, Filipe criticou o caráter de Reinaldo. Lembraram-lhe que a frota bizantina se apresentara, pronta para cooperar. Ele se limitou a indagar por que incomodar os gregos. Acabou revelando que o único objetivo de sua ida à Palestina fora unir em matrimônio suas duas primas, as Princesas Sibila e Isabela, aos dois jovens filhos de seu vassalo predileto, Roberto de Béthune. Era mais do que os barões de Jerusalém podiam suportar. "Pensamos que você tivesse vindo lutar pela Cruz, e tudo o que consegue discutir são casamentos", indignou-se Balduíno de Ibelin quando o conde fez seu pedido à corte. Frustrado e furioso, Filipe preparou-se para partir. A controvérsia escandalizou os embaixadores imperiais. Ficou claro que não haveria expedição alguma ao Egito. Esperaram aproximadamente um mês, para então, desgostosos, ir-se com os navios, a fim de pôr seu senhor a par da incurável frivolidade franca.[1]

O Conde de Flandres partiu de Jerusalém rumo a Trípoli no fim de outubro. Talvez sua consciência agora o perturbasse, pois concordou em acompanhar Raimundo de Trípoli em uma expedição contra Hama. O Rei Balduíno forneceu tropas do reino para reforçá-los. Enquanto um pequeno contingente assolava o território de Homs (acabando por cair em uma emboscada e perder todo o butim que havia acumulado), os dois condes assediavam Hama, cujo governador se encontrava gravemente enfermo. Quando, porém, chegaram forças de Damasco, recuaram, sem nada terem obtido. De Trípoli, o Conde Filipe seguiu para Antióquia, onde consentiu em ajudar o Príncipe Boemundo a atacar Harenc. A cidade pertencera ao ex-ministro de as-Salih, Gümüshtekin, mas este se desentendera com seu senhor, que o condenou à morte. Em vista disso, seus vassalos em Harenc insurgiram-se contra as-Salih; com a aproximação franca, porém, o motim foi imediatamente encerrado. Boemundo e Filipe puseram-se a sitiar a cidade com certo desânimo. Suas tentativas de solapar os muros frustraram-se, e um destacamento de as-Salih conseguiu furar o bloqueio para

1 Guilherme de Tiro, XXI, 14-18, pp. 1027-35. Ele sugere que tanto Raimundo de Trípoli quanto Boemundo de Antióquia se opunham a uma expedição ao Egito e dissuadiram Filipe. Como, porém, os Ibelins ficaram irritados com Filipe e costumavam estar de acordo com Raimundo, é possível que Guilherme tenha exagerado. Como responsável pela aliança bizantina, Guilherme ficou decepcionado com seu malogro; a disposição que Filipe posteriormente demonstraria para auxiliar Raimundo e Boemundo pode tê-lo levado a suspeitar deles. Ver também Ernoul, p. 33, que menciona o motejo de Balduíno de Ibelin.

reforçar a guarnição. Quando as-Salih lhes enviou emissários para objetar-lhes que Saladino, o verdadeiro inimigo de Alepo e de Antióquia, voltara à Síria, os francos concordaram em levantar o cerco. Filipe de Flandres retornou a Jerusalém para a Páscoa, tomando em seguida em Latáquia um navio para Constantinopla.[1]

Saladino cruzara a fronteira egípcia em 18 de novembro. Seu serviço de inteligência sempre foi excelente. Estava a par do colapso da aliança franco-bizantina e de que o Conde de Flandres se encontrava no longínquo norte. Optou por penetrar na Palestina com um súbito contra-ataque costa acima. Os templários reuniram todos os cavaleiros da ordem disponíveis para defender Gaza — contudo, os egípcios marcharam direto para Ascalão. O velho Comissário Humberto II de Toron estava gravemente enfermo, e o rei erguera-se havia pouco de seu próprio leito de doente. Com as forças que conseguiu obter — quinhentos cavaleiros no total — e com o Bispo de Belém ostentando a Cruz Verdadeira, Balduíno correu a Ascalão, entrando na fortaleza pouco antes da chegada do inimigo. Intimara todos os homens de armas do reino a irem ao seu encontro na cidade, mas as primeiras tropas foram interceptadas por Saladino e aprisionadas. Deixando um pequeno contingente para conter o rei em Ascalão, Saladino seguiu para Jerusalém. Foi a única vez que o sultão pecou pelo excesso de confiança. Como não havia inimigo algum separando-o da capital cristã, ele afrouxou a disciplina de seus homens e permitiu que perambulassem pela região, dedicando-se à pilhagem. Com a coragem que só o desespero confere, Balduíno conseguiu enviar uma mensagem aos templários, ordenando-lhes que abandonassem Gaza e se juntassem a ele. Quando se aproximaram, o monarca precipitou-se de Ascalão com seus homens, tomando o rumo de Ibelin e depois fazendo uma guinada para o interior. Em 25 de novembro, os egípcios atravessavam uma ravina próxima ao castelo de Montgisard, alguns quilômetros ao sul de Ramleh, quando os cavaleiros francos caíram inopinadamente sobre eles. Foi a mais absoluta surpresa. Parte das tropas de Saladino havia se ausentado em busca de alimento, e ele não teve tempo de reagrupar o restante. Muitos fugiram antes do primeiro choque. O próprio Saladino só se salvou graças à sua guarda pessoal mameluca. Os regimentos que sustentaram suas posições foram praticamente aniquilados. Entre os cristãos, o rei foi o que mais se destacou. A bravura dos irmãos Ibelins, Balduíno e Balian, e dos

---

1 Guilherme de Tiro, XXI, 19, 25, pp. 1036, 1047-9; Ernoul, p. 34; Miguel, o Sírio, III, pp. 75-6; Abu Shama, pp. 189-92; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 76-7; Ibn al-Athir, pp. 630-3; Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 148-53.

enteados de Raimundo, Hugo e Guilherme da Galiléia, em muito contribuiu para a vitória; S. Jorge em pessoa foi visto lutando ao seu lado.

Em poucas horas, o exército egípcio debandava para casa, abandonando todo o butim e os prisioneiros que havia feito. Os soldados chegaram a desembaraçar-se de suas armas, para fugirem mais rápido. Saladino conseguiu restaurar certa ordem, mas a travessia do Deserto do Sinai foi dolorosa, com beduínos fustigando os fugitivos quase indefesos. Da fronteira egípcia, o sultão enviou ao Cairo mensageiros montados em dromedários, a fim de assegurar aos eventuais candidatos a rebeldes que ele ainda vivia, e mandou anunciar por pombos-correio a todo o Egito seu retorno à capital. Entretanto, seu prestígio saíra do episódio tremendamente abalado.[1]

Foi uma grande vitória, e por ora o reino estava salvo. Mas a situação em longo prazo não mudara. Os recursos do Egito eram ilimitados, ao passo que os francos continuavam com poucos homens. Caso tivesse sido possível para o Rei Balduíno perseguir o inimigo Egito adentro ou efetuar um ataque rápido a Damasco, talvez conseguisse esmagar o poder de Saladino. Contudo, sem ajuda externa ele não podia arriscar seu pequeno exército em uma ofensiva. Pelo contrário, decidiu erigir fortificações reforçadas ao longo da fronteira damasquina, onde a perda de Banyas havia desarranjado o sistema defensivo do reino. Enquanto Humberto de Toron fortificava a colina de Hunin, na estrada entre Banyas e Toron, o rei pôs-se a construir um castelo no alto Jordão, entre o lago Huleh e o mar da Galiléia, a fim de comandar a passagem junto à qual Jacó lutara com o anjo, também conhecida como Vau das Lamentações. Nas duas margens, a região era habitada por camponeses e pastores muçulmanos, alguns subordinados a Damasco, outros aos cristãos. Passavam livremente de um lado ao outro da fronteira, demarcada apenas por um grande carvalho. Os francos haviam se comprometido a jamais fortificar o vau. Balduíno preferia respeitar o pacto e erguer um castelo em outro ponto, mas os templários se lhe impuseram. Os muçulmanos locais foram queixar-se do abuso a Saladino, que ofereceu primeiro sessenta mil peças de ouro, depois cem mil, para que Balduíno abandonasse a obra. Diante da recusa do rei, jurou tomar providências pessoalmente.[2]

Depois da derrocada de Montgisard, Saladino ficou vários meses no Egito, até certificar-se de que estava tudo sob controle. No fim da primavera de 1178, retornou à Síria e passou o resto do ano em Damasco. Os únicos

---

1 Guilherme de Tiro, XXI, 20-24, pp. 1037-47; Ernoul, pp. 41-5; Miguel, o Sírio, III, p. 375; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 75-6; Abu Shama, pp. 184-7; Ibn al-Athir, pp. 627-35.

2 Guilherme de Tiro, XXI, 26, pp. 1050-1; Ernoul, pp. 51-2; Abu Shama, pp. 194-7; Ibn al-Athir, p. 634. Saladino estava ocupado na época com uma revolta local em Balbek. O Vau de Jacó hoje é cruzado por uma ponte conhecida como a Ponte das Filhas de Jacó.

conflitos do ano consistiram em alguns assaltos e respectivos contra-ataques.[1] Mais ao norte, reinava a paz entre Antióquia e Alepo e firmara-se uma aliança entre Antióquia e a Armênia, cujo príncipe renegado, Mleh, fora destituído logo após a morte de Nur ed-Din por seu sobrinho, Rupênio III. Rupênio era amigo dos francos, a quem assistira no malogrado cerco a Harenc.[2] Boemundo III também buscou a amizade do imperador, e em 1177 casou-se, em segundas núpcias, com uma parenta de Manuel, de nome Teodora.[3]

Na primavera de 1179, quando teve início a movimentação anual dos rebanhos, o Rei Balduíno preparou-se para reunir as ovelhas que deixavam as planícies de Damasco em direção a Banyas. Saladino enviou seu sobrinho, Faruk-Xá, para verificar o que estava acontecendo e informar seu tio, por pombo-correio, da direção tomada pelos francos. Em 10 de abril, Faruk-Xá caiu inopinadamente sobre o inimigo em um vale estreito no bosque de Banyas. O rei foi pego de surpresa. Só conseguiu escapar com suas tropas graças ao heroísmo do velho comissário, Humberto de Toron, que conteve os muçulmanos com sua guarda pessoal até que o exército real estivesse a salvo. Mortalmente ferido, Humberto morreria em seu novo castelo de Hunin em 22 de abril. Até os muçulmanos prestaram homenagem ao seu caráter. Seu desaparecimento foi um terrível golpe para o reino, pois, entre os estadistas da antiga geração, ele era o único a gozar do respeito geral.

Para dar continuidade à vitória, Saladino pôs-se a assediar o castelo do Vau de Jacó. No entanto, a defesa foi tão vigorosa que ele se retirou ao cabo de alguns dias, montando acampamento diante de Banyas. Dali, espalhou homens pela Galiléia e pelo Líbano, a fim de destruírem as plantações entre Sídon e Beirute. O Rei Balduíno reuniu as forças do reino e convocou Raimundo de Trípoli para ajudá-lo. Passando por Tiberíades e Safed, marcharam para Toron, onde souberam que Faruk-Xá e seu destacamento estavam voltando do litoral, carregados de butim. Seguiram para o norte, a

---

1 Ibn al-Athir, p. 633.

2 Sembat, o Comissário, p. 642; Vahram, *Crônica Rimada*, p. 509. Para o casamento de Rupênio, ver abaixo, p. 363.

3 Guilherme de Tiro, XXII, 5, p. 1069. Há controvérsias a respeito da data das bodas e até do nome da noiva. As *Lignages* (V, p. 446) chamam-na de Irene e dão-lhe uma filha de nome Constância, não mencionado em outras fontes. Não se sabe se ela era uma Comnena ou se era ligada ao imperador por meio de sua mãe. Rey, "Histoire des Princes d'Antioche", *in Revue de l'Orient Latin*, 1896, II, pp. 379-82, acredita que ela foi a primeira esposa de Boemundo. É mais provável que sua primeira mulher tenha sido Orgilosa de Harenc, que aparece em documentos oficiais entre 1170-5 (Röhricht, *Regesta*, pp. 125, 139). Guilherme afirma peremptoriamente que Boemundo deixou Teodora para viver com Sibila.

fim de interceptá-los no vale de Marj Ayun, o Vale das Nascentes, entre o rio Litani e o alto Jordão. Entrementes, Saladino notara, de um posto de observação no alto de uma colina ao norte de Banyas, que os rebanhos na margem oposta do Jordão se espalhavam em pânico; compreendendo que o exército franco estava passando, partiu em sua perseguição. Em 10 de junho de 1179, enquanto o exército real procurava Faruk-Xá em Marj Ayun, o Conde Raimundo e os templários seguiam um pouco adiante rumo ao Jordão. Junto à entrada do vale, depararam-se com o exército de Saladino. Os templários deram-lhe combate sem hesitar, mas o contra-ataque do sultão obrigou-os a recuar em desordem até as tropas de Balduíno, que também se viram forçadas a retroceder. Não demorou para que todo o exército cristão debandasse. O rei e o Conde Raimundo conseguiram, com parte de seus homens, atravessar o Litani e refugiar-se no grande castelo de Beaufort, acima da margem ocidental. Todos os homens que permaneceram do outro lado do rio foram massacrados ou, mais tarde, capturados. Alguns dos fugitivos não pararam em Beaufort, rumando direto para a costa. No caminho, encontraram Reinaldo de Sídon e suas tropas locais; como lhe disseram que já era tarde demais, ele decidiu retornar. Entretanto, caso tivesse seguido para o Litani, poderia ter salvado muitos outros dos que escapavam.

Entre os prisioneiros feitos por Saladino estavam Odo de Saint-Amand, Grão-Mestre do Templo (cuja imprudência fora a causa primária da derrocada), Balduíno de Ibelin e Hugo da Galiléia. Este logo teve seu resgate pago pela mãe, a Condessa de Trípoli, que entregou 55 mil dinares tírios. Por Balduíno de Ibelin, Saladino exigiu 150 mil dinares, o resgate de um rei — donde se deduz a alta conta em que tinha seu prisioneiro. Ao cabo de alguns meses, Balduíno foi libertado em troca de mil prisioneiros muçulmanos e a promessa de que o dinheiro seria obtido. Quanto a Odo, propôs-se que fosse trocado por algum prisioneiro muçulmano importante, mas o grão-mestre era demasiado orgulhoso para admitir que alguém pudesse ter o mesmo valor que ele. Permaneceu em uma masmorra em Damasco até a morte, no ano seguinte.

Saladino não aproveitou a vitória para invadir a Palestina, talvez porque tivesse recebido a notícia da chegada de uma grande companhia de cavaleiros franceses, liderados por Henrique II da Champanhe, Pedro de Courtenay e Filipe, Bispo de Beauvais. Em vez disso, atacou o castelo de Balduíno, no Vau de Jacó. Após cinco dias de assédio, de 24 a 29 de agosto, logrou solapar os muros e forçar a entrada. Os defensores foram mortos e o castelo, reduzido a pó. Os visitantes franceses não quiseram tentar salvá-lo; pelo

contrário, não tardaram em voltar para casa. Mais uma vez, os cruzados do Ocidente foram da mais rematada inutilidade.[1]

Depois de a esquadra egípcia empreender um ataque bem-sucedido aos navios no próprio porto de Acre, em outubro, e após uma grande incursão islâmica na Galiléia no começo do ano-novo, o Rei Balduíno enviou a Saladino um pedido de trégua, com que este concordou. Tinha havido uma terrível estiagem durante todo o inverno e o início da primavera, e a Síria inteira enfrentava a fome. Ninguém queria assaltos que pudessem danificar as já magras colheitas. Ademais, Saladino provavelmente já havia chegado à conclusão de que a conquista de Alepo deveria anteceder a de Jerusalém. Um tratado assinado por representantes de Balduíno e Saladino em maio de 1180 instituiu uma trégua de dois anos. Trípoli ficou de fora do pacto, mas, após uma investida da marinha egípcia contra o porto de Tortosa e uma derrota sofrida por Saladino em um assalto à Buqaia, ele e Raimundo fecharam um acordo semelhante.[2] No outono, Saladino marchou para o norte, rumo ao Eufrates, onde o príncipe ortóquida, Nur ed-Din de Hisn Kaifa, que se tornara seu aliado, se havia desentendido com Kilij Arslan, o Seljúcida. Nur ed-Din era casado com a filha deste, mas negligenciara-a em favor de uma dançarina. Em 2 de outubro de 1180, Saladino presidiu uma assembléia em Samosata, da qual participaram os príncipes ortóquidas e emissários de Kilij Arslan, Saif ed-Din de Mosul e Rupênio da Armênia. Todos juraram solenemente manter a paz entre si durante os dois anos seguintes.[3]

O Rei Balduíno passou o intervalo tentando costurar uma frente cristã contra o Islã. Guilherme de Tiro, arcebispo desde 1175, foi a Roma para tomar parte de um concílio em Latrão em 1179, e, na volta, visitou Constantinopla nos últimos dias do ano. O Imperador Manuel mostrou-se cortês e cordial como sempre, mas Guilherme percebeu que ele estava no fim. Não havia se recuperado do choque da batalha de Miriocéfalo. Todavia, ainda demonstrava um grande interesse pela Síria. Guilherme permaneceu na corte por sete meses. Presenciou as grandes cerimônias dos casamentos da filha de Manuel, Maria, uma solteirona de 28 anos, com Rainier de Montferrat, cunhado de Sibila, e do filho de Manuel, Aleixo, de dez anos, com a Princesa Agnes da França, de nove. Foi acompanhado por emissários imperiais

---

1 Guilherme de Tiro, XXI, 27-30, pp. 1052-9; Ernoul, pp. 53-4; Abu Shama, pp. 194-202; Ibn al-Athir, pp. 635-6; Maqrisi, ed. Blochet, *Revue de l'Orient Latin*, vol. VIII, pp. 530-1. Há algumas dúvidas quanto à possibilidade de Odo de Saint-Amand ter sido, na verdade, morto, já que uma bula do Papa Alexandre III insinua que ele ficou vivendo como prisioneiro. Ver d'Albon, "La Mort d'Odon de Saint-Amand", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. XII, pp. 279-82.

2 Guilherme de Tiro, XXII, 1-3, pp. 1053-6; Abu Shama, p. 211, Ibn al-Athir, p. 642.

3 Ibn al-Athir, pp. 639-40,

até Antióquia.[1] O príncipe armênio Rupênio ansiava por estreitar sua aliança com os francos. No início de 1181, foi em peregrinação a Jerusalém, onde desposou Isabela de Toron, filha de Estefânia da Oultrejourdain.[2] Até os jacobitas sírios proclamaram sua lealdade à causa cristã unida, quando seu patriarca, o historiador Miguel, visitou Jerusalém e teve uma longa entrevista com o rei.[3]

Havia esperanças, ainda, de um aliado do Extremo Oriente. Desde 1150 circulava pela Europa Ocidental uma carta supostamente escrita por Preste João, o grande potentado, ao Imperador Manuel. Embora seja quase certo que se tratasse de uma farsa criada por um bispo germânico, sua descrição da riqueza e piedade do rei-sacerdote era boa demais para não ser levada a sério. Em 1177, o papa enviou seu médico, Filipe, com uma mensagem pedindo informações e solicitando auxílio. Ao que parece, Filipe encerrou sua viagem na Abissínia, mas sem nenhum resultado concreto.[4]

Nem assim veio do Ocidente algum cavaleiro poderoso, nem mesmo para aceitar a oferta da mão da Princesa Sibila e a sucessão ao trono. Frederico de Tiro, quando esteve em Roma, enviara uma mensagem a Hugo III da Borgonha, da linha real capetiana, rogando-lhe que aceitasse a candidatura. Hugo aceitou a princípio, mas preferiu permanecer na França. Nesse ínterim, Sibila, por sua vez, se apaixonara por Balduíno de Ibelin. A família Ibelin, apesar de suas origens modestas, encontrava-se agora no primeiro plano da nobreza palestina. Por ocasião do falecimento de Balian, o Velho, fundador do clã, Ibelin em si foi confiada aos hospitalários, mas Ramleh passou para seu primogênito, Hugo, e, quando este morreu, ao seu irmão, Balduíno — que havia desposado mas repudiou, sob a conveniente alegação de parentesco, a herdeira de Beisan. O irmão mais novo, Balian, era agora marido da Rainha Maria Comnena e senhor de Nablus, que constituíra o dote da esposa. Balduíno e Balian eram os mais influentes dos nobres locais, e, a despeito de sua linhagem obscura, o casamento de Balduíno e Sibila teria sido popular em todo o reino. Antes que se pudesse arranjar o noivado, porém, Balduíno foi capturado em Marj Ayun. Sibila escreveu-lhe na prisão para atestar-lhe seu amor; quando ele foi libertado, contudo, ela lhe disse friamente que não poderia considerar o matrimônio enquanto ele devesse um

---

1 Guilherme de Tiro, XXII, 4, pp. 1066-8.

2 Sembat, o Comissário, p. 627. Ernoul, p. 31, menciona o matrimônio, referindo-se a Rupênio como filho de Thoros. Também (pp. 25-30) fala de uma visita de Thoros a Jerusalém, não registrada em nenhum outro lugar e provavelmente mítica.

3 Miguel, o Sírio, III, p. 379.

4 Röhricht, *Regesta*, pp. 67, 145. Para saber mais a respeito da lenda de Preste João, ver Marinescu, "Le Prêtre Jean", *in Bulletin de la Section Historique de l'Académie Roumaine*, vol. X.

vasto resgate. Seu argumento era razoável, embora desanimador; então, Balduíno, não sabendo como levantar o dinheiro, viajou a Constantinopla para suplicá-lo ao imperador. Manuel, com seu amor aos gestos generosos, arcou com tudo. Balduíno retornou em triunfo para a Palestina no início da primavera de 1180, mas encontrou Sibila comprometida com outro homem.[1]

Agnes de Courtenay jamais gostara dos familiares de seus vários maridos e desaprovava os Ibelins. Alguns anos antes, um cavaleiro de Poitou, Amalrico, segundo filho do Conde de Lusignan, chegara à Palestina. Era um bom soldado, e, por ocasião da morte de Humberto de Toron, fora nomeado comissário. Mais ou menos na mesma época, desposou a filha de Balduíno de Ibelin, Eschiva — além de ser amante de Agnes. Tinha, na França, um jovem irmão chamado Guy. Com o apoio de Agnes, começou a falar a Sibila a respeito da extraordinária beleza e do charme do jovem, até que por fim ela lhe implorou que o trouxesse à Palestina. Enquanto Balduíno se encontrava em Constantinopla, Amalrico correu de volta a casa a fim de buscar Guy e prepará-lo para o papel que o aguardava. Sibila achou-o belo como lhe haviam dito, e anunciou sua intenção de desposá-lo. O rei, seu irmão, protestou debalde, pois era evidente que Guy não passava de um menino fraco e tolo. Os barões palestinos ficaram furiosos ao se darem conta de que poderiam ter como seu futuro soberano aquele filho caçula de um nobre francês insignificante cuja única característica de destaque era o fato de descender de Melusina, a fada da água.[2] Não obstante, Agnes e Sibila importunaram o enfermo e fatigado rei até ele dar seu consentimento. Na Páscoa de 1180, Guy casou-se com Sibila e foi brindado com os feudos de Jafa e Ascalão.[3]

Os Ibelins, por razões políticas e pessoais, ficaram melindrados, e a lacuna que os separava dos Courtenays, apoiados por Reinaldo de Châtillon, ampliou-se. Em outubro de 1180, o rei tentou apaziguá-los mediante o matrimônio de sua meia-irmã, Isabela, com Humberto IV de Toron — ela, enteada de Balian de Ibelin; ele, enteado de Reinaldo de Châtillon. Além disso, Humberto era neto e herdeiro do grande comissário e, por intermédio

---

1 A história do amor de Balduíno de Ibelin é fornecida apenas por Ernoul, pp. 48, 56-9. Ernoul trabalhava para o irmão de Balduíno, Balian, e, portanto, estava bem informado a respeito da família.

2 Há na Europa uma lenda, encontrada em várias versões diferentes, segundo a qual determinadas casas nobres descenderiam de uma certa fada de nome Melusina. Na versão francesa, ela surgiria sobre determinada fonte sempre que alguém de sua raça estivesse para morrer em Lusignan, bem como quando o castelo estivesse para ganhar um novo senhor. (N.T.)

3 Guilherme de Tiro, XXII, 1, pp. 1064-5; Ernoul, pp. 59-60; Benedito de Peterborough, I, p. 343, que declara que Sibila já mantinha Guy como seu amante. Quando o rei descobriu, quis condenar Guy à morte, mas a pedido dos templários poupou-o e permitiu o matrimônio.

de sua mãe, possível herdeiro do feudo da Oultrejourdain, o mais qualificado da nobreza local, a quem se supunha que o casamento agradaria. Em virtude da juventude da princesa, então com apenas oito anos, a cerimônia de fato foi postergada por três anos.[1] O noivado, todavia, de nada adiantou. Alguns dias mais tarde, os Courtenays deram uma demonstração de força na nomeação do novo patriarca. O Patriarca Amalrico falecera em 6 de outubro. No dia 16, o capítulo de Jerusalém, pressionado por Agnes, elegeu para suceder-lhe Heráclio, Arcebispo de Cesaréia — um sacerdote semi-analfabeto de Auvergne, cuja beleza parecera a Agnes irresistível. O favor da dama lhe proporcionara um rápido crescimento. Sua atual amante era a esposa de um tecelão de Nablus, Pásquia de Riveri, que logo ficaria conhecida em todo o reino como Madame la Patriarchesse ("A Senhora Patriarquesa"). Guilherme de Tiro veio às pressas de sua diocese para tentar impedir a eleição, mas foi inútil. Os eleitores nomearam-no como sua segunda opção, mas o rei, por insistência de sua mãe, confirmou a designação de Heráclio.[2]

O poder encontrava-se agora com firmeza nas mãos dos Courtenays, dos Lusignans e de seus aliados, Reinaldo de Châtillon e o novo patriarca. Em abril de 1181, investiram contra Guilherme de Tiro, que, como antigo tutor do rei, constituía uma ameaça. Com um pretexto trivial, Heráclio excomungou-o. Após tentativas infrutíferas de corrigir a situação, Guilherme partiu para Roma em 1182 ou 1183, a fim de defender sua causa na corte papal. Lá permaneceu e acabou morrendo — envenenado, segundo constou na época, por um emissário enviado pelo patriarca.[3] Raimundo de

---

1 Guilherme de Tiro, XXII, 5, pp. 1068-9; Ernoul, pp. 81-2. Segundo Guilherme, Humberto cedeu suas terras na Galiléia ao rei em troca das núpcias. Balduíno entregou Toron à sua mãe. Ibn Jubayr, ed. Wright, p. 304, diz que Toron pertencia "à porca, a mãe do porco que é senhor de Acre" e Hunin, ao seu tio Juscelino.

2 Guilherme de Tiro, XXII, 4, p. 1068, uma breve nota que cuidadosamente omite qualquer questão referente à sua própria candidatura. Ernoul, pp. 82-4, diz especificamente que Agnes insistiu na eleição de Heráclio "pour as biauté l'ama"; já o havia elevado a Arcebispo de Cesaréia. Ele acrescenta que Guilherme avisou os cônegos para que não o elegessem. A *Estoire d'Eracles*, II, pp. 57-9, conta que Guilherme profetizou que a Cruz, que fora recuperada por um Heráclio, seria perdida por outro Heráclio.

3 Ernoul, pp. 84-6; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 57-9; dizendo que Guilherme foi envenenado por um médico enviado por Heráclio a Roma, e que Heráclio mais tarde visitaria pessoalmente a cidade. As datas da partida e morte de Guilherme são desconhecidas. Sua história é interrompida em 1183. Heráclio esteve em Roma em 1184 (ver abaixo, p. 381). Por outro lado, Guilherme é mencionado em um documento do Papa Urbano III, datado de 17 de outubro de 1186, como assessor em um processo entre o Hospital e o Bispo de Buluniyas. (Röhricht, *Regesta*, *Additamenta*, p. 44.) Röhricht, assim, deduz que ele tenha retornado à Terra Santa (*Geschichte der Kreuzzügen*, p. 491, n. 5). É mais provável que a chancelaria papal tenha feito alguma confusão com o nome. Josias era Arcebispo de Tiro em 21 de outubro de 1186 (Röhricht, *Regesta*, p. 173).

Trípoli foi a vítima seguinte. Quando, no início de 1182, ele se preparava para cruzar a fronteira entre seu condado e a Galiléia, território de sua esposa, os funcionários do rei proibiram-no de pisar no reino, pois Agnes e seu irmão Juscelino haviam convencido Balduíno de que Raimundo estava tramando contra a Coroa. Só após os furiosos protestos dos barões do reino Balduíno aplacou-se. Com certa relutância, consentiu em ver Raimundo, que o convenceu de sua inocência.[1]

As intrigas ao redor do rei hanseniano e agonizante seriam menos perigosas caso a situação internacional não fosse crítica. Em 24 de setembro de 1180, os francos perderam seu mais poderoso aliado quando o Imperador Manuel faleceu em Constantinopla. Ele gostava de fato deles e trabalhara sinceramente a seu favor, exceto quando o que os beneficiaria ia de encontro aos interesses de seu império. Fora um homem notável e impressionante, mas não um grande imperador, visto que sua ambição de dominar a cristandade o conduzira a aventuras com que o império já não podia arcar. Suas tropas foram enviadas para a Itália e a Hungria quando eram necessárias na fronteira anatólia ou nos Bálcãs. Ele tratara seu tesouro como se fosse inexaurível. O desastre de Miriocéfalo foi um golpe de misericórdia para seu exército sobrecarregado, e, graças a uma longa série de concessões comerciais às cidades italianas em troca de vantagens diplomáticas imediatas, ele havia solapado a vida econômica de seus súditos. Em conseqüência, o tesouro imperial jamais se encheria de novo. O esplendor de sua corte, que deslumbrava o mundo, levou todos a acreditarem que o império era maior do que de fato era, e, se Manuel tivesse vivido mais, sua marinha e seu ouro talvez tivessem sido úteis para os francos. Sua personalidade mantivera a coesão do império, mas, com seu desaparecimento, o declínio ficou patente. Lutou contra a morte agarrando-se com determinação a profecias que lhe garantiam mais catorze anos de vida, e não fez os preparativos para a regência de que seu filho necessitaria.[2]

O novo imperador, Aleixo II, contava 11 anos. Seguindo-se o antigo precedente, a Imperatriz-Mãe assumiu a regência. Entretanto, a Imperatriz Maria era uma latina de Antióquia, a primeira dos latinos a governar o império, e, como tal, era objeto da antipatia do povo de Constantinopla. O amor de Manuel pelos latinos havia muito era motivo de incômodo. A longa seqüência de disputas eclesiásticas em Antióquia reforçara ainda mais o ressentimento dos bizantinos. A tumultuada passagem dos cruzados pelo terri-

1 Guilherme de Tiro, XXII, 9, pp. 1077-9.
2 Ver Chalandon, *op. cit.*, pp. 605-8. Guilherme de Tiro, XXII, 5, p. 1.069, refere-se ao seu falecimento.

tório imperial nunca fora esquecida, e as chacinas em Chipre, bem como massacres promovidos por venezianos, pisanos e genoveses, estavam vivas na memória. Os mais abominados eram os mercadores italianos que se pavoneavam por Constantinopla, complacentes em seu controle do comércio imperial — conquistado, com freqüência, mediante ataques a pacíficos cidadãos nas províncias. A imperatriz tomou como conselheiro — e, acreditava-se, como amante — um sobrinho de seu marido, o *Protosebastus* Aleixo Comneno, tio da Rainha Maria de Jerusalém. Era um homem impopular e fútil. Juntos, aproximaram-se do elemento latino, sobretudo dos mercadores italianos. A oposição à imperatriz era liderada por sua enteada, a porfirogeneta Maria, e pelo marido desta, Rainier de Montferrat. Seu plano para assassinar o favorito fracassou, mas, quando os dois se refugiaram na Igreja de Sta. Sofia, Aleixo ultrajou ainda mais o populacho ao tentar profanar o santuário. A imperatriz foi obrigada a perdoar os conspiradores, mas, em sua insegurança, rogou a seu cunhado, Bela III da Hungria, que a socorresse. O primo de seu marido, Andrônico Comneno, perdoado após sua carreira de sedução no Oriente, retirara-se para o Ponto. Seus compatriotas lembravam-se de sua fidalguia e *glamour*, e quando seus amigos o apresentaram como um líder nacional, a resposta foi imediata. Em agosto de 1182, Andrônico atravessou a Anatólia. As poucas tropas que não se juntaram a ele foram facilmente batidas. Não demorou para que a imperatriz, em Constantinopla, só contasse com o apoio dos latinos. Quando Andrônico se aproximava do Bósforo, a população da capital de súbito caiu sobre todos os ocidentais da cidade. Foi a arrogância latina que provocou o massacre, mas este foi de tal modo horrendo que escandalizou muitos dos mais patrióticos bizantinos. Apenas alguns poucos mercadores italianos sobreviveram. Embarcaram em seus navios e partiram rumo ao oeste, devastando o litoral ao passarem. A estrada para Constantinopla estava aberta para Andrônico.

Sua primeira medida foi eliminar os rivais. O *protosebastus* foi preso e cruelmente cegado. A porfirogeneta Maria e seu marido sofreram mortes misteriosas. Em seguida, a imperatriz foi condenada ao estrangulamento e seu jovem filho, forçado a assinar a sentença de seu próprio punho. Andrônico tornou-se co-imperador. Dois meses depois, em novembro de 1182, foi a vez de o menino Aleixo II ser assassinado, e Andrônico, aos 62 anos, desposou sua viúva, Agnes da França, então com doze anos.

Exceto por tantos homicídios, Andrônico começou bem seu reinado. Ele expurgou o serviço público de seus membros corruptos e supérfluos, insistiu em que a justiça fosse administrada de forma estrita, forçou os ricos a pagar seus impostos e protegeu os pobres da exploração. Fazia séculos que as províncias não eram tão bem governadas. Entretanto, Andrônico estava

inquieto, e com razão. Muitos de seus familiares invejavam-no, e sua política incomodava a aristocracia; além disso, a situação estrangeira era assustadora. Ele percebeu a péssima impressão que o massacre de 1182 causara no Ocidente e não só tratou de firmar um tratado com Veneza, em que se comprometeu a pagar uma indenização anual para compensar as perdas da cidade, como também procurou aplacar o papa construindo uma igreja para o rito latino na capital, além de estimular os mercadores ocidentais a voltarem. Todavia, os maiores inimigos de Bizâncio eram o imperador Hohenstaufen e o Rei da Sicília — e, em 1184, celebrou-se um ominoso matrimônio entre o filho do Imperador Frederico, Henrique, e a irmã e herdeira de Guilherme II, Constância. Certo de que um ataque siciliano não tardaria, Andrônico procurou assegurar sua fronteira oriental. Compreendendo que a estrela de Saladino estava em ascensão na região, fechou um acordo com ele, subvertendo toda a política de seu antecessor, Manuel, e conferindo ao sultão total liberdade em relação aos francos, em troca de sua aliança contra os seljúcidas. Ao que parece, chegou-se a planejar os detalhes da divisão das futuras conquistas e esferas de influência. Contudo, o pacto malogrou-se porque Andrônico, temendo por sua posição em Constantinopla, começou a adotar medidas repressivas que foram aumentando em ferocidade até que ninguém na capital podia sentir-se seguro. O imperador investiu não só contra a aristocracia, mas até contra mercadores e trabalhadores humildes, que eram presos pela polícia à mais leve suspeita de conspiração, sendo cegados ou mandados para o cadafalso. Quando, em agosto de 1185, um exército siciliano desembarcou em Épiro e marchou sobre Tessalônica, Andrônico entrou em pânico. Suas prisões e execuções em massa haviam provocado a revolta do populacho, que irrompeu quando um primo mais velho do imperador, o inofensivo Isaac Ângelo, conseguiu escapar de seus carcereiros e refugiar-se no altar de Sta. Sofia, de onde se pôs a gritar por socorro. Andrônico foi abandonado até por sua guarda pessoal. Tentou em vão fugir para a Ásia, mas foi capturado; montado em um camelo esquálido, foi forçado a desfilar pela cidade e, em seguida, torturado até ser despedaçado pela multidão enfurecida. Isaac Ângelo foi proclamado imperador. Restaurou certa ordem e firmou uma paz humilhante com o Rei da Sicília, mas mostrou-se absolutamente inepto como governante. O antigo império tornara-se uma potência de terceira categoria, com pouca influência sobre a política mundial.[1]

---

1 Para saber mais sobre o reinado de Andrônico, ver Nicetas Choniates, pp. 356-463. Guilherme de Tiro, XXII, 10-13, pp. 1079-86, fornece um relato bastante amplo e detalhado da acessão de Andrônico.

A decadência bizantina perturbou o equilíbrio de poder no Oriente. Os príncipes da Armênia e de Antióquia ficaram felicíssimos, e celebraram sua libertação brigando entre si. Ao saber da morte de Manuel, Boemundo III rejeitou sua esposa grega, a fim de casar-se com uma mulher de vida fácil, Sibila de Antióquia. O Patriarca Aimery não aprovara o matrimônio grego, mas ficou escandalizado com o adultério. Excomungou Boemundo, colocou a cidade sob interdição e mais uma vez retirou-se para Qosair. A nobreza da cidade detestava Sibila — e com razão, pois ela era uma espiã, sendo remunerada por Saladino em troca de informações sobre a força e os movimentos dos exércitos francos. Assim, os nobres ficaram do lado de Aimery. Antióquia encontrava-se à beira de uma guerra civil quando o Rei Balduíno enviou uma delegação eclesiástica, encabeçada pelo Patriarca Heráclio, para arbitrar. Em troca de uma compensação financeira, Aimery concordou em revogar a interdição, mas não a excomunhão; não obstante, Sibila foi reconhecida como princesa. Muitos dos nobres, insatisfeitos com a decisão, fugiram para a corte de Rupênio. As relações entre os dois príncipes complicaram-se ainda mais no fim de 1182, quando o governador bizantino da Cilícia, Isaac Comneno, se sublevou contra Andrônico e solicitou o auxílio de Boemundo contra Rupênio, admitindo suas tropas em Tarso. Boemundo imediatamente mudou de idéia e vendeu Tarso e o governador a Rupênio, mas logo se arrependeu. Os templários pagaram o resgate de Isaac supondo que os cipriotas, que simpatizavam com ele, lhes pagariam. Assim, Isaac retirou-se para Chipre, onde se instalou como um imperador independente e deixou a dívida de lado. Rupênio, em seguida, alarmou os vizinhos ao absorver o pequeno principado armênio dos hethoumianos, que vinha perdurando em Lampron, no Noroeste da Cilícia, sob a proteção de Constantinopla. A ampliação de seu poder sobressaltou Boemundo, que em 1185 o convidou para um banquete de reconciliação em Antióquia e o prendeu ao chegar. Entretanto, o irmão de Rupênio, Leão, concluiu a conquista dos hethoumianos e investiu contra Antióquia. Rupênio foi libertado mediante a cessão de Mamistra e Adana a Boemundo; ao retornar para a Cilícia, porém, o armênio não demorou a reconquistá-las e assenhorear-se de toda a província. Boemundo ainda empreendeu uma série de ataques ineficazes, mas não conseguiu mais nada.[1]

As deploráveis querelas entre os pequenos governantes cristãos eram muito convenientes para Saladino. Nem Bizâncio e nem mesmo os francos

---

1 Guilherme de Tiro, XXII, 6-7, pp. 1071-4; Guilherme de Tiro, *Continuação Latina*, p. 208; Ernoul, p. 9; Nicetas Choniates, pp. 376-7; Neófito, *De Calamitatibus Cypri*, p. clxxxvii; Miguel, o Sírio, III, pp. 389-94; Sembat, o Comissário, p. 628; Vahram, *Crônica Rimada*, pp. 508-10. Sobre a espionagem de Sibila, ver Ibn al-Athir, pp. 729-30; Abu Shama, p. 374.

do Norte da Síria poderiam impedir seu avanço ou enviar ajuda ao reino de Jerusalém. O único Estado cristão no Oriente que ainda infundia respeito aos muçulmanos era o remoto reino da Geórgia, então ocupado em crescer à custa dos príncipes seljúcidas do Irã, cujas dificuldades eram muito convenientes para o sultão.[1] Naquelas circunstâncias, era crucial para o reino manter a trégua de 1180. Entretanto, Reinaldo de Châtillon, agora senhor da Oultrejourdain, não podia compreender uma política que contrariasse os seus desejos. O acordo estabelecia que os mercadores cristãos e islâmicos teriam liberdade para atravessar o território uns dos outros, mas Reinaldo ficava incomodado por ver as ricas caravanas islâmicas passando ao seu alcance e escapando ilesas. No verão de 1181, ele cedeu à tentação e conduziu suas tropas locais para o leste, penetrando na Arábia. Próximo ao oásis de Taima, junto à estrada que ligava Damasco a Meca, ele caiu sobre uma caravana que viajava pacificamente para a Cidade Santa islâmica e fugiu com todos os seus bens. Ao que parece, Reinaldo chegou a cogitar a possibilidade de descer e atacar Medina, mas Saladino, que se encontrava no Egito, enviou uma expedição às pressas, comandada por seu sobrinho, Faruk-Xá, que deixou Damasco em direção à Oultrejourdain e trouxe Reinaldo a toda a velocidade para casa. Saladino queixou-se ao Rei Balduíno pela violação do tratado e exigiu uma indenização. Balduíno reconheceu a justiça da reclamação, mas apesar de suas insistentes alegações, Reinaldo recusou-se a emendar-se. Seus amigos na corte apoiaram-no, até que Balduíno, em sua debilidade, deixou o assunto morrer. Saladino, porém, não afrouxou. Alguns meses mais tarde, um comboio de 1,5 mil peregrinos viu-se obrigado pelas condições meteorológicas a aportar no Egito, perto de Damieta, ignorando que a trégua fora violada. Saladino atirou-os à prisão e mandou avisar Balduíno, oferecendo-se para libertá-los assim que as mercadorias saqueadas por Reinaldo fossem devolvidas. Mais uma vez, Reinaldo recusou-se a restituir qualquer coisa. A guerra, agora, era inevitável.[2]

Reinaldo e seus amigos persuadiram o rei a concentrar o exército real na Oultrejourdain, a fim de pegar Saladino na vinda do Egito. Os Ibelins e Raimundo insistiram em vão que assim a Palestina ficaria exposta caso ele conseguisse passar. Saladino partiu do Egito em 11 de maio de 1182. Durante sua despedida cerimonial de seus ministros, uma voz na multidão gritou um verso cujo significado era o de que ele nunca mais veria o Cairo — e a profe-

---

1 Para saber mais sobre a história georgiana sob o Rei Jorge III (1156-84), ver *Crônica Georgiana*, pp. 231-7. Ele foi sucedido por sua filha, a grande Rainha Tamar. Ver Allen, *History of the Georgian People*, pp. 102-4.

2 Guilherme de Tiro, XXII, 14, p. 1087, omitindo a prisão dos peregrinos por Saladino; Ernoul, pp. 54-6; Abu Shama, pp. 214-18; Ibn al-Athir, pp. 647-50.

cia se cumpriu. Saladino conduziu seu exército para Ácaba, atravessando o Deserto do Sinai, e dirigiu-se para o norte sem dificuldade, passando bem a leste das forças francas e destruindo as plantações no caminho. Quando atingiu Damasco, foi informado de que Faruk-Xá já havia devastado a Galiléia e saqueado as aldeias nas encostas do monte Tabor, apoderando-se de vinte mil cabeças de gado e fazendo mil prisioneiros. Na volta, atacou a fortaleza de Habis Jaldak, escavada na rocha acima do rio Yarmuk, além do Jordão. Faruk-Xá abriu um túnel na pedra e deixou o castelo à sua mercê; a guarnição, sírios cristãos sem maiores desejos de dar a vida pelos francos, rendeu-se sem titubear. Saladino passou três semanas em Damasco e partiu em 11 de julho, acompanhado de Faruk-Xá e um grande exército. Entrou na Palestina contornando a extremidade sul do mar da Galiléia. O rei, agora consciente da insensatez da estratégia anterior, deixara a Oultrejourdain e subira o rio pela margem ocidental, levando o patriarca e a Cruz Verdadeira para abençoar as armas. Os dois exércitos encontraram-se sob o castelo de Belvoir, pertencente aos hospitalários. Na acirrada batalha que se seguiu, os francos não cederam terreno diante das arremetidas de Saladino, mas seus contra-ataques tampouco romperam as linhas islâmicas. No fim do dia os dois lados retiraram-se reivindicando a vitória.[1]

Saladino sofrera um revés como invasor, mas apenas temporário. Em agosto, voltou a transpor a fronteira em uma marcha acelerada para Beirute através das montanhas. Ao mesmo tempo, sua esquadra, convocada a vir do Egito pelo pombo-correio que interligava Damasco e o Cairo, apontou ao largo da costa. Todavia, Beirute era bem fortificada, e seu bispo, Odo, organizou uma defesa valente e enérgica. Balduíno, ao tomar conhecimento do que acontecia, correu com seu exército da Galiléia, parando apenas para reunir os navios atracados nos portos de Acre e Tiro. Não tendo logrado tomar a cidade de assalto antes da chegada das tropas reais, Saladino recuou.[2] Estava na hora de tratar de um assunto mais urgente.

Saif ed-Din de Mosul faleceu em 29 de junho de 1180, deixando apenas filhos pequenos. Os emires de Mosul convidaram seu irmão, Izz ed-Din, para suceder-lhe. Um ano e meio depois, em 4 de dezembro de 1181, as-Salih de Alepo morreu subitamente de uma cólica, atribuída por todos a um envenenamento. Contava dezoito anos somente; era um rapaz inteligente e vivo, que talvez tivesse sido um excelente governante. Em seu leito de morte, ele implorou aos seus emires que oferecessem a sucessão ao seu pri-

1 Guilherme de Tiro, XXII, 14-16, pp. 1087-95; Abu Shama, pp. 218-22; Ibn al-Athir, pp. 651-3. O verso entoado para Saladino ao deixar a cidade do Cairo dizia o seguinte: "Aproveite o aroma das flores de Nejd. Pela manhã, não haverá mais flor alguma".

2 Guilherme de Tiro, XXII, 17-18, pp. 1096-1101; Abu Shama, p. 223; Ibn al-Athir, p. 653.

mo de Mosul, a fim de voltar a unir as terras da família contra Saladino. Izz ed-Din chegou a Alepo no fim do ano, sendo saudado com uma recepção entusiástica. Chegaram mensageiros do emir de Hama para prestar-lhe homenagem. No entanto, a trégua de dois anos com Saladino não findara ainda, e Izz ed-Din recusou a oferta, mais por indolência que por honra. Já tinha bastante com que se preocupar, pois em fevereiro de 1182 seu irmão, Imad ed-Din de Sinjar, reivindicou seu quinhão da herança e pôs-se a fazer intrigas com o comandante do exército de Alepo, Kukburi. Em maio, Izz ed-Din voltou a Mosul, e Imad ed-Din entregou-lhe Sinjar em troca de Alepo. Kukburi foi recompensado com o emirado de Harran, onde se mancomunou com seus vizinhos ortóquidas, os príncipes de Hisn Kaifa e Birejik, contra os príncipes de Alepo e Mosul e o ortóquida Qutb ed-Din de Mardin. Os conspiradores recorreram a Saladino. A trégua entre os príncipes islâmicos encerrava-se em setembro. No dia em que chegou ao fim, Saladino cruzou a fronteira e, após uma falsa investida contra Alepo, atravessou o Eufrates em Birejik. As cidades de Jeziré caíram aos seus pés — Edessa, Saruj, Nisibin. Em marcha acelerada, ele seguiu para Mosul, iniciando o cerco da cidade em 10 de novembro. Mais uma vez foi frustrado por fortificações robustas demais para serem tomadas de assalto. Seu senhor espiritual, o Califa an-Nasir, chocado com aquela guerra entre correligionários, tentou negociar uma paz. Como o governante seljúcida da Persarmênia e o príncipe de Mardin se prepararam para enviar socorro, Saladino refugiou-se em Sinjar, que tomou de assalto após um cerco de quinze dias. Pela primeira vez, não conseguiu impedir seus homens de saquear a cidade, mas libertou o governador e enviou-o para Mosul, escoltado com todas as honras. Izz ed-Din e seus aliados saíram para enfrentá-lo perto de Mardin, mas enviaram um mensageiro à sua frente para propor uma trégua. Diante da truculenta resposta de Saladino de que os encontraria no campo de batalha, dispersaram-se e fugiram para casa. Em vez de persegui-los, ele rumou para o norte, a fim de conquistar Diarbekir, a mais próspera e a maior fortaleza de Jeziré, com a melhor biblioteca do Islã. Entregou a cidade ao príncipe de Hisn Kaifa. Concluída a reorganização da região, com cada cidade instituída como um feudo sob o comando de um emir de sua confiança, ele voltou a surgir, em 21 de maio, diante de Alepo.[1]

Por ocasião da investida de Saladino, tanto Imad ed-Din quanto Izz ed-Din pediram ajuda aos francos. Uma embaixada de Mosul prometeu-lhes um subsídio anual de dez mil dinares, mais a devolução de Banyas e Habis Jaldak e a libertação de todos os prisioneiros cristãos que se encontrassem

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 79-86; Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 159-60; Ibn al-Athir, pp. 656-7.

em poder de Saladino, caso eles pudessem criar uma distração contra Damasco. O momento era auspicioso, pois, alguns dias depois da invasão de Jeziré por Saladino, seu sobrinho Faruk-Xá, governador de Damasco, faleceu inesperadamente. O Rei Balduíno, então, em companhia do patriarca e da Cruz Verdadeira, deflagrou uma onda de ataques à região de Hauran, saqueando Ezra e atingindo Bosra, enquanto Raimundo de Trípoli recapturava Habis Jaldak. No começo de dezembro de 1182, Raimundo liderou um assalto de cavalaria que mais uma vez chegou até Bosra. Alguns dias depois, o exército real avançou contra Damasco. Acamparam em Dareiya, nos subúrbios, onde havia uma célebre mesquita, poupada por Balduíno depois que uma delegação dos cristãos da cidade foi alertá-lo de que suas igrejas sofreriam represálias caso o templo islâmico fosse danificado. O rei não tentou atacar a cidade em si, e logo se retirou, carregado com o butim, a fim de passar o Natal em Tiro. Planejava uma nova campanha para a primavera, mas no início do ano-novo caiu gravemente enfermo de uma febre em Nazaré. Durante algumas semanas, esteve entre a vida e a morte, e seu estado de saúde paralisou o exército.[1] Mais ao norte, Boemundo III encontrava-se indefeso perante Saladino. Enviou uma mensagem para seu acampamento, diante de Alepo, e firmou com ele uma trégua de quatro anos, que lhe permitiu reparar as defesas de sua capital.[2]

Em Alepo, Imad ed-Din não demonstrou grande empenho em sua oposição a Saladino. Era impopular na cidade, e, quando o adversário lhe acenou com a devolução de seu antigo lar (Sinjar), além de Nisibin, Saruj e Rakka, que lhe seriam confiadas como um feudo, ele aceitou de bom grado. Em 12 de junho de 1183, Saladino apossou-se de Alepo. Cinco dias mais tarde, Imad ed-Din partiu para Sinjar, escoltado com todas as honras mas alvo da zombaria da multidão que ele com tanta facilidade desertara. No dia 18, Saladino fez sua entrada formal e dirigiu-se para o castelo.[3]

Em 24 de agosto, o sultão retornou para Damasco, que seria sua capital.[4] Seu império estendia-se agora da Cirenaica ao Tigre. Fazia mais de dois séculos que não se tinha notícia de um príncipe muçulmano tão poderoso. Saladino tinha a riqueza egípcia atrás de si; as cidades de Damasco e Alepo encontravam-se sob seu governo direto. Ao seu redor e a nordeste, até as muralhas de Mosul, havia feudos militares cujos governantes gozavam da

---

1 Guilherme de Tiro, XXII, 20-22, 25, pp. 1102-16; Ibn al-Athir, pp. 155-9.
2 Ibn al-Athir, p. 662.
3 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 86-8; Ibn al-Athir, pp. 662; Abu Shama, pp. 225-8; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 167; Guilherme de Tiro, XXII, 24, pp. 1113-14, que compreendeu perfeitamente a importância da conquista de Alepo por Saladino.
4 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 89.

sua confiança. O califa de Bagdá o apoiava. Izz ed-Din de Mosul o temia. O sultão seljúcida na Anatólia desejava sua amizade, e os príncipes seljúcidas do Oriente não tinham condições de lhe fazer oposição. O império cristão de Bizâncio deixara de representar uma ameaça. Só o que lhe restava suprimir agora eram os intrusos forasteiros, cujo domínio da Palestina e do litoral sírio constituía uma profunda vergonha para o Islã.

Capitulo 11

Os Cornos de Hattin

"Nosso fim estava próximo, nossos dias se cumpriam: sim, chegou o nosso fim!" LAMENTAÇÕES 4, 18

Quando o Rei Balduíno se ergueu de seu leito de enfermo em Nazaré, estava claro que não tinha mais condições de governar o país. A hanseníase fora agravada pela febre. Perdera o uso dos braços e das pernas, que começavam já a atrofiar-se. Sua visão estava quase perdida. Sua mãe, sua irmã Sibila e o Patriarca Heráclio zelavam por ele e convenceram-no a confiar a regência ao marido de Sibila, Guy de Lusignan. Guy assumiria o total controle do reino, com a única exceção da cidade de Jerusalém, que, com uma receita de dez mil besantes, o monarca reservou para si. Os barões do reino aceitaram com relutância a decisão do rei.[1]

Reinaldo de Châtillon não tomou parte dessas deliberações. Ao tomar conhecimento da partida de Saladino para o norte, no outono de 1182, deu início a um projeto que havia muito tinha em mente: lançar uma esquadra no mar Vermelho para assaltar as ricas caravanas marítimas que iam para Meca, e até atacar a própria Cidade Santa islâmica. No fim do ano, ele marchou até Aila, na cabeceira do golfo de Ácaba, levando consigo galeras construídas com madeira das florestas de Moab e experimentadas nas águas do mar Morto. Aila, que estava em poder dos muçulmanos desde 1170, caiu em suas mãos; a fortaleza na ilha próxima, porém, a Ile de Graye dos historiadores francos, resistiu — e Reinaldo ficou com dois de seus navios para bloqueá-la. O restante de sua frota partiu alegremente, pilotado por piratas locais. Desceram a costa africana do mar Vermelho, varrendo as pequenas cidades costeiras por que passavam, até atacarem e saquearem Aidib, o grande porto núbio fronteiro a Meca — onde capturaram navios mercantes de Áden e da Índia, com seus ricos carregamentos. Ao mesmo tempo, um destacamento em terra pilhava uma enorme caravana indefesa que atravessara o deserto, vinda do vale do Nilo. De Aidib, os corsários cruzaram para a costa árabe. Atearam fogo aos navios atracados em al-Hawra e Yambo, os portos de Medina, e avançaram até ar-Raghib, um dos portos da própria Meca — em cujas proximidades afunda-

1 Guilherme de Tiro, XXII, 25, pp. 1116-17.

ram um navio de peregrinos com destino a Jeda. Todo o mundo islâmico estava horrorizado. Até os príncipes de Alepo e Mosul, que haviam recorrido à ajuda franca, sentiam-se envergonhados por terem aliados capazes de planejar tamanha afronta à Fé. O irmão de Saladino, Malik al-Adil, governador do Egito, decidiu tomar uma atitude. Enviou o almirante egípcio Husam ed-Din Lulu, com uma frota tripulada por marinheiros magrebinos do Norte da África, ao encalço dos francos. A primeira providência de Lulu foi libertar o castelo de Graye e reconquistar Aila, de onde Reinaldo já se retirara; em seguida, alcançou os corsários na costa de al-Hawra, destruindo-lhes a frota e capturando praticamente todos os homens a bordo. Alguns foram remetidos para Meca, a fim de serem cerimonialmente executados no Local de Sacrifício de Mina, durante a Peregrinação seguinte. Os demais foram levados para o Cairo, onde seriam decapitados. Saladino jurou solenemente que Reinaldo jamais seria perdoado pelo ultraje que pretendia cometer.[1]

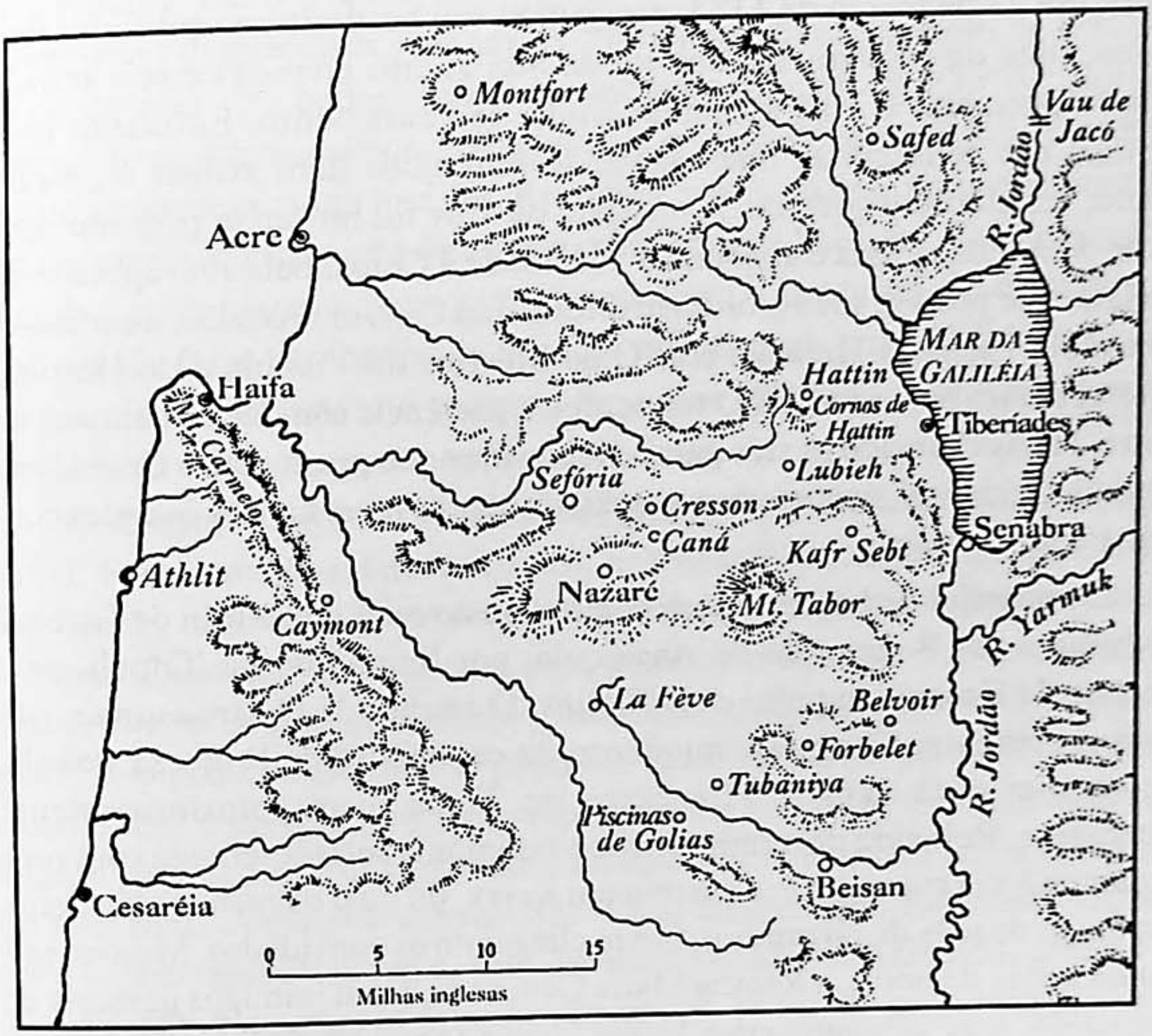
Em 17 de setembro de 1183, Saladino deixou Damasco com um grande exército para invadir a Palestina. No dia 29, transpôs o Jordão ao sul do mar da Galiléia e entrou em Beisan, cujos habitantes haviam todos procurado abrigo atrás das muralhas de Tiberíades. Ao saber de sua chegada, Guy de Lusignan convocou todas as tropas do reino, reforçadas por dois prósperos cruzados visitantes — Godofredo III, Duque de Brabante, e o aquitanense Ralph de Mauleón, com seus respectivos homens. Com Guy seguiram Raimundo de Trípoli, o Grão-Mestre do Hospital, Reinaldo de Châtillon, os irmãos Ibelin, Reinaldo de Sídon e Gualtério de Cesaréia. O jovem Humberto IV de Toron partiu da Oultrejourdain com as forças de seu padrasto, mas foi emboscado pelos muçulmanos nas encostas do monte Gilboa e a maioria de seus homens pereceu. Saladino, então, enviou destacamentos para capturar e destruir os pequenos fortes das vizinhanças, enquanto outros saqueavam o convento grego do monte Tabor — mas não conseguiram superar os fortes muros do estabelecimento latino no topo da colina. O próprio sultão, por sua vez, montou acampamento com o corpo principal de seu exército junto à fonte de Tubaniya, no local da antiga cidade de Jezrael.

Os francos haviam se reunido em Sefória e marcharam para a planície de Jezrael em 1º de dezembro. A vanguarda, sob o comando do Comissário Amalrico, foi imediatamente atacada pelos muçulmanos, mas a oportuna chegada dos Ibelins com suas tropas resgatou-a. Os cristãos acamparam nas Piscinas de Golias defronte de Saladino, que espalhou então suas alas de

---

1 Abu Shama, pp. 231-5; Ibn al-Athir, p. 658; Maqrisi, ed. Blochet, *Revue de l'Orient Latin*, vol. VIII, pp. 550-1. Ernoul (p. 69-70), o único cronista franco a mencionar o episódio, refere-se aos assaltos como uma expedição científica. Ibn Jubayr (ed. Wright, p. 49) viu os prisioneiros francos no Cairo.

modo que eles fossem praticamente cercados. Durante quase cinco dias, os exércitos permaneceram estacionados. Era difícil para os francos receber suprimentos. Depois de um ou dois dias, os mercenários italianos começaram a reclamar de fome — e só a oportuna descoberta de peixes nas Piscinas de Golias salvou o exército da inanição. A maioria dos soldados, inclusive os cavaleiros franceses e o irreprimível Reinaldo, queriam atacar o inimigo. Guy, porém, hesitava, sem conseguir tomar uma decisão; entretanto, Rai-



Mapa 6. Galiléia.

mundo e os Ibelins insistiram firmemente em que provocar um confronto com forças de tão grande superioridade numérica seria fatal. O exército devia permanecer na defensiva. Estavam certos. Saladino diversas vezes tentou atraí-los. Não conseguindo, levantou acampamento em 8 de outubro e retornou para o outro lado do Jordão.[1]

1 Guilherme de Tiro, XXII, 26-7, pp. 1118-24; Ernoul, pp. 96-102; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 90-1; Abu Shama, pp. 243-6.

O comportamento de Guy fora um choque tanto para a soldadesca, que se convenceu de sua covardia, quanto para os barões, que perceberam que ele não passava de um fraco. Na volta para Jerusalém, ele e o rei tiveram um desentendimento. Balduíno, pensando que os ares de Tiro seriam melhor para a sua saúde que as alturas de Jerusalém varridas pelo vento, pediu ao cunhado uma troca das cidades. Guy recebeu o pedido de forma rude — diante do que Balduíno, num acesso de raiva, convocou seus principais vassalos e, seguindo seus conselhos, depôs Guy da regência. Em seu lugar, em 23 de março de 1183, proclamou seu herdeiro seu sobrinho Balduíno, filho do primeiro casamento de Sibila, uma criança de seis anos, e tentou persuadir a irmã a mandar anular seu casamento. Enquanto isso, embora não conseguisse mais mover-se sem ajuda nem assinar o próprio nome, reassumiu o governo. A resposta de Guy foi retirar-se para seu condado de Ascalão e Jafa e abandonar a lealdade à Coroa. Balduíno apossou-se de Jafa, que pôs sob sua autoridade direta, mas Guy, em Ascalão, desafiou-o. Em vão o Patriarca Heráclio e os Grão-Mestres do Templo e do Hospital intercederam pelo rebelde. O rei perdeu a paciência com eles e baniu-os da corte. Havia chamado os três para ordenar-lhes que pregassem a Cruzada na Europa Ocidental, mas agora se passariam alguns meses antes que eles consentissem em partir.[1]

O conselho de barões que recomendou ao rei a deposição de Guy era composto por Boemundo de Antióquia, por Raimundo de Trípoli, pelo senhor de Cesaréia e pelos dois Ibelins. O senhor da Oultrejourdain não estava presente. Chegara o momento do casamento da Princesa Isabela, agora com onze anos, e Humberto de Toron, com aproximadamente dezessete. Reinaldo determinou que a cerimônia seria celebrada com toda a pompa à sua custa em seu castelo em Kerak, do qual o noivo era herdeiro. Ao longo do mês de novembro, foram chegando os convidados. Muitos, tais como a mãe da noiva, a Rainha Maria Comnena, eram inimigos pessoais de Reinaldo, mas compareceram numa última tentativa de fechar o abismo que dividia as facções em guerra. Com os convidados chegaram artistas, dançarinos, malabaristas e músicos de todo o Oriente cristão. De súbito, as festividades foram interrompidas pela terrível notícia da aproximação de Saladino e seu exército.

A destruição de Kerak e seu ímpio senhor figurava entre as maiores ambições de Saladino. Enquanto Reinaldo estivesse de posse de seu grande castelo, poderia interceptar todo o tráfico entre a Síria e o Egito — e a expe-

1 Guilherme de Tiro, XXII, 29, pp. 1127-8. Segundo Guilherme, Balduíno V foi coroado nessa ocasião.

riência já demonstrara que ele não se deixaria deter por nenhum tratado. Em 20 de novembro, Saladino recebeu reforços do Egito e montou seu acampamento diante das muralhas. Os fazendeiros e os pastores da região, sírios cristãos, levaram seus rebanhos para a segurança do interior da cidade, e muitos refugiaram-se nos pátios do castelo. Saladino investiu sem titubear contra a cidade baixa e forçou a entrada. Reinaldo só conseguiu escapar para o castelo graças ao heroísmo de um de seus cavaleiros, que defendeu sozinho a ponte sobre o fosso que separava a cidade da cidadela até que ela pudesse ser destruída às suas costas. Numa bela demonstração de bravura, as cerimônias das bodas tinham prosseguimento no interior do castelo. Enquanto se arremessavam pedras contra suas paredes, a cantoria e as danças prosseguiam em seu interior. Estefânia, mãe do noivo, preparou pessoalmente pratos do banquete de núpcias para enviar a Saladino. Este, em troca, mandou perguntar em que torre se encontrava o jovem casal e determinou que ela não fosse bombardeada por suas máquinas de sítio. Exceto por isso, porém, ele não relaxou seus esforços. Suas nove grandes catapultas não paravam, e seus operários quase encheram o fosso.

Mensageiros haviam corrido para Jerusalém, a fim de implorar socorro ao rei. Este convocou o exército real, entregando seu comando ao Conde Raimundo, mas insistiu em seguir pessoalmente em sua liteira com seus homens. Desceram por Jericó a toda a pressa e subiram a estrada para o monte Nebo. À sua aproximação, Saladino, cujas máquinas não tinham produzido grandes efeitos nas pujantes muralhas da fortaleza, levantou o cerco e, em 4 de dezembro, retornou para Damasco. O rei foi levado em triunfo para Kerak, e os convidados do casamento estavam livres para voltar para casa.[1] A experiência não pôs fim às desavenças, cuja maior vítima era a jovem noiva. Sua sogra, sem dúvida a pedido de Reinaldo, proibiu-a de ver a mãe; esta, por sua vez, absorta no tipo de intriga partidária tão caro ao seu sangue grego, considerava a filha quase uma traidora. Apenas seu marido tratava-a bem. Humberto de Toron era um rapaz de extraordinária beleza e grande cultura, com gostos mais adequados a uma menina que a

1 Guilherme de Tiro, XXII, 28, 30, pp. 1124-7, 1129-30; Ernoul, pp. 102-6; este é o único a falar da festa de casamento, à qual, como escudeiro de Balian, ele talvez tenha comparecido. Ele acredita que, Saladino, quando criança, havia sido refém em Kerak, onde a Senhora Estefânia brincara com ele em seus joelhos. Nenhuma outra fonte faz menção ao cativeiro de Saladino na infância. Como ele nasceu em 1137 e Estefânia provavelmente não antes de 1145 (ela desposou seu primeiro marido por volta de 1162/3, e as meninas casavam-se cedo na Palestina), a história é improvável. Abu Shama, p. 248; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 91-2; Maqrisi, ed. Blochet, *Revue de l'Orient Latin*, vol. IX, pp. 13-14.

um homem. Mas era gentil e atencioso para com sua jovem esposa, e ela o amava.[1]

No outono seguinte, Saladino voltou a marchar contra Kerak, com um exército reforçado por contingentes de seus vassalos ortóquidas. Mais uma vez, foi vencido pelas imensas fortificações. Não conseguiu atrair os defensores para um embate nas encostas abaixo da cidade e, novamente, quando o exército de Jerusalém se aproximou ele recuou para seu território, deixando apenas um destacamento para devastar a Galiléia e pilhar a região até Nablus, ao sul. Enquanto isso, Saladino retornava para Damasco. Havia muito a fazer pela reorganização de seu império; ainda não chegara o momento exato para a eliminação dos cristãos.[2]

Em Jerusalém, o rei enfermo mantinha as rédeas do governo em suas mãos atrofiadas. Guy continuava em Ascalão, recusando-se a admitir funcionários reais na cidade. Entremente, seus amigos — o patriarca e os grão-mestres — estavam longe, na Europa, tentando debalde impressionar o Imperador Frederico e os Reis Luís e Henrique com os perigos que aguardavam o Oriente cristão. Os potentados ocidentais receberam-nos com todas as honras e discutiram planos para uma grande Cruzada, mas todos arrumaram pretextos para não tomar parte pessoalmente. Tudo o que a missão conseguiu foi que uns poucos cavaleiros isolados assumissem a Cruz.[3]

No outono de 1184, Guy voltou a enfurecer seu cunhado. Desde a captura de Ascalão pelos cristãos, os beduínos do distrito podiam, mediante o pagamento de um pequeno tributo ao rei, deslocar-se como bem entendessem para apascentar seus rebanhos. Guy, incomodado porque o tributo era recolhido pelo rei e não por ele, certo dia caiu sobre eles e chacinou-os, apossando-se de seus animais.[4]

Balduíno agora estava de cama, e não voltaria a levantar-se. Percebendo quanto a influência de sua mãe e de seus amigos havia sido perniciosa, mandou chamar seu primo, Raimundo de Trípoli, para assumir a administração. Nesse ínterim, preparou-se para a morte. Diante de uma assembléia de

---

1 Ver abaixo, p. 385. O resto da história de seu casamento pertence à história da Terceira Cruzada. O autor do *Itinerarium Regis Ricardi* (p. 120) descreve Humberto como "Vir feminae quam viro proprior, gestu mollis, sermone fructus". Beha ed-Din (*P.P.T.S.*, p. 288) refere-se à sua beleza e diz que ele falava bem árabe. *Estoire d'Eracles*, II, p. 152, conta que Isabela foi proibida de ver sua mãe.

2 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 95-8; Abu Shama, pp. 249-56; carta de Balduíno IV a Heráclio, em Radulfo de Diceto, II, pp. 27-8.

3 Para saber mais sobre a missão, Benedito de Peterborough, I, p. 338; Radulfo de Diceto, II, pp. 32-3. Henrique II consultou seu conselho, que lhe recomendou que não embarcasse numa Cruzada.

4 *Estoire d'Eracles*, II, p. 3.

barões, no princípio de 1185, anunciou seu testamento. Seu pequeno primo lhe sucederia no trono. Por desejo expresso da assembléia, Guy não teria a regência, que seria confiada a Raimundo de Trípoli — o qual ganharia Beirute como pagamento por seus serviços. Raimundo, porém, recusou-se a ser o guardião do pequeno rei; assim, caso o menino, que parecia frágil, viesse a falecer cedo, ele não seria acusado de precipitar sua morte. Em vista da saúde do garoto, os barões juraram ainda que, caso ele morresse antes de atingir os dez anos, o Conde Raimundo permaneceria na regência até que os quatro grandes governantes ocidentais (o papa, o imperador do Ocidente e os reis da França e da Inglaterra) arbitrassem entre as reivindicações das princesas Sibila e Isabela. Nesse meio tempo, em uma última tentativa de aproximar as facções, a guarda pessoal do menino foi confiada ao seu tio-avô, Juscelino de Courtenay, que passara a manifestar uma amizade cordial por Raimundo.[1]

Todos os barões reunidos juraram realizar os desejos do monarca. Entre eles estavam o Patriarca Heráclio, que acabara de voltar do Ocidente, e o Grão-Mestre do Hospital, Rogério de Les Moulins. O Grão-Mestre do Templo, Arnoldo de Toroga, falecera durante a viagem. Para suceder-lhe a ordem elegeu, após um tempestuoso debate, o velho inimigo de Raimundo, Gerardo de Ridefort — que também assentiu no testamento do rei. O garoto foi levado para a Igreja do Santo Sepulcro e lá, nos braços de Balian de Ibelin, foi coroado pelo patriarca.[2]

Algumas semanas mais tarde, em março de 1185, o Rei Balduíno IV foi libertado pela morte das agonias de sua prolongada doença. Tinha apenas 24 anos. De todos os reis de Jerusalém, foi o mais infeliz. Sua habilidade era inquestionável, e sua coragem, estupenda. Porém, de seu leito de enfermo

---

1 *Estoire d'Eracles,* II, p. 7; Ernoul, pp. 115-19 (o relato mais completo). Ele situa o episódio após o segundo cerco de Saladino a Kerak (setembro de 1184) e diz que Balduíno IV morreu pouco depois. Guilherme de Tiro, porém (ver acima, p. 378, n. 1), fala da coroação de Balduíno V, fornecendo a data de 20 de novembro de 1183. Como Guilherme provavelmente morreu antes do fim de 1184, mas escreveu suas últimas páginas em Roma, ele pode ter tomado conhecimento da decisão de Balduíno de coroar seu sobrinho, desde a desgraça de Guy em 1183, mas pode ter-se enganado acreditando que houve uma coroação de fato. Os direitos legais de Sibila e Isabela criaram um problema. Um decreto promulgado por Amalrico I em 1171 permitia que irmãs compartilhassem feudos, de acordo com o costume feudal vigente no Oeste europeu. Grandclaude, *op. cit.*, p. 340, acredita que ele se referia à sucessão do trono; a Rainha Maria provavelmente havia acabado de dar à luz sua filha mais velha. Por outro lado, os filhos de um primeiro casamento, independentemente do sexo, sempre tinham precedência sobre os do segundo. (Ver La Monte, *Feudal Monarchy,* p. 36.) Todavia, será que o casamento anulado de Agnes tinha precedência sobre as bodas imperiais de Maria? Depreende-se dos eventos de 1186 que a opinião pública apoiava os direitos de Sibila (ver abaixo, p. 384). Ainda assim, o caso era obscuro o bastante para exigir reflexão.

2 *Estoire d'Eracles,* II, pp. 7-9; Ernoul, pp. 114, 118.

ele não tinha condições de controlar as intrigas que grassavam ao seu redor, e com demasiada freqüência cedera à insistência de sua mãe malévola e de sua frívola irmã. Pelo menos foi poupado das derradeiras humilhações que aguardavam seu reino.[1]

Uma vez enterrado o patético cadáver do rei na Igreja do Santo Sepulcro, Raimundo, como regente, voltou a convocar os barões para indagar-lhes que política adotar. As chuvas de inverno não haviam caído e havia uma ameaça de fome. O único cruzado a vir para o Oriente foi o velho Marquês Guilherme de Montferrat, avô do rei-menino; após certificar-se de que estava tudo bem com seu neto, estabeleceu-se discretamente em um feudo na Galiléia. Seu filho Conrado, tio do rei, partiu depois dele também com destino a Jerusalém, mas parou em Constantinopla, onde seu irmão Rainier havia perecido alguns anos antes. Ofereceu seus préstimos ao vingador de Rainier, o Imperador Isaac Ângelo, cuja irmã desposou, e esqueceu seu sobrinho e a Palestina. Estava claro para todos os barões reunidos em Jerusalém que, enquanto não chegasse uma nova e grande Cruzada, o país faminto não teria condições de enfrentar uma guerra. Aprovaram a sugestão dada por Raimundo de procurar firmar uma trégua de quatro anos com Saladino.

Este, por sua vez, estava propício. Tinha surgido uma controvérsia entre seus parentes no Egito que precisava ser apaziguada, e ele soubera que Izz ed-Din estava novamente inquieto. O tratado foi assinado. O comércio entre os Estados francos e seus vizinhos foi reativado, e um fluxo de trigo vindo do Oriente salvou os cristãos da inanição.[2]

Em abril de 1185, Saladino marchou para o norte, cruzando o Eufrates em Birejik no dia 15. Kukburi de Harran e emissários dos vassalos de Izz ed-Din, os senhores de Jeziré e Irbil, foram ao seu encontro. Izz ed-Din enviou embaixadas aos governantes seljúcidas de Konya e da Persarmênia. Este enviou tropas para auxiliá-lo; aquele enviou uma mensagem ameaçadora para Saladino, mas não tomou nenhuma medida concreta. Em junho Saladino chegou a Mosul, repudiando todas as propostas de paz de Izz ed-Din — até mesmo quando a mãe do príncipe, já idosa, foi em pessoa implorar-lhe. Entretanto, Mosul era ainda uma fortaleza difícil demais de conquistar. Os soldados começaram a cair enfermos no calor do verão. Quando, em agosto, o sultão seljúcida da Persarmênia, Soqmã II, morreu de repente, Saladino rumou para o norte para capturar as cidades de Diarbekir

---

1 Ernoul, pp. 118-19; *Estoire d'Eracles*, II, p. 9. Imad ed-Din (Abu Shama, p. 258) presta uma homenagem à memória de Balduíno IV.

2 Ernoul, pp. 121-8; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 12-13; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 104-5.

e Mayyafaraqin, que deviam vassalagem ao sultão, e descansar seus homens no ar mais fresco das terras altas. Lá, foi a sua vez de cair doente; agonizante, buscou refúgio no castelo de seu amigo Kukburi, em Harran. Seu irmão, al-Adil, agora governador de Alepo, chegou correndo com os melhores médicos do Oriente, mas estes nada puderam fazer. Acreditando que seu fim estava próximo e sabendo que toda a sua família conspirava pela herança, fez com que seus emires jurassem fidelidade aos seus filhos. Então, inesperadamente, começou a melhorar. Em janeiro de 1186, estava fora de perigo. No fim de fevereiro, recebeu uma embaixada de Izz ed-Din e concordou em reconciliar-se. Em um tratado assinado pelos embaixadores em 3 de março, Izz ed-Din tornou-se vassalo de Saladino e foi confirmado em suas propriedades; as terras do outro lado do Tigre ao sul de Mosul, porém, inclusive Arbil e Shahrzur, foram confiadas a emires indicados por Saladino e subordinados diretamente a ele. Sua presença garantiria a lealdade de Izz ed-Din.[1] O próprio Saladino encontrava-se, então, em Homs, cujo emir era Nasr ed-Din, filho de Shirkuh e seu genro. Como ele tramara pelo trono da Síria durante a doença de Saladino, ninguém ficou surpreso quando foi encontrado morto em sua cama em 5 de março, após as celebrações do Banquete das Vítimas. Seu filho, Shirkuh II, de doze anos, sucedeu-lhe no trono da cidade. Saladino confiscou boa parte de seu dinheiro, mas o rapaz, inteligente, citou uma passagem do Corão ameaçando com tormentos aqueles que despojassem órfãos — e teve seu dinheiro devolvido. Em abril Saladino estava de volta a Damasco. Seu império estendia-se com segurança, agora, até as fronteiras da Pérsia.[2]

A trégua entre os cristãos e os muçulmanos acarretou certa prosperidade à Palestina. O comércio entre o interior e os portos de Acre e Tiro foi avidamente retomado, para benefício dos mercadores de ambas as religiões. Caso a paz pudesse ser mantida até a chegada de alguma grande Cruzada do Ocidente, talvez ainda houvesse algum futuro para o reino. Entretanto, o destino mais uma vez foi ingrato com os cristãos. Por volta do fim de agosto de 1186 o Rei Balduíno V morreu em Acre, sem ter chegado ainda aos nove anos de idade.[3]

O Regente Raimundo e o Senescal Juscelino estavam junto ao seu leito de morte. Dizendo-se ansioso por colaborar com Raimundo, Juscelino persuadiu-o a ir a Tiberíades e convidar os barões do reino a encontrá-lo lá,

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.* pp. 98-103; Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 123-6; Abu Shama, p. 288; Bustan, p. 581.

2 Abu'l Feda, p. 55. Ver Lane Poole, *Saladin*, pp. 194-5 (Shirkuh II citou o versículo iv, 9 do Corão); Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 103-4.

3 Ernoul, p. 129; *Estoire d'Eracles*, II, p. 25.

longe dos ardis do patriarca, para que os desejos de Balduíno IV ainda pudessem ser cumpridos. Ele levaria pessoalmente o pequeno corpo para Jerusalém, a fim de ser enterrado. Raimundo caiu na armadilha e partiu em boa-fé. Assim que ele partiu, Juscelino enviou tropas de sua confiança para ocupar Tiro e Beirute e permaneceu em Acre, onde proclamou Sibila rainha. Enviou o cadáver para Jerusalém, a cargo dos templários. Seus mensageiros foram a Ascalão para convocar Sibila e Guy para o funeral, e Reinaldo de Châtillon veio correndo de Kerak para juntar-se aos dois.

Raimundo, ao descobrir que fora ludibriado, desceu para Nablus, para o castelo de Balian de Ibelin, e, como regente legítimo do reino, convocou a Suprema Corte dos barões. Todos os seus partidários trataram de reunir-se a ele. Com Balian e sua esposa, a Rainha Maria, estavam sua filha Isabela e Humberto de Toron, Balduíno de Ramleh, Gualtério de Cesaréia, Reinaldo de Sídon e todos os tenentes-em-chefe da Coroa, com exceção de Reinaldo de Châtillon. Lá, receberam um convite de Sibila para comparecerem à sua coroação. Responderam enviando dois monges cistercienses a Jerusalém, para lembrar os conspiradores do juramento feito ao Rei Balduíno IV e proibi-los de tomar qualquer medida até que a Corte tivesse feito suas deliberações.

Mesmo assim, Sibila apoderou-se de Jerusalém e dos portos marítimos. As tropas do Senescal Juscelino e do Comissário Amalrico, irmão de Guy, estavam ao seu lado, e Reinaldo trouxera seus homens da Oultrejourdain. O Patriarca Heráclio, antigo amante de sua mãe, assegurou-lhe o apoio da organização da Igreja. O Grão-Mestre do Templo, Gerardo de Ridefort, faria qualquer coisa para prejudicar seu velho desafeto, Raimundo. O único em Jerusalém a ater-se ao juramento feito foi o Grão-Mestre do Hospital. Entre o povo da cidade, havia uma grande simpatia por Sibila. Era ela que representava o direito hereditário — e, conquanto o trono em tese ainda fosse eletivo, os direitos do herdeiro não podiam ser ignorados com facilidade. Na época do divórcio de sua mãe, a legitimidade de Sibila fora confirmada. Seu irmão fora rei, assim como seu filho. Contra ela pesava apenas o fato de seu marido ser detestado e desprezado.

O patriarca e os templários fecharam os portões de Jerusalém e puseram os guardas a postos, a fim de prevenir-se contra um eventual ataque dos barões em Nablus. Nesse ínterim, começaram os preparativos para a coroação. A insígnia real fora guardada em um cofre com três trancas, cujas chaves estavam aos cuidados do patriarca e dos dois grão-mestres, cada qual com uma. Rogério do Hospital recusou-se a entregar a sua chave para um propósito que, a seu ver, contrariava seu juramento — mas, por fim, com um gesto de desagrado, atirou-a pela janela. Nem ele nem nenhum de

seus cavaleiros tomou parte da cerimônia, que foi realizada assim que ficou tudo pronto. Diante da impopularidade de Guy, o patriarca coroou apenas Sibila — mas uma segunda coroa foi colocada ao seu lado, e Heráclio, depois de coroá-la, instou-a a utilizá-la para coroar o homem que julgasse digno de governar o reino. Ela ordenou que Guy se aproximasse e se ajoelhasse à sua frente, e pôs a coroa sobre sua cabeça. A companhia reunida, então, prestou homenagem aos novos soberanos. Ao saírem da igreja, Gerardo de Ridefort exclamou em voz alta que aquela coroa compensava o casamento de Botrun.

Contra o fato da coroação, não havia muito o que a Suprema Corte, reunida em Nablus, pudesse fazer. Balduíno de Ibelin ergueu-se na assembléia para dizer que, por sua parte, ele não permaneceria em um país governado por tal rei, e admoestou todos os barões a fazer o mesmo. Raimundo, porém, retorquiu que nem tudo estava perdido ainda; eles tinham consigo, alegou, a Princesa Isabela e seu marido, Humberto de Toron. Que eles fossem coroados e levados a Jerusalém. Seus rivais não poderiam fazer frente aos exércitos reunidos de todos os barões, exceto Reinaldo de Châtillon, e a simpatia do Hospital. E acrescentou: como era ele o regente, podia garantir que Saladino manteria a trégua. Os barões concordaram e juraram apoiá-lo, ainda que isso significasse uma guerra civil. Contudo, não contaram com a reação de um dos atores principais. Humberto estava aterrorizado com o destino que lhe reservavam; não tinha o menor desejo de ser rei. Escapuliu imediatamente de Nablus e correu a Jerusalém, onde pediu para ver Sibila. A princípio, ela o ignorou, mas, vendo sua atitude contrita à sua frente, com as mãos na cabeça, abrandou-se e deixou-o expor seu caso. Ouviu-o atentamente e levou-o pessoalmente à presença de Guy, a quem ele prestou homenagem.[1]

A deserção de Humberto pôs a causa dos barões a perder. Raimundo liberou-os de seu juramento, e um por um eles se dirigiram a Jerusalém e ofereceram sua submissão a Guy. Até Balian de Ibelin, o mais respeitado de todos, viu que não havia mais nada a fazer. Seu irmão Balduíno, porém, reiterou sua decisão de abandonar o reino em vez de aceitar Guy, e Raimundo de Trípoli retirou-se para as terras de sua esposa, na Galiléia, jurando que também ele nunca prestaria homenagem ao novo rei. Teria aceitado fielmente Isabela como rainha, mas a covardia de Humberto

---

1 Ernoul, pp. 129-36, o relato mais completo e vívido; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 25-31; Radulfo de Diceto, II, p. 47; Arnoldo de Lübeck, pp. 116-17. As duas primeiras fontes (as mais confiáveis) datam a coroação de setembro; Radulfo, de agosto, e Arnoldo, de 20 de julho. O primeiro decreto de Guy é de outubro — Röhricht, *Regesta*, p. 873.

convencera-o de que ele mesmo era, agora, o único candidato digno do trono.[1]

Logo depois, o Rei Guy convocou sua primeira assembléia de barões em Acre. Raimundo não compareceu, e Guy anunciou que Beirute, que Raimundo detivera como regente, lhe seria tirada. Também lhe enviou uma mensagem exigindo que ele prestasse contas do dinheiro público que gastara durante a regência. Balduíno de Ibelin, que estava presente, foi chamado a prestar homenagem por Reinaldo de Châtillon, que se encontrava ao lado do rei. Balduíno limitou-se a fazer ao rei uma saudação formal, dizendo-lhe que entregara suas terras em Ramleh ao seu filho, Tomás, que prestaria sua homenagem quando tivesse idade suficiente. Ele, particularmente, jamais o faria — e deixou o reino dias depois, colocando-se a serviço de Boemundo de Antióquia, que o recebeu com imensa satisfação e entregou-lhe um feudo maior do que o que deixara. Outros nobres menos importantes foram juntar-se a ele, pois Boemundo não fazia segredo de sua simpatia por Raimundo e seus partidários.[2]

Estando o reino tão dividido entre facções rivais, seria interessante que a trégua com os sarracenos se mantivesse. Guy pretendia respeitá-la, mas não contava com seu amigo Reinaldo de Châtillon. Protegidas pelo acordo, as grandes caravanas que viajavam entre Damasco e o Egito haviam voltado a passar sem impedimentos pelas terras francas. No fim de 1186, uma gigantesca caravana vinha do Cairo, com um pequeno comboio de tropas egípcias para protegê-la dos assaltantes beduínos. Quando chegou à região de Moab, Reinaldo caiu inopinadamente sobre ela, matando os soldados e levando os mercadores e suas famílias, com todos os seus bens, para seu castelo, em Kerak. O butim era o maior que já se conseguira antes. Saladino logo tomou conhecimento do ultraje. Em respeito ao tratado, enviou uma mensagem a Reinaldo exigindo a libertação dos prisioneiros e uma indenização por suas perdas. Reinaldo recusou-se a receber os emissários, que seguiram então para Jerusalém, a fim de queixar-se ao Rei Guy. Este ouviu-os com simpatia

---

1 Fica claro que Raimundo se considerava um candidato ao trono. Ibn Jubayr relata boatos a respeito de sua ambição já em 1183 (Ibn Jubayr, p. 304). Abu Shama (pp. 257-8) cita a afirmação de Imad ed-Din de que ele estaria disposto a converter-se ao islamismo para atingir seu objetivo, e Ibn al-Athir (p. 674) declara que ele contava com o auxílio de Saladino. A *Historia Regni Hierosolymitani* (pp. 51-2), posterior, diz que ele reivindicava a coroa porque sua mãe (aqui chamada Dulce) nascera depois da coroação do pai dela ao passo que Melisende nascera antes. Como somente a mais nova das filhas de Balduíno II, a Abadessa Ivete, havia nascido com o pai já coroado, ele não poderia ter lançado mão desse argumento. Talvez se tenha valido de um argumento semelhante a fim de justificar para os barões em Nablus a escolha de Isabela no lugar de Sibila, e o cronista tenha confundido a história.

2 Ernoul, pp. 137-9; *Estoire d'Eracles*, II, p. 33; *Les Gestes des Chiprois* (p. 659) diz que Guy teria agredido Balduíno, não fosse por sua alta linhagem.

e ordenou a Reinaldo que tomasse as devidas medidas compensatórias. Reinaldo, porém, consciente de que era graças ao seu apoio que Guy possuía o trono e o mantinha, ignorou a ordem — e o monarca nada pôde ou quis fazer para obrigá-lo a obedecer.[1]

Uma violação tão desavergonhada da trégua tornava a guerra inevitável — guerra que o país dividido não estava pronto para enfrentar. Boemundo de Antióquia apressou-se em renovar sua trégua com Saladino.[2] Raimundo de Trípoli firmou uma trégua para o seu condado, estendendo-a ao principado de sua esposa na Galiléia, embora seu suserano, o rei, pudesse entrar em guerra com os muçulmanos. Ao mesmo tempo, assegurou a simpatia de Saladino e sua promessa de apoio em sua meta de tornar-se rei. Por mais sensata que fosse a postura de Raimundo, indubitavelmente implicava uma traição. Incentivado por Gerardo do Templo, Guy convocou seus vassalos reais e marchou para Nazaré, ao norte, a fim de subjugar a Galiléia antes que o ataque islâmico fosse lançado. A guerra civil só foi evitada graças à intervenção de Balian de Ibelin, que, ao chegar ao acampamento, indagou asperamente ao rei o que estava fazendo. Quando Guy explicou que pretendia sitiar Tiberíades, Balian mostrou-lhe a tolice daquele plano, pois Raimundo, com a ajuda dos sarracenos, que estavam ao seu lado, contaria com forças mais potentes que o rei. Balian insistiu em que, em vez disso, ele fosse enviado para conversar com Raimundo. Seu apelo pela unidade, contudo, não demoveu o conde, que só se submeteria a Guy caso este lhe restituísse Beirute. Para Guy, era um preço demasiado alto;[3] no entanto, quando receberam notícias dos preparativos de Saladino para a guerra iminente, Balian voltou a instar o rei a reconciliar-se com Raimundo. "Você perdeu seu melhor cavaleiro em Balduíno de Ramleh", ele argumentou, mencionando seu irmão com orgulho. "Se perder o apoio e a orientação também do Conde Raimundo, estará acabado." Guy, que tendia a concordar com qualquer um que lhe falasse com firmeza, concedeu em que Balian fosse a Tiberíades em uma nova embaixada, junto com Josias, Arcebispo de Tiro, e os Grão-Mestres do Hospital e do Templo. Era imprescindível que este último, o maior inimigo de Raimundo, estivesse envolvido em qualquer acordo de paz que se firmasse.[4]

---

1 *Estoire d'Eracles*, II, p. 34, diz que a irmã de Saladino foi capturada na caravana. Na realidade, ela voltou de Meca em uma caravana subseqüente (ver abaixo, pp. 390-1); Abu Shama, pp. 259-11.

2 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 109.

3 Ernoul, pp. 141-2; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 31-5. Ernoul diz que Raimundo chegou a receber de fato reforços de Saladino.

4 Ernoul, pp. 142-3. Reinaldo de Sídon deveria tomar parte da delegação, mas partiu por conta própria.

Os delegados, escoltados por dez hospitalários, deixaram Jerusalém em 29 de abril de 1187. Passaram aquela noite no castelo de Balian, em Nablus. Como este tinha negócios a resolver, disse aos grão-mestres e ao arcebispo que seguissem na frente; ele passaria o dia em Nablus e os alcançaria no dia seguinte no Castelo de La Fève, na planície de Esdraelon. Tarde da noite do dia 30, Balian deixou Nablus com alguns acompanhantes, tencionando cavalgar durante toda a noite. De repente, porém, lembrou-se de que era véspera do dia de S. Felipe e S. Tiago; então, saiu da estrada em Sebastéia — a Samaria dos antigos — e bateu à porta do palácio do bispo, que estava acordado e o recebeu. Conversaram durante toda a noite, até que o dia amanheceu e se pôde celebrar a missa; em seguida, eles se despediram e Balian seguiu seu caminho.

Em 30 de abril, enquanto Balian discutia negócios com seus administradores e os grão-mestres cavalgavam pelas montanhas para La Fève, o Conde Raimundo, em Tiberíades, recebia um emissário dos muçulmanos de Banyas. O filho caçula de Saladino, al-Afdal, comandante do acampamento local, recebeu ordens de seu pai de enviar uma missão de reconhecimento à Palestina e, muito corretamente, pediu ao conde permissão para que seus homens atravessassem seu território da Galiléia. Raimundo, comprometido por seu tratado particular com Saladino, não pôde recusar o embaraçoso pedido. Apenas estipulou que os muçulmanos cruzassem a fronteira ao romper do dia seguinte e retornassem antes do escurecer, e não causassem dano algum a nenhuma cidade ou aldeia de sua terra. Em seguida, enviou mensageiros para todo o feudo, para ordenar que todos se recolhessem e aos seus rebanhos durante todo o dia atrás dos muros, e não tivessem medo. Naquele momento, foi informado da vinda da delegação de Jerusalém. Enviou outra mensagem, a fim de alertá-los no mesmo sentido. No dia 1º de maio de manhã cedo, Raimundo observou de seu castelo o Emir Kukbuki e sete mil mamelucos passarem alegremente.

Em meados da manhã, Balian e sua companhia chegaram a La Fève. De longe viram as tendas dos templários armadas sob os muros — mas, ao se aproximarem, descobriram que estavam vazias. No próprio castelo reinava o mais absoluto silêncio. O cavalariço de Balian, Ernoul, entrou no prédio e perambulou de um cômodo a outro. Não havia ninguém, exceto dois soldados jogados em uma das galerias superiores, doentes e agonizantes, incapazes de falar. Balian ficou perplexo e preocupado. Esperou uma ou duas horas, sem saber o que fazer, e em seguida pôs-se a caminho de Nazaré. De repente, um cavaleiro templário veio cavalgando pela estrada, desgrenhado e sangrando, gritando algo sobre um grande desastre.

Nessa mesma hora, Raimundo, em Tiberíades, viu os mamelucos passando de volta. Eles haviam cumprido a sua parte. Era bem antes do anoitecer, e eles não haviam danificado uma única edificação na província. Mas, nas pontas das lanças da vanguarda, estavam espetadas as cabeças dos cavaleiros templários.

A mensagem de Raimundo alcançara os grão-mestres em La Fève na noite do dia 30. Sob os protestos de Rogério do Hospital, Gerardo do Templo imediatamente convocou os templários das vizinhanças para irem ao seu encontro. O Marechal do Templo, Tiago de Mailly, estava na aldeia de Kaukun, a oito quilômetros dali, com noventa cavaleiros. Apresentou-se e passou a noite diante do castelo. Na manhã seguinte, o cortejo dirigiu-se para Nazaré, onde foi reforçado por mais quarenta cavaleiros seculares. O Arcebispo de Tiro ficou na cidade, e Gerardo parou apenas para gritar para os habitantes que haveria uma batalha em breve e eles deviam estar por perto para recolher o butim. Ao subirem a colina atrás de Nazaré, depararam-se com os muçulmanos dando de beber aos seus cavalos nas Fontes de Cresson, no vale abaixo. Vendo que eram tão numerosos, Rogério e Tiago de Mailly recomendaram que retrocedessem. Gerardo ficou furioso. Afastou-se com desdém do outro grão-mestre e escarneceu de seu marechal: "Você tem amor demais pela sua cabeça loira para querer perdê-la" — ao que Tiago replicou, altaneiro: "Vou morrer em combate, como um bravo. Você é que vai fugir, como um traidor". Instigada pelos insultos de Gerardo, a companhia arremeteu contra os mamelucos. Foi mais um massacre que uma batalha. A cabeça loira de Tiago foi uma das últimas a cair, e o Grão-Mestre do Hospital caiu ao seu lado. Não tardou para que todos os cavaleiros templários estivessem mortos — exceto três, entre os quais Gerardo. Feridos, galoparam de volta para Nazaré. Foi um deles que encontrou Balian. Os cavaleiros seculares foram levados com vida. Alguns dos gananciosos cidadãos de Nazaré haviam se aproximado do campo de batalha, em busca do butim prometido por Gerardo. Também eles foram reunidos e levados prisioneiros.

Após enviar uma mensagem à sua esposa, instando-a a reunir todos os seus cavaleiros, Balian procurou Gerardo em Nazaré e procurou persuadi-lo a ir para Tiberíades. Como Gerardo alegou que seus ferimentos eram muito graves, Balian decidiu seguir com o arcebispo. Encontraram Raimundo horrorizado com a tragédia, cuja culpa atribuía à política que havia adotado. Aceitou de bom grado a mediação de Balian e, anulando seu acordo com Saladino, foi a Jerusalém e apresentou sua submissão ao rei. Guy, apesar de todos os seus defeitos, não era vingativo. Foi cordial em sua acolhida a Rai-

mundo e chegou a desculpar-se dos eventos em torno de sua coroação. Por fim o reino parecia unido novamente.[1]

Era bom que estivesse mesmo, pois sabia-se que Saladino estava organizando um grande exército do outro lado da fronteira, em Hauran. Em maio, enquanto se reuniam hostes provenientes de todo o seu império, ele empreendera uma viagem descendo a estrada para Meca, a fim de escoltar uma caravana de peregrinos em que sua irmã e seu sobrinho voltariam da Cidade Santa, para garantir que Reinaldo não tentaria outra de suas iniqüidades. Nesse meio tempo, as tropas iam chegando, oriundas de Alepo, Mosul e Mardin, até que aquele exército fosse o maior que ele já havia comandado na vida. Do outro lado do Jordão, o Rei Guy convocava todos os seus tenentes-em-chefe, com seus respectivos tenentes, para se juntarem a ele em Acre, com todos os seus homens. As Ordens do Hospital e do Templo, ávidas por vingar o massacre de Cresson, levaram todos os cavaleiros disponíveis, deixando apenas pequenas guarnições para defender os castelos que tinham sob seus cuidados. Os templários ainda deram um auxílio adicional, entregando ao rei sua parte do dinheiro que lhes fora recentemente enviado pelo Rei Henrique II em expiação do assassinato de Tomás Becket.[2] Haviam-lhes ordenado que depositassem a soma por conta da Cruzada que Henrique jurara realizar, mas a necessidade atual era por demais urgente. Os soldados que ele ajudara a equipar levavam consigo um estandarte com as armas de Henrique. Comovido com um apelo de Raimundo e Balian, Boemundo de Antióquia prometeu um contingente a ser comandando por Balduíno de Ibelin, e enviou seu filho, Raimundo, ao encontro do Conde de Trípoli, seu padrasto. No fim de junho, mil e duzentos cavaleiros totalmente armados, uma cavalaria ligeira nativa em maior número, *turcópolos* mestiços e quase dez mil peões reuniram-se no acampamento diante de Acre. O Patriarca Heráclio foi convocado, com a Cruz Verdadeira — mas, como estava indisposto, confiou a relíquia ao Prior do

---

1 A história é narrada de forma bastante completa por Ernoul, que estava com Balian como seu escudeiro (pp. 143-54). *Estoire d'Eracles*, II, pp. 37-44; Imad ed-Din, *in* Abu Shama, p. 262; Ibn al-Athir (p. 678) diz que al-Afdal enviou Kukburi no comando da expedição e fornece o número de cavaleiros como sete mil. A *De Expugnatione* (pp. 210-11) fornece o mesmo número, mas seu relato sucinto nega que Raimundo tenha insistido em que não se danificasse propriedade alguma — além de tentar inocentar os templários. La Fève é a aldeia árabe de el-Fuleh (os dois nomes significam A Fava), a meio caminho entre Jenin e Nazaré.

2 Mártir inglês, Tomás Becket foi nomeado chanceler de Henrique II em 1154 e Arcebispo de Cantuária em 1162. Tendo caído em desgraça junto ao rei, acabou sendo assassinado por quatro cavaleiros na Catedral de Cantuária em 1170. Foi canonizado três anos depois. (N.T.)

Santo Sepulcro, que deveria entregá-la ao Bispo de Acre. Segundo seus inimigos, ele preferiu ficar com sua amada Pásquia.

Na sexta-feira, dia 26 de junho, Saladino revistou suas tropas em Ashtera, em Hauran. Comandou pessoalmente o centro, enquanto seu sobrinho Taki ed-Din se incumbia do flanco direito e Kukburi, do esquerdo. O exército marchou em formação de batalha até Khisfin, e dali para o extremo sul do mar da Galiléia. Lá esperou por cinco dias, enquanto seus batedores recolhiam informações sobre as forças cristãs. Em 1º de julho, Saladino cruzou o Jordão na altura de Senabra; no dia 2, montou acampamento com metade de seus homens em Kafr Sebt, nas montanhas, oito quilômetros a oeste do lago, enquanto o restante de suas tropas atacava Tiberíades. A cidade caiu em suas mãos ao fim de uma hora de luta. Raimundo e seus enteados encontravam-se com o exército real, mas a Condessa Eschiva, depois de enviar um mensageiro para pôr seu marido a par do que estava acontecendo, resistiu com sua pequena guarnição no castelo.

Ao receber a notícia de que Saladino havia atravessado o Jordão, o Rei Guy reuniu seu conselho de barões em Acre. O Conde Raimundo foi o primeiro a falar. Salientou que, no tremendo calor do verão, o exército atacante estava em desvantagem. A estratégia franca deveria limitar-se à defesa. Não derrotando o exército cristão, Saladino não conseguiria manter por muito tempo suas grandes forças nessa região ressecada. Depois de algum tempo, não lhe restaria alternativa senão retirar-se. Nesse ínterim, chegariam os reforços de Antióquia. A maioria dos cavaleiros inclinava-se a seguir seus conselhos, mas tanto Reinaldo de Châtillon quanto o Grão-Mestre Gerardo acusaram Raimundo de ser covarde e ter-se vendido aos sarracenos. O Rei Guy, que sempre se deixava convencer pelo último a falar, determinou que o exército partisse para Tiberíades.

Na tarde de 2 de julho, os cristãos acamparam em Sefória. Era um excelente local para um acampamento, com água abundante e bons pastos para os cavalos. Se ficassem ali, como haviam permanecido junto às Piscinas de Golias quatro anos antes, Saladino jamais se arriscaria a atacá-los. O exército franco era quase tão grande quanto o islâmico, e os cristãos ainda contavam com a vantagem do terreno. Naquela noite, porém, foram alcançados pelo mensageiro da Condessa de Trípoli. Guy mais uma vez reuniu o conselho em sua tenda. A fidalguia dos cavaleiros inclinou-os a evocar a imagem da dama galante resistindo em desespero junto ao lago. Seus filhos, com lágrimas no olhos, imploraram que partissem em socorro de sua mãe. Outros apoiaram sua súplica. Então, Raimundo ergueu-se e repetiu o discurso da véspera, em Acre, mas com ênfase mais exasperada. Mostrou a tolice de deixarem a posição forte em que se encontravam e empreenderem uma marcha arriscada no

calor de julho pelas encostas áridas. Tiberíades era a sua cidade, salientou, e sua defesa estava a cargo de sua esposa. Mas ele preferia que Tiberíades e tudo o que lá se encontrava se perdessem a ver perdido o reino inteiro. Suas palavras inspiravam convicção. O conselho encerrou suas deliberações à meia-noite, tendo decidido pela permanência em Sefória.

Quando os barões já se haviam recolhido, o Grão-Mestre do Templo voltou a introduzir-se na tenda real e indagou: "O senhor vai confiar em um traidor?" Era uma vergonha permitir que uma cidade situada a apenas quarenta quilômetros dali fosse perdida. Os templários, declarou, preferiam abandonar sua ordem a deixar escapar a chance de vingar-se dos infiéis. Guy, que fora sinceramente convencido por Raimundo uma hora antes, vacilou e deixou que Gerardo o fizesse mudar de idéia. Enviou seus arautos para todo o acampamento, anunciando que o exército marcharia para Tiberíades ao alvorecer.

A melhor estrada de Sefória para Tiberíades inclinava-se ligeiramente para nordeste, transpondo as montanhas da Galiléia e descendo para o lago, a 1,5 quilômetro ao norte da cidade. A estrada alternativa ia até a ponte em Senabra, onde uma ramificação margeava o lago rumo ao norte. O acampamento de Saladino em Kafr Sebt ficava no outro lado da estrada de Senabra, por onde ele viera através do rio. É possível que traidores do acampamento cristão o tenham procurado para informá-lo de que Guy estava deixando Sefória pela estrada norte. Assim, ele conduziu seu exército por cerca de oito quilômetros através das montanhas até Hattin, onde a estrada começava a descer para o lago. Era uma aldeia com amplas pastagens e água farta. Ali Saladino foi reforçado pelo grosso de suas tropas, vindo de Tiberíades — onde ficaram apenas aqueles necessários para bloquear o castelo.

A manhã daquela sexta-feira, 3 de julho, estava quente e abafada, quando o exército cristão deixou as terras verdes de Sefória para subir as encostas nuas. Raimundo de Trípoli, como senhor do feudo, tinha o direito, conforme os costumes feudais, de liderar a vanguarda. O rei comandava o centro, e Reinaldo, com as ordens e Balian de Ibelin, conduziam a retaguarda. Não havia água ao longo da estrada. Não tardou para que homens e animais sofressem terrivelmente com a sede. Sua agonia reduziu o ritmo da marcha. Provocadores islâmicos não paravam de fustigar a vanguarda e a retaguarda, despejando flechas em seu meio e retirando-se antes que se pudesse organizar qualquer contra-ataque. À tarde, os francos atingiram o platô imediatamente acima de Hattin. À sua frente, uma colina rochosa com dois picos erguia-se a cerca de 30 metros, e além dela o terreno caía num ângulo agudo em direção à aldeia e ao lago. O lugar chamava-se Cornos de Hattin. Os templários comunicaram o rei de que não dariam mais um passo

naquele dia. Alguns dos barões rogaram-lhe que desse ordens de persistirem e lutarem para chegar ao lago. No entanto, Guy, comovido com a exaustão de seus homens, preferiu parar para a noite. Ao ser informado da decisão, Raimundo veio a galope lá da frente, exclamando: "Ah, Senhor Deus, a guerra acabou, somos homens mortos, o reino está condenado". Por recomendação sua, Guy montou o acampamento logo abaixo de Lubieh, na direção da encosta dos Cornos, onde havia um poço, e todo o exército agrupou-se ao seu redor. No entanto, o local foi mal escolhido, pois o poço estava seco.

Saladino, aguardando com todos os seus homens no verdejante vale abaixo, mal conseguia conter a alegria. Afinal tinha chegado a sua oportunidade.

Os cristãos passaram uma noite terrível, ouvindo as orações e os cânticos que vinham das tendas islâmicas lá embaixo. Alguns soldados abandonaram o acampamento em uma inútil busca de água, mas tudo o que conseguiram foi serem mortos pelo inimigo. Para piorar seus sofrimentos, os muçulmanos atearam fogo à vegetação seca que cobria a colina, e a fumaça quente cobriu o acampamento. Com a cobertura da escuridão, Saladino pôs-se em marcha com seus homens. Ao romper do dia, no sábado, 4 de julho, o exército real estava cercado. Nas palavras do cronista, nem um gato teria conseguido escapar de tal rede.

O ataque islâmico teve início logo após o amanhecer. A infantaria cristã tinha um único pensamento: água. A massa ergueu-se como uma onda, tentando abrir caminho pela encosta e chegar ao lago que resplandecia lá embaixo. Acabaram empurrados para um outeiro, cercados pelas chamas e pelo inimigo. Muitos foram mortos na hora, muitos outros caíram prisioneiros — e a visão daqueles homens, feridos e com as bocas inchadas, era tão dolorosa que cinco dos cavaleiros de Raimundo procuraram os líderes islâmicos para suplicar que fossem todos mortos, para pôr fim ao seu sofrimento. Os cavaleiros bateram-se com esplêndida e desesperada coragem. Rechaçaram, com grandes baixas, carga após carga da cavalaria muçulmana, mas suas fileiras foram minguando. Febris com a sede, suas forças começaram a abandoná-los. Antes que fosse tarde demais, a pedido do rei, Raimundo liderou seus cavaleiros em uma tentativa de romper as linhas inimigas. Com todos os seus homens, ele arremeteu contra os regimentos comandados por Taki ed-Din. Este, porém, abriu suas fileiras e deixou-os passar, fechando-se em seguida atrás deles. Sem condições de abrir caminho de volta para seus companheiros, fugiram do campo de batalha rumo a Trípoli. Pouco depois, Balian de Ibelin e Reinaldo de Sídon também conseguiram passar. Foram os últimos a escapar.

Embora já não restasse esperança alguma aos cristãos, eles continuaram lutando, recuando para o alto da colina, nos Cornos. A tenda escarlate do rei foi deslocada para o topo, e seus cavaleiros reuniram-se ao seu redor. O filho caçula de Saladino, al-Afdal, estava ao lado do pai, presenciando sua primeira batalha. Muitos anos mais tarde, prestou tributo à coragem dos francos. "Quando o rei franco foi retirado para o alto do morro", recordou, "seus cavaleiros efetuaram um ataque galante e forçaram os muçulmanos a recuar. Meu pai ficou consternado. Mudou de cor e puxou a barba, depois correu para a frente gritando: 'Não deixem o demônio vencer'. Nossos homens, então, caíram sobre o inimigo, que recuou pela encosta. Quando vi os francos em fuga, exclamei com júbilo: 'Vencemos!' — mas eles voltaram a arremeter e mais uma vez obrigaram nossos homens a ceder terreno. Meu pai voltou a incitá-los a avançar, e novamente o inimigo teve de retroceder. Gritei de novo que os tínhamos derrotado. Mas meu pai me repreendeu: 'Cale-se. Não os teremos vencido enquanto aquela tenda estiver de pé'. Naquele instante, a tenda foi derrubada. Meu pai então desmontou e curvou-se até o chão, dando graças a Deus com lágrimas de alegria."

O Bispo de Acre fora morto. A Santa Cruz, que ele levara para a batalha, caíra nas mãos dos infiéis. Poucos dos animais sobreviveram. Quando os vencedores chegaram ao topo da colina, os próprios cavaleiros, entre eles o rei, estavam jogados no chão, fracos demais para continuar lutando, mal tendo forças para entregar suas espadas, em um gesto de rendição. Seus líderes foram levados para a tenda que fora erguida no campo de batalha para o sultão.[1]

Foi lá que Saladino recebeu o Rei Guy e seu irmão, o Comissário Amalrico, Reinaldo de Châtillon e seu enteado, Humberto de Toron, o Grão-Mestre do Templo, o idoso Marquês de Montferrat, os senhores de Jebail e Botrun e muitos dos barões menos importantes do reino. Saudou-os de modo gentil e sentou o rei junto a si. Percebendo sua sede, ofereceu-lhe um copo de água-de-rosas, resfriada com a neve do Hermon. Guy bebeu e passou-o para Reinaldo, que estava ao seu lado. Pelas leis da hospitalidade árabe, oferecer alimento ou bebida a um prisioneiro significava que sua vida estava segura; Saladino, então, tratou de ordenar ao intérprete: "Diga ao rei que foi ele, e não eu, quem deu de beber a esse homem". Em seguida, voltou-se para Reinaldo, cujos ímpios crimes ele não podia perdoar e lembrou-o de seus delitos, sua traição, suas blasfêmias e sua cobiça. Diante da resposta truculenta de Reinaldo, Saladino pegou uma espada em suas próprias mãos e decepou-lhe a cabeça. Guy estremeceu, pensando que seria o próximo.

---

1 Para mais informações sobre as complexas e contraditórias evidências a respeito da campanha de Hattin, ver abaixo, Apêndice II.

Saladino, porém, tranqüilizou-o: "Um rei não mata outro rei — mas a perfídia e a insolência daquele homem foram longe demais". Em seguida, determinou que nenhum dos barões leigos fosse maltratado e que todos fossem tratados com cortesia e respeito durante o cativeiro. Entretanto, não pretendia poupar os cavaleiros das ordens militares, salvo apenas o Grão-Mestre do Templo. Um bando de sufistas muçulmanos fanáticos juntara-se às suas tropas, e foi a eles que Saladino confiou a tarefa de eliminar seus prisioneiros templários e hospitalários — missão à qual se entregaram com prazer. Feito isso, o sultão afastou seu exército de Hattin, e os mortos no campo de batalha foram deixados para os chacais e as hienas.

Os prisioneiros foram enviados para Damasco, onde os barões receberam alojamentos confortáveis e os mais pobres foram vendidos no mercado de escravos. Eram tantos que o preço de cada prisioneiro caiu para apenas três dinares; podia-se comprar uma família saudável inteira — um homem, sua esposa, os três filhos e as duas filhas — por oitenta dinares o lote. Um muçulmano chegou a considerar uma boa barganha trocar um prisioneiro por um par de sandálias.[1]

Os cristãos do Oriente já haviam sofrido desastres antes. Seus reis e príncipes já tinham sido capturados no passado — mas seus captores eram pequenos nobres, visando a alguma pequena vantagem. Nos Cornos de Hattin, o maior exército que o reino já reunira foi aniquilado. A Santa Cruz foi perdida. E o vencedor foi o senhor de todo o mundo islâmico.

Com seus inimigos destruídos, tudo o que restava a Saladino era ocupar as fortalezas da Terra Santa. Em 5 de julho, sabendo que não chegaria ajuda alguma, a Condessa de Trípoli entregou-lhe Tiberíades. Ele a tratou com toda a honra que ela merecia e deu-lhe permissão para retornar, com seu séquito particular, para Trípoli.[2] Em seguida, conduziu o grosso de seu exército para Acre. O Senescal Juscelino de Courtenay, responsável pela cidade, pensou exclusivamente em sua própria segurança. Enviou um cidadão de nome Pedro Brice ao encontro de Saladino na data da chegada deste diante dos muros (dia 8), oferecendo-lhe a rendição caso a vida e as posses dos habitantes fossem garantidas. Para muitos habitantes, essa capitulação humilde pareceu vergonhosa. Houve um breve tumulto, em que diversas casa foram incendiadas, mas a ordem foi restaurada antes que Saladino tomasse posse formal da cidade, no dia 10. Ele desejava persuadir a maioria dos mercadores cristãos a ficar, mas eles, temendo pelo futuro, emigraram

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 114-15; Kemal ad-Din (ed. Blochet, pp. 180-1) fornece uma versão ligeiramente diferente, mas no mesmo sentido; Ernoul (pp. 172-4) conta mais ou menos a mesma história.

2 Ernoul, 171; *Estoire d'Eracles*, II, p. 69; Abu Shama, pp. 266-7.

com todos os seus bens móveis. Os imensos estoques de mercadorias, sedas e metais, jóias e armas que foram deixados para trás foram distribuídos pelos conquistadores — especialmente pelo jovem filho de Saladino, al-Afdal, a quem a cidade foi entregue — entre seus soldados e camaradas. A grande usina de açúcar foi pilhada por Taki ed-Din, para desagrado de Saladino.[1] Enquanto este se encontrava na cidade, destacamentos de seu exército recebiam a submissão das cidades e castelos da Galiléia e da Samaria. Em Nablus, a guarnição de Balian resistiu por alguns dias, e obteve termos honoráveis ao capitular; o castelo de Toron resistiu durante uma quinzena antes que seus defensores se entregassem. Houve pouca resistência além disso.[2] Nesse ínterim, o irmão de Saladino, al-Adil, veio do Egito e iniciou o bloqueio de Jafa. Como a cidade recusou-se a render-se-lhe, ele a tomou de assalto e enviou toda a população — homens, mulheres e crianças — para o cativeiro. Em sua maioria, acabaram nos mercados de escravos e nos haréns de Alepo.[3]

Subjugada a Galiléia, Saladino subiu o litoral fenício. A maioria dos sobreviventes de Hattin fugira com Balian para Tiro. A cidade dispunha de uma boa guarnição e as grandes muralhas que a protegiam pelo lado do continente iam dar muito trabalho. Quando seu primeiro ataque falhou, o sultão seguiu em frente. Sídon rendeu-se sem titubear em 29 de julho. Seu senhor, Reinaldo, fugiu para seu inexpugnável castelo de Beaufort, no interior. Beirute ensaiou defender-se, mas capitulou em 6 de agosto. Jebail rendeu-se alguns dias mais tarde, por ordem de seu senhor, Hugo de Ebriaco, que Saladino libertou sob essa condição. No fim de agosto, tudo o que restava aos cristãos ao sul de Trípoli eram Tiro, Ascalão, Gaza, alguns castelos isolados e a Cidade Santa de Jerusalém.[4]

Em setembro, Saladino chegou a Ascalão, levando consigo seus dois maiores prisioneiros, o Rei Guy e o Grão-Mestre Gerardo. Guy fora informado de que sua liberdade poderia ser comprada com a capitulação de Ascalão. Ao chegar diante dos muros, ele discursou para os cidadãos, admoestando-os a desistir da luta. Gerardo juntou-se a Guy em seu apelo, mas a população respondeu a ambos com insultos. Ascalão foi defendida com bravura. O sítio cus-

---

1 Ernoul, *loc. cit.*; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 70-1; Abu Shama, pp. 295-7; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 116; Ibn al-Athir, pp. 688-90.

2 *Estoire d'Eracles*, II, p. 68; *De Expugnatione*, pp. 31-4; Beha ed-Din, *loc. cit.* (mencionando apenas Toron); Abu Shama, pp. 300-6; Ibn al-Athir, *loc. cit.*

3 Ibn al-Athir, pp. 690-1. Ele mesmo comprou uma escrava no mercado de Alepo, uma jovem que perdera o marido e seis bebês (p. 691); *De Expugnatione*, p. 229.

4 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 116-17; Abu Shama, pp. 306-10; Ibn al-Athir, pp. 692-3; *De Expugnatione*, p. 236.

tou a Saladino a vida de dois de seus emires. Não obstante, em 4 de setembro a guarnição foi forçada a render-se. Os cidadãos receberam permissão para partir com todos os seus bens móveis. Foram escoltados pelos soldados de Saladino para o Egito e acomodados confortavelmente em Alexandria, até que pudessem ser repatriados para terras cristãs.[1] Em Gaza, cuja guarnição templária era obrigada, pelas leis da ordem, a submeter-se ao grão-mestre, o comando de Gerardo de que se entregassem foi obedecido sem hesitação. Em troca da fortaleza, ele obteve sua liberdade.[2] Já o Rei Guy permaneceu ainda por alguns meses no cativeiro, primeiro em Nablus e depois em Latáquia. A Rainha Sibila recebeu permissão para deixar Jerusalém e juntar-se ao marido. Como Saladino sem dúvida esperava, a libertação do casal, na primavera subseqüente, só fez aumentar o constrangimento dos cristãos.[3]

No dia em que as tropas de Saladino entraram em Ascalão, houve um eclipse do sol; em meio à escuridão, Saladino recebeu uma delegação dos habitantes de Jerusalém, que ele convocara para discutir os termos da rendição da Cidade Santa. No entanto, não houve diálogo. Os delegados recusaram-se a entregar a cidade onde seu Deus morrera por eles. Retornaram com altivez para Jerusalém, e Saladino jurou tomá-la pela espada. Na capital, chegou um ajudante inesperado. Balian de Ibelin, que se encontrava com os refugiados francos em Tiro, enviou a Saladino um pedido de um salvo-conduto para Jerusalém. Sua esposa, a Rainha Maria, deixara Nablus com seus filhos e fora para lá, e ele desejava buscá-los e levá-los para Tiro. Saladino consentiu, com a condição de que ele passasse uma única noite na cidade e não portasse armas. Ao chegar, Balian encontrou o Patriarca Heráclio e os oficiais das ordens tentando preparar a defesa da cidade; não havia, porém, nenhum líder que inspirasse confiança à população. Todos clamaram-lhe que ficasse e os liderasse, e não queriam deixá-lo partir. Profundamente embaraçado, Balian

---

1 Ernoul, p. 184; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 78-9; *De Expugnatione*, pp. 236-8; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 117; Ibn al-Athir, pp. 696-7.

2 Abu Shama, pp. 312-13; Beha ed-Din, *loc. cit.*; Ibn al-Athir, p. 697.

3 Segundo Ernoul (pp. 175, 185), Sibila permaneceu em Jerusalém até a véspera do cerco, quando recebeu permissão para ir para Nablus (p. 185). Ibn al-Athir, p. 703; *Estoire d'Eracles*, II, p. 79, e o *Itinerarium Regis Ricardi*, pp. 21-3, dizem que Sibila estava em Jerusalém durante todo o cerco, indo em seguida para Nablus para uma breve entrevista. Segundo Beha ed-Din (*P.P.T.S.*, p. 143), Guy foi levado por Saladino a Tortosa, onde foi libertado durante o cerco do Krak des Chevaliers pelo sultão. Isso foi em julho de 1188, alguns dias antes de Saladino tomar Tortosa. É possível que Tortosa (Antartus) seja um engano de Beha ed-Din, que deve tê-la confundido com Trípoli, mas a libertação definitivamente ocorreu em julho de 1188. Ernoul, contudo (p. 185), diz que Guy foi libertado em março de 1188 — embora (p. 252) situe sua libertação por ocasião do cerco de Trípoli por Saladino (julho de 1188). O *Itinerarium* diz que Guy foi libertado em Tortosa, onde Sibila foi ao seu encontro (p. 25).

escreveu a Saladino para explicar-lhe a violação de seu juramento. Saladino, sempre cortês para com um inimigo que respeitava, não só perdoou Balian como mandou uma escolta para acompanhar a Rainha Maria, seus filhos, seu séquito pessoal e todas as suas posses até Tiro.[1] Com ela seguiu o jovem sobrinho de Balian, Tomás de Ibelin, e o filho pequeno de Hugo de Jebail. Saladino chorou ao ver essas crianças, herdeiras de uma grandeza desaparecida, passando por seu acampamento rumo ao exílio.

Em Jerusalém, Balian fez o que pôde. A população fora ampliada por refugiados de todos os distritos vizinhos, poucos deles com alguma utilidade como combatentes. Para cada homem havia cinqüenta mulheres e crianças. Uma vez que havia apenas dois cavaleiros na cidade, Balian consagrou cavaleiros todos os rapazes acima de dezesseis anos nascidos de família nobre, além de trinta membros da burguesia. Enviou pequenos destacamentos para recolher todos os víveres que conseguissem encontrar antes da aproximação dos exércitos muçulmanos. Apropriou-se do tesouro real e do dinheiro enviado por Henrique II para o Hospital. Chegou a aproveitar a prata do telhado do Santo Sepulcro. Distribuíram-se armas para todos os homens capazes de usá-las.

Em 20 de setembro, Saladino acampou diante da cidade e pôs-se a atacar as faces norte e nordeste dos muros. Entretanto, o sol incidia sobre os olhos de seus soldados e os defensores eram fortes naqueles locais. Ao cabo de cinco dias, ele deslocou seu acampamento. Por alguns instantes a população acreditou que ele levantara o cerco, mas, na manhã de 26 de setembro, seu exército estabeleceu-se no monte das Oliveiras e seus homens, flanqueados por seus cavaleiros, estavam solapando o muro junto à Porta da Coluna, não muito longe do ponto onde Godofredo da Lorena penetrara na cidade, 88 anos antes. No dia 29 já havia uma grande brecha na muralha. Os defensores guarneceram-na da melhor forma que puderam e lutaram furiosamente — mas eram muito poucos para resistir por muito tempo contra as hordas inimigas. Os soldados francos desejavam efetuar uma surtida espetacular e, se preciso fosse, morrer. O Patriarca Heráclio, contudo, não tinha perfil de mártir. Caso o fizessem, alegou, abandonariam suas mulheres e crianças à inevitável escravidão, e ele não poderia dar sua bênção a uma atitude tão ímpia. Balian apoiou-o, reconhecendo a insensatez de desperdiçar mais vidas. Em 30 de setembro, dirigiu-se pessoalmente ao acampamento inimigo, a fim de inteirar-se das condições de Saladino.

O sultão tinha a cidade à sua mercê. Podia tomá-la de assalto quando bem entendesse, e, em seu interior, tinha muitos amigos em potencial. A soberba

---

1 Ernoul, pp. 174-5, 185-7; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 81-4; *De Expugnatione*, p. 238.

da Igreja latina sempre ofendera os cristãos ortodoxos, que constituíam a maior parte da população mais humilde, mas não houvera um cisma definitivo. Conquanto a família real e a nobreza leiga, exceto em Antióquia, houvessem demonstrado cordialidade e respeito para com o clero ortodoxo, os estratos hierárquicos superiores eram exclusivamente latinos. Nos grandes santuários de sua fé, os cristãos nativos haviam sido forçados a tomar parte em cerimônias cujo idioma e ritual lhes eram estranhos. Recordavam com nostalgia dos tempos em que, sob governantes islâmicos justos, tinham permissão para conduzir seus cultos como bem entendessem. O conselheiro confidencial de Saladino para as relações com os príncipes cristãos era um erudito ortodoxo de Jerusalém, de nome José Batit — que então entrou em contato com as comunidades ortodoxas locais, que prometeram abrir os portões para Saladino.

Sua intervenção não foi necessária. Quando Balian se apresentou em sua tenda, Saladino declarou que havia jurado tomar Jerusalém pela espada, e apenas a rendição incondicional o absolveria de seu compromisso. O sultão lembrou a Balian os massacres perpetrados pelos cristãos em 1099. Por acaso ele deveria agir de outro modo? A batalha prosseguia enquanto falava, e Saladino mostrou que seu estandarte acabara de ser erguido sobre os muros. No momento seguinte, porém, seus homens foram repelidos, e Balian avisou-o de que, a menos que ele oferecesse termos decentes, os defensores, desesperados, antes de morrerem destruiriam tudo o que houvesse na cidade — inclusive os edifícios da área do Templo sagrados para os muçulmanos — e assassinariam os prisioneiros islâmicos que tivessem em seu poder. Saladino, desde que seu poder fosse reconhecido, estava disposto a ser generoso, e desejava que Jerusalém sofresse o mínimo possível. Anuiu em chegar a um acordo e propôs que todos os cristãos pudessem libertar-se ao preço de dez dinares por cada homem, cinco por mulher e um por criança. Balian argumentou que havia vinte mil pessoas mais pobres na cidade, que jamais poderiam arcar com tal despesa. Não seria possível que as autoridades pagassem um único valor para libertá-los a todos? Saladino dispôs-se a aceitar cem mil dinares pelos vinte mil — mas Balian sabia que não havia como levantar tal soma. Combinou-se que, por trinta mil dinares, sete mil poderiam ser libertados. Balian então determinou que a guarnição largasse as armas e na sexta-feira, 2 de outubro, Saladino entrou em Jerusalém. Era o vigésimo sétimo dia do Rajab, o aniversário do dia em que o Profeta visitara Jerusalém em seu sono e fora dali transportado para o Céu.

Os vencedores foram corretos e humanos. Onde os francos, 88 anos antes, haviam chapinhado no sangue de suas vítimas, nenhum edifício era agora saqueado, não houve uma pessoa ferida. Por determinação de Sala-

dino, guardas patrulhavam as ruas e os portões, para prevenir ofensas aos cristãos. Nesse meio tempo, os cristãos lutavam para obter o dinheiro para o resgate; Balian esvaziou o tesouro a fim de levantar os trinta mil dinares prometidos. Foi difícil fazer o Hospital e o Templo abrirem mão de suas riquezas, e o Patriarca e seu capítulo trataram de cuidar apenas de seus próprios interesses. Os muçulmanos ficaram chocados ao ver Heráclio pagar os dez dinares pela sua libertação e partir curvado sob o peso do ouro que carregava, seguido por carretas cheias de tapetes e prataria. Graças aos resquícios da doação de Henrique II, os sete mil pobres foram libertados — mas muitos milhares poderiam ter sido poupados da escravidão caso as ordens e a Igreja tivessem sido mais generosas. Logo dois fluxos de cristãos jorravam pelos portões: um tivera seu resgate pago por conta própria ou graças aos esforços de Balian; o outro não tinha condições de arcar com tal despesa e dirigia-se para o cativeiro. A cena era tão dramática que al-Adil se voltou para seu irmão e lhe pediu mil deles como recompensa por seus serviços. Foram-lhe concedidos, e ele imediatamente libertou-os. O Patriarca Heráclio, encantado por descobrir uma maneira tão barata de fazer o bem, pediu-lhe também alguns escravos para libertar. Recebeu setecentos, e mais quinhentos foram dados a Balian. Em seguida, Saladino anunciou que ele próprio libertaria todos os velhos e mulheres. Quando as damas francas que haviam conseguido pagar o seu próprio resgate o procuraram em prantos, perguntando para onde iriam, já que seus maridos ou pais haviam sido mortos ou capturados, ele prometeu libertar todos os maridos cativos — e, para as viúvas e órfãos, deu presentes de seu próprio tesouro, a cada um de acordo com suas posses. Sua clemência e misericórdia fizeram um estranho contraste com os atos dos conquistadores cristãos da Primeira Cruzada.

Alguns de seus emires e soldados foram menos generosos. Incontáveis cristãos foram contrabandeados para fora da cidade às escondidas por muçulmanos que, em seguida, os chantageavam até despojá-los de tudo o que possuíam. Outros senhores islâmicos afirmavam reconhecer escravos fugidos e cobravam em segredo elevados resgates para deixar suas vítimas partir. Todavia, sempre que Saladino descobria tais práticas, o castigo era severo.[1]

---

1 Ernoul, pp. 174-5, 211-30, a narração mais completa e autêntica. Ernoul estava com Balian em Jerusalém; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 81-99; *De Expugnatione*, pp. 241-51, relato fornecido por uma testemunha ocular que foi ferida durante o cerco e era contrária à rendição; Abu Shama, pp. 320-40; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 118-20; Ibn al-Athir, pp. 699-703. A história de José Batit é contada em *The History of the Patriarchs of Alexandria*, p. 207, uma fonte copta hostil. O autor acrescenta que os cristãos ortodoxos lamentaram a capitulação, porque desejavam chacinar os francos.

A longa fila de refugiados encaminhou-se lentamente para a costa, sem ser perturbada pelos muçulmanos. Viajavam em três comboios: o primeiro liderado pelos templários, o segundo pelos hospitalários e o terceiro, por Balian e pelo Patriarca. Em Tiro, já apinhada com outros refugiados, só os homens capazes de pegar em armas puderam ser admitidos. Perto de Botrun, um barão local, Raimundo de Niphin, roubou-lhes muitos de seus bens. Seguiram então para Trípoli, também já lotada de refugiados; as autoridades, enfrentando já a falta de alimentos, não podiam receber mais ninguém e fecharam-lhes os portões. Só quando chegaram a Antióquia encontraram abrigo, mas mesmo ali não foram admitidos na cidade de bom grado. Os refugiados de Ascalão foram mais felizes. Quando os capitães de navios mercantes italianos se recusaram a levá-los para portos cristãos sem cobrar tarifas exageradas, o governo egípcio recusou-se a deixá-los partir enquanto não os recebessem a bordo de graça.[1]

Os cristãos ortodoxos e os jacobitas permaneceram em Jerusalém. Todos tiveram de pagar um imposto por cabeça além de seu resgate, conquanto muitos das classes menos favorecidas fossem liberados do pagamento. Os ricos compraram grande parte das propriedades deixadas vagas com a partida dos francos. O restante foi adquirido por muçulmanos e judeus, cujo estabelecimento na cidade foi incentivado por Saladino. Quando a notícia da vitória islâmica chegou a Constantinopla, o Imperador Isaac Ângelo enviou uma embaixada ao sultão para parabenizá-lo e pedir-lhe que os Lugares Santos cristãos revertessem para a Igreja Ortodoxa. Após uma pequena demora, seu pedido foi concedido. Muitos dos amigos de Saladino instaram-no a destruir a Igreja do Santo Sepulcro, mas ele argumentou que era o local, não o prédio, que os cristãos veneravam, e suas peregrinações não findariam assim. Tampouco era sua intenção desencorajá-las. Com efeito, a igreja ficou fechada por apenas três dias. Depois, os peregrinos francos passaram a ser admitidos mediante o pagamento de uma taxa.[2]

Os refugiados cristãos ainda não haviam deixado a cidade quando a cruz sobre a Cúpula da Rocha foi retirada e todos os símbolos do culto cristão, removidos, e todos os traços da ocupação dos templários foram apagados da Mesquita de al-Aqsa. Os dois edifícios foram espargidos com água-de-rosas e mais uma vez dedicados ao serviço do Islã. Na sexta-feira, 9 de outubro,

---

1 Ernoul, pp. 320-4; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 100-3.

2 Para saber mais a respeito do destino dos cristãos, ver Bar-Hebraeus, trad. Budge, pp. 326-7; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 198-201, descreve a troca de embaixadas entre Saladino e o imperador. Maqrisi, ed. Blochet, *Revue de l'Orient Latin*, vol. IX, p. 33, refere-se ao fechamento temporário do Santo Sepulcro. Sobre os judeus, ver Schwab, "Al-Harizi", in *Archives de l'Orient Latin*, I, p. 236.

Saladino compareceu, com uma vasta congregação, para dar graças ao seu Deus na mesquita.[1]

Com a recuperação de Jerusalém, o maior dever de Saladino para com sua fé fora cumprido. Ainda havia, entretanto, algumas fortalezas francas a subjugar. A Senhora Estefânia, da Oultrejourdain, figurava entre os cativos libertados em Jerusalém, e rogara a Saladino a libertação de seu filho, Humberto de Toron. Ele concordou, com a condição de que seus dois grandes castelos lhe fossem entregues. Humberto deixou a prisão e foi levado ao encontro da mãe, mas nem em Kerak, nem em Montreal, as guarnições obedeceram à ordem de capitular. Não tendo conseguido cumprir sua parte no acordo, Estefânia mandou o filho retornar ao cativeiro. Sua atitude honrosa agradou a Saladino, que alguns meses mais tarde concedeu a liberdade a Humberto. Nesse ínterim, al-Adid e o exército egípcio assediavam Kerak. O sítio prolongou-se por mais de um ano. Por vários meses, os defensores estiveram à beira da inanição. Suas mulheres e filhos foram repudiados, para que se defendessem sozinhos; alguns chegaram a ser vendidos por seus familiares para os beduínos, em troca de comida. O castelo só se rendeu quando o último cavalo na fortaleza foi comido, no fim de 1188. Montreal, menos pressionada, ainda resistiu por alguns meses mais.[2]

Mais para o norte, o castelo templário de Safed capitulou em 6 de dezembro de 1188, após um mês de intenso bombardeio — exemplo seguido pelos hospitalários de Belvoir, no vale do Jordão, um mês depois. O Château Neuf, em Hunin, fora ocupado algum tempo antes. Beaufort, onde Reinaldo de Sídon se refugiara, foi salvo pela diplomacia deste. Homem culto, com apaixonado interesse pela literatura árabe, Reinaldo apresentou-se na tenda de Saladino declarando-se disposto a entregar o castelo e retirar-se para Damasco, em troca de três meses para resolver seus negócios pessoais. Chegou a insinuar que talvez se convertesse ao Islã. Sua conversa foi tão sedutora que Saladino se deixou convencer de sua boa-fé — mas acabou descobrindo, tarde demais, que a trégua concedida foi utilizada para reforçar as defesas do castelo. Nesse meio tempo, o sultão havia se deslocado para o território de Trípoli e Antióquia.[3]

---

1 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 120; Ibn al-Athir, pp. 704-5; *Estoire d'Eracles*, II, p. 104; Ernoul, pp. 234-5; *De Expugnatione*, pp. 250-1; Ibn Khallikan, II, pp. 634-41, relata o edificante sermão pregado pelo principal cádi de Alepo no primeiro serviço na Mesquita de al-Aqsa.

2 Ernoul, p. 187; *Estoire d'Eracles*, II, p. 122; Abu Shama, p. 382; Beha ed-Din, P.P.T.S., pp. 139, 143.

3 Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 122-3, 138-41, 142-3. Ele conheceu Reinaldo e achou-o encantador; Abu Shama, pp. 395-400; Kemal ad-Din, ed. Blochet, p. 191.

Raimundo de Trípoli faleceu aproximadamente no fim de 1187. Logo após sua fuga de Hattin, contraiu pleurisia, embora muitos acreditassem que sua enfermidade se devesse à tristeza e à vergonha. Vários de seus contemporâneos consideravam-no um traidor cujo egoísmo ajudara a arruinar o reino, mas tanto Guilherme de Tiro quanto Balian de Ibelin eram seus amigos e defensores. Sua verdadeira tragédia foi a tragédia de todos os colonos francos da segunda e terceira gerações, que por temperamento e política estavam prontos a tornar-se parte do mundo oriental, mas foram forçados pelo fanatismo de seus primos recém-chegados do Ocidente a tomar um partido — e, no fim das contas, não tiveram alternativa senão tomar o partido de seus correligionários. Como não tinha filhos, legou seu condado ao seu afilhado Raimundo, filho de seu parente do sexo masculino mais próximo, o Príncipe Boemundo de Antióquia — mas estipulou que, caso um membro da casa de Toulouse fosse ao Oriente, o condado deveria ser seu. Boemundo aceitou a herança por seu filho, substituindo-o em seguida por seu irmão caçula, Boemundo, por receio de que Antióquia e Trípoli juntas fossem mais do que um homem sozinho poderia defender.[1]

Na realidade, não demorou para que pouco restasse da herança. Em 1º de julho de 1188 Saladino varreu a Buqaia, com reforços recém-chegados de Sinjar. Passou pela fortaleza de Krak, pertencente aos hospitalários, que julgou forte demais para atacar. Rumou para Trípoli, mas a chegada da frota do Rei da Sicília à cidade deteve-o. Voltou-se para o norte. Em Tortosa, tomou a cidade de assalto, mas o castelo dos templários resistiu. O sultão seguiu em frente. Em Marqab, os hospitalários tentaram impedir sua passagem. Jabala rendeu-se numa sexta-feira, dia 15 de julho; Latáquia, na sexta seguinte, dia 22. Fora uma bela cidade, com suas igrejas e palácios que remontavam aos tempos bizantinos. O cronista islâmico Imad ed-Din, que acompanhava o exército, chorou ao vê-la pilhada e destruída. Dali, Saladino voltou-se para o interior, dirigindo-se para Sahyun. Embora o vasto castelo dos hospitalários fosse considerado inexpugnável, ao cabo de alguns dias de encarniçado combate ele foi tomado de assalto na sexta-feira, 29 de julho. Na sexta-feira, 12 de agosto, a guarnição de Bakas-Shoqr, bem protegida apesar de seu castelo localizar-se perto de estupendas ravinas, capitulou em virtude da falta de perspectiva de ajuda de Antióquia num futuro próximo. Na sexta-feira dia 19 caiu a cidade de Sarminya. Alguns dias

---

1 A morte de Raimundo é descrita, sem uma data exata, pela *Estoire d'Eracles*, p. 72, onde os arranjos para a sucessão são fornecidos por Imad ed-Din (*in* Abu Shama, p. 284) e por Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, p. 114. Segundo os autores árabes, ele teria morrido de pleurisia. Sobre sua conduta em Hattin, ver abaixo, Apêndice II. Benedito de Peterborough diz que ele foi encontrado morto em sua cama (II, p. 21).

depois, no dia 23, Burzey, o castelo do Orontes situado mais ao sul, entregou-se. Seu comandante era casado com a irmã da agente secreta de Saladino, a Princesa de Antióquia. A ele e à sua esposa concedeu-se a liberdade. Em 16 de setembro, foi a vez de o forte templário de Darbsaq, nos montes Amano, cair, e, no dia 26, o castelo de Baghras, que comandava a estrada de Antióquia para a Cilícia.[1] Entretanto, o exército de Saladino já estava cansado, e as tropas de Sinjar queriam voltar para casa. Quando o Príncipe Boemundo implorou por uma trégua que reconhecia todas as conquistas islâmicas, Saladino concedeu-lha. Podia, pensou, terminar a tarefa quando bem entendesse. Afinal, tudo o que restava a Boemundo e seus filhos eram suas duas capitais, Antióquia e Trípoli, e o porto de S. Simão, ao passo que os hospitalários detinham ainda Marqab e Krak e os templários, Tortosa.[2]

Mais ao sul, porém, havia uma cidade que Saladino não tomara — e aí residiu se grande erro. Os barões refugiados da Palestina estavam todos aglomerados em Tiro, a mais forte cidade do litoral, unida ao continente apenas por uma estreita península arenosa, atravessada por uma imponente muralha. Caso o sultão tivesse insistido no ataque a Tiro logo após a captura de Acre, nem seus muros ter-lhe-iam resistido. Mas postergou demais. Reinaldo de Sídon, então no comando da cidade, estava negociando a rendição, e Saladino chegara até a remeter dois de seus estandartes para serem hasteados sobre a cidadela, quando, em 14 de julho de 1187, dez dias após a batalha de Hattin, um navio penetrou no porto. A bordo estava Conrado, filho do velho Marquês de Montferrat e irmão do primeiro marido da Rainha Sibila. Estava vivendo em Constantinopla, mas envolvera-se em um assassinato na cidade e fugira em segredo com uma companhia de cavaleiros francos para empreender uma peregrinação aos Lugares Santos. Ignorando os desastres ocorridos na Palestina, rumara para Acre; quando seu navio se aproximou do porto, o capitão, surpreso por não ouvir o sino que tocava sempre que um navio era avistado, sentiu que algo estava errado e não lançou a âncora. Não tardou para serem abordados por uma chalupa, trazendo um oficial portuário islâmico a bordo; Conrado, fazendo-se passar por mercador, indagou o que estava acontecendo, sendo informado de que Saladino tomara a cidade quatro dias antes. Seu horror diante da notícia foi tal que despertou as suspeitas do muçulmano, mas, antes que este pudesse dar o alarme, Conrado já se afastara, seguido costa acima, rumo a Tiro. Lá, foi recebido como um libertador, e incumbido da defesa da cidade. Os termos de paz de Saladino foram

---

1 Ernoul, pp. 252-3; *Estoire d'Eracles*, II, p. 122; Abu Shama, pp. 356-76; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 125-38; Kemal ad-Din, ed. Blochet, pp. 187-90; Ibn al-Athir, pp. 726-9; Abu Shama, pp. 361-2, cita a descrição de Imad ed-Din de Latáquia e seu saque.

2 Ibn al-Athir, pp. 723-3; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 137. A trégua duraria sete meses.

rejeitados e seus estandartes, atirados ao fosso. Conrado era vigoroso, implacável e valente. Percebeu que a cidade poderia resistir até a chegada de ajuda do Ocidente, e estava certo de que, com a notícia da queda de Jerusalém, sem dúvida chegaria ajuda. Quando Saladino chegou à cidade alguns dias depois, a defesa foi demasiado vigorosa para ele. Decidiu mandar vir o Marquês de Montferrat de Damasco e desfilou-o diante dos muros, ameaçando matá-lo caso a cidade não capitulasse; todavia, a piedade filial de Conrado não era forte o bastante para demovê-lo de seu dever como guerreiro cristão. Permaneceu inflexível, e Saladino, com sua bondade de costume, poupou a vida do velho. O cerco foi levantado para que os muçulmanos investissem contra Ascalão. Quando o sultão retornou a Tiro, em novembro de 1187, suas fortificações tinham sido incrementadas e haviam chegado alguns reforços navais e militares; ademais, o terreno estreito impedia-o de usar seus homens e catapultas a contento. Dez navios islâmicos foram trazidos de Acre, mas, em 29 de dezembro, cinco deles caíram em poder dos cristãos, ao mesmo tempo que um ataque concomitante aos muros era rechaçado. Em um conselho de guerra, Saladino decidiu dar ouvidos àqueles dentre seus emires que salientavam que as tropas precisavam descansar. O inverno seguia úmido e frio, e doenças grassavam no acampamento. No dia do ano-bom de 1188, Saladino dispensou metade de seu exército e retirou-se para conquistar os castelos do interior. A energia e confiança de Conrado haviam salvado a cidade e, com ela, a continuidade do reino cristão.[1]

Saladino iria arrepender-se amargamente de não haver capturado Tiro. Suas conquistas, porém, já haviam sido inacreditáveis. Quer seus triunfos fossem fruto da resposta inevitável do Islã ao desafio que os intrusos francos constituíam, quer se devessem à política sagaz de seus grandes predecessores, quer decorressem das disputas e da insensatez dos próprios francos, quer fossem devidos à sua própria personalidade, ele dera provas da força e do espírito do Oriente. Nos Cornos de Hattin e nos portões de Jerusalém, Saladino vingou a humilhação da Primeira Cruzada e mostrou como um homem honrado celebra suas vitórias.

---

1 Ernoul, pp. 179-83, 240-4; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 74-8, 104-10; *Itinerarium Regis Ricardi*, pp. 18-19; Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 120-2; Ibn al-Athir, pp. 694-6, 707-12.

Apêndice I

Principais Fontes da História do Oriente Latino, 1100-1187

1. GREGAS

Os historiadores gregos só tratam dos latinos no Oriente quando estes entram em contato direto com Bizâncio. Até 1118, a *Alexíada* de ANA COMNENA ainda é a mais importante fonte grega, embora a seqüência dos acontecimentos em seu relato dos problemas francos seja bastante confusa.[1] Para os reinados de João e Manuel Comneno, as duas fontes essenciais são as histórias de JOÃO CINNAMUS e NICETAS ACOMINATUS, ou CHONIATES. O primeiro foi secretário de Manuel Comneno e redigiu sua obra imediatamente após a morte de seu senhor. Seu relato a respeito do reinado de João é um pouco perfunctório, mas ele trata com cuidado e autoridade do de Manuel. Exceto por seus ligeiros preconceitos patrióticos, é um historiador sóbrio, no qual se pode confiar.[2] NICETAS escreveu no princípio do século XIII, cobrindo o período que vai do reinado de João até a captura de Constantinopla pelos latinos. Sua história é bem independente da de Cinnamus. Da segunda metade do reinado de Manuel para adiante, ele descreve eventos por ele vivenciados pessoalmente, e, apesar de um estilo exageradamente retórico e uma tendência moralizadora, é preciso e digno de confiança.[3] Não há mais nenhuma outra fonte grega de grande importância,[4] exceto um interessante mas um tanto ou quanto vago relato de uma peregrinação à Palestina em 1178 por um certo JOÃO FOCAS.[5]

---

1 Ver acima, vol. I, pp. 291-2.
2 Publicado no *Corpus* de Bonn.
3 Publicado no *Corpus* de Bonn.
4 Zonaras ainda tem sua utilidade para os primeiros anos do século. Ver acima, vol. I, p. 292. A crônica rimada de Manassés fornece um material pequeno e sem importância (publicado no *Corpus* de Bonn). Os poemas relevantes de Prodromo foram publicados no *Recueil des Historiens des Croisades*.
5 Traduzido no *Palestine Pilgrim's Text Society*, vol. V.

2. Latinas

Sobre o princípio da história dos Estados cruzados, nossas principais fontes são os historiadores da Primeira Cruzada, sobretudo FULCHER DE CHARTRES[1] e ALBERTO DE AIX[2] e, em menor grau, RADULFO DE CAEN,[3] EKKEHARD DE AURA[4] e CAFFARO[5]. Discuti-os no primeiro volume desta *História*. Devo acrescentar que, para o período de 1100 a 1119, quando chega ao fim, a história de Alberto pode ser considerada uma fonte extremamente segura. Onde ele obteve suas informações não se sabe, mas sempre que elas podem ser verificadas junto às fontes sírias, estas as confirmam.

A história antioquense para o período de 1115 a 1122 é coberta por uma breve obra intitulada *De Bello Antiochene*, de autoria de GUALTÉRIO, O CHANCELER, que provavelmente era o chanceler do Príncipe Rogério. Trata-se de um trabalho despretensioso, repleto de informações valiosas a respeito da história e das instituições de Antióquia na época.[6]

De 1127, quando termina o trabalho de Fulcher, até a última década antes da conquista de Jerusalém por Saladino, nossa única fonte latina considerável é a *Historia Rerum in Partibus Transmarinis Gestarum*, de GUILHERME DE TIRO, que cobre o período de 1095 a 1184.[7] Guilherme nasceu no Oriente pouco antes de 1130. Ele provavelmente aprendeu árabe e grego quando criança, indo em seguida para a França a fim de concluir sua educação. Logo após seu retorno para a Palestina, por volta de 1160, tornou-se Arcediago de Tiro, tendo sido Chanceler do reino entre 1170 e 1174. Foi também tutor do futuro Balduíno IV. Em 1175, foi nomeado Arcebispo de Tiro. Em 1183, depois de não ter conseguido ascender ao patriarcado, retirou-se para Roma, onde faleceu antes de 1187. Começou a escrever sua história em 1169, e já havia concluído os primeiros treze livros em 1173. Levou toda a obra consigo para Roma, e ainda trabalhava nela quando morreu. Para seu relato sobre a Primeira Cruzada, Guilherme baseou-se principalmente em Alberto e, em menor medida, em Raimundo de Aguilers, na versão de Baudri da *Gesta* e em Fulcher. De 1100 a 1127 Fulcher é sua fonte principal, embora também tenha utilizado Gualtério, o Chanceler. Os únicos acréscimos que lhes faz são anedotas pessoais a respeito dos reis e informações sobre as Igrejas

---

1 Ver acima, vol. I, p. 293.
2 Ver acima, vol. I, p. 295.
3 Ver acima, vol. I, p. 294.
4 Ver acima, vol. I, p. 294.
5 Ver acima, vol. I, p. 295.
6 Ed. no *Recueil*.
7 Ed. no *Recueil*. Ver acima, vol. I, pp. 286-7. Sobre a cronologia de Guilherme, ver Stevenson, *Crusaders in the East*, pp. 361-71, um debate completo e autorizado.

orientais e sobre a cidade de Tiro. Para o período de 1127 até seu retorno ao Oriente, recorreu aos arquivos do reino e ao esboço de uma crônica sobre os reis, hoje perdido. Por conseguinte, suas informações a respeito do Norte da Síria por vezes não são dignas de confiança. Da década de 1160 em diante, seu conhecimento sobre os acontecimentos e os atores que descreve é íntimo e contundente. Suas datas são confusas e, por vezes, claramente equivocadas. É provável que tenham sido acrescentadas a seu manuscrito por um dos primeiros a transcrevê-lo. Guilherme é um dos maiores historiadores medievais. Tinha seus preconceitos, tal como sua desaprovação do controle da Igreja por leigos, mas é moderado em suas palavras a respeito de seus inimigos pessoais, como, por exemplo, o Patriarca Heráclio e Agnes de Courtenay, ambos alvos de sua censura. Cometeu enganos quando dispunha de informações inadequadas; no entanto, gozava de uma ampla visão e compreendia a importância dos grandes eventos de sua época, bem como o encadeamento de causa e efeito na história. Seu estilo é objetivo e não desprovido de humor. Sua obra causa a impressão de que, pessoalmente, era um homem sábio, honrado e agradável. Seu outro grande trabalho, uma História do Oriente, baseada na história árabe de Said ibn Bitriq, infelizmente se perdeu — muito embora tenha sido utilizada por historiadores do século seguinte, tais como Jacques de Vitry.

Uma *Continuação* latina da história de Guilherme de Tiro foi escrita no Ocidente em 1194, com acréscimos posteriores.[1] Trata-se de uma obra sóbria e objetiva, provavelmente baseada em um trabalho perdido que também é a base do primeiro livro do *Itinerarium Regis Ricardi*, que cobre os anos de 1184 até a Terceira Cruzada.[2] As continuações em francês antigo apresentam um problema maior. Por volta de meados do século XIII, a *História* de Guilherme foi traduzida por um súdito do rei francês, que parafraseou algumas passagens e incluiu comentários de valor duvidoso, além de adicionar uma continuação que se estendeu bastante pelo século XIII. Com base em suas palavras de abertura, o trabalho costuma ser conhecido como *Estoire d'Eracles*. Mais ou menos na mesma época, um certo Bernardo, o Tesoureiro, publicou no Oriente uma continuação atribuída a Ernoul, um escudeiro de Balian de Ibelin, que vai até o ano de 1129. Essas duas traduções são muito próximas e encontradas em um vasto número de manuscritos — os quais, porém, contêm variações que podem ser divididas em três grupos, para o período de 1184 a 1198. É impossível determinar qual é o manuscrito original, uma vez que todos os grupos contêm episódios não encontrados em

1 Ed. por M. Salloch.
2 O *Itinerarium* foi publicado na Rolls Series, editada por Stubbs.

nenhum dos outros dois. A solução mais provável é que todos dependem, para o referido período, de um trabalho perdido do próprio Ernoul. Este por certo narrou em primeira mão os acontecimentos de 1º de maio de 1187, encontrado no Ernoul de Bernardo; ademais, todo o grupo demonstra interesse pelos Ibelins e fornece muitas descrições de testemunhas oculares que estariam de acordo com a autoria por um dos membros dessa família. Tais continuações constituem, de modo geral, fontes confiáveis, ainda que não objetivas. Ernoul parece ter sido escrupuloso em seus registros, descontando-se seu viés favorável ao clã dos Ibelins. A ordem cronológica das passagens mais antigas é aleatória; elas parecem consistir em observações e lembranças descoordenadas.[1]

A conquista da Palestina por Saladino também é descrita em um breve *Libellus de Expugnatione Terrae Sanctae per Saladinum*, às vezes atribuído a Ralph de Coggeshall e quase certamente escrito por um inglês, alguns anos após o evento nele descrito. O autor demonstra admiração pelas Ordens Militares, sobretudo pela do Templo, sobre cujas iniqüidades ele discretamente silencia; ao mesmo tempo, porém, ele é complacente para com Raimundo de Trípoli. Inclui o relato de uma testemunha ocular do próprio cerco de Jerusalém, fornecido por um soldado ferido nessa ocasião.[2]

Há algumas histórias posteriores do reino que fornecem outras informações, sobretudo a HISTORIA REGNI HIEROSOLYMITANI, uma continuação de Caffaro, os ANNALES DE LA TERRE SAINTE e uma breve HISTORIA REGUM HIEROSOLYMITANORUM.[3] A história da Segunda Cruzada é abordada de maneira completa no *De Ludivici VII profectione in Orientum*, de Odo de Deuil (um relato vívido e extremamente preconceituoso redigido por um participante da jornada de Luís até Atália), e de forma mais sucinta na *Gesta Friderici*, de Oto de Freisingen, ele mesmo também um participante; há ainda a *Vida de Luís VII*, de SUGÉRIO.[4] O poema de AMBRÓSIO, *L'Estoire de la Guerre Sainte*, assim como o *Itinerarium Regis Ricardi*, embora aborde a Terceira Cruzada, fornece informações retrospectivas.[5]

---

1 A *Estoire d'Eracles* foi publicada no *Recueil*. Ernoul foi publicado por Mas Latrie. Para uma discussão do problema como um todo, ver a introdução de Mas Latrie a Ernoul e Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 21-4.

2 Ed. por J. Stevenson na Rolls Series.

3 A *Historia Regni Hier.* foi publicada em *M.G.H.Ss.*; os *Annales de la Terre* Sainte, editados por Röhricht, nos *Archives de l'Orient* Latin, e a *Historia Regum Hierosolymitanorum*, em Kohler, *Mélanges*.

4 O livro de Odo, ou Eudes, de Deuil foi recentemente editado por Waquet, e a *Gesta*, de Oto de Freisingen, por Hofmeister, em *M.G.H.Ss.*, série nova. Não há nenhuma boa edição do trabalho de Sugério.

5 Ambrósio é editado por G. Paris. Há uma tradução inglesa com notas úteis de Hubert e La Monte.

APÊNDICE I

Muitos cronistas ocidentais contêm passagens relevantes sobre o Oriente latino, tais como o inglês Guilherme de Malmesbury, Benedito de Peterborough e os historiadores referentes à Terceira Cruzada; o francês Sigeberto de Gembloux e seus continuadores e Roberto de Torigny; os italianos Romualdo e Sicardo de Cremona; entre outros.[1] O mais importante é o normando Orderic Vitalis, cuja crônica, que termina em 1138, é repleta de informações a respeito de Outremer, sobretudo o Norte da Síria. É provável que Orderic tivesse amigos ou parentes entre os normandos de Antióquia. Muitas de suas histórias são lendas óbvias, mas grande parte de seu material é convincente, não sendo encontrado em nenhum outro lugar.[2]

Das epístolas contemporâneas relevantes, o grupo mais importante faz parte da correspondência pontifícia. A correspondência de Luís VII e Conrado III lança alguma luz sobre a Segunda Cruzada.[3] Algumas missivas escritas por latinos eminentes no Oriente sobreviveram.[4] Os arquivos de três estabelecimentos eclesiásticos orientais chegaram até nós: os do Santo Sepulcro e os das Abadias de Sta. Maria Josafá e de S. Lázaro. Os arquivos da Ordem do Hospital estão quase completos, mas os do Templo só são conhecidos por referências esporádicas e indiretas. Há também certo número de registros leigos que tratam da transferência de terras nos Estados francos.[5] Os arquivos papais fornecem algumas informações adicionais, e dados sobre questões comerciais podem ser extraídos dos arquivos de Pisa, Gênova e Veneza.[6] Os *Assises* de Jerusalém, que foram redigidos mais tarde, contêm *assises* específicos datados a partir do século XII.[7]

Duas pessoas que viajaram à Palestina no século XII, SAEWULF, que provavelmente era um inglês que visitou o país em 1101, e o germânico JOÃO DE WURZBURG, que chegou por volta de 1175, deixaram, ambas, registros interessantes.[8]

---

1 Para saber mais sobre edições desses cronistas, ver Bibliografia, abaixo, pp. 425-7.
2 A melhor edição de Orderic ainda é a de Le Prévost.
3 Publicadas em *R.H.F.* e em *Wibaldi Epistolae* (Jaffé, *Bibliotheca*), respectivamente.
4 A maioria foi publicada em *R.H.F.* Outras são encontradas em crônicas diversas.
5 Ver Bibliografia, abaixo, p. 425, sobre os *Cartulaires*. A maioria deles está sumariada na *Regesta* de Röhricht.
6 As epístolas papais podem ser encontradas em *M.P.L.* Os arquivos italianos não foram publicados por inteiro. Para obter um sumário das publicações existentes, ver Cahen, *op. cit.*, pp. 3-4.
7 Os *Assises* foram publicados no *Recueil*. Para uma discussão, ver La Monte, *Feudal Monarchy*, pp. 97-100, e Grandclaude, *op. cit.*, *passim*.
8 Ed. e traduzido para o inglês em *P.P.T.S.*, vols. IV e V.

3. ÁRABES

Com o avançar do século XII, as fontes árabes contemporâneas aumentam em número. Para a primeira parte do século, dependemos de IBN AL-QALANISI[1] para os acontecimentos em Damasco, de AL-AZIMI[2] para o Norte da Síria e de IBN AL-AZRAQ[3], cuja obra é um pouco confusa, para a região de Jeziré, além das citações de crônicas perdidas fornecidas por autores posteriores. Não obstante, dispomos das inestimáveis memórias de USAMA IBN MUNQUIDH.[4] Usama foi um príncipe de Shaizar, nascido em 1095. Foi exilado 43 anos depois, como resultado de intrigas familiares, e passou o resto de seus 93 anos de vida sobretudo em Damasco, com temporadas no Egito e em Diarbekir. Conquanto não passasse de um rematado intriguista, para quem a lealdade pessoal nada significava, era um homem de grande charme e inteligência, soldado, esportista e homem de letras. Suas reminiscências, intituladas *Instrução por Exemplos*, não se encontram em ordem cronológica e constituem as lembranças incomprovadas de um ancião — ainda assim, delineiam um quadro extraordinariamente vívido da vida entre os aristocratas árabes e francos de sua época. Quase igualmente vívidas são as *Viagens* do hispânico IBN JUBAYR, que esteve no reino de Jerusalém em 1181.[5]

A carreira de Saladino inspirou uma safra inteira de escritores, dos quais os mais importantes são IMAD ED-DIN[6], de Isfahan, BEHA ED-DIN IBN SHEDAD[7] e o autor anônimo do *Bustan, o Jardim Geral de Todas as Histórias dos Séculos*.[8] Imad ed-Din havia sido um funcionário seljúcida no Iraque, que passou para o serviço de Nur ed-Din e foi secretário de Saladino a partir de 1173. Escreveu diversas obras, inclusive uma História dos Seljúcidas e um relato das guerras de Saladino. Este último foi reproduzido quase que na

---

1 Ver acima, vol. I, p. 297.
2 Ver acima, vol. I, p. 298.
3 Não foi publicado na íntegra. Fragmentos relevantes foram analisados por Cahen, no *Journal Asiatique*, 1935.
4 Para Usama, utilizei a tradução de Hitti (*An Arab-Syrian Gentleman*), baseada em um estudo do texto original mais cuidadoso que o de Derenbourg, publicado em 1895. A tradução inglesa de Potter baseia-se na versão de Derenbourg.
5 O texto integral de Ibn Jubayr, editado por Wright, foi publicado quase cem anos atrás por Leyden. Uma tradução para o francês, realizada por Gaudefroy-Demonbynes, encontra-se em processo de publicação, e outra, para o inglês (por R. Broadhurst), está para ser publicada em breve. Encontram-se extratos no *Recueil*.
6 Sobre os trabalhos de Imad ed-Din, ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 50-2. Abu Shama (ver abaixo), p. 414, transcreve longas passagens de sua obra.
7 O texto árabe foi editado por Schultens e no *Recueil*. Nas notas de rodapé acima, refiro-me à tradução inglesa publicada nos *P.P.T.S.*, composta a partir de uma correlação das duas edições.
8 Ed. por Cahen no *Bulletin de l'Institut Oriental à Damas*.

íntegra por Abu Shama e é a mais autorizada fonte da biografia de Saladino. Sua linguagem é ornamentada de modo todo peculiar, complexa e difícil. Beha ed-Din também era membro do séquito de Saladino, no qual ingressou em 1188. Sua *Vida de Saladino*, redigida em um estilo conciso e simples, depende basicamente de informações de terceiros e de algumas recordações do próprio Saladino até aquela data. Dali por diante, é tão autorizado quanto Imad ed-Din. O *Bustan* foi escrito em Alepo, entre os anos de 1196 e 1197. Trata-se de uma história bastante simples e sumária do Islã, tratando sobretudo de Alepo e do Egito; todavia, contém informações só encontradas também na história de Ibn abi Tayyi, posterior e mais completa. Ambos dependem de uma fonte xiita perdida. Os demais cronistas contemporâneos são AL-FADIL, AS-SHAIBANI e IBNA AD-DAHHAN, são conhecidos somente por citações.[1]

O maior autor histórico do século XIII é IBN AL-ATHIR, de Mosul, nascido em 1160 e falecido em 1233. Seu *Kamil at-Tawarikh*, ou *Compêndio Histórico*, é uma história do mundo islâmico, para a qual ele efetuou seleções críticas e cuidadosas de autores anteriores e contemporâneos. A respeito da Primeira Cruzada e do início do século XII, ele é bastante sucinto; para o fim do século, depende basicamente dos autores da comitiva de Saladino, embora acrescente algumas reminiscências pessoais. Para meados do século, que não foi coberto por nenhum historiador muçulmano substancial, ele parece ter empregado material original. Sua cronologia é deficiente; ele não cita suas fontes e com freqüência transforma seus relatos, sobretudo para adequá-los a suas opiniões favoráveis a Zengi. Assim como Guilherme de Tiro, porém, trata-se de um verdadeiro historiador, que se empenhava em compreender o significado mais amplo dos eventos que descrevia. Seu segundo trabalho, *História dos Atabegues de Mosul*, é uma obra inferior, um panegírico pouco crítico que, não obstante, contém algumas informações não encontradas em nenhuma outra fonte.[2]

A obra *Minas de Ouro*, de IBN ABI TAYYI de Alepo, o único grande cronista xiita, nascido em 1180, chegou ao nosso conhecimento apenas pelo uso copioso, ainda que rígido, que dela fizeram certos cronistas sunitas. Sem dúvida foi um trabalho de grande importância, cobrindo toda a história islâmica, com especial referência a Alepo; a julgar pelas citações sobreviventes, deve ter feito um uso mais detalhado da mesma fonte do *Bustan*.[3] KEMAL AD-DIN, de Alepo, que viveu entre 1191 e 1262, autor de uma enciclopédia

---

1 Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, pp. 52-4.
2 Sobre as edições, ver acima, vol. I, p. 297, n. 3.
3 Ver Cahen, *op. cit.*, pp. 55-7.

biográfica provavelmente inacabada, escreveu antes de 1243 uma *Crônica de Alepo* — um trabalho longo, redigido de maneira clara e simples, em grande parte dependente de al-Azimi, de Ibn al-Qalanisi e dos contemporâneos de Saladino, bem como de informações e tradições orais. Kemal não é muito escrupuloso na correlação de suas fontes e demonstra preconceitos contra os xiitas.[1] SIBT IBN AL-DJAUZI, nascido em Bagdá em 1186, elaborou uma das mais longas crônicas islâmicas, o *Espelho dos Tempos*; com relação ao século XII, porém, limita-se a reproduzir informações fornecidas por autores precedentes.[2] ABU SHAMA, nascido em Damasco em 1203, concluiu em 1251 uma história dos reinados de Nur ed-Din e de Saladino intitulada *Livro dos Dois Jardins*[3] e que consiste basicamente em transcritos de Ibn al-Qalanisi, Beha ed-Din, do *Atabegues* de Ibn al-Athir, Ibn abi Tayyi, al-Fadil e, sobretudo, Imad ed-Din — em cujo estilo, no entanto, ele fez uns cortes bem-vindos.

Dos historiadores posteriores, ABU'L FEDA, Príncipe de Hama no princípio do século XIV, escreveu uma história que, apesar de não passar de um útil sumário dos autores anteriores, gozou de imensa popularidade e é citada com freqüência.[4] IBN KHALDUN, que escreveu no fim do século XIV, sintetizou Ibn al-Athir no tocante aos acontecimentos na Síria, mas valeu-se, para a história do Egito, da crônica perdida de IBN AT-TUWAIR, elaborada na época de Saladino.[5] MAQRISI, autor do início do século XV, contém informações a respeito do Egito não encontradas em nenhum outro lugar.[6]

O dicionário biográfico de IBN KHALLIKAN, compilado no século XIII, fornece determinados dados históricos exclusivos.[7]

Não há fontes que tratem diretamente dos turcos anatólios. Com efeito, IBN BIBI, do século XIII, informa que só poderia dar início à sua história dos seljúcidas após o ano de 1192 — o ano da morte de Kilij Arslan II —, devido à falta de material.[8] Tampouco há fontes relevantes em persa.

---

1 Ver acima, vol. I, p. 298, n. 1. Seus capítulos sobre o fim do século XII foram traduzidos por Blochet e publicados na *Revue de l'Orient Latin*.
2 Alguns trechos foram publicados no *Recueil*. Uma edição fac-similar de outro manuscrito bem diferente foi publicada por Jewett (Chicago, 1907).
3 Uma edição foi publicada em Bulaq em 1871 e 1875. Minhas referências são aos fragmentos publicados no *Recueil*.
4 Ed. no *Recueil*.
5 Ed. em Bulaq, em 7 vols., em 1868.
6 Extratos foram traduzidos por Blochet na *Revue de l'Orient Latin*.
7 Traduzido para o francês por de Slane.
8 Os comentários de Ibn Bibi podem ser encontrados no início do vol. III de Houtsma, *Textes Relatifs à l'Histoire des Seldjoukides* (tradução de Ibn Bibi para o turco antigo).

4. ARMÊNIAS

A principal fonte armênia sobre as primeiras décadas do século XII é, com relação à Primeira Cruzada, MATEUS DE EDESSA, morto em 1136.[1] Sua obra foi continuada, no mesmo espírito nacionalista e antibizantino, por GREGÓRIO, O SACERDOTE, de Kaisun, até o ano de 1162.[2] Seu contemporâneo S. NERSA SHNORHAL I, católico de 1166 a 1172, redigiu um longo poema sobre a queda de Edessa, um tanto falho em termos poéticos e de interesse histórico.[3] O poema de autoria de seu sucessor, o Católico GREGÓRIO IV DGHA, tampouco é mais impressionante.[4] De melhor qualidade poética é a elegia escrita por um sacerdote chamado BASÍLIO, O MÉDICO, a respeito de Balduíno de Marash, de quem era capelão.[5] Os anais de SAMUEL DE ANI, escritos na Grande Armênia e alcançando o ano de 1177, são mais dignos de consideração.[6] Dependem em parte de Mateus e em parte das histórias perdidas de JOÃO, O DIÁCONO, e de um certo SARCAVAG. O lote seguinte de historiadores armênios, escrevendo na Grande Armênia no fim do século XIII, tais como MERKHITAR DE AIRAVANK, VARTAN e KIRAKOS, não são muito confiáveis quando abordam os eventos francos, embora sejam significativos para o contexto islâmico.[7] Os historiadores da Armênia Menor (Cilícia) começam com um autor anônimo que, por volta de 1230, traduziu a Crônica de Miguel, o Sírio, adaptando-a livremente de modo a adequá-la ao seu arrebatado patriotismo.[8] Por volta de 1275, o Comissário SEMBAT, tradutor dos *Assises* de Antióquia, escreveu uma crônica que, embora dependente de Mateus e Gregório para o século XII, acrescenta algumas informações extraídas dos arquivos do Estado.[9] Alguns anos depois, o assim chamado "HISTORIADOR REAL" redigiu uma crônica ainda inédita.[10] No princípio do século XIV, o Chanceler VAHRAM DE EDESSA escreveu uma *Crônica Rimada*, em grande parte dependente de Mateus mas contendo muitas informações de fonte desconhecida.[11]

---

1 Ver acima, vol. I, pp. 298.
2 Ed. no *Recueil* (ao qual me refiro nas notas de rodapé). Também foi traduzido por Dulaurier no fim de sua edição de Mateus.
3 Ed. no *Recueil*.
4 Ed. no *Recueil*.
5 Ed. no *Recueil*.
6 Ed. no *Recueil*.
7 Fragmentos no *Recueil*.
8 Ed. no *Recueil*.
9 Ed. no *Recueil*.
10 O manuscrito encontra-se em Veneza, na Biblioteca Mequitarista.
11 Ed. no *Recueil*.

5. SÍRIAS

Das fontes sírias, a *História do Mundo*, de MIGUEL, O SÍRIO, é a mais significativa.[1] Foi um historiador rigoroso e consciencioso, cujo único grande preconceito era contra os bizantinos. Ele menciona as fontes sírias, hoje todas perdidas, que utilizou; além disso, conhecia uma fonte árabe inidentificável para o período de 1107 a 1119, que também parece ter sido conhecida por Ibn al-Athir.

Uma crônica síria anônima, escrita por um obscuro sacerdote em Edessa por volta de 1240, contém informações valiosas a respeito da cidade, além de outras sem dúvida derivadas de Miguel.[2] Mais para o fim do século XIII, Gregório Abu'l-Faraj, mais conhecido como BAR-HEBRAEUS, escreveu uma história do mundo que, para os acontecimentos do século XII, recorre principalmente a Miguel e Ibn al-Athir, mas com alguns dados derivados de fontes persas ou outras.[3]

6. OUTRAS FONTES

A única fonte hebraica considerável para esse período é a *Viagem* de BENJAMIN DE TUDELA, que faz uma descrição detalhada das colônias judaicas da Síria à época de sua jornada pelo mundo Mediterrâneo entre 1166 e 1170.[4]

As fontes geórgicas, úteis apenas para a história da Geórgia e das terras vizinhas, foram reunidas na *Crônica Georgiana*, editada no século XVIII.[5]

Em eslavônico antigo há a *Peregrinação* de DANIEL, O HIGÚMENO, que visitou a Palestina em 1104.[6]

Algumas sagas nórdicas, sobretudo as que tratam da Cruzada do Rei Sigurdo, contêm certas informações históricas interessantes em meio aos detalhes legendários.[7]

---

1 Ed. e traduzida para o francês por Chabot.
2 A parte inicial dessa crônica foi publicada em tradução inglesa de Tritton (*Journal of the Royal Asiatic Society*; ver acima, vol. I, p. 313). O texto integral em sírio foi publicado por Chabot no *Corpus Scriptorum Orientalium*.
3 Ed. e traduzido para o inglês por Wallis Budge.
4 Ed. Adler.
5 Ed. Brosset.
6 Traduzida para o francês por Mme. de Khitrowo. Não consegui examinar o texto em eslavônico. Ela também traduziu do eslavônico a breve *Peregrinação da Abadessa Eufrosina*.
7 Sumariadas em Riant, *Les Expéditions des Scandinaves*.

Apêndice II

A Batalha de Hattin

A batalha de Hattin é descrita com certa minúcia pelas fontes árabes e latinas, mas suas versões nem sempre coincidem. Tentei acima, nas pp. 391-5, fornecer uma descrição coerente e provável do combate, mas as divergências devem ser registradas. Infelizmente, os únicos autores que parecem ter estado presentes na batalha, além do templário Terêncio (ou Térrico), que escreveu uma breve carta a respeito do evento, e alguns muçulmanos cujas cartas são citadas por Abu Shama, foram Ernoul — que, como Balian, da comitiva dos Ibelins, deve ter acompanhado seu senhor e fugido com ele — e Imad ed-Din, que tomou parte do séquito de Saladino. Entretanto, a narrativa original de Ernoul foi alterada por Bernardo, o Tesoureiro, e pelos demais discípulos de Guilherme de Tiro; já o relato de Imad ed-Din, apesar de vívido em determinados momentos, parece ser mais retórico que preciso. A descrição do auge da batalha, fornecido pelo filho de Saladino, al-Afdal, a Ibn al-Athir é intenso, mas muito sucinto.

A *Estoire d'Eracles* é a única fonte a expressar claramente que o Rei Guy reuniu dois conselhos diferentes antes da batalha — um em Acre, provavelmente em 1° de julho, e o outro em Seforia, na noite de 2 de julho. Raimundo de Trípoli falou em ambas as ocasiões, e os dois discursos citados na *Estoire* sem dúvida transmitem a essência de suas verdadeiras palavras. Entretanto, a *Estoire* deve estar errada quando afirma que o conselho de Acre foi reunido depois da chegada da mensagem da Condessa de Trípoli anunciando a captura da cidade de Tiberíades por Saladino, uma vez que este só entrou na referida cidade na manhã do dia 2; ademais, Raimundo não menciona Tiberíades em seu discurso em Acre, limitando-se a aconselhar uma estratégia defensiva. Ernoul, tal como editado por Bernardo, o Tesoureiro, ignora a primeira reunião. Bernardo deve ter chegado à conclusão de que os dois discursos de Raimundo foram feitos na mesma ocasião. A *De Expugnacione* também faz referência somente ao segundo concílio. O segundo discurso de Raimundo era conhecido por Ibn al-Athir, que o transcreve quase com as mesmas palavras da *Estoire d'Eracles*, de Ernoul e da *De Expugnatione*.

O conselho de Raimundo, portanto, é certo, apesar da crença de Imad ed-Din de que ele havia insistido no ataque, e da acusação de traição feita por autores posteriores — membros da comitiva de Ricardo Coração de Leão —, favoráveis a Guy de Lusignan. Ambrósio e o *Itinerarium Regis Ricardi* sugerem que Raimundo teria incitado o exército devido a um acordo com Saladino; a mesma acusação é feita na carta dos genoveses ao papa, e, mais tarde, pelo sírio Bar-Hebraeus.

Segundo Imad ed-Din, a Condessa de Trípoli estava com seus filhos em Tiberíades. Ernoul, porém, diz que os quatro enteados de Raimundo fugiram com ele da batalha, e a carta dos genoveses menciona sua ansiedade por resgatar sua mãe no concílio antes do combate.

O Rei Guy tomou a decisão de deixar Seforia a pedido de Gerardo do Templo. Isso é afirmado explicitamente na *Estoire* e por Ernoul, mas atenuado pelo autor da *De Expugnatione*, que por algum motivo nunca se dispôs a culpar os templários, a julgar por seus momentos de reticência. Solicitou-se a Raimundo, como senhor do território, que determinasse a rota a ser seguida, e ele escolheu a que passava por Hattin. Sua orientação, que se revelou desastrosa, foi a desculpa de seus inimigos para denunciá-lo como traidor. A missiva dos genoveses e a circular dos hospitalários referem-se a seis traidores — todos, ao que parece, cavaleiros de Raimundo (um deles chamado Laodiceu ou Lêucio de Tiberíades) —, que teriam contado a Saladino a situação do exército cristão. É provável, creio eu, que sua traição tenha ocorrido a essa altura e consistisse em revelar a Saladino a rota escolhida pelos cristãos. É difícil imaginar que informações úteis eles poderiam ter fornecido a Saladino posteriormente. Tanto a *Estoire* quanto Ernoul acusam Raimundo de haver escolhido o local do acampamento em Hattin. Ele acreditou que aquele lugar fosse melhor, mas a primavera estava seca. O autor da *De Expugnatione* fornece uma versão mais completa. Segundo ele, Raimundo, na vanguarda, recomendou que os cristãos se apressassem e seguissem para o lago, mas os templários, na retaguarda, não tinham condições de seguir adiante. Raimundo, consternado com a decisão do rei de montar acampamento, teria exclamado "Estamos perdidos!"; uma vez, porém, que a decisão estava tomada, ele parece ter escolhido o local do acampamento com base no equívoco de que haveria água ali. Imad ed-Din descreve a satisfação de Saladino diante dos movimentos cristãos.

A localização exata do acampamento é desconhecida. A *De Expugnatione*, o *Itinerarium* e Ambrósio denominam-na aldeia de Marescalcia ou Marescallia — cujo nome talvez seja preservado pelo caravançará de Meskeneh —, enquanto Imad ed-Din e Beha ed-Din a chamam de aldeia de Lubieh, situada na estrada atual, três quilômetros a sudoeste dos Cornos de Hattin. Os

autores árabes referem-se ao confronto como batalha de Hattin (ou Hittin) e deixam claro que as cenas finais ocorreram nos Cornos de Hattin. Os *Annales de la Terre Sainte* referem-se à batalha de Karneatin (ou seja, *Qarnei Hattin*, Cornos de Hattin).[1] Ernoul diz que o embate foi travado a treze quilômetros de distância de Tiberíades. De fato, os Cornos ficam a cerca de oito quilômetros de Tiberíades em linha reta, ou quatorze pela estrada.

Imad ed-Din conta que os arqueiros sarracenos começaram a disparar suas flechas contra os cristãos ainda a caminho, e complica a história declarando que isso ocorreu numa quinta-feira, porque desejava que a batalha se passasse em uma sexta-feira. Ernoul e a *Estoire* referem-se às grandes perdas sofridas pelos cristãos durante a marcha. Não se sabe quando o solo se incendiou. Ibn al-Athir insinua que o fogo teria sido ateado por acidente por um voluntário islâmico, e tanto ele quanto Imad ed-Din deixam claro que as chamas estavam fora de controle quando a batalha teve início, na manhã de 4 de julho. Imad ed-Din fornece uma descrição vívida das orações e cânticos no acampamento árabe durante a noite.

Na manhã da batalha, a infantaria franca tentou, segundo Ibn al-Athir, correr na direção da água. Imad ed-Din conta que, devido às chamas, não conseguiram atingir a água. A *De Expugnatione* diz que os peões avançaram colina acima todos juntos, formando uma massa sólida, e afastaram-se dos cavaleiros — recusando-se a obedecer às ordens do rei de retornar, alegando que estavam morrendo de sede. Assim, foram todos chacinados. Já Ernoul diz que a infantaria se rendeu, embora cinco dos cavaleiros de Raimundo tenham procurado Saladino para implorar-lhe que os matasse a todos. Talvez esse fosse o ato considerado traição a que se referem os hospitalários (ver acima), embora, tal como descrito por Ernoul, pudesse perfeitamente tratar-se de uma súplica por uma morte rápida, por uma questão de misericórdia. Beha ed-Din limita-se a dizer que o exército cristão se dividiu em duas partes, uma das quais (presume-se que a infantaria), acuada pelo fogo, foi massacrada, ao passo que a outra (os cavaleiros em torno do rei) caiu prisioneira. Todas as autoridades muçulmanas testemunham que, antes do início do ataque aos cavaleiros francos, houve um combate singular entre um mameluco e um cavaleiro cristão, em que o primeiro — que os cristãos acreditariam erroneamente ser filho do sultão — foi morto.

Segundo Ernoul, quando o rei assistiu ao massacre da infantaria, ordenou que Raimundo liderasse uma carga contra os sarracenos. Raimundo, como senhor do distrito, era a pessoa certa para fazê-lo; a iniciativa constituía a única chance de o exército escapar. Assim sendo, não parece haver a

---

1 *Qarnei* é o dual de *Qarn*, chifre.

menor base nem para a traição imputada a Raimundo por autores cristãos posteriores — os genoveses e os amigos do rei — nem para a covardia que lhe foi atribuída pelos muçulmanos. Todavia, a inteligente manobra de Takhi ao abrir suas fileiras para deixar Raimundo passar pareceu justificar a primeira acusação, muito embora Imad ed-Din tenha afirmado que houve grandes baixas entre os homens de Raimundo. Segundo Ernoul, Raimundo só se retirou do campo de batalha ao perceber que a posição do rei era insustentável e não havia a menor possibilidade de resgatá-lo. A *De Expugnatione* diz que Balian e Reinaldo de Sídon escaparam com Raimundo — mas, assim como Imad ed-Din, não fornece detalhes. Por outro lado, Ernoul sugere que eles tenham fugido cada qual por si, o que parece mais provável, visto que se encontravam em pontos diferentes do exército. Devem ter escapado com os poucos templários cuja fuga é descrita por Terêncio. A minuciosa narração da batalha encontrada na *De Expugnatione* chega ao fim na debandada de Raimundo. É provável que o informante do autor fosse um dos homens do conde.

Imad ed-Din conta que, após a fuga de Raimundo, o rei e seus cavaleiros lançaram-se em debandada pela montanha de Hattin, abandonando suas montarias (que deviam estar feridas e eram, pois, inúteis). Ele observa como os cavaleiros cristãos ficaram indefesos sem seus cavalos. Ibn al-Athir diz que eles tentaram armar suas tendas no topo mas só tiveram tempo de montar a do rei. Estavam desmontados e exaustos quando foram capturados. Ambos registram que a Cruz foi apreendida por Takhi. O relato de al-Afdal descreve os momentos finais do exército cristão, ao passo que Ibn el-Kadesi fornece o detalhe de que soprava um forte vento ao meio-dia, quando os muçulmanos fizeram sua investida final.

Os incidentes na tenda de Saladino, após a batalha, são narrados quase na mesma linguagem por Ernoul e pela *Estoire*, bem como por Imad ed-Din e Ibn al-Athir. Não há por que pôr em dúvida a história da bebida oferecida ao Rei Guy nem da morte de Reinaldo de Châtillon pelas mãos do próprio Saladino.

O tamanho do exército cristão é fornecido na *Historia Regni Hierosolymitani*: 1 mil cavaleiros do reino, mais 1,2 mil mercenários pagos pelo Rei Henrique II, 4 mil turcópolos e 32 mil peões, 7 mil dos quais custeados por Henrique. Está claro que esse número é um exagero. O *Itinerarium* fala em um total de 20 mil, o que provavelmente ainda é excessivo. A verdadeira quantidade de cavaleiros devia ser de 1 mil, com mais 200 equipados por Henrique — isto é, 1,2 mil no total. A *Estoire d'Eracles* fala em 9 mil em um manuscrito, e em 40 mil em outro. A carta dos hospitalários fala em 1 mil cavaleiros mortos ou capturados na batalha e 200 que debandaram. Ernoul afirma que Raimundo de Antióquia levou 50 ou 60 cavaleiros (os manuscri-

tos divergem). Segundo Terêncio, 260 templários foram mortos na batalha, e praticamente ninguém escapou — ele diz "nós" talvez se referindo apenas a si próprio. A carta dos hospitalários fala em 200 sobreviventes. A infantaria não devia superar a cavalaria em uma proporção superior a dez para um, provavelmente totalizando bem menos de 10 mil homens. A cavalaria ligeira dos turcópolos talvez superasse os 4 mil, mas ao que parece não desempenhou nenhum papel de destaque na batalha, sendo provavelmente menor. O exército de Saladino devia ser ligeiramente maior, mas não existem dados confiáveis. O número de 12 mil cavaleiros e muitos voluntários fornecido por Imad ed-Din sem dúvida é exagerado, ainda que não tanto quanto o de 50 mil mencionado por ele para o exército cristão. (Beha ed-Din, contudo, vai além e diz que 30 mil cristãos foram mortos e 30 mil caíram prisioneiros.) Talvez possamos deduzir que o exército regular total de Saladino montava a cerca de 12 mil soldados mas, com os voluntários e os contingentes dos aliados, chegou a aproximadamente 18 mil. Ao que tudo indica, os dois exércitos estavam entre os maiores postos em campo até então tanto pelos cruzados quanto por seus adversários; ainda assim, 15 mil do lado cristão e 18 mil do muçulmano devem ser considerados os números máximos. Os cavaleiros cristãos estavam mais bem armados que qualquer soldado islâmico, mas a cavalaria ligeira muçulmana provavelmente encontrava-se mais bem armada que os turcópolos, e sua infantaria, tão bem ou mais bem armada que a dos cristãos.

NOTAS

As principais fontes para a batalha são as seguintes:

Francas. Ernoul, pp. 155-74; *Estoire d'Eracles*, II, pp. 46-9; *De Expugnatione*, pp. 218-28; *Itinerarium Regis Ricardi*, pp. 12-17; Benedito de Peterborough, II, pp. 10-14, incorporando a carta dos genoveses ao papa e a carta do templário Terêncio; Ambrósio, ed. Paris, cols. 67-70; Ansberto, *Gesta Frederici*, contendo a carta dos hospitalários a Archimbaldo; *Historia Regni Hierosolymitani*, pp. 52-3; *Annales de la Terre Sainte*, p. 218.

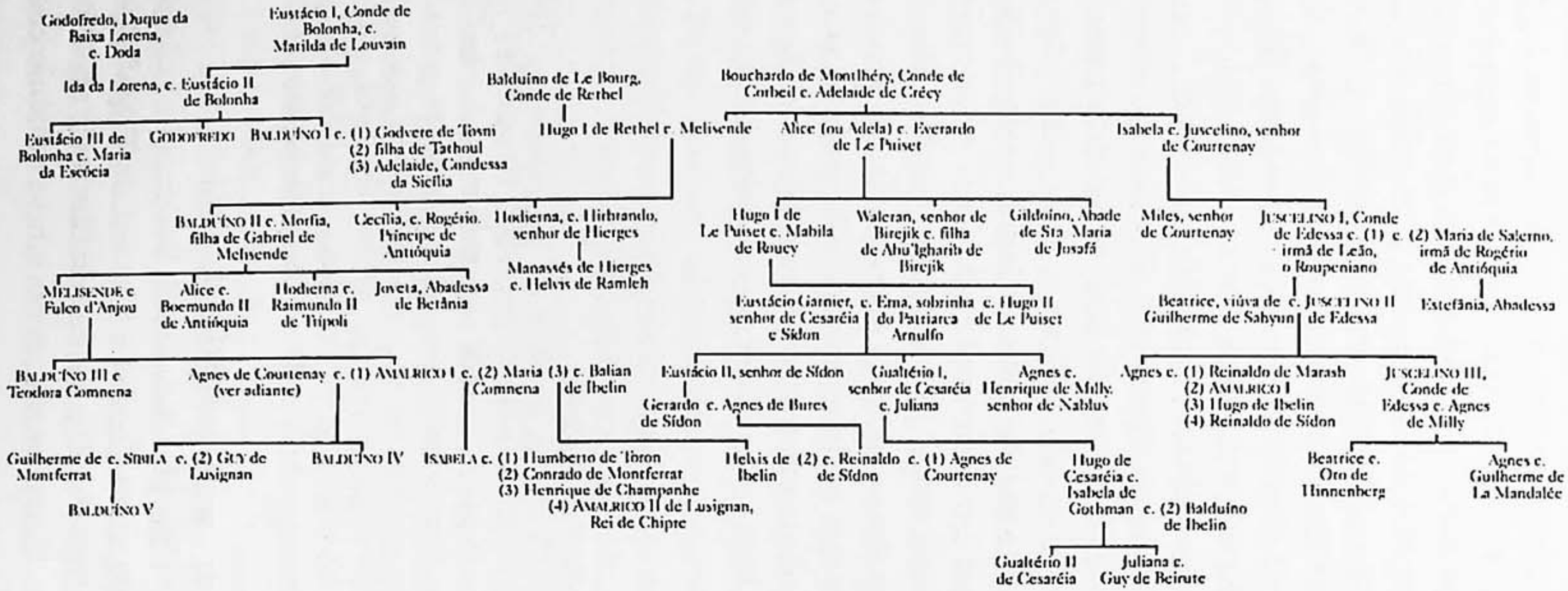
Árabes. Beha ed-Din, *P.P.T.S.*, pp. 110-16; Ibn al-Athir, pp. 679-88, incluindo a descrição do combate feita por al-Afdal; Abu Shama, pp. 262-89, incorporando todo o relato da batalha por Imad ed-Din e extratos de Beha ed-Din e Maomé ibn el-Kadesi.

Há uma rápida descrição da batalha em Miguel, o Sírio, III, p. 404, e outra mais longa e inacurada em Bar-Hebraeus, trad. Budge, pp. 322-4, em que ele confunde a Rainha Sibila com a Condessa Esquiva, de Trípoli. A versão armênia de Miguel, o Sírio (pp. 396-8) e Kirakos de Gantzag (pp. 420-1) fornecem narrações imprecisas. Todos os relatos em sírio e armênio consideram Raimundo um traidor.

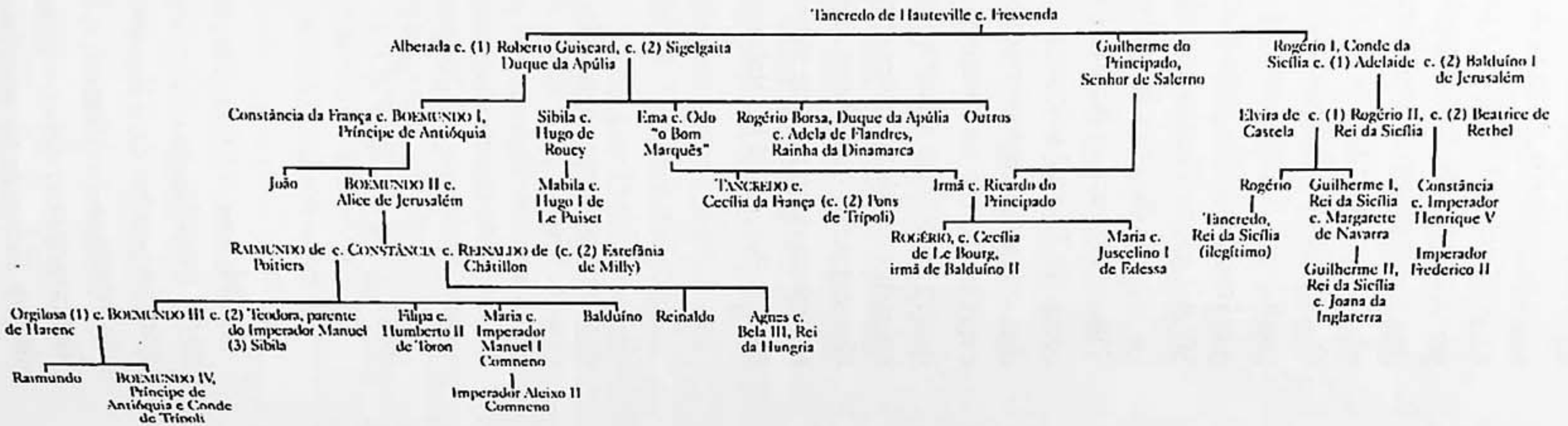
Há uma valiosa discussão das fontes e do papel de Raimundo em Baldwin, *Raymond III of Tripolis*, pp. 151-60.

APÊNDICE III: ÁRVORES GENEALÓGICAS

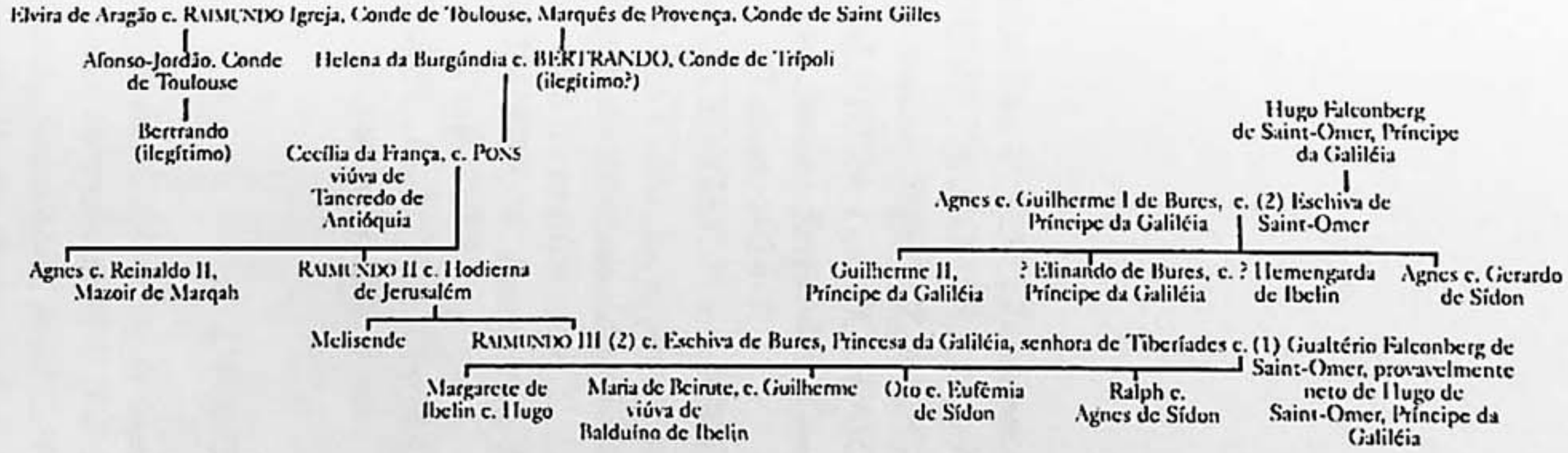
1. A CASA REAL DE JERUSALÉM, OS CONDES DE EDESSA E OS SENHORES DE SÍDON E CESARÉIA



2. OS PRÍNCIPES DE ANTIÓQUIA E OS REIS DA SICÍLIA

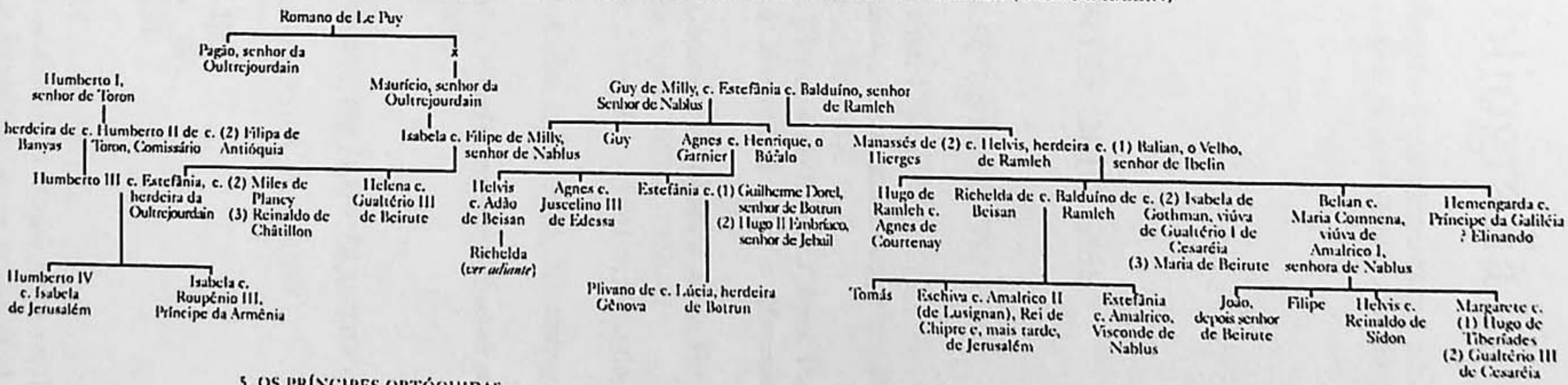


3. OS CONDES DE TRÍPOLI E OS PRÍNCIPES DA GALILÉIA

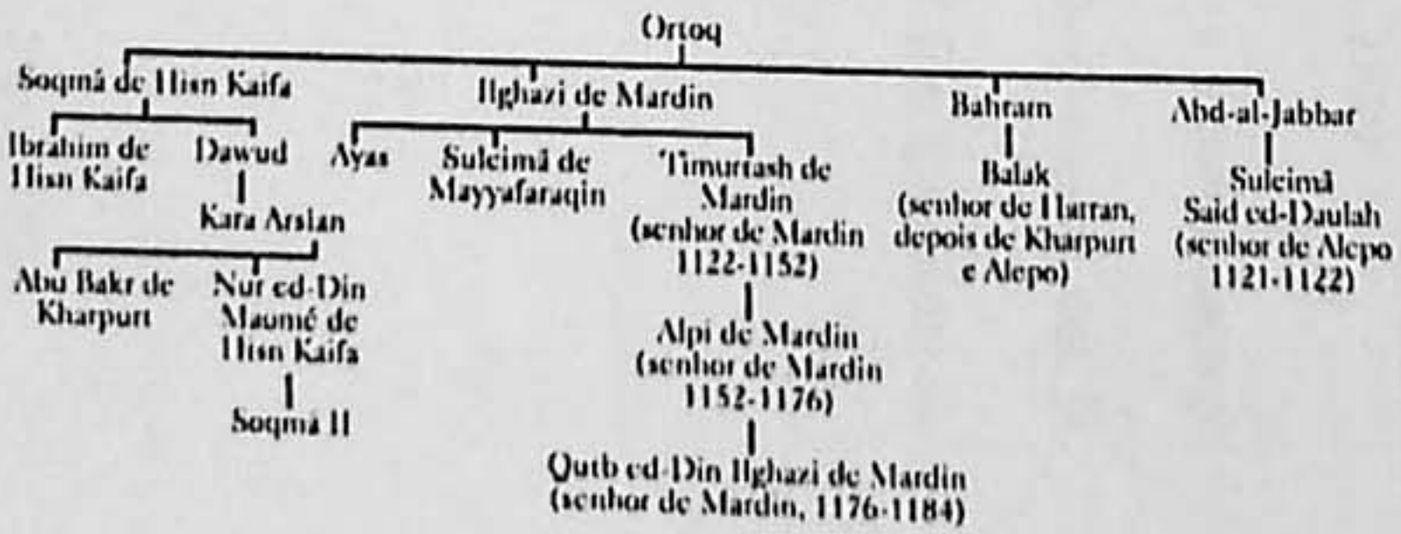


Observação: A genealogia dos Príncipes da Galiléia é muito incerta. Ver Ducange, Familles d'Outremer, ed. Rey, pp. 447-55, e Grousset, Histoire des Croisades, II, pp. 840-50.

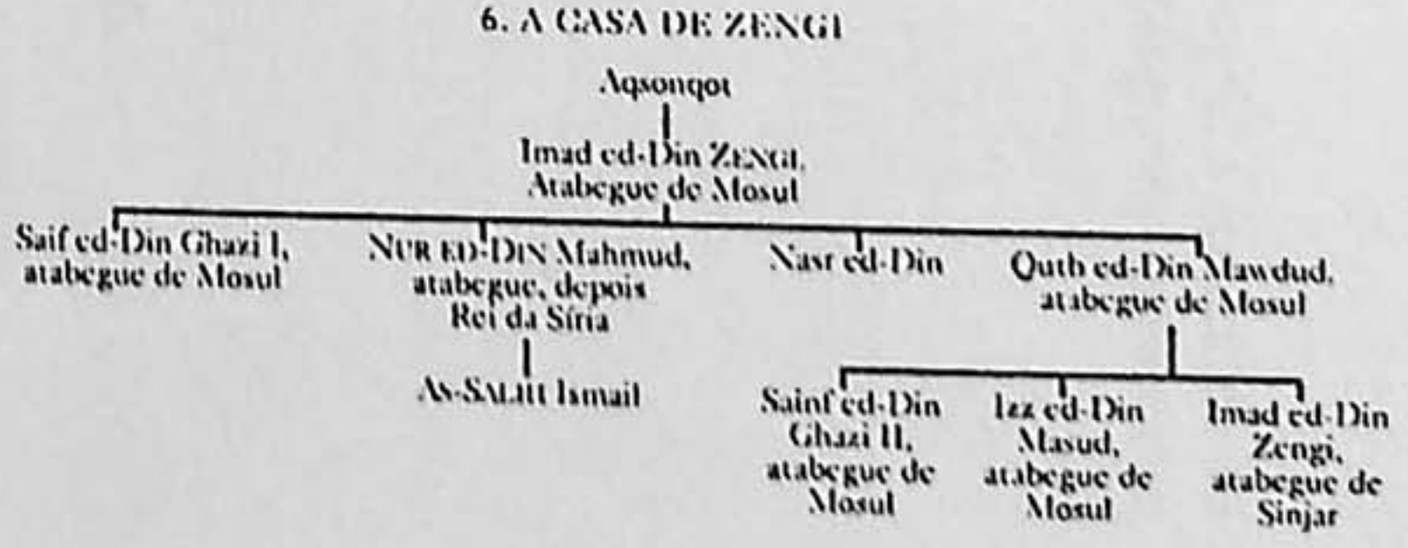
4. OS SENHORES DE TORON, DA OULTREJOURDAIN, DE NABLUS E DE RAMLEH (CASA DE IBELIN)



5. OS PRÍNCIPES ORTÓQUIDAS



6. A CASA DE ZENGI



Bibliografia

[OBSERVAÇÃO: A presente bibliografia é complementar à bibliografia fornecida no vol. I desta *História*, e não inclui as obras já mencionadas ali. Empregamos as mesmas abreviações.]

I. FONTES ORIGINAIS

1. COLEÇÕES DE FONTES

BORGO, F. DAL. *Diplomata Pisana.* Pisa, 1765.

DEMETRACOPOULOS, A. K. *Bibliotheca Ecclesiastica.* Leipzig, 1866.

Fornmanna Sögur, 12 vols. Copenhague, 1825-37.

HALPHEN, L. e POUPARDIN, R. *Chronique des Comtes d'Anjou.* Paris, 1913.

Liber Jurium Reipublicae Genuensis (ed. Ricotti), 3 vols., *in Monumenta Historiae Patriae.* Turim, 1854-7.

MARCHEGAY, P. e MABILLE, E. *Chronique des Eglises d'Anjou.* Paris, 1869.

MURATORI, L. A. *Antiquitates Italicae*, 6 vols. Milão, 1738-42.

Recueil des Historiens des Croisades, Lois, 2 vols. Paris, 1841-3, incluindo os *Assises* e *Lignages* de Jerusalém *(R.H.C. Lois).*

REINAUD, M. *Extraits des Historiens Arabes, in* Michaud, *Bibliothèque des Croisades*, vol. II. Paris, 1829.

TAFEL, G. L. F. e THOMAS, G. M. *Urkunden zur ältern Handels und Staatsgeschichte der Republik Venedig*, 3 vols. Viena, 1856-7.

2. FONTES LATINAS E EM FRANCÊS ANTIGO

Ambrósio. *L'Estoire de la Guerre Sainte* (ed. Paris). Paris, 1897.

Annales Barenses, in M.G.H.Ss., vol. V.

Annales Beneventani, in M.G.H.Ss., vol. III.

Annales Herbipolenses, in M.G.H.Ss., vol. XVI.

Annales Palidenses, in M.G.H.Ss., vol. XVI.

Annales Romani, in M.G.H.Ss., vol. V.

Annales S. Rudberti Salisburgensis, in M.G.H.Ss., vol. IX.

Annales de Terre Sainte (ed. Röhricht), *in Archives de l'Orient Latin*, vol. II. Paris, 1884.

Ansberto. *Gesta Frederici Imperatoris in Expeditione Sacra, in M.G.H.Ss., in usum scholarum*, 1892.

Arnoldo de Lübeck. *Chronica Slavorum, M.G.H.Ss., in usum scholarum*, 1868.

Benedito de Peterborough. *Gesta Regis Henrici II* (ed. Stubbs), 2 vols., Rolls Series. Londres, 1867.
Bernardo, S., Abade de Clairvaux. *Epistolae, M.P.L.*, vol. CLXXXII.
Burchardo do Monte Sião. *Description of the Holy Land* (trad. Stewart), *P.P.T.S.*, vol. XII. Londres, 1896.
Cesário de Heisterbach. *Dialogus Miraculorum* (ed. Strange). 2 vols. Colônia, 1851.
Cartulaire de Notre Dame de Chartres (ed. L'Epinois e Merlet). 3 vols. Chartres, 1852-5.
Cartulaire de Sainte Marie Josaphat (ed. Kohler). *Revue de l'Orient Latin*, vol. VII. Genebra, 1899.
Cartulaire du Saint Sépulcre (ed. Rozière). Paris, 1849.
Cartulaire Général de l'Ordre des Hospitaliers (ed. Delaville Le Roulx). 4 vols. Paris, 1894-1904.
Cartulaire General de l'Ordre du Temple (ed. D'Albon). Paris, 1913.
Chronicon Mauriniacense, in R.H.F., vol. XII.
Chronicon Sancti Maxentii, in Marchegay e Mabille, *op. cit.*
Chronicon Vindocinense, in Marchegay e Mabille, *op. cit.*
Dandolo. *Chronicon Venetum, in* Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. XII.
De Expugnatione Terrae Sanctae per Saladinum Libellus (ed. Stubbs), Rolls Series. Londres, 1875.
Ernoul. *Chronique d'Ernoul et de Bemard le Trésorier* (ed. Mas Latrie). Paris, 1871.
Estoire d'Eracles, R.H.C.Occ., vols. I e II.
Eudes, *ver* Odo.
Gesta Ambaziencium Dominorum, in Halphen e Poupardin, *op. cit.*
Gesta Consulum Andegavorum, in Halphen e Poupardin, *op. cit.*
Gestes des Chiprois, R.H.C.Arm., vol. II.
Historia Ducum Veneticorum, in M.G.H.Ss., vol. XIV.
Historia Regni Hierosolymitani, in M.G.H.Ss., vol. XVIII.
Historia Regum Hierusalem Latinorum, ed. *in* Kohler. *Mélanges pour servir à l'histoire de l'Orient Latin*, vol. I. Paris, 1906.
Historia Welforum Weingartensis, in M.G.H.Ss., vol. XXI.
Ibelin. *Le Livre de Jean d'Ibelin, in R.H.C. Lois*, vol. I.
Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi (ed. Stubbs), Rolls Series. Londres, 1864.
João de Salisbury. *Historiae Pontificalis quae Supersunt* (ed. Lane Poole). Oxford, 1927.
João de Würzburg. *Description of the Holy Land* (trad. Stewart), *P.P.T.S.*, vol. V. Londres, 1896.
Landolfo Junior. *Historia Mediolanensis, in* Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. V.
Cartas do Rei Amalrico, Senhores do Templo, oficiais do templo e outras autoridades de Outremer, *in R.H.F.*, vols. XV e XVI.
Lignages d'Outremer, in R.H.C. Lois, vol. II.
Luís VII, Rei da França, cartas, *in R.H.F.*, vols. XV e XVI.
Miracula Sancti Leonardi, Aa. Ss. (Nov.), vol. III.
Necrologia Panormitana (ed. Winkelmann), *in Forschungen zur deutschen Geschichte*, vol. XVIII. Göttingen, 1878.
Odo (Eudes) de Deuil. *De Profectione Ludovici VII in Orientem* (ed. Waquet). Paris, 1949.
Osborn. *De Expugnatione Lyxbonensi, in* Stubbs, *Memorials of the Reign of Richard I*, Rolls Series. Londres, 1864.
Oto, Bispo de Freisingen. *Chronica* (ed. Hofmeister), *M.G.H.Ss., in usum scholarum*, 1912.
Oto, Bispo de Freisingen. *Gesta Friderici Imperatoris* (ed. Simson), *M.G.H.Ss., in usum scholarum*, 1912.

Oto de Saint Blaise. *Chronica* (ed. Hofmeister), *M.G.H.Ss., in usum scholarum*, 1912.
Pascoal II, Papa. *Epistolae, in M.P.L.*, vol. CLXIII.
Passiones Sancti Thiemonis, in R.H.C.Occ., vol. V.
Pedro Diácono. *Chronica* (ed. Wattenbach), *M.G.H.Ss.*, vol. VII.
Pilgrimage of Saewulf to Jerusalem (trad. Bispo de Clifton), *P.P.T.S.*, vol. IV. Londres, 1896.
Radulfo de Diceto. *Opera Historica* (ed. Stubbs), Rolls Series. Londres, 1876.
Ralph de Coggeshall. *Chronicon Anglicanum* (ed. Stevenson), Rolls Series. Londres, 1875.
Roberto de Torigny. *Chronique* (ed. Delisle), 2 vols. Rouen, 1872-3.
Rogério de Hoveden. *Chronica* (ed. Stubbs), 4 vols., Rolls Series. Londres, 1868-71.
Romualdo de Salerno. *Chronicon* (ed. Arndt). *M.G.H.Ss.*, vol. XIX.
Suger, Abade de Saint-Denis. *Gesta Ludovici cognomine Grossi* e *Historia gloriosi regis Ludovici VII* (ed. Molinier). Paris, 1887.
Suger, Abade de Saint-Denis. *Opera* (ed. de la Marche). Paris, 1867.
Vita Alexandri III, in Liber Pontificalis, vol. II.
Vita Sancti Bernardi, in M.P.L., vol. CLXXXV.
Gualtério, o Chanceler, *Bella Antiochena, in R.H.C.Occ.*, vol. V.
Vibaldo, *Wibaldi Epistolae, in* Jaffé, *Bibliotheca Rerum Germanicarum*, vol. I.
Guilherme, o Monge. *Dialogus Apologeticus* (ed. Wilmart), *in Revue Mabillon.* Paris, 1942.
Guilherme, o Monge. *Vita Sugerii, in* Suger, *Opera* (ver acima).
Guilherme de Nangis. *Gesta Ludovici VII, in R.H.F.*, vol. XX.
Guilherme de Tiro. *Die lateinische Fortsetzung* (*Continuação Latina*) (ed. Salloch). Leipzig, 1934.

3. FONTES GREGAS

Crisolano, Pedro, Arcebispo de Milão. *De Sancto Spiritu in M.P.G.*, vol. CXXVII.
Cinamo, João. *Epitome Historiarum, C.S.H.B.* Bonn, 1836.
Eustrácio, Arcebispo de Nicéia. *Sobre o Espírito Santo, in* Demetracopoulos, *Bibliotheca Ecclesiastica*, vol. I.
Nicetas Choniates (Acominatus). *Historia, C.S.H.B.* Bonn, 1835.
Neófito. *De Calamitatibus Cypri* (ed. Stubbs), Rolls Series. Londres, 1864. (Prefácio a *Itinerarium Regis Ricardi.*)
Focas, João. *A Brief Description* (trad. Stewart), *P.P.T.S.*, vol. V. Londres, 1896.
Prodromo, Teodoro. *Poemata*, seleções *in M.P.G.*, vol. CXXXIII, e *R.H.C.G.*, vol. II.

4. FONTES ÁRABES[1]

Abu Firas. *Nobre Palavra*, ed. *in* Guyard, "Un Grand Maître des Assassins", *in Journal Asiatique*, 7me série, vol. IX, Paris, 1877.
Abu'l Mahâsin. Fragmentos *in R.H.C.Or.*, vol. III.
Abu Shama. *O Livro dos Dois Jardins.* Fragmentos *in R.H.C.Or.*, vols. IV e V; edição integral: Cairo, 1870-1. (Exceto onde indicado, as referências são à edição do *R.H.C.*)
Al-Azimi. *Abrégé* (ed. Cahen), *in Journal Asiatique*, vol. CCXXXII. Paris, 1940.

1 As referências a Ibn al-Athir são ao seu *Sumário da História do Mundo (Kamil at-Tawarikh)*, exceto onde houver indicação em contrário.

Beha ed-Din ibn Shedad. *Life of Saladin* (trad. Conder), *in P.P.T.S.*, vol. XIII. Londres, 1897.

Bustan al-Djami li Djami Tawarikhi z-Zaman (ed. Cahen), *in Bulletin d'Etudes Orientales de l'Institut de Damas*, vols. VII e VIII. Damasco, 1938.

Ibn Jubayr. *Viagem* (texto árabe, ed. Wright). Leyden, 1852.

Ibn Moyessar. Fragmentos *in R.H.C.Or.*, vol III.

Ibn at-Tiqtaqa. *Al-Fakhri* (*História das Dinastias Muçulmanas*); trad. Amar. Paris, 1910.

Imad ed-Din. *Al Fath al Qussi fi'l Fath al Qudsi* (ed. de Landsberg). Leyden, 1888. Fragmentos citados por Abu Shama, *op. cit.*

Kemal ad-Din. *Crônica de Alepo* (trechos posteriores trad. Blochet), *in Revue de l'Orient Latin*, vols. III e VI. Paris, 1895-8.

Maqrisi. *História do Egito* (trad. Blochet). *Revue de l'Orient Latin*, vols. VIII-X. Paris, 1900-2.

Sibt ibn al-Djauzi. Fragmentos *in R.H.C.Or.*, vol III.

Usama ibn Munqidh. *Autobiography* (ed. Hitti). *An Arab-Syrian Gentleman of the Crusades.* Nova Iorque, 1929.

Zettersteen Chronicle. Crônica anônima (ed. K. V. Zettersteen). Leyden, 1919.

5. FONTES ARMÊNIAS, SIRÍACAS, GEÓRGICAS E HEBRAICAS

Basílio, o Médico. *Elegia Fúnebre sobre Balduíno de Marasna*, *R.H.C.Arm.*, vol. I.

Gregório, o Sacerdote. *Continuação da Crônica de Mateus de Edessa*, *R.H.C.Arm.*, vol. I.

Gregório IV Dgha, Católico. *Elegia sobre a Queda de Jerusalém*, *R.H.C.Arm.*, vol. I.

Nerses Shnorhal, Católico. *Elegia sobre a Queda de Edessa*, *R.H.C.Arm.*, vol. I.

Crônica Siríaca Anônima (texto integral ed. Chabot). *C.S.C.O.*, vol. III. (Citada como *Cron. Anon. Sir.*) As referências são à tradução de Tritton — ver acima, vol. I, Bibliografia, p. 313 — exceto onde houver indicação em contrário.

Crônica Geórgica, in Brosset, *Histoire de la Géorgie.*

Benjamin de Tudela. *Voyages* (ed. Adler). Londres, 1907.

Joseph ben Joshua ben Meir. *Chronicle* (trad. Biellablotzky), 2 vols. Londres, 1835.

6. FONTES ESLAVAS E NÓRDICAS

Daniel, o Higúmeno. *Vie et Pèlerinage de Daniel, Hégoumène Russe* (trad. de Khitrowo). *Itinér. Russes en Orient, Société de l'Orient Latin.* Genebra, 1889.

"Pèlerinage en Palestine de l'Abbesse Euphrosyne, Princesse de Polotsk" (trad. de Khitrowo), *in Revue de l'Orient Latin*, vol. III. Paris, 1896.

Agrip of Noregs Konungasögum (ed. Munch), *in Samlinger til det Norske Folks Sprog og Historie*, vol. II. Oslo, 1834.

Sigurdar Saga Jorsalafara ok brœdra hans in Fornmanna Sögur, vol. VII.

II. OBRAS MODERNAS

ABEL, F. M. *Géographie de la Palestine*, 2 vols. Paris, 1933-8.

ALLEN, W. E. D. *History of the Georgian People.* Londres, 1932.

ALMEIDA, F. DE. *História de Portugal*, 4 vols. Coimbra, 1922-6.

ANSELME DE LA VIERGE MARIE (P. DE GUIBOURS). *Histoire Généalogique et Chronologique de la France,* 9 vols. Paris, 1.726-33.
BALDWIN, M. W. *Raymond III of Tripolis and the Fall of Jerusalem.* Princeton, 1936.
BEL, A. Artigo "Almohads", *in Encyclopaedia of Islam.*
BERNHARDI, W. VON. *Konrad III.* Leipzig, 1883.
BROSSET, M. F. *Histoire de la Géorgie.* S. Petersburgo, 1849.
BROWNE, E. G. *Literary History of Persia,* 4 vols. Londres, 1906-30.
CAHEN, C. "Indigènes et Croisés", *in Syria,* vol. XV. Paris, 1934.
CAHEN, C. "Notes sur l'histoire des Croisades et de l'Orient latin", *in Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg,* 1951.
CASPAR, E. "Die Kreuzzugsbullen Eugens III", *in Neues Archiv der Gesellschaft,* vol. XLV. Hanôver, 1924.
CATE, J. L. "A Gay Crusader", *in Byzantion,* vol. XVI, 2. Nova Iorque, 1943.
CODERA, F. *Decadencia y Desaparición de los Almoravides en España.* Saragoça, 1899.
COSACK, H. "Konrad III's Entschluss zum Kreuzzug", *in Mitteilungen des Instituts für österreichische Geschichtsforschung,* vol. XXXV. Viena, 1914.
CUISSARD, C. *Les Seigneurs du Puiset.* Orleans, 1881.
CURZON, H. DE. *La Règle du Temple.* Paris, 1886.
D'ALBON, G. A. M. J. A. "La Mort d'Odon de Saint-Amand", *in Revue de l'Orient Latin,* vol. XII. Paris, 1904.
DELAVILLE LE ROULX, G. *Les Hospitaliers en Terre Sainte et à Chypre.* Paris, 1904.
DELISLE, L. *Mémoire sur les Opérations Financières des Templiers.* Paris, 1889.
DIB, P. Artigo "Maronites", *in* Vacant et Mangenot, *Dictionnaire de Théologie Catholique.*
DODU, G. *Histoire des Institutions Monarchiques dans le Royaume Latin de Jérusalem.* Paris, 1894.
DOSITHEUS, Patriarca de Jerusalém. Ἱστορία περὶ τῶν ἐν Ἱεροσολύμοις Πατριαρχευσάντων. Bucareste, 1715.
ERDMANN, K. "Der Kreuzzugsgedankes in Portugal", *in Historische Zeitschrift,* vol. CXLI. Munique, 1930.
GERULLI, E. *Etiopi in Palestina.* Roma, 1943.
GLEBER, H. *Papst Eugen III.* Jena, 1936.
GRANDCLAUDE, M. "Liste d'Assises remontant au premier Royaume de Jérusalem", *in Mélanges Paul Fournier.* Paris, 1929.
HAGENMEYER, H. *Chronologie du Royaume de Jérusalem.* Paris, 1901.
HAMMER, J. VON. *Histoire de l'Ordre des Assassins* (trad. francesa). Paris, 1833.
HERTZOG, E. *Die Frauen auf den Fürstentronen der Kreuzfahrerstaaten.* Zurique, 1915.
JOHNS, C. N. "The Crusaders' attempt to colonize Palestine and Syria", *in Journal of the Royal Central Asian Society,* vol. XXI. Londres, 1934.
JORANSON, E. "The Crusade of Henry the Lion", *in Medieval Essays Presented to G. W. Thompson.* Chicago, 1938.
KOHLER, C. "Un nouveau récit de l'invention des Patriarches Abraham, Isaac et Jacob à Hebron", *in Revue de l'Orient Latin,* vol. IV. Paris, 1896.
KÜGLER, B. *Studien zur Geschichte des zweiten Kreuzzuges.* Stuttgart, 1866.
LA MONTE, J. L. "The Lords of Caesarea in the period of the Crusades", *in Speculum,* vol. XXII. Cambridge, Mass., 1947.
LA MONTE, J. L. "The Lord of Le Puiset on the Crusades", *in Speculum,* vol. XVII. Cambridge, Mass., 1942.
LA MONTE, J. L. "The Lords of Sidon", *in Byzantion,* vol. XVII. Nova Iorque, 1944.

LA MONTE, J. L. "To what extent was the Byzantine Empire the suzerain of the Crusading States?", *in Byzantion*, vol. VII. Bruxelas, 1932.
LANE POOLE, S. *Saladin.* Londres, 1898.
LE QUIEN, M. *Oriens Christianus*, 3 vols. Paris, 1740.
LUCHAIRE, A. *Louis VI le Gros.* Paris, 1890.
MARINESCU, C. "Le Prêtre Jean", *in Bulletin de la Section Historique de l'Académie Roumaine*, vol. X Bucareste, 1923.
MARTIN, ABBÉ. "Les premiers princes croisés et les Syriens jacobites de Jérusalem", *in Journal Asiatique* (8me série), vols. XII e XIII. Paris, 1888-9.
MELVILLE, M. *La Vie des Templiers.* Paris, 1951.
MUSIL, A. Artigo "Aila", *in Encyclopaedia of Islam.*
NAU, F. "Le croisé lorrain, Godefroy de Ascha", *in Journal Asiatique* (9me série). vol. XIV. Paris, 1899.
NEUMANN, C. *Bernhard von Clairvaux und die Anfänge des zweiten Kreuzzuges.* Heidelberg, 1882.
RAMSAY, W. M. "Preliminary report on exploration in Phrygia and Lycaonia" e "War of Moslem and Christian for the possession of Asia Minor", *in Studies in the History and Art of the Eastern Provinces of the Roman Empire.* Aberdeen, 1906.
REY, E. G. "Les Seigneurs de Giblet", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. III. Paris, 1895.
REY, E. G. "Les Seigneurs de Barut" e "Les Seigneurs de Montréal et la Terre d'Oultrejourdain", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. IV. Paris, 1896.
REY, E. G. "Résumé dc l'Histoire des Princes d'Antioche", *in Revue de l'Orient Latin*, vol. IV. Paris, 1896.
RICHARD, J. *Le Comté de Tripoli sous la dynastie Toulousaine.* Paris, 1945.
SCHLUMBERGER, G. *Campagnes du roi Amaury de Jérusalem en Egypte.* Paris, 1906.
SCHLUMBERGER, G. *La Numismatique de l'Orient Latin.* Paris, 1878.
SCHLUMBERGER, G. *Les Principautés Franques du Levant.* Paris, 1877.
SCHLUMBERGER, G. *Renaud de Châtillon.* Paris, 1923.
SCHWAB, M. "Al-Harizi et ses pérégrinations en Terre Sainte", *in Archives de l'Orient Latin*, vol. I. Paris, 1881.
VACANDARD, E. *Vie de Saint Bernard, Abbé de Clairvaux*, 2 vols. Paris, 1895.
VAILHÉ, S. "Les Laures de Saint Gérasime et de Calamon", *in Echos d'Orient*, vol. II. Paris, 1899.
VOGUE, C. J. M. DE. *Les Eglises de la Terre Sainte.* Paris, 1860.
WALKER, C. H. "Eleanor of Aquitaine and the disaster at Cadmos Mountain", *in American Historical Review*, vol. LV. Nova Iorque, 1950.

Índice

Observação. Os nomes de povos, tais como árabes, gregos, turcos, francos, franceses, italianos, germânicos, egípcios e seus respectivos países; de países, como Síria ou Palestina; de Estados, tais como Bizâncio ou o Califado; ou dos quatro Estados cruzados (Jerusalém, Antióquia, Trípoli e Edessa) e suas capitais não estão incluídos neste índice.

Aarão, Sto., monastério de, 70
Abaq, *ver* Mujir
Abássida, dinastia, 23, 110
Abbas, vizir do Egito, 293, 316
Abdalmassih, general, 354
Abd' al-Massih, filósofo, 124
Abd al-Mumin, almóada, 218
Abraão, patriarca, 277
Absalão, Bispo de Ascalão, 294
Abu'l Fath, Assassino, 176
Abu'l Fath de Apaméia, 54
Abu'l Feda, historiador, 414
Abu'lgharib, senhor de Birejik, 107, 119
Abu'l Haija de Arbil, 112
Abu'l Manaqib ibn Ammar, 63
Abu Shama, historiador, 413, 417
Abu Tahir, Assassino, 111
Abidos, 126
Abissínia, 363
Acaba, 92, 93, 371; golfo de, 201, 375
Achardo, Arcebispo de Nazaré, 303
Acre, 16, 18, 21, 23, 40 n-1, 171, 83-84, 86, 91, 97, 144, 145, 149, 193, 199, 203, 243, 255-256, 303, 324, 326-327, 330, 332, 337, 356, 362, 371, 383, 386, 390-391, 395, 404-405, 417; Bispos de, *ver* Frederico, Guilherme
Adana, 39, 49, 55, 161, 176, 186, 336, 369
Adão, Bispo de Banyas, 199
Adela da Normandia, Condessa de Blois, 29, 51, 76
Adelaide de Maurienne, Rainha da França, 354 n.
Adelaide de Salona, Condessa da Sicília, Rainha de Jerusalém, 96, 175, 182, 219
Ademar, Bispo de Le Puy, 28, 269
Aden, 375
Adramítio, 234
Adrianópolis, 28, 226, 228
Afonso I, Rei de Aragão, 217
Afonso VII, Rei de Castela, 217
Afonso Henriques, Conde de Portugal, 224
Afonso Jordão, Conde de Toulouse, 61, 64, 220, 242,243
Afshin, general, 177
Agnes da França, Imperatriz, 362, 367
Agnes de Antióquia, 315 n-2
Agnes de Courtenay, Condessa de Jaffa, 260, 286, 313, 338, 349-350, 364-366, 381 n-1
Agnes de Trípoli, senhora de Marqab, 172
Aguilers, *ver* Raimundo
Ahmed-Il, príncipe de Maragha, 112, 113
Aidib, 375
Aila, 93, 337, 375; *ver* Ácaba
Aimery de Linoges, Patriarca de Antióquia, 193, 279, 280, 284, 287, 300, 303, 305, 310, 321, 335, 369
Ain ed-Daulat ibn Ghazi, danishmend, 229
Aintab, 20, 174, 286, 296
Airavanq, *ver* Mekhitar
Aix, *ver* Alberto

Ajlun, 91, 198; Jebel, 211
Akaf, 321 n-2
Akkar, 335
Akun, 66
al-Adid, Califa, 317, 329, 339
al-Adil, Saif ed-Din, Aiúbida, 376, 383, 396, 400
al-Adil, vizir do Egito, 317
al-Afdal, sultão aiúbida, 388, 394, 396, 417, 420
al-Afdal, vizir do Egito, 23, 64, 72, 77, 85, 89, 130, 150, 292
al-Al, 90
al-Amir, Califa, 23, 150, 292
Alamut, 341
al-Aqsa, mesquita em Jerusalém, 141, 274, 278, 401
al-Araba, uádi, 92
al-Azimi, historiador, 412, 414
Albara, 49, 54, 134, 145, 270; Bispo de, *ver* Pedro
Alberico de Beauvais, Bispo de Óstia, 193, 199
Alberto, Conde de Biandrato, 27-28, 37
Alberto de Aix, historiador, 28, 408
Alberto de Namur, senhor de Jafa, 168
Albistan, 44, 49, 113, 308
Albu ibn Arslantash, senhor de Sinjar, 101
Alepo, 20, 21, 44-45, 47, 54, 105, 111, 117-118, 120, 122, 133-136, 138-139, 142, 143, 145, 147, 152-154, 158, 161-162, 163, 172, 187, 188-189, 199, 205, 207, 211, 241, 243, 282, 284, 291, 296, 297-298, 307, 309, 319, 321, 329, 335, 340, 343, 347, 350-352, 358, 360, 362, 371-373, 376, 383, 390, 413-414
Alexandre III, Papa, 362 n-1
Alexandre de Conversano, Conde de Gravina, 225, 327
Alexandre, o Grande, Rei da Macedônia, 150
Alexandreta, 19, 186, 285, 300
Alexandria, 22, 323, 347, 397
Aleixo I, Comneno, Imperador, relações com o reino franco, 19, 24-25; e as Cruzadas de 1101, 29, 32-34; e Boemundo, 43, 44, 49-53; e Tancredo, 54-56, 110, 111; e o condado de Trípoli, 57, 62, 65, 68; relações com o papado, 40, 124; morte, 98-99, 181. Outras referências, 226, 267-268
Aleixo II, Comneno, Imperador, 362, 367
Aleixo, *ver* Axuch, Bela
al-Fadil, cronista, 413
al-Faiz, Califa, 316
Afonso I, Rei de Aragão, 217
Afonso VII, Rei de Castela, 217
Afonso Henriques, Conde de Portugal, 224
Afonso Jordão, Conde de Toulouse, 61, 64, 220, 242, 243
al-Hafiz, Califa, 173, 292
al-Hawra, 376
Alice de Jerusalém, Princesa de Antióquia, matrimônio, 156; complôs para a regência, 162, 166, 175-176. Outras referências, 178, 187, 202, 265, 348
Alice de Montlhéry, senhora de Le Puiset, 168 n-3
Ali ibn Wafa, Assassino, 282-283
al-Juyushi, Bena Zahr ad-Daulah, mameluco, 84
al-Mazdaghani, vizir do Egito, 159
al-Mina, 58, 59
al-Mizza, 244
Almóadas, 217
Almorávidas, 218
Almiro (Halmyrus), 65
al-Mustadi, Califa, 339
al-Mustarshid, Califa, 160
al-Mustazhir, Califa, 23, 112, 119, 160
al-Mutamen, eunuco, 332-333
Alp Arslan, Príncipe de Alepo, 117
Alp Arslan, príncipe seljúcida, 161, 207, 209
Alpes, 216, 223
al-Qubba, 122
al-Taj, *ver* Gümüshtekin
Altuntash, governador de Bosra, 210-212
Alviso, Bispo de Arras, 220 n-3
al-Zafir, Califa, 292, 316-317
Amã, 321
Amadeu, Conde de Sabóia, 220
Amalfi, amalfitanos, 140, 255
Amalrico I, Rei de Jerusalém, acessão e descrição, 313-314; reinado, 317-344; atividades legais, 362, 314. Outras referências, 204, 259, 265, 268, 273, 276 n-1, 290, 294, 305, 347, 348, 381 n-1

Amalrico de Lusignan, mais tarde Amalrico II, Rei de Jerusalém, 364, 376, 384, 394
Amalrico de Nesle, Patriarca de Jerusalém, 312, 325, 331, 336, 348
Amano, montes, 19, 55, 176
Amaséia, 30-31
Ambrósio, historiador, 410, 418
Amir ibn Sallah, vizir do Egito, 292
Ammar, Banū, 21, 22, 39, 56, 57, 61, 68, 107; *ver* Abu'l Manaqib, Fakhr el-Mulk
Amrun, Banū, 21
Anacleto, II, Antipapa, 219
Ana, Sta., convento de, 96, 202
Anatólia, 23-24, 30, 36, 47, 110, 123, 182, 189, 194, 196, 207, 231-232, 237, 244, 247, 273, 279, 307, 354
Ana, *ver* Comnena
Anazarbus, 161, 176, 186, 304, 314
Ancara, 30, 33, 35, 126, 184, 354
Andrônico I, Comneno, Imperador, 314, 326-327, 367-368, 369
Andrônico, *ver* Comneno, Contostefano, Vatatses
Ângelo, *ver* Isaac
Angoulême, *ver* Fulcher, Godofredo
Ani, 143; *ver* Samuel
Anjou, 157; *ver* Fulco, Godofredo, Sibila
Annales de la Terre Sainte, 410, 419
an-Nasir, Califa, 372
Anselmo, Bispo de Belém, 195
Anselmo de Buis, Arcebispo de Milão, 27
Antério, Bispo de Buluniyas, 365 n-3
Antióquia, da Pisídia, 235
Antitauro, montanhas, 19, 23, 110, 308
Apaméia, 21, 55, 111, 112, 120, 134, 138, 285, 297, 302; Arcebispos de, *ver* Pedro, Serlão; *ver também* Enguerrando
Apúlia, 51, 53, 129, 168
Aquitânia, aquitanenses, 34; *ver* Eleonora, Guilherme IX
Aqsonqor, governador de Alepo, 117, 160
Aqsonqor, *ver* Il-Bursuqi
Arábia, 16, 90, 91, 93, 94, 125, 201, 342
Arab ibn Kilij Arslan, seljúcida, 185
Aragão, 217; *ver* Afonso, Elvira, Petronilha, Ramiro
Araima, 248, 340
Araxes, rio, 143
Arbil, 112, 207, 383
Archibaldo, Senhor de Bourbon, 220, 237
Arenburga de Maine, Condessa d'Anjou, 158 n-1
Arles, *ver* Gibelin
Arnoldo de Bréscia, 223
Arnoldo de Toroga, Grão-Mestre do Templo, 378, 381
Arnulfo de Calábria, cônego, 192-193
Arnulfo de Seez, Bispo de Lisieux, 220, 233
Arnulfo de Turbessel, 324
Arnulfo, guardião de Blanchegarde, 200
Arnulfo Malecorne de Rohes, Patriarca de Jerusalém, 70, 73, 79-82, 95, 97-98, 129-130, 148
Arqa, 58, 66, 67, 91, 335
ar-Raghib, 375
ar-Rahba, 86, 122
ar-Rahub, 211
Arran, 143
Arras, *ver* Alviso
Arsuf, 16, 18, 71, 72, 76, 84, 86, 255
Artah, 49, 54, 134, 136, 212, 283, 319
Arzghan, 123 n-1, 166, 283
Ascalão, 16, 23, 70, 72-74, 77, 83-84, 87, 89-90, 93, 148-149, 152, 155, 157, 169, 179, 200, 292-294, 296, 316, 328, 334, 336, 364, 378, 380, 384, 396, 401, 405
Ashdod, 132
Ashmunein, 323
Ashtera, 391
Assailly, *ver* Gilberto
as-Salih Ismail, Rei, 249 n, 343, 348, 351-352, 356, 357, 371
Assassinos, 110-111, 113, 117, 119, 150, 155, 158-159, 172, 280, 282-283, 289, 302, 341, 350, 352
as-Shafih, santo muçulmano
as-Shaibani, historiador, 413
Asterabad, 158
Aswad, 282
Atália, 182, 184, 185, 194, 232, 234, 235-236, 239, 410
Atanásio II, Patriarca de Antióquia, 311, 320
Atanásio, patriarca jacobita, 123-124
Atfih, 322
Athareb, 109, 134, 137, 139, 143, 152, 154, 155, 174, 188, 192

Aura, *ver* Ekkehard
Áustria, *ver* Ida, Henrique
Auvergne, 365
Aversa, *ver* Guilherme
Avesnes, *ver* Gerardo
Avlona, 52
Axuch, Aleixo, 315 n-2
Axuch, grão-doméstico, 184, 196
Ayaz ibn Ilghazi, ortóquida, 112, 113, 116, 118, 120
Aytekin, emir de Bosra, 85
Ayub, Najm ed-Din, 171, 209, 291, 295, 318, 335, 340, 341
Azaz, 113 n-3, 122, 123, 152, 154, 160, 174, 352
Azerbaijão, 171, 172

Babenberger, família, 222; *ver* Henrique, Oto
Badr ad-Daulah Suleimã, ortóquida, 145
Bafra, 32
Bagdá, 19, 23, 63, 98, 111, 117, 160, 171, 189, 295, 327, 339, 351, 414
Baghras, 194, 283, 300, 325, 336, 404
Bagrat, aventureiro armênio, 119
Bagrátida, dinastia, 143
Bahram, Assassino, 158
Bahram-Xá, príncipe burida, 198
Bakas Shoqr, 403
Balak, ortóquida, 142 n-2, 144-145, 151, 152, 182, 184
Balat, 188, 212
Balatonos, 176
Balbek, 58, 90, 91, 159, 173, 198, 295, 297, 353, 359 n-2
Balcânica, península, 28, 34, 102, 181, 228, 231, 239, 366
Balduíno I, de Bolonha, Rei de Jerusalém, como Conde de Edessa, 41-42; primeiras tarefas como rei, 15, 18-19, 26; reinado, 70-99; relações com Antióquia, 40-41, 107-108, 114, 120, 124; com Bizâncio, 40, 49; com Trípoli, 66-68. Outras referências, 16, 20, 21, 44, 47, 48, 58, 100, 115, 119, 129, 146, 165, 182, 201, 216, 254, 255, 265, 269, 278, 280, 313 n
Balduíno II, de Le Bourg, Rei de Jerusalém, como Conde de Edessa, 20, 41-42, 46; primeiro cativeiro, 49, 56, 100, 102; como conde novamente, 66-67, 77, 91, 106, 114-115, 118, 120, 123; reinado, 129-130, 136-148. Outras referências, 165, 168, 204, 254, 258, 265, 280, 386 n-1
Balduíno III, Rei de Jerusalém, começo do reinado, 204, 211, 285; e a Segunda Cruzada, 243-244; regente de Antióquia, 287-288; regente de Trípoli, 288; substitui a mãe, 290; governo, 291-297, 299, 301; relações com Bizâncio, 309, 311; últimos anos, 309-312. Outras referências, 162, 260, 268, 313, 317
Balduíno IV, Rei de Jerusalém, sua hanseníase, 260, 338; reinado, 348, 353, 356-362, 364, 369-371, 378; testamento, 380, 384. Outras referências, 313
Balduíno V, Rei de Jerusalém, 260, 353, 383
Balduíno, Arcebispo de Cesaréia, 80
Balduíno, Arcebispo de Nazaré, 243, 285
Balduíno de Antióquia, 315, 355
Balduíno de Ibelin, senhor de Ramleh, 357, 358, 361, 363-364, 384-386, 387
Balduíno, senhor de Grandpré, 29
Balduíno, senhor de Marash, 177, 188, 209, 415
Baleares, Ilhas, 88
Balian I, senhor de Ibelin, 169, 200, 204, 216, 363
Balian II de Ibelin, casa-se com a Rainha Maria, 349, 363, 364; intermediário entre Guy e Raimundo, 387-389; em Hattin, 392; defende Jerusalém, 397-399. Outras referências, 358, 381, 384-385, 396, 403, 420
Balikesri, 234
Balikh, 46
Balis, 105, 117, 122, 134, 295
Banyas, 90, 151, 159, 170, 173, 174, 198-199, 244, 256, 291, 296-297, 320, 343, 359, 360, 361, 372; Bispos de, *ver* Adão, Tiago
Barac, médico, 312
Barada, rio, 244
Barcelona, 41 n-1, 217, 256; Bispo de, *ver* Berengar

Bar-Hebraeus, Abu'l Faraj, historiador, 416, 418
Barkiyarok, Sultão, 23, 45, 101, 119
Barres, *ver* Everardo
Bar-Sabuni, bispo jacobita, 123
Barsauma, Mar, monastério de, 124
Barsauma, S., 280, 320
Barsauma, sacerdote jacobita, 206
Barzenona, 41 n-1
Basarfut, 44, 212
Basiléia, 222
Basílio, bispo jacobita de Edessa, 205, 207, 210
Basílio, o Médico, poeta armênio, 415
Basílio, Príncipe de Gargar, 284
Basílio, senhor armênio, 177
Basoches, *ver* Gervásio
Basra, 341
Bathys, rio, 232
Batit, José, 399
Baudri, Arcebispo de Dol, 408
Baviera, 222 n-2; *ver* Henrique, Guelfo
Bazawash, mameluco, 178, 179
Beatrice, Condessa de Edessa, 166, 268, 285, 286, 287, 313 n
Beaufort, 314, 361, 396, 402
Beauvais, *ver* Alberico, Filipe
Becket, *ver* Tomás
Bedran, emir, 328
Beduínos, 16, 92, 105, 201, 277, 380, 386
Beha ed-Din ibn Shedad, historiador, 412-414, 418-419
Behesni, 286
Beirute, 21, 58, 74, 87, 94, 95, 155, 166, 255, 270, 274, 290 n, 312, 326, 371, 381, 384, 386, 387; Bispo de, *ver* Odo; *ver também* Guy
Beisan, 16, 376
Beit Nuba, 202
Bela III (Aleixo), Rei da Hungria, 315 n-2, 367
Belém, 15, 149, 337; Bispos de, *ver* Anselmo, Ralph
Belgrado, 28, 34
Belin (La Mahomerie), 151
Bellesme, *ver* João
Belvoir, 325, 371, 402
Bena Zahr, *ver* al-Juyushi
Beneditina, ordem, 141
Benedito, Arcebispo de Edessa, 42, 46-47
Benedito de Peterborough, historiador, 411
Benevento, 41 n-1
Benjamim de Tudela, viajante, 256, 416
Beqaa, 353
Berengar, Bispo de Orange, 97
Berenguer, Bispo de Barcelona, 41 n-1
Bergen, 88
Bernardo de Valência, Patriarca de Antioquia, 38, 40, 43, 46, 95, 105, 121, 123, 133-134, 136, 139, 142, 146, 153, 160, 174
Bernardo, o Estrangeiro, governador de Tarso, 37, 39
Bernardo, o Tesoureiro, historiador, 417
Bernardo, S., Abade de Clairvaux, 206 n, 216, 218-222, 223, 248, 249, 323
Bernardo, *ver* Vacher
Berneville, Teodoro, 121
Bersabéia, 94, 200
Berta, *ver* Irene
Bertrada de Montfort, Condessa d'Anjou, 51, 157
Bertrando, bastardo de Toulouse, 243, 249, 307
Bertrando de Blancfort, Grão-Mestre do Templo, 307
Bertrando de Toulouse, Conde de Trípoli, 61, 64-68, 106, 112, 114, 125, 165, 243, 264, 268
Bertrando, o Infiel, curdo, 174 n-1
Bervoldo, cavaleiro, 73
Betânia, 202, 270, 312
Bethgibelin, 200
Bethune, *ver* Roberto
Biandrato, *ver* Alberto
Bilbeis, 318, 328-329, 330, 333
Birejik, 107, 119, 207, 285-286, 372, 382; *ver* Abu'lgharib, Waleran
Bisikra'il, 109, 176
Bitínia, 192
Biza'a, 121, 122, 133, 188, 192, 205, 352
Blacherne, palácio em Constantinopla, 28, 233
Blancfort, *ver* Bertrando
Blanchegarde, 200
Blois, *ver* Estêvão, Tibaldo
Boêmia, 222 n-1; *ver* Ladislau

Boemundo I, Príncipe de Antióquia, no cativeiro, 19, 27, 29, 33, 39; livre, 43; governo de Antióquia, 43-44; retorna à Europa, 49-52; derrotado pelos bizantinos, 51-53, 55; morte, 53. Outras referências, 21, 25, 78, 80, 102, 124, 165, 181, 187, 268
Boemundo II, Príncipe de Antióquia, chega ao Oriente, 156; governo, 160; morte, 162. Outras referências, 53, 115, 137, 163, 165, 168, 176, 184, 219, 265, 268
Boemundo III, Príncipe de Antióquia, minoridade, 286, 310; chega à maioridade, 314; guerras contra os sarracenos, 317, 319, 357, 373, 387, 403; relações com Bizâncio, 320, 326, 335, 360; com a Igreja, 369; com Jerusalém, 348, 378, 387, 390
Boemundo IV, Príncipe de Antióquia e Conde de Trípoli, 403
Boleslau IV, Rei da Polônia, 225
Bolonha, 129; *ver* Estêvão
Bonaplus, senhor de Sarmeda, 113
Bonifácio, Marquês de Salona, 97 n
Borgonha, 221; *ver* Hugo III, Estêvão
Bósforo, 28, 32, 35, 231, 233, 337, 367
Bosra, 85, 210-211, 291, 373
Botero, *ver* Abu'l Fath
Botrun, 255, 350, 385; *ver* Lúcia, Plivano
Bourbon, *ver* Archimbaldo
Brabante, *ver* Godofredo
Branas, Demétrio, almirante, 205
Branas, Miguel, governador da Bulgária, 266, 301
Brandemburgo, 221
Branitchevo, 226, 228
Bréscia, *ver* Arnoldo
Brice, Pedro, 395
Briênio, Nicéforo, César, 52, 183
Brisebarre, *ver* Guy
Broyes, *ver* Hugo
Bruges, 219
Bruno, legado papal, 51
Brus, *ver* Reinier
Bruxelas, *ver* Gotmano
Buis, *ver* Anselmo
Bulaq, 142 e n-2
Buluniyas, 56, 123; bispo *ver* Antero
Buqaia, 58, 60, 66, 179, 180, 186, 248, 256, 297, 317, 325, 335, 353, 362
Bures, *ver* Elinando, Esquiva, Godofredo, Guilherme
Buri, Taj al-Mulk, 39, 49, 58 n, 63, 90, 159, 161, 173
Bursuq ibn Bursuq de Hamadan, 112, 113, 119, 120-122
Bursuk, turco, 205
Burzey, 404
Butaiha, 303
Butumites, Manuel, 44, 89, 125

Caen, *ver* Radulfo
Caffaro, historiador, 408
Cairo, 22, 150, 277, 302, 316, 318, 322-324, 329-330, 341, 350, 353, 359, 370, 371, 376, 386
Calábria, 248
Calamon, 337 n-3
Calcedônia, 231, 233
Calixto II, Papa, 148
Calvário, 146, 163
Camatero, João, Prefeito de Constantinopla, 311
Cambraia, *ver* Litardo
"Campo de Sangue", 135-137, 139, 148
Cantacuzeno, almirante, 49, 55
Cão, rio do, 70, 71
Capetiana, dinastia, 309
Capadócia, 125
Caramaniana, 236
Carmelo, monte, 17, 18, 83
Carniola, 28
Carpenel, Geldemar, senhor de Haifa, 73
Carras, 46
Castela, 88, 217; *ver* Afonso VII, Urraca
Catalunha, 217
Catarina, Sta., monastério de, 277
Cátaros, 219
Cecília da França, Princesa de Antióquia, mais tarde Condessa de Trípoli, 51, 115-116, 123 n, 137, 166, 172
Cecília de Rethel, Princesa de Antióquia, 116, 137, 138, 161
Cerdagne, 61; *ver* Guilherme Jordão
Cerulário, Miguel, Patriarca de Constantinopla, 51

Cesaréia, 17, 18, 71, 72, 88, 168, 243, 255, 257 n-4, 258, 269; Arcebispos de, *ver* Balduíno, Evremar, Heráclio, Hernes; *ver também* Eustácio, Hugo, Gualtério
Cesaréia-Mazacha, 33, 229, 354
Chamelle, La, 58, 66, 68
Champanhe, 51; *ver* Henrique, Estêvão
Chartres, 156, 200; *ver* Fulcher, Tibaldo
Chastel Arnaud, 86
Chastel Ernaut, 202
Chastel Rouge, 121, 123 n-1, 166
Château-Neuf, *ver* Hunin
Châtillon-sur-Loing, 299; *ver* Reinaldo
Cheravas, 227
Chipre, 20, 40, 60, 62, 87, 194 n-3, 300-301, 302, 311, 326, 332, 367, 369
Cidno, rio, 304
Cilícia, 20, 39, 44, 49, 55, 65, 105, 110, 113, 161, 176-177, 181, 186, 188, 190, 191, 194-195, 205, 215, 232, 237, 256, 288, 300, 304, 308, 314, 326, 335-336, 338, 341, 369
Cinnamus, João, historiador, 234, 407
Cirenaica, 373
Cisterciense, ordem, 219
Clairvaux, 216, 222, 223
Cleópatra, Rainha do Egito, 96
Cluny, 221; *ver* Pedro
Colônia, 221
Coloman, Constantino, governador da Cilícia, 314, 317, 319, 326, 336
Coloman, Rei da Hungria, 28
Comnena, Ana, historiadora, 52, 182-183, 407
Comnena, Eudóxia, 326
Comnena, Maria, Cesarina, 229, 288
Comnena, Maria, Porfirogeneta, 362, 367
Comnena, *ver* Maria, Teodora
Comneno, Aleixo Briênio, Grão-Duque, 311
Comneno, Aleixo, Porfirogeneta, 194
Comneno, Aleixo, *Protosebastus*, 367
Comneno, Andrônico, Porfirogeneta, 194
Comneno, Isaac, Porfirogeneta, 194, 196
Comneno, Isaac, *Sebastocrator*, 185, 192
Comneno, João, renegado, 192
Comneno, Manuel, *Sebastus*, 325
Comneno, *ver* Aleixo, I, Aleixo II, Andrônico I, Isaac, João II, Manuel I
Conrado III, Rei da Alemanha, e Segunda Cruzada, 222, 223, 225-228, 231-232, 237, 239, 242-248. Outras referências, 194, 216, 306, 354 n, 411
Conrado de Montferrat, senhor de Tiro, 382, 404
Conrado, Comissário da Alemanha, 29, 37, 74
Constança, cidade, 222
Constância da França, Princesa de Antióquia, 51, 156
Constância da Sicília, mais tarde imperatriz, 368
Constância de Antióquia, filha de Boemundo III, 360 n-3
Constância, Princesa-Regente de Antióquia, minoridade, 162, 166, 175, 265; primeiro casamento, 175-176; questão do novo casamento, 265, 268, 286-288; volta a se casar, 299; casa a filha com Manuel, 310-311; cai do poder, 314, 321
Constantino I, príncipe roupeniano, 161
Constantino II, príncipe roupeniano, 177, 188
Constantino, o Grande, Imperador, 24
Constantino, *ver* Coloman, Ducas, Gabras
Constantinopla, 28-29, 32-34, 37, 44, 56, 65, 96, 99, 111, 165, 175, 184-185, 187, 191, 192, 196, 205, 208, 227, 228-229, 231, 233, 234, 247, 268, 287, 299, 301-304, 307-308, 311, 315, 325, 327, 331, 336-338, 340, 354, 356, 364, 366-367, 382, 401, 404, 407
Contostefano, Andrônico, Grão-Duque, 205, 332-334
Contostefano, João, 205, 308, 310
Coptas, 256, 329
Córdova, 217
Corfu, 148, 238
Córico, 49
Corinto, 238
Corno de Ouro, 231
Cotyaeum, 126
Courtenay, família, 42, 207, 280, 364-365; *ver* Agnes, Isabela, Juscelino I, II e III, Pedro, Estefânia
Crasso, general romano, 46
Cremona, *ver* Sicardo

Cresson, fontes de, 389, 390
Crisolano, Pedro, Arcebispo de Milão, 125
Cristóvão, o Chanceler, 308
Cruz Verdadeira, relíquia, 73, 77, 85, 121, 134, 138, 142, 144, 148, 293-294, 323, 358, 371, 373, 390
Cúpula da Rocha, em Jerusalém, 401
Curasão, 23, 111, 133
Curdos, 22, 282, 343

Dadjig, 304
Dafne, 274
Dagoberto de Pisa, patriarca de Jerusalém, 41, 70, 71, 78-81, 157, 269, 278
Daimarg, batalha, 171
Damasco, 21, 39, 59, 63, 68, 84-85, 90, 91-93, 116-117, 120, 122, 125, 132-133, 142, 149, 151, 158-159, 170, 173, 178-180, 192, 197-199, 205, 208, 210, 243-246, 277, 282, 291, 293, 297, 303, 316, 321, 326, 343, 353, 357, 359, 361, 370-371, 376, 379, 386, 395, 405, 412, 414
Damieta, 333-334, 370
Daniel, o Higúmeno, 83 n-1, 278, 416
Danishmend, dinastia, 19, 20, 23, 30-31, 37, 43, 44, 100, 116 n-1, 133, 153, 162, 176, 182, 184-185, 189, 191, 194, 296, 308, 340, 354; *ver* Ain ed-Daulat, Dhu'l-Nun, Ghazi, Maomé, Yakub Sangur, Yighi-Siyan
Danúbio, rio, 34, 181, 185, 226, 228
Darbsaq, 404
Dareiya, 303, 373
Daron, 258, 328, 336
Davi II, Rei da Geórgia, 143
Davi, Torre de, em Jerusalém, 86
Dawud, ortóquida, 189
Dawud, sultão seljúcida, 171
De Expugnatione Terrae Sanctae Libellus, 410, 417-420
Delta, 22, 329
Demétrio, *ver* Branus, Macrembolitas
Deraa, 132, 211
Deuil, *ver* Odo
Devol, rio, 52; Tratado de, 53, 124, 191, 268
Dhakak, emir de Balbek, 296
Dhirgham, vizir do Egito, 317
Dhu'l-Nun, príncipe danishmend, 229, 296, 354
Dhu'l Qarnain, príncipe danishmend, 296
Diarbekir, 45, 205, 209, 319, 372, 382, 412
Diert, 319
Dijon, 223
Dinamarca, dinamarqueses, 87, 216
Diógenes, *ver* Romano
Domênico, *ver* Miguel
Domfront, *ver* Radulfo
Doriléia, 23, 29, 35, 36, 229, 232, 239, 355
Douro, rio, 224
Douzy, *ver* Matilda
Dreux, *ver* Roberto
Drusos, 22
Dubais ibn Sadaqa, beduíno, 152-154, 161, 171
Ducas, Constantino, co-imperador, 183
Duqaq, Shams el-Malik, governante de Damasco, 21, 49, 59-60, 62, 71, 85
Durazzo, 52, 181

Ecbátana, 215
Edom, iduméia, 70, 92, 201
Éfeso, 234-235
Efraim, artista, 337
Egridir, lago, 355
Ekkehard de Aura, historiador, 35, 74, 408
el-Arish, 99
el-Baba, 188
Eleonora de Aquitânia, Rainha da França, mais tarde Rainha da Inglaterra, 216, 227, 241
El Fayum, 323
el-Hasan, senhor de Mahdia, 218
Elinando de Bures, Príncipe da Galiléia, 206, 245
Elvira de Aragão, Condessa de Toulouse, 17, 61, 64
Elyn, *ver* Aila
Ema, Condessa de Jafa, 82, 88, 148, 169
Embriaco, Hugo I, senhor de Jebail, 68
Embriaco, Hugo II, senhor de Jebail, 394, 396, 398
Enguerrando, senhor de Apaméia, 113
Épiro, 368
Ernoul, historiador, 364 n-1, 379 n, 388, 409, 417-420
Esdraelon, 16, 17, 70, 388

Eslavos, 24
Esmirna, 234
Espanha, espanhóis, 217, 279
Esquiva de Bures, Princesa da Galiléia, Condessa de Trípoli, 348, 361, 391, 395, 417-417, 421
Esquiva de Ibelin, mais tarde Rainha de Chipre, 364
Esseron, 234
Estefânia de Courtenay, 116 n-2, 313 n
Estefânia de Milly, senhora da Oultrejourdain, 341, 349, 363, 379, 402
Estêvão, Bispo de Metz, 225
Estêvão, comandante da Guarda Varangiana, 232
Estêvão, Conde da Borgonha, 29-32, 37, 74
Estêvão, Conde de Blois, 29-30, 37, 58, 74-76
Estêvão de Champanhe, Conde de Sancerre, 338, 341
Estêvão de La Ferté, Patriarca de Jerusalém, 156
Estêvão Pol, 51 n
Estêvão, príncipe roupeniano, 188, 287, 314
Estoire d'Eracles, 409, 417-420
Estrasburgo, 221, 223
Etiópia, etíopes, 256
Eudóxia, *ver* Comnena
Eufrates, rio, 17, 33, 42, 45, 50, 63, 86, 102, 104-105, 108, 119, 120, 122, 134, 146, 173, 205, 207, 229, 284-285, 308, 351, 362, 372, 382
Eufrosina, Abadessa de Polotsk, 279 n-1
Eugênio III, Papa, 215
Eumátio, *ver* Filocales
Eustácio I Garnier, senhor de Cesaréia e Sídon, 67, 82, 88, 145, 147, 148, 168
Eustácio II Garnier, senhor de Sídon, 168
Eustácio, Conde de Bolonha, 129
Eustrátio, Bispo de Nicéia, 125
Eustrátio, general, 188
Eutímio, Sto., monastério de, 278, 338 n
Eva, Abadessa de Betânia, 203 n-1
Everardo de Barres, Grão-Mestre do Templo, 227, 233
Evremar de Therouannes, Patriarca de Jerusalém, depois Arcebispo de Cesaréia, 80, 84, 85, 134, 138
Ezra, 373
Fakhr al-Mulk abu Ali ibn Ammar, emir de Trípoli, 58, 61-64, 65
Fakhr ed-Din ibn Ayub, 333
Falconberg, *ver* Hugo, Gerardo, Gualtério
Falieri, Ordelafo, Doge de Veneza, 88
Famiya, 283
Fanar, bairro em Constantinopla, 231
Faqus, 318
Farama, 93, 333
Fars, 171
Faruk-Xá, príncipe aiúbida, 360, 370, 373
Farum, em Jeziré, *ver* Graye
Fatímida, dinastia, 19, 21, 22, 25, 49, 58, 62, 84, 89, 123, 150-151, 173, 218, 292-293, 316, 321, 329, 332, 339
Faydida de Uzès, Condessa de Toulouse, 227
Filadélfia, 125, 234
Filipe I, Rei da França, 51, 156, 157
Filipe, Bispo de Beauvais, 361
Filipe da Alsácia, Conde de Flandres, 356-358
Filipe de Milly, senhor de Nablus, senhor da Oultrejourdain, Grão-Mestre do Templo, 206, 290 n, 311 n-1, 337
Filipe, médico, 363
Filipa de Antióquia, senhora de Toron, 326
Filipa de Toulouse, Duquesa de Aquitânia, 34
Filipópolis, 28, 226; Arcebispo de, *ver* Itálico
Filocales, Eumátio, governador de Chipre, 62, 125
Filomélio, 35, 36 n, 126, 182, 230
Filopátio, palácio perto de Constantinopla, 183, 231, 233
Flandres, flamengos, 87, 216, 221, 224, 233; *ver* Filipe, Thierry
Focas, João, peregrino, 278, 337 n-3, 407
Fostat, 329, 333
Frankfurt-sobre-o-Meno, 222
Frederico I, Hohenstaufen, Imperador do Ocidente, 225-226, 233, 246, 331, 353, 368, 380, 381
Frederico, Arcebispo de Tiro, 331
Frederico, Bispo de Acre, 293, 312
Freisingen, *ver* Oto
Fresnel, *ver* Guy
Friburgo, 222

Frígia, 182, 184
Frísios, 224
Fulcher de Angoulême, Patriarca de Jerusalém, 242, 243, 289, 312
Fulcher de Chartres, historiador, 58, 95, 132, 408
Fulcher de Chartres, soldado, 42
Fulco IV, Rechin, Conde d'Anjou, 157
Fulco, Conde d'Anjou, Rei de Jerusalém, casa com Melisende, 157; acessão e início do reinado, 162-166; guerras no norte, 172, 177-180; relações com Bizâncio, 186-187, 195; fim do reinado, 198-204. Outras referências, 163, 265, 268

Gabes, golfo de, 218
Gabras, Constantino, Duque de Trebizonda, 126, 184, 191
Gabriel, Príncipe de Melitene, 23, 41-42, 43
Gadara, 212
Galiléia, 16, 17, 38, 44, 73, 85, 90-91, 94, 114, 132, 140, 149, 165, 244, 256, 258, 265, 287, 290, 293, 320, 340, 348, 360, 362, 366, 380, 382, 385, 387-388, 396; *ver* Elinando, Esquiva, Gervásio, Godofredo, Hugo, Gualtério, Guilherme
Galípoli, 337
Gangra, 30, 184, 185
Garenton, senhor de Zerdana, 166
Gargano, monte, 170
Gargar, 145, 177, 284; *ver* Basílio, Miguel
Garnier, *ver* Eustácio, Gerardo, Hugo, Reinaldo, Gualtério
Gastun, 300
Gauffier, cavaleiro, 203
Gaza, 16, 292, 325, 336, 358, 396
Gazelle, cavalo, 73
Geldemar, *ver* Carpenel
Gembloux, *ver* Sigeberto
Gênova, genoveses, 24-25, 39, 58, 60, 65, 67, 84, 185, 255, 261, 367, 418, 420
Geórgia, georgianos, 82, 143, 305, 370; *Crônica Georgiana*, 416
Gerardo, Bispo de Belém, 293, 294
Gerardo, Bispo de Latáquia, 304, 306
Gerardo, Bispo de Trípoli, 178
Gerardo de Avesnes, 75
Gerardo de Pougi, Marechal da Corte, 337
Gerardo de Ridefort, Grão-Mestre do Templo, 350, 381, 384, 387, 389, 418
Gerardo Falconberg de St. Omer, 90, 94
Gerardo Garnier, senhor de Sídon, 169 n., 293
Gerardo, Mestre do Hospital, 140
Gerardo, *ver* Jebarre
Gerbod de Winthinc, 76
Germanicópolis, 34
Gervásio de Basoches, Príncipe da Galiléia, 90, 91
Geza II, Rei da Hungria, 225
Ghazi ibn Hassan, governador de Menbij, 332
Ghazi, príncipe danishmend, 100, 162, 164, 182, 185
Giaour Dagh, montanhas, 194
Gibelet, *ver* Jebail
Gibelin de Sabran, Arcebispo de Arles, 81
Gibraltar, estreito de, 274
Gien, *ver* Godofredo
Gilberto de Assailly, Grão-Mestre do Hospital, 327, 331
Gilberto de la Porée, herege, 223
Gilboa, monte, 376
Gildoíno de Le Puiset, Abade de Sta. Maria Josafá, 168
Gilead, 201
Gizé, 322
Glanville, Henrique, Comissário de Suffolk, 224
Goderico, aventureiro inglês, 76
Godofredo III, Duque de Brabante, 376
Godofredo, Abade do Templo, 195
Godofredo, castelão da Torre de Davi, 86
Godofredo, Conde d'Anjou, Duque da Normandia, 157, 175
Godofredo, Conde de Gien, 299
Godofredo, Conde de Vendôme, 76
Godofredo de la Roche Faillée, Bispo de Langres, 219, 233
Godofredo de Lorena, "*Advocatus Sancti Sepulchri*", 15, 16, 18, 41, 70, 78, 82, 99, 129, 157, 255, 263, 398
Godofredo de Rancon, 236
Godofredo Martel de Angoulême, 317
Godofredo, o Monge, senhor de Marash, 145, 147

Godofredo, templário, 322
Golias, Piscinas de, 377, 391
Gormondo de Piquigny, Patriarca de Jerusalém, 130, 145, 146, 149-151, 156
Gotmano de Bruxelas, 75
Gravina, *ver* Alexandre
Graye, ilha, 93, 375
Gregório IV Dgha, Católico da Armênia, 415
Gregório Abu'l Faram, *ver* Bar-Hebraeus
Gregório, o Sacerdote, historiador, 415
Gualtério I, Garnier, senhor de Cesaréia, 169 n
Gualtério II, Garnier, senhor de Cesaréia, 376, 378, 384
Gualtério III, Brisebarre, senhor de Beirute e da Oultrejourdain, 290 n
Gualtério de Mesnil, templário, 342
Gualtério Falconberg de St-Omer, Príncipe da Galiléia, 348
Gualtério, o Chanceler, historiador, 408
Gualtério, senhor de Hebron, 112
Guarda Varangiana, 232
Guelfo IV, Duque da Baviera, 34-36, 58
Guelfo VI, Duque da Baviera, 222 n-2, 243
Guelfos, família dos, 222
Guiberto, Preceptor do Hospital, 331
Guido de Florença, Cardeal, 220 n-3
Guilherme I, Conde de Nevers, 33-35, 37, 42
Guilherme II, Conde de Nevers, 220
Guilherme II, Rei da Sicília, 342, 347, 368
Guilherme III, Marquês de Montferrat, 382, 394, 404
Guilherme IV, Conde de Nevers, 327, 328 n
Guilherme IX, Duque da Aquitânia, 34-37, 39, 58, 78, 175
Guilherme, Arcebispo de Tiro, 79 n-1, 82, 206, 277, 278, 328, 338, 350, 362, 365, 403, 408, 413
Guilherme, Bispo de Acre, 337
Guilherme de Aversa, cavaleiro, 163
Guilherme-Cliton, Duque titular da Normandia, 91
Guilherme de Bures, Príncipe da Galiléia, 132, 140, 148, 151, 157, 159
Guilherme de Malmesbury, historiador, 411
Guilherme de Messines, Patriarca de Jerusalém, 157, 170, 179, 193, 202, 204, 242
Guilherme de Montferrat, Espada-Longa, Conde de Ascalão e Jafa, 353
Guilherme Falconberg de St-Omer da Galiléia, 359
Guilherme Jordão, Conde de Cerdagne, 61-68, 91, 107
Guilherme, o Conquistador, Rei da Inglaterra, 29
Guilherme, senhor de Zerdana, 166
Gümüshtekin, al-Taj, eunuco, 90
Gümüshtekin, governador de Alepo, 343, 347, 350-351, 357
Gümüshtekin, *ver* Malik Ghazi
Guy Brisebarre, senhor de Beirute, 157, 245
Guy de Lusignan, Rei de Jerusalém, 364, 375-378, 380, 384-387, 389-394, 397, 417-418
Guy Fresnel, a Faia, senhor de Harenc, 113, 121
Guy, o Bode, governador de Tarso, 113

Hab, 113, 138; *ver* Rogério
Habis Jaldak, 303, 371, 373
Haifa, 16, 18, 83, 84, 85, 91, 199; *ver* Carpenel, Pagão
Hakim, Califa, 22, 25
Halis, rio, 31
Hama, 54, 58, 109, 118, 120, 161, 173, 180, 187, 188-189, 211, 241, 297, 335, 350-351, 357, 372, 414
Hamadan, 112, 119
Harenc, 113, 121, 283, 319, 357, 360; *ver* Guy, Orgillosa
Harran, 45-48, 100, 101, 107-108, 147, 152, 205, 212, 372
Hasan as-Sabah, heresiarca, 110
Hasan, Califa, 173, 292
Hasan, emir da Capadócia, 125
Hasan, senhor de Menbij, 286
Hashishiya, *ver* Assassinos
Hattin, aldeia, 392, 395; Cornos de, batalha, 393, 396, 403, 404, 405, 417-421
Hauran, 85, 132, 155, 210, 373, 390-391
Hauteville, dinastia, 182, 265
Hebron, 16, 70, 77, 85, 86, 93, 202, 277

Helesponto, 126, 226, 228, 231, 332
Helvis, herdeira de Ramleh, 200, 204
Henrique I, Conde de Champanhe, 243, 275 n-2
Henrique I, Rei da Inglaterra, 51, 157, 175
Henrique II, Conde de Champanhe, 361
Henrique II, Rei da Inglaterra, 331, 339, 356, 380, 390, 398, 400, 420
Henrique IV, Imperador do Ocidente, 29, 35
Henrique V, Imperador do Ocidente, 124
Henrique VI, Imperador do Ocidente, 368
Henrique, Bispo de Toul, 225, 243
Henrique Jasomirgott Babenberg, Duque da Áustria, 234, 243, 247
Henrique, o Leão, Duque da Saxônia, 339
Henrique, *ver* Glanville
Heracléia (Eregli), 33, 35
Heracléia, na Trácia, 337
Heráclio, Arcebispo de Cesaréia, Patriarca de Jerusalém, 275, 281, 365, 375, 378, 381, 384-385, 390, 397-398, 409
Hermon, monte, 394
Hermópolis, 323
Hernes, Arcebispo de Cesaréia, 312, 320, 331
Herodes Agripa, Rei da Judéia, 72
Hethoumiana, dinastia, 369; *ver* Oshin
Hierápolis, *ver* Menbij
Hierges, *ver* Manassés
Hipódromo, em Constantinopla, 337
Hisn Kaifa, 352, 372
"Historiador Real", 415
Historia Regni Hierosolymitani, 410, 420
Historia Regum Hierosolymitanorum, 410
Hodierna de Jerusalém, Condessa de Trípoli, 157, 172, 178, 202, 243, 288, 290 n, 310, 348
Hodierna de Rethel, senhora de Hierges, 147 n, 204
Hohenstaufen, dinastia, 309; *ver* Conrado, Frederico I, Henrique VI
Homs, 21, 58, 59, 109, 111, 120, 122, 154, 156, 161, 179, 180, 187, 197-198, 245, 295, 297, 328, 329, 335, 351, 357, 383
Honório II, Papa, 158
Hor, monte, 70
Hospital, Ordem do, 141, 243, 293, 318, 327, 390, 398, 400, 411
Hugo I, Conde de Rethel, 41
Hugo III, Duque da Borgonha, 363
Hugo VI, Conde de Lusignan, 74
Hugo VIII, Conde de Lusignan, 317, 319
Hugo I de Le Puiset, Conde de Jafa, 168, 217
Hugo II de Le Puiset, Conde de Jafa, 119 n-1, 148, 168, 200, 201, 202
Hugo, Arcebispo de Edessa, 206
Hugo, Bispo de Jabala, 215, 219
Hugo, Conde de Champanhe, 51 n
Hugo, Conde de Montebello, 27
Hugo da França, Conde de Vermandois, 34, 39
Hugo de Ibelin, senhor de Ramleh, 322, 324, 363
Hugo de Le Bourg, 75
Hugo de Payens, Grão-Mestre do Templo, 141, 159
Hugo de Pierrefonds, Bispo de Soissons, 29
Hugo de St. Pol, 51 n
Hugo Falconberg de St. Omer, Príncipe da Galiléia, 73, 76, 90, 94
Hugo Falconberg de St. Omer, príncipe titular da Galiléia, 361
Hugo Garnier, senhor de Cesaréia, 322
Hugo *ver* Embriaco
Humberto II, senhor de Toron, comissário, 285, 289, 290, 297, 303, 320, 324, 326, 341, 348, 353, 358, 359, 360, 364
Humberto III de Toron, 341
Humberto IV, senhor de Toron, 376, 378-379, 384-385, 394, 402
Humberto, Cardeal de Silva Candida, 51
Hunin, 359, 402
Hunos, 301

Ibelin, 148, 200, 358, 363; família, 289, 348, 357 n, 363, 364, 370, 376, 410; *ver* Balduíno, Balian, Esquiva, Hugo, Tomás
Ibn abi Tayyi, historiador, 413
Ibn al-Athir, historiador, 59, 413, 416, 417, 419
Ibn al-Azraq, historiador, 412
Ibn al-Milhi, governador de Alepo, 122
Ibn al-Muqaddam, regente de Damasco, 343, 347, 353
Ibn al-Qalanisi, historiador, 412, 414
Ibn at-Tuwair, historiador, 414

Ibn Badi, embaixador, 117
Ibn Bibi, historiador, 414
Ibn ed-Daya, notável de Alepo, 282, 298
Ibn el-Kadesi, historiador, 420
Ibn Jubayr, viajante, 412
Ibn Khaldun, historiador, 414
Ibn Khallikan, historiador, 414
Ibn Mangu, príncipe de Taranaghi, 184
Ibn Mashar, 109
Ibn Qadus, almirante, 78, 84
Ibn Qaraja, emir de Homs, 119
Ibn Ruzzik, vizir do Egito, 317
Ibn Sulaiha, cádi de Jabala, 21, 39
Ibn Tumart, profeta berbere, 218
Ibrahim ibn Turgut, general, 199
Ibrahim, príncipe ortóquida, 100, 102
Ibrahim, príncipe seljúcida, 156
Ibrim, 342
Ida, Margravina da Áustria, 34
Iduméia, *ver* Edon
Il-Bursuqi, Aqsonqor, governador de Mosul, 118, 153-156, 160-161
Ilghazi, príncipe ortóquida, 100-101, 104, 112-113, 118, 120, 133-139, 142-144, 152, 158
Imad ed-Din, historiador, 403, 412-413, 417-421
Imad ed-Din, príncipe zêngida, 336, 339, 372-373
Imad ed-Din, *ver* Zengi
Inab, 283
Índia, 375
Inglaterra, ingleses, 76, 87, 88, 157, 216, 224, 273; *ver* Henrique I, II
Inocêncio II, Papa, 191
Irã, 45, 98, 111, 119, 121, 207, 370
Iraque, 23, 45, 47, 90, 119, 171, 212, 412
Irene (Berta de Sulzbach), Imperatriz, 194, 310
Irene, *Ducaena*, Imperatriz, 184
Irene (Piriska da Hungria), Imperatriz, 183
Irtash, príncipe seljúcida, 85
Isa de Menbij, 147
Isaac, Ângelo, Imperador, 368, 382, 401
Isaac Comneno, Imperador de Chipre, 369
Isaac, patriarca, 277
Isabela de Courtenay, 194, 286 n-3
Isabela de Toron, Princesa da Armênia, 290 n, 363
Isabela, princesa, mais tarde rainha, de Jerusalém, 348, 357, 364, 378, 381, 384-385
Isáuria, 230
Isfahan, *ver* Maomé
Ismail, Assassino, 159
Ismail ibn Buri, atabegue de Damasco, 173
Ismailita, doutrina, 110, 158
Isso, 186
Itálico, Miguel, Arcebispo de Filipópolis, 226
Itinerarium Regis Ricardi, 410, 418
Ivete (Yvette), de Jerusalém, Abadessa de Betânia, 152, 154, 157, 202, 350
Ivo de Nesle, Conde de Soissons, 234, 287
Izz al-Mulk, governador de Tiro, 88-89
Izz ed-Din, príncipe zêngida, 351, 371-372, 383
Izz ed-Din, *ver* Mas'ud

Jabala, 21, 39, 56, 58, 64, 65, 107, 123 n-1, 163, 267, 270, 315 n-1, 403; Bispo, *ver* Hugo
Jacobita, Igreja, 20, 22, 42, 82, 123-124, 203, 256, 279-280, 284, 285, 320, 363, 401; patriarcas, *ver* Atanásio, João Miguel; Bispo da, *ver* Basílio
Jacó, patriarca, 277, 359; Vau de Jacó, 360, 361
Jacques de Vitry, historiador, 409
Jafa, 16, 18, 73-77, 79, 85, 93, 148, 168-169, 200, 202, 255, 258, 290, 364, 378
Jamnia, 200
Janah ad-Daula, emir de Homs, 21, 58-60, 111
Jasr, 152
Jaulan, 17, 142, 211
Jawali, governador de Harran, 45
Jawali Saqawa, governador de Mosul, 63, 104-106
Jebail, 60, 68, 84, 255, 266, 321 n-2, 335, 396; *ver* Embriaco
Jebarre, Gerardo, hospitalário, 175
Jekermish, atabegue de Mosul, 45-49, 100-102
Jemal ed-Din, *ver* Maomé
Jerash, 142
Jerba, 218
Jericó, 16, 82, 202, 270, 379

Jeziré, 20, 22, 45, 56, 100, 108, 112, 120-121, 139, 142, 152, 184, 189, 284, 343, 347, 372-373
Jezrael, 15, 376
Jihan, rio, 55, 161, 184
João II, Comneno, Imperador, 52, 148, 162 n-2, 181-192, 194-196, 205, 208, 215, 268, 407
João, arcebispo armênio de Edessa, 205
João de Bellesme, camarista, 264
João de Würzburg, peregrino, 254, 411
João, o Diácono, historiador, 415
João, o Oxita, Patriarca de Antióquia, 38, 40
João, Patriarca de Jerusalém, 279 n-1
João, patriarca jacobita, 164
João, Preste, rei cristão, 215, 363
João Rogério, César, 229, 288
João, S., evangelista, 141
João, S., igreja em Edessa, 106
João, S., o Esmoler, 140
João, *ver* Camatero, Cinnamus, Contostefano, Focas
Jordão, rio, 16, 17, 58, 116, 132, 142, 151, 211, 212, 292, 297, 303, 325, 359, 361, 371, 391
Jorge III, Rei da Geórgia, 370 n-1
Jorge, S., igreja em Antióquia, 79-80; monastério, 270
Jorge, *ver* Paleólogo
José, um Armênio, 136
José, *ver* Batit
Josias, Arcebispo de Tiro, 365 n-3, 387
Judéia, 78, 94, 149, 201, 278, 290
Judeus, 16, 95, 208, 221, 257, 401
Juscelino I, de Courtenay, Conde de Edessa, chega ao Oriente, 42; senhor de Turbessel, 105-106, 112; primeiro cativeiro, 47, 66-67, 100; libertado, 104; banido, 91, 114; apóia Balduíno II, 129; Conde de Edessa, 130, 137, 139; segundo cativeiro, 144-145; fuga, 146-147; governo de Edessa, 160, 163. Outras referências, 115, 165, 254, 265, 313 n
Juscelino II, de Courtenay, Conde de Edessa, acessão, 170; primeiras guerras, 177, 179; relações com Bizâncio, 186, 188-191, 195; perda de Edessa, 205-207; em Turbessel, 241-242; captura e morte, 284. Outras referências, 152, 154, 164, 166, 193, 200, 313
Juscelino III, de Courtenay, Conde titular de Edessa, 286, 309, 349, 351, 366, 381, 384, 395
Juyush-beg, governador de Mosul, 119

Kafarlata, 45, 212
Kafartab, 49, 55, 120, 152, 154, 156, 174, 188, 192
Kafr Sebt, 391
Kahf, 176
Kaisun, 105, 114, 118, 164, 177, 415
Kakun, 389
Kamil ibn Shawar, 322, 327, 329
Kara Arslan, príncipe ortóquida, 205, 284, 332
"Karneatin", 419
Kastamuni, 30-31, 32, 184
Kazwin, 171
Kerak de Moab (Petra Deserti), 201, 275, 281, 340, 341, 378-380, 384, 386, 402
Kerbogha, atabegue de Mosul, 19, 45
Khabur, rio, 102, 110, 339
Khalaf ibn Mula'ib, emir de Apaméia, 21, 22, 54, 111
Khanzit, 144
Khariba, 176
Kharpurt, 144-147, 284
Khirkan, emir de Homs, 122, 154, 161
Khisfin, 391
Khoros, 119
Kilij Arslan I, sultão seljúcida de Rum, 23, 30, 43, 52, 100-102, 125
Kilij Arslan II, sultão seljúcida de Rum, 286, 296-297, 308, 354-355, 362, 414
Kir, 319
Kirakos, historiador, 415
Kizil, príncipe ortóquida, 122
Kogh Vasil, príncipe de Kaisun, 23, 43-44, 105, 110, 113-114
Konya, 29, 33, 35, 110, 126, 182, 229-230, 239, 340, 354, 382
Krak des Chevaliers, 317, 325, 335, 404
Krak, *ver* Montreal
Kukburi, emir de Harran, 372, 383, 388, 391
Kutchuk Ali de Arbil, governador de Edessa, 207-208
Kutluh, mameluco, 156

Ladislau I, Rei da Boêmia, 225
La Ferté, *ver* Estêvão
La Fève, 388-389
La Mahomérie, *ver* Belin
Lamberto, Arcediago de Antióquia, 192
Lampron, 55, 369; *ver* Oshin, príncipe hethoumiano
Landolfo, governador de Atália, 236-237
Langres, Bispo de, *ver* Godofredo
Languedoc, 219, 248
Laodicéia, na Frígia, 182, 184, 232, 234, 235
Laodicéia, *ver* Latáquia
Laodiceu (Leucius), de Tiberíades, 418
Laon, Bispo de, 80
Latáquia, 17, 19, 21, 37, 39-40, 49, 53, 55, 58, 60, 109, 113, 136, 163, 166, 174, 176, 177, 255, 256, 267, 268, 285, 315 n-1, 340, 358, 397, 403; Bispo de, *ver* Gerardo; *ver também* Martinho
Lázaro, S., 202, 411
Leão I, príncipe roupeniano da Armênia, 123, 161, 176-177, 186, 188
Leão II, príncipe roupeniano da Armênia, 369
Le Bourg, *ver* Balduíno, Hugo
Lecce, *ver* Tancredo
Le Puiset, *ver* Hugo, Gildoíno, Waleran
Le Puy, Bispo, *ver* Ademar; *ver também* Raimundo, Romano
Les Moulins, *ver* Rogério
Leucius, *ver* Laodiceu
Lião, 223; *ver* Pedro
Líbano, montanhas, 17, 61, 106, 117, 178, 360
Lida, 179, 200, 202; Bispo de, 279
Limoges, *ver* Aimery
Lisboa, 224, 274
Lisieux, *ver* Arnulfo
Litani, rio, 361
Litardo de Cambraia, 75, 85
Lombardos, 27-33, 37
Longiníada, 37 n
Lorena, 221, 225
Lotário, Imperador do Ocidente, 185, 194, 218
Lubieh, 393, 418
Lucas, Patriarca de Constantinopla, 311
Lúcia, herdeira de Botrun, 350
Luís VI, Rei da França, 157, 168
Luís VII, Rei da França, 216, 219, 223, 225, 227, 233, 239, 241-243, 299, 315, 331, 353, 356, 380, 410, 411
Lulu, eunuco, 117, 120
Lulu, Husam ed-Din, almirante, 376
Lusignan, *ver* Amalrico, Guy, Hugo VI e VII
Maarat, 49, 174
Maarat an-Numan, 49, 54, 138, 188, 192
Mabila de Roucy, Condessa de Jafa, 168
Macedônia, 33
Macrembolites, Demétrio, 225, 227
Mafalda de Rethel, Senhora de Vitry, 147 n
Magrebinos, 376
Mahdia, 218
Mahmud, Shihab ed-Din, atabegue de Damasco, 173, 178, 197
Mahmud, sultão seljúcida, 133, 161, 171
Mailly, *ver* Tiago
Majd ed-Din, governador de Alepo, 309
Malagina, 229
Malik Ghazi Gümüshtekin, emir danishmend, 23, 30, 38, 100, 125
Malik-Xá ibn Kilij Arslan, sultão seljúcida de Rum, 110, 126
Malik-Xá, sultão seljúcida, 23, 45
Malmesbury, *ver* Guilherme
Malta, 218
Mamistra, 39, 49, 55, 65, 113, 119, 161, 176, 186, 270, 287, 305, 314, 336, 369; Bispo de, *ver* Radulfo
Manakil al-Asakir, 244
Manalugh, general seljúcida, 126
Manassés, Bispo, 40, 50, 74
Manassés de Hierges, comissário, 147 n, 204, 217, 289
Manfredo, Marquês, 97 n
Manuel I, Comneno, imperador, acessão, 196, 205; recebe Raimundo de Antióquia, 208; e a Segunda Cruzada, 226, 227, 231-235, 238-239, 247, 249; guerras contra os turcos, 229, 355-356; negociações com Constância de Antióquia, 268, 287, 310-311; anexa o território edesseno, 285-286; aliança com Amalrico, 278, 320, 327, 331-332, 335; morte, 366. Outras referências, 175, 320, 326, 347, 360, 363, 369, 407
Manuel, *ver* Comneno

Manzikert, batalha, 190, 356
Maomé de Isfahan, governador de Harran, 45
Maomé ibn Ghazi, príncipe danishmend, 177, 185, 192, 229
Maomé ibn Malik-Xá, sultão seljúcida, 23, 45, 63, 98, 101, 102, 110, 112, 119, 121, 133
Maomé, Jemal ed-Din, governador de Balbek, 198
Maqrisi, historiador, 414
Maracléia, 58
Mar Adriático, 29, 56, 239
Maragha, 112
Marash, 23, 44, 52, 96, 119, 137 n, 177, 282, 283; *ver* Balduíno, Godofredo, Reinaldo, Ricardo
Marco Antônio, 96
Mar da Galiléia, 90, 199, 297, 303, 325, 359, 371, 376, 391
Mardin, 42, 45, 63, 100, 102, 118, 120, 139, 143, 145, 153, 319, 352, 372, 390
Mar do Norte, 88
Mar Egeu, 126
Marescalcia, 418
Margareta de Navarra, Rainha da Sicília, 331
Maria Comnena, Rainha de Jerusalém, 325, 326, 348, 349, 363, 378, 381 n-1, 397
Maria da Escócia, Condessa de Bolonha, 129 n
Maria de Antióquia, Imperatriz, 310-311, 366-367
Maria de Milly, senhora da Oultrejourdain, 290 n.
Maria de Salerno, Condessa de Edessa, 116, 160, 313 n
Maria Josafá, Sta., abadia, 168, 270, 411
Marj Ayun, 361, 363
Mar Morto, 16, 70, 92, 156, 201, 339
Mar Negro, 30, 184
Maronitas, 22, 256, 279
Marqab, 21, 56, 123, 168, 403; *ver* Mazoir
Marrocos, 218
Marselha, 203, 256, 273
Martinho, governador de Latáquia, 113
Mar Vermelho, 22, 93, 375
Mas'ud, governador de Tiro, 150
Mas'ud ibn Kilij Arslan, sultão seljúcida de Rum, 110, 126, 182, 185, 191, 229-230, 282, 283-284, 286, 296
Mas'ud ibn Maomé, príncipe seljúcida, 112, 117, 119, 171-172, 197, 207
Mas'ud, Izz ed-Din, governador de Alepo, 155
Masyaf, 352
Mataria, 329
Matilda da Inglaterra, Imperatriz do Ocidente, 157
Matilda de Douzy, Condessa de Sancerre, 338 n-1
Mateus de Edessa, historiador, 42, 115, 415
Mauléon, *ver* Ralph, senhor de
Maurício, Cardeal do Porto, 39 n-1, 71, 78-79
Maurício, senhor da Oultrejourdain, 290 n
Mauro, embaixador, 227
Mawdud, mameluco, 104, 107-109, 111-114, 116, 118
Mayyafaraqin, 107, 112, 145, 153, 382-383
Mazoir, Reinaldo, senhor de Marqab, 135, 168, 172, 176
Mazyad, Banū, 105; *ver* Sadaqa
Meandro, rio, 182, 230, 308, 354
Meca, 122, 312, 370, 375, 390
Medina, 370, 375
Mekhitar de Airavank, historiador, 415
Melaz, princesa danishmend, 116 n
Melisende de Montlhéry, Condessa de Rethel, 168 n-3
Melisende de Trípoli, 288, 311
Melisende, Rainha de Jerusalém, casamento, 157; acessão, 163, 165; e Hugo de Le Puiset, 169-170; interesses religiosos, 202, 270, 278, 311-312; governo, 204, 206, 210, 215; e a Segunda Cruzada, 242, 245, 249; cai do poder, 288-290, 292; morte, 312. Outras referências, 174, 178, 220, 258, 260, 265, 288, 301, 310, 311, 349, 386 n-1
Melitene, 23, 41, 43, 100, 101, 110, 153, 182, 184, 229, 296
Melusina, fada da água, 364
Menbij, 105, 147, 151, 270, 286, 332, 352
Merle, *ver* Ralph
Mersin, 186
Mersivan, 31, 37, 39

Meskench, 418
Mesnil, *ver* Gualtério
Mesopotâmia, 20, 45, 139
Messina, 81
Messines, *ver* Guilherme
Metz, 225, 227
Michiel, Domenico, Doge de Veneza, 148, 152
Miguel VII, imperador, 25
Miguel de Otranto, 327
Miguel, patriarca jacobita, 280, 321, 363, 415, 416
Miguel, Príncipe de Gargar, 177
Miguel, *ver* Branas, Itálico, Paleólogo
Milão, 27; Arcebispos de, *ver* Anselmo, Chrysolan
Miles de Plancy, senescal, 329, 331, 336, 348
Milly, *ver* Maria, Filipe, Estefânia
Mina, 376
Minya, 323
Mirabel, 290
Miriocéfalo, batalha, 355-356, 362, 266
Misrin, 49
Mleh, príncipe roupeniano da Armênia, 188, 287, 319, 335-336, 337, 338, 360
Moab, 17, 201, 375; *ver* Kerak, Rabboth
Mogúncia, 221
Monastir, 327
Monastras, general, 49, 55
Mongóis, 301
Monotelistas, 22, 256, 279
Montebello, *ver* Hugo
Monte Sião, abadia, 270
Montferrat, *ver* Conrado, Rainier, Guilherme
Montfort, *ver* Bertrada
Montgisard, 358-359
Montlhéry, *ver* Alice, Isabela, Melisende
Montreal, 92, 201, 316, 339, 402
Moqtafi, Califa, 172
Morfia de Melitene, Rainha de Jerusalém, 41, 130, 132, 139, 147n, 152, 157, 278
Mosul, 45, 63, 100, 101, 104, 113, 117-118, 119, 153-154, 155, 161, 171, 173, 197, 207, 212, 282, 291, 319, 339, 351, 354, 371-373, 376, 382-383, 390
Muhris, Banū, 21
Mujir ed-Din Abaq, príncipe búrida de Damasco, 198, 291-292, 294-295, 296
Munietra, 321 n-2
Munquidita, dinastia, 19, 21, 109, 119-120, 134, 154, 189, 277, 297; *ver* Shaizar, Murshid, sultão, Usama
Murad, Fonte de, 283
Murshid, príncipe munquidita, 66
Musa, uádi, 92, 202 n-1
Musbih ibn Mula'ib de Apaméia, 55
Muslimiye, 44
Muwaffaq de Nishapur, 111

Nablus, 16, 140, 180, 199, 257, 258, 275, 290, 292, 321, 343, 349, 365, 380, 384-385, 388, 396, 397; *ver* Filipe, Raourt
Najm ed-Din, *ver* Ayub
Namur, *ver* Alberto
Naqira, 109
Nasr ed-Din, emir de Homs, 383
Nasr ed-Din, príncipe zêngida, 212, 297, 298
Nasr ibn Abbas, 316
Natividade, igreja em Belém, 278, 337
Nazaré, 16, 258, 269, 311 n-1, 373, 375, 388; Arcebispos de, *ver* Achardo, Balduíno
Nebo, monte, 379
Negueb, 17, 70, 85, 86, 92
Nersa I, Shnorhal, Católico da Armênia, historiador, 415
Nesle, *ver* Amalrico de
Nestoriana, Igreja, 20, 22, 82, 215
Nevers, nivernenses, 33-35, 327, 328; *ver* Guilherme
Nicéforo, *ver* Briênio
Nicéia, 23, 184, 229, 232; Bispo de, *ver* Filocales
Nicetas Acominatus Choniates, historiador, 407
Nicomédia, 29, 30, 33
Nigde, 33
Niksar, 30, 192, 354
Nilo, rio, 22, 93, 155, 294, 317, 318, 322-323, 333
Nino, Rei da Assíria, 56
Niphin, *ver* Raimundo
Nishapur, 111
Nisibin, 101, 339, 372, 373

Nizam al-Mulk, vizir, 111
Normandia, 50, 157
Noruega, noruegueses, 88
Norwich, 221 n-2
Nosairi, montanhas, 21, 176, 179, 256, 341, 352; seita, 22
Núbia, núbios, 332, 333, 375
Nur ed-Din, emir de Alepo, Rei, assume o trono de Alepo, 209, 211; e a Segunda Cruzada, 241, 244, 249; conquistas no norte, 282-286; ataca Damasco, 291, 293, 295-296; enfermidade, 298, 302; e Bizâncio, 309, 311; e o Egito, 316, 317-321, 329-330; e Saladino, 334-335, 339-343; morte, 343. Outras referências, 277, 293, 299, 304, 326, 331, 347, 354, 356, 414
Nur ed-Din, príncipe ortóquida, 362

Odo, Bispo de Beirute, 371
Odo de Deuil, historiador, 236 n, 237, 239, 410
Odo de Saint-Amand, Mordomo, mais tarde Grão-Mestre do Templo, 320, 325, 342, 361
Oliveiras, monte das, 292, 398
Omar Khayyam, poeta, 111
Orange, *ver* Berengar
Ordefalo, *ver* Falieri
Ordens Militares, *ver* Hospital, Templo
Orderic Vitalis, historiador, 137
Orgilosa de Harenc, Princesa de Antióquia, 360 n-3
Orléannais, 168
Orontes, rio, 19, 21, 54, 58, 78, 120-121, 137, 172, 180, 186, 189, 212, 241, 256, 282, 283, 285, 302, 351, 404
Orshoene, 108
Ortóquida, dinastia, 19, 42, 147, 153, 212, 284, 286, 319, 352, 362, 372, 380; *ver* Ayaz, Badr ad-Daulah, Balak, Dawud, Ibrahim, Ilghazi, Kara Arslan, Kizil, Nur ed-Din, Qutb ed-Din, Soqmã, Suleimã
Oshin, príncipe hethoumiano, 23, 55, 105, 113
Óstia, *ver* Alberico
Oto Babenberger, Bispo de Freisingen, 215, 232, 234, 243, 410
Oto de Risberg, cavaleiro, 311
Otomana, dinastia, 192
Otranto, 156; *ver* Miguel
Oultrejourdain, 169, 201, 256, 258, 290 n, 311 n-1, 318, 321, 335, 341, 348, 349, 353, 370-371, 376; *ver* Isabela, Maria, Maurício, Pagão, Filipe, Reinaldo, Romano, Estefânia, Gualtério
Ourique, 224

Paflagônia, 30, 32, 182, 185, 192, 327, 354
Pagão, chanceler, 149
Pagão, senhor da Oultrejourdain, 201, 290 n
Pagão, senhor de Haifa, 67
Pagão, senhor de Saruj, 112
Pahlavouni, família, 107
Paleólogo, Jorge, Grão-Heteriarca, 325, 327
Paleólogo, Miguel, governador de Tessalônica, 226
Palermo, 98, 238
Palmira, 63
Panfília, 196
Pantógenes, *ver* Sotérico
Paris, 223, 331; *ver* Roberto
Pascoal II, Papa, 40, 50, 71, 78, 81, 95, 98, 124, 130, 270
Pásquia, *ver* Riveri
Passo Sírio, desfiladeiro, 186, 300, 325
Paulo, S., Catedral em Tarso, 36
Paulo, S., monastério, 270
Payens, *ver* Hugo
Pechenegues, 24, 29, 34
Pedro, Arcebispo de Lião, 193
Pedro, Arcebispo de Tiro, 293
Pedro, Bispo de Albara, Arcebispo de Apaméia, 134
Pedro de Courtenay, 361
Pedro, o Eremita, 15, 27
Pedro, o Latino, monge, 163
Pedro, o Venerável, Abade de Cluny, 221, 248
Pedro, S., catedral em Antióquia, 115, 137
Pedro, S., Igreja em Roma, 193
Pedro, *ver* Brice, Chrysolan
Pelúsio, 317, 318, 333
Peregrino, Monte, 60-61, 66, 67
Pérgamo, 126, 234
Persarmênia, 382
Pérsia, persas, 17, 101, 102, 106, 147 n, 158, 215, 233, 383

Peterborough, *ver* Benedito
Petra, 70, 92, 201
Petra Deserti, *ver* Kerak
Petronilha, Rainha de Aragão, 217
Petzeas, governador de Latáquia, 56
Piacenza, Bispo de, 80
Picquigny, *ver* Gormondo
Picrídio, palácio perto de Constantinopla, 231
Piriska, *ver* Irene
Pisa, pisanos, 24-25, 56, 65 n-1, 71, 181, 255, 273, 367, 411
Plancy, *ver* Miles
Plantageneta, dinastia, 309
Plivano, senhor de Botrun, 350, 394
Poemamenum, 126
Poitiers, *ver* Raimundo
Pol, *ver* Estêvão
Polônia, *ver* Boleslau
Polovetsianos, 181, 239
Pomerânia, 221
Pons, Conde de Trípoli, 65, 114-116, 120, 123 n-1, 125, 130, 133, 137-138, 144, 151, 155, 165-166, 172, 178
Pons, senhor de Tel-Mannas, 113
Ponte de Ferro, 49, 120, 134, 137
Poree, *ver* Gilberto
Portão de Ferro, em Antióquia, 186
Porto, 315; Bispo de, 224
Porto, *ver* Maurício, Teoduíno
Portugal, 88, 224
Pougi, *ver* Gerardo
Pracana, 230
Preste, *ver* João
Prosuch, general, 226
Provença, provençais, 32, 39, 65, 272

Qadmus, 21, 176
Qalat al-Hosn, 60; *ver* Krak
Qalat Jabar, 104, 208
Qalat Sanjil, 60
Qaraja, eunuco, 122
Qaraja, governador de Harran, 45
Qinnasrin, 44 n-2, 134, 172
Qolaia, 117
Qosair, 321, 335, 369
Qutb ed-Din, príncipe ortóquida, 372
Qutb ed-Din, príncipe zêngida, 212, 291, 332, 336, 354

Raban, 105, 118; *ver* Simão
Rabboth-Moab, 269
Rabwa, 244
Radulfo de Caen, historiador, 115, 408
Radulfo de Domfront, Patriarca de Antióquia, 174-175, 192, 205
Rafaniya, 63, 117, 155
Raimundo II, Conde de Trípoli, 116 n-3, 179-180, 243, 248, 268, 288, 310, 341
Raimundo III, Conde de Trípoli, Príncipe da Galiléia, minoridade, 265, 289; relações com Bizâncio, 268, 311; cativeiro, 319; regente de Jerusalém, 348, 353; guerras contra os sarracenos, 357, 360-361, 370, 373, 376-377; lidera o baronato em Jerusalém, 365, 379; novamente regente, 381-383; e o Rei Guy, 384-387; e a campanha de Hattin, 392, 417-419; morte, 403. Outras referências, 277 n-1
Raimundo VI de Saint-Gilles, Conde de Toulouse, e Cruzadas de 1101, 29-32; aprisionado por Tancredo, 37, 39; funda condado no Líbano, 57-61. Outras referências, 18, 19, 49, 84, 125, 225-226, 242, 268, 270
Raimundo Berengar III, Conde de Barcelona, 217
Raimundo Berengar IV, Conde de Barcelona, 217
Raimundo de Aguilers, historiador, 408
Raimundo de Le Puy, Grão-Mestre do Hospital, 294
Raimundo de Poitiers, Príncipe de Antióquia, casa-se com a Princesa Constância, 176; primeiras guerras, 177, 179; relações com Bizâncio, 181, 195 briga com o patriarca, 193; e a Segunda Cruzada, 238, 241-242; morte, 282, 284, 286. Outras referências, 199, 209, 287, 300
Raimundo, herdeiro de Antióquia, 390, 403, 420
Raimundo, senhor de Niphin, 401
Rainfredo, cavaleiro, 89
Rainier de Brus, governador de Banyas, 199
Rainier de Montferrat, César, 362, 367, 382
Rakka, 373
Ralph, Bispo de Belém, 293, 312

Ralph, chanceler, 300
Ralph de Coggeshall, historiador, 410
Ralph de Merle, 287, 289
Ralph, senhor de Mauléon, 376
Ramiro, Rei de Aragão, 217
Ramleh, 16, 200, 358; primeira batalha, 73; segunda batalha, 41, 74-75, 77; terceira batalha, 85; Bispo de, *ver* Roberto; *ver também* Balduíno, Hugo, Tomás
Rancon, *ver* Godofredo
Ranculat, *ver* Rum Kalaat
Raourt de Nablus, 170
Rashid, Califa, 172
Ratisbona, 225, 228
Ravendel, 20, 106, 285-286
Reinaldo de Châtillon, Príncipe de Antióquia, senhor da Oultrejourdain, casa-se com a Princesa Constância, 299; persegue o patriarca, 300; devasta Chipre, 301; submete-se a Manuel, 303-306; no cativeiro, 309, 320; libertado, 349, 351; casa-se com a herdeira da Oultrejourdain, 349; assaltos, 370, 375-376; sitiado em Kerak, 378; apóia Guy, 384-386; e a campanha de Hattin, 392, 420. Outras referências, 164, 265, 277, 315, 332, 357, 365
Reinaldo de Saint-Valery, cavaleiro, 302, 319
Reinaldo Garnier, senhor de Sídon e Beaufort, 276, 349, 361, 376, 384, 393, 396, 402, 404, 420
Reinaldo, senhor de Marash, 283, 313
Reinaldo, *ver* Mazoir
Reno, rio, 227
Rethel, *ver* Hugo, Cecília, Hodierna
Ricardo de Salerno, do Principado, 43 n-2, 50, 101, 104-105, 106, 114
Ricardo, senhor de Marash, 113
Ridwan, governante de Alepo, 21, 49, 54, 60, 85, 100-102, 105, 108, 111, 112, 116, 117, 122, 156
Ridwan ibn al-Walakshi, vizir do Egito, 179
Risberg, *ver* Oto
Riveri, Pásquia de, esposa do tecelão, 275, 365, 391
Roardo, castelão de Jerusalém, 195
Roberto II, Curthose, Duque da Normandia, 91
Roberto, Bispo de Ramleh, 99
Roberto, Conde de Béthune, 357
Roberto, Conde de Dreux, 220, 243
Roberto de Paris, Cardeal, 80
Roberto de Sourdeval, 285
Roberto de Vieux-Ponts, 134-135
Roberto, governador de Suadieh, 113
Roberto Guiscard, Duque da Apúlia, 168 n-3
Roberto, o Leproso, senhor de Zerdana, 138
Rodes, 308
Rodolfo, cisterciense, 221
Rodosto, 28
Rogério II, Rei da Sicília, 96, 156, 170, 175, 181, 185, 193, 194, 216, 218, 225, 231, 232, 239, 247
Rogério de Haifa, governador de Arsuf, 76
Rogério de Les Moulins, Grão-Mestre do Hospital, 378, 381, 384, 387
Rogério de Rozoy, 75, 86
Rogério de Salerno, Príncipe de Antióquia, 115, 119-120, 130, 133, 160, 408
Rogério, senhor de Hab, 113
Roma, 50, 81, 98, 192, 193, 215, 223, 362, 365, 408
Romano IV, Diógenes, imperador, 190
Romano de Le Puy, senhor da Oultrejourdain, 169, 201
Romualdo, historiador, 411
Roucy, *ver* Hugo, Mabila
Roupeniana, dinastia, 23, 37, 53, 110, 113, 119, 123, 161, 177; *ver* Constantino, Leão, Mleh, Rupênio, Estêvão, Thoros
Rozoy, *ver* Rogério
Rupênio II, príncipe roupeniano da Armênia, 335
Rupênio III, príncipe roupeniano da Armênia, 360, 362, 369
Rupênio, príncipe roupeniano, 188
Rum, 111, 123, 133
Rum Kalaat, 285
Rússia, 239

Sa'ad ed-Daulah al Qawasi, mameluco, 72
Sabas, S., monastério, 203, 278
Sabawa, general, 54, 85, 101
Sabóia, *ver* Amadeu
Sadaqa, emir dos Banū Mazyad, 105
Saewulf, peregrino, 16, 18, 83, 411
Safed, 16, 297, 325, 402

Safita, 340
Sahyun, 166, 403
Said ed-Din ibn Amrun, emir de Kahf, 176
Said ibn Bitriq, historiador, 409
Saif ed-Din Ghazi I, zêngida, 209, 210, 212, 282, 291
Saif ed-Din Ghazi II, zêngida, 336, 339, 343, 347, 351, 353, 362, 371
Saif ed-Din, *ver* al-Adil
Saint-Amand, *ver* Odo
Saint-Denis, 223, 227; *ver* Sugério
Saint-Jean-en-Valée, abadia, 156
Saint-Omer, *ver* Gerardo, Hugo, Gualtério, Guilherme
Saint-Pol, *ver* Hugo
Saint-Valery, *ver* Reinaldo
Saladino (Salah ed-Din Yusuf), sultão, expedições ao Egito, 318, 321, 324, 327, 330; vizir do Egito, 332-333, 336; relações com Nur ed-Din, 339-343; conquista Damasco, 347; no Norte da Síria, 351; derrota em Montgisard, 358; guerras contra os francos, 359-361, 369-371; trégua na Síria, 362; conquista Alepo, 372-373; invade a Galiléia, 377; ataca Kerak, 378-380; enfermidade, 382-383; reconquista a Palestina, 388, 417-418. Outras referências, 275 n-2, 277, 279, 353, 356, 375, 386 n-1, 413
Salerno, *ver* Maria, Ricardo, Rogério
Salkhad, 210-211
Salona, *ver* Adelaide, Bonifácio
Salzburgo, Arcebispo de, *ver* Thiemo
Samaria, 17, 290, 388, 396
Samaritanos, 257
Samosata, 108, 118, 210, 285, 296, 362
Samuel de Ani, cronista, 415
Sancerre, *ver* Estêvão
Sangário, rio, 182, 191
Sangur, príncipe danishmend, 100
Sanjar, sultão seljúcida, 23, 133, 171
Santarém, 224
Santo Sepulcro, igreja do, 82, 99, 163, 165, 195 n-2, 202-203, 269, 278-279, 289, 337, 381, 398, 401, 411
Sarcavag, historiador, 415
Sardenay, 277
Sarkhak, emir de Bosra, 291
Sarmeda, 113, 134-135
Sarmin, 49, 121, 298
Saruj, 20, 42, 105, 108, 144, 372, 373
Sarventikar, 37 n, 176
Sava, rio, 28
Sawad, 91
Sawar, governador de Alepo, 172, 174, 177, 188, 192
Sawinj, príncipe búrida, 173
Saxônia, *ver* Henrique
Scandelion, 93
Schaffhausen, 222
Sebastéia, 388; *ver* Samaria
Sefória, 376, 392, 417
Segor, 70
Selêucia, na Isáuria, 34, 49, 126
Seljúcida, dinastia, 19, 22, 23, 31, 48, 100, 102, 110-111, 121, 133, 160, 171, 182, 185, 232, 283, 296, 307-308, 354, 368, 374, 382, 414
Seljuk-Xá, príncipe seljúcida, 171
Semblat, o Comissário, historiador, 415
Sena al-Mulk Hussein, 85
Senabra, 116, 391
Serlão, Arcebispo de Apaméia, 193
Sérvia, sérvios, 185, 308, 327
Sestos, 226
Shahinshah ibn Mas'ud, príncipe seljúcida, 296, 308, 354
Shahrzur, 383
Shaizar, 19, 21, 55, 58, 66, 106, 109, 112-113, 117, 119, 133, 153-154, 156, 161, 187, 189-190, 197, 296, 297, 302, 335, 412; *ver* Munquidita
Shams al-Khilafa, embaixador, 328
Shams al-Khilafa, governador de Sídon, 89
Shams as-Shawas, emir de Rafaniya, 117
Shaqar de Mosul, 207
Sharaf ad-Daulah, governador de Trípoli, 64, 67
Sharaf al-Ma'ali, 74, 77
Sharon, planície, 76, 169, 201
Shawar, vizir do Egito, 317-318, 321-324, 327-330
Shihab ed-Din, 353 n-1; *ver* Mahmud
Shinav, 108
Shirkuh II, emir de Homs, 383

Shirkuh, curdo, 209, 282, 291, 295, 297-298, 318, 321-324, 327, 329-330, 331-332, 383
Shnorhal, *ver* Nerses
Shobak, 92; *ver* Montreal
Sibila d'Anjou, Condessa de Flandres, 158n, 198, 227, 312, 356
Sibila de Hauteville, Condessa de Roucy, 168 n-3
Sibila, Princesa de Antióquia, 360 n-3, 369, 404
Sibila, Rainha de Jerusalém, 203 n-1, 313, 348, 350, 353, 363-364, 375, 378, 384-385, 397, 404, 421
Sibt ibn al-Djauzi, historiador, 414
Sicardo de Cremona, historiador, 411
Sicília, sicilianos, 88, 96-98, 218, 231, 238, 247, 267, 272, 274, 347, 403; *ver* Adelaide, Margarete, Rogério, Guilherme
Sídon, 21, 83, 87-88, 95, 258, 270, 303, 342, 360; *ver* Eustácio, Gerardo, Reinaldo
Sigeberto de Gembloux, historiador, 411
Sigurdo I, Rei da Noruega, 88, 416
Simão II, Patriarca de Jerusalém, 279 n-1
Simão, senhor de Raban, 287
Sinai, península, 93, 277, 316, 318, 321, 359, 371
Sinan, Rashid ed-Din, Assassino, "Velho da Montanha", 341, 352
Sinjar, 101, 117, 121, 339, 372-373, 403
Sínope, 32
Sis, 161, 176
Sivas, 23, 100, 229, 296
Sófia, 181, 226
Sofia, Sta, igreja em Constantinopla, 183, 311, 367, 368
Sofrônio II, Patriarca de Alexandria, 311
Soissons, Bispo de, *ver* Hugo; *ver também* Ivo
Sonqor, o Longo, general, 118
Soqmã el-Qutbi, emir de Mayyafaraqin, 107, 112, 113
Soqmã, príncipe ortóquida, 42, 45, 63, 100, 102
Soqmã, sultão seljúcida, 382
Sotérico, Pantógenes, herege, 279 n-1, 320 n-4
Sourdeval, *ver* Roberto
Sozópolis, 184
Speyer, 221, 222, 225
S. Simão, 19, 37, 50, 52, 65, 136, 156, 166, 193, 236, 241, 255, 274, 283; monastério, 270
Stabelon, camarista, 75
Sta. Sabedoria, *ver* Sofia, Sta.
Sto. Abraão, *ver* Hebron
Suábia, *ver* Frederico, Guelfo
Suadieh, 113; *ver* S. Simão
Subléia, 354
Sudão, sudaneses, 22
Suez, istmo, 317, 318
Suffolk, *ver* Glanville
Sugério, Abade de Saint-Denis, 219, 223, 237, 247, 248
Suleimã, Badr ad-Daulah, príncipe ortóquida, 145, 156
Suleimã ibn Daoud, médico, 276 n-1
Suleimã ibn Ilghazi, príncipe ortóquida, 143, 153
Sultan Dagh, montanhas, 355
Sultão, Abu'l Asakir, munquidita, emir de Shaizar, 152, 154, 189-190
Sultão, Outeiro do, 352
Sultão-Xá, príncipe seljúcida, 117, 122, 153
Sulzbach, *ver* Irene
Sunitas, muçulmanos, 19, 23, 25, 413

Tabor, monte, 371, 376
Taima, 370
Taiy, ibn Shawar, 328
Taj al-Ajam, mameluco, 78, 84
Taj el-Mulk, *ver* Buri
Taki ed-Din, aiúbida, 391, 393, 396
Tamar, Rainha da Geórgia, 370 n-1
Tancredo, Conde de Lecce, 347
Tancredo, Príncipe da Galiléia, regente de Antióquia, ataca os bizantinos, 20, 38-40; aprisiona Raimundo, 37, 40; apóia Dagoberto, 41, 78-80; e a libertação de Boemundo, 43; regente de Edessa, 47-49; retorna a Antióquia, 50; casamento, 51; guerras contra Alepo, 54; volta a atacar os bizantinos, 55; e o condado de Trípoli, 67; luta contra Balduíno de Edessa, 104-105; guerras contra os sarracenos, 107-110, 112; luta contra os armênios, 114; morte, 115. Outras referências, 16, 21, 46, 53, 62, 64, 165, 187

Tânis, boca do Nilo em Tânis, 329
Taranaghi, 184
Tarso, 36, 37, 39, 49, 55, 113, 161, 176, 186, 270, 304, 336, 369
Tathoul, governador de Marash, 23, 44
Tauro, montes, 19, 23, 34, 37, 55, 110, 123, 126, 182, 186, 195, 287, 308
Tejo, rio, 224
Tekrit, 171
Tel-Aqibrin, 134
Tel as-Safiya, 200
Tel-Danith, 121, 133, 138, 139
Tel es-Saqhab, 155
Tel-Kashfahan, 283
Tel-Mannas, *ver* Pons
Temirek, emir de Sinjar, 117, 119, 121
Templo, em Jerusalém, 107, 399
Templo, templários, Ordem, 141, 159, 220, 227, 236, 271, 276, 285, 289, 293, 300, 316, 325, 327, 332, 336, 342, 349, 358-359, 361, 369, 384, 388-389, 392, 395, 400, 403-404, 411, 418
Teodora Comnena, Rainha de Jerusalém, 303, 313, 326
Teodora, Princesa de Antióquia, 360
Teodoro, monge, 92
Teodoro, *ver* Berneville, Vatatzes
Teoduíno, Cardeal do Porto, 220 n-3, 248
Teofilato, intérprete, 310
Teófilo, cavaleiro, 55
Terêncio, ou Térrico, templário, 417
Tessalônica, 226, 246, 368
Therouannes, 80
Thiemo, Arcebispo de Salzburgo, 34
Thierry da Alsácia, Conde de Flandres, 158 n-1, 198, 220, 237, 243, 245, 302, 303, 319, 325, 331, 356
Thoros I, príncipe roupeniano da Armênia, 118, 146, 161, 176, 184
Thoros II, príncipe roupeniano da Armênia, 188, 259, 287, 300, 301, 304-305, 308, 310 n, 314, 319, 321, 326, 335
Tiago, Bispo de Banyas, 331
Tiago de Mailly, Marechal do Templo, 389
Tibaldo, Conde de Blois, Chartres e Troyes, 338 n-1
Tiberíades, 16, 91, 116, 132, 199, 275, 320, 343, 360, 376, 383, 387, 388-389, 395, 417-418
Tibnin, *ver* Toron
Tiflis, 143
Tigre, rio, 171, 206, 383
Timurtash, príncipe ortóquida, 145, 147, 153, 286, 292
Tiro, 21, 71, 83, 87-90, 147, 149-152, 255, 258, 269, 273-274, 325, 371, 378, 384, 396, 401, 404-405, 409; Arcebispos de, *ver* Frederico, Guilherme
Tívoli, 248
Tizin, 54
Toghrul Arslan, príncipe seljúcida, 110, 113, 182, 184
Toghrul, príncipe seljúcida, governador de Arran, 143
Toghtekin, Aiúbida, 348
Toghtekin, atabegue de Damasco, 21, 39, 62-64, 66, 85, 87, 88-92, 112-113, 116, 120, 132-134, 142, 144, 150-151, 154-155, 158-159, 291
Tomás Becket, S., Arcebispo de Cantuária, 390
Tomás de Ibelin, senhor de Ramleh, 386, 398
Tomás, governador da Cilícia, 285, 287
Tomás, regente da Armênia, 335
Toroga, *ver* Arnoldo
Toron, 90, 93, 359, 360; *ver* Humberto, Isabela
Tortosa, 21, 40 n-1, 58-60, 64, 65, 67, 248, 270, 289, 325, 342, 362, 403
Toul, Bispo de, *ver* Henrique
Toulouse, 61, 64; *ver* Afonso Jordão, Bertrando, Raimundo
Trácia, 227
Transjordânia, 18, 71, 75, 85, 91, 132, 198
Trebizonda, 126, 184, 191
Trípoli, na África, 218
Troyes, *ver* Tibaldo
Tsitas, general, 29
Tuban, 60
Tubaniya, 376
Tudela, *ver* Benjamin
Tughril, príncipe seljúcida, 171
Tuman, governador de Alepo, 156
Turan-Xá, aiúbida, 342, 353

Turbessel, 42-43, 54, 67, 104-106, 112, 146-147, 172, 174, 177, 194, 206, 208, 241, 242, 270, 284, 285, 286
Tutush II, príncipe seljúcida, 85
Tutush, príncipe seljúcida, 19
Tzibritze, 355

Uádi Halfa, 342
Ulaim, Banū, 45
Unur, regente de Damasco, 179, 197-199, 209, 210-212, 244-246, 249, 282, 291
Urbano II, Papa, 27, 28, 40, 80, 215
Urraca, Rainha de Castela, 217
Usama, príncipe munquidita, 189, 199, 276 n-1, 277, 293, 297, 316, 412

Vacher, Bernardo, cavaleiro, 210-211
Vahka, 191, 287, 314
Vahram de Edessa, cronista, 415
Vahram, vizir do Egito, 173, 179, 292
Vartan, historiador, 415
Vasil Dgha, príncipe de Kaisun, 118
Vatatses, Teodoro, 304
Velho da Montanha, *ver* Sinan
Vendôme, *ver* Godofredo
Veneza, venezianos, 24, 88, 148-151, 181, 185, 255, 261, 273, 367, 411; Doges, *ver* Falieri, Michiel
Vermandois, *ver* Hugo
Vézélay, 219-220, 227, 230
Viena, 240
Vieux-Ponts, *ver* Roberto
Vitalis, *ver* Orderic
Viterbo, 215, 223
Vitry, *ver* Jacques, Matilda
Volo, golfo de, 65

Waleran de Le Puiset, senhor de Birejik, 119, 132, 144, 147, 153 n, 168, 254
Wasit, batalha, 161
Weinsburg, 222
Winthinc, *ver* Gerbodo
Worms, 221, 227
Wueira, morro em Petra, 202 n-1
Würzburg, *ver* João

Xabactão, 48
Xiita, seita, 19, 21, 22, 341, 342, 347, 413

Yaghi-Siyani; governador de Hama, 205
Yaghi-Siyan, príncipe danishmend, 296
Yakub Arslan ibn Ghazi, príncipe danishmend, 229, 308
Yambo, 375
Yarmuk, rio, 132, 211, 303, 371
Yaruqtash, eunuco, 122
Yusuf ibn Firuz, 173, 178

Zawila, Porta de, no Cairo, 316
Zengi, Imad ed-Din, 36, 143 n-2, 160-162, 171-175, 178-180, 187, 188-190, 197-199, 203, 210, 212, 293, 344
Zenki, atabegue de Mosul, 102
Zerdana, 109, 137-139, 142-143, 152, 154, 166, 174; *ver* Garenton, Guilherme
Zumurruda, princesa-viúva de Damasco, 173, 197-198

Este volume descreve os Estados francos de Outremer, da acessão do Rei Balduíno I à reconquista de Jerusalém por Saladino. Como diz Runciman no prefácio: "A política do mundo muçulmano no início do século XII é um desafio para análises objetivas, mas precisa ser entendida, caso pretendamos compreender a fundação dos Estados cruzados e as causas posteriores da recuperação do Islã (...). O tema central deste volume é a guerra (...). Segui o exemplo dos cronistas antigos, que conheciam bem seu ofício — afinal, a guerra era o pano de fundo da vida em Outremer, cujo destino com freqüência era decidido pela sorte lançada nos campos de batalha".

O livro de Steven Runciman HISTÓRIA DAS CRUZADAS foi aclamado como o mais completo e fascinante balanço da jornada histórica para salvar a Terra Santa dos infiéis.

O honorável *Sir* Steven Runciman foi um dos mais eminentes historiadores do mundo, com diplomas honorários das universidades de Oxford, Cambridge, Durham, Glasgow, St. Andrews, Birmingham, Londres, Chicago, Wabash e Salonica; foi sagrado cavaleiro em 1958 e, em 1984, nomeado *Companion of Honour*.

Entre as suas principais publicações figura A QUEDA DE CONSTANTINOPLA (Imago Editora).

HISTÓRIA DAS CRUZADAS procura, no seu primeiro volume, cobrir a história do movimento que chamamos de Cruzadas (desde seu nascimento, no século XI, até seu declínio, no XIV) e dos Estados por ele criados na Terra Santa e nos países vizinhos.

No segundo volume, STEVEN RUNCIMAN apresenta a história e a descrição do reino de Jerusalém e de suas relações com os povos do Oriente Próximo, bem como as Cruzadas do século XII, deixando para o terceiro e último volume a abordagem da história do reino de Acre e das últimas Cruzadas.

ISBN 85-312-0857-2

9 788531 208577